This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

SAP 4719.4

Harvard College Library

FROM

Lewis Hanke

32-34

REVISTA

DO

Instituto Geographico e Historico

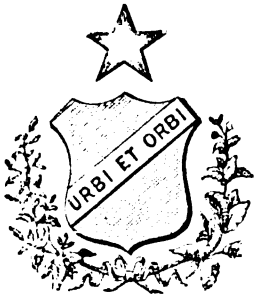
DA BAHIA

FUNDADO EM 1894, RECONHECIDO DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N. 110 DE 13 DE AGOSTO DE 1895

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti
In præsens, validusque in veniens stimulus.

1906

ANNO XIII VOL. XIII N. 32



1907

LITHO-TYP. E ENC. REIS & C
Rua Dr. Manoel Victorino, 23 e 25
BAHIA

REVISTA

DO

Instituto Geographico e Historico

DA BAHIA

FUNDADO EM 1894, RECONHECIDO DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N. 110 DE 13 DE AGOSTO DE 1895

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti
In prœsens, validusque in veniens stimulus.

1906

ANNO XIII VOL. XIII N. 32

1907

LITHO-TYP. E ENC. REIS & C
Rua Dr. Manoel Victorino, 23 e 25
BAHIA

SAP 4714.4

HARVARD COLLEGE LIBRARY
GIFT OF
LEWIS HANKE
OCT 31 1938

REVISTA

DO

Instituto Geographico e Historico da Bahia

Anno XIII 1906 Num. 32

Limites entre Estados (*)

A Constituição Federal vigente decretou no art. 2.° que « cada uma das antigas provincias formará um Estado », pelo que os Estados conservaram os limites que no extincto regimen tinham as provincias.

Sendo assim, vê-se que a Bahia e o Espirito-Santo devem conservar os limites que tinham a 15 de Novembro de 1889.

O limite real entre estes dois Estados é como diz a *Memoria sobre o Estado da Bahia* do Dr. Francisco Vicente Vianna, de saudosa lembrança:

« *A Bahia* limita-se ao sul com o Estado
« do Espirito-Santo pelo Riacho Doce desde

(*) Estudo relativo aos limites dos Estados da Bahia e do Espirito-Santo, apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Marcellino de Souza, Governador do Estado pelo Dr. José de Oliveira Campos, Director da Bibliotheca Publica da Bahia.

« sua fóz até a sua nascença e dahi pelo alto
« da collina divisoria das aguas dos mesmos
« rios Mucury e do Itaunas até a Serra dos
« Aymorés divisa do Estado de Minas-Geraes.»

Verdade é, que diversos geographos como Candido Mendes e Moreira Pinto dão por divisa entre estes dous Estados o rio Mucury, mas é um erro, pois a divisa deve ser pelo Riacho Doce.

Si alguns geographos isto affirmam, outros, que melhor estudaram a questão, asseveram que o limite entre estes dous Estados é o Riacho Doce.

É assim que o engenheiro Miguel de Teive Argollo, no Mappa que publicou do Estado da Bahia em 1892, dá como limite entre o Estado da Bahia e do Espirito-Santo o Riacho Doce, e ao lado deste Mappa tem a seguinte observação para ser lida:

« O limite do Estado da Bahia com o do
« Espirito-Santo está de accôrdo com a carta
« regia de 3 de Março de 1755.»

O Dr. Cezar Augusto Marques tendo celebrado um contracto, em 6 de Julho de 1876, com o presidente da Provincia do Espirito-Santo, para fazer um Diccionario Historico, Geographico e Estatistico d'esta Provincia, obra que foi publicada em 1878, referindo-se ao Riacho Doce diz:

« Está ao norte do rio Itauna, limita esta Provincia com a da Bahia e lança suas aguas no oceano, — dá passagem em maré vazia. »

E tanto assim é que o sr. Braz da Costa Rolim, natural do Espirito-Santo, no seu Diccionario Topographico d'esta Provincia, publicado na *Revista do Instituto Historico do Brazil* em 1862, tratando deste assumpto diz:

«*Doce*, riacho ao norte do ric Itauna, limite da Provincia do Espirito-Santo com a da Bahia, desagua no oceano, dá passagem em maré vazia».

Quem estudar com cuidado esta questão, não póde ter opinião diversa, pois o Riacho Doce é o limite entre os dous Estados.

Convém não confundir o Riacho Doce, pequeno rio ao sul do Mucury e norte do rio Itaunas, com o Rio Doce que corta a provincia do Espirito-Santo, na direcção de oeste a leste, o qual nasce em Minas-Geraes a 10 leguas a leste de Barbacena e lança-se no Oceano Atlantico a 19°, 36' de latitude sul.

A costa do Estado da Bahia é actualmente a reunião de 3 capitanias hereditarias, fundadas para colonizar o Brazil, por D. João III:

1.ª, Bahia de Todos os Santos, doada a Francisco Pereira Coutinho, tinha 50 leguas desde a barra da Bahia de Todos os Santos ou Ponta do Padrão, hoje de Santo Antonio, até a foz do rio S. Francisco, por carta regia de 5 de Abril de 1534 com o Foral de 26 de Agosto do mesmo anno: tendo-se desmembrado a parte que hoje pertence a Sergipe;

2.ª, Ilheus, doada a Jorge de Figueiredo Correia, tinha 50 leguas;

3.ª, Porto-Seguro, doada a Pero de Campo Tourinho, por carta regia de 27 de Maio de 1534, tambem com 50 leguas; ao passo que o Estado do Espirito-Santo é a antiga capitania do mesmo nome doada ao fidalgo Vasco Fernandes Coitinho, com 50 leguas, por carta regia de 1° de Junho de 1534 com o Foral de 7 de Outubro do mesmo anno.

Esta carta de doação, segundo affirma Braz da Costa Rolim, na Memoria lida em 26 de Agosto de 1859,

em sessão do *Instituto Historico do Rio,* sobre os limites da Provincia do Espirito-Santo, tem as seguintes textuaes palavras:

> «de 50 leguas de terras, as quaes começarão «na parte onde acabarem as 50 leguas de «que tenho feito mercê a Pero de Campo «Tourinho, e correrão para a banda do sul, «tanto quanto couber nas ditas 50 leguas, «entrando nesta capitania quaesquer ilhas «que houver até 10 leguas do mar na fron«teira e demarcação destas 50 leguas de que «assim faço mercê ao dito Vasco Fernandes «Coitinho, as quaes 50 leguas se extenderão «e serão de largo e ao longo da costa, e «entrarão na mesma largura pelo sertão e «terra firme a dentro tanto quanto poderem «entrar, e fôr minha conquista, etc.»

A capitania do Espirito-Santo esteve ligada á da Bahia, conforme se vê do que a este respeito diz o Dr. Vasconcellos na sua historia sobre a provincia do Espirito-Santo:

> «Em 15 de Julho de 1643 tomou posse «da capitania o donatario Ambrosio de Aguiar «Coitinho, successor de Francisco Aguiar «Coitinho; e o senhorio della foi se conser«vando até Antonio Luiz Gonsalves da «Camara Coitinho, que obtendo alvará de li«cença, datado de 6 de Julho 1674 para a «renunciar na posse do coronel Francisco « Gil de Araujo, morador na Bahia, assim «o fez mediante a quantia de 40 mil cruzados «(16:000$000).

«Por carta de doação regia de 18 de «Março de 1675, ficou Francisco Gil de «Araujo, senhor da capitania, e nella veio «residir, trazendo da Bahia muitos casaes, «aos quaes doou terras para lavrarem, assis-«tindo aos moradores com todos os meios «para progredirem os seus engenhos e lavouras «que, nesse tempo, avultaram consideravel-«mente. Por este tempo fez este donatario «construir bôas fortalezas.

«Em 24 de Dezembro de 1685 morreu na «Bahia Francisco Gil de Araujo; e seu filho «Manoel Garcia Pimentel teve carta de do-«ação, por successão, em 5 de Dezembro de «1687, não tendo porém vindo á capitania, «por se achar no goso de importantissimas «propriedades na Bahia, que o occupavam.

«Em 1693 era capitão-mór João Velasco «de Molina, que tomou posse de governador «em 13 de Setembro de 1716.

«Fallecendo sem successão legitima o «donatario Manoel Garcia Pimentel, foi jul-«gada, por sentença da Relação da Bahia, a «successão da Capitania em Cosme Rolim «de Moura, primo e cunhado daquelle, a «quem D. João V comprou por escriptura, «assignada em Lisbôa, aos 6 de Abril de «1718, pela mesma quantia de 40 mil «cruzados, que a Francisco Gil de Araujo «havia custádo.

«Continuou o governo em João Velasco «de Molina, até que, em 1° de Janeiro de «1721, succedeu-lhe Antonio de Oliveira

«Madail com patente de capitão governador «subalterno ao governo da Bahia.»

A villa de Porto-Alegre, que é a que se limita com o visinho Estado do Espirito-Santo conforme faz ver o auctor da Memoria sobre o Estado da Bahia—

«está situada á margem esquerda e fóz do «rio Mucury, em districto de terrenos fer«teis, composta de casas de construcção com«mum, com a matriz de S. José, insignifi«cante casa do conselho e duas escolas.

«Seu pequeno commercio exporta café, «cacáo, madeiras e piassava.

«Com a producção desses artigos é que se «occupa a população do municipio, já em fazen«das de café e cacáo, já nas grandes mattas.

«Nasceu esta villa da aldeia do Mucury, «formada pela reunião de alguns degradados «da Bahia e Rio de Janeiro, com os quaes «ajuntaram os indios fugidos de outros al«deiamentos das visinhanças, edificando-se «uma igreja, a S. José, coberta de palmas. «Foi esta elevada á cathegoria de villa em «virtude da carta regia de 3 de Março de «1755 de D. José I que concedeu-lhe por «limite sul o riacho Doce, e ordem regia de 10 «de Outubro de 1769, que marcou-lhe defini«tiva e legalmente os limites, os quaes se ex«tendem para o sul do rio Mucury até a mar«gem do mesmo riacho acima mencionado. «Installada a 15 de Outubro de 1779 pelo «ouvidor geral da comarca de Porto-Seguro, «Dr. José Xavier Machado Monteiro.

Dos documentos juntos que obtivemos do Archivo Publico, onde o seu fallecido director, o erudito Dr. Vianna, tinha-os colleccionados vê-se que nenhuma duvida ha de que o limite da Bahia com o Espirito-Santo é pelo Riacho Doce.

Esta questão tem se ventilado, na imprensa, por diversas vezes; ainda em Agosto de 1893 o Dr. Custodio Moreira, deputado do Espirito-Santo, natural da Bahia, no *Diario de Noticias* escreveu sobre este assumpto, mas os seus artigos foram completamente refutados pelo engenheiro Miguel de Teive e Argollo, em artigo bem lançado, no qual depois de mostrar a improcedencia do pensar de seu contrario disse em synthese:

> «Si o territorio do sul do Rio Mucury «até o Riacho Doce pertenceu ao de S. José «do Porto-Alegre; si, em virtude da Carta «Regia de 3 de Março de 1755 de D. «José I, foi concedido a este terreno por «limite sul o Riacho Doce; si em 1769 «foram legalmente demarcados os limites «do terreno de S. José de Porto-Alegre, os «quaes se extendem para o sul do Rio «Mucury até a margem do Riacho Doce; «si o decreto de 11 de Agosto de 1831, «estabelecendo os limites de S. Matheus «até as Itaunas, respeitou o disposto na «referida Carta Regia e a demarcação do «municipio de S. José do Porto-Alegre; si «até o presente não houve acto legal que «revogasse essa carta e o mencionado decreto, «como pode-se negar actualmente o dominio «que tem o municipio de S. José de Porto-Alegre

«do Mucury, e, portanto, o Estado da Bahia «aos terrenos que se extendem da margem «direita do Mucury até o Riacho Doce?»

O mesmo engenheiro Dr. Argollo fez publicar um estudo sobre os limites destes dois Estados, na *Revista do Instituto Historico da Bahia* de 1895, pag. 267, e na mesma *Revista*, á pag. 395, sahiu á luz tambem um estudo do Dr. Reis Magalhães, cuja conclusão foi publicada na *Revista* de 1896, á pag. 313, trabalhos estes de incontestavel valor, e em todos estes dois estudos demonstrou-se que o limite entre estes dois Estados era o Riacho Doce.

Este territorio se extende cerca de 4 leguas ou (24 kilometros) para o sul da foz do rio Mucury, onde se lança o Riacho Doce, e 12 leguas (ou 72 kilometros) de leste para oeste; e esta nesga do territorio jámais pertenceu ao Espirito-Santo.

Os argumentos que vamos expor deixam bem evidente que outro não pode ser actualmente o limite entre os dois Estados senão o Riacho Doce.

a) A Carta Regia de 3 de Março de 1755, entre outras disposições, disse:

«Permitto, comtudo, que dentro da so-«bredita distancia de seis leguas se conceda «uma data de quatro leguas de terra, em «quadro, para administrarem os officiaes «da camara e para de seu rendimento «as despesas e obras do conselho, aforando «aquellas partes da mesma terra que lhes «parecer conveniente, comtanto que o obser-«vem a ordenação do reino no que dispõe a «respeito destes aforamentos, etc., etc.»

Em virtude desta Carta Regia o desembargador ouvidor José Xavier Machado Monteiro procedeu com o respectivo pessoal da justiça, em 17 de Outubro de 1769, auto de medição e demarcação nas terras adjacentes á nova villa de Porto-Alegre, assignado na sua creação para termo e districto da jurisdicção e justiça desta villa, em cujo auto lê-se textualmente o seguinte:

> «Até o beiral do Riacho Doce que corre «pela margem de um pequeno outeiro que lhe «fica exclusive pela parte sul e no refe- «rido Riacho declararam os medidores terem «até medido seis leguas e por isso não de- «viam passar adiante e sendo informado o «dito ministro de mim escrivão pelo assento «que das braças ia fazendo no que dou a «minha fé, achou ser verdadeira a decla- «ração que faziam os ditos medidores, pelo «que mandou suspender a medição e que «ficando o mesmo riacho tambem exclusivo «no seu beiral, se lhe cravou um marco «para certeza e memoria de que até ahi «se comprehendia o terreno da mesma villa.»

Lavrou-se tambem auto de medição e demarcação que se fez nas terras assignadas na area desta nova Villa de Porto-Alegre para edificarem novas casas quando a Villa se augmentar e para logradouros d'ella; como tambem auto de medição e demarcação que se fez nas quatro leguas de terras, assignadas para administrarem os officiaes da Camara para de seu rendimento se fazer as obras e despesas do Conselho; em seguida procedeu-se auto de medição e demarcação das leguas de terra dos moradores d'esta nova Villa

de Porto-Alegre, em cujo documento se lê textualmente o seguinte:

«E se demarcou em uma arvore cha-
«mada «Cajarana» que existe bem ao beiral
«do Riacho Doce em cuja arvore se esculpio
«uma cruz em signal de demarcação e con-
«tinuando-se na medição pelo rumo de leste,
«se mediu por este lado 5 leguas de dis-
«tancia e foi ter fim bem ao pé de um
«marco de pedra que existe tambem ao beiral
«do mesmo riacho Doce que é a divisão do
«termo da villa ficando exclusive ao mesmo
«riacho, e continuando-se na medição pelo
«rumo do norte se mediu por este lado duas
«leguas que tiveram fim bem no pé do pri-
«meiro marco que se cravou nesta medição
«por se ter medido toda a terra que podem
«ser occupadas pelos moradores com lavouras,
«livres das que foram medidas para o ren-
«dimento do Conselho e logradouro da villa,
«etc., etc.»

Trabalho este que foi julgado pela sentença seguinte:

« Julgo por sentença a medição e demar-
« cação do termo e districto d'esta nova
« Villa de Porto-Alegre e das terras na sua
« creação applicadas para logradouro do povo
« e para patrimonio do Conselho, e para as
« lavouras dos moradores, cuja medição e
« demarcação mando se cumpra e guarde,
« para o que interponho a minha auctoridade,
« e decreto judicial. Villa de Porto-Alegre,
« dezeseis de Novembro de mil sete centos e
« sessenta e nove. — *José Xavier Machado*
« *Monteiro.* »

Sentença que foi publicada e passada em julgado desde 16 de Novembro de 1769.

Ora, si desde esta epocha este territorio, ao sul do Rio Mucury, foi pertencente a Bahia, e si durante estes 135 annos nunca deixou de pertencer á Bahia, e si o Espirito-Santo nunca teve jurisdicção sobre este territorio, como admittir-se a hypothese de deixar de pertencer á Bahia este terreno entre o Riacho Doce e o Rio Mucury?

b) Porque a Bahia tem, sem interrupção, exercido jurisdicção sobre este terreno do sul do rio Mucury, os seus habitantes são, em Porto-Alegre, eleitores, jurados, subcommissarios e a jurisdicção civil, na accepção lata da palavra e criminal, é a de Porto-Alegre, e no artigo inserto na Revista do *Instituto Geographico e Historico da Bahia* diz o engenheiro Dr. Argollo referindo-se á Companhia Mucury.

> « Dahi verifica-se que a povoação de
> « Santa Clara, situada á margem Sul do rio
> « Mucury, era tambem, nessa data, conside-
> « rada pelo governo e pela Companhia
> « Mucury como em territorio da provincia
> « da Bahia, o que tambem fica provado por
> « só ter a Secretaria dos Negocios do Imperio
> « dado conhecimento dos contractos realisados
> « com a Companhia Mucury, aos presidentes
> « das, então, provincias da Bahia e Minas-
> « Geraes, como consta da pagina 11 do
> « folheto publicado em 1862 pelo benemerito
> « mineiro, Theophilo Benedicto Ottoni, sob o
> « titulo «Breves Respostas ao Relatorio da
> « Liquidação da Companhia Mucury. »

« Ora, tendo a Companhia de estabelecer «colonias e fundar outras propriedades á «margem direita do rio Mucury, como «estabeleceu, si os terrenos dessa margem «pertencessem ao Espirito Santo, teriam «sido feitas tambem communicações officiaes «á presidencia dessa provincia hoje Estado.»

Ora, o Estado da Bahia exercendo sempre jurisdicção neste territorio, como se lhe pode arrancar para dar-se ao Espirito Santo?

c) Porque o tão citado Decreto de 11 de Agosto de 1831, é todo a favor da Bahia, o qual assim se enuncia:

Decreto — de 11 de Agosto de 1831.

« Erige, em parochia, a capella filial da povoação da Barra da Villa de S. Matheus na provincia do Espirito-Santo.

« A Regencia, em nome do Imperador, tem sanccionado e manda que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral, sobre resposta do Conselho Geral da provincia do Espirito-Santo:

« Art. unico. Que a actual capella filial da povoação da Barra da Villa de S. Matheus, que já tem pia baptismal e cemiterio, seja erecta em parochia, abrangendo a mesma povoação, e todos os povos estabelecidos nas margens de Leste, dos rios Preto e Sant'Anna, dividindo-se com a freguezia da dita villa ao Oeste pelos referidos rios; ao Sul com a de Nossa Senhora da Conceição de Linhares pela Barra Secca, e ao Norte com a de S. José de Porto-Alegre de Mucury, pelas Itaunas.

Diogo Antonio Feijó, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar.

«Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Agosto de mil oito centos e trinta e um, decimo da independencia e do Imperio. — *Francisco de Lima e Silva.* — *José da Costa Carvalho.*—*João Braulio Muniz.*—*Diogo Antonio Feijó.*»

Ora, si o Decreto dispõe que ao Norte limita-se com a villa de S. José de Porto-Alegre do Mucury pelas *Itaunas*, d'ahi se conclue que a Parochia de S. Matheus limita-se ao Norte com a Villa de S. José de Porto-Alegre pelas Itaunas, e tudo quanto fica ao Norte das Itaunas é da villa de S. José de Porto-Alegre e portanto do Estado da Bahia; porém a Bahia é modesta, não vai ao Rio Itaunas, vai apenas ao Riacho Doce, e si ambiciosa fosse a Bahia, iria ao territorio que ainda fica ao Sul do Riacho Doce e no bom direito não lhe podia contestar este territorio — No entretanto ainda se chama este Decreto de 11 de Agosto de 1831 para apatrocinar-se a pretenção do Estado do Espirito-Santo!!!

d) Porque os mappas não podem dar, nem tirar direito, e o erro das Cartas geographicas jamais deu direito a quem não o tem, por consequencia não pode servir de augmento decisivo em favor do Espirito-Santo o erro dos mappas de Moreira Pinto, Candido Mendes, a Carta da Provincia da Bahia publicada em 1886, e mesmo porque outros existem dando o Riacho Doce por divisa confinal entre os dous Estados — O que fórma direito é a posse do territorio, e os documentos historicos.

e) Porque as repetidas invasões do Espirito-Santo desde o tempo do Imperio, o arrolamento que em 1870 mandaram proceder e a Agencia de Rendas que pretenderam fundar em 1876, como a invasão de 1893 foram actos estes repellidos pelos habitantes do territorio

ao sul do Rio Mucury e ao norte do Riacho Doce, o que deu logar a que o Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, de saudosa memoria, em 20 de Maio 1896 dirigissse um officio, cuja copia vae adeante, mostrando que nenhum direito assiste ao Espirito-Santo no territorio que pretende, o qual sempre pertenceu a Bahia que nelle tem incontestavel posse secular. Em 1° de Agosto proximo passado o actual Governador do Estado recebeu o seguinte telegramma do Presidente do Espirito-Santo.

«Victoria, 1. — Exm. Sr. Governador da «Bahia — Bahia já pretendeu exercer juris-«dicção sobre o territorio Espirito-Santo, que «invadiu. Reclamações Governo d'este Estado «concorreram Bahia retirasse força respei-«tando Mucury como divisa marcada todos «mappas tratados geographia. Chamo attenção «V. Ex. seguinte telegramma de 14 de «Dezembro de 1889: « Bahia.— Acabam ser «dadas providencias acerca invasão que «dizeis ter praticado official Brigada policial «d'aqui Antonio Pamponet em territorio «d'esse Estado. Governo respeitará direitos «Estado Espirito-Santo cujas relações cultiva «com esmero.— Cordiaes saudações.»

«Além desse telegramma tenho outros «documentos que comprovam governo d'este «Estado sempre protestou como protesta agora «contra invasão seu territorio.

«Conto V. Ex. mandará retirar força, res-«peitando assim nossos incontestaveis direitos. «Cordiaes saudações—Presidente do Estado.»

O Sr. Dr. Governador respondeu nos seguintes termos:

«Exm. Presidente Estado Espirito-Santo
«—Victoria.—Pequena força policial des-
«tacada territorio aquem Riacho Doce, limite
«Sul d'este Estado com Espirito-Santo, unico
«intuito manutenção ordem. Em officio mos-
«trarei razões valiosas firmadas documento
«incontroverso direito da Bahia esse territorio.
«Espero esta discordancia entre os dois gover-
«nos terá solução pacifica e de nenhuma sorte
«perturbará estreitas relações amizade entre
«ambos existentes que procurarei manter.»

«Saudações.—*J. Marcellino*».

E de feito, dias depois, segundo noticiaram os jornaes, pelo Dr. José Marcellino foi remettido ao presidente do Espirito-Santo longo e minucioso officio, com os respectivos documentos.

Factos—estes, que attestam que a Bahia, além de exercer jurisdicção naquella localidade, jamais abandonou o seu direito.

f) Não procede o argumento de que o Espirito-Santo tendo 44.839 kilometros quadrados é muito menor que a Bahia que tem 426.427 kilometros quadrados, pois que a extensão da superficie territorial não é o escopo pelo qual se constituiram os Estados, nem mesmo depois do advento da Republica e ainda mesmo sendo preciso extender o Estado do Espirito-Santo, teria elle de ir buscar territorio em Minas que tem 574.855 kilometros quadrados, e é maior que os Estados do Rio e da Bahia que limitam o referido Estado do Espirito-Santo.

g) Estamos em um seculo de progresso e civilisação, de homenagem á liberdade, em que a vontade

do homem é factor poderoso e decisivo na constituição do poder publico. E' uma das circumstancias de valor que não tem sido lembrada, é a vontade dos habitantes do triangulo territorial em discussão, os que residem entre o Rio Mucury e o Riacho Doce.

E estes nunca pertenceram á jurisdicção do Espirito-Santo e não querem ser Espirito-Santenses, como se vê no abaixo assignado que entre os documentos apresentamos, dirigido ao engenheiro Argollo pelas principaes auctoridades e pessoas d'aquella localidade.

Documento este, que é do seguinte theor:

«*Illustrissimo Senhor.* — Nós abaixo assi-«gnados, residentes n'este Municipio, temos «subida honra de dirigir a V. S. as seguin-«tes linhas para agradecer-lhe por palavras «escriptas a grande defesa feita em prol «dos direitos do nosso caro Estado e por-«tanto d'este municipio.

«Lemos com bastante attenção o artigo «de V. S. dirigido á redacção do *Jornal de* «*Noticias* de 26 de Agosto do cadente anno, «demonstrando, como grande conhecedor, «quaes os limites entre os dois Estados visi-«nhos, Bahia e Espirito-Santo, e por elle fi-«camos certos que o poder competente fará «sanar os abusos praticados constantemente «pelo Espirito-Santo e sempre reclamados «por nós. Estamos certos de que o governo «Estadual não poderá encontrar um auxilio «melhor que V. S., visto que tem os melhores «conhecimentos d'este Estado e de seu terri-«torio para decidir d'esta importante questão.

«Muito bem contestou V. S. os argumentos «do illustre representante do Espirito-Santo.

«A carta Regia de D. José I concedeu, «é verdade, que os limites deste municipio «se extendessem até o Riacho Doce, pequeno «rio; e esta carta, como disse V. S. em seu «citado artigo, não foi revogada por acto «legal.

«Não sabemos quaes os direitos conce- «didos ao Espirito-Santo para, por força, «querer possuir o que não lhe pertence, «chamando a si um direito que nos foi dado «desde 3 de Março de 1755.

«Os abaixo assignados muito agradecem «a V. S. e esperam que o illustrado prote- «ctor continuará a defender com a sua palavra «brilhante e penna de ouro, os direitos deste «uberrimo municipio.

«Aproveitamos a opportunidade asada «para significar a V. S. os nossos protestos «de profundo respeito, estima e consideração.

«Saúde e fraternidade.

«Villa de S. José do Porto-Alegre, 18 «de Outubro de 1893.

«Ao illustrado cidadão Dr. Miguel de «Teive e Argollo, muito digno engenheiro «civil. Alagoinhas — (Assignados) — Arthur «Gonçalves Martins, juiz preparador; Ettore «Gumminelle, 1°. supplente do juizo prepa- «rador; Manoel Pedro Leão Fontes, inten- «dente municipal; Antonio de Souza Mafra,

«commissario de policia; Manoel Ignacio «Boa-Nova, tabellião; Olympio Francisco «Somier de Souza, professor publico; João «Paula da Fonseca, presidente da Camara «Municipal; Salustiano Domingues de Oli- «veira, membro do Conselho Municipal; Jus- «tiniano José de Britto, membro do Conselho «Municipal; Josephino José do Nascimento, «membro do Conselho Municipal; Elias Bar- «bosa de Farias, eleitor; Ricardo José Gon- «çalves, eleitor; Francisco Moreira Dias «Lauro, procurador geral dos orphãos; Julio «Haneisen, negociante e juiz de paz; Julio «Alberto Haneisen, membro do Conselho «Municipal; João Francisco de Jesus, eleitor; «Antonio Julião Kock, membro do Conselho «Municipal; Jesuino Teixeira dos Santos, «negociante e eleitor; José de Lemos Mon- «teiro, 1°. juiz de paz; João Antunes do Carmo «Penedo, escrivão de paz; Jorge Rodrigues «de Oliveira, eleitor; João Alves Rodrigues, «eleitor e guarda fio; Manoel Bernardo Kock, «juiz de paz; Manoel Francisco Barbosa, «eleitor; Deolindo Francisco de Mesquita, «eleitor».

De sorte que, si ainda mesmo a Bahia por uma circumstancia qualquer quizesse ceder ao visinho Estado a nesga de seu territorio por elle ambicionada, não poderia o fazer, porque os seus habitantes se negariam a reconhecer as auctoridades do Espirito-Santo.

h) A capitania dos Ilhéos, doada a Jorge de Figueiredo Corrêa, por Foral de 1.° de Abril de 1535, tinha

50 leguas e a de Porto-Seguro, doada a Pero de Campo Tourinho, por carta regia de 27 de Maio de 1534 tambem tinha 50 leguas, e como a de Ilhéos começava ao Norte na Ponta da Ilha Tinharé, é claro que a costa da Bahia deve se extender d'ahi até 100 leguas ao Sul ou 5 gráos; ora, a ponta do Norte da Ilha Tinharé ou o Morro de S. Paulo fica na latitude Sul de 13°-22 e a foz do Riacho Doce fica a 18°-22 que é justamente onde terminam as 100 leguas ou 5 gráos a que tem direito a Bahia.

Não é certo que as 100 leguas da Bahia, ao Sul, terminem na foz do Rio Mucury; verdade é que a Bahia vem assim a ter mais de 150 leguas de costa, maritimas, quando ella é a reunião de 3 capitanias de 50 leguas cada uma.

A causa, porém, d'esta dissonancia não é o facto de levar ella as suas raias ao sul do Rio Mucury, mas o facto de haver uma solução de continuidade após a capitania doada a Francisco Pereira Coutinho, a qual começava na *Ponta do Padrão* até a foz do Rio S. Francisco, ao passo que a capitania de Ilhéos não começava na *Ponta do Padrão* (Santo Antonio), mas sim na ponta da Ilha Tinharé.

Notando-se que tomamos por base o ponto Norte d'esta ilha, por quanto si fosse o ponto terminal do Sul da Ilha, iria além do Riacho Doce.

i) O Aviso n. 57 de 10 de Abril de 1823, que declara a villa de S. Matheus, diz o seguinte:

«*N. 57—Imperio—Em 10 de Abril de 1823.*»

«Declara a villa de S. Matheus, sujeita «á provincia que lhe ficar mais proxima,

«Sendo presente a S. M. o Imperador «o officio do governo da provincia do Espirito-«Santo de 20 de Março proximo passado, em «que representa que, tendo-se a villa de S. Ma-«theus unido á referida provincia para accla-«mação do mesmo A. S., e pretendendo agora «o Conselho interino do governo da Bahia «que a dita Villa se lhe reconheça sujeita, «entra em duvida á qual das duas provincias «deve ficar pertencendo aquella Villa; manda «pela secretaria do Estado dos negocios do im-«perio participar ao referido governo, que «deve reconhecer-se sujeita áquella que lhe «ficar mais proxima, até que a Assembléa «Geral do Brazil determine os limites das «Provincias.

«Palacio do Rio de Janeiro em 10 de «Abril de 1823. — *José Bonifacio de Andrada «e Silva.*»

Ora, si até aquella data era duvidoso a quem pertencia a Villa de S. Matheus, que até então pertencia á Bahia, e só depois d'esta decisão ficou pertencendo ao Espirito-Santo, como provincia mais proxima, como querer-se que o Riacho Doce, que fica muito ao Norte, pertença ao Espirito-Santo?...

j) Porque durante o Imperio nenhum acto do poder legislativo, judiciario ou executivo trouxe a fronteira do Espirito-Santo ao Rio Mucury —; ao envez, o decreto já citado e reproduzido de 11 de Agosto de 1831, fixou os limites pelas Itaúnas, que ficam ao sul do Riacho Doce, e assim dissemos que, si pelos documentos historicos, este territorio encravado entre o Riacho Doce e o Rio

Mucury, sempre pertenceu á Bahia e si nenhum acto houve que trouxesse os limites para o Rio Mucury, como admittir-se que é este rio o limite entre os dous Estados, prejudicando os factos e documentos historicos?...

k) Porque entre outros muitos documentos que podiamos apresentar de que S. Matheus fez parte até 1823 da Bahia temos a provisão de 18 de Novembro de 1816 que diz:

«N. 41. Reino — Provisão da Mesa do «Desembargo do Paço de 18 de Novembro de «1816, crea uma cadeira de primeiras letras «na villa de São Matheus e outra na povoação «Santa-Cruz, na comarca de Porto-Seguro da «capitania da Bahia.

«D. João, por graça de Deus, rei do Reino «Unido de Portugal, Brazil e Algarves, etc.

«Faço saber a vós Governador e capitão «general da capitania da Bahia, que tomando «em consideração a necessidade que ha, para «a educação da mocidade, de aulas de «primeiras letras, na villa de S. Matheus e «povoação de Santa-Cruz, na comarca de «Porto Seguro: hei por bem crear nas «referidas villas e povoação uma cadeira de «primeiras letras, tendo cada uma o ordenado «que se acha estabelecido para cadeiras desta «natureza, segundo as respectivas terras.

«O que vos mando participar para as «proverdes na forma das minhas reaes ordens.

«El-Rei Nosso Senhor o mandou pelos «ministros abaixo assignados, do seu conselho «e seus desembargadores do paço — João Pedro «Maynard d'Affonseca e Sá a fez no Rio de

«Janeiro, a 18 de Novembro de 1816.
«Bernardo José de Souza Lobato a fez escrever.
«—*Bernardo José da Cunha Gusmão e Vas-*
«*concellos.*»

E' o caso de repetirmos o seguinte argumento:—«Si S. Matheus, por esta provisão, é fora de duvida que pertencia a Bahia como duvidar-se que o territorio á margem direita do Riacho Doce, que está muito ao norte, tambem pertencia á Bahia?

E não ha quem aponte um acto, lei ou decreto do governo geral ou federal em contrario a este limite secularmente reconhecido.

l) Porque diversos engenheiros que fizeram estudos ao sul da Bahia reconhecem que o Riacho Doce é o limite entre a Bahia e o Espirito-Santo, entre outros citaremos o relatorio que, em 1878, apresentou ao conselheiro Barão Homem de Mello, então Presidente da Provincia da Bahia, o Sr. João Baptista de Oliveira, trabalho este existente no Archivo Publico da Bahia, vindo a este relatorio annexo um mappa, onde se vê o Riacho Doce como limite entre estes dous Estados.

m) Que em vista do exposto não se póde deixar de affirmar que o Dr. Alfredo Moreira Pinto, em sua Chorographia, estava em manifesto engano quando diz «que a Bahia pretende levar os seus limites ao Rio Doce.» O illustre scientista não mediu o alcance da proposição enunciada, já que isto era um absurdo e a Bahia não póde ter a pretenção de levar a sua fronteira meridional ao Rio Doce.

Confundiu elle Rio Doce com Riacho Doce, e por isto no começo desta monographia deixamos logo bem fir-

mado que existe grande differença entre o Rio Doce e o Riacho Doce, estando um bem distante do outro.

A leitura reflectida e bem amparada com o mappa destes dous Estados deixa fóra de duvida que o illustrado professor estava em engano, suppondo pretenção indevida do Estado da Bahia em levar os seus limites até o Rio Doce.

n) Está egualmente em verdadeiro engano o illustrado senador Candido Mendes nas observações que fez sobre os limites entre estes dois Estados; os seus argumentos como os de Moreira Pinto, que se inspirou em Candido Mendes, não podem levar a convicção a pessoa alguma, porquanto bem meditados são contraproducentes, pois que a legislação por elle citada só pensa que o territorio em questão sempre pertenceu a Bahia.

o) Porque os referidos escriptores Braz da Costa Robim e Cezar Augusto Marques em seus diccionarios geographicos sobre a provincia do Espirito-Santo, em que procuram ser tão minuciosos, trazendo verdadeiros riachos e corregos, não trazem o Rio Mucury.

E qual a causa desta lacuna?...

Sem duvida, porque o Rio Mucury não corre em terras do Espirito-Santo, isto é, não pertence a este Estado e sim ao Estado da Bahia, porque si pertencesse ao Espirito-Santo estes escriptores que foram aliás tão minuciosos em seus trabalhos geographicos teriam, sem duvida, contemplado o Rio Mucury.

p) Porque só os que copiaram mappas errados podem duvidar do limite real entre estes dous Estados; os que vão a esta localidade, indagam, estudam e conversam com os habitantes residentes na nesga do terri-

torio entre o Rio Mucury e o Riacho Doce não podem pensar de modo diverso; é assim que havendo os Srs. Queiroz, etc., comprado ao Estado terras devolutas nestes territorios e pela planta levantada pelo engenheiro Coelho Sobrinho, cuja planta existe na Secretaria da Agricultura, no respectivo processo feito para este fim, vê-se que este territorio é da Bahia e que o limite meridional do Estado da Bahia não é o Rio Mucury e sim o Riacho Doce; não só esta planta como outras existem na Inspectoria Geral de Terras, Colonisação e Immigração, de que é digno inspector o illustrado e distincto Dr. Joaquim Francisco Gonçalves, e a este respeito pode dar importante informação o distincto engenheiro Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade, delegado de terras do 13º districto que conhece plenamente este territorio.

q) Porque o Estado da Bahia sempre e em todos os tempos reagiu contra esta tentativa do Espirito-Santo, pois que em 1893 o intendente e o juiz preparador mandaram ao Governador deste Estado os seguintes telegrammas:

> «Ao Dr. Governador do Estado da Bahia «—Engenheiro aqui mandado pelo Espirito-«Santo medir e demarcar 8 leguas de terreno «na margem sul do rio desta villa como li-«mites daquelle Estado; esses terrenos per-«tencentes a esta Villa, pelo livro da creação, «desde que é limite Riacho Doce e não mar-«gem sul d'este rio.
>
> «Este perimetro da medição acha-se todo «occupado por lavradores por aforamento a «esta municipalidade, traz, portanto, isto «grande transtorno para estes lavradores.

«Espero que V. Ex. tomará na devida «consideração e aguardo vossa resposta.— «*Manuel Pedro Leão Fontes,* intendente.

«Ao Dr. Governador — Bahia — Enge- «nheiro enviado governo Espirito-Santo aqui «medir, demarcar terrenos margem sul do «Rio Mucury pertencente este municipio. «Municipes protestam contra semelhante «entrada nosso territorio sem auctorisação «governo. Insistem pedindo qualquer provi- «dencia. Levo vosso conhecimento, aguardando «vossas ordens. — Juiz preparador, *Arthur «Gonçalves Martins.*» — O que deu logar ao referido officio do Dr. Rodrigues Lima, officio que acompanha este estudo como documento.

r) O governo imperial havendo constituido a Provincia do Espirito-Santo com a do Rio de Janeiro em um districto telegraphico e a Bahia pertencendo a outro districto este ia até o Riacho Doce, de onde se infere que o governo geral então reconhecia que a provincia da Bahia ia até o Riacho Doce; e o chefe deste districto era o zeloso e distincto engenheiro Navarro a quem nos referimos, o qual tendo estado neste triangulo territorial, objecto deste trabalho, nos asseverou que não ha duvida de que este territorio é da Bahia, e que todos os habitantes desta localidade não desejam fazer parte do Espirito-Santo.

s) Porque as repartições geraes, hoje federaes, como estaduaes desde o Archivo Publico até a Secretaria do Governo, como a Camara Municipal de S. José do Porto-Alegre e os seus cartorios estão cheios de documentos que attestam e deixam provado que a zona existente

entre o Rio Mucury e o Riacho Doce pertence á Bahia; o governo central, já pelos seus decretos já pelos seus actos, sempre considerou esta porção de territorio pertencer á Bahia.

t) Porque diversos lavradores ahi moradores e residentes pagam fôro á Camara Municipal de Porto-Alegre, pois reconhecem o direito da Bahia que ali exerce jurisdicção secularmente; ao passo que nenhum paga fôro ou reconhece qualquer das Camaras Municipaes do Espirito-Santo com este direito; e só reconhecem a jurisdicção da Bahia, a qual tem se operado plena e nunca interrompida, apezar das diversas invasões do Espirito-Santo, mas sempre repellidos pela Bahia, a qual sempre calma, confia no seu direito, e que as auctoridades e a classe dirigente do visinho Estado, reconhecendo que não têm razão e que não devem proseguir nesta tentativa sem apoio nos factos, nem nos documentos historicos, ha de finalmente ceder á razão e ao bom senso e o Estado da Bahia não terá o grande constrangimento de ver arrancada de seu territorio tão uberrima zona coberta de frondosas arvores.

u) Finalmente, porque todas estas considerações se resumem na questão de direito e de facto.

Quanto ao direito: ao passo que o Espirito-Santo não exhibe nenhuma lei ou decreto que lhe apoie este direito, a Bahia tem a legislação Colonial, a reinicola e a Imperial a seu favor, isto é, a Carta Regia de 3 de Março de 1755 e os subsequentes autos de medição e demarcação a que já nos referimos, e bem assim a provisão de 13 de Novembro de 1816.

O aviso de 10 de Abril de 1823 e o decreto de 11 de Agosto de 1831, em todos estes instrumentos de Lei

já deixamos provado o direito do Estado da Bahia a este territorio a que nos temos referido, ao sul do rio Mucury.

Quanto á questão de facto, seriamente não se póde negar a posse mais que secular que a Bahia tem n'este territorio, onde exerce jurisdicção sobre seus habitantes, os quaes não querem estar sobre o dominio do Espirito-Santo — A Bahia tem incontestavelmente o *uti possidetis*, a posse passada e a actual por mais de um seculo—E nestas questões de limites o *uti possidetis* influe poderosamente, ante o direito internacional, e nas decisões que tivemos na questão dos territorios das Missões e do Amapá, influiu vantajosamente para o Brazil o facto de estar elle de posse d'este territorio.

Esta allocução adverbial latina *uti possidetis* é uzada na diplomacia desde o tratado de «Breda» em 1667 para designar a posse actual.

Pelo que se vê que *uti possidetis* é um facto, e um facto não pode ser contestado seriamente — Assim, como negar-se que a Bahia está de posse deste territorio quando ella tem sobre elle a sua jurisdicção, arrenda terrenos, faz concessões, cobra imposto, nomeia auctoridades policiaes e judiciarias, os seus moradores ao passo que são jurados, eleitores em S. José do Porto-Alegre não querem saber do Espirito-Santo que alli não tem posse nem jurisdicção, como pois negar-se o direito da Bahia? Do exposto chega-se ao conhecimento de que a Bahia tem dominio e posse n'este territorio, que tem a seu favor o direito e o facto da posse.

Por todos estes argumentos supra expostos, parece-nos fóra de duvida, que o territorio ao sul do rio Mucury e ao norte do Riacho Doce, pertence exclusivamente ao Estado da Bahia.

Sinto profundamente divergir do nosso illustre conterraneo Dr. Custodio Moreira que em seus artigos sobre este assumpto no *Diario de Noticias*, de 16 de Agosto de 1893, referiu-se ao meu humilde nome de modo tão honroso, na questão de limites com o Estado de Sergipe, mas convencido como estou, ante os documentos supra referidos, não posso deixar de contribuir com o meu diminuto esforço em prol do Estado da Bahia, o qual não deve abrir mão do territorio que lhe pertence e que, como já disse, não o poderia fazer ainda querendo, pois que os habitantes da nesga de terra ao Sul do Rio Mucury e ao Norte .do Riacho Doce não concordariam com esta doação.

Levando ao conhecimento de V. Ex., Sr. Dr. José Marcellino de Souza — Dignissimo Governador do Estado da Bahia, este estudo sobre os limites d'estes dous Estados tenho apenas em mira concorrer como bahiano e particularmente como director da Bibliotheca Publica para esclarecimento de uma questão que, bem ventilada, póde concluir em paz; pois que si a Bahia não tratar de firmar os seus limites ao Sul com o Espirito-Santo póde isto no futuro dar causa a luctas e hostilidades entre os habitantes visinhos de cada um dos Estados e trazer incidentes desagradaveis, ficando certo, porém, que nem ante a Historia, nem ante o Direito nenhuma razão assiste ao Espirito-Santo; porquanto ha mais de um seculo pertence á Bahia, de facto e de direito, o territorio que se extende ao Sul do Rio Mucury até o Riacho Doce, em cujas margens acaba o territorio meridional do grande e valoroso Estado da Bahia.

Bahia, 20 de Outubro de 1904.

José de Oliveira Campos.

Relação dos documentos que corroboram as proposições insertas nesta exposição

1.° Mappa que desenhamos mostrando o limite entre os Estados da Bahia e Espirito-Santo, onde se vê o territorio entre o Rio Mucury e o Riacho Doce.

2.° Copia de diversos documentos que fizemos extrahir no Archivo Publico, onde se lê: a Carta Regia de 3 de Março de 1755.

3.° Auto de medição e demarcação que se fez nas terras adjacentes á Villa de Porto-Alegre, assignado na sua creação para termo e districto da jurisdicção da Justiça da Villa.

4.° Auto de medição e demarcação que se fez nas terras assignadas no aro desta nova Villa de Porto-Alegre, não só para edificarem novas casas, quando a Villa se augmentar, mas tambem para logradouro della.

5.° Auto de medição e demarcação que se fez nas 4 leguas de terras assignadas para administrarem os officiaes da Camara para do seu rendimento se fazer as obras e despezas do Conselho.

6.° Auto de medição e demarcação das 6 leguas de terras dos moradores desta nova villa do Porto-Alegre.

7.° Sentença do Ouvidor Geral José Xavier Machado Monteiro, julgando estas medições e demarcações da villa de Porto-Alegre, em cujos documentos ficou desde então

(16 de Novembro de 1769) pertencendo o territorio ao sul do Mucury e ao norte do Riacho Doce á villa de Porto-Alegre e por consequencia á Bahia.

8.° Termo de recebimento e publicação desta sentença.

9.° Copia textual do artigo do engenheiro Miguel de Teive Argollo, de 24 de Agosto de 1873, publicado no *Jornal de Noticias*, que esclarece assás a questão e fulmina os argumentos dos que apoiam a pretenção do Espirito-Santo.

---

10. Copia do artigo escripto pelo mesmo engenheiro Argollo, publicado na *Revista do Instituto Historico*, pag. 267 do vol. de 1895, com um abaixo assignado das principaes auctoridades, negociantes e cidadãos mais importantes, moradores neste territorio, em que manifestam desejo de pertencerem ao Estado da Bahia, o qual tem todo o direito a esta zona territorial.

---

11. Officio de 20 de Maio de 1896 do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, onde discute com clareza e brevidade demonstrando o direito secular do Estado da Bahia ao territorio existente ao norte do Riacho Doce e ao sul do Rio Mucury.

Seguem os documentos:

José de Oliveira Campos.

BAHIANOS ILLUSTRES

APONTAMENTOS BIOGRAPHICOS

Dr. Ramiro Affonso Monteiro

Mais um vulto grandioso da medicina brazileira, prestimoso e illustrado cidadão veio enluctar o coração da patria e da sociedade bahiana.

Depois de prolongados soffrimentos, em consequencia de uma affecção cancerosa, exhalou o ultimo suspiro no dia 15 de Setembro de 1902, n'esta capital, o Cons. Dr. Ramiro Affonso Monteiro, lente jubilado da « Faculdade de Medicina » d'este Estado, e abalisado clinico.

Por mais de 30 annos o illustrado e venerando professor nutriu e avigorou com sua seiva generosa centenas e centenas de discipulos, sabendo fazer clinicos e professores.

Além dos grandes e copiosos conhecimentos que possuia, mostrou-se sempre um clinico humanitario e desinteressado, no exercicio da profissão que tanto nobilitou e elevou.

Todos que com elle tratavam ou conviviam, admiravam as qualidades, que formavam a sua personalidade moral: o desprendimento, a abnegação eram-lhe predicados dominantes.

A sua presença era reclamada por todos os seus

collegas para com elle conferenciarem, quando a duvida lhes assaltava o espirito; e as suas opiniões eram sempre acatadas, a sua palavra ouvida com o maximo respeito e attenção.

De facto, o Dr. Ramiro Monteiro, como clinico, além da larga experiencia e apurado saber, revelava grande tino medico nos casos clinicos que eram offerecidos á sua apreciação, elucidando os mais difficeis problemas de diagnostico, prognostico e tratamento.

Outro attributo inestimavel que o distinguia, diz um seu biographo, já como medico, já como mestre, era a mais severa e escrupulosa probidade profissional. Jamais sacrificou a verdade e lealdade scientificas ao mal entendido lustre do professor, á pretendida omnisciencia ou infallibilidade magistral.

O Dr. Ramiro era despido de toda ambição de gloria: excessiva modestia, retrahimento, e esquivança de qualquer situação conspicua, eram ainda caracteristicos seus.

Os beneficos effeitos produzidos em seus contemporaneos por sua palavra douta e judiciosa, por seus sublimes exemplos, hão de perdurar como luzentes padrões de gloria para o seu nome venerado, para a Faculdade que tão notavelmente illustrou, para o humanitario gremio a que pertenceu e que tanto honrou. (*)

Nasceu o Cons. Dr. Ramiro Affonso Monteiro a 23 de Novembro de 1839, na freguezia de N. S. da Assumpção de Camamú, n'este Estado, sendo filho legitimo do Capitão Romualdo Affonso Monteiro e de D. Luiza Brazil Monteiro.

Ainda bem joven, contando apenas 17 annos de

(*) «Gazeta Medica da Bahia», Setembro de 1902.

idade, casou-se em Fevereiro de 1856 com a Exma. D. Semiramis Edeltrudes de El-Rei Monteiro, tendo deste consorcio oito filhos.

A 3 de Março de 1860 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o gráo de doutor em 29 de Novembro de 1865, após brilhante tirocinio academico.

Quando ainda estudante do 5.° anno, foi eleito deputado provincial em 1864, sendo reeleito nas legislaturas de 1870 e 1876, occupando o cargo de 1.° vice-presidente.

Em 30 de Agosto de 1865 foi nomeado tenente-cirurgião da Guarda Nacional, e em 23 de Junho de 1868 coronel-commandante superior da comarca de seu nascimento.

Em 1.° de Maio de 1871 foi nomeado oppositor da secção de sciencias medicas da Faculdade de Medicina da Bahia, em cujo concurso deu significativas provas de talento e saber.

Em 18 de Outubro de 1876 foi nomeado lente cathedratico da cadeira de clinica medica, na vaga creada pela morte do Cons. Dr. Antonio Januario de Faria.

Por decreto de 23 de Janeiro de 1886 foi nomeado director da Faculdade de Medicina, cargo que deixou 5 annos depois por incompatibilidade de lei, e que exerceu com geral applauso, resolvendo a congregação que, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados á Faculdade, fosse o seu retrato collocado no salão da Directoria.

Continuou o abalisado professor na regencia da sua cadeira até 5 de Abril de 1902, data em que foi jubilado, contando 30 annos de magisterio effectivo.

Em 8 de Agosto de 1889 fôra agraciado por S. M. Imperial com o titulo de Conselheiro.

Dr. Augusto França

Ás 8 1/2 da noite do dia 28 de Setembro de 1902 falleceu n'esta Capital, no largo dos Afflictos, o Dr. Augusto Ferreira França, distincto advogado e eminente professor da *Faculdade Livre de Direito* e do *Gymnasio da Bahia.*

O Dr. Augusto França honrou todos os postos que occupou na vida publica, filiado ao partido liberal, em cujo nome occupou uma cadeira no parlamento sob o regimen da monarchia e a presidencia da Camara Municipal d'esta Capital; mas onde culminou a força do seu talento, alliado á illustração, foi na cadeira de mestre, quer no ensino secundario, quer no curso da *Faculdade Livre de Direito*, de que era director por merecida e unanime distincção dos seus pares.

Cultor emerito das disciplinas juridicas, o illustre bahiano tinha na efficacia da excelsa sciencia do direito sobre a cultura social dos povos a mesma fé inquebrantavel que anima ainda hoje os monumentos da jurisprudencia romana. (*)

Na technica juridica, raros entre nós têm logrado attingir a sua admiravel pericia; e si exceptuarmos esse perfil de jurisconsulto á romana, que todos nós veneramos em Frederico Marinho, ninguem ainda como elle alcançou esse prestigio moral que sagra as culminancias no saber e na probidade profissional. Natureza reflexiva e meditabunda, com um certo pendor ao isolamento, prazia-se o venerando mestre, cumpridos á

(*) «Diario da Bahia», Setembro, 1902.

risca os deveres sociaes, em encerrar-se no remanso do lar e nos estreitos ambitos de seu gabinete de estudos, onde se entregava a largas meditações sobre os homens e os acontecimentos de seu tempo. (*)

O Dr. Augusto Ferreira França, nasceu aos 17 de Abril de 1836, nesta capital.

Era filho do Dr. Eduardo Ferreira França, distincto cathedratico da *Faculdade de Medicina.*

Bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes na *Faculdade de Direito de S. Paulo,* em 1858, com vinte e dois annos de idade. O seu curso secundario foi feito no *Lyceu da Bahia,* de que fôra director o Dr. Antonio Ferreira França, seu illustre avô.

O inicio de sua vida publica data da nomeação para o cargo de chefe de secção da secretaria do governo, com o qual accumulou os de promotor publico e de procurador fiscal.

Em 1864, foi nomeado presidente da provincia de Goyaz e commandante das armas, prestando ao paiz reaes serviços, quando rebentou a guerra do Paraguay.

Depois de desempenhar estes cargos de modo a merecer geraes elogios, foi agraciado com o officialato da Rosa.

Foi eleito varias vezes representante a Assembléa Provincial, onde muito se distinguiu pela correcção de caracter e proficiencia com que discutia os mais importantes assumptos.

Em 1879 foi eleito deputado geral, juntamente com Rodolpho Dantas, tambem de saudosa memoria, para preencherem as vagas deixadas por Manoel Pinto de Souza Dantas e Pedro Leão Velloso, que haviam sido

(*) Disc. do Dr. Virgilio de Lemos.

nomeados senadores em substituição a Nabuco de Araujo e a Zacharias de Góes.

Na Camara Geral proferiu notaveis discursos.

Em 1883 foi eleito membro da Camara Municipal desta capital, sendo pelos seus collegas elevado á cadeira de presidente da referida Camara.

Como tal exerceu zelosamente as funcções hoje desempenhadas pelos intendentes municipaes.

Valiosos foram os serviços que então prestou ao municipio, sendo sempre invocada a sua administração para exemplo dos seus successores.

Em 1887 terminou o seu mandato de vereador, recolhendo-se á vida particular.

Em 1889 o partido liberal apresentou-o candidato a deputado provincial pelo 1.° districto. A eleição, porém, não se realisou em vista da quéda do Imperio.

Proclamada a Republica, Augusto França não se negou a prestar-lhe os seus proveitosos serviços.

O Sr. Dr. Virgilio Damazio, quando governador do Estado, reformando o antigo *Lyceu Provincial* nomeou-o lente cathedratico de Economia Politica do Instituto official do Ensino Secundario, cargo em que foi mantido pelo Sr. Dr. Rodrigues Lima, quando executou a lei creadora do actual *Gymnasio Bahiano*.

Em 1891, quando se fundou a *Faculdade Livre de Direito*, o Sr. Dr. Augusto França foi convidado para reger a cadeira de Economia Politica.

Na cathedra de mestre conquistou, a custa da sabedoria e lhaneza de trato, o affecto imperecivel de seus discipulos.

A congregação em 1899, por occasião da morte do Sr. desembargador João Rodrigues Chaves, director da Faculdade, o escolheu, por unanimidade, para exercer

esse cargo, que o Dr. França occupou com real aproveitamento para a instituição, que elle tanto amava.

Em 1894 foi eleito senador estadual e neste posto politico prestou inesqueciveis serviços ao seu Estado natal.

No Senado muito concorreu para a elaboração de varias leis de transcendencia, como a eleitoral e a de monte-pio, nas quaes a acção da sua intelligencia foi notavel.

Fallecendo prematuramente o nosso pranteado conterraneo Sr. Dr. Jayme Lopes Villas-Boas, foi o Dr. Augusto França eleito, por indicação do Partido Republicano, para substituil-o na Camara dos Deputados.

Dr. Manoel Victorino

A 9 de Novembro de 1902, após breve e violenta enfermidade, falleceu na capital federal o Dr. Manoel Victorino Pereira, ex-vice-presidente da Republica, e um dos politicos militantes mais em evidencia nestes ultimos tempos.

A Bahia perde n'elle um dos seus filhos mais illustres, a sciencia um dos que mais a honraram, e a imprensa um dos seus mais notaveis ornamentos. Medico, cirurgião e professor occupava um dos primeiros logares entre os seus collegas.

Era um espirito esclarecidissimo, fallando e escrevendo com bastante elevação, n'um estylo claro e brilhante.

Em ligeiras notas, tiradas da imprensa do dia, e do estudo biographico publicado pelo Dr. Braz do Amaral, damos as principaes datas de sua gloriosa existencia.

« E merecia bem as homenagens que lhe têm sido

tributadas o notavel scientista e homem de lettras, orador primoroso e sobretudo escriptor e polemista de força e talento, que serão difficilmente egualados.

« A toda a parte onde chegou, deixou esta natureza de escol traço fundo do seu vigoroso engenho. Possuia um admiravel poder de assimilação que o fazia familiar dentro em pouco aos assumptos mais diversos dos que até ahi conhecera e logo tratava d'elles com uma proficiencia que causava admiração e espanto. (*)

O Dr. Manuel Victorino Pereira, nasceu n'esta cidade da Bahia, a 30 de Janeiro de 1854.

Era filho legitimo de Victorino José Pereira, artista portuguez, aqui estabelecido desde 1830 com officina de marcenaria, que deixou honrada tradição no seio da sociedade bahiana, não só pela sua probidade, como pelo seu reconhecido amor á familia, tendo em vida o prazer de ver bem collocados todos os seus filhos que se notabilisaram por seus talentos e serviços ao paiz.

Até a idade de 14 annos, Manuel Victorino recebeu a instrucção elementar e profissional necessaria ao mister a que seu pae o destinava, o de com elle trabalhar em sua officina. Manifestando, porém, desejos de seguir uma carreira litteraria, a que os paes accederam, fez em dois annos o curso preparatorio, matriculando-se em 1871 na Faculdade de Medicina da Bahia, onde obteve o gráo de doutor em 1876, tendo sido approvado com distincção em quasi todos os annos do curso.

Durante a sua vida academica viu-se cercado da estima e admiração dos seus collegas, e advogou sempre entre elles, no jornalismo da escóla, as idéas mais adeantadas e liberaes.

(*) Dr. Manoel Victorino. «Gaz. Med. da Bahia», Nov. de 1902. B. A.

A sua these inaugural, escripta sobre as «molestias parasitarias intertropicaes», é um protesto cloquente contra a escravidão.

Seis mezes depois de formado, em um concurso disputado por competidores de grande talento, foi elle approvado em primeiro logar, sendo em seguida nomeado lente substituto da secção de Sciencias Accessorias.

Emprehendeu pouco tempo depois uma viagem á Europa, especialmente pela Allemanha, visitando os principaes centros de ensino medico, dedicando-se á cirurgia, e de lá trazendo a orientação moderna dos estudos medicos, a convicção da excellencia do methodo experimental e o enthusiasmo pelas doutrinas professadas pelos grandes espiritos que revolucionaram a sciencia na ultima metade do seculo XIX (*).

Regressando á Bahia encontrou a reforma das faculdades em começo de execução, e offereceu-se para reger gratuita e interinamente a cadeira de anatomia pathologica, recentemente creada, iniciando o estudo d'esta materia com a organisação de um gabinete e de um serviço de autopsias regulares.

Em 1883 entrou em concurso para a cadeira de clinica cirurgica, concurso que fez epoca na Faculdade. Taes foram as provas por elle exhibidas, que a congregação, approvando-o unanimemente, lhe concedeu a distincção, pela primeira vez obtida por um candidato, de um voto de louvor.

Tomou posse da mencionada cadeira a 5 de Agosto de 1883, recebendo de toda a Faculdade e da corporação academica a mais enthusiastica e ruidosa das ovações de que ha memoria em seus annaes.

(*) Gaz. Med. da Bahia, Nov. 1902.

D'ahi por diante entregou-se apaixonadamente ao estudo e ao ensino pratico da cirurgia, cujos conhecimentos muitas gerações de medicos devem ao insigne mestre, reputado habillissimo cirurgião, conhecedor de todos os melhoramentos que a sciencia moderna tem introduzido n'este ramo da medicina.

«O Dr. Manoel Victorino, diz o Dr. Braz do Amaral, possuia a faculdade, que não é commum, de saber e poder formar discipulos; tinha o geito de estimal-os, distinguir os que tinham gosto ou aptidão e impellil-os para diante com energia e apoio.

«Foi por isso que a sua reputação de professor cresceu tanto que elle conseguiu formar uma pleiade de convencidos da superioridade dos novos methodos, os quaes na Escola e fóra d'ella levavam á educação profissional e ao meio em que vivem os progressos da cirurgia moderna».

De 1885 começa a sua vida politica, dedicando-se com apaixonado ardor ás questões que se agitaram em seu tempo no paiz.

Enthusiasta fervoroso das idéas liberaes entrou para a redacção do *Diario da Bahia*, sendo os seus primeiros artigos publicados em Abril d'aquelle anno, quando se feriam as primeiras batalhas da celebre campanha abolicionista, tornando-se um dos esteios do ministerio Dantas, na imprensa local.

Com a queda do ministerio Dantas tomou attitude de opposicionista aos gabinetes Saraiva e Cotegipe, mantendo-se firme n'esta attitude até a abolição immediata, que elle julgava necessaria e inevitavel.

Quando o partido liberal reuniu os delegados das provincias no Rio de Janeiro, em Abril de 1889, foi

escolhido com Ruy Barbosa para representar a Bahia. N'essa reunião foi elle o primeiro a levantar a voz em favor da federação, e assignou com Ruy Barbosa o notavel voto em separado, opinando pela inclusão no programma do partido, das mais adeantadas idéas, que foram acceitas e subscriptas por grande maioria do partido.

Assumindo a presidencia do «Lyceu de Artes e Officios», introduziu ali muitos e notaveis melhoramentos, dotando-o de preciosa bibliotheca, valiosas galerias, dando-lhe uma feição de estabelecimento de instrucção popular.

Voltou de novo ao Rio, como representante de sua classe no congresso medico, em Setembro de 1889, tomando parte activa nos seus trabalhos; e tal impressão produziu-lhe a politica do gabinete Ouro-Preto, de cuja orientação elle ha muito estava divergente, não acceitando a nomeação de vice-presidente da Bahia, que, aqui chegando, annunciou proximo advento da Republica.

Proclamado o regimen republicano, um dos primeiros actos do Governo foi a sua nomeação de governador da Bahia, cargo que exerceu de 23 de Novembro de 1889 a 25 de Abril de 1890, com o maior brilhantismo e despido de compromissos partidarios.

Foi o fundador do «Archivo Publico» destinado a ser o conservador e depositario dos documentos da historia da Bahia, e intentava realisar uma grande e radical reforma da instrucção publica, quando deixou a administração desgostoso dos homens e da politica.

Quando se tratou de convocar a Constituinte do Estado, acceitou o logar de Senador, contribuindo assidua e fortemente para confecção das leis organicas.

Na vaga deixada no senado federal pela morte do venerando Cons. José Antonio Saraiva foi eleito por grande maioria, e n'essa nova posição prestou relevantes serviços durante duas sessões, serviços que o recommendaram ao cargo de vice-presidente da republica no quatriennio de 1894 a 1898.

Foi elle quem fundou a Bibliotheca Parlamentar do Senado.

Por molestia do Dr. Prudente de Moraes, exerceu a magistratura suprema da Nação, de 10 de Novembro de 1896 até 4 de Março de 1897.

Viajou, depois de terminado o quatriennio, pela Europa, mais de uma vez, e trouxe para o Rio de Janeiro escolhido material cirurgico, com o qual desejava entregar-se á clinica civil.

« Não trabalhou, porém, muito pela profissão porque em pouco começou a escrever para a imprensa diaria e n'este periodo, que é o ultimo da sua vida, fulgem as suas admiraveis qualidades de opposicionista emerito e de propagandista e argumentador sem egual, pela pujança do talento, pela energia do estylo e pela coragem das opiniões. Discutiu quasi todos os assumptos politicos e sociaes que interessavam á nação e tratou com particularidade dos financeiros. (*)

No Congresso Latino Americano, em Montevidéo, representou o Brazil com brilho notavel, que valeu ao seu nome uma verdadeira consagração no estrangeiro.

Em 1881 consorciou-se com a Exma. D. Amelia da Silva Lima, dilecta filha do nosso eminente consocio e sabio medico Dr. José Francisco da Silva Lima.

Em carta dirigida ao *Jornal de Noticias*, de 1.° de Dr. B. A.—*Gaz. Med.* Novembro de 1902.

Setembro de 1902, o illustre bahiano expressára o seguinte desejo:

« O unico favor pessoal que espero da Bahia é que ella me deixe um dia descançar a cabeça fatigada, onde meus paes já de muito me occultaram, com a felicidade do seu amôr, as unicas ambições e alegrias que me restavam.»

Os seus desejos foram satisfeitos.

O governo do Estado ordenou que os seus funeraes fossem feitos na Capital Federal em nome do Estado, sendo o corpo trasladado para esta capital, onde chegou no dia 1.° de Dezembro, conduzido pelo encouraçado *Deodoro*, gentilmente cedido pelo Governo Federal.

No dia 3, depois de uma sessão solemne no salão da «Faculdade de Medicina», transformado em camara ardente, em que foi orador o Dr. Climerio Cardoso de Oliveira, o cadaver do Dr. Manoel Victorino é levado por numeroso prestito para o cemiterio do Campo Santo. Foi uma verdadeira sagração, em que tomou parte a maioria da população da capital.

Damos finalmente, em sua integra, a carta que o distincto philologo bahiano Dr. Ernesto Carneiro dirigiu ao Dr. Antonio Pacifico Pereira.

«Exm. amigo e Sr. Dr. Antonio Pacifico Pereira.— Atordoado ainda o meu espirito pelo angustioso lance que acaba de ferir de subito nossa estremecida Bahia, pungindo tão profundamente V. Ex. e sua Exma. familia com o trespasse prematuro de um de seus membros mais illustres, roubando á patria um de seus filhos mais dilectos, quando esta mais precisava de homens do grande vulto de Manoel Victorino, que, em vida, como baluarte das liberdades publicas, oppoz sempre forte reparo aos desmandos do poder, não me posso forrar ao

dever de vir ajuntar meu mesquinho obolo á immensa copia de testemunhos affectuosos com que a gratidão nacional está a glorificar a memoria desse illustre varão.

Dictou-me, pois, o coração o pensamento que vae aqui exprimido, na magestosa lingua de Cicero, e que permitta V. Ex. lhe offereça para ser exarada na pedra do tumulo que recolher os despojos preciosos do distincto patriota, do eminente cidadão, que o Brazil inteiro pranteia, pagando em lagrimas de immorredoura saudade o que deste recebeu em jorros de luz.

Aperto a mão de V. Ex. com o mais sincero affecto.

De V. Ex. Amigo attento, muito obrigado criado e collega admirador.—*Ernesto Carneiro Ribeiro.*

« TE LUGENT AMICI, DILECTISSIME VIR, TE CUNCTA JUVENTUS, TE DOMUS, TE PATRIA.

ICTA DESIDERIO FILIS, SOTEROPOLIS DIU FLEBIT AMARE.

SUPREMUM ŒTERNUMQUE VALE!...»

Dr. Augusto Victorino A. do Sacramento Blake

A 24 de Março de 1903 falleceu na cidade do Rio de Janeiro, na idade de 76 annos, o nosso illustrado co-estaduano Dr. Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake, medico distincto e litterato.

Nascido na Capital da Bahia a 2 de Novembro de 1827, e filho de José Joaquim do Sacramento Blake e de D. Maria Antonia Alves Blake, recebeu o gráo de doutor em medicina, que lhe foi conferido pela Faculdade da mesma cidade, tornando-se notavel a these original que escolhera para inaugurar

sua carreira profissional: «Reflexões sobre a saudade, considerada molestia da alma e causa de affecções pathologicas».

Essa these, entretanto, era apenas uma secção fragmentaria de trabalho mais vasto, que elle escrevera com esse intuito, e que por motivos particulares não poude ser publicado e intitulava-se «Das paixões e sua influencia sobre o organismo». Nesse trabalho se continha um capitulo, que celebrisou-se, no qual o autor abordou a questão complexa do amor, aventurando principios então exoticos, como o da sensibilidade dos vegetaes e o da superioridade da firmeza e da força de resistencia da mulher. (*)

Desde os bancos academicos revelou-se um espirito observador e estudioso, publicando trabalhos de merecimento, redigindo e collaborando em varios jornaes e periodicos; tendo fundado *O Atheneu*, orgão dos academicos bahianos.

Tendo de iniciar a campanha da vida, entrou para o corpo de saúde do exercito, seguindo logo para o Estado Oriental do Uruguay em 1852, como cirurgião da brigada de artilheria em operações; e finda essa campanha exerceu varias commissões militares, foi delegado do chefe do corpo de saúde durante sete annos, e serviu nos hospitaes de sangue da guerra do Paraguay.

Reformado afinal, ainda prestou relevantes serviços como cirurgião da Guarda Nacional da Bahia, inspector da Saúde do Porto de Alagoas, e medico dos operarios do Arsenal de Guerra do Rio.

Publicou diversas obras sobre assumptos medicos, taes como «A febre epidemica na Bahia», Do manganez

(*) «Rev. do Ins. Hist.», Braz., vol. 66, Parte 2ª, pag. 334.

como succedaneo do ferro», «Conselhos contra o cholera-morbus», e outros.

Fazendo parte do «Instituto Historico Brazileiro», do qual era socio honorario, publicou na sua *Revista* duas importantes monographias «A Revolução de 7 Novembro e o Dr. Francisco Sabino da Rocha Vieira», e a «Biographia do celebre pregador bahiano Frei Francisco Xavier de Santa Ritta Bastos Baraúna», o celebre Bossuet Brazileiro.

Os ultimos annos de sua vida foram exclusivamente entregues ao difficil e importante trabalho litterario, que conseguiu publicar *Dicionario Bibliographico Brazileiro*, em 7 volumes, valioso repositorio de informações, que serão em todo tempo aproveitadas pelos que estudam a nossa historia patria.

Grandes foram as difficuldades e os embaraços com que elle teve de luctar para ver concluida a sua obra, fructo de longas vigilias e cuidadosas investigações.

O illustre bahiano fez parte do antigo «Instituto Historico da Bahia», como socio fundador, e do actual como socio correspondente desde 1895.

Almirante Jeronymo Gonçalves

Com as nossas saudosas homenagens vamos commemorar o passamento de uma gloria nacional, o almirante Jeronymo Francisco Gonçalves, que teve logar na cidade do Rio de Janeiro no dia 1.° de Maio de 1903, na edade de 68 annos, e 56 de serviço.

O nome do eminente e glorioso bahiano constituiu-se na armada nacional a synthese das qualidades de homem do mar, em frente aos perigos da guerra

—a intrepidez e a bravura sem limites, a tenacidade no dever, ainda quando assoberbado por tremendos obstaculos, a precisão no commando, mesmo no atordoamento da lucta, cercada de aterradores presagios. (*)

Austero na disciplina, o denodado almirante manteve sempre entre os seus commandados esse cimento indispensavel á revelação dos grandes feitos militares.

Nasceu Jeronymo Francisco Gonçalves na capital da Bahia a 29 de Abril de 1835, e era filho legitimo de João Francisco Gonçalves e de D. Ignez Gonçalves de Araujo. (**)

Matriculou-se na Escola de Marinha em 1850, e por Aviso de 20 de Fevereiro de 1851, assignado pelo ministro da marinha, o notavel estadista Zacharias de Goes e Vasconcellos, de saudosa memoria, foi mandado admittir á praça de aspirante; sendo promovido a guarda-marinha em 1853, quando completou o curso.

D'essa data até o anno de 1856, Gonçalves não cessou de viajar dentro e fóra do paiz, ora em navio a vapor, ora em embarcação de vela, recebendo a educação nautica que só a pratica pode dar aos que se destinam a bons marinheiros, sendo promovido em 1857 ao posto de 1.° tenente.

Seguiu para a Europa em viagem de instrucção, como 1.° tenente immediato da corveta *Imperiaes Marinheiros* em 1860.

Seguiu para o Paraguay para tomar parte nas operações da guerra, commandando a canhoneira *Henrique Martins* em Novembro de 1865, em cujo com-

(*) *A Bahia*, de 3 de Maio.
(**) Biographia do Almirante Gonçalves por Orozimbo Muniz Barretto, (1894).

mando praticou prodigios de valor militar durante os dias em que as forças paraguayas estiveram em frente das brazileiras em *Itapirú*. (25 de Março).

Concluiu esta serie de victorias com o desbarato das forças inimigas, salvando a guarnição da ilha da *Redempção* de ser vencida pela grande esquadrilha de chatas paraguayas que foram todas postas a pique pela artilheria da canhoneira *Henrique Martins*.

No commando do encouraçado *Silvado*, salvou a nossa esquadra da abordagem que os paraguayos traiçoeiramente deram á divisão de encouraçados brazileiros, levantando com esse feito mais alto o pavilhão brazileiro.

Defendeu a esquadra no grande feito da passagem de *Humaytá* commandando o encouraçado *Silvado*, sendo o 1° commandante que opinou pela arrojada solução.

Encarregado de destruir a esquadra inimiga que se tinha refugiado no interior do paiz, subiu o rio *Manduvirá* com a divisão de monitores sob seu commando até onde encontrou os 6 navios inimigos, encalhados.

Na descida do rio Manduvirá encontrou a divisão grandes embaraços. O rio estava entulhado com grossas arvores, emquanto á margem as forças paraguayas, bem resguardadas, tiroteiavam incessantemente.

O bravo chefe naval conseguiu, porém, remover todas as difficuldades victoriosamente, fazendo nas investidas em terra grande numero de prisioneiros. Nessa refrega teve o seu primeiro baptismo de sangue.

Depois da guerra do Paraguay, commandou as divisões navaes surtas, uma em aguas da Bahia e outra em aguas do Pará, e fez viagens a Europa para estudar o emprego e o fabrico de torpedos.

Afinal, desgostoso, preterido no segundo reinado a promoções a que fazia jus o seu brilhante passado em defeza da patria, pediu reforma em 1882.

Com a revolta da armada de 6 Setembro de 1903, o marechal Floriano Peixoto, presidente da Republica, foi buscar no seu retiro o velho e querido camarada de campanha, dando-lhe o commando em chefe da esquadra legal, que elle conseguiu organisar.

Nomeado commandante em chefe da esquadra em operações de guerra do Rio de Janeiro ao Prata a 21 de Setembro de 1903, depois de consultados diversos officiaes generaes, reverteu ao quadro activo da armada a 30 de Julho de 1894 no posto de Almirante, sem prejuizo do respectivo quadro.

Organisados os elementos de resistencia com um tino e actividade assignalaveis, fez a entrada triumphal na bahia de Guanabara, dando-se logo a capitulação dos revoltosos. D'ahi dirigiu-se para o sul e nas aguas de Santa Catharina, ao primeiro fogo, deu o desfecho final na Revolta.

A 27 de Setembro de 1894 fez a entrega do commando da esquadra, por ter sido a mesma dissolvida, não tendo jamais abandonado por um dia o seu posto de honra, ao lado da causa da legalidade, a que havia hypothecado todo o seu apoio, apezar da sua já avançada edade.

Possuia as medalhas da campanha do Paraguay, conferidas pelos governos brazileiro e argentino, e a de merito militar.

Em um dos salões da municipalidade da Bahia figura o retrato do almirante, offertado por um grupo de populares em 1895.

Marechal Innocencio Galvão

Ás 5 horas da manhã do dia 12 de Maio de 1903 no *Hotel Sul Americano*, n'esta Capital, onde estava hospedado com o fim de tomar parte nos trabalhos legisla-

tivos do senado estadual, do qual fazia parte desde a Constituinte, expirou pela ruptura de aneurisma da aorta o marechal Innocencio Galvão de Queiroz, velho servidor da patria e pacificador do Rio Grande do Sul.

O marechal Galvão de Queiroz foi um varão illustre.

Heróe na guerra e benemerito na paz, identificadas as actividades de militar e de civil, morreu deixando honradas as corporações de que fez parte, occupando nellas sempre logar de primeira linha pelo brio e pela intelligencia, pelo labor e pela austeridade. (*)

O seu cadaver foi depositado no salão nobre do *Diario da Bahia*, transformado em camara ardente, e conduzido com todas as honras militares em vapor especial para a cidade de *Valença*, pois fôra vontade manifesta do marechal Galvão que se o enterrasse em sua terra natal.

O marechal Innocencio Galvão de Queiroz nasceu em Valença (Bahia) a 6 de Agosto de 1841, filho do Dr. Alexandre José de Queiroz.

A sua fé de officio de militar intelligente e illustrado é brilhantissima.

Assentou praça e matriculou-se na Escola de applicação em Abril de 1857; em 1861 passou para o curso superior, e em 1864 concluia o curso de engenharia civil e militar.

Em 21 de Maio de 1865 seguiu para o Rio da Prata, fazendo parte da commissão de engenheiros em operações no Paraguay, onde prestou valiosos serviços á nossa patria, tendo assistido a todos os bombardeamentos por occasião do reconhecimento de *Humaytá*, e sendo elogiado pelo marquez de Caxias pelo denodo e galhardia com que avançou sobre as mesmas fortificações.

(*) *Diario da Bahia*, de 13 Maio de 1903.

Entre muitos outros serviços que o venerando finado prestou á patria durante aquella longa campanha salienta-se a abertura da estrada estrategica do Chaco, onde se lhe apresentou ensejo para revelar sua grande pericia technica.

Galgando todos os postos, ora por estudos, ora por merecimento, no posto de general de brigada foi encontral-o a revolução rio-grandense, quando, para abafal-a, appellou o Dr. Prudente de Moraes, Presidente da Republica, para o seu valor moral, para a sua inquebrantabilidade de caracter, para seu inexcedivel patriotismo; serviço este reputado de grande benemerencia.

Foi esta, talvez, a phase mais brilhante de sua vida militar, pacificando o Estado do Rio-Grande do Sul, por occasião da guerra civil de 1896.

Desde a Constituinte bahiana, na qual tomou assento em Abril de 1891, o marechal Galvão occupava uma cadeira de senador estadual, prestando subidos serviços n'aquella casa do poder legislativo, como sempre se desempenhou de muitas e graves commissões que lhe foram confiadas no caracter de militar, como os logares de commandante das armas do Amazonas e da Bahia em 1890, e dos 2° e 3° districtos militares com séde em Pernambuco e n'este Estado.

Possuia as seguintes condecorações brazileiras; Cavalheiro da Ordem de Christo, e as medalhas de merito e de bravura militar por serviços na guerra do Paraguay, e as concedidas pelas Republicas Argentina e do Uruguay.

Em 24 de Agosto de 1902 tinha sido nomeado marechal graduado.

Conselheiro Francisco Sodré Pereira

A's 10 e 30 minutos da noite do dia 16 de Maio de 1903, falleceu n'esta cidade da Bahia o illustre e emerito bahiano Conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira, valoroso chefe politico e antigo servidor da Patria, e socio do *Instituto*.

Pertencente a uma das familias mais distinctas da Bahia, e homem de real prestigio no municipio de *Santo Amaro*, capaz de extremos sacrificios por seus amigos, já honrando o nome dos seus, já se dignificando nas posições elevadas que exerceu, (*) o Cons. Francisco Sodré militou activamente nas fileiras do partido liberal, subindo do seio da representação nacional aos conselhos da corôa, e no actual regimen fazendo parte do Congresso Constituinte da Republica e das legislaturas que se seguiram.

Durante os longos 40 annos de sua vida publica, como magistrado, ministro da corôa duas vezes, legislador por longos annos, e presidente de provincia, o Cons. Sodré jamais viu a sua inquebrantavel honestidade ser atacada.

Nasceu o Cons. Francisco Maria Sodré Pereira, no municipio de Santo Amaro, em 16 de Janeiro de 1836, sendo filho legitimo do barão e baroneza de Alagoinhas.

Diplomado em direito pela *Faculdade do Recife* em 1858, foi nomeado logo após promotor publico da comarca de Cachoeira, sendo depois juiz municipal e de orphãos do Camisão e mais tarde da Feira de Santa Anna, donde foi removido para juiz municipal e delegado do termo de Santo Amaro.

(*) *Jornal de Noticias* do dia 17 de Maio.

Não sendo reconduzido, quando terminou o quatriennio, em virtude de se achar no poder o partido conservador, abandonou a magistratura e fez-se advogado.

Em 1859 foi eleito deputado provincial pelo antigo circulo de Santo Amaro, occupando naquella legislatura e em outras em que foi reeleito, o elevado cargo de presidente da extincta assembléa provincial, insigne honra n'aquella época.

Em 1868 conseguiu, em renhido pleito, ser deputado a Assembléa geral, que foi dissolvida pela ascenção do partido conservador.

Subindo o partido liberal em 5 de Janeiro de 1878 foi eleito novamente deputado geral, entrando em Junho para a pasta do imperio, no gabinete do visconde de Sinimbú, onde deu execução á reforma do ensino.

No gabinete do visconde de Paranaguá foi nomeado presidente da provincia de Pernambuco, por cujos serviços foi agraciado com a dignataria da Rosa.

Na organisação do ministerio de 6 de Junho, presidido pelo conselheiro Dantas, occupou a pasta da justiça, ficando o seu nome immortalisado pelo impulso que os seus companheiros deram ao movimento abolicionista.

Eleito de novo deputado geral na ascenção do visconde de Ouro Preto, em 7 de Junho de 1889, não chegou a tomar assento na camara, devido á proclamação da Republica, em 15 de Novembro do mesmo anno.

Adherindo a esta, fez parte da Constituinte e de todas as legislaturas que se seguiram, até 1902, deixando de apresentar-se candidato, em vista do seu estado adiantado de molestia. Foi talvez o unico erro que commetteu em sua vida publica.

Na sua terra natal occupou, por vezes, os logares de provedor da Santa Casa de Misericordia, presidente

da antiga camara municipal e intendente, e presidente do conselho municipal no actual regimen.

Era, desde 1878, coronel-commandante da Guarda Nacional de Santo Amaro.

Na Assembléa Geral do Estado e na Camara dos Deputados Federaes, pelas vozes do Senador Dr. José Gabriel, e dos deputados Drs. Landulpho Pinho e Ignacio Tosta foram justificados votos de pezar pelo seu desapparecimento.

Dr. Manoel Adalberto Guimarães

Victima de antiga e pertinaz molestia falleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 29 de Junho de 1903, o nosso distincto conterraneo e consocio Dr. Manoel Adalberto de Oliveira Guimarães, representante da Bahia no Congresso Nacional, onde gosava de grande conceito pelas qualidades que ornavam o seu espirito cultivado e lucido.

Espirito de eleição, foi, n'este mundo, um predestinado pelo talento, pela energia de caracter, pela bondade do coração; e, entretanto, foi um vencido na lucta da existencia. Como promotor da comarca de *Valença*, nesse cantinho idolatrado de sua terra, elevou a tribuna judiciaria a uma altura tal, que nem mesmo na Capital era excedida. (*)

O *Diario de Noticias* precedeu destas linhas os dados biographicos que publicou:

«Ha poucos dias noticiavamos achar-se gravemente enfermo, na Capital Federal, esse distincto representante bahiano. E' com verdadeira magua que hoje transmittimos ao publico o desenlace fatal, que acaba de infor-

(*) Cons. Amancio de Souza — "Homenagem *d'A Vida Valenciana* ao Dr. Adalberto Guimarães".

mar-nos o telegrapho. Desapparece, pois, ainda moço, quando o seu espirito cultivado de estudioso e o coração cheio de amor e zelo pelo Estado natal ainda muito promettiam a bem da Patria e em honra da Bahia, porque o Dr. Adalberto Guimarães sabia render culto ás tradições honestas que tantas vezes se incompatibilisam com a vida do politico militante.

Conhecemol-o sempre cioso do dever, de que fazia uma religião, sem grandes apparatos; mas sinceramente devotado e fiel. A circumspecção e sisudez do seu caracter não excluiam a affabilidade do trato.

Na sociedade, era objecto de larga estima que conquistava a troco de dedicação aos amigos, de moderação e tolerancia nas lides da carreira publica, de probidade em seus actos e relações como particular.

No circulo intimo da familia, foi exemplo de bondade e extremosos affectos, adorado com a mesma ternura que lhe abundava no coração de pae, de esposo, irmão e filho.

Sobre o tumulo do moço labutador, illustrado e honesto, deixamos nestas palavras a homenagem do nosso pezar, que manifestamos tambem a toda sua desolada familia.»

O Dr. Manoel Adalberto de Oliveira Guimarães nasceu na cidade de Valença a 17 de Junho de 1860. Era filho do coronel José de Oliveira Guimarães e da Exma. Sra. D. Leopoldina Rosa de Pinho Guimarães.

Estudou nesta capital, no «Collegio Bahia», dirigido pelo emerito educador Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, e matriculou-se no curso juridico do Recife, formando-se em Dezembro de 1884.

Desde Maio do mesmo anno casara-se com a Exma. Sra. D. Atalá Drummond de Guimarães Macedo, virtuosa

irman do Dr. Arthur Macedo, actual bibliotecario da Camara dos Deputados.

Foi promotor publico de Valença, juiz preparador de Belmonte, e delegado de policia da capital no governo do Dr. José Gonçalves da Silva.

Depois entrou para a carreira politica como deputado á Camara Estadual da qual chegou a ser presidente, e de onde sahiu para a representação nacional servindo tres legislaturas consecutivas, como deputado pela 5ª e 3ª circumscripções.

Adalberto Guimarães morreu pobre, deixando seis orphãos.

Ambas as casas da Assembléa geral do Estado votaram moções de pezar; e no Congresso Nacional os nossos distinctos consocios Desembargador Thomaz Montenegro, Drs. Augusto de Freitas e Pedro Vergne proferiram eloquentes discursos salientando meritos de intelligencia e caracter do distincto bahiano.

O Desembargador Montenegro, justificando a moção de pezar disse o seguinte:

«Como é sabido, falleceu hontem o Dr. Manoel Adalberto de Oliveira Guimarães, representante do Estado da Bahia. Nascido no anno de 1860, começou logo a demonstrar a sua inclinação ás letras, frequentou um dos mais importantes collegios de meu Estado, onde logo manifestou o que havia de ser no futuro.

Em 1880 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Contemporaneo de Clovis Bevilaqua, Martins Junior, Nilo Peçanha, Anizio de Abreu e muitos outros que deixaram ali rastros brilhantes de sua passagem, elle destacou-se no meio daquella mocidade, fazendo sempre brilhante papel.

O Sr. Anizio de Abreu — Apoiado.

O Sr. Paranhos Montenegro — Foi poeta, jornalista, litterato, sendo a critica a sua especialidade. Recebendo o gráo de bacharel, ao tornar ao seu Estado, foram aproveitadas as suas habilitações no cargo de promotor de uma das mais importantes comarcas e pouco depois foi nomeado juiz municipal de um dos seus termos.

Quando se tratava de constituir o Estado, depois da revolução de 15 de Novembro e que se necessitava de homens na altura das posições que deviam ser occupadas, foi escolhido para delegado de policia da capital.

Exonerado, entregou-se á advocacia e ahi estão documentos do que foi nesta nobre missão.

A politica o seduziu. Foi eleito deputado á assembléa estadual e ahi escolhido para 2° secretario, depois para 1.° e, finalmente, para presidente daquella corporação.

O circulo era muito estreito, e o Estado reconheceu-o, mandando-o para aqui em 1897 e reelegendo-o constantemente.

Falo deante de muitos companheiros; orador fluente e correcto, muitas vezes abrilhantou a tribuna. (*Apoiados.*) Pena foi que o seu precario estado de saúde e excessiva modestia fizessem que não occupasse as posições a que tinha direito pelo seu talento, pela sua illustração e pelo seu caracter. (*Apoiados; muito bem.*)

Como particular, Sr. Presidente, o que dizer, eu, que o extremecia como a um filho querido, que o conhecia desde os primeiros annos, eu, Sr. Presidente, que o acompanhei durante todas as phases da vida, eu, que acabo de cerrar-lhe os olhos?

Sr. Presidente, para mostrar quem foi Adalberto Guimarães basta dizer que os seus adversarios, porque nem sequer desaffectos teve, quanto mais inimigos,

nunca lhe fizeram censuras, quer dirigindo-se ao magistrado, quer dirigindo-se ao delegado de policia, quer ao politico.

Era de uma correcção exemplar como filho. Como esposo e pae, ninguem o excedia.

Emfim, devo concluir: era um homem de bem no rigor da expressão. (*Apoiados; muito bem.*)

Em nome da bancada bahiana venho propor que se lance na acta um voto de profundo pezar e que se levante a sessão. (*Muito bem; muito bem.*) »

Do discurso do Dr. Pedro Vergne destacamos o seguinte trecho:

« Tenho ouvido alhures que a minha grata patria, a Bahia, é fecunda em talentos de eleição; tenho ouvido que ali quem não nasce poeta, nasce orador.

Adalberto Guimarães reuniu, como nenhum outro, essas duas grandes virtudes, essas duas grandes qualidades: orador e poeta, elle foi, desde os bancos escolares, um dos espiritos mais finos, mais puros e mais delicados da nossa geração. (*Apoiados.*)

O que, porém, a poucos foi dado apreciar, o que a poucos foi dado cultivar, foram as rarissimas qualidades de seu peregrinissimo coração.

Na roda em que viviamos, Adalberto Guimarães era o encanto, era o feitiço nosso!

A sua palavra sempre doce e carinhosa, o seu espirito de um atticismo extraordinario, as suas virtudes particulares, tudo nelle coincidia, conspirava para tornal-o o centro e o elo da nossa convivencia academica!

E desde aquella data, Sr. Presidente, não ha um só dos filhos da Bahia, dos naturaes de outros Estados, que tivesse entretido relações com Adalberto Guimarães e que não tenha mantido e conservado até hoje, com um

carinho, com uma avidez extraordinaria essas relações, que só a morte póde terminar. (*Muito bem. Apoiados.*) »

Dr. Dionisio Gonçalves Martins

No bairro de Itapagipe, d'esta cidade da Bahia, falleceu no dia 2 de Julho de 1903 o distincto bahiano e socio do «Instituto» Engenheiro Dionisio Gonçalves Martins, notavel jornalista e emerito professor da «Escola Polytechnica.»

«Era o Dr. Dionisio Martins, um dos poucos genios que nos restavam! o engenheiro que todos os segredos conhecia de sua exigente profissão! o scientista abalisado, profundo e modestissimo, que, entre os mestres, pontificava, perlustrando com a proficiencia dos insignes todos os departamentos do saber — erudito e philosopho, até creador! o litterato illustre, que os annos não impediam de devassar as novas e as velhas escólas! o jornalista fecundo, prodigiosamente activo, prompto, facil, elegante, substancioso, competente, incançavel, que, dia a dia, derramava de seu opulento espirito licções de alto preço, onde nenhum assumpto lhe era defeso, e todos soube tratar com elevação e maestria!» (*)

Toda a imprensa bahiana commemorou com phrases sentidas o passamento do distincto jornalista e abalisado professor.

O *Diario de Noticias* disse o seguinte:

«Mais uma grande perda acaba de soffrer a Bahia na pessoa de um de seus mais eminentes e dignos filhos, o Dr. Dionisio Gonçalves Martins, um espirito de larga envergadura, um caracter sem jaça, um coração de ouro, um pae de familia exemplar, um cidadão laborioso e

(*) *Correio da Tarde*, de 3 de Julho de 1903.

dedicado ao bem publico. Deste se póde dizer que tinha a rija tempera dos luctadores, porque até o momento em que a morte o colheu, roubando-nos o seu convivio fecundo e a sua insubstituivel collaboração nessa vida ingrata de imprensa diaria, o mais fecundo dos jornalistas bahianos não descançou um instante no incessante labor de sua existencia gloriosa e modesta.

Era o nosso eminente collega um talento de escól, nutrido por uma erudição, vasta e prodigiosa em quasi todos os departamentos da humana cultura, o que o fazia tomar parte em todos os debates que se agitam á tona do jornalismo. Engenheiro competentissimo, erudito de extensos conhecimentos, escriptor de muitas lettras, o Dr. Dionisio Martins não tinha especialidades: a sua penna movia-se com facilidade e elegancia ou discutisse uma questão technica de engenharia ou esplanasse um problema financeiro, ou aflorasse uma theoria de philosophia social, ou doutrinasse no sentido de algum novo melhoramento, de alguma nova reforma. E isto fazia-o elle *diariamente,* sem interrupção, sem hiatus a não ser os que ligeiros incommodos de saude lhe impunham.»

O *Correio da Tarde* prestou-lhe uma digna homenagem: na primeira pagina inteiramente dedicada ao assumpto, lê-se: «A' alta memoria honrada e gloriosa do Dr. Dionisio Gonçalves Martins. *Ille erat lucerna ardens et lucens* (Evangelho de S. João, cap. V, vers. 35). Nasceu em 4 de Fevereiro de 1837. Morreu em 2 de Julho de 1903. O Destino quiz que a Bahia sagrasse a immortalidade do grande Filho na data maior de sua Historia.»

Filho do Visconde de S. Lourenço e da Viscondessa do mesmo titulo, nasceu na cidade de Santo Amaro, da então Provincia da Bahia, a 4 de Fevereiro de 1837. Começando o curso de engenharia na antiga Escola Mi-

litar do Rio de Janeiro, quando 1.º cadete do exercito, foi concluil-o em Paris, em cuja escola central formou-se. De volta da Europa, em 1859, incumbira-se da administração da primeira usina de assucar, fundada por seu pae, o benemerito Visconde de S. Lourenço.

Durante dez annos exerceu o cargo de fiscal da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco. Em 1867, por nomeação do Cons. Dantas, seu adversario politico, foi enviado como nosso representante na exposição que naquelle anno se effectuou em Paris.

Regressando á Patria, escreveu, a proposito da memoravel exposição, uma longa serie de artigos, que o Dr. Demetrio Tourinho fez publicar no *Diario da Bahia.*

Na sua patria, quer no serviço publico, quer na industria privada exerceu diversos cargos de sua profissão; foi deputado por sua provincia na legislatura de 1868 a a 1872, sendo um dos que votaram a lei de 28 de Setembro de 1871 (ventre livre), e foi o primeiro que no parlamento fez sentir a necessidade do ensino agricola iniciando o projecto que concedia uma subvenção á Escola Agricola da Bahia, para cuja realisação muito concorreu como secretario que era e membro da directoria do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. Até o inicio das novas instituições exerceu, neste Estado, o cargo de delegado de segunda classe da inspectoria das terras publicas e colonisação por nomeação do governo do Imperio. Foi agraciado com a commenda de official da Ordem da Rosa.

O Dr. Dionisio Martins escreveu muito em todos os jornaes d'esta capital e em muitos do interior.

Ultimamente a sua prodigiosa actividade se havia concentrado nas columnas d'*A Bahia* da qual era redactor chefe, em que, cada dia, o assumpto mais importante

era tratado com elevada linguagem e erudição, na *Escola Polytechnica* da qual era um dos mais preclaros professores, e na gerencia da *Companhia do Queimado*, onde durante a terrivel crise d'agua, desenvolveu grandes esforços para minorar os males que affligiam a nossa população.

O seu repertorio de trabalhos é longo, e dentre estes salientamos os mais importantes:

— *A agricultura em 1867* — Acha-se no relatorio sobre a exposição universal de 1867 redigido pelo secretario da commissão brazileira Julio C. Villeneuve. Paris, 1868, tomo 2°. Foi o autor um dos membros da commissão.

— *A Mecanica Agricola*, em 1868. Rio de Janeiro, 1872, in. 8.

— *Discurso*, pronunciado na inauguração da exposição provincial da Bahia, em 1875. Bahia, 1875, in. 8°.

— *Catalogo* da exposição bahiana no anno de 1875. Bahia, 1875, 203 pags., in 8°. E' precedido, até a pag. 85, de longas considerações sobre o assumpto, e do discurso de inauguração, já mencionado, até a pag. 113. Era o auctor secretario da commissão incumbida pelo governo de promover essa exposição.

— *Relatorio* sobre a Escola Agricola de Juiz de Fóra e a exposição mineira. Publicado no *Diario Official*, 1869.

— *Relatorios* da Estrada de Ferro da Bahia a São Francisco (1868 a 1881). Bahia, 1869-1882, 13 vols. Foram escriptos, sendo o autor o fiscal da mesma Estrada.

— *Navegação do Jequitinhonha* — Relatorio apresentado ao ministerio da Agricultura, 1878. Não nos consta que fosse publicado; acha-se na secretaria do ministerio.

— *Colonias do Sul da Bahia* — Relatorio, 1878 — Idem.

— *Representação* dirigida por Dionisio Gonçalves Martins e Luiz Moreau acerca da questão do elemento servil. Rio de Janeiro, 1884. E' um opusculo, em que se apresenta um projecto com o fim de organisar uma associação anonyma para fundar e desenvolver uma serie de nucleos coloniaes, comportando cada um delles quinhentas familias.

Ha diversos relatorios do Dr. Dionisio Martins apresentados ao Instituto Agricola e publicados no *Jornal da Bahia* e na *Revista Agricola* do Rio de Janeiro, assim como diversos trabalhos na imprensa diaria, de que citaremos:

— *O Trabalho Livre e o Trabalho Escravo* — Serie de artigos publicados no *Diario da Bahia*, 1864.

— *A canna do assucar* — Serie de artigos publicados no mesmo *Diario* e no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, ns. 202, 204, 214, 216, 271, de 1866 e outros numeros de 1867.

— *Cartas* sobre a exposição universal de 1867 — Serie publicada no dito *Diario da Bahia*, 1867.

— *Imperial Instituto Bahiano de Agricultura* — Discurso apresentado na sessão da directoria e conselho fiscal em 5 de Julho de 1864 pelo conselho fiscal nomeado, etc. e publicado na imprensa diaria da Bahia e reproduzido no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, ns. 286 e 288, de 1866.

— *Estudo* sobre a industria do sabão publicado no *Monitor da Bahia*, 1877.

Dr. Joaquim Matheus dos Santos

Tambem no dia 2 de Julho de 1903 a Bahia perdeu um dos seus mais distinctos filhos na cidade de Berlim, o bemquisto e notavel medico clinico Dr. Joaquim Matheus dos Santos, e um dos professores mais eminentes da nossa « Faculdade de Medicina », e para onde havia seguido, convicto da esperança de ali se restabelecer.

Ao concerto de preitos e maguas com que a imprensa commemorou o seu passamento, cabe-nos tambem consignar a expressão de nossa saudade ao illustrado consocio, como admiradores dos grandes dotes que enalteciam o seu espirito.

« Elle não foi só o professor, o clinico, o especialista eminente, de precisão absoluta em seus diagnosticos; apaixonava a todos nós que fazemos vida de lettras, vida de imprensa com as scintillações do seu cerebro poderoso, com a sua organisação artistica, com a sua palestra adoravel de litterato e de erudito.

« Na palavra escripta vibrou alto e harmonico, deixando na imprensa desta terra, nesta folha, ainda não ha muito, o traço erudito, feliz, rastilhado de astros de sua passagem de estheta. » (*)

« Era um moço de pujante talento e de variada erudição. Na sua sciencia, adquiriu entre nós um dos postos mais culminantes, pelos constantes triumphos alcançados. No magisterio superior do paiz, deixa, por egual, um nome respeitado o illustre cathedratico de Hygiene da Faculdade de Medicina deste Estado, estabelecimento onde, desde os seus primeiros tempos academicos, foi sempre brilhante a sua passagem.

(*) *Diario de Noticias*, de 3 de Julho.

Causeur de scintillante verve, cavalheiro de trato insinuante, o Dr. Matheus dos Santos vivia em um largo circulo de sympathia e estima. (*)

Foi a 10 de Novembro de 1865, que, n'esta capital, nasceu o Dr. Joaquim Matheus dos Santos, filho do negociante portuguez Joaquim Matheus dos Santos e D. Olympia Torquato do Amaral Santos.

Sua instrucção iniciou-se no «Collegio S. José»; e em 1881 entrou a frequentar as disciplinas da primeira serie medica, recebendo a 18 de Dezembro de 1886 o gráo de doutor em medicina.

Emprehendeu em seguida uma viagem á Europa completando a educação profissional por longa estadia em Vienna d'Austria.

Regressando á terra natal em 1889, abriu escriptorio clinico, constituindo a sua especialidade as molestias das creanças, e apresentou-se ao concurso de adjuncto da cadeira de Pediatria, logrando ser approvado por unanimidade e nomeado.

Voltando em 1890 á Europa dedicou-se ao estudo da Obstetricia e da Psychiatria, frequentando os mais importantes hospitaes e as aulas dos mais notaveis professores tornando-se em breve tempo um dos mais distinctos facultativos da Bahia.

Extincta a classe dos adjunctos, achou-se transferido para a de substitutos, recem creada em 1891, cargo em que se manteve até ser provido na cadeira de Hygiene, em Fevereiro de 1899, pelo fallecimento do sabio e pranteado bahiano Dr. Manoel Joaquim Saraiva.

(*) *Jornal de Noticias*, de 3 de Julho de 1903.

Eleito pela «Faculdade de Medecina» para represental-a no Congresso Internacional de Berlim contra a tuberculose, seguiu em Maio desse anno tendo apresentado ao governo valioso relatorio; e ao voltar fundou com diversos collegas a «Liga Bahiana contra a tuberculose», por elle presidida até que se finou.

O seu cadaver teve condigna recepção nesta capital, para onde foi transportado e está sepultado no cemiterio do Campo Santo.

Bahia, 1906.

A Redacção.

A SABINADA (*)

Historia da Revolta da Cidade da Bahia em 1837

XII

ASSADO este primeiro encontro do dia 30 de Novembro, dirigiu o presidente Pedroso a seguinte proclamação aos soldados e cidadãos da capital:

« Soldados, que estaes na capital! Cidadãos que n'ella tendes tomado as armas em pról da rebeldia! Mais uma vez se dirige a vós a primeira autoridade da provincia para rasgar o véo da illusão que vos céga e chamar-vos á estrada da honra e da virtude, unica que brazileiros devem trilhar.

Olhae em torno de vós; olhae para a provincia a que pertenceis; olhae para o Brazil inteiro.

Que vêdes, soldados e cidadãos?

Vêdes em torno de vós a rebellião e o crime proximo a receber o devido castigo.

Vêdes na vossa provincia a população inteira, ou já armada, ou a armar-se em defesa da Constituição e do throno augusto de nosso joven Imperador o Sr. D. Pedro II,

(*) Os primeiros capitulos já foram publicados n'esta *Revista* Vide Ns. 14 (vol. 4, pag. 571); 17 (vol. 5, pag. 417); e 25 (vol. 7 pag. 261).

(A Redacção.)

e a sua rica capital cercada por mar e por terra de corajosos soldados, commandados por valentes e briosos chefes, que anciosos esperam ordem para o ataque; e que outra prova quereis de que ella repelle essa tão indigna revolta?

Vêdes o Brazil inteiro condemnando a perversidade dos que proclamaram a rebeldia entre vós, e lamentando a cegueira com que ainda a sustentaes, e o vêdes disposto a voar para aqui como o tem feito para o Rio-Grande do Sul e o Pará afim de restabelecer o imperio da lei.

Vêdes, finalmente, que no momento em que, debellado o espirito faccioso nas extremidades do imperio iamos saborear os fructos da paz, o Brazil indignado observa que vós a afugentaes.

Soldados e cidadãos! O governo imperial não deseja ver derramado o sangue brazileiro, e de accordo com essa vontade o governo da provincia não deseja ser forçado a fazel-o derramar.

Não o forceis, portanto, a isto.

Deponde as armas da rebeldia e correi aos braços de vossos irmãos.

Apresentae-vos aos bravos commandantes das armas ou das brigadas de Pirajá ou de Itapoan, ou aos dignos commandantes das forças de mar.

Vós sereis bem recebidos por elles.

Não acrediteis, soldados e cidadãos, a indigna calumnia com que os chefes da rebeldia nos figuram perseguindo e maltratando aquelles que dentre vós para nós tem vindo.

E' tempo, soldados e cidadãos, é tempo de mostrardes que fostes enganados, mais que não sois criminosos. Um momento de demora pode vos ser funesto. Eia, vinde entoar com os bravos defensores da integridade do

imperio, vivas a Constituição, a S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, a união de todas as provincias do Brazil, nossa querida Patria, e ao regente, em nome do imperador. Acampamento em Pirajá, 2 de Dezembro de 1837. —*Antonio P. Barretto Pedroso.*»

N'este, entretanto, apoderavam-se os rebeldes de São Bartholomeu de Itapagipe, onde tiveram, sob o commando do capitão José Xavier Pitanga, mais tarde do tenente Pedro Victor de Alcantara, uma companhia de cento e quatro praças em guarnição.

Por este feito fez a 5 de Dezembro o vice-presidente Carneiro a seguinte proclamação:

« Soldados bahianos!

Invictos defensores da liberdade! Os dias da independencia d'este estado por vós heroicamente proclamado no eternamente glorioso 7 de Novembro, vão sendo marcadas por outras tantas victorias. Vós acabaes de hastear para sempre o seu estandarte nas praias de Itapagipe e forte de São Bartholomeu, ja celebre nas paginas da historia pelo heroismo bahiano, que alli fez sentir aos batavos quanto pode o amor da Patria, e que vos contemplará para todos os seculos. Denodados officiaes bahianos! O governo comvosco identificado vos agradece em nome da Patria tão singulares demonstrações de amor e fidelidade á causa santa que temos todos jurado defender com sacrificio de nossas proprias vidas. Novos triumphos vos esperam.

Elles trarão a felicidade a nossos feitos, elles têm de firmar a liberdade de nossos vindouros.

Viva a religião catholica apostolica romana!

Viva a independencia da Bahia durante a menor edade do Sr. D. Pedro II!

Viva S. M. o Imperador e Sr. D. Pedro II!

Viva a tropa livre e independente da Bahia!

Vivam os bahianos que sustentam o dia 7 de Novembro

Bahia, 5 de Dezembro de 1837.—*João Carneiro da Silva Rego.*»

A grande importancia que deram os rebeldes a este feito de armas resalta ainda mais da seguinte proclamação feita a seus soldados a 5 de Dezembro pelo commandante das armas dos rebeldes Sergio José Velloso:

«Valorosos caçadores da guarnição d'esta capital!

De novo vos dou os mais cordiaes agradecimentos.

Elles são á proporção dos brilhantissimos feitos que acabaes de apresentar,coadjuvando aos vossos invenciveis co-irmãos de Itapagipe contra os troços dos adversarios que ousaram desembarcar nas praias d'aquelle suburbio.

Não querem desenganar-se os sedentarios de que troços de marujos, de policiaes e de homens constrangidos ás armas não podem encarar por muito tempo as tropas regulares disciplinadas e voluntarias.

Como a elles não importa o sangue do pobre e do pequeno, os entregam abertamente a perigos inevitaveis, sem que disso tenham o mais pequeno remorso.

Recebei, portanto, os mais affectuosos parabens sobre vossa victoria eternisada nas aureas paginas da historia de nossa liberdade.

E vós, invictos itapagipenses, contae sempre com o prompto auxilio das tropas da cidade todas as vezes que temerarios inimigos tentarem provocar vosso valor.

Si nosso illustre regimento de artilharia não moveu alguma porção de seu parque em ajuda vossa, foi por ser sufficiente o numero e valor dos caçadores que vos enviamos. Elles têm mostrado mais de uma vez que não conhecem opposição que lhes seja pertinaz.

Na posse, pois, da victoria que nos acaba de conceder o Deus dos exercitos, profiramos com intensa voz:

Viva a santa religião catholica, apostolica romana!

Viva o Sr. D. Pedro II, imperador do Brazil!

Viva a independencia da Bahia durante a menor edade do mesmo augusto senhor!

Vivam os invictos Itapagipenses. Viva o Vice-Presidente do Estado da Bahia!

Viva a illustre tropa e mais povo que mantêm a liberdade d'esta capital!

Quartel do commando das armas, 5 de Dezembro de 1837.—*Sergio José Velloso,* Commandante das armas»

A quéda d'esta fortaleza nas mãos dos rebeldes levou os da legalidade a levantar na estrada de São Caetano ao engenho Cabrito, em logar commodamente situado a cavalleiro sobre a fortaleza, um ponto entrincheirado, que d'alli em diante muito ameaçou a fortaleza.

Este imminente perigo sentiu logo o referido capitão José Xavier Pitanga, pois logo a 7 de Dezembro officiára o seguinte ao Vice-Presidente João Carneiro:

« Cumpre reivindicar a V Exª. que na estrada de São Caetano, que vae para o engenho Cabrito, está Ignacio Rigaud e seus escravos fazendo uma trincheira para fazer fogo para dentro deste forte, o que é facil fazer por estar em boa posição, em um alto, onde bem se descobre tudo, e ficar perto da fortaleza.

V Exª. dará as providencias que forem necessarias a nosso favor, que o perigo em que nós estamos V Exª. não ignora e bem sabe.

Deus Guarde a V Exª.

Itapagipe, na fortaleza de S. Bartholomeu da Passagem, 7 de Dezembro de 1837. Illmº. e Exmº. Sr. Vice-Presidente deste Estado. —*José Xavier Pitanga,* Capitão-commandante. »

Apezar da enthusiastica proclamação de 5 de Dezembro, não queria, ou não podia, o governo rebelde dar a necessaria importancia ao ponto de que se tinham apoderado, pois logo nos dias seguintes pedia com instancia o sobredito capitão Pitanga 60 patronas e seus cinturões e mais armas, que fossem boas á vista do perigo em que se achavam.

A 7 se queixava de falta de polvora, o que fazia com que estivessem passando lanchas para dentro e para fóra, e artilharia parada por falta de munição, e as peças, que existiam, serem muito custosas de se trabalhar com ellas pelo grande peso e não serem as carretas de conformidade, além de serem poucos os soldados.

Si o estado d'esta fortaleza era já precario, peior ficou com os repetidos bombardeios a que ficou exposta, a ponto de em Fevereiro requerer o tenente-commandante Pedro Victor d'Alcantara, que a 17 d'aquelle mez recebeu o commando, em officio ao governo, pedir que, á vista de achar a fortaleza toda *esbandalhada das balas do inimigo*, não havendo mais onde se guardasse o armamento, nem onde ficasse a gente, pedia licença para tomar uma casa para o aquartelamento da guarnição.

A 14 de Dezembro intentaram segunda vez os sitiados romper as linhas legalistas e d'esta vez atacaram a brigada de Itapoã.

Na vespera tinha Sergio Velloso dirigido aos habitantes do Rio Vermelho a seguinte proclamação:

« Habitantes do Rio Vermelho! Constando-me que o vosso patriotismo e bons serviços a prestar á nossa causa não têm podido ser bem desempenhados por falta de quem regule centralmente vossos deveres e obrigações, vos envio um Capitão habil a quem fica pertencendo

não somente o commando, como a direcção de vossas pessoas, pelo que deveis apresentar-vos a elle, e bem assim recolhereis todo o armamento que por fóra existe ao quartel de seu abarracamento, para se vos armar todas as vezes, que preciso for; concedido o prazo de 48 horas para o recolhimento das ditas armas.

O mesmo Capitão está autorizado para ser quem vos deve dar vosso competente soldo, estôpa, fardamento e provisões de guerra.

Habitantes do Rio Vermelho!

Uni-vos todos para a defeza de nossa causa, imitando a vossos irmãos da Barra, Barreiras, Itapagipe e de outros pontos que se têm distinguido por seus serviços, união, obediencia ás ordens superiores, promptidão e zelo.

Mostrae que vós tambem sois livres, e antes morrer com honra do que viver na escravidão, qualquer que seja.

Quartel do commando das armas do Estado da Bahia, 13 de Dezembro de 1837.

Sergio José Veloso, Commandante das armas.»

As noticias, porém, que, d'esse ataque, tenho são as que dão diversos officios de B. Pedroso.

Em um, escripto a bordo da corvêta *Sete de Abril* ao coronel Antonio de Souza Lima, dizia o presidente da provincia, que ás 6 horas da manhã d'aquelle dia tinham os rebeldes atacado aquella brigada; mas que os corajosos soldados, de que ella se compunha, lhes fizeram em breve pagar bem caro seu louco arrojo, pois lhes fizeram grande numero de prisioneiros, inclusive um official de nome Thyrso Pessôa da Silva, muitos mortos e feridos entre os quaes se contava o official que os commandava, que se poude escapar, deixando o cavallo em poder dos Legalistas.

Que ao saber do que se estava dando em Itapoã o commandante das armas da brigada de Pirajá, onde se achava, partiu com 200 homens e um troço de cavallaria á cortar-lhes a rectaguarda, não podendo, porém, dar-nos pormenores a respeito do resultado d'essa operação.

Em outro officio de 21 de Dezembro ao presidente de Sergipe, diz B. Pedroso, que no ataque de Itapoã tinham os rebeldes perdido gente e retirado em completa debandada.

Qne estavam os Legalistas ameaçados de um ataque geral, e que com quanto estivessem bem fortificados e contasse Pedroso com a bravura dos defensores da legalidade, affligia-o a falta de armamento, que viria difficultar-lhes a victoria ou impedir que tivesse todas as vantagens que se deveriam tirar.

A 23 officiava novamente ao dito presidente, accusando a chegada a 21, de armas, que essa autoridade lhe tinha remettido e que tinham vindo augmentar o numero das que no dia antecedente tinham chegado do Rio de Janeiro pelo paquete norte (800, segundo officio de 22 ao dito coronel Lima) pelo que estava remediada a mais urgente necessidade.

Dizia mais que os rebeldes estavam em apuro por se acharem completamente sitiados por mar e por terra, sendo extrema a necessidade que experimentavam de farinha, que ja havia dias estava esgotada.

Esta ultima derrota, e o apertado cerco que lhes trazia a carencia enorme de viveres, e augmentava a emigração com a qual sahia o resto de mantimentos, que podessem haver ainda na cidade, deram causa a publicação do seguinte edital:

«João Carneiro da Silva Rêgo, vice-presidente d'este Estado da Bahia, etc.

Porquanto a experiencia tendo mostrado que os inimigos da causa da independencia, abusando das medidas de tolerancia e politica de que tem até hoje lançado mão este governo para conseguir os fins da união dos animos e sustentação da mesma causa, tem resolvido declarar o seguinte:

Nenhuma pessoa se poderá retirar da cidade sem ordem expressa d'este governo. Fica rigorosamente prohibida a sahida por mar ou por terra de mantimentos de qualquer especie e de generos, quer seccos, quer molhados.

As embarcações entradas do reconcavo serão revistas e examinadas para que somente se deixem desembarcar os objectos e pessoas sobre que não recaiam suspeitas, os quaes objectos poderão tambem entrar pelos pontos das fronteiras debaixo das mesmas rigorosas indagações.

Os commandantes dos pontos da fronteira de embarcações de registro e fortalezas, vigiarão com o maior zelo na fiel execução d'esta ordem, prendendo e remettendo ao Juiz de direito, chefe interino de policia, os que contravierem, fazendo voltar os mantimentos e generos declarados, que viremse dirigir para o reconcavo. E, para que chegue a noticia de todos, este se publicará, affixando-se nos logares do costume, Palacio do governo da Bahia, 16 de Dezembro de 1837.— *João Carneiro da Silva Rêgo.*»

No ultimo dia do anno, finalmente, escrevia o presidente da Bahia ao de Alagoas, que uma força de mar de dois brigues, uma corvêta e varias canhoneiras, a qual acabava de ser reforçada com a chegada da fragata *Principe Imperial*, tinha conseguido impedir a entrada de viveres para a cidade, o que fez experimentar aos re-

beldes as maiores privações, principalmente de familias de que havia muitos dias, que estavam privados.

Esperava forças de Pernambuco para com mais segurança e menos derramamento de sangue entrar na cidade, o que brevemente deveria ter logar.

Eis como se achavam as coisas cincoenta e cinco dias depois do rompimento da revolução e setenta e quatro antes de seu aniquilamento.

XIII

Nas grandes emigrações, que cada dia mais se augmentavam, tomando immenso desenvolvimento a proporção que o cerco da capital se ia estreitando, tomavam grande parte os subditos portuguezes, sempre representados em grande numero na Bahia, os quaes abandonavam seus bens e afazeres na cidade e procuravam no reconcavo pelo menos o sustento da vida, que faltava intra muros.

Ou seja, que sua indole propendesse naturalmente para a causa da legalidade e ordem, ou que na cidade soffressem, além do mal da fome, ainda o resultado do espirito anti-lusitano, sempre vivo em todas as revoluções havidas desde a independencia, o que é facto é que toda essa gente, como em geral os estrangeiros, eram infensos á causa da revolução, e no reconcavo adheriam e trabalhavam os portuguezes pela da legalidade acarretando por essa fórma ainda mais os odios dos revoltosos contra si e seus patricios ainda existentes na capital.

Uma significativa prova do espirito dos revolucionarios para com os portuguezes e todos os estrangeiros vê-se no seguinte escripto de — Philopatro, — attribuido a João da Veiga Muricy, e que vem annexo ao seu processo. Eil-o:

« Não é certamente da mais premeditada moderação e da mais elaborada dissimulação de nossa parte que devem os Srs. portuguezes, e alguns semelhantes subditos de outras nações abusar, para minarem tão empenhadamente os alicerces da nossa gloriosa revolução, completamente garante de suas pessoas e bens.

Parcialidades já a toda prova palmares e capazes de esgotar toda a paciencia humana e a mais refinada politica nos dão incontestavel direito a levantar a voz contra gente, cujo sagrado dever de neutralidade nos devia fazer descansar sobre sua politica e nacional conducta.

Só a falta de séria meditação ou uma malignidade brutal podem conduzir aos portuguezes, quer dos chamados adoptivos, quer dos meramente estrangeiros, para que largando suas propriedades e fazendas, se evadam para o reconcavo a pegar das armas contra nós.

Porquanto se assim fazem por nos terem por seus inimigos natos, que fiador pretendem que temos ao que é seu e cá nos deixam?

Como justificarão que fiquemos ligados a algum dever pelo direito da guerra a guardar depositariamente seus bens?

Se, porém, não soffreram de nós tratamento algum hostil, ou extorquitorio, com que rasão plausivel se desneutralisam contra nós?

Acaso o governo d'este estado lhe não tem garantido formal e patentemente suas pessoas e bens?

Já o fez. E até o presente tem a observancia correspondido á promessa.

Ah! ingratos portuguezes!

Vós sois tão ingratos, que contra vós mesmos estaes cavando vossa ruina, só por não deixardes de o ser.

Vós estaes prestando serviços hostis a favor de quem?

De brazileiros de que sempre sois inimigos.

E contra quem? Contra brazileiros a quem mais irritaes nos vossos insultos.

E é assim que quereis continuar a vossa residencia e socialidade entre os brazileiros?

Que mereceis vós em servir a brazileiros matando a brazileiros? Vêde, portuguezes, se isto é serviço.

Considerae o caso em vossa terra e comvosco; então farieis vós das vossas costumadas barbaridades de que são testemunhas a Asia, a America, a Africa e a Europa, vós, que os vossas compartes do mundo chamam os indios da Europa!

Vêde se o direito publico ou natural póde fornecer ao governo d'este estado alguma illimitada regra, que o obrigue a ser depositario de vossos bens, abrindo vós mão aberta de guerra injusta e estranha entre nós.

Agora palavra, senhores subditos de qualquer outra nação, que prestaes vossos contingentes contra a nossa revolução! Pela minha parte vos digo que desde meu maior uso de rasão, tenho conhecido que, nenhuma nação das de hoje mais civilisadas no sentido corrente, o é senão relativamente, mas não essencialmente.

A politica das nações é o interesse, que ellas aspiram em seu beneficio ainda á custa dos males das outras debaixo então da apparencia de fé publica tantas vezes violada quantas vezes se presume alguma quebra de lucro ainda mesmo o mais ridiculo.

O dom da liberdade, da mesma forma todas essas nações acclamam, defendem e idolatram para si; e si alguma vez parecem proteger a prol de outra que o disputa, lá o seu gabinete anda todo occupado em alta politica, isto é, em alto interesse secreto como equilibrio das

nações no balanço da Europa e outros pontos semelhantes bem estranhos ao espirito de humanidade e amor da liberdade, que se inculca.

A decantada legitimidade das nações e dos monarchas sobre as cidades, que compoem seus estados, ainda está por decidir; porquanto, remontando-nos ao principio do mundo, não vemos outro algum direito para os monarchas considerarem reinos e cidades de sua propriedade, senão por violencia, e de sujeição ás suas leis se não pela prescripção. De sorte que não ha imperio, reino ou republica, cujo paiz não tenha sido occupado, ou por aquelles que o possuem, ou por aquelles que lhes têm succedido.

Si os principes, disse Cicero, fossem obrigados a restituir o que possuissem injustamente, seus palacios se convertiriam logo em simples choupanas.

E de certo não sei se haverá hoje um soberano sobre a terra, que exerça autoridade legitimamente.

« *Omnis homo injustus aut hœres iniqui.* »

Que usurpações a prescripção não tem tornado legitimas?

Todas as nações têm antigas pretenções umas sobre outras; e si não fosse esse unico ante-mural da prescripção, nenhuma republica teria direito algum seguro sobre as cidades de seu dominio, nenhum rei sobre seu povo.

D'aqui se collige incontestavelmente que, quando uma parte de um estado, por opprimida, reclama os direitos de justiça e de humanidade, postergando com rasão essa condicional prescripção, tem mais direito a governar-se por si do que antes tinha o estado a governal-a.

E é assim que vastos imperios se têm dividido em pequenos principados, e muitas cidades se têm ligado até formar imperios.

Desta sorte as revoluções desde o principio do mundo têm sido a lei da organisação dos imperios, dos reinos e das republicas; ella, ditada pela lei da necessidade de que é filha, tem mudado os seculos e a face, constituindo a chronologia das edades dos homens, dos tyrannos e dos povos.

A necessidade, disse Seneca, o velho, esta grande rasão, que é o recurso da fraqueza humana, sobremonta todas as leis, ella justifica todas as acções a que ella fórça.

Portanto, o reconhecer uma nação a independencia de outra, não é mais que um ceremonial em direito publico, não ha nenhum titulo que lhe constitua legitimidade, porque entre nações independentes nenhuma pode ser juiza, nem arbitra, nem superiora de outra; ou quando muito, é um testemunho que lhe dá de não machinar contra ella.

Porque, qual o direito de se oppôr uma nação á emancipação politica de outra ou da parte de outra?

Provem lá em como é porque vae contra a lei natural, ou contra o direito publico, e que essa que coadjuva a opposição, se acha desde o seu começo estabelecida sem ter lançado mão dos mesmos principios, que agora a outra emprega.

Appareça uma só ao menos, que então será criminosa a revolução de 7 de Novembro.

Vejamos as de Portugal no tempo de D. João I, e de D. João IV; a de Inglaterra, França, Hespanha, Austria, etc.; contra os romanos, hunos, godos e outros povos, e as suas desmembrações monarchicas e republicanas que nunca cessão de hostilidade.

Vejamos todos os cantões federados e as republicas de Hollanda, Helvecia e outras o que erão em outros tempos, e o que são ao presente, e como têm passado por todas estas modificações e cathegorias.

Qual a lei de todas estas vicissitudes?

Si antes d'estas havia legitimos soberanos com outros titulos racionaveis além do consenso dos povos e da prescripção, não ha nação hoje em dia que seja legitimamente, e si assim não é, porque lei são justificadas as revoluções dos Estados Unidos, do Hayti, do Perú, do Brazil, da Cisplatina, etc., etc.?

E quaes os juizes competentes para taes cousas?

De quantos prejuizos não nos dão exemplo a Inglaterra, a França, a Hespanha, Portugal e as mais potencias, entretanto, que nós não perjuramos na nossa revolução?

Si o Sr. João Carneiro da Silva Rego preside a este Estado, e o Sr. Sabino é d'elle secretario, que admira isso vendo-se um Cromwell protector de Inglaterra e um Fouché e outros na França?

São acaso esses individuos comparaveis com os nossos mencionados cidadãos?

Os maiores sabios dos antigos nos têm ensinado que o mundo inteiro não é senão uma republica, e que cada povo não é n'esta patria senão uma grande familia.

Esta idéa nos obriga a uma grande amisade geral para todos os homens. Tenho duas patrias, dizia um grande imperador: como Antonino, Roma, como homem o universo.

Não sei, pois, senhores estrangeiros, nossos desaffectos, como, partindo de todos estes principios fundamentaes da sociedade humana, podereis vós e vossos politicos, que pensam como vós, provar a legitimidade de um bloqueio e muito menos a obrigação dos mais reconhecerem-n'o e de favorecerem-n'o.

Não sei *que o matar á fome pessoas* de todos os sexos, e dadas condições, seja o meio termo na guerra, ou signal de fortaleza.

O certo é que tal medida é o symbolo da barbaridade, e só os ferozes e deshumanos chefes podem empregar semelhante estratagema, quando é absolutamente diverso da guerra como mal de diversa especie.

Porém, podem ficar persuadidos de que em retorno a tão anti-christans medidas e contra tão selvagens principios não faltam vindictas, talvez mais horriveis, ditadas pela suprema lei da necessidade, e que *ainda que cheguemos a comer raizes agrestes*, como os soldados de Cesar, nos consolaremos pelos males que muito peiores teremos de fazer cahir sobre nossos inimigos quaesquer que sejam.

Furor armas ministrat.

O Philopatro.»

Esta linguagem justifica muito as palavras que dirigia Barretto Pedroso ao presidente de Sergipe a 23 de Dezembro, dizendo que os rebeldes estavam em apuros, porque se achavam completamente sitiados por mar e por terra e era extrema a falta de que experimentavam de viveres, principalmente de farinha, que havia dias nenhuma tinham tido.

XIV

Conhecido no Rio de Janeiro o rompimento da revolução bahiana, tomou o governo, embora muito atarefado com a rebellião do Rio Grande, as mais energicas providencias que entendeu para abafar a de 7 de Novembro.

Ordenou ao Ministro da guerra Sebastião do Rego Barros que de Pernambuco partisse o batalhão 7 de caçadores que d'alli devia marchar em direitura á provincia de São Pedro, e fizesse escala pela Bahia, acompanhado de um parque de artilharia, e aqui ficasse a

disposição do Presidente Pedroso, para empregar como achasse mais conveniente.

O Conselho Supremo Militar baixou a 17 de Novembro um decreto dissolvendo o batalhão de caçadores n. 3 e o 3.º corpo de artilharia de posição, que haviam tomado parte activa na sedição de 7 de Novembro, quando outro era o dever de militares honrados, *por não convir que semelhantes corpos tenhão mais a honra de pertencer ao exercito do imperio.*

Entregues ao arbitrio do Presidente Pedroso remetter para côrte, ou para a provincia de São Pedro, as praças dos ditos corpos, assim como os officiaes implicados na sedição, que para lá deviam ir presos.

Por decreto de 27 de Novembro exonerou o governo do commando das armas da Bahia o tenente-coronel Luiz da França Pinto Garcez, recommendando ao presidente a publicação de tal decreto, quando assim o julgasse conveniente, como a remoção dos officiaes militares, tanto no commando dos corpos, como no das fortalezas, os que não se fizessem recommendaveis pela sua adhesão ás instituições juradas e pela sua lealdade ao throno.

Pela barca a vapor *Urania* remetteu armamentos e apetrechos bellicos, mas arribando esta barca, despachou pela *Nictheroy* e *Constança*, entre outras coisas, 1420 espingardas, 3500 pederneiras, 50.000 cartuchos embalados, 4 peças de calibre seis e trez, etc., etc.

No brigue escuna *Nictheroy* ordenou fossem embarcados para a Bahia tambem trez officiaes de artilharia, que mandou escolher para serem na Bahia empregados como a Pedroso parecesse mais conveniente.

Recommendava-lhe muito que não aperigasse a honra da tropa em combates parciaes, que só serviam de debilitar a força quando inefficazes, antes cauteloso e previdente, só travasse acção quando pela maioria numerica

destresa e disciplina das tropas e circunstancias das localidades, podesse contar com a certesa da victoria, devendo, outrosim, conservar com o todo o empenho, nem só todos os pontos que fosse ganhando sobre os rebeldes, mas com especialidade o que fosse tomado com premeditado ataque, fortificando-os logo que os tivesse occupado, para lhes não dar logar a conceberem a mais leve esperança de successo.

Tambem recommendava o ministro da guerra que, sendo da maior solicitude do governo imperial não omittir qualquer meio que parecesse conducente a accelerar o restabelecimento da ordem na capital, que infelizmente continuava a ser presa de sediciozos e anarchistas, apoiados por estrangeiros discolos e perversos, que esquecidos da neutralidade que deviam guardar, se tinham ingerido em dissenções politicas, dando calor e direcção aos rebeldes, procurasse por todos os meios separar da capital todos os estrangeiros, particularmente os italianos, que constava, eram os mais encarniçados inimigos da ordem.

No officio de 29 de Novembro em que Pedroso dava ao governo conta das primeiras medidas que tinha tomado depois de sua chegada, dizia que depois de ter partido de Cachoeira, e achado em Pirajá a tropa animada do melhor espirito, combinára com o Tenente-coronel Argollo, Commandante das armas, fazer que a força alli reunida formasse uma brigada sob o commando d'esse brioso e distincto official, e que continuasse a reunir-se em Itapoã outra sob o commando do Visconde de Pirajá.

Que o coronel Seara tomara o commando dos guardas policiaes, que constavam de 700 praças.

Organisou mais um batalhão provisorio de varios

contingentes da Guarda Nacional, continuando a organisar-se outro de guardas nacionaes da Cachoeira.

Dizia mais que na brigada de Pirajá havia 1.175 praças, das quaes só 792 armadas, porque ainda que com summa difficuldade algumas armas tivessem sido obtidas, não bastavam para as praças que iam vindo para o acampamento.

Para a brigada de Itapoã marchavam de diversos pontos forças, que o Visconde de Pirajá tinha conseguido ir reunindo. Annunciava que os rebeldes tinham augmentado suas forças; com especialidade um batalhão que tinha formado de pretos, o que tinha dado bastante ousadia aos escravos existentes na capital, a ponto de já terem apparecido indicios de insurreição.

O resto da provincia continuava em paz, achando-se fortificados varios pontos, como a villa de S. Francisco, a entrada do rio Jaguaripe (por uma canhoneira) e a cidade da Cachoeira, onde existia força sufficiente para manter a ordem e para onde tinha feito voltar o coronel Rodrigo Antonio Falcão Brandão, cuja presença alli muito podia cooperar para aquelle fim.

O bloqueio da capital tinha sido estreitado com a approximação dos vasos de guerra imperiaes, tendo já sahido do ancoradouro da Bahia todas as embarcações nacionaes e estrangeiras de guerra e de commercio.

Em um outro officio de 2 de Dezembro dava o presidente parte ao governo do feito de armas de 30 de Novembro, já atraz relatado, pondo particularmente em vivo relevo as façanhas de José d'Aquino Tanajura.

Louvava a attitude da força, e communicava que o Visconde de Pirajá tinha reunido em Itapoã perto de 300 homens armados e municiados, esperando por mais gente, que em breve alli se reuniria.

Continuava a soffrer extrema falta de armamento, tendo já requisitado aos presidentes de Pernambuco e Sergipe, onde fôra informado de que havia disponivel.

Annunciava que os legalistas já tinham uma escuna armada e esperava por barcos de coberta lavada que mandara vir de Valença e de outros logares para quanto antes os armar.

A 4 de Dezembro officiava dizendo, que constava-lhe pretenderem os rebeldes atacar no dia seguinte o acampamento de Pirajá, onde ainda havia muita gente desarmada, ataque que muito influiria sobre a sorte da provincia.

Já vimos que só a 14 se deu o esperado ataque e que fôra feito á brigada de Itapoã.

Dava conta de ter mandado atacar um destacamento rebelde, que do forte de Itapagipe difficultava as communicações dos legalistas com Cabrito e Pirajá!

Tambem do resultado d'esta operação já atraz dei conta tanto quanto o permittem os documentos existentes.

Esperava ardentemente pela fragata *Principe Imperial* com os armamentos annunciados pelo governo.

Tinha havido n'esse tempo um pequeno movimento na villa de Porto Seguro, que Pedroso n'este officio relata dizendo, que a camara d'aquella villa suspendera e demittira o juiz de direito d'aquella comarca com protestos de adhesão á Constituição e ao thesouro, pretextando ser o mesmo juiz de direito hostil ao seu commercio. Não constava, entretanto, que tivesse havido alli alguma declaração de adhesão á causa dos rebeldes.

Outro-tanto, porém, não se dava na Villa da Feira onde appareceu um partido com o alferes Barauna á frente (para quem já com muita antecedencia tinha se expedido ordem de prisão), que se pronunciou a favor da re-rebeldia.

Para abafal-o tinha Pedroso feito reunir na Cachoeira e em S. Gonçalo dos Campos força que marchou immediatamente, e entrou na Feira, abandonada pelos revolucionarios que se debandaram.

Contra elles, porém, tinham sido expedidas as convenientes ordens de prisão, e a seu encalço se achavam as citadas forças sob o commando do coronel Rodrigo Antonio Falcão Brandão.

Em Caravellas havia tambem quem sympathizasse, e muito, com a revolução, porém sem ter tido os meios de romper, contentando-se de os solicitar dos chefes revoltosos da capital.

Para, pois, melhor debellar a revolta, impedindo que ella se derramasse pela provincia, havia Pedroso estabelecido destacamentos em muitos logares d'ella, com o duplo fim de conter os anarchistas e de impedir a insurreição de escravos.

Estes destacamentos, a existencia já de uma força respeitavel quer de mar, quer de terra, e os revezes que os rebeldes tinham experimentado em differentes ataques por elles offerecidos, tinham animado os amigos da ordem, dando motivo a esperar-se que a provincia continuasse a manter-se em paz.

Reconhecendo os facciosos a impossibilidade de fazer apparecer suas doutrinas nas villas da provincia, e instados por seus emissarios, tentaram sahir para o interior, mas o presidente Pedroso, inteirado de suas palavras, fez collocar, de combinação com o chefe de divisão commandante das forças navaes, alguns navios de guerra em logar tal que a força rebelde, embarcada, 600 homens, se não animou a largar e desembarcou.

Finalmente, esse activo delegado do ministerio de Pedro de Araujo Lima, na provincia da Bahia, fazia constar ao governo que dignos de toda a consideração

tinham sido muitos empregados publicos e cidadãos, a cujos esforços, zelo e acrysolado amor ás instituições se devia em o curto espaço de pouco mais de um mez ter se levantado uma força de mais de 4.000 homens empregados nas brigadas e em varios destacamentos, e terem-se armado mais canhoneiras, que muitos serviços tinham já prestado, e, finalmente, o terem se preparado os meios de debellar a anarchia, quando todos os recursos falhavam.

Este attestado, sobremaneira lisongeiro á Bahia, muito convem não ser jamais esquecido, muito particularmente pelos que descrêem da vitalidade e independencia do espirito liberal, que em todos os tempos existiu entre nós.

Porque si só a Bahia conseguiu levantar um novo governo na sua capital com tendencias separatistas e emancipadoras, tambem a ella só se deve a victoria da integridade do paiz alcançada pelas proprias forças da provincia, ás quaes, é verdade, posteriormente se ajuntaram contingentes exteriores e a direcção de intelligentes generaes.

Isto, porém, não destróe o elogio que a ella fez aquelle presidente, porque de facto foi a estes 4.000 homens, feitos de repente militares pelo ardente sentimento de patriotismo, e sahidos de sua tenda de trabalho para manejar as armas, seguramente a quem se deveu o bom exito da causa da legalidade.

Não fosse a repulsa que geralmente achou a revolução na população da Bahia, que motivou o tomar ella parte tão activa na debellação da revolta, e ella não teria durado tão pouco tempo, nem teria sido suffocada quasi que exclusivamente por aquelles 4.000 homens, que tinham sido em menos de um mez ajuntados pelos esforços de muitos empregados publicos e cidadãos da Bahia, a cujo zelo e acrysolado amor ás instituições se

devia o «terem-se preparado os meios de debellar a anarchia quando todos os recursos faltavam».

XV

Este primeiro episodio da Feira de Sant'Anna foi menos perigoso para a causa da legalidade do que poderia ter sido.

Logo depois da proclamação do governo revolucionario na capital, e não deixando de prever os rebeldes a difficuldade em que mais tarde se reviam, si as forças constitucionaes conseguissem cercal-os na Bahia, deliberaram despachar emissarios para diversos pontos da provincia a adquirir adeptos para sua causa, e nenhum logar melhores condições offerecia a uma concentração de forças rebeldes, em caso de um desalojamento d'ellas da capital, do que a Feira de Sant'Anna.

Para alli, pois, logo depois de 7 de Novembro se dirigiram os emissarios da revolução, e logo desde o começo apontam as noticias a Hygino Pires Gomes como o de mais vulto e ousadia.

Cêdo tambem o governo legal lançou os olhos para o que se passava n'aquella villa, então ainda muito famigerada por indole revoltosa e até criminosa de grande parte de seus habitantes, e, como viu-se do artigo precedente, Barretto Pedroso já a 4 de Dezembro annunciava ao ministro que tinha mandado ajuntar as forças em Cachoeira e S. Gonçalo, enviando para d'ellas tomar o commando o Coronel Rodrigo Antonio Falcão Brandão, cuja presença alli (na Cachoeira) muito podia cooperar para manter a ordem.

Não tinham, porém, os boatos que corriam a respeito do que se dava na Feira, conseguido conquistar a crença d'este coronel, porque de um seu officio escripto na Ca-

choeira em 5 de Dezembro se vê, que do que tinha obtido de suas investigações desde que se achava n'essa commissão, colligiu que na Feira nada havia senão intriga de algum descontente, convencido como estava de que esses intrigantes nada faziam pela certeza que tinham do animo das forças legaes.

Nove dias depois, porém, já Rodrigo Brandão confessava, que por avisos sabia, que «um Hygino Pires tinha dentro da Feira um partido a que pertenciam os juizes de paz e talvez mesmo alguem da Camara, o qual partido dava demonstrações de coadjuvar os rebeldes *no caso de sahirem da capital acoçados pela nossa tropa.*

Dizia mais, que sabia-se que Hygino dias antes fôra a Bahia receber 150 armas e dinheiro do Sabino e João Carneiro; mas que, apesar de todos estes boatos assustadores, o commandante superior da Feira garantia pelos juizes de paz. Tinha mandado chamar á sua presença o alferes Baraúna, mas este allegando doença obtivera o prazo até o dia 18 para se apresentar.

Entretanto, alguns dos officiaes do destacamento da Guarda Nacional, que o presidente tinha mandado estabelecer na Feira para manter o socego publico, unindo-se com pessoas mal intencionadas, apresentaram-se a 24 de Dezembro armados com o pretexto frivolo de vir tropa prender a muitos, continuando em alarme até o dia 27 á tarde em que se retiraram em troços para Jacuhype e alli se reuniram com mais pessoas, chegando até no 1° de Janeiro a accommetterem e baterem-se com a força legal que alli existia estacionada pelo juiz de paz de Santa Luzia.

Destes acontecimentos teve o Coronel Rodrigo Brandão noticia logo pelo officio que de S. Gonçalo lhe dirigiu Francisco Caribé Morobosa, commandante superior da Feira, que para alli tinha se dirigido, pelo motivo por

elle apresentado, de ir ao encontro do presidente, que, pela noticia espalhada na Feira, esperava-se vir á frente de um piquete de cavallaria e acompanhado de muita tropa, que vinha tranquilisar a villa e fazer respeitar as auctoridades legaes.

Entretanto, que referindo-se n'esse mesmo seu officio aos barulhos do dia antecedente, dizia que os descontentes estavam dispostos a assassinal-o a qualquer momento, fazendo reverter suas suspeitas sobre o Tenente-Coronel da Guarda-Nacional Manuel Pedro dos Santos Vital, que mostrava a maior repugnancia em cumprir as ordens que lhe dava.

N'esse entretanto tinha na Cachoeira sabido o Coronel Rodrigo que na Feira proximamente haveria um rompimento annunciado por clubs e proclamações dos partidarios da revolta da capital, e assim partiu a 26 só com 50 praças do batalhão de voluntarios, visto que o restante tinha dias antes partido sob o commando do Capitão Meirelles, por ordem do juiz de direito e com destino a coadjuvar os juizes de paz do Pedrão e suas circumvisinhanças na perseguição e captura de turbulentos que por alli vagavam em serviço do partido dos rebeldes, tanto mais quanto noticias d'aquelles lados diziam que da Lagôa do Fumo descia tropa para atacar a Feira e acclamar o governo de João Carneiro.

O proprio Coronel Rodrigo teve noticia de que na villa existia em campo uma força de mais de 200 homens em attitude hostil, acobertando esse criminoso procedimento com o pretexto de obstar á entrada da tropa, que, segundo noticia acima, se esperava na Feira.

A verdade d'esses boatos veio ser confirmada ao dito Coronel Rodrigo pelo commandante superior Caribé, em São Gonçalo, onde chegou a 27.

Immediatamente officiou á Camara, ao juiz muni-

cipal e Tenente-coronel da Guarda Nacional, para dissipar as illusões, e chamar á ordem os exaltados por meios de brandura, assegurando-lhes, porém, que, si a despeito de tão puras intenções da força constitucional, a villa se conservasse em armas até sua entrada, elle a teria por inimiga e como tal a tratasse.

Marchando o Coronel Rodrigo da Cachoeira com tão pouca força, teve de passar em São Gonçalo e alli demorar-se para ver se arranjaria mais alguma da de que dispunha o Coronel João Pedreira do Couto.

Effectivamente alli poude conseguir obter 80 homens, e tendo n'esse entretanto recebido do Presidente Pedroso 177 praças e armas e de diversas outras procedencias mais outras, achou-se com 280 com as quaes poude, ás 7 horas da manhã do dia 4 de Janeiro, partir para a Feira.

Ahi chegando, achou a villa deshabitada; a excepção do commandante superior e juiz municipal, que tinham ido ter-se com elle em São Gonçalo, nenhuma outra auctoridade se lhe apresentou.

Ao ouvir-se na villa o toque das cornetas da tropa que chegava, 50 praças que alli se achavam da força dos rebeldes formando um destacamento, desampararam o quartel, e como esta fugida fosse em debandada, não poude o Coronel Rodrigo encontrar os fugitivos, que se embrenharam pelos candeaes das visinhanças, aos quaes immediatamente mandou o Coronel deitar fogo.

Fazendo alto, cuidou em chamar parte das familias aterradas pelos turbulentos, e que se achavam dentro dos mattos, mandou deitar exploradores, e no dia seguinte despachou tropa até além do Sobradinho e Tres Riachos, afim de ver si descobria-se inimigo.

Esta tactica dos rebeldes, embrenhando-se, prolongou naturalmente a final solução d'esse negocio da Feira,

porque obrigou o Coronel Rodrigo a procurar um por um dos cabeças da revolta.

O principal d'elles, o alferes Baraúna, achava-se logo ao primeiro dia no Jacuipe, logar que no seguinte desamparou.

Era elle o unico que ainda conservava gente reunida; todos os outros andavam em perfeita debandada.

Para perseguil-os teve o Coronel nas praças de marinha, que o governo lhe tinha remettido, e particularmente no commandante d'ellas, o Ajudante Antonio Joaquim de Magalhães Castro, um optimo e activissimo cooperador, a quem em breve se deveu a prisão e aniquilamento dos cabeças e mais gente rebelde, que se espalhou por todo o sertão circumvisinho.

É incomprehensivel como os rebeldes da Feira tivessem fugido de combate, pois passava por certo que estavam de posse de grande numero de armamento, de grandes soccorros de Nazareth, Currallinho, Tapéra, Inhambupe, Pedrão, Santo Estevam, São Felix, além de grande quantia pecuniaria conduzida, como em toda a parte se affirmava, pelo filho de João Carneiro e Hygino Pires Gomes.

A' vista, porém, do que achou o Coronel Rodrigo, parece dever-se concluir que tudo isto não passava de ditos sem base, como sobre tudo e todos n'aquellle districto corriam os mais contradictorios boatos, e forjava-se a mais revoltante intriga, de que muito se queixa o Coronel em seus officios.

Não obstante a debandada, reuniu-se sob o alferes Baraúna o grosso da força rebelde na Terra Dura, além de São José de Itapororocas duas leguas, emboscada em uma matta.

O Coronel Rodrigo conseguiu a 10 de Janeiro alli tomar-lhe os flancos. Em consequencia d'isto, ainda não

quizeram acceitar combate, muitos passaram-se para as fileiras legaes, outros se despersaram em debandada, sendo presos e desarmados, e o alferes Baraúna seguiu a cavallo a estrada do sertão com tres sequazes a pé.

Os mais cabeças já dias antes o tinham despresado e tinham se occultado.

Tres ou quatro dias depois já se achavam no Coité, vinte cinco leguas distante da Feira; contra elles continuou o alferes Magalhães Castro sua diligencia.

Já contavam-se como presos o chefe da rebellião Manoel Pedro dos Santos Vital e outros, quando a incuria ou traição do official, a quem o Coronel Rodrigo incumbiu de tal tarefa, um capitão dos nacionaes, que voluntariamente se offereceu com instancia para essa diligencia, fez soltal-os, seduzido por um S. Boaventura, e feito isto escondeu-se.

Nesse mesmo officio de 16 de Janeiro dizia o esforçado Coronel que tinha feito recolher o armamento e prendido aquelles rebeldes que se não tinham apresentado, e que tratava de concentrar suas forças, por correr que da capital marchava Hygino com tropa e muito dinheiro.

Os muitos e assustadores boatos que corriam então a respeito desse perigoso homem, de quem jamais poderam as forças do governo apoderar-se, faziam delle uma quasi especie de mytho, que mais tarde tornou-se muito popular. Todas as auctoridades do reconcavo esforçavam-se e faziam questão de honra de apprehendel-o.

O juiz de direito de Santo Amaro, João José de Moura Magalhães, a quem o Presidente tinha, como a todos os outros, recommendado muita vigilancia neste particular, asseverava em officio de 3 de Janeiro que até o dia 21 de Dezembro se achava Hygino na capital, por assim

lh'o ter affirmado um bacharel que de lá viera, e que o conhecia.

O da Cachoeira Manoel Vieira Tosta, em officio de 17 do Dezembro, dizia que com certeza 15 dias antes, mais ou menos, tinha o dito Hygino ido para a Bahia, levando comsigo algum gado, que tinha embarcado na Barra falsa.

Temia-se então que fizesse desembarcar na Saubára ou no Engenho dos Gallos o armamento, que tinha ido receber de João Carneiro.

A' vista disto, toda a vigilancia era pouca porque o individuo, de quem se tratava, era summamente perigoso tanto mais por ser conhecedor de toda nossa costa do mar, por onde muitas vezes conduziu escravos e dinheiro falso, de que elle foi o primeiro fabricador.

A' vista pois, dos successos obtidos pela força legal na Feira, tal projecto naturalmente não podia mais ser bem executado.

Comtudo, a maior vigilancia foi recommendada ás auctoridades locaes.

A 20 de Janeiro, finalmente, communicava da Feira o Coronel Rodrigo que estavam em suas mãos quasi todos os cabeças da rebeldia, entre os quaes o alferes Baraúna.

Logo após a sua entrada na Feira, tinha elle officiado para todas as partes, ordenando, em nome do Presidente da Provincia, a prisão dos suspeitos.

A 14 recebera de Antonio Gonçalves d'Araujo, juiz de paz do Coité, um officio em que esta autoridade, com uma ingenuidade verdadeiramente rustica, lhe communicava que a 8 tinhão apparecido n'aquelle destacamento de seu commando David José de Souza e Francisco Moreira de Souza, os quaes immediatamente prestaram ao destacamento os maiores soccorros e o fizeram até aquella data em que officiava o juiz de paz, pondo até a

disposição d'este a quantia de 150$000 para as despezas que fossem necessarias ao mesmo serviço, declarando-se promptos até o fim para o que se precisasse, sendo a causa de procurarem aquelle destacamento o *livrarem-se de maior barulho.*

Isto commoveu por tal forma ao sensivel juiz de paz, que, *á vista d'esta humildade*, recorria ao Coronel Rodrigo Brandão, afim de que, como pae de familia, houvesse de perdoar-lhes, *sem tocar nos melindres da honra de S. S. e menos na santa causa da legalidade.*

O Coronel Rodrigo, porém, que tinha idéas differentes das que tanto tinham commovido o coração do bom juiz de paz do Coité, immediatamente despachou o alferes Magalhães Castro com 40 homens a prender aquelle David e a seguir o Baraúna, que tendo-se demorado na Serrinha, já offerecia boa somma aos homens do campo que o guardavam.

Quando o alferes o encontrou já elle estava prompto para fugir, de maneira que ainda um de seus sequazes, criminoso sentenciado a galés perpetuas, quiz atirar no dito alferes, o que não conseguiu por este o repellir com ligeireza.

Ficaram, pois, por prender-se o Tenente-coronel Manoel Pedro dos Santos Vital e o Major Manoel José de Souza, de cuja commissão ficou encarregado o sobredito alferes Magalhães Castro.

Os já aprisionados, porém, foram a 24 de Janeiro remettidos para a corveta com o resto da tropa que n'aquella data partiu sob o commando do alferes Julião.

Antes, porém, de partir procurou ainda Baraúna evadir-se da Feira, ao que foi impedido pela vigilancia do citado alferes Magalhães Castro.

Foi assim que acabou-se a revolta da Feira.

Ficaram lá, porém, as sementes que depois ainda produziram cuidados á causa da legalidade, e de que tratarei a seu devido tempo.

XVI

Emquanto todas estas cousas se davam na villa da Feira, vejamos o que se passava na capital, que deixamos nos ultimos dias do anno de 1837 bloqueiada por uma força de dous brigues, uma corveta e varias canhoneiras, força que augmentou-se com a chegada da fragata *Principe Imperial*, experimentando por esse motivo seus habitantes as maiores privações principalmente de familias, de que se viam privados havia já muitos dias.

Nos ultimos dias d'aquelle anno tomou ainda o governo rebelde duas deliberações de alcance do momento, a 23 e a 29 de Dezembro.

Foram ellas as seguintes:

«*João Carneiro da Silva Rego*, por acclamação popular, Vice-Presidente do Estado da Bahia, etc.:

Faço saber a todos os seus habitantes, que, sendo de summa conveniencia e interesse para as actuaes e extraordinarias circumstancias em que se acha esta capital, cujos habitantes se conservam firmes em sustentar os principios da gloriosa revolução de 7 de Novembro ultimo, tenho resolvido o seguinte: que fique provisoriamente suspensa a lei que prohibe o commercio de cabotagem pelos estrangeiros, e que fique permittido aos mesmos o dito commercio de cabotagem, podendo importar para esta capital os generos comestiveis do paiz e fabricados, ficando sujeitos os estrangeiros que negociarem em tal commercio ás mesmas condições e encargos a que estão sujeitos os nacionaes. Mando, portanto, a todas as auto-

toridades a quem o conhecimento e execução d'esta resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como n'ella se contém.

O secretario d'esta presidencia o faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo da Bahia, aos 23 de Dezembro de 1837, 1° da independencia e do Estado.—*João Carneiro da Silva Rego.*»

A segunda providencia foi a seguinte:

«*João Carneiro da Silva Rego*, por acclamação popular Vice-Presidente do Estado da Bahia, etc.:

Sendo mister para defesa do Estado a organisação da marinha nacional, visto que a que existe baldeou-se para o partido regressista, e, vendo este governo que geralmente é mal paga toda a maruja empregada nos differentes serviços de commercio e guerra:

Faço saber a todos os individuos que se quizerem engajar no serviço da marinha nacional, que de hora em diante fica elevada a 15$000 mensaes a soldada de cada um marinheiro além da ração de porão e dos accrescimos que possam vencer aquelles que forem empregados nos differentes ministerios de maior consideração, que exige a marinha.

Outrosim, faço saber que fica extensiva tambem á marinha a disposição da acta do memoravel dia 7 de Novembro, que marca os postos de accesso a todos os officiaes e militares, que adheriram e prestaram serviços á sagrada causa proclamada, devendo todas as pessoas que se quizerem empregar no mencionado serviço apresentar-se na intendencia da marinha para serem matriculadas.

E, para que conste e chegue ao conhecimento de todos, o presente se publique e se affixe nos logares do

costume. Palacio do Governo do Estado da Bahia, 29 de Dezembro de 1837.»

Não obstante a utilidade que resultaria d'essas medidas aos interesses da causa dos rebeldes, veio o novo anno de 1838 encontrar a capital no mesmo estado de penuria em que a deixou o de 1837.

Os soffrimentos dos habitantes tornaram-se agora, porém, ainda maiores com o decreto de 12 de Janeiro concebido nos seguintes termos:

«*João Carneiro da Silva Rego*, por acclamação popular, Vice-Presidente do Estado Bahia, etc.:

Faz saber aos habitantes d'esta cidade, que todas as pessoas maiores de 50 annos, e bem assim mulheres de qualquer edade e condição que sejam, podem sair livremente para onde lhes convier, porém, por terra e sem levarem comsigo escravos, que possam de algum modo prestar serviços á causa da independencia e do Estado.

E, para que chegue á noticia de todos, este se publique e se affixe nos logares mais publicos.

Palacio do Governo do Estado da Bahia, 12 de Janeiro de 1838. — *João Carneiro da Silva Rego.*»

Esta medida imposta pelas duas leis da guerra e da necessidade, não mereceria a censura da posteridade, si na sua execução não se patenteassem os barbaros e deshumanos instinctos dos que a faziam.

Possuimos, por exemplo, em um dos processos que existem no Archivo Publico, a triste narração de uma sahida de velhos, mulheres e meninos que, fiados na permissão que o supracitado bando lhes dava, embarcaram-se em um barco para se dirigirem a Itaparica.

Quando essa embarcação abria as suas vellas no porto da Bahia para procurar a citada ilha, abriu sobre os miserrimos famintos emigrantes o forte do mar suas boccas de

fogo, matando e ferindo a diversos, que foram enterrados e tratados na villa onde queriam ir procurar guarda!

Apesar do severo bloqueio, conseguiram os da cidade de vez em quando illudir e obter a entrada de alguma farinha e isto muito naturalmente trazia comsigo o prolongamento do estado de coisas na capital.

Para augmentar suas forças, lançou o governo mão do seguinte expediente:

«*João Carneiro da Silva Rego*, por acclamação popular, Vice-Presidente do Estado da Bahia, etc.:

Faço saber que, sendo conveniente augmentar a independencia d'este Estado tão gloriosamente proclamada no dia 7 de Novembro passado, e reclamando a justiça e humanidade, e o direito natural que tenham parte n'essa defesa e sustentação aquelles dos nascidos no territorio, que têm a infelicidade de gemer debaixo do peso da escravidão, tenho resolvido crear um batalhão com a denominação de — *Libertos da Patria* — da maneira seguinte:

1.° Todo o escravo nascido no Brazil, que se achar nas circumstancias de pegar em armas, se poderá alistar sob as bandeiras da independencia do Estado para formar o batalhão dos *Libertos da Patria*, para o que se dirigirão ao Exm. General em Chefe, que d'elles mandará fazer o competente alistamento.

2.° Os proprietarios de semelhantes homens serão indemnisados do seu valor, procedendo-se a avaliação pela fazenda publica, a qual será tambem indemnisada pela deducção da metade dos soldos das praças de pret de que se compuzer o referido batalhão, cujo plano será organisado pelo Exm. General em Chefe do exercito com approvação d'este governo.

E, para constar, se mandou publicar este ao som de caixas n'esta cidade da Bahia, aos 3 do mez de Janeiro de 1838. — *João Carneiro da Silva Rego.*»

O alcance d'esta ultima medida é intuitivo e teria trazido enormes resultados, si a rebellião se não tivesse visto obrigada a ficar circumscripta á capital, onde immediatamente appareceram insurreições entre os escravos.

Signaes d'ellas, porém, tambem appareceram em alguns engenhos do reconcavo, mas em vista da circumstancia acima alludida, não poderam alli ter mais serias consequencias.

No intuito, pois, de augmentarem suas forças, admittiam os rebeldes em suas fileiras todos os individuos que se lhes apresentavam, e dos escravos alistados no supradito batalhão *Libertos da Patria* em breve tornou-se grande o numero.

No recrutamento d'essa gente, lançou-se mão até dos presos sentenciados, que existiam nas prisões da cidade.

De tão favoraveis circumstancias poderia de seu lado a legalidade tirar proveito fazendo já agora um ataque geral sobre a cidade.

Mas de tal projecto faziam-n'a recuar as mal executadas providencias do governo central, aliás dadas com a maior promptidão.

Já vimos que a arribada do navio *Urania* despachado com armamentos e munições logo em novembro fez de muito retardar a execução de medidas que, si fossem tomadas a seu devido tempo, teriam necessariamente produzido resultado muito decisivo.

A *Nicterohy*, por exemplo, só a 8 de Janeiro foi que chegou á Bahia.

Estes e outros desencontros explicam, certamente, as constantes queixas que fazia Barreto Pedroso em seus officios ao governo de falta de armas e petrechos bellicos.

Particularmente lamentava elle a carencia de car-

tuxame e de polvora; que de mui má qualidade tinha sido a pouca que da côrte lhe tinha vindo e cuja falta era o motivo de se ter demorado o ataque que cumpria dar sobre os rebeldes, demora de que se iam aproveitando os rebeldes para augmentar as forças, que então já tinham concentrado principalmente em S. Caetano.

Verdade é que por esse tempo constava já o exercito da legalidade de 4.000 homens, mais ou menos, o que, como ficou já dito, devia-se a promptidão patriotica com que de todos os lados da provincia corriam seus habitantes ao acampamento de Pirajá.

Mas, com quanto fosse deficiente o auxilio que lhe enviou o governo do Rio, tendo vindo pelo barco a vapor 800 armas e pela *Nicterohy* 120, de Sergipe 260 e de Pernambuco 400, das quaes muitas inuteis por quebradas, era manifesto que com estas 1.500 armas não se podia bem armar aquellas forças.

Accrescia que tendo-se de desembarcar gente do mar, tambem era preciso armamento para ella.

Procurava, pois, Barretto Pedroso remediar essa falta com o concerto das armas arruinadas, mas além de ser este remedio extremamente moroso, pouco aproveitava.

A falta de cartuxos embalados procurou aquelle activo presidente supprir, mandando fazel-os a bordo da corveta *Sete de Abril*, em Itaparica, em Santo Amaro, em Cachoeira; mas a falta de balas e os meios de as fundir com brevidade em grande quantidade era outro sensibilissimo inconveniente, difficil de ser remediado.

Fortuna, e grande fortuna, exclama Barreto Pedroso em officio seu ao ministro da guerra, foi não nos atacarem os rebeldes n'esses arriscados dias em quanto não tinhamos arma alguma com que nos defendessemos, e por certo que um triumpho que obtivessem, acarretaria males incalculaveis.

Hoje já temos força respeitavel, e estou convencido que infructuosos serão os esforços dos rebeldes para abrirem caminho para o interior, como tanto desejam.

Felizmente a 3 de Janeiro chegou a briosa expedição que de Pernambuco para o Rio-Grande do Sul marchou, composta do batalhão 7° de caçadores com 400 praças e um parque de artilharia com 100 homens d'aquella arma, commandados pelo Tenente-coronel José Joaquim Coelho.

Desembarcados estes bravos a quem a legalidade bahiana tanto deve, que mais tarde lhes conferiu o titulo de libertadores, e recolhidos no acampamento de Pirajá, teve esta força logo nos dias seguintes que entrar em fogo, e provar que n'ella obteve a legalidade um poderoso reforço, não pelo numero, mas pela bravura que a distinguiu e aos officiaes que a commandavam.

Mas sobre isto um seguinte artigo trará melhores informações.

XVII

Acoçados pela fome, viram-se os rebeldes obrigados a sahir da inactividade em que se achavam.

Foi preciso resolverem-se *a tout prix* romper as linhas inimigas e procurar no interior onde fazer pé firme no meio da abundancia, si não quizessem em breve ver abortar toda a obra principiada a 7 de Novembro.

A' vista da difficuldade de romperem as de terra dos constitucionaes, e esperando mais da maior negligencia, de que Pedroso já se queixava existir no bloqueio tiveram a idéa de fazer passar gente por mar para embarcar em São Thomé de Paripe ou na costa do Mar Grande ou mesmo introduzil-a pela Barra-Falsa, a ver talvez si a podiam reunir aos outros revoltosos da Feira.

Era a esta empreza, a desempenhar por Hygino Pires

Gomes, que este se referiu em um officio ao presidente Carneiro com as seguintes palavras:

«Tomo a liberdade de lembrar a V. Ex.ª que o brigue escuna *Trovão* é a unica embarcação capaz de desempenhar a commissão do transporte, já porque é insigne velleira, e já porque n'ella poderá ir a tropa e bagagem, muito embora ella não possa regressar, porque, como V. Ex.ª melhor sabe que eu, n'estes casos é mister sacrificar alguma cousa.

Esqueci-me de dizer no principio d'esta que o ponto deve precisamente ser a barra de Jequiriçá. E' de presumir que qualquer demora motive a relaxação das medidas do governo; por isso eu pediria para ser hoje mesmo, havendo vento.»

Tomadas, porém, pelos constitucionaes a tempo todas as cautelas e vigilancia, desistiram d'esta empreza, e resolveram, mau grado a maior difficuldade, romper as linhas de terra dos legalistas, dando no dia 6 de Janeiro principio a uma serie de successivos tiroteios mais ou menos fortes, os quaes d'ahi em diante se foram prolongando com maiores ou menores interrupções até o fim da revolução.

Quasi todo o dia 6 foi de fogo, com intervallos de horas.

A 8 continuou o ataque, dando-se a principal acção na Campina. N'esse dia distinguiu-se muito a brigada de Pernambuco, que repelliu valentemente os revoltosos, dos quaes ficou o campo semeado de mortos e feridos e mais de setenta prisioneiros em poder dos constitucionaes.

Infelizmente não achei documento mais minucioso a respeito dos feitos d'esses dous dias.

Até o dia quatorze repetiram-se os tiroteios pela forma indicada, sem resultado algum para os rebeldes. N'esse

dia, conforme o boletim do commandante das armas, pouco fogo houve.

Queria este chefe militar n'essa epocha mover o centro e a esquerda de divisão, e para o poder fazer necessitava que o presidente mandasse occupar a Plataforma por sessenta marinheiros e o Cabrito por egual numero.

A força d'esses dous pontos deveria reunir-se á da Cajazeira e immediatamente entrar em operações para ganhar o Resgate, e só depois de occupado este ponto e Itapoan devia atacar as Armações e ir acampar na Pituba e rio Camorogipe. A direita iria desalojar os rebeldes de São Caetano, e occupar o Engenho da Conceição.

A força de mar, que deveria então receber a que ia para Plataforma e Cabrito, bateria Itapagipe e guarneceria os Mares, na Roda da Fortuna.

Infelizmente, porém, motivos de que não resa documento algum, não deixaram por ora executar esse plano.

No dia 15, porém, pelo meio-dia, vendo-se da Cajazeira um tiroteio sobre a frente, fez o commandante do 1° batalhão alli estacionado marchar um destacamento de cento e doze praças a commando do major Seabra. Pouco depois vendo que o fogo se empenhava, reforçou aquelles com mais cincoenta homens e cartuxame, e d'este fez mais terceira remessa.

Não conseguiu o inimigo bater a força constitucional que na lucta se reuniu aos distinctos Pernambucanos, com os quaes em commum trabalharam.

O citado major, o tenente Cardoso, os alferes Joaquim dos Santos, Antonio Marques de Carvalho e Antonio Ferreira de Carvalho foram os officiaes que marcharam na 1ª força e o capitão Joaquim Marques de Carvalho e o tenente Vicente Ferreira de Oliveira na 2ª.

Para louval-os não achava o citado Tenente-coronel informante expressões bastantes, assim como foram dignos

de todo o louvor os que compuzeram as forças pertencentes ao 1°, 2° e 4° batalhões.

Houve sete feridos, entre os quaes um do 4° batalhão e tres gravemente.

No seguinte dia 16, houve novo tiroteio no ponto das Barreiras.

O Major rebelde Francisco José da Rocha deixou-nos uma descripção muito caracteristica dos feitos d'esse dia.

Commandava elle esse ponto, e justamente n'esse dia tinha com licença ido á cidade, deixando entregue o acampamento a uma commissão composta do capitão José Antonio Teixeira da Motta, José Eloy Bury e José Bernardino de Castro.

Quando se achava na cidade foi scientificado de que um ataque tinha sido dado no ponto avançado do capitão Espirito Santo, e teve apressadamente de voltar ao acampamento.

Ahi chegando, soube que a causa d'elle tinha sido por terem alguns soldados do referido ponto passado a arrancar um pouco de mandioca na frente do acampamento dos legalistas (por aquelles chamados dissidentes.)

Vendo-os estes, puzeram-se de emboscada, afim de surprehendel-os, ou de romper fogo.

E sendo observado pelos rebeldes, o capitão do ponto estendeu sua força, depois de reunidos os que pretendiam arrancar a mandioca, e rompeu o fogo da direita e esquerda de seu ponto com tal vehemencia que os dissidentes nem ao menos retirar-se podiam; soffrendo grande perda de armamentos e correame, cartuxame e bonets, que foram apanhados pelos rebeldes.

Logo ao começar o fogo expediu a commissão dos tres capitães uma força composta dos capitães Erico Pretestato da Fonseca, José Bernardino de Castro, e tenente José Nunes; depois uma segunda força commandada

pelo tenente Lima, que guarneceu todos os pontos da frente e uma outra a retaguarda.

O fogo foi tão violento, informa-nos o citado major, que os dissidentes nem tempo tiveram para levar os corpos dos seus, de sorte que no dia seguinte o capitão commandante do ponto mandou enterrar o corpo de um que não conseguiram levar, apezar de grandes esforços.

Tambem marcharam para a frente os tenentes Prelilué e Miranda a guarnecer cada um com sua força os pontos.

Segundo a dita informação custou barato esta victoria aos rebeldes, pois perderam apenas um soldado da 5ª companhia do 2º. batalhão de 1ª. linha e dois feridos.

Estes mesmos o foram em consequencia das armas novas que arrebentaram.

Somente o tenente Nunes é que foi gravemente ferido.

Depois d'este encontro, só a 19 é que temos noticia de terem a Penha, Itapagipe e São Caetano feito muito fogo, e no dia 28, pelas 8 horas, ter rompido o inimigo (os rebeldes) vivo fogo de canhão e fuzilaria sobre o ponto da Boa Vista, o qual, sendo respondido, pouco depois cessou.

A 29, houve fogo em Itapoan, em que perderam os legalistas um soldado, e foi morto no combate o cavallo do Tenente-coronel Manoel da Rocha Galvão.

Finalmente a 31, foram de Bate-folha dados alguns tiros sobre o ponto da Boa Vista, dos legalistas, e á meia noite a força do centro (Cajazeira) disparou algumas armas e tocou chamada ligeira.

Toda a força do campo se poz em attitude, mas, instantes depois, fugiram as vedetas do inimigo.

Eis toda a actividade militar desenvolvida pelos rebeldes a favor de seus interesses até o dia 31 de Janeiro de 1838!

Eram decorridos já 85 dias depois que na capital se proclamou o governo de João Carneiro, e em todo esse tempo quasi nada tinha elle feito para sua garantia.

Seus tinham-se tornado os arsenaes, força militar e os dinheiros da Provincia, occasiões as mais propicias para conquistar a Provincia, mormente durante o longo tempo em que ella esteve inerme, não lhe faltavam.

E porque, pois, tal resultado depois de 85 dias?

Talvez que nos tragam alguma luz os seguintes documentos:

1.º — « Illm. e Exm. Sr. — A experiencia nos tem mostrado o damno que infallivelmente causa aos acampamentos, mormente em pontos avançados, a immensidade de mulheres n'elles residentes, pois que, tendo de avançar o inimigo no terreno, jamais d'elle tem podido se desalojar, porque, em vez de fazerem uma retirada conforme é de rasão, pelo contrario, a praticam por terem de voltar antecipadamente a protegerem a retirada das ditas mulheres ao tempo que, por tão abusivo consentimento, fica a causa do Estado exposta a prejuizos e consequencias funestas, *tornando-se por isso a tropa de Venus, em vez de ser de Marte.* V. Ex., portanto, tome em consideração o expendido e applique ao objecto terminantes medidas, que, de certo, muito concorrerão para o bom exito da causa que defendemos. Deus Guarde a V. Exa. Palacio da Bahia, 21 de Fevereiro de 1838. Sr. General em Chefe. — *Daniel Gomes de Freitas.*»

2.º — «Illm. e Exm. Sr. — Convém muito evitar o abuso que se tem observado nos pontos avançados, pois que constantemente se encontram muitos individuos na cidade, deixando por conseguinte os pontos desfalcados, como officiaes virem a cidade e voltarem quando querem.

Bom seria que uma guarda, na maior distancia que podesse vedar a livre passagem de taes individuos, esti-

vesse postada a impedir o transito continuado d'elles por isso que muitos vêm a cidade sem ordem.

Outrosim, as etapas serão remettidas somente ás praças existentes nos pontos, devendo os encarregados de forças nos quarteis fazerem novos valles das praças n'elles abarracadas. Palacio da Bahia, 21 de Fevereiro de 1838. Sr. General em Chefe. — *Daniel Gomes de Freitas.*»

3.º—« Illm. e Exm. Sr.—Neste momento (4 horas e dez minutos da tarde) se me apresenta em frente ao meu quartel uma força de 12-14 homens *armados* da companhia da Barra, que se acha addida e reforçando o 2º batalhão de 2ª. linha, dizendo que vinham representar que ha dez dias não recebiam etapa alguma; que o commandante d'aquelle batalhão, Alexandre Ferreira Sucupira primeiramente lhes deu licença para se retirarem do ponto, mas que depois lhes disséra que podiam vir representar-me o exposto.

Estranhei, primeiro que tudo sobremaneira, que um commandante, que deve ser o espelho da disciplina militar, consentisse, e mesmo aconselhasse que viessem soldados armados representar, e em segundo logar, que não devendo o governo um só dia de etapa ao exercito, aquelles defensores da patria se achem ha dez dias sem seu soccorro de bocca.

D'ahi concluirá V.Exa. o perigo que corre a continuação do commando de um ponto tão importante, fronteiro ao inimigo, nas mãos de tão descuidado militar; por isso o prendi á ordem de V.Exa. deixando o commando commettido ao capitão mais antigo, pedindo desde já a V. Ex. as mais energicas providencias a respeito de tudo quanto tenho de expor e que de tudo foi testemunha ocular o Exm. Sr. Ministro do Interior. Deus Guarde a V. Exa. Bolandeira,

25 de Fevereiro de 1838. Illm. e Exm. Sr. General em Chefe.— *Hygino Pires Gomes*, Tenente-coronel da força.

4.º— « Illm. e Exm. Sr.—Em data de hontem communiquei a V. Exa. a precisão que (tenho para segurança dos pontos a meu commando) de ser occupado por nossas forças o logar denominado Pucaçú, nas immediações do qual me consta estarem os dissidentes collocando uma trincheira.

Cumpre-me egualmente declarar a V. Exa., que em resultado da revista que passei hoje em todos os pontos subordinados a mim, taes como Bolandeira, Rio das Pedras, Carapuças e Dendê do capitão Paixão, somente encontrei 200 homens presentes e 65 doentes, muito embora me apresentassem, logo que aqui cheguei, um mappa de 549 praças.

Estas e outras desordens, Exm. Sr., em que encontrei estes pontos, é um terrivel prognostico de nossa situação.

Si V. Exa. entender que eu deva coadjuvar o ataque inimigo como hontem mencionei, n'esse caso V. Exa. se servirá mandar-me reforçar, uma vez que tenho em minha frente, e em pouca distancia, a maior força dos dissidentes em Itapoan.

Tenho requisitado ao Exm. Sr. general com notas, por aqui não haver uma só, e todavia o resultado tem sido o silencio, no entretanto, uma falta de consideração ainda me poderá trazer responsabilidade.

Deus Guarde a V. Ex.—Bolandeira, 21 de Fevereiro de 1838. Illm. e Exm. Sr. General em Chefe do exercito. — *Hygino Pires Gomes*, Tenente-coronel da força.

Poderia augmentar muitissimo mais o numero d'esses documentos, mas parece-me que bastam os quatro communicados para communicar o estado de profundas desordens em que andavam as coisas, deixando ver a inepcia dos seus directores e a incapacidade da maioria dos fa-

bricados officiaes. Na verdade, muitos d'elles, dos quaes me restam documentos escriptos, onde tiveram occasião de deixar-nos a prova de seu descostume na arte de escrever, occupavam altos postos no exercito.

XVIII

Si em suas apurações militares foi tão infeliz e tão pequena a actividade que desenvolveu o governo do Estado da Bahia, outro tanto não se pode dizer quanto a essa actividade na administração d'elle, particularmente durante o mez de Janeiro.

Parecia como si esses revezes militares em nada contribuiam para enfraquecer a sua fé.

No dia 4 publicou um bando concebido nos termos seguintes:

« *João Carneiro da Silva Rego,* por acclamação popular, Vice-Presidente do Estado da Bahia, etc.:

Faço saber, que, sendo conveniente augmentar ainda mais a força, que deve sustentar a independencia d'este Estado tão gloriosamente proclamada, no dia 7 de Novembro do passado; tenho resolvido estabelecer o prazo de oito dias, impreteriveis, para o recrutamento voluntario, findos os quaes deve-se proceder infallivelmente ao recrutamento forçado, sendo o prazo para os voluntarios, que se apresentarem em consequencia d'este, o de um anno, findo o qual terão as suas baixas. E, para constar, se mandou publicar este ao som de caixa por esta cidade, fixando-se ao depois nos logares mais publicos, aos 4 dias do mez de Janeiro de 1838. — *João Carneiro da Silva Rego.* »

O acto, porém, de maior importancia, foi o da creação de um ministerio a 19 de Janeiro.

Eis o teor do referido decreto:

« Sendo incompativel com os principios politicos venturosamente proclamados no glorioso 7 de Novembro do anno passado a forma de governo que até aqui tem regido este Estado, o qual, constituido como se acha pela acta da sessão da camara municipal do referido dia, em nação livre e soberana, não pode ser administrado pelas antigas formulas provinciaes, hei por bem crear, como por este creado fica, um ministerio cujos membros serão por mim nomeados para as seis repartições de que se deve compôr, o qual se encarregará da administração suprema deste supradito estado da Bahia, sendo a distribuição de seus negocios segundo as leis e decretos existentes.

O Dr. Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira, secretario do governo, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos e ordens necessarias. Palacio do governo da Bahia, 19 de Janeiro de 1838. — *João Carneiro da Silva Rego.*»

Em virtude d'este decreto foram nomeados para as seis repartições de que se compunha o ministerio:

1.º — Para ministro da *guerra*, Daniel Gomes de Freitas, a quem o decreto de 22 de Janeiro deu como auxiliar o seguinte pessoal:

Official-maior — José Lucio da Fonseca Galvão.

Officiaes — Manoel Joaquim de Figueiredo, Jesuino Adolpho da Silva, José Eleuterio da Rocha, José Martins de Lima e Mello; porteiro — Salvador Carlos José da Costa; continuo — Manoel de Figueiredo.

2.º — Para ministro da *justiça*, João Carneiro da Silva Rego Filho, com o pessoal seguinte: (Dec. de 23 de Janeiro.)

Official-maior — José Duarte da Silva.

Officiaes — João José Barbosa de Almeida (1), José Galdino Ribeiro Sanches, Pedro Baptista do Nascimento, Francisco de Moura Rosa; porteiro — João Capistrano Leite; continuo — Theodorico Lazaro Tourinho.

3.° — Para ministro da *marinha*, Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que, exonerado por motivo de molestia e a seu pedido pelo decreto de 8 de Março, foi substituido por Manoel Francisco de Sá Freire, por decreto de egual data.

Eis o pessoal deste ministerio. (Dec. de 1.° de Fevereiro.)

José Carneiro da Silva Rego. (2)

Officiaes — João José Damazio Junior, Manoel do Nascimento Rodrigues Barretto e João Joaquim da Silva Freire; porteiro — Constantino Francisco do Nascimento Baraúna ; continuo — Luiz José Fernandes.

4.° — Para ministro de *estrangeiros*, (interinamente) Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira, com o pessoa seguinte: (Dec. de 22 de Janeiro.)

Official-maior — O coronel Ignacio José Aprigio da Fonseca.

Officiaes — Luiz José Gomes de Almeida e Joaquim Gilseno de Mesquita; porteiro e continuo interinamente os mesmos da secretaria do interior.

5.° — Para ministro do *interior*, Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira. (Dec. de 22 de Janeiro,) com o pessoal seguinte:

Official-maior — Joaquim José Fernandes Pereira Braga.

Officiaes — José Carneiro da Silva Rego (3), Emygdio

(1) Por decreto de 16 de Fevereiro passou para official da secretaria de estado de negocios do interior, vago por ter passado para official maior da secretaria de Marinha José Carneiro da Silva Rego, que o exercia.

(2) Vide a nota anterior.

(3) Vide notas 1. e 2. Por decreto de 2 de Janeiro já tinha sido nomeado para um dos logares de official da secretaria do governo, vagos pela retirada dos que os exerciam para o partido do reconcavo.

Peixoto Monteiro, João Theodoro Baptista Bragança e José Joaquim de Barros Lisboa; porteiro — João Miguel Jarrinha; continuo — Augusto Alves Carnaúba.

6.º—Para ministro da *fazenda*, Joaquim da Silva Freire, (Dec. de 22 de Janeiro) cujo pessoal não consegui descobrir.

A esta creação seguiu-se a seguinte determinação.

« Convindo distinguir os verdadeiros amigos e defensores da causa da independencia d'este Estado, para que não reste duvida entre os que a adoptam e aquelles que infelizmente ou são seus inimigos ou se não decidem por parte alguma, hei por bem ordenar que todos os brazileiros que de coração adoptam a sobredita causa da independencia d'este Estado, da qual independencia lhe vem a liberdade, tragam no braço esquerdo um angulo de metal amarello com a legenda — Liberdade ou morte. — E todo aquelle que não trouxer um semelhante distinctivo, quer seja militar, quer paisano será tido como inimigo do systema jurado no sempre memoravel dia 7 de Novembro do anno passado, e como tal reconhecido.

O Doutor Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios do Interior, assim o tenha entendido e faça expedir as necessarias ordens. Palacio da Bahia, 20 de Janeiro de 1838, 2.º da Independencia e do Estado.—*João Carneiro da Silva Rego.* —*Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira.* »

Ainda a esta época pertencem as nomeações seguintes:

Dec. n. 9. Convindo ao bom andamento da justiça que se haja de nomear as differentes pessoas, que se devem encarregar de sua administração, e concorrendo na pessoa do bacharel Augusto Teixeira de Freitas os requisitos necessarios — hei por bem nomeal-o para o cargo de juiz de direito da 1.ª vara civel d'esta comarca. João Carneiro

da Silva Rego Filho, do meu conselho, Ministro de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios.

Palacio da Bahia, 20 de Janeiro de 1838. — *João Carneiro da Silva Rego.* — *João Carneiro da Silva Rego Filho.*

A 31 foi nomeado juiz de direito da 1.ª vara do crime e chefe de policia o Dr. Antonio José de Sá Freire Mattos, e para a 2.ª vara do crime o bacharel Francisco Liberato de Mattos.

Um outro decreto mandou que nos diplomas publicados em nome do Vice-Presidente, e por elle assignados, se accrescentasse depois da data o numero de annos da elevação da Bahia a Estado, contando-se de 7 de Novembro.

O enthusiasmo por tal data era tão grande que Sabino propoz ao Vice-Presidente fossem arrancadas as lettras existentes na pyramide do passeio publico, commemorativa da chegada á Bahia de D. João VI para serem substituidas pela inscripção — 7 de Novembro de 1837 — em letras de ouro.

A 27 appareceu um decreto ordenando, que as terras da ilha de Itaparica, pertencentes aos descendentes da casa de Niza, de Portugal, passassem d'ahi em diante a pertencer, como propriedade, ao novo estado da Bahia.

Da actividade do lado dos legalistas n'essa época merece particular attenção a proclamação do presidente Pedroso de 14 de Janeiro aos itaparicanos. Eil-a:

«Bravos itaparicanos, guarda nacional e cidadãos de todas as classes!

Approxima-se o dia de vingar a Constituição e o throno e de salvar a capital da provincia.

E' preciso que tomeis parte na gloria de levar ao fim tão honrosa empreza.

Correi, pois, ás armas!

Bem poucos dias as tereis nas mãos. Um batalhão provisorio com o titulo de—*Defensores do Imperador*—vae já organisar-se nesta formosa ilha. Estão encarregados de receber os nomes dos voluntarios que n'elle se quizerem alistar os benemeritos cidadãos Francisco Xavier de Barros Galvão, Antonio de Souza Lima, João da Costa Junior, José Placido dos Santos, Pedro Ferreira d'Oliveira, Antonio Pedroso de Albuquerque, Joaquim Torquato Carneiro de Campos, Joaquim dos Santos Menezes e José Marcellino dos Santos; correi a dar vossos nomes, certos de que, entrados na cidade largareis as armas e ficareis na lembrança do governo e da patria agradecida.

« Eia, bravos itaparicanos, guarda nacional e cidadãos, salvemos a patria e throno, voando á Capital, onde entoaremos vivas á religião, á Constituição, ao imperador Sr. D. Pedro II, ao regente interino, em nome do mesmo Augusto Senhor, e aos bravos restauradores da integridade do imperio. Itaparica, 14 de Janeiro de 1838.—*Antonio Pereira Barretto Pedroso.*»

Por certo que a este novo appello acudiram os itaparicanos com aquelle mesmo patriotismo com que todos os outros bahianos até então tinham corrido ás armas em defeza da legalidade.

Assim tivessem sempre praticado os a quem o governo central incumbiu a direcção das forças navaes.

Que, porém, a este respeito havia o que se lhe dissesse prova um officio de 14 de Fevereiro do ministro ao presidente Pedroso, em que pedia informações circumstanciadas a respeito de nos primeiros dias de Fevereiro ter entrado no porto da Bahia uma galéra dinamarqueza carregada de farinha e outros generos, sem que nem ao menos lhe fosse intimado o bloqueio do dito porto.

Informado (off. de 25 de Fev.) diz Pedroso, que augmentadas consideravelmente as forças navaes com muitos vasos enviados providentemente pelo governo imperial, nenhum melhoramento se experimentava no bloqueio em relação ao que se fazia anteriormente á chegada do chefe de divisão Theodoro Baurepaire, commandante das forças navaes estacionadas aqui, unicamente com a corveta *Sete de Abril* e brigues *Trez de Maio* e *Vinte Nove de Agosto.*

Só foi depois de bastante reforçada a divisão naval, que entraram para a cidade duas embarcações de farinha de mandioca, uma galera estrangeira com mil barricas de farinha de trigo, e que á fragata ingleza se devia o ter ella levantado a ancora e vindo para aquem das linhas constitucionaes uma outra felizmente em lastro, e, finalmente, uma galera dinamarqueza com quinhentas barricas de farinha de trigo.

O procedimento altamente censuravel do dito chefe de divisão mais criminosamente se patenteava em nunca empregar meio algum de destruir uma esquadrilha que á sua vista creavam tranquillamente os facciosos, nem por maneira alguma encommodal-os.

Durante a sua estada a bordo da fragata *Principe Imperial* teve Pedroso muitas vezes de dizer-lhe que era conveniente que a divisão procurasse distrahir chamando para o littoral a força rebelde, que fatigava a legal de terra com continuos ataques.

Nada, porém, fez aquelle chefe.

Quasi todas as tardes faziam-se de vela as embarcações inimigas e approximavam-se da fragata e faziam-lhe fogo sem que experimentassem o devido castigo, e até uma vez vira-os Pedroso sahir para dentro da ponta de

Mont-Serrat, approximando na volta tanto o brigue-escuna *Trovão* da fragata, obrigado pelo vento, que esteve ao alcance do fuzil.

E, entretanto, voltou salvo para a cidade, porque tal era o desarranjo, a confusão e a desordem que reinavam na fragata, que não poude cortar aquella embarcação com tempo, nem fazer-lhe fogo quando estava ao alcance de suas baterias.

Não foi, porém, esta a unica occasião, que teve de envergonhar-se a marinha.

A galera dinamarqueza fundeou ao largo da ponta de Santo Antonio. Immediatamente duas embarcações pequenas dos rebeldes foram fundear uma ao mar d'ella e outra entre ella e a terra, onde se conservaram.

Nada fazendo o commandante de divisão, mandou o presidente que removesse tal escandalo, ordenando que nem se batesse aquelles hiates, como que fizesse vir a galera para aquem das linhas legaes.

Com effeito, partiu aquelle chefe para bordo do brigue *Trez de Maio*, chamou a corveta *Sete de Abril*, e contentou-se em dizer a esta simplesmente que o acompanhasse a uma diligencia, sem lhe ordenar que meios devia empregar, nem qual era a diligencia que ia fazer.

Dirigiu-se, porém, para onde se achavam as embarcações dos facciosos, rompeu fogo, que pouco tempo durou, e retirou-se deixando no mesmo logar as embarcações fundeadas, e, apesar de estar um dos hiates sem gente, porque alguns haviam morrido, e outros se haviam atirado ao mar, não se lembrou, ou não quiz o dito chefe mandar algum escaler que o fizesse navegar e rebocar para os constitucionaes.

Este covarde proceder, interpretado geralmente como connivencia com os facciosos, deu-lhe tanta audacia, que só poude ser abalado por meios independentes da inter-

venção da marinha para passar-se para os legalistas o mencionado brigue *Trovão.*

De novo e terminantemente ordenado por Pedroso a que fizesse alguma coisa, e chamado á presença do presidente, disse que qualquer operação intentada pelas forças legaes navaes quer contra as embarcações, quer contra as fortalezas inimigas, daria infallivelmente em resultado perda para a provincia, porque as embarcações imperiaes ficariam todas destruidas, cessaria o bloqueio, e ficando na plena liberdade os hiates inimigos para operarem.

A' vista disto ordenou o presidente que passasse o commando, que veio finalmente a caber ao capitão de fragata João Francisco Regis e para commandar a *Principe Imperial* foi nomeado o capitão de fragata Pedro Ferreira d'Oliveira.

D'ahi por diante melhoraram essas coisas. Deixaram de entrar embarcações para a cidade e os facciosos começaram a ser incommodados, a ponto de se verem forçados a tocar rebates em alta noite e perderam homens dos incumbidos por elles de rondar em escaleres, perseguidos pelos legalistas, que iam até as praias da cidade.

XIX

Principiou o mez de Fevereiro continuando a praxe dos repetidos tiroteios.

Logo no dia 2 atacaram os rebeldes o ponto da Boa Vista, e depois de uma hora de fogo fugiram.

Pela meia-noite de 3, do acampamento de Pirajá ouviram-se tiros no centro. Depois soube-se que se detinham elles nas Barreiras (ponto dos rebeldes), onde brigavam uns com os outros.

No dia 6 houve pouco fogo durante o dia do ponto de São Caetano contra o do Perdigão, dos constitucionaes.

No dia seguinte ainda foram poucos os tiros de artilharia que se deram sobre o ponto da Boa Vista.

Nada mais houve até o dia 13, em que ás 10 horas da noite dos pontos de Bate-folha e São Caetano partiu grande fogo de artilharia e fuzilaria para o Perdigão, e depois de uma hora cessou, havendo ferido levemente um soldado de artilharia da brigada de Pernambuco.

Emquanto isto se dava nos pontos, tomaram-se na cidade as seguintes e interessantes medidas.

A 3 de Fevereiro baixou um decreto do teor seguinte:

« Desejando melhorar a sorte de algumas infelizes orfãs, viuvas e mães dos valentes defensores da liberdade da patria, que no combate têm sido victimas do inimigo:

Hei por bem ordenar que sejam conferidos ás familias de taes individuos todos os soldos das graduações que elles gosavam, o que será extensivo ás demais, que, em identico caso, de hora em diante estiverem.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra assim o tenha entendido e expeça os decretos e ordens necessarias. Palacio da Bahia, 3 de Fevereiro de 1838, 2.° da Independencia do Estado. — *João Carneiro da Silva Rego.* — *Daniel Gomes de Freitas.* »

Tornando-se cada dia mais caros os generos alimenticios da cidade, baixou o governo a 7 um decreto, em que aboliu o dizimo do gado vaccum e outro qualquer imposto sobre carne verde, qualquer que fosse a sua denominação, salvo o direito de exportação para fóra do Estado.

A' vista, pois, da penuria em que se vivia, agora ainda maior depois que o bloqueio se tinha tornado mais severo, é natural que recrudescesse o antigo odio contra os portuguezes que ainda não tinham podido evadir-se.

Uma portaria de 15 de Fevereiro do Vice-Presidente ao chefe de policia, mandava, que sem perda de tempo, e sob sua maior responsabilidade fizesse capturar a todos quantos portuguezes fossem encontrados na capital, principiando por aquelles que pela opinião publica se achassem indigitados por desaffeiçoados á causa esposada, e dentre estes com preferencia os mais ricos, sem que todavia deixasse de presidir a uma tão melindrosa como necessaria medida toda a circumspecção e prudencia possivel para que não padecessem em suas pessoas e bens. Sabendo que alguns portuguezes tinham procurado refugio, occultando-se a bordo das embarcações surtas no porto, ordenou no dia seguinte ao chefe de policia que se passasse ás ditas embarcações e effectuasse as prisões para desempenho completo da portaria do dia antecedente.

N'este mesmo dia, considerando o nobre presidente que sendo bem patentes os procedimentos hostis á sagrada causa d'este Estado, não só dos brazileiros, que no reconcavo existiam fazendo-lhe a guerra por todos os modos possiveis, como dos portuguezes alli existentes, que concorriam incontestavel e mui directamente para a maior opposição á independencia do Estado, a despeito de ser de facil intuição a impossibilidade de proceder a idéa de escravisar esta rica e vasta região e seus valentes habitantes; e sendo absolutamente necessario previnir e assegurar a indemnização das grandes despezas e que por taes motivos se tinha visto o Estado na obrigação de fazer com desfalque de seus cofres — houve por bem decretar, que quanto antes se pozesse debaixo de sequestro os predios rusticos e urbanos pertencentes quer aos brazileiros quer aos portuguezes, que se achavam no reconcavo atiçando e fazendo a guerra, lavrando-se de tudo os precisos termos em um livro peculiar, que depois seria recolhido ao thesouro, e arrecadando-se desde já em

favor dos cofres publicos os alugueis de todos os predios sequestrados.

Dias depois, a pretexto da grande falta de generos alimenticios e do alto preço a que tinham subido os que porventura existiam, devido em grande parte aos muitos armazens e tavernas dos portuguezes que existiam fechados, chegou o governo até a nomear uma commissão de seis negociantes Macnab, João Gonçalves Cesimbra, Manuel Alves Fernandes Sucupira, Burcheck, João Higgin e Guilherme Benn, para que, em observancia da diligencia, ordenada na portaria de 26 de Fevereiro, tomasse conta dos armazens, cujos donos estivessem ausentes e, ao passo que se fossem abrindo, fizessem vender retalhadamente os generos n'elles existentes, arrecadando os seus productos com as clausulas precizas. Em consequencia d'estas medidas de terror, recomeçou com horrorosa anciedade a emigração por todos os meios para o reconcavo. Durante muitos dias, pelo acampamento de Pirajá passavam as familias em espantoso numero em procura de refugio.

Logo no dia 11 por alli passaram mais de 200, e com ellas algumas religiosas das Mercês.

No dia 12 o numero de pessoas por alli passadas subiu a mais de mil, e d'ahi em diante até o dia 16 era este o menor numero dos que diariamente entravam n'aquelle acampamento.

Todas as recolhidas dos Perdões alli appareceram no dia 14. Sendo o Dr. Francisco José Coelho Netto, juiz de direito do civel da 3.ª vara, um dos emigrados, foi por decreto de 16 este emprego suppresso, tanto mais quanto a lei provincial n. 27 de 25 de Junho de 1835, § 16 dispunha que, vagando, fosse suppresso o dito logar.

Quasi deserta a cidade, e receiosos os capitalistas, depositaram seus thesouros a bordo da fragata ingleza

Samarang. Fecharam-se as casas de negocio, as ruas ficaram desertas, a cidade revestiu-se de um aspecto lugubre; em todos os semblantes, segundo descreve Moreira de Azevedo na sua obra— *Historia Patria*, pag. 271, viam-se esculpidos os traços do terror, como si o flagello de uma peste violenta visitasse a população.

Na verdade, tudo denotava que a revolução se achava n'um periodo critico e de preste solução.

O desespero, pois, impelliu os rebeldes a novos ataques contra as linhas constitucionaes.

No dia 14, ás 4 horas da tarde, carregaram com grande força em todos os pontos.

A Campina defendida pela brigada de Pernambuco, teve um tenente ferido, e os pontos do centro um soldado contuso.

Passadas duas horas cessou o fogo, retirando-se os rebeldes. No dia 16 reuniram em Itapagipe grande força, numerosa porção de lanchas e canôas na intenção de desembarcal-a talvez que em Itacaranha.

A' vista porém da grande vigilancia por parte dos constitucionaes, não se deu isto.

A 17, porém, as coisas tomaram caracter mais serio.

A's 9 horas da manhã, mais ou menos, os pontos dos legalistas da Cajazeira, Boa-Vista e Campina, este particularmente, foram atacados vivamente pelos facciosos com uma força de cerca de 3 000 homens, e durante dez horas de vivissimo fogo de artilharia e fuzilaria, bateram-se com o maior desespero.

Os bravos soldados defensores do throno e da integridade do Imperio, diz Barreto Pedroso em seu officio ao ministro, relatando os feitos d'esse dia, portaram-se o melhor possivel, esperando os rebeldes a pé firme e repellindo-os em todas as avançadas. Temos de lamentar a perda de 13 mortos, entre os quaes dois officiaes, e de mais de

30 feridos, entre os quaes o bravo capitão Antonio Pereira do Lago, que avançou com a artilharia do seu commando sobre o inimigo a flanqueal-o no ponto da Cajazeira. Os facciosos, segundo informações dadas por pessoas vindas da cidade, tiveram muito consideravel perda em mortos e feridos.

Queimaram-se n'este ataque 120.000 cartuchos, objecto este cuja falta tem retardado sempre as nossas aspirações. No dia seguinte ainda continuou o fogo. Porém, embora fosse o combate de mais curta duração, foi mais renhido e desesperado. Os rebeldes empregaram todos os seus recursos, mas nada poderam contra a firmeza e valor dos defensores da legalidade.

Na tarde d'esse segundo dia os das Barreiras recuaram, abandonando cinco dos seus pontos, como o *Candomblé*, *Gesteira*, *José Marques* e *Camillo*, e os abandonaram na maior debandada deixando varios objectos e algumas armas, e fugindo precipitadamente. Este brilhante resultado deve-se ao benemerito commandante da primeira brigada Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, que, apesar de enfermo, apresentou-se no campo, e desenvolveu a maior bravura e intrepidez de grande soldado que tão celebre o tornaram. Extraordinaria foi a perda que tiveram os facciosos, e segundo diversos dados, subiu a mais de 700 homens o numero de mortos, feridos e extraviados.

Esta grande victoria, que sem a menor duvida deu um decidido golpe á rebeldia, trouxe aos da legalidade, conforme os dados officiaes, 16 mortos, entre os quaes os trez valentes capitães José de Cerqueira Sussuarana, e Joaquim Marques de Carvalho e o alferes Silverio de Souza Ribeiro e 30 feridos, entre os quaes o valente capitão Solidonio, que grande estrago fez no inimigo com a artilharia do seu commando no mencionado ponto das

Barreiras, e que ainda depois de ferido animava a força de seu commando, que ameaçava recuar quando o viu ferido, com vivas a S. M. o Imperador e á Constituição.

Era impossivel que a vista do immenso resultado destes dois dias deixassem os rebeldes de ficar desalentados.

O effeito na verdade foi tão grande que nem só d'ahi em diante cessaram os constantes e infructiferos ataques aos pontos dos legalistas, como na lucta d'estes dous dias, conforme informações certas, abandonaram os soldados as armas e fugiram para a cidade. Teria sido, portanto, esta a melhor occasião de dar a legalidade um ataque geral sobre a capital, que certamente teria sido tomada sem grande difficuldade.

Porém, por desgraça, faltou novamente cartuchame.

Aos 120.000 cartuchos queimados no dia antecedente ajuntaram-se agora mais 51.681, formando o numero de de 171.681 cartuchos gastos n'estes dous dias, fóra os que n'esse mesmo dia 18 se extinguiram em Itapoan.

O triste revez d'estes dous dias, além do desanimo natural em tropa tão pouco aguerrida e disciplinada, trouxe a desconfiança e a insubordinação ás forças dos rebeldes, ás quaes se ajuntaram os horrores da fome.

A falta de viveres era tão grande que já se lhes não dava mais etapa, e sim a cada soldado diariamente a somma de 400 réis para comprarem.

Mas onde comprar?

As deserções, portanto, se foram augmentando, e os soldados que se passaram para as fileiras legaes relatavam horrores do que ia pela cidade.

Receiava-se, pois, terriveis estragos n'ella nem só nos edificios, como nos habitantes, e com especialidade nos portuguezes, dos quaes já haviam mais de 500 presos,

conforme a informação de Pedroso, e em consequencia da determinação da portaria do dia 15.

Todas estas circumstancias indicavam um proximo aniquilamento do partido revolucionario e urgentissimo se fazia um ataque geral por parte dos legalistas.

De facto, seus chefes estavam inteirados d'essa necessidade e marcavam até o dia 21 para o dito ataque, ainda mais que das proclamações achadas nos cadaveres dos soldados da rebellião, via-se, que os poucos viveres, a nenhuma farinha, e a pouca e pessima carne secca de que ainda podião dispôr, impelliam-n'os a esses desesperados ataques, e caso não conseguissem romper as linhas constitucionaes, tencionavam lançar fogo aos principaes edificios da cidade.

Não obstante, o ataque só poude ter logar vinte dias depois.

XX

N'este critico estado de coisas communicava ao ministro do imperio Barretto Pedroso, que por pessoas fidedignas da capital soube que no paquete inglez, partido a 6 para o Rio de Janeiro, se evadira Manuel Gomes Pereira, ourives, grande influente e colaborador da rebellião, commissario geral dos rebeldes, e que comsigo levava grandes sommas de dinheiro em metal.

Outras pessoas não menos dignas de fé tambem asseveram-lhe que o mesmo Gomes, se conservava occulto na cidade, e que o boato que se espalhava de sua partida no paquete tinha por fim facilitar-lhe a partida livremente em qualquer outra embarcação.

Dizia-se que o fim d'essa viagem era a compra de embarcações armadas ou por armar-se, e o engajamento de maruja e com especialidade de um commandante para a sua marinha, comquanto parecesse a Pedroso que o

principal fim d'esta viagem era ir pôr a salvo dinheiros roubados á nação e aos particulares, de que se haviam de utilizar os chefes da revolução, que assim poderiam mais desassombradamente escapar.

Dizia-se que o ponto a que se destinava o referido Gomes era Buenos Ayres ou Montevidéo.

O que, porém, era certo, era que os facciosos tinham comprado grandes sommas em onças e em outras moedas de ouro, dando por aquellas até 32$000 em papel.

Esses boatos tinham forçado o presidente a dar as mais terminantes ordens, tomando as mais convenientes medidas para que fossem retidas pelo bloqueio algumas embarcações rebeldes ou por este fretadas, onde, segundo boato, pretendiam fazer transportar dinheiro ou pessoas influentes do seu partido, como fosse um brigue *Cavallo Marinho,* uma escuna, que foi de um francez Gaulif, que navegava com bandeira portugueza e por elles comprada e denominada — *Papagaio Americano.*

É, porém, muito provavel que não conseguisse Pedroso obstar a sahida do dito Gomes, á vista de não corresponder o bloqueio ás esperanças que nelle haviam.

Corria tambem que M. Gomes levava comsigo cartas de corso para distribuir, com quanto Pedroso não acreditasse n'esta noticia, porque não cria que houvesse quem quizesse receber essas cartas de corso, embora não podesse atinar cabalmente com a intenção dos facciosos ácerca do fim a que se dirigia aquelle emissario com dinheiro.

Indubitavelmente quem melhor o descobriu foi o proprio Gomes, porque foi quem ficou de posse das grandes sommas.

Entretanto, o marechal de campo João Chrisostomo Callado, que por decreto de 28 de Janeiro tinha sido pelo governo do imperio nomeado commandante das armas da Bahia, aqui chegava a 21 de Fevereiro. Callado já tinha

sido, como é sabido, commandante das armas na Bahia, d'onde, pela revolta de 1831, teve de retirar-se, talvez, pois que, pelo conhecimento que tinha da provincia, merecesse agora a escolha do governo para vir pacifical-a.

Trazia comsigo as seguintes instrucções (de 30 de Janeiro):

1.° Procurar logo que chegasse o presidente da provincia para apresentar-lhe o decreto de sua nomeação, e verificada a determinação do § 10 do Art. 5.° da carta de lei de 3 de Outubro de 1834.

2.° Ter cuidado, logo á sua chegada, de organisar todas as forças a seu commando pelo modo que lhe parecesse mais vantajoso para a victoria da ordem publica; fortificar aquelles pontos que julgasse mais convenientes, e estabelecer as ambulancias e hospitaes que julgasse a proposito e os depositos que precisos fossem.

3.° Não sendo previdente prescrever regras para a formação de um plano de campanha longe das localidades e sem o conhecimento que devia ministrar as bases do referido plano, incumbia ao commandante das armas conceber e combinar o systema de guerra que melhor parecesse para a aniquilação dos rebeldes, sem aventurar, comtudo, ataque para perder, mas tambem não se esquecendo que a duração da rebellião podia produzir funestissimos resultados.

4.° Empregar toda a diligencia em fundar e manter a mais rigorosa disciplina no exercito, punindo na forma da lei os militares que não cumprissem o seu dever, e os paisanos capturados com as armas nas mãos, os aliciadores e quaesquer outros que commettessem o crime de traição contra o governo legitimo do Estado.

5.° Expedir, com o fim de debilitar por todos os meios, as forças dos rebeldes e promover a deserção para os acampamentos legaes, as necessarias ordens para que

os militares como os paizanos, que se apresentassem aos pontos legaes, fossem acolhidos com benignidade e brandura, conservando-se as graduações e as armas, não se perdendo comtudo de vista, que a prudencia exigia.

6.° Empregar todas as medidas as mais proficuas para acautelar os abusos que se davam no emprego das munições do exercito.

7.° Suffocada a rebellião tratar de organisar os corpos dissolvidos, segundo as ordens que lhe forem transmittidas pelo governo geral ou provincial.

8.° Fazer durante ou depois da guerra chegar ao conhecimento do governo os nomes dos militares que mais se houvessem assignalado pela sua fidelidade e bravura para serem premiados.

9.° Transmittir ao governo um relatorio fiel do quadro geral do exercito em operações com observações necessarias, e continuar a communicar ao governo, em todas as occasiões que se offerecessem, as medidas que se fossem tomando e tudo quanto fosse interessante.

10.° Entender-se e concertar com o presidente sobre todas as informações que houvesse de conceber e executar, recebendo do mesmo as ordens e instrucções que para bem do serviço houvesse este de transmittir-lhe.

Chegando estas instrucções ao conhecimento do presidente Pedroso, protestou este contra a quinta, por entender que sendo as graduações dos rebeldes que tivessem de passar para os pontos da legalidade conferidos pelo governo d'elles, por isso que os conferidos pelo governo imperial não podião ser tirados senão pelos meios legaes a execução de um tal preceito causava grande sensação no espirito d'esta provincia, demasiadamente pronunciada contra os ditos rebeldes, e com especialidade contra aquelles que de nada que eram achavam-se então revestidos de postos e dignidades a que não esperavam chegar,

sendo provavel que o primeiro exemplo que se désse de tal procedimento fosse bastante para fazer retirar do acampamento muitas influencias e praças.

Além disto, tendo elle seguido uma politica inteiramente contraria, a mudança d'ella tirar-lhe-ia inteiramente a força moral, e n'esse caso pedia que o governo mandasse quem o substituisse no governo da provincia.

E' natural que a esta justa exigencia de Pedroso attendesse o governo.

O marechal Callado, chegando a 21, tomou o commando das forças a 23, e a 26 de Fevereiro fez a seguinte proclamação aos bahianos illudidos:

« Acha-se a frente da briosa e fiel tropa sobre a capital da Bahia o marechal de campo João Chrisostomo Callado. O governo imperial o achou n'esta occasião digno deste commando, e elle o acceitou obediente e satisfeito por conhecer vossa condição docil e esperançoso de que suas supplicas vos serão gratas e proveitosas.

Vós deveis conhecer o crime em que vos achaes submergidos.

Quem offende as leis, quem desconhece os poderes constituidos da nação e se faz arbitro da suprema auctoridade é um inimigo da sua patria, é um verdadeiro traidor, porque expõe a monarchia á sua total ruina e perdição.

Os habitantes de um paiz, unidos, fazem um antemural impenetravel aos ataques dos revoltosos; insubordinados e divididos entre si tornam-se desgraçadas victimas de seus erros, á semelhança d'esses infelizes povos visinhos, que depois de dilacerados e reduzidos a miseria, jazem debaixo do jugo, o mais tyranno.

Eia, pois, meus concidadãos, os meus braços estão abertos para receber-vos; as minhas ordens estão dadas a toda a tropa do meu commando para acolher-vos com

fraternidade; vossos erros serão perdoados pelo governo, uma vez reconhecido o vosso arrependimento.

Olhae que vos fallo em nome do joven imperador o Sr. D. Pedro II; segui os ditames do seu magnanimo coração que só anhela felicitar a familia brazileira. Minha conducta passada não vos deve ser desconhecida; já observastes praticamente e vistes que só me inclino á benevolencia e brandura.

Poupae-me o ter de cumprir deveres mais penosos no caso de vossa obstinação; poupae vossos e nossos sacrificios; vinde apresentar-vos e recebereis o vosso ramo de oliveira.

Desprezae a quem mal vos tem encaminhado, e dae logar a que se diga — Uns poucos de brazileiros foram arrastados ao crime, mas reconhecendo que eram a destruição de sua patria retrocederam e entraram em seus deveres.

Sêde doceis á voz da auctoridade e da razão; lançae as vistas para quanto vão peiorando vossas circumstancias, deixae os malvados, que vos seduzem entregues á raiva do feroz tigre, que jamais satisfaz a insaciavel sêde de sangue, não escuteis suas insinuações corruptas só dedicadas a dilacerar e aniquilar nossa patria.

Tende valor para sustentar vossa fidelidade. Abandonae-os.

Acampamento de Pirajá, 26 de Fevereiro de 1838. — *João Chrisostomo Callado*, General em chefe.»

A' esta linguagem, aliás cheia de brandura, respondia dias depois o General em chefe dos rebeldes da Bahia, Sergio José Velloso, com a seguinte proclamação aos soldados:

« Inabalaveis militares!

Um facto bem publico e authentico acaba de obrar o governo inter-reinante do Rio de Janeiro a respeito da

vossa sagrada causa, pela forma a mais capaz de nos convencer de sua exterminativa politica e de suas malevolas intenções contra os brazileiros ainda os seus mesmos mercenarios.

Acha-se João Chrisostomo Callado commandando em chefe a força dos dissidentes!

Bahianos, como é crivel!!!

Mas elle se fez reconhecer em uma proclamação.

Corrido d'esta cidade em 1831 pelos mais vehementes indicios ou mesmo por evidentes demonstrações de querer aqui reparar o governo absoluto, por commissão de Pedro I, como melhor do que eu vós sabeis, é esse Callado o mesmo a quem o governo inter-reinante escolheu para vir de novo pôr-se á frente de tropas na Bahia! Vêde, militares, vêde as perversas intenções do interregno e o caracter desprezivel do seu novo governo. Um querendo entregar a um lôbo faminto a presa que outr'ora lhe escapava com valor, para d'esta vez elle a tragar com mais ferocidade, e outro acceitando com ancia o barbaro offerecimento na esperança de exercer sua atroz vingança, propria de sua villesa.

É esse mesmo Callado, covardemente desapossado pelo Visconde de Pirajá em 31 e por muitos bahianos, quasi todos hoje no acampamento da dissidencia, esse mesmo Callado, digo, que agora vem commandar o mesmo Visconde e a todos esses bahianos que então o accusaram.

Que nos dá, pois, a entender o interregno obrando d'esta forma?

E' dest'arte, porventura, a politica sincera, a boa fé e o espirito do bem publico que o Rio de Janeiro deve manter com a Bahia?

Porém, honrados militares, o que ainda mais nos deve confundir é a *tão vergonhosa servidão*, o *tão indigno*

indifferentismo com que os bahianos da dissidencia se curvam a saudar e obedecer a Callado!!

Não ha exemplo nas nações.

Os povos os mais selvagens e incultos não consentem que torne a governar o mesmo tyranno que uma vez repelliram e abominaram.

Só o poder da força os pode constranger. Mas, os bahianos da dissidencia, como que já não sentem o germinoso impulso de resentimento, como que já não distinguem a honra, o amor ás instituições livres, e junto o odio aos declarados despotas, que os tem querido avassalar, emfim, como já não são os mesmos bahianos de 4 de Abril de 1831, e deixam-se com ufania opprimir, chibatear e mesmo arcabusar pela auctoridade do seu tão constitucional e compatriota Callado!!!

Briosos militares, jamais vos commande um tal absolutista. Si aos dissidentes não envergonha o 4 de Abril, envergonha a vós, do que estou certo.

A honra não é filha das circumstancias nem a virtude é relachavel por alternativas de interesses.

Si o homem é moralmente immortal na tradição ou na historia pelo que faz de grande, ou em virtudes e vicios, procurae vós o serdes dignos d'essa immortalidade pelos feitos de virtudes.

Ignorantes ou arteiros e dissidentes se acobertam com o nome do nosso joven imperador para nos opprimirem; entretanto, que o joven monarcha, innocente, não poude intervir nos abominaveis procedimentos d'esses energumenos.

Elles são mesmo a deshonra do throno e da religião, que fingem defender, são elles mesmos que têm quebrantado e estão quebrantando as leis fundamentaes que fingem respeitar; elles não conhecem outras leis que a impiedade, o orgulho, a mysanthropia e a má fé, e para

se manterem sempre illesos n'esse hediondo systema, elles commettem toda a casta de covardia e deshonra, si assim lhes aproveita.

E' contra tão corrompidos homens que acharia Callado um acolhimento que não teria entre os mesmos brutos, a cuja sensibilidade se deixaram tornar hoje inferiores os nossos dissidentes.

Continuae, portanto, na marcha da honra e do justo resentimento, pois quanto mais livre é o homem, mais sensivel é a um acto de ignominia e torpeza.

Viva a religião catholica romana!

Viva a independencia da Bahia durante a menor edade de S. M. I.!

Vivam os briosos militares da independencia, incapazes de covardia e servilismo!

Viva a liberdade social!

Viva a patria!

Quartel General da Lapinha, 8 de Março de 1838. — *Sergio José Velloso*, General em chefe. »

XXI

Depois de ter tomado posse do commando em chefe das forças legaes e de conferenciar com o chefe das forças de mar, deliberou o marechal Callado persistir no systema até então seguido, de conservar o *stato quo*, apertando somente o sitio, e assim, sem maior sacrificio de vidas, obrigar, reduzir e vencer o inimigo pela fome.

Por melhores que fossem as razões que para tal systema teve o marechal Callado, não era d'este alvitre o presidente da provincia.

Antes, positiva e terminantemente ordenou áquello chefe que atacasse a cidade e d'ella expellisse os rebeldes.

Mas, não obstante a clareza e positividade de tal

ordem, em harmonia com as instrucções que Callado trouxe do Rio, o que é facto é que por emquanto ella não foi posta em execução, e apenas continuou o sitio mais severo e estreitamente.

Por este motivo, pois, procuraram os rebeldes sua fortuna mais pelo lado do mar.

E logo na noite de 4 para 5 de Março aventuraram-se a um combate, em que, porém, os escaleres da legalidade conseguiram debaixo de vivo fogo tomar um hiate, d'aquelles faccinoras, tripulado por 52 homens e commandado por um André Ardiz, em quem depositavam suas maiores esperanças.

Os constitucionaes tiveram dois homens mortos e seis levemente feridos, sendo d'estes o capitão-tenente Antonio Telles e Joaquim José dos Santos Machado, que continuava no commando do brigue-escuna.

Por ter este ultimo, a quem os rebeldes tinham confiado o commando do brigue, aproveitando-se de circumstancias favoraveis, se passado para o lado da legalidade, mandaram os revolucionarios, irritados com este procedimento, em represalia, queimar dez casas que esse official possuia na rua dos Barris e Coqueiros.

Presos, vieram para a divisão naval da legalidade, vinte e um individuos da acção da noite de 4 para 5 de Março, tendo sido mortos, ou havendo se lançado ao mar, os demais.

« Esta empreza foi dirigida pelo capitão de fragata Pedro Ferreira d'Oliveira, official que muitos bons serviços tem prestado á causa publica, já como intendente da marinha, devendo-se-lhe em muita parte o ter-se armado os primeiros barcos com que começamos o bloqueio, no que desenvolveu a maior actividade e diligencia em descobrir os meios precisos, quando todos faltavam, já como official de marinha, já, finalmente, prestando outros serviços e

sempre com summa promptidão, que assevéro a V. Exa. o tornam muito digno da consideração do governo imperial.»

Estas palavras escrevia a seu respeito Pedroso a 6 de Março ao ministro da marinha.

Tambem depois que passara a divisão naval a ser commandada pelo capitão de fragata João Francisco Regis, ella preencheu melhor ao que d'ella se devia esperar.

Os facciosos eram mais incommodados e distraiam suas forças, o bloqueio produzia o desejado effeito.

Não obstante, na noite de 8 para 9 de Março, uma força de rebeldes de uns 500 a 600 homens mais ou menos, embarcada em 14 baleeiras e um lanchão e conduzindo armas de sobresalente e munições, conseguiu illudir a vigilancia das embarcações da legalidade, e passou para o interior, indo desembarcar no rio Cotegipe, com destino á Feira de Sant'Anna, tendo á sua frente o celebre Hygino Pires Gomes.

Achando-se o presidente então em Pirajá, dirigiu-se immediatamente á Itacaranha, e d'ahi, de combinação com o commandante das armas, fez marchar sem a menor perda de tempo uma força sobre os mesmos rebeldes, e encarregou ao Tenente-coronel José Maria de Sá Barretto de ir a bordo da fragata *Principe Imperial* receber armamento n'essa occasião, felizmente, chegado de Pernambuco, para com elle armar gente, que encarregou de reunir para tomar a frente, sendo possivel, aos ditos rebeldes, ou reunir-se á que por terra marchava sob o commando do Tenente-coronel Sancho de Bittencourt, depois reformada e posta sob o commando do Tenente-coronel José Feliciano de Moraes Cid, com o titulo de commandante das forças expedicionarias da legalidade no reconcavo.

Sem demora seguiu Pedroso para Itaparica, d'onde

remetteu armas, compradas a um navio francez, para a cidade de Cachoeira, para alli armar gente que se fosse reunir á existente na Feira.

Deixemos, porém, seguir para seu destino estes desesperados que, como ultimo recurso, abandonaram a capital, onde já pouca esperança parecia mais terem, e iam procurar na Feira de Sant'Anna onde firmar sua influencia.

A sua partida, porém, causou na capital, como era natural, extraordinaria alegria, como se vê da seguinte proclamação de Sergio Velloso aos seus soldados:

« Bravos militares! E' ineffavel o jubilo com que vos communico a partida que fez d'esta capital para o reconcavo a intrepida cohorte de vossos irmãos de armas, que têm de compor a segunda divisão d'este exercito.

Ella rompeu por entre as forças maritimas dos dissidentes, começando já do mar os ensaios dos seus despojos e de sua victoria.

A' sua frente vae o impavido coronel Hygino Pires Gomes, e corajosos officiaes ornam suas fileiras. Terá certamente o reconcavo de conhecer que a revolução de 7 de Novembro não tem outro essencial objecto que procurar a liberdade e egualdade sociaes, bases inseparaveis para a prosperidade da patria, justiça, e utilidade das leis e adorno do governo constitucional.

Verá o nosso reconcavo que nossa revolução quer que as leis sejam justas e uteis egualmente para com o pobre, o pequeno e o desvalido, como podem ser para com os ricos, grandes e poderosos.

E' assim, que o Deus dos exercitos se dignou proteger a expedição que vae immortalisar-se, porque elle depõe do seu assento aos orgulhosos para exaltar aos humildes.

Nossas armas são dirigidas pelo braço do Omnipotente; não podem, pois, humanas forças, infestadas de

orgulho, injustiça e barbaridade, obstar-lhes a victoriosa decisão de que são indignas.

Viva a religião catholica romana!
Viva a independencia da Bahia!
Viva a patria!
Vivam os militares d'este exercito.

Quartel General, 10 de Março de 1838.—*Sergio José Velloso*, General em chefe.»

As primeiras noticias chegadas no acampamento de Pirajá do destino d'esses homens pouco adiantavam, e não se harmonisam com as mais positivas e claras que d'elles possuimos e que a seu devido tempo communicarei.

A dez de Março officiara o marechal Callado ao presidente da provincia, que as ultimas noticias que tinha d'elles, eram que marchavam pela estrada de Caroba, que vae do rio de Joannes, estrada das Boiadas em direcção á Feira de Santa Anna, e que uma força da legalidade está distante d'elles duas leguas, no Engenho da Freguezia.

A onze communicava mais que de um officio do dia antecedente do tenente-coronel Sancho de Bittencourt, escripto, ás 4 horas da tarde, na distancia de duas ou trez legoas do inimigo, tinha sabido que este estava nas mattas d'El-rei com toda a sua gente cançada, e que aquelle tenente-coronel marchava a reunir-se á força maritima, e a que do acampamento de Pirajá despachara o marechal e mandara desembarcar em Passé para perseguir o inimigo.

Finalmente, de um officio de 16 de Março do tenente-coronel Cid, sabe-se que em virtude da nomeação, que teve do marechal, marchou de Pirajá no dia 10 ao meio dia, e que, reunindo as forças que já se achavam em marcha sobre o reconcavo para debellar os rebeldes, tomou

o commando d'ellas, accelerou quanto poude as suas marchas até que a 14 poude dar combate na Feira, de cujo resultado e mais minudencias fallarei a seu devido tempo.

Feita esta sahida arremessaram-se os rebeldes novamente sobre os pontos dos constitucionaes.

A 11 de Março, por exemplo, atacaram com força e vivo fogo todos os pontos das linhas dos legalistas, havendo uma bala encontrado cinco praças d'estes, dos quaes matou um, feriu dous mortalmente, e dous foram logo amputados.

Um soldado dos rebeldes, que a 12 se passou para os legalistas, affirmou que aquelles soffreram consideravel perda, morrendo um official cujo nome ignora-se.

O que é facto é que o fogo durou muito tempo, e desgraçadamente foi morto o major da 1.ª brigada legalista por uma bala vinda de Itapagipe.

Ao tempo que se davam estas cousas nas linhas e pontos do combate fóra da cidade, iam-se na cidade tornando peiores, e a noticia já ha muito conhecida dentro e fóra d'ella, de que entrava nos planos dos rebeldes o incendio das casas, agora tomou tanto corpo que chegou a ser annunciada em um dos jornaes da cidade.

Possuimos d'isto um importante documento, que se acha a fl. 15 do processo feito ao Coronel Ignacio José Aprigio da Fonseca Galvão, do ministerio dos estrangeiros, que prova, que nem só a idéa estava madura, como que não foram somente as casas que estavam vasias, como se diz geralmente, as que somente foram incendiadas, e sim, que a idéa de incendio não surgiu para damnificar estas, mas para destruir desesperadamente os edificios da cidade, quando succedesse ella cahir nas mãos da legalidade.

Eis o officio que aquelle Coronel, sobre este assumpto

dirigiu a 12 de Março, ao encarregado do consulado de França, em resposta a um deste de 8 em que lhe perguntava a necessidade que havia de salvaguardar d'esse horror os bens dos subditos de sua nação.

O esforço que empregou o membro do ministerio dos estrangeiros para dissipar o horror de que se achavam apoderados os francezes, é antes uma prova de que tinha chegado á maturidade a sinistra idéa dos desesperados sitiados.

Illm. Sr. — Assás me maravilhou o officio que de V. Exa. recebi com data de 8 do corrente, vendo a requisição que lhe endereçavam os negociantes francezes d'esta praça, aterrados das ameaças de incendios por vezes annunciadas, e proximamente produzidas em um dos jornaes d'esta cidade. Que outros se deixassem possuir de um terror panico por proposições emittidas em um periodico, por não estarem ao facto da marcha sempre observada no systema constitucional e representativo, não admira, mas que os cidadãos de um paiz qual a França, em que impéra semelhante systema, onde, portanto, gosa de plena liberdade a imprensa como uma das suas principaes garantias, não distingam o que seja o modo de pensar do governo e a opposição singular de um ou outro *escriptor, embora se presuma ser elle influente na administração publica*, é o que resta crer, pois que, *ainda mesmo a ser um tal escriptor o chefe da administração, teria de cingir-se nas operações do governo a marcha que pela opinião publica (rainha do universo) fosse marcada, apesar de diametralmente opposta ao seu sentir.*

Mas o que jamais era de esperar, é que, prevalecendo-se do pretexto de pôr em segurança e a coberto de phantasticos incendios parte de suas propriedades, pretendessem os mesmos negociantes, contra os principios de direito publico e das gentes, da moral universal e da politica,

tirar partido das circumstancias de apuro em que consideram o governo d'este Estado, exigindo: primeiro, a permissão de tirarem suas mercadorias da alfandega sem pagarem direito algum de exportação, deixando apenas n'aquella repartição uma lista do conteúdo em cada volume para em tempo opportuno ou tranquillo pagarem os direitos do consumo, a não apresentarem suas mercadórias; e segundo, a permissão de embarcarem para qualquer das provincias, não só taes mercadorias, mas quantas actualmente existiam em seus escriptorios.

Equivaleriam taes permissões a verdadeiras determinações excepcionaes que no regimen representativo não são admissiveis, nem mesmo a favor dos subditos nacionaes, e por mais que deseje o governo deste Estado comprazer, sempre que lhe seja possivel, com a vontade dos encarregados de promoverem os interesses dos subditos de suas respectivas nações, não pode absolutamente annuir a nenhuma das duas mencionadas pretenções. O que manda pela secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros communicar a V. Exa. para fazer constar aos preditos committentes. Deus guarde a V. Exa. Palacio da Bahia, 12 de Março de 1838. — Sr. encarregado do consulado de França n'esta capital. »

Dous dias depois o ajudante de campo da primeira divisão, João José de Souza Passos, mandava aos soldados a seguinte ordem de incendio: — « Evite-se o fogo até ordem minha ou do Exm.° Sr. General em chefe quando o mesmo Exm.° Sr. venha pessoalmente.

Bahia, 14 de Março de 1838.—*João José de Souza Passos*, ajudante de campo da 1.ª divisão. »

XXII

Apesar de tudo quanto se ia passando, continuava o marechal Callado persistindo no plano que tinha adoptado,

e si a cidade, finalmente, foi investida, « não partiu, segundo diz Moreira d'Azevedo na sua já citada obra, a iniciativa do commandante das forças, nem de premeditado ataque. »

Vendo o tenente-coronel José Joaquim Coelho, continúa o citado autor, « que a brigada pernambucana, de que era commandante, estava postada em logar mais proximo das linhas inimigas (Campinas), que em posição assás vantajosa haviam assentado uma peça que muito mal lhe causava, sem que podesse responder-lhe por não ter artilharia, e presenciando de dia para dia a morte de seus officiaes e soldados, dirigiu-se ao General e manifestou-lhe ser impossivel permanecer n'aquella posição, ou havia de avançar ou retroceder; mas elle e seus companheiros, não acostumados a voltar o rosto ao inimigo, preferiam marchar para a frente, indo n'isto sua honra. »

Finalmente concordou o General com a vontade d'aquelle distincto pernambucano. Mas é melhor deixar-mol-o mesmo fallar:

« Depois de haver militarmente observado as posições occupadas pelo nosso exercito, diz o marechal em seu celebre officio ao presidente, em que conta a historia dos grandes dias 13, 14 e 15 de Março, e pelo inimigo, e reconhecendo que este se achava em uma posição em frente da Campina, que d'alli com uma peça de 24 causava horrorosos estragos ao acampamento da brigada expedicionaria de Pernambuco, autorizei ao commandante da referida brigada, o tenente-coronel José Joaquim Coelho para accommetter e tomar aquelle ponto, como, com effeito, d'elle se apoderou na madrugada do dia 13 do corrente, e com tanta habilidade e fortuna continuou a desalojar o inimigo de todos os pontos de sua frente que me decidia aproveitar o momento, mandando avançar as brigadas, a 1.ª commandada pelo Tenente-coronel Antonio Corrêa

Seara, a 2.ª pelo tenente-coronel Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, encarregando de fazer marchar a 3.ª de Itapoan, por se achar distante, ao Ajudante General tenente-coronel Luiz da França Pinto Garcez.

Grande foi, na verdade, o meu contentamento de presenciar a bravura e denodo com que a nossa tropa, levava diante de suas bayonetas a horda de malvados, que, abandonando immensa artilharia de grosso calibre e de campanha, collocada em fortes entrincheiramentos, deixou em nosso poder grande quantidade de munições, armamentos e petrechos de guerra, cavallos e até mesmo viveres, assignalando o caminho de sua fuga pelos muitos cadaveres que se encontravam em os perseguir, e só nos voltaram a cara no logar da Cruz do Cosme, onde me foi forçoso fazer alto perto das seis horas da tarde para dar comida e descanço, emquanto providenciava sobre outros objectos necessarios á minha tentativa de entrar na cidade, e alli tive de sentir a falta do coronel Seara, commandante da 1.ª brigada, contuso levemente por uma bala de fuzil.

N'este ponto officiei a V. Exa., participando-lhe o occorrido (1) e mandei que o mesmo fizesse o Quartel-mestre General, tenente-coronel Manoel Joaquim Pinto Pacca, a quem nomeei chefe General de nosso campo para que n'elle continuasse a manter a ordem, recolhesse os feridos e fizesse guardar os depositos e hospitaes deixados em Pirajá.

Dirigi-me tambem aos chefes de mar para que me auxiliassem na tomada de Itapagipe, destacando uma forte columna ao mando do major commandante do batalhão 7.º, Carlos Cesar Burlamaque, para com ella bater, como bateu e tomou, os fortes da Largatixa e Jequitaia,

(1) Não achei este officio.

encarregando da occupação de Itapagipe ás forças estacionadas nos engenhos da Plataforma e Cabrito, auxiliadas pelos barcos ao mando do 1.° tenente Benjamin Carneiro de Campos.

No dia 14, tendo reconhecido os pontos da 2.ª linha do inimigo, distante legua e meia da primeira, dei ordem para novo ataque geral, que principiou ás 7 horas da manhã, e como não podesse colher vantagem e soffresse não pequena perda, dei descanço á tropa, reanimei-a para levar á ponta de bayoneta as forças rebeldes que guarneciam as tortuosas gargantas e estreitas avenidas das immediações da cidade.

Os soldados, com effeito, e seus valentes chefes, excederam muito de minha expectativa e o combate se tornou tão encarniçado, que as armas se disparavam mutuamente sobre os peitos dos vencedores e dos vencidos, e assim foi a minha entrada na Lapinha, ás 5 para 6 horas da tarde; e alli como á porfia rivalisando em coragem e bravura os dous commandantes de brigada Argollo e José Joaquim correram a tomar a fortaleza do Barbalho, fazendo prisioneira parte da sua guarnição, correndo a maior porção dos inimigos a se entrincheirar no Forte de São Pedro. Então recolhi todas as forças ao largo do Convento da Soledade, fazendo cobrir os meus flancos, frente e retarguarda, e alli me demorei duas horas emquanto aprisionava os rebeldes, que se achavam mettidos pelas casas, e reunia as praças de cada um dos corpos, que andavam confundidas.

A' noite segui a occupar a cidade tendo de bater-me com algumas patrulhas, encontradas pelas ruas até o largo da Piedade, a 300 passos do forte de São Pedro, onde foi mister assentar campo pela forte opposição do inimigo com quem sustentamos fogo durante a noite em vivo alarme; bem como tambem nol-o faziam do forte do

mar, forte da Gambôa e navios armados, accrescendo a isso o horroroso incendio que lavrava em diversas partes da cidade, pôsto acintosamente pelos rebeldes nas casas d'aquelles que sairam para o reconcavo seguindo a causa da legalidade.

Na manhã do dia 15, depois de refazer a tropa de corrida, os mesmos dous commandantes da 2.ª brigada e da expedicionaria se me offereceram para postar um cordão de sentinellas ao redor do forte, para vedar a fuga dos malvados, marchando ao depois com as forças de seu commando a abrir fogo contra o forte pelos pontos mais vulneraveis, ficando eu com uma boa reserva no largo da Piedade.

O combate foi renhido e d'elle nos resultou bastantes feridos e alguns mortos, mas afinal o inimigo teve de ceder, içando uma bandeira branca, remettendo-me pelo seu chefe, Sergio José Velloso, um artigo de capitulação da forma seguinte:

« A força militar, sob o nosso commando abaixo assignado, desejando evitar o derramamento do sangue brazileiro, propõe o seguinte: que depõe desde já as armas sob a condição de liberdade a todos, que jamais devem ser tidos como criminosos pelo simples facto do dissentimento de opiniões politicas. — *Sergio José Velloso.* »

Ao que respondi:

« O general do exercito brazileiro com força sobre o forte de São Pedro, só convém que a guarnição rebelde se entregue á descripção.

Campo sobre o forte de São Pedro, 15 de Março de 1838. — *João Chrisostomo Callado,* general em chefe do exercito restaurador. »

N'esta conformidade renderam-se immediatamente pelo combate da tarde, desfilando do forte em numero de 586 praças, 15 musicos e cornetas, 8 officiaes e o chefe.

Em seguimento renderam-se tambem as fortalezas da Gambôa e do mar; pretendendo esta pôr a isso condições, ameacei de arrazal-a e passar pelas armas a guarnição e a intimação de se entregarem no espaço de meia hora, assim cumpriram.

Por não haver ainda dos commandantes dos corpos e das fortalezas a necessaria participação sobre o numero de mortos e feridos, e sobre as munições e petrechos de guerra apprehendidos, não posso remetter a V. Exa. os mappas respectivos, o que farei em outra occasião, podendo desde já asseverar a V. Exa. que os primeiros chegam a mais de 1.700 e os mortos do inimigo a seiscentos.

A cidade, os navios e as fortalezas voltaram, finalmente, n'esse memoravel dia ao dominio legitimo da nação, que, como diz Moreira d'Azevedo, n'essa lucta civil perdeu quasi 600 cidadãos, mortos em campo de batalha por seus irmãos, transformados em seus rivaes. (2)

A estes custou a lucta 4.080 homens, dos quaes perto de 2.000 mortos e o resto prisioneiros.

Entre estes, o presidente da republica, seu filho, o ministro da marinha, Freitas Guimarães, o chefe de policia Sá Freire, e Mattos, encarregado do expediente da justiça, Innocencio Eustaquio e José Leite, commandantes das divisões.

O estado da cidade era digno da mais profunda lastima.

Mais de 60 casas tinham desapparecido, ou sido fortemente arruinadas no momento do horroroso incendio.

(2) D'estes, segundo relações dadas pelo director do hospital, existiam por esse tempo 19 feridos e amputados, e tinham desde o principio da revolução se finado alli dois capitães, 4 tenentes, 2 alferes, um sargento-ajudante, 4 cabos, um corneta, 2 cadetes e 95 soldados, — 115 no total.

Os corpos de delicto feitos em seguida, nos dão a lista seguinte d'ellas:

1.ª de Manoel dos Santos Correia, na Piedade, avaliada em 12:000$000;

2.ª do mesmo ao Duarte;

3.ª do mesmo ao Beco do Mocambinho;

4.ª de João Moreira de Pinho, 16:000$000;

5.ª de Jacome Ferreira Dorea, ao Largo da Piedade, 10:000$000;

6.ª de João Pessoa da Silva, 10:000$000;

7.ª de Luiz Antonio Pereira Franco, 16:000$000;

8.ª de Miguel G.

9.ª de Domingos Americo, ao Portão da Piedade, 10:000$000;

10. de José dos Santos Correia, 3:000$000;

11-17. sete propriedadds aos Barris, pertencentes aos filhos de Manoel Malhado;

18. dos mesmos, á Ladeira do Coqueiro;

19. dos mesmos aos Barris;

20. de Antonio José dos Santos, na dita rua;

21-28. oito propriedades na Ajuda e rua do Pão-de-ló, pertencentes a Antonio Francisco de Lacerda, ao casal de Ignacio Antunes Guimarães, freiras da Soledade, do Desterro e Manoel Ribeiro Guimarães;

29-30. na rua de Baixo, de D. Maria Theresa de Queiroz Argollo e major Garcez, a quem tambem pertencia mais uma contingua;

31 tambem incendiada;

32 a 35. quatro propriedades de Pedroso á rua Nova do Commercio;

36. de Maria Ignacia de Jesus Netto;

37. do Senador Francisco Carneiro de Campos;

38. de Manoel Antonio Gomes;

39. de Francisco Lopes de Carvalho;

40. de João Gonçalves Ferreira;
41. de Domingos Henrique dos Reis;
42. de Antonio Raymundo da Paz;
43. de João Francisco Alvares;
44. de José Ramos Neves, na rua de Santa Barbara;
45. de D. Joaquina Maria de Sant'Anna, na ladeira da Conceição da Praia;
46. de João Covas da Rocha, na Preguiça;
47. do casal de Antonio José Gomes, idem;
48. de Francisco José da Rocha, idem;
49. de Maria Magdalena, idem;
50. de José Rodrigues da Costa, idem;
51. de Joaquim Torquato Carneiro de Campos, idem;
52. do Mosteiro de S. Bento, idem;
53. de Luiz S. de Barros, idem;
54. de Antonio Pinto Leite, idem;
55 e 56. de Henrique Guilherme Coelho;
57. de Antonio José Pereira;
58. de madre Anna José do Amor Divino;
59. de Manoel Vargas;
60. do Mosteiro S. Bento;
61 e 62. do casal de Malhado;
63. dos herdeiros de Antonio José do Couto;
64. da viuva Reis;
65. de D. Theresa de Jesus Souza;
66. de José Caetano da Costa;
67. de Antonio Ferreira Bastos de Figuerêdo, e, finalmente, numa carreira de lojas em Santa Barbara, pertencentes á Camara.

A' estes horrores ajuntava-se o triste quadro, que apresentava o povo, que depois de longos dias de fome, percorria amedrontado as ruas, «como se das ruinas do incendio ainda podessem surgir revolucionarios e contra estes, que haviam derramado o sangue de irmãos,

extorquido a propriedade e ultrajado a honra e dignidade da patria, erguia vozes de maldição. Com esses brados misturavam-se acclamações patrioticas e enthusiasticas que haviam restabelecido a integridade do paiz. »

Os prisioneiros importantes foram remettidos para os navios de guerra, e os militares, apesar do grande numero, para Fernando de Noronha.

Só foi ás 8 horas da noite de 22 que foram presos o vice-presidente do Estado da Bahia, seu filho, o ministro, o bacharel Mattos, chefe de policia, o celebre Tupinambá, que na ponta do Manguinho deu asylo e escapúla a Bento Gonçalves, quando fugiu do forte do mar.

N'este mesmo dia, ás 7 para as 8 horas da manhã, por denuncia do corneta Juvencio José de Sant'Anna e João Antonio Leitão, creado de Sabino, foi este primeiro dos chefes da grande revolução a que deu seu nome, encontrado occulto dentro de um guarda roupa da casa do consul francez, onde tambem estava escondido o medico Alexandre Gualette. Sabino, a alma de tudo quanto se tinha feito na Bahia desde Novembro, o vulto mais proeminente em todas as revoluções bahianas, que desde o negocio de Felisberto Caldeira, em 1824, tomava em todas ellas latente ou escondidamente a parte mais activa; que, na phrase de Moreira d'Azevedo, incitara seus amigos a romperem as leis da nação, para inaugurarem outro governo e outros principios, que, quando viu a palma do triumpho nas mãos dos contrarios, mandou lançar fogo a cidade (3), no momento da victoria dos adversarios esqueceu-se de tudo, e, assustado, foi occultar-se entre as roupas de um armario, como foi Miguel de Vasconcellos, secretario do regente de Portugal.

(3) Veja os periodicos do tempo.

XXIII

Logo no dia 16 fez sua entrada na Bahia o presidente Pedroso, e n'esse mesmo dia fez a seguinte proclamação aos bahianos:

« Bahianos! A capital d'esta importante provincia está arrancada ás garras da demagogia; o denodo, com que tantos e tão bravos heróes da patria se distinguiram n'este successo, eternisará seus nomes e encherá de espanto a posteridade. O campo de gloria, esse Pirajá, outr'ora assignalado com os trophéos da independencia, acaba de radicar a constituição, o throno e o altar, tão ignominiosamente ultrajados por esse bando de perversos, que vindes de debellar. Bahianos! Valentes pernambucanos! Honrados sergipanos! Distincto corpo da armada, que com as vossas vidas e á custa do vosso sangue esmagastes a hydra da anarchia, vossos feitos são outras tantas columnas em que acabaes de firmar o throno augusto do vosso joven monarcha, e com elle a existencia e prosperidade de vossas provincias. Vós acabaes de testemunhar o incendio, o roubo e horrores de toda a casta, de que foi victima esta cidade; certificae-vos por ahi quanto perigam vossas vidas e nossas fortunas com o bello ideal d'essas republicas que nos inculcam os inimigos de toda a ordem.

O sempre memoravel dia 16 de Março de 1838, que trouxe a paz á Bahia e ao Brazil, será estampado na historia em caracteres de ouro; seja elle para os nossos vindouros dia sempre de gloria e de estimulo.

Eia, pois, voltae aos vossos lares a gosar da paz de que ha tanto estaes privados; esse resto de bandidos, que ainda infesta o interior da provincia, prestes a ser esmagados pelos nossos bravos, que marcham sobre elle, acabará de sellar nossa gloria, nosso triumpho.

Rendamos, pois, as devidas graças ao Altissimo, que tanto véla os destinos de nossa Patria, e entoemos vivas á nossa Santa Religião, á Constituição, ao nosso augusto e joven monarcha, Sr. D. Pedro II, ao regente interino e aos bravos denfensores do Imperio.

Palacio do governo da Bahia, 16 de Março de 1838. — *Antonio Pereira Barretto Pedroso.* »

A esta palavra animadora e fortalecedora do legitimo representante na provincia do governo nacional accorreu a população atterrada da capital com mais coragem.

Depois de por longos e duros dias ter sido testemunha de todas as scenas de revolução, « as depredações, os ataques, os incendios, experimentado todas as calamidades, a fome, a guerra, o fogo, a devastação de ruas e casas, e contado dias de susto, terror, penuria e morte», revestiu-se a capital da provincia de galas, flores e luzes para festejar a restauração do dominio da lei.

Illuminados os edificios e casas particulares, elevados os estandartes nos campanarios das igrejas, abriram-se estas aos sons harmoniozos dos canticos e hymnos de louvor.

No Rio de Janeiro não foram menos solemnes as festas que se fizeram em graça ao Omnipotente.

O governo em seguida deu-se pressa em remunerar os que mais serviços tinham prestado na defeza da ordem, promovendo a tenente-general effectivo o marechal Callado e a brigadeiro a José Joaquim Coelho, que depois foi condecorado com o titulo de barão da Victoria e outros meritos.

Ao general em chefe pretenderam os bahianos, por meio de uma subscripção, offerecer uma prenda valiosa, mas o marechal Callado pediu que, em vez disso, se distribuisse o dinheiro recebido pelos orphãos e viuvas dos que morreram pelejando pela integridade da patria.

Isto fez com que os gratos bahianos offerecessem á esposa do inclyto general o retrato do imperador com a legenda — *Os bahianos agradecidos ao general Callado.* — E ao presidente de Pernambuco offereceram uma espada de honra de ouro, esmaltada de pedras preciosas.

O activo presidente Pedroso poucos dias mais se demorou na Bahia, por ter de ir tomar assento na camara dos deputados, deixando na vice-presidencia o valente coronel Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, que já a 26 de Abril entregava as redeas da administração da provincia ao presidente, pouco antes nomeado, Thomaz Xavier Garcia de Almeida.

A actividade, porém, que Pedroso desenvolveu, é digna de todos os louvores da posteridade.

Dos 129 dias percorridos pela revolução, couberam-lhe 117, e destes passou na Cachoeira sete, em Itaparica 38, em Pirajá 11, no Cabrito 1, no engenho Boa Vista 2, no engenho Periperi 1, na corverta *Sete de Abril* 22, e na fragata *Principe Imperial* 35, dos quaes 13 surta no porto da Bahia.

De seus antecessores, tinha Paraiso administrado os oito primeiros dias, achando-se 2 a bordo do brigue *Trez de Maio,* 4 a bordo do brigue *Vinte nove de Agosto*, um em Cajahiba e um na Cachoeira.

Da sorte que tiveram os differentes chefes da revolução, nada consta aqui por documento algum.

Todos elles ha muito que não se acham mais na Bahia.

Comtudo, sabe-se que, levados ao Jury, tiveram sentença de morte Sabino, João Carneiro, seu filho, Sergio, Innocencio Eustaquio, João Leite e Alexandre Sucupira; a de galés perpetuas Hermes de Moraes, Freire Mattos e Gualette, e a diversos annos de prisão outros.

Os militares envolvidos na revolta foram pelo

conselho de guerra condemnados á morte, sentença que a junta militar de justiça da Bahia confirmou quanto a Sergio Velloso, Innocencio Eustaquio, José Leite e Sucupira, alterando para trez outros em prisão perpetua, e em 20 annos de prisão em qualquer fortaleza para os outros.

Havendo todos recorrido para o Supremo Tribunal de Justiça, que designou para julgamento a Relação do Rio de Janeiro, esta deu em Janeiro de 1840 a seguinte decisão: — pena de morte a Sergio, Eustaquio, Leite e Sucupira por unanimidade de votos e a todos os outros a mesma pena, mas por simples maioria de votos.

Mas, acclamado maior D. Pedro II n'aquelle anno e querendo iniciar seu governo com um acto de clemencia, promulgou ampla amnistia que veio salvar da prisão e da morte os condemnados da Bahia.

Só a Sabino foi intimado de retirar-se para a provincia de Goyaz e depois Matto Grosso, onde falleceu.

O ministro francez do Rio de Janeiro, em vista de terem os francezes da Bahia testemunhado a magua de que estavam possuidos por terem sido, na casa do representante de sua nação, descobertos os criminosos de estado acima citados, e reprovado tal procedimento, suspendeu o dito vice-consul.

Resta-nos agora saber o que foi feito d'aquelle punhado de homens que, dirigido por Hygino Pires Gomes, conseguiram na noite de 8 para 9 de Março romper o bloqueio e em 14 baleeiras e um lanchão passaram-se para o interior com destino a Feira de Sant'Anna.

No dia 9, pelas 5 horas da tarde, teve o tenente-coronel commandante do 3.° batalhão da guarda nacional da villa de São Francisco, Miguel José Maria de Teive e Argollo, communicação do juiz de paz de Passé,

Joaquim Ignacio de Cerqueira Bulcão, que uma força inimiga transportada em barcos e lanchões intentava desembarcar em algum dos pontos d'aquella circumvisinhança, e pouco depois chegou-lhe a noticia de haverem conseguido desembarcar em Cabôto, o que a principio pareceu-lhe improvavel á vista dos barcos que defendiam a entrada para o reconcavo, dos quaes se não sentiu o menor movimento ou signal de opposição.

Depois de desembarcada, poz-se a força em marcha regular e tranquilla. Compunha-se ella de 600 homens mais ou menos e levava comsigo trez carros de preparativos bellicos, alguns cavallos e escravos carregados de armas, uma peça de campanha, muitos sellins e uma boiada, que tomaram de uns conductores, que a levavam para Pirajá ao exercito da legalidade.

Tendo d'isto noticia o coronel José Antonio de Menezes Dorea, senhor do engenho « Natiba », embora sem armas, dirigiu-se com alguns dos seus escravos e oito homens armados á Matta do Cobé, por onde o inimigo tinha de passar, e preparou-lhes ao menos alguns obstaculos, cortando arvores, que deixou cair sobre a estrada, desmanchou duas pontes e voltou para o seu engenho a esperar por elles.

A's onze horas da noite já se achavam os rebeldes no engenho Larangeiras, freguezia do Monte, onde poucas horas se demoraram, mas onde fizeram estragos no gado vaccum e lanigero, apanharam alguns cavallos que levaram e arrombaram a casa do engenho e de varios moradores d'alli.

Pela alta madrugada seguiram seu caminho e mais ou menos pelas 4 horas passavam pelo engenho «Natiba», d'aquelle coronel Dorea, observando este, que marchavam em grande tranquillidade e segurança.

Não se poude então conter o activo patriota e com

os oito homens, que tinha armados de espingardas e 60 cartuchos, poz-se na estrada do visinho engenho «Mombaça», por onde tinham os rebeldes de passar e alli os esperou em emboscada, e no acto de passarem rompeu fogo.

Isto, naturalmente, só teve o effeito de surprehendel-os e assustal-os, e obrigar a que d'ahi em diante levassem uma marcha mais atropellada, do que resultou deixarem uma vedêta abandonada, dous desertores, além de alguns feridos pelo fogo e quatro mortos, resultado bastante consideravel á vista dos poucos recursos, de que dispunha aquelle coronel.

Na verdade, si dispozesse, como elle refere em seu officio ao presidente, escripto ás 8 horas da manhã d'aquelle dia 11, em seu engenho «Natiba», de cem homens, teria seguramente lhe cabido a gloria de debandal-os completamente.

Mas assim não foi e o inimigo seguiu pelo engenho «Limoeiro» e ao amanhecer do dia foi acampar-se no engenho «Capimirim», da freguezia de São Gonçalo, da villa de São Francisco, a tão curta distancia desta e da cidade de S. Amaro, que sentiram-se estes dois logares ameaçados, apesar da noticia de que seu destino era a Feira de Sant'Anna.

Nenhuma força até então ainda os perseguia e temia-se que não acudisse de prompto a essa devastação, si o terror chegasse a apoderar-se das familias que se achavam todas conservadas, si mesmo os planos de sedição, de que pretendiam usar, fossem empregados com o dinheiro, que levaram, poderia ser de funestas consequencias á causa da legalidade a conservação d'esta força no centro do reconcavo.

Não obstante, já pela manhã do dia 10 tinha chegado a Paramirim o tenente-coronel José Maria de Sá Barretto

que, como já disse, tinha sido despachado com armas pelo presidente.

N'esse mesmo dia conferenciou com o tenente-coronel Miguel de Teive, o qual, com 70 praças do seu batalhão, se poz a sua disposição e prestes a partir, conseguindo n'este mesmo dia aquelle tenente-coronel Sá Barretto, ajuntar uma força de perto de 200 homens, além da que inda esperava, se lhe fosse ajuntando em sua marcha, por ter dado as providencias tendentes a esse fim, requisitando de todos os juizes de paz mais proximos á estrada que seguiam os rebeldes. Como, porém, ainda não se tinha o tenente-coronel posto em marcha, conseguiram os rebeldes fazer todo o trajecto de 10 a 12 leguas, desde o porto de desembarque até o engenho « Capimirim », sem que em toda esta distancia encontrasse outro obstaculo a não ser o que, com suas diminutas e particulares forças, lhe oppoz o tenente-coronel Dorea na estrada de Mombaça.

Ainda ás duas horas da tarde do dia 11 se achavam os rebeldes em Capimirim, segundo o officio do Commandante superior da villa de S. Francisco, coronel Antonio Diogo de Sá Barretto, sem que até então se lhe tivesse opposto resistencia, não tendo ainda conseguido o seu alcance a força destinada a batel-os, porque parte d'ella, commandada pelo tenente-coronel Chaves, tomando ainda n'aquelle dia a cidade de Santo Amaro, alli se achava de observação por ignorar qual a intenção do inimigo, temendo-se que de Capimirim podesse cahir sobre aquella cidade ou villa de São Francisco.

Da outra parte das forças, a do tenente-coronel Sá Barretto, sabemos que se achava em Paramirim prestes a partir. A's cinco horas da tarde, finalmente, levantaram os rebeldes os acampamentos de Capimirim e continuavam sua marcha para o interior, atravessando os

engenhos ribeirinhos do Jacuhype, em procura da ladeira de Brotas, sem que durante este trajecto esbarrasse com tropa alguma da legalidade.

Finalmente, tinha apparecido a força commandada pelo tenente-coronel José Feliciano de Moraes Cid, e n'esse mesmo dia 11 partiu tambem de Santo Amaro o tenente-coronel Chaves com a força de seu commando, á qual se reuniram em numero de 30 alguns guardas nacionaes d'aquella cidade, com o fim, logo que pela direcção tomada pelos rebeldes se certificou de que não pretendiam atacar S. Amaro, de impedir-lhes a marcha para a Feira. Vejamos em um seguinte artigo o resultado de tal movimento.

XXIV

(*Conclusão*)

N'essa mesma noite de 11 para 12 de Março conseguiram as forças legaes encontrar os rebeldes em occasião em que procuravam subir a ladeira de Brotas para ganhar a chapada, que do alto d'aquella serra se estende até a Feira Sant'Anna.

Para, pois, impedir tal subida, deu-se entre as duas forças um combate, de cuja existencia sabendo o juiz de direito de Santo Amaro, ás 2 horas da madrugada, fez partir uma porção de gente armada em soccorro á que estava engajada no fogo.

Mas, não foi possivel impedir a marcha dos rebeldes que conseguiram em vivo fogo subir a dita ladeira de Brotas, e seguir seu caminho em demanda da Feira, perdendo cinco soldados e matando um official dos constitucionaes, segundo officiara o dito juiz de direito a 12 de Março.

Livres d'esta ultima difficuldade poderam os rebeldes seguir estrada batida até a Feira de Sant'Anna.

Commandava um forte destacamento de forças legaes n'aquella villa o conhecido ajudante alferes Antonio Joaquim de Magalhães Castro, que tão bons serviços prestou quando, em Janeiro, contra a rebeldia da Feira, marchou o coronel Rodrigo Brandão, como já deixei explicado em escripto anterior.

Ainda d'esse tempo existia n'aquella villa uma constante fermentação rebelde, e sabendo-se agora que os facciosos da Bahia a poucas leguas se achavam d'ella, augmentou-se por tal forma a seducção dos rebeldes disfarçados d'alli sobre os soldados ao mando do dito alferes Magalhães Castro, que de repente chegaram a conseguir reduzir a 26 o numero dos guardas do seu destacamento.

Sem força, pois, para poder fazer face aos invasores que se approximavam, determinou o dito alferes abandonar a villa na madrugada de 13, faltando-lhe n'esta occasião 43 guardas, além dos que já tinham desertado pelas noticias da marcha dos rebeldes da capital.

Esta deliberação tomou este official por capacitar-se de que, emboscado, poderia melhor atacal-os, e de alguma forma estorvar a entrada na villa.

Mas, nem isso poude conseguir pelo desfalque de seu destacamento e pela falta de cartuchame, achando-se os guardas a cinco cartuchos e não se lhe ter reunido força alguma de Cachoeira, d'onde esperava-a como resultado de seis officios que desde o dia 11 tinha dirigido.

Obedecendo, pois, além disto á ordem do juiz de direito quanto a salvar o armamento, poz-se em retirada com o resto do destacamento, conduzindo oitenta e tantas armas sobre os hombros dos soldados e alguns paizanos,

que, fugidos, acompanhavam; e, impossibilitado assim de fazer aos rebeldes alguma emboscada, retirou-se para o logar denominado Tapera, duas leguas distante da villa, onde se conservou até lhe chegarem cem homens da Cachoeira ao mando do coronel Tosta, a quem, por ordem que teve do juiz de direito, entregou o armamento, e com elle se reuniu sob seu commando.

Livres, pois, de toda a difficuldade entraram os rebeldes na Feira.

As forças legaes commandadas pelo tenente-coronel Cid seguiram ao seu encalço, parando na capella dos Humildes, onde se lhe reuniu o tenente-coronel Dorea.

Organizada alli a força, partiu com ella aquelle coronel Cid, pelas 3 horas da manhã, para a Feira, em procura dos rebeldes, que encontrou pelas 9 horas do dia acampados já e occupando a altura das immediações e á vista da villa. Logo ao avistarem-se, rompeu um fogo pouco activo, e, occupando então a direita, estabeleceu o chefe legalista as linhas que deviam bater o inimigo, empregando n'este primeiro impeto o 3.° batalhão provisorio, a força de marinheiros, a companhia de Pernambuco e a guarda avançada do corpo de policia, forças estas que, segundo refere o coronel Cid, em seu officio de 16, deviam produzir o effeito esperado.

Mas quando cria obtel-o, em vez de obedecerem-n'o, os marinheiros que occupavam o lado da estrada sobre que marchava, dirigindo-se á linha, e a em que rolava vivissimo fogo, desampararam-n'o, correndo todos ás casas fóra da villa e deixando-o na proximidade, em que havia todo o logar de entrar e occupar por esse lado, que o inimigo em debandada havia franqueado.

Aquelle procedimento dos marinheiros, continúa expondo o Coronel Cid, que foi secundado pela maior parte

da linha, produziu grande vigor entre os rebeldes, que carregaram sobre a linha desconcertada dos legalistas.

Renoval-a tornou-se, porém, muito difficil. Não obstante sustentou-se o fogo até ás 4 horas da tarde. A essa hora apresentou-se por tal forma nas tropas da legalidade tal confusão e desobediencia, que difficil seria acredital-o. Insufficientes se tornaram os esforços dos chefes a excepção do tenente-coronel Miguel José Maria de Teive e Argollo, que mais obedecido foi, sendo este o que mais continuamente influiu e o ajudante de campo capitão Antonio da Rocha Pitta e Argollo para que voltassem ao fogo as praças que sem ordem se retiraram.

A' vista da declarada deserção da força, que por todos os lados fugia para a rectaguarda, previu Cid logo a necessidade de uma retirada certa de grande difficuldade por falta de officiaes que podessem dirigir. Para suppril-a fez aquelle commandante durar o fogo até o anoitecer e fez-se então a retirada sem precipitação, por isso que quasi todos haviam já de anticipação tomado esta resolução, e durando a manobra até ás 9 horas da noite, foram occupar o logar d'onde na madrugada d'esse dia tinham partido.

Tiveram 7 mortos e 30 feridos.

Do lado dos rebeldes foi sensivel a mortandade e o numero de feridos, segundo affirmava um dos prisioneiros da legalidade que dentre os rebeldes fugiu.

Além disto, tiveram os constitucionaes grande numero de desertores, sendo que ainda nos Humildes augmentavam-se alguns de quem se tinha tomado armas em caminho.

Perderam o tenente Francisco Laurino Rosa, do 3.° batalhão, que foi prisioneiro, e tiveram 3 soldados do inimigo prisioneiros, que foram remettidos para Santo

Amaro. A força de Cachoeira, ao mando do coronel Jeronymo Vieira Tosta, que se apresentou pelas 4 horas da tarde, entrou em combate dirigida pelo habil e digno tenente Antonio Joaquim de Castro, que sustentou, por algum tempo somente, em virtude de se achar muito mal armada de espingardas arruinadas.

Distinguiram-se muito no fogo o capitão Felippe Duarte Vianna, que foi ferido levemente e os capitães Nunes e Verissimo e a officialidade do 3.° batalhão provisorio, com especialidade o tenente Alexandrino de Argollo Ferrão, que ajudou ao chefe a restabelecer a linha, sendo baleado seu cavallo.

O alferes Teixeira, da policia, o voluntario Bernardino José de Senna Castro, o capitão Machado da marinha e mais dous guardas marinha sustentaram o fogo todo o dia.

E eis ahi, segundo proprias palavras do tenente-coronel Cid, o resultado das operações militares do dia 14 de Março na Feira de Sant'Anna.

Caracteristicas, porém, para a comprehensão do *echec* soffrido alli pela legalidade são nem só as palavras escriptas pelo tenente-coronel Dorea, em officio de 22, como as que a 16 escreveu o juiz de direito de Santo Amaro.

Aquelle, referindo-se ás autoridades e guardas do reconcavo dizia: « com taes autoridades não conto e nem podemos contar, porque deram bem provas no combate da Feira, onde até com immensidade de armas se ausentavam os guardas ».

E o juiz de direito analysando as causas do mallogro do combate da Feira diz: « Geralmente se reconhece a necessidade de artilharia para bater os rebeldes, que começam a entrincheirar-se na Feira,

assim como de alguma tropa mais regular, pois que a que tem reunido os nossos bravos defensores, vindo de Pirajá, desertam com facilidade».

Nos Humildes demorou-se Cid dous dias para fazer repousar sua tropa, levantando o campo a 17 para ir a São Gonçalo, por instancia do juiz de direito de Cachoeira, que muito temia uma invasão do inimigo.

N'esse mesmo dia 17 partiu por doente aquelle tenente-coronel Dorea para seu engenho, onde só a 19 chegou. De tal temor, porém, viram-se logo livres os Cachoeiranos, porque com a chegada em sua cidade de uma força respeitavel de caçadores, despachada pelo presidente Pedroso, sob o commando do bravo tenente-coronel José Joaquim Coelho, e com duas boccas de fogo nem só tirou-lhes todo o receio de uma invasão por parte dos rebeldes da Feira, como foi para estes de mais profunda impressão do que a propria noticia da tomada da capital pelas forças da legalidade.

Ao tenente-coronel Cid trouxe esta noticia a resolução de não dar um passo mais sem lhe virem providencias do governo, porquanto depois do pernicioso exemplo de se retirarem sem ordem, e se confundirem os diversos contingentes que reforçaram a columna do dia 14, pouco esperava de suas tropas, e esperava a chegada em São Gonçalo da força que tinha aportado em Cachoeira, e das duas boccas de fogo.

Confirmava-se a noticia de terem tido os rebeldes grande mortandade no fogo do dia 14, e com quanto continuassem na Feira, ainda no dia 18 constava não terem obtido grandes adhesões. Verificara-se esta noticia com a que lhe chegou a 19, de terem os rebeldes desamparado a Feira e tomado a direcção da Lagoa do Fumo, em consequencia das noticias que tiveram dos feitos da

capital. Em virtude d'isto deu o tenente-coronel as providencias que o caso exigia; expedindo ordens ao coronel Manoel Lopes da Costa Pinto, da Conceição, ao tenente-coronel Manoel de Jesus Araujo e ao coronel Miguel Mendes Ferreira para que dentre si tomassem as medidas que estivessem em seu alcance, afim de desbaratarem o inimigo, empregando a força que tivessem, distribuindo-a em differentes logares, afim de por meio de emboscadas lhes tolherem os passos em qualquer direcção. Suppondo, porém, o coronel Cid que aquelles rebeldes se dirigissem ao seu acampamento, resolveu, mesmo sem esperar mais pela chegada annunciada pelo juiz de direito da Cachoeira do batalhão n. 7 de Pernambuco, que com o de voluntarios cachoeiranos e as duas boccas de fogo marcharam pelas 3 horas da tarde, partir em direcção á Feira com o 3.º batalhão provisorio.

Interrompeu, porém, essa marcha, chegando-lhe ao conhecimento, por officio do capitão Manoel da Paixão Bacellar, que no dia anterior, pelas cinco horas da tarde, foram os rebeldes descançar no Registro, seis leguas distante de São Gonçalo.

Pouco depois veio-lhe nova communicação do juiz de paz Vicente Ferreira d'Araujo Campos de 18, dez horas da noite, que dizia terem os rebeldes, com toda sua bagagem, chegado ao engenho da *Zabelê*, em procura do caminho de Santo Amaro, o que deu motivo a resolução tomada pelo coronel Cid de, chegados os batalhões que esperava, seguir ao encalço dos ditos rebeldes, avisando d'isto ao juiz de direito de Santo Amaro.

Confirmou-se a noticia da ida dos rebeldes para o engenho Zabelê, noticia que muito aterrou Santo Amaro pela posição exposta que ficava. Mas, felizmente, não

dominava nos rebeldes a idéa de invasão e sim a de fuga, pois de cartas de Manoel Joaquim de Souza, senhor do dito engenho, ficou-se sabendo em Santo Amaro que os facciosos estavam bastante debilitados, pois, segundo o que referia o dito Manoel Joaquim, em cuja casa pernoitaram, pouco excediam a 200 homens.

Alli deixaram 25 gravemente feridos, 3 bois e 30$000 para sua sustentação, tomando em seguida a direcção do Pedrão, onde, pela adhesão que sempre por elles houve, esperavam entrincheirar-se. De facto, chegando alli, puzeram-se em attitude de repellir com força no logar denominado Cajú, propriedade do juiz de paz da capella da Conceição, José Moreira de Carvalho.

Porém a certeza e confirmação positiva, que lhes chegava da restauração da cidade, e de que vinham em seguimento tropas pernambucanas, peças, etc. os desanimou por tal forma que, precipitadamente, deixaram a posição, ficando alguns, que não poderam acompanhar e muitos dispersos pelas mattas.

Não se realizaram, pois, felizmente, os boatos que corriam, pelo menos no reconcavo, de que com a saida dos rebeldes da Feira, a destruição que fizeram no engenho «Carrapato», a estada no Zabelê e a ida no dia seguinte para o Riacho das Pombas, d'ahi seguiram para o reconcavo, onde por esse motivo se davam todos os passos e tomaram-se todas as precauções, particularmente o citado coronel Dorea que, apezar de doente como vimos, foi incansavel n'este labutar. Mas, á vista do que se deu no Cajú, ficou mais que claro que os rebeldes só procuravam debandar-se, e não tinham em mira acceitar combate nenhum mais, tornando-se em bandos de salteadores pelo vasto campo do sertão.

De facto, nenhum encontro mais houve, e a 6 de Abril officiava Pedroso ao ministro da justiça communicando estar acabada a sedicção da Feira, e que Hygino Pires Gomes havia fugido com trez ou quatro individuos, convindo que se expedissem as precisas ordens ás autoridades de Minas para a captura do mesmo Hygino, por ser natural que elle se entranhasse por aquella provincia.

Mas, em officio de 26 de Abril ao ministro da guerra, dizia que no termo da Feira de Sant'Anna existia refugiado o dito Hygino, ainda com 50 homens armados, os quaes deviam ser em breve completamente destruidos por uma força de linha e outras providencias que para alli tinha mandado.

E de um officio de 9 de Junho do tenente-coronel Manoel da Rocha Galvão, a quem tinha o presidente incumbido a diligencia de prender os rebeldes que andavam dispersos, se vê que Hygino se achava em Santo Estevam, na fazenda de um irmão; que tinha vindo a S. Felix, e que havia indicios de se acharem armas em casa de um tio do mesmo Hygino, que era juiz de paz em Santo Estevam.

Estava, pois, finalmente, restabelecida a ordem em toda a provincia, e com a descripção que dos acontecimentos de tão importante época acabo de fazer, está finalisada a minha taréfa.

Observando sempre o fim que tinha em vista, cifrei-me em, simplesmente, coordenar, e relatar os factos, de conformidade com os documentos á minha disposição, privando-me de verdadeiras apreciações criticas.

Parece-me que n'esta direcção consegui meu fim, e provei, que, apesar de incompleto, é o material, que até hoje tenho conseguido colleccionar no archivo publico

bastante animador, para quem escrever a historia da grande revolução bahiana. Praza aos céos que eu tenha conseguido despertar com estes meus insignificantes escriptos a cultura dos verdadeiros estudos historicos da terra em que nascemos. Porque é preciso que nos capacitemos de que, na instrucção popular, anhelante de profunda e proficua reforma, o melhor methodo é aquelle em que o mestre principia a ensinar a seus discipulos a historia e a geographia do logar em que nasceram, para pouco a pouco lhes ir ensinando as dos outros paizes do mundo.

Ora, é preciso confessar que para a geographia e a historia de nossa Bahia quasi nada se tem feito, e urge que quanto antes a isso se dê principio.

E' certo que, passada a importante epoca de organisação que atravessamos, *nolens volens* somos levados a percepção de taes necessidades, mas tambem é certo, que é preciso principiar.

E este principio seguramente foi dado com a utilissima creação do Archivo Publico, onde tudo quanto concerne a historia da Bahia tem e terá cada dia mais acolhimento, conservação e trato, afim de que possa com vantagem ser cultivado o estudo da historia d'esta grande terra, berço da civilisação brazileira.

Esforços, boa vontade e sacrificios n'esta direcção não me falharão; e si d'elles só depender, posso assegurar que brevemente o Archivo Publico do Estado da Bahia virá a occupar o alto e importante logar, que compete a um repertorio de reliquias historicas da primogenita de Cabral.

E' só com que posso provar que sou merecedor da honrosa esperança, que em minhas debeis forças depositou o fundador do Archivo Publico da Bahia.

Appellando, pois, para o patriotismo e coadjuvação de meus concidadãos e para a boa vontade e illustração de nossos governos, estou certo que tão brilhante *desideratum* se realizará para a honra de nós todos e engrandecimento d'esta nossa querida patria.

Em Agosto de 1890.

Francisco Vicente Vianna. (*)

(*) O fallecido Dr. Francisco Vicente Vianna, ex-director do «Archivo Publico da Bahia», havia publicado este trabalho no *Diario da Bahia* nos mezes de Maio a Agosto de 1890.

(Nota da Redacção).

Defeza da Bahia

JULGANDO de interesse historico os artigos do habilitado profissional Major Rego Barros, sobre a *Defeza da Bahia*, trasladamos d'*O Paiz* de 9 e 11 de Agosto de 1905, onde foram elles publicados, a parte referente á Bahia.

« Temos agora que entrar na defeza da Bahia de S. Salvador, e, antes de o fazer, devemos declarar que o Estado da Bahia é um dos mais importantes para a defeza militar do paiz. E tudo que já dissemos, em artigo anterior, em referencia a Santa Catharina se lhe applica, com a differença — que só a posse da Bahia constitue para o inimigo uma grande victoria, visto que, si não fosse mais além, já teria conquistado um grande paiz.

Os pontos accessiveis a um desembarque pertencentes ao Estado da Bahia são: Camamú, Ilhéos, Cannavieiras, Porto Seguro, Alcobaça e Caravellas, porém o que dissemos em relação a S. Paulo podemos em parte applicar á Bahia, embora em relação aos portos desse grande Estado as coisas não sejam inteiramente da mesma maneira; não obstante, diremos que não temos receio disso, porque nenhuma operação de guerra é mais difficil actualmente que um desembarque e marchas successivas, para attingir um objectivo qualquer a grande distancia.

Sem um campo entrincheirado, ou uma cabeça de ponte facil a retomar, em communicação bem segura com a esquadra, diz o capitão de navio Grivel, «os grandes desembarques tornar-se-ão cada vez mais desastrados»; foi por isso que Wellington construiu as linhas das Torres-Vedras e que os alliados na guerra russa, depois de terem operado seu desembarque, em 1854, em Gallipoli, apressaram-se em crear a linha fortificada de Bolair, para o caso de um desastre.

Um desembarque é sempre uma operação perigosa, quando existe um exercito operando em terra em sentido contrario. Si em 1870 os francezes tivessem operado o desembarque nas costas do Baltico, diz o general Brialmont, sob o commando do general Trocher, teriam sido repellidos e debaixo dos maiores revezes obrigados a reembarcar, pelo exercito allemão de von Valkonstein, senhor dos caminhos de ferro e dos recursos do paiz.

O desembarque em qualquer dos portos bahianos acima indicados seria uma operação mui difficil de produzir bons resultados, porque o exercito defensor o privaria com os recursos ao seu dispor, sem preoccupar-se com os tiros da grossa artilheria de bordo, que não lhe poderia fazer mal algum, indo apenas arrazar velhas casas existentes nessas pequenas localidades, com o que ninguem pode preoccupar-se em tempo de guerra, attendendo ao objectivo principal, que é fazer o maior mal possivel ao pessoal que está desembarcando, sempre em pessimas condições de defesa.

Mas suppondo-se mesmo que depois de lucta, mais ou menos encarniçada, conforme a força que se pudesse dispor em terra, o desembarque se effectuasse e que as forças inimigas marchassem ao ataque da capital bahiana, em auxilio da esquadra que tivesse operando

na barra, seria essa uma operação temeraria pelas difficuldades de toda especie que teriam a vencer, pelos pessimos caminhos que teriam a percorrer, apenas viaveis por nossos sertanejos, com suas tracções indigenas ou seus cargueiros amestrados.

Uma operação de tal natureza traria, como consequencia inevitavel, o córte da rectaguarda da força desembarcada mais ou menos desprotegida, e Deus sabe a sorte que a aguardaria, trazendo isso, como consequencia, resultado funesto para o final das operações.

Pelo que dissemos, vê-se que não nos preocuparemos para a defeza do Estado da Bahia, com os portos acima indicados limitando-a á de sua capital.

Os portuguezes, para a conservação de sua grande colonia brazileira, levaram sempre em grande conta a defeza da Bahia de S. Salvador, como ponto objectivo dos esforços inimigos para sua acquisição, o que prova o grande numero de fortes e fortins alli existentes, alguns dos quaes ainda attestam, pelos serviços que nos prestaram, a grandeza de seu tempo, e outros já estão desarmados.

Ao longo do littoral, em grande parte cercado de cáes, estão ainda hoje os seguintes fortes: Santo Antonio, Santa Maria e S. Diogo, á entrada da Bahia, levantados, nos primeiros tempos da cidade, pelos donatarios Francisco Pereira Coutinho e Manuel Telles Barreto. O primeiro, reconstruido no seculo XVI pelo engenheiro Turreano, foi occupado em 1624 pelos hollandezes, possuindo hoje um grande pharol; o segundo, de forma octagonal, foi reconstruido em 1609 e armado com dezoito canhões, possuindo tambem actualmente um pharolete; o terceiro, finalmente, ao norte do segundo acha-se numa elevação e tem a forma circular.

Mas, ao norte demora o forte da Gambôa, que é

encarregado da fiscalisação da barra, e no meio do ancoradoro acha-se o forte de S. Marcello, tambem, com forma circular, principiado por Diogo de Mendonça Furtado, em 1623, e reconstruido em virtude de carta régia de 4 de Outubro de 1650, pelo conde de Castello Melhor, sendo mais tarde reformado pelo conde de Arcos que o armou com 46 canhões.

Pouco além da egreja de S. Francisco de Paula acha-se o forte de Santo Alberto, sobre a praia, construido sobre rochedos desde o tempo de Diogo de Menezes; mais adeante vem o forte da Jequitaia, e, finalmente, um reducto hexagonal da ponta do Monte Serrat, que já existia na época da invasão hollandeza, sendo occupado em 1637 pelo conde de Nassau. Em ruinas tambem se acha o de S. Bartholomeu de Itapagipe tambem occupado pelo mesmo conde.

Na ilha de Itaparica, na freguezia de S. Lourenço, existe uma fortaleza com o nome dessa localidade, que se tornou celebre na historia pela occupação de van Schkope (1647 — 1648). Como é bem sabido, a ilha de Itaparica é separada do continente por um largo canal, mas raso e semeado de ilhas, tornando forçada a passagem dos navios pelo centro, o que dá grande importancia a S. Lourenço.

Quasi todas as forticações, que acabamos de enumerar, acham-se de tal maneira proximas do centro da cidade, que não se pode absolutamente cogitar em aproveital-as para a installação de novas obras de defeza, visto que actualmente, com a efficacia dos fogos, justeza dos tiros e alcance dos canhões, as posições militares a artilhar devem estar o mais longe possivel do centro das cidades, para evitar que os projectis dirigidos ás mesmas posições vão, por desvio, offender as cidades.

E' preciso que ellas disponham de um campo de tiro tal, que se possa tirar dos canhões todas as vantagens possiveis; que protejam, com efficacia, as praças a defender e possam seus projectis de ruptura de grosso calibre perfurar as couraças dos navios atacantes.

A proposito, vem esta pergunta: a que distancia um projectil Krupp de 28 c/m pode perfurar uma couraça do 30 c/m de espessura, como se encontram nos navios modernos e até mais?

Executando-se um calculo simples, chega-se a conclusão que um projectil Krupp de 28 c/m perfura uma couraça de 30 c/m a 3.150 metros.

Sabemos, porém, que os navios couraçados podem ser perfurados a distancias maiores, porquanto a espessura do revestimento diminue do centro para as extremidades. Podemos assim fixar a zona do poder perfurante do canhão Krupp de 28 c/m em 5.300 metros, termo médio.

Levando em conta as considerações feitas, podemos dizer que a defeza da Bahia de S. Salvador não pode deixar de transportar-se para sua barra, de forma que os fortes de Santo Antonio da Barra, Santa Maria, S. Diogo e S. Lourenço, em Itaparica, passarão a ser nucleos de fortificações, em torno dos quaes girará toda a defeza do Estado.

E' por demais conhecido que não somos obsecados pelas torres couraçadas, o que não quer dizer que as repillamos *in limine*. Em muitos casos ellas têm razão de ser e até se tornam indispensaveis, como no vertente.

Para defeza da Bahia de Todos os Santos são necessarias duas ordens de fortificações, tendo por centro as fortalezas acima citadas, existentes no continente e na ilha de Itaparica, guardando entre si a distancia approximada de 8.800 metros; por conseguinte, em

optimas condições para o cruzamento de fogos, com uma cupola do systema Imbuhy, que deve ser construida no forte de Santo Antonio da Barra, que jaz á entrada da Bahia de Todos os Santos, na latitude 13° 0' 35" sul, e na longitude 4° 38' 35" 0 do observatorio do Rio de Janeiro.

Esse systema de fortificação, que aliás deve ser armado, tendo-se em consideração as altitudes dos logares, effeito a produzir campo de tiro e economia, deve ser auxiliado por um certo numero de obras armadas de canhões auxiliares, ou de bombardeio, montados em reparos a eclipse ou a *pivot*, conforme o local, e um certo numero de canhões de tiro curvo, indispensaveis á defeza das barras, tendo-se muito em vista, na collocação desses canhões, a topographia, bem como um angulo de tiro de cada um.

E' bom não esquecer que entre installações destacadas e o nucleo central deve existir, em caso de guerra, força sufficiente em certos pontos favoraveis, dando assim a guarnição meio de conter os assaltantes durante algum tempo.

A's obras a estabelecer entre os fortes destacados e o nucleo central se applicam mui especialmente ás regras que presidem as obras intermediarias, e são construidas segundo os principios da fortificação semi-permanente.

De resto, a occupação dos pontos importantes, de que acabamos de tratar, não necessitará sempre o estabelecimento de verdadeiras obras de fortificação. Para se pôrem em estado de defeza certas posições, nem sempre será preciso construcção de obras permanentes de grande valor, visto que nas proprias sinuosidades do terreno se encontra defeza muitas vezes superior a qualquer que nos possam offerecer as que possamos construir.

Estamos certos de que o Estado da Bahia, recebendo as obras de que tratamos, ficará em magnificas condições militares para defender seu territorio e garantido, para que, com vagar e calma, possa levantar a força necessaria com que reagir contra qualquer insulto estrangeiro, vindo assim prestar mão forte á União em tal emergencia

Major *Rego Barros*

Cons. Joaquim Spinola (*)

Exm. Sr. Dr. Governador do Estado; Exms. Srs. Cons. Presidente do Tribunal de Appellação e Revista e Dr. Presidente do Tribunal de Conflictos; Exmas. Sras; Exms. Srs. Collegas, Juizes e Advogados; Exm. Sr. Dr. Chefe de Policia; Exm. Sr. Dr. Director da Secretaria do Estado.

Meus Senhores

PARECE-ME que ainda estou a vel-o, sentado naquella cadeira, que tanto honrou, de Presidente deste Tribunal. Separado de nós pela distancia immensuravel do sepulcro, alheio ao borborinho dos humanos successos, escondido ás contradicções da existencia terrena, para viver nos páramos da eternidade, nem por isso deixa de estar de continuo presente aos olhos de nossa imaginação a sua figura modesta e sympathica, nem pode estar longe de nossos corações o collega leal e sincero, ferido mortalmente pouco além do meio do caminho desta vida, como dizia o excelso vate de Florença. Mas, emquanto forem capazes de amor ou gratidão aquelles que o conheceram, ou que vierem a ter noticia de suas preclaras virtudes; emquanto houver quem dê apreço aos juizos imparciaes da Historia; emquanto se consorciar com a democracia a justiça, pondo em destaque os nomes dos benemeritos do poder judiciario; se poderá repetir, parodiando a apotheose do zagal da Egloga virgiliana — MENALCA —

(*) Discurso proferido pelo Cons. Filinto Bastos no acto da collocação do retrato do Cons. Joaquim Spinola na sala das sessões do Tribunal de Appellação e Revista.

então, e ainda hoje é, a influencia de sua familia, no tocante á politica, não será de extranhar que muitos do partido adversario enxergassem em sua nomeação um plano immoralissimo, si bem que muito usado, infelizmente, de se pôr á sombra da magistratura mais elevada da comarca o encargo de perseguir os opposicionistas, para gaudio dos incondicionaes amigos do governo da occasião.

Tiveram todos, porém, liberaes e conservadores, no juiz de direito de Caetité um magistrado sem odios, incapaz de polluir a sua penna em sentenças ditadas pelas paixões e conveniencias; e em toda a comarca ininterrupta e verdadeira tranquillidade publica se manteve, para felicidade dos comarcãos e gloria da justiça. E é para notar que no quinquennio de sua judicatura, mudanças de gabinete, extraordinario movimento abolicionista, a que não se podiam furtar os juizes, a queda do partido liberal e depois a do conservador, eleições de deputados e senadores, a lei de 13 de Maio de 1888 e o levante militar de 15 de Novembro de 1889 foram factos notaveis, que deixaram em brilhante realce a imparcialidade, a rectidão, o profundo senso juridico e a illustração do Cons. Spinola.

Sabemos todos como, em meio aos hymnos triumphaes pela adamantina lei que extinguiu a escravidão no Brazil, se avolumaram os despeitos e as iras contra a monarchia, e como rugiu a furia mais tarde, quando, banida a familia imperial, e obrigada a refugiar-se no extrangeiro, a explosão dos escravocratas indignados pretendia casar-se ás ovações da malicia vencedora na revolta. São factos ainda muito vivos na memoria de todos, para que precisem de ser lembrados com insistencia.

Após a « proclamação », pela qual o chefe do governo provisorio declara « em nome do povo, do exercito e da

armada nacional, em perfeita communhão de sentimentos com os concidadãos residentes nas provincias, deposta a dynastia imperial e extincto o systema monarchico representativo », entenderam muitos exaltados, alguns talvez movidos por interesses subalternos que por toda a parte havia bastilhas a arrazar, e que a repetição das scenas do celebre 14 de Julho era necessaria para os esplendores da democracia triumphante.

A camara municipal de Caetité foi das que primeiro adheriram ao movimento da revolta e ao estabelecimento do regimen republicano, reunindo-se em 30 de Novembro de 1889, em sessão extraordinaria, á qual compareceram não só os vereadores, mas tambem grande numero de cidadãos, entre os quaes os mais conceituados e proeminentes, com o juiz de direito da comarca, assignando todos os presentes uma acta especial, para aquelle fim lavrada. Não obstante o modo pacifico por que em Caetité foi « proclamada e acceita a Republica dos Estados Unidos do Brazil, sendo tal declaração recebida com grande enthusiasmo pelo povo e autoridades que assistiam á solemnidade », como textualmente consta da acta que então se redigiu e assignou, os velhos caprichos, as intrigas impenitentes dos partidos precisavam de uma desforra, e então mãos temerarias, em nome da lei e da Republica, arrombaram as portas das cadeias da cidade, restituindo a liberdade a criminosos confessos, a scelerados perigosos. E em tal procedimento talvez tivesse havido o proposito de magoar aquelles que, na monarchia, haviam, por seu prestigio, occupado as posições mais salientes naquella zona, suppondo talvez incompatibilisal-os para os cargos publicos em o novo regimen.

O tempo devia tel-os convencido de que o crime não

podia ser um elemento de uma justa reivindicação, si algo havia reivindicar.

Por decreto de 24 de Janeiro de 1890, foi o Cons. Spinola removido da comarca de Caetité, de primeira entrancia, para a de Porto-Seguro, de segunda entrancia, neste Estado; e por decreto de egual data foi o humilde orador nomeado para a comarca de Çaetité.

Chegando á antiga « côrte do sertão » no dia 15 de Março desse anno, em companhia do distinctissimo amigo, o inolvidavel Dr. José de Oliveira Leite, então nomeado promotor daquella comarca, pude de perto formar juizo seguro e imparcial sobre o juiz de direito, a quem ia substituir: não deveria trilhar outro caminho na distribuição da justiça, que o seguido por meu digno antecessor.

Entre mim e o Cons. Spinola estabeleceu-se forte corrente de sympathia, ao nosso primeiro encontro. Nenhuma allusão aos factos ultimamente occorridos, nem o mais leve signal de resentimento pela remoção para o Porto-Seguro. Nossas palestras tinham o cunho da intimidade das amizades antigas; e o coração de oiro do distinctissimo collega me serviu de modelo nas contradicções da fortuna.

Uma viagem penosissima, dispendiosa, cheia de cuidados, por causa do transporte de muitos filhos, alguns tenras creanças ainda, na extensão de sessenta leguas a cavallo, além da ferro-via, do vapor de Cachoeira, e da incommoda travessia para Porto-Seguro; uma viagem tal teria dado ao menos ensejo a que se queixasse de uma remoção, que não solicitara: provavelmente, á familia, carinhosa e digna, nos recessos do lar, levaria o seu chefe suas maguas; o magistrado, correcto e cumpridor de deveres, jamais deixou transparecer em publico aquillo que o affligia junto aos filhinhos innocentes.

Chegando á comarca de Porto-Seguro, em 17 de Abril de 1890, não lhe foi difficil impor-se á consideração e ao affecto de seus novos jurisdiccionados, que muito sentiram ao saber de sua remoção, em 1892, para a comarca de S. Felix, onde começou a exercer o seu cargo em 28 de Fevereiro, sendo, por acto de 3 de Agosto desse mesmo anno de 1892, nomeado Conselheiro do Tribunal de Appellação e Revista.

Nesta capital, sua actividade encontrou campo mais vasto a sua expansão; e assim, além dos trabalhos, importantes e continuos, do Tribunal, dedicou-se á redacção da *Revista dos Tribunaes*, que lhe roubava muito tempo, e que deixou de existir quando os esforços do Cons. Spinola, seu redactor e revisor, foram vencidos pelo *deficit*, que surgia sempre na razão directa do seu empenho em sustentar a util publicação.

Estimado e considerado por seus pares, foi eleito Presidente deste Tribunal em 29 de Maio de 1900, honrando o seu cargo, até que foi eliminado do numero dos vivos.

Si naquella cadeira teve o fallecido Presidente de sentar-se algumas vezes sobre espinhos, não é o momento azado para uma tal indagação.

Os factos são ainda muito recentes para commentarios e critica. Não é justo que paire sobre este despretencioso elogio a mais leve suspeita de que a verdade, que o norteia e guia, teve de encontrar urzes, resentimento e despeitos; nem seria licito deixar pretexto a paixões mal sopitadas para empanar o brilho de uma homenagem tão merecida e sincera.

O que é incontestavel, o que é de todos sabido, é que elle procurou, na medida de suas forças, cumprir a sua espinhosa missão, com resolução e coragem, sabendo alliar a cordialidade e tolerancia ao cumprimento do dever,

ao respeito á lei. Os seus pares distinguiram-n'o sempre, reelegendo-o para a presidencia; todos quantos tiveram de tratar com elle sobre assumptos publicos, ou particulares, tiveram palavras de louvor para a sua benignidade e correcção, e votos de admiração extraordinaria pelo encanto de sua vida na familia.

Em fins do anno passado, seu organismo abalado e enfermo, começou de perder a energia de sempre e a necessidade do repouso teve de interromper-lhe a notoria assiduidade no trabalho; não se conteve, porém, e tentou entrar de novo em uma actividade para que o inhabilitava de todo a enfermidade traiçoeira; foi então licenciado, e chumbado ao leito, de onde não mais se levantou, triste pela orphandade que lobrigava nas incertezas do porvir para a prole querida, angustiado pela previsão de um desenlace que o afastaria da desvelada e carinhosa esposa, a vida de seu coração por tantos annos, saudoso dos companheiros, dos amigos fieis, dos livros, dos innocentes entretenimentos que eram o seu enlevo no lar. Soffria, entretanto, com resignação; e pacifico e bondoso como sempre foi, voltando-se para o Deus de suas crenças e de suas esperanças, elle, o juiz puro e digno, que tambem devia ser julgado, preparou-se pelos sacramentos da Egreja, recebendo o sagrado viatico dos moribundos, antes que seu espirito se alasse á presença do Juiz indefectivel e omnisciente; e a 8 de Junho deste anno, a cidade do Salvador recebeu contristada a nova de sua morte prematura.

Como a grande maioria dos magistrados brazileiros, o Cons. Spinola deixou suas disposições de ultima vontade em breve testamento, onde se lêem apenas duas verbas resumidas, uma de saudades impereciveis, outra — um legado de pobreza e honradez á desolada familia. Testamentos de tal especie não precisam ser

registrados, nem são fonte de receita para o erario publico.

Não ficará, porém, em abandono o precioso espolio; a viuva, nobre e energica, — a *mulier fortis,* de que tratam as Sagradas Letras, e a prole digna de um tão digno pae, saberão respeitar as derradeiras disposições do chefe querido, zelando o thesouro que lhes confiou.

Naquelle espolio não se encontram, é certo, as acções que têm cotação nas bolsas, onde são reis os argentarios, mas ha centenas de feitos da maior valia no conceito da ethica social; não ha alli a partilhar quinhões avolumados, onde sobresaiam joias raras e pedrarias de subido preço, mas sómente area muitissimo limitada, onde se vê apenas esguio arbusto de fronde viridente, de cuja ramaria não pendem pomos de discordia e fructos veneficos de ambição, de inveja e de soberba, — arbusto abençoado pela Providencia, o qual fructifica o bem e a humildade, o amor e a resignação, arbusto mysterioso, de cujas bagas se extrae o oleo sagrado, que avigora e anima os heroes do dever, no labutar quotidiano da existencia.

Amigos e admiradores do pranteado morto resolveram esta homenagem á sua memoria. Procuraram de algum modo preencher o vacuo que se fez neste tribunal por seu fallecimento; e substituiram por um retrato, em que o talento do artista delineou com perfeição os traços do magistrado venerando, a presença real daquelle que a este tribunal entregou as ultimas dadivas de seu espirito culto, as energias extremas da sua actividade. O tribunal de appellação e revista agradece, penhorado, a honra que tanto o desvanece; e, correspondendo a tão captivante prova de confiança, zelará pela guarda fiel da effigie do collega e amigo, que tão querido lhe foi.

Aos amigos devotados, que realizaram esta demon-

stração de apreço, e aos que lhe deram realce, comparecendo a esta sessão, o tribunal se confessa reconhecido e grato, sentindo-se ao mesmo tempo animado por lhe ser licito affirmar alto e bom som que, na consciencia popular, os magistrados, como o Cons. Spinola, verdadeiros representantes do poder judiciario, encarnam em si uma grande força, um prestigio incomparavel: os que se originam da virtude ao serviço da Lei e do Direito. (*Muito bem, muito bem*).

Bahia, 12 de Outubro de 1906.

Filinto Bastos.

ACTAS DAS SESSÕES EM 1906

128.ª Sessão em 11 de Março de 1906

Presidencia do Conselheiro Carneiro da Rocha

Aos 11 de Março de 1906, n'esta cidade da Bahia e salão do Instituto, á uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha e João Torres, Ferreira Braga, Eloy Guimarães, Professor Luiz Augusto, Engenheiro Silio Boccanera e Damasceno Vieira, é aberta a sessão, sendo lida a acta da sessão anterior pelo Dr. Boccanera, que serviu de 2.º Secretario.

O Cons. 1.º Secretario procede a leitura do expediente, que constou do seguinte:

Officio do 1.º Secretario do «Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros» enviando diversos trabalhos por elle publicados; do socio Barão de S. Francisco agradecendo as expressões com que a Secretaria accusou o recebimento da offerta da «Historia da fundação do imperio brazileiro»; do socio Dr. Thomaz Guerreiro despedindo-se do Instituto; da Meza Administrativa do «Instituto Archeologico Pernambucano» e outras associações enviando relações das Directorias eleitas para o corrente anno; do Director da Secretaria do Interior pedindo uma collecção da *Revista* para o Dr. Honorio Coutinho, representante do Governador do Estado do Espirito-Santo na questão de limites com a Bahia, pedido este que foi satisfeito.

As offertas lidas vão publicadas no Appendice.

O Cons. Presidente communica ao Instituto que, no mez de Janeiro do corrente anno, falleceram tres illustres consocios, a saber: o conego Ludgero dos Humildes Pacheco, socio effectivo e fundador, a 3 de Janeiro, n'esta capital; o engenheiro de minas Henrique Barretto Praguer, tambem effectivo e fundador, a 29 de Janeiro, e o socio correspondente general Bartholomeu Mitre, historiador e estadista argentino, a 19 de Janeiro na cidade de Buenos Ayres: salienta os serviços valiosos por elles prestados ao Instituto e propõe que se lance na acta votos de pezar, o que é approvado.

São lidos, em seguida, os pareceres da commissão de admissão, favoraveis a eleição de um socio effectivo e tres correspondentes, que ficam sobre a meza para serem votados na sessão seguinte.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — *João Nepomuceno Torres.* — *Gonçalo de Athayde Pereira.*

129.ª Sessão em 22 de Abril de 1906

Presidencia do Conselheiro Carneiro da Rocha

Aos 22 de Abril de 1906, na cidade da Bahia e salão do Instituto, á uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha, João Torres e Filinto Bastos, Drs. Alfredo Cabussú e Vital Soares, Coronel Gonçalo de Athayde, Professores Luiz Augusto, Torquato Bahia e Elias Nazareth, Ferreira Braga, Damasceno Vieira e Gonçalves Neves, abre-se a sessão, sendo lida e approvada a acta da sessão anterior.

O Cons. 1.° Secretario faz a leitura do seguinte expediente:

Officio do Presidente da Associação Commercial agradecendo o exemplar da *Revista*, que lhe foi enviado; officios das Sociedades: «Real Sociedade Portugueza de Beneficencia» e «Beneficente Bolsa dos Patriotas» enviando as relações das novas directorias eleitas; Idem do bibliothecario da Sociedade Litteraria e Historica Bernardo Vieira de Mello, da cidade do Recife, pedindo para ser contemplada na distribuição gratuita da *Revista*; Idem do director da Faculdade de Medicina desta capital agradecendo a remessa da colleção da *Revista*, que foi pedida para a nova bibliotheca; Idem de D. Candida Guilhermina Ferreira, enviando o retrato de seu irmão o coronel Joaquim Mauricio Ferreira e pedindo conservação d'elle n'este Instituto; Idem do socio Julio Meili, de Zurich, enviando o 2.° vol. do *Meio Circulante no Brazil* — as moedas do Brazil independente — 1822 a 1900.

O Cons. 1.° Secretario dá noticia do recebimento de um trabalho enviado pelo socio Dr. Orville A. Derby para ser publicado na *Revista*, sob o titulo «Os Primeiros Descobrimentos dos Diamantes no Estado da Bahia.»

Pelo Thesoureiro é apresentado e lido o Demonstrativo da receita e despeza durante o anno de 1905, o qual é enviado á Commissão de Fazenda.

A Commissão de orçamento apresenta á Meza, e é lido pelo 1.° Secretario, o projecto de orçamento para o anno de 1906, o qual fica sobre a meza para ser votado na sessão seguinte.

Procede-se em seguida á votação, por escrutinio secreto, dos pareceres da Commissão de admissão, que são approvados, sendo proclamados, socio effectivo o major Barbosa Nunes, e socio correspondente o Dr. Vivaldo Lima, redactor do *Jornal do Commercio* do Amazonas, Dr. D. Adolpho Leon Gomez, residente em

Bogotá (Estados Unidos da Colombia), D. Leonardo A. Bazzano e Dr. D. Rodolpho Carranza, litteratos argentinos, em Buenos-Ayres, e o Dr. Henrique Marinho, jornalista, no Rio de Janeiro.

Pede a palavra o Dr. Cabussú e apresenta uma indicação para que, ou a Meza se dirigisse ao Governo do Estado, ou fosse votada qualquer medida no sentido de ser obtida pelo Instituto a nossa Bibliotheca Publica, cujos livros jazem em quasi completo abandono.

O Sr. Torquato Bahia propoz que, ao envez de ser a medida tomada pela Assembléa Geral, deveria a Meza se dirigir ao governo afim de entrar em qualquer accordo.

O Cons. Presidente ponderou que se devia nomear uma commissão para estudar o assumpto, o que é approvado; sendo nomeados os socios Dr. Cabussú, Torquato Bahia e Damasceno Vieira; e declarou que approximando-se o dia da sessão anniversaria, na fórma dos estylos, seria ella commemorada com a maxima economia.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.— João N. Torres.— Gonçalo de Athayde Pereira.*

SESSÃO MAGNA ANNIVERSARIA

130.ª Sessão em 3 de Maio de 1906

Presidencia do Conselheiro Carneiro da Rocha

Aos 3 de Maio de 1906, n'esta cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, no salão do *Instituto*, á uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha, Presidente, João Torres, 1.º Secretario, Filinto Bastos e Braulio Xavier, Presidente do Tribunal de

Appellação, Drs. Silva Lima, Braz do Amaral, Francisco Alexandre, Junqueira Ayres, Julio de Calasans, João Alfredo Conde, Julio Barbuda, Alfredo Cabussú, Vital Soares, Isaias Santos, Barão de S. Francisco, Coroneis Gonçalo de Athayde e Carneiro de Campos, Conegos Manfredo de Lima e Tapiranga, Padres Dr. Samuel de Almeida e Luiz da França, Professores Torquato Bahia, Luiz Augusto e Elias Nazareth, Capitão Ferreira Braga, Damasceno Vieira, Engenheiro Silio Boccanera, Manoel Querino, Professor Borges dos Reis, Nicoláo Tolentino e Eloy Guimarães, representantes da imprensa, da Associação Commercial, da Camara dos Deputados, da Intendencia Municipal, da Policia, da Guarda Nacional e de Institutos de letras, o Sr. Presidente declara aberta a sessão, sendo secretariado pelo 1.° Secretario e pelo Coronel Athayde, e faz a leitura de substancioso discurso.

Em seguida, o Cons. João Torres procede a leitura do Relatorio dos acontecimentos havidos durante o anno social.

Fallou depois o Dr. Braz do Amaral, orador do «Instituto», agradecendo ás pessoas que compareceram á sessão magna commemorativa, e leu importante «Memoria sobre os limites da Bahia com o Estado do Espirito-Santo», onde se acham os documentos e a noticia de outros que poude obter em Portugal, na sua recente viagem a Europa.

Finalmente, o socio e talentoso poeta Damasceno Vieira faz a leitura de uma poesia, offerecida ao «Instituto» sob o titulo — *Brado Pan-Americano.*

Durante o acto, e em sala contigua, fazia-se ouvir a musica do 2.° Corpo da Brigada Policial.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão. — *Antonio Carneiro da Rocha. — João N. Torres. — Gonçalo de Athayde Pereira.*

DISCURSO

DO PRESIDENTE

Conselheiro Antonio Carneiro da Rocha

Meus Senhores:

Sejam as minhas primeiras palavras ao limiar deste pequeno discurso um voto de reconhecimento ao poder legislativo federal, a cujo patriotismo e lucida comprehensão de nossos intuitos devemos poder, ainda hoje, commemorar solemnemente o nosso anniversario.

Os muitos serviços, que temos prestado á sciencia e á historia, foram esquecidos pelo nosso Estado, que retirou do seu orçamento da despeza a pequena quantia, que auxiliava a remediar as nossas necessidades materiaes.

Ao praticar tão assignalado serviço, o congresso nacional não se lembrou das balisas, que lhe poderiam ser oppostas por essa federação, tão mal delineada e peormente executada, viu que se tratava de um Instituto de grande importancia para a sciencia e para a historia as quaes não têm patria, são universaes, e não regateou a quota com que annualmente somos contemplados no orçamento federal.

Honra, pois, a esses illustres legisladores.

Poderia o congresso nacional allegar que se tratava de uma associação estadual, e que, portanto, lhe não cabia subvencional-a. Não se aproveitou, porém, desta evasiva e soccorre-nos com a sua contribuição, contrastando esse procedimento com o poder legislativo do estado, que, já pela obrigação que contrahiu comnosco para a

publicação de documentos valiosos, que jazem occultos e quasi a desapparecerem dos archivos officiaes, já pela necessidade, no nosso meio, de um Instituto como o *Geographico e Historico da Bahia*, devia tudo envidar para que não se lhe pudesse acoimal-o de menos patriota e de falto de comprehensão de seus deveres de orgão da opinião publica.

Si outro fôra o procedimento do poder publico federal, não tinha o *Instituto Geographico e Historico da Bahia* o direito de exigir e verberar; mas, desde que a falta é do congresso da Bahia, o Instituto tem o direito e, mais do que isto, o dever de mandar seus agradecimentos áquelle poder publico e de clamar e clamar aqui até que chegue a hora da restituição, por parte do estado.

Não se pense que, expressando-me deste modo, com relação ao papel do poder publico federal, me declaro fervoroso adepto da federação dos estados, como vae sendo praticada.

Tendo pertencido a um partido, que contava entre seus relevantes serviços ao paiz o acto addicional de 1834, no qual foram lançadas as bases de uma federação, possivel então, mas que procuravamos ampliar e desenvolver em ordem a dotar de maiores franquezas as antigas provincias, não posso ser infenso á federação dos estados, mas sou desta federação, que não quer tornar os estados soberanos, mas simplesmente autonomos, porque só reconheço uma soberania: a que reside na Nação.

Sou federalista com certa subordinação ao centro, por meio da unidade do direito, da magistratura e do processo, e de outros vinculos, para que o brazileiro diga, como o allemão ou o americano, que é representante de sua nacionalidade em qualquer parte do territorio

nacional em que se achar, e para que não se pratiquem os absurdos de que temos noticia.

Quero a federação, que não colloque os estados em antagonismo uns com outros, e menos com a União, que deve ser o ponto de convergencia.

Quero a harmonia entre essas unidades nacionaes, mantida essa harmonia dentro dessas proprias unidades, nas quaes, devido a uma politica exclusivista e á instituição de dymnastias caricatas, as populações estão divididas em campos oppostos, como inimigos irreconciliaveis, nada se concedendo áquelles que não se agacham e festejam os empolgadores do dia, provindo dahi a falta de collaboração de todos para a felicidade commum.

Quero que todos os estados se congracem e se estimem, guardando a sua personalidade, e principalmente que neste em que pisamos se accentuem a honestidade, a paz, a tolerancia, o reconhecimento e o respeito de todos os direitos e harmonia de todos os poderes, girando cada um em sua esphera de acção constitucional, para, deste modo, nos elevarmos á altura dos nossos destinos providenciaes. Sou partidario de Marshall, o notavel nacionalista, que, na posição de *chief justice* dos Estados Unidos, deu ao seu paiz uma nova Constituição, e não de Jefferson, que sustentava a *União dos Estados Soberanos.*

Si vejo que a senha da paz e da ordem é dada em todos os paizes, mesmo naquelles que recentemente travaram luctas titanicas, como a Russia e o Japão, nos quaes a nota é o esquecimento do passado de hontem, banqueteando-se os seus representantes diplomaticos, como a affirmação dessa cordialidade, que se deseja perpetue;

Si contemplo que os congressos se multiplicam para resolver diversos problemas no melhor accordo de vistas, e si se pretende adoptar o arbitramento como o unico meio de resolver as pendencias internacionaes;

Si leio, com indisivel enthusiasmo, que no banquete diplomatico offerecido, pelo nosso eminente embaixador, Joaquim Nabuco, ao Sr. Elihu Root, minstro dos negocios estrangeiros da grande republica americana, este diz:

« Peço-vos para beber á fraternidade das republicas americanas. Possa cada uma dellas crescer em prosperidade e força. Possam a independencia, a liberdade e os direitos da menor e mais fraca dentre ellas ser sempre respeitados, numa base de egualdade, como os direitos da mais forte, e possamos todos nós contribuir para o estabelecimento de uma opinião publica sã e esclarecida de ambas as Americas, opinião que, por toda a parte, em ambos os continentes, promoverá o reino da paz, da ordem e da justiça em todas as republicas americanas »;

Si me extasio deante de todas estas manifestações affectuosas, como não hei de querer a harmonia, a paz, a fraternidade entre todos os brazileiros qualquer que seja a zona onde nasceram, ou residam?

Desejo, pois, estados livres e independentes mas unidos, e com a subordinação nacional e necessaria com o centro recordando-se de que fazem parte deste colosso, que se chama Brazil. Desejo que em cada um reine a ordem, o respeito e a garantia de todos os direitos, para que a ordem constitucional, como a juridica, se estabeleça e se firme, e para que essas fracções da grande nacionalidade brazileira possam attingir á méta de suas nobilissimas aspirações.

Conjuremos os patriotas, principalmente os que constituem as forças dirigentes da Republica, para que organizem *blocos:* não para levar por deante esta politica bastarda, acanhada, impopular e fraudulenta, que está dominando e corroendo os orgãos vitaes da Nação; não para fazer vingar *convenios* e outras especulações; mas

para crear e fortalecer esse *iman* de paz, de liberdade e de progresso, que o illustre embaixador brazileiro na sua linguagem, sempre eloquente e ungida de acendrado patriotismo, deseja para todo o continente americano e que o *Instituto Geographico e Historico da Bahia* anhela para este torrão abençoado, onde teve o seu natal e onde exerce suas beneficas e utilissimas funcções.

Tenho concluido (*Applausos geraes.*)

Relatorio do Cons. 1º. Secretario

Exmo. Sr. Cons. Presidente

Illustres Consocios

Determinam os Estatutos, em seu Art. 28, § 8.º, que o 1.º Secretario faça o relatorio das principaes occurrencias havidas durante o anno social.

Em cumprimento d'esse dever, cabe-me a honra de apresentar-vos minhas sinceras congratulações na presente sessão magna, em que o Instituto commemora o 12.º anniversario de sua installação.

Seria fastidioso relembrar-vos o que disse no meu ultimo relatorio, ao qual pouco accrescentarei, salientando que a indifferença e a inercia já procuravam assaltar os nossos arraiaes.

O Instituto, durante o anno de 1905, celebrou 6 sessões ordinarias e uma extraordinaria, na qual, além do discurso de abertura, o Cons. Filinto Bastos, supplente de orador, leu importante trabalho sobre a nacionalidade brazileira desde os tempos coloniaes até o momento presente; depois do que o festejado poeta Damasceno Vieira leu erudita Memoria sobre o grande repentista bahiano Francisco Muniz Barretto.

A meza administrativa foi reeleita, e procedeu-se a eleição das diversas commissões que deviam funccionar

durante o anno social; sendo igualmente votado o orçamento da receita e despeza do Instituto.

Na sessão de 19 de Março o nosso prestimoso consocio Dr. Julio da Gama leu apontamentos necessarios para o esclarecimento de certos factos, de que occupou-se o Dr. Braz do Amaral em sua Memoria sobre a Proclamação da Republica na Bahia.

Infelizmente o Instituto teve a desdita de perder 3 illustres consocios, a saber: o Sr. Eduardo Carigé, a 12 de Abril; o Cons. Carlos Augusto de Carvalho, notavel jurisconsulto e consultor do ministerio das Relações Exteriores, a 5 de Setembro; e a 8 de Novembro, o Dr. Antonio de Toledo Piza, o mui digno historiographo e Director do Archivo Publico Mineiro.

Para glorificar a memoria de seus feitos e de seus serviços ás lettras patrias, basta sómente que elles sejam gravados nas paginas da nossa *Revista*.

Foram inscriptos: na classe dos effectivos, os Srs. Dr. Clodualdo de Andrade, Coronel José Alves Ferreira e o Sr. José de Sá, honrados commerciantes; e na de correspondente o Sr. Eduardo de Meziéres de Toledo, notavel litterato da cidade de Valparaizo.

Distinctos cavalheiros obsequiaram o Instituto com offertas de livros, jornaes, moedas e medalhas para o museu e bibliotheca.

Dentre ellas, destacarei as seguintes: pelo Cons. Presidente uma grande estante envidraçada para a bibliotheca; pelo Comm. Horacio Urpia, o mappa da America do Sul, de 1825, por Spix e Martius; pelo engenheiro Dr. Francisco Gomes de Oliveira, o grande attlas commercial do mundo; pelo Sr. Barão de S. Francisco, a Fundação do imperio brazileiro, do Dr. João Manuel Pereira da Silva, em 6 volumes; pelo General Dr. Dionisio E. de Castro Cerqueira, a Historia Argentina e da Independencia

Argentina, pelos fallecidos consocios Mariano Peliza e General Bartholomeu Mitre, em 13 volumes; pelo Desembargador Thomaz Montenegro, o 2.° volume da Questão de limites entre os Estados de Paraná e Santa Catharina pelo Cons. Joaquim Barradas.

Pelo Coronel Rogociano Teixeira, o «Diario Official» do Rio durante o anno de 1905, o « Brazil Actual », o Problema Naval, do Rio a Buenos Ayres, trabalhos do nosso patricio Arthur Dias.

Pelo Dr. Paula Guimarães, os 3 volumes das Minas do Brazil pelo Dr. Calogeras.

Pelo Barão de Studart, Documentos para a historia de Martim Soares Moreno, colligidos e publicados pelo offertante; Duas Memorias do Jesuita Manuel Pinheiro.

Pelo Director da Bibliotheca Nacional, — Annaes e a medalha commemorativa da fundação da bibliotheca em Setembro de 1905.

Pelo Sr. General Raymundo Tello Mendoza, de Caracas, varias obras sobre a administração publica de Venezuela.

Ainda não é lisongeira a situação financeira do Instituto.

Pelo balancete, apresentado na ultima sessão pelo honrado thesoureiro, verificareis que a receita no anno proximo findo importou em 21:203$900 réis, e a despeza em 19:611$300 réis, com um saldo a favor do Instituto da quantia de 1:592$600 réis.

E' justo lembrar, que com o recebimento da quantia de 15 contos de réis, de subvenção estadual atrazada, foi amortizada a divida hypothecaria e pagas as diversas contas que gravavam os cofres do Instituto, a contar da reconstrucção do seu predio.

Mais um numero da nossa *Revista*, o relativo ao anno de 1904, acha-se distribuido pelos Srs. socios e pelas differentes associações que comnosco permutam os seus trabalhos.

São estes os principaes esclarecimentos que devia apresentar-vos na sessão de hoje.

E, antes de concluir e ceder a palavra ao eloquente orador, permitti que ainda uma vez faça um apello ao vosso patriotismo, de quem depende o futuro e o engrandecimento do nosso Instituto, modesto e laborioso gremio, que não poucos serviços tem já prestado á historia patria, na justa proporção dos recursos de que tem podido dispôr.

Laboremus.

Bahia, 3 de Maio de 1906.

João Nepomuceno Torres.

Concedida a palavra ao talentoso poeta Damasceno Vieira, este recitou os seguintes versos, intitulados *Brado Pan-Americano.*

Si a raça dos saxões tentar um dia,
Pela força, quebrar da livre AMERICA
A firme e soberana autonomia,
Ha de ferir-se uma batalha homerica!

Desde a patria de WASHINGTON valente
A's gaúchas savanas argentinas,
Pundonoroso, o Novo Continente
Palpitará de coleras leoninas!

Augustas sombras surgirão da terra
— Bolivares de rara intrepidez —
E farão reviver na crúa guerra
A grande acção violenta de JUAREZ!

Em castigo da insolita cubiça,
Os revoltados fieis republicanos
Saberão, como um acto de justiça,
A' bala derrubar MAXIMILIANOS!

Podeis vir, arrojados invasores,
Sobre a formosa presa ambicionada!
Na batalha de uma AGUIA entre CONDORES
Tu não serás vencida, ó Patria Amada!

A usurpação tyrannica, inaudita,
Ha de cahir, em face das Nações,
Como tombou o Monstro Moscovita
Entre as mãos pequeninas dos nippões!

Aqui não são as aves carniceiras
As sagradas insignias dos heróes!
O NOVO MUNDO envolve-se em bandeiras
Constelladas de estrellas e de sóes!

Desde as praias aos Andes, arde a chamma
Da LIBERDADE indomita e febril,
E a luz que o SUL DA AMERICA derrama
Concentra-se no seio do BRASIL!

Podeis vir, loiros filhos da GERMANIA,
Ao nosso franco, hospitaleiro lar,
Não para dominar -- seria insania!
Mas em nosso porvir collaborar!

Trazei, não canhões Krupp, nem soldados
Espectraes, de antiquados capacetes,
Nem Leviathans furiosos, couraçados,
Porém novos HUMBOLDTS, novos GŒTHES!

Trazei das vossas fabricas immensas
As impulsoras forças do Progresso,
E, respeitadas as oppostas crenças,
Nós bemdiremos o fraterno ingresso!

Alheios aos caducos privilegios
— Prerogativas de ancestral vaidade —
Vinde aprender, sem apparatos regios,
Os preceitos sublimes da EGUALDADE!

Vinde estudar aqui, naturalistas,
Prodigios sem rivaes, de zona em zona.
Em vez de armados projectar conquistas.
Que o Direito das Gentes não sancciona!

Sob a luz deste bello firmamento
Encontrareis o tépido agasalho,
Para expandir o vosso pensamento
Nas victoriosas luctas do Trabalho!

Entrelacemos affeições sinceras,
Sem pensar em dominio da Realeza!
Quem nos dirá que no volver das éras
Não cantareis a vossa MARSELHEZA?

Damasceno Vieira.

131.ª SESSÃO EM 27 DE MAIO DE 1906

Presidencia do Conselheiro Carneiro da Rocha

Aos 27 de Maio de 1906, n'esta cidade da Bahia e salão do Instituto, á uma hora tarde, presentes os socios Conselheiros Carneiro da Rocha, João Torres, Drs. Satyro Dias, Alfredo Cabussú, Coronel Athayde, conego Manfredo de Lima, professor Luiz Augusto, capitão Ferreira Braga e Eloy Guimarães, o sr. Presidente declara aberta a sessão.

São lidas e, sem debate, approvadas as actas de 22 de Abril e de 3 de Maio.

O Conselheiro 1.° Secretario faz a leitura do expediente, que é o seguinte:

Telegramma enviado da cidade do Rio de Janeiro pelo socio Cons. Salvador Pires, presidente honorario do «Instituto», mandando saudações pelo anniversario do mesmo «Instituto»; officios do 1.° Secretario do *Instituto Historico do Rio Grande do Norte* enviando a relação da nova Directoria eleita para o anno de 1906 — 1907; do Director da «Escola Polytechnica da Bahia», e do 1.° Secretario da «Associação dos Empregados» no «Commercio da Bahia» agradecendo os convites para a sessão magna de anniversario e dando as razões do seu não comparecimento; do Tenente-coronel delegado de engenharia junto ao Commando do 3.° districto militar, communicando o exercicio de seu cargo a 19 de Abril ultimo; do Director do Archivo do Estado de S. Paulo, Adolpho Abreu Sampaio, requisitando a remessa dos numeros da *Revista* do anno de 1900 até esta data, para completar a collecção ali existente.

O socio coronel Gonçalo de Athayde, 2.° Secretario interino, declara que a commissão nomeada para a recepção do Cons. Affonso Penna, vice-presidente da Republica, compareceu ao seu desembarque e deu as boas vindas em nome do «Instituto».

Pelo Cons. Presidente foi declarado que a presente sessão fôra convocada para o fim especial da eleição da Meza e das Commissões, e não tendo comparecido numero legal de socios para funccionar a Assembléa Geral, a eleição teria logar na sessão seguinte de accordo com os Estatutos.

E' lido pelo 1.° Secretario o projecto de orçamento da receita e despeza para o corrente anno de 1906, elaborado pela Commissão de orçamento e fazenda; e sujeito á votação, é approvado sem debate.

fallecimento dos socios correspondentes Visconde de Barbacena, a 28 de Maio, na cidade do Rio de Janeiro, e do Revm. Conego Agrippino da Silva Borges, no dia 2 de Junho, na villa de Itapicurú, d'este Estado, salientando os serviços por elles prestados ao Brazil e ao «Instituto» desde a sua installação, e propõe que se lance na acta um voto de sincero pezar, o que é approvado.

O Cons. João Torres propõe, em seguida, que se lance tambem na acta um voto de pezar pelo fallecimento do integro magistrado Cons. Joaquim Antonio de Souza Spinola, presidente do Tribunal de Appellação e Revista, occorrido no dia 8 do corrente mez, n'esta cidade, o que é igualmente approvado.

Declarou o Cons. Presidente que se ia proceder á eleição da Meza Administrativa e das Commissões, e corrido o escrutinio, recebidas 13 cedulas, é apurado o seguinte resultado:

Presidente — Cons. Antonio Carneiro da Rocha.

Vice-Presidentes — Dr. Satyro de Oliveira Dias e Engenheiro Miguel Calmon du Pin e Almeida.

1.° Secretario — Cons. João Nepomuceno Torres.

2.° » Dr. Isaias de Carvalho Santos.

Supplentes — Major Aloysio de Carvalho e Dr. Joaquim dos Reis Magalhães.

Thesoureiro — Capitão Francisco Gomes Ferreira Braga.

Orador — Dr. Braz Hermenegildo do Amaral.

Supplente — Cons. Filinto Justiniano Ferreira Bastos.

Commissão de Admissão de Socios — Dr. Vital Soares; Eloy Guimarães e Coronel Gonçalo de Athayde.

Fundos e Orçamento — Dr. Alfredo Cabussú; Horacio Urpia e Coronel Manoel Francisco Gonçalves.

Redacção da Revista e Estatutos—Professor Torquato Bahia; Cons. João Torres e Monsenhor Manfredo de Lima.

Manuscriptos e *Documentos* — Dr. Egas Moniz; Engenheiro Silio Boccanera e Padre Dr. Samuel de Almeida.

Geographia e *Historia* — Dr. Francisco Marques de Goes Calmon; Professor Borges dos Reis e Luiz Filgueiras.

Estatistica e *Demographia* — Dr. Antonio Pacifico Pereira; Dr. Joaquim Tanajura e Professor Elias Nazareth.

Topographia e *Archeologia* — Dr. José Carlos Junqueira Ayres; Engenheiro Pimenta Bastos e Engenheiro Affonso Maciel.

Philatelia e Numismatica — Francisco Ferraro; Dr. Julio Barbuda e Professor Manoel Querino.

Mappas e Retratos—Dr. Octaviano Muniz Barretto; Dr. Joaquim Pires Muniz de Carvalho e Professor João Joaquim dos Santos Sá.

Biographias — Dr. Manoel Joaquim de Souza Brito; Dr. Guilherme Rebello e Damasceno Vieira.

Concluida a apuração, o Cons. Presidente, depois de agradecer a sua eleição, declara empossados, na fórma dos Estatutos, os socios presentes que foram eleitos, fazendo-se as communicações aos ausentes e publicando-se pela imprensa o resultado da eleição.

O Cons. João Torres pede a palavra e, depois de haver lido um trecho do relatorio do director da «Bibliotheca Nacional» em 1898 sobre a reclamação feita pelo Governador do Estado da Bahia, relativamente a varios livros e manuscriptos referentes á historia da fundação d'este Estado e ao dominio hollandez no Brazil, outr'ora confiados ao chefe de secção Alfredo do Valle Cabral, para os copiar e extractar, falla sobre o assumpto e propõe que o «Instituto» se dirija por intermedio do Cons. Presidente ao Dr. Secretario do Interior pedindo que dê

solução a reclamação, fazendo com que esses livros voltem para a repartição, d'onde foram retirados.

Em discussão a proposta, é approvada, depois de fallarem outros consocios.

Nada mais havendo, o Sr. Presidente levanta a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João N. Torres.* — *Isaias de Carvalho Santos.*

133.ª Sessão em 5 de Agosto de 1906

Presidencia do Conselheiro Carneiro da Rocha

Aos 5 de Agosto de 1906, n'esta cidadé da Bahia e salão do «Instituto», á uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha e João Torres, Drs. Isaias Santos, Satyro Dias e Alfredo Cabussú, Coronel Gonçalo de Athayde, Eloy Guimarães, Professor Luiz Augusto e capitão Ferreira Braga, é declarada aberta a sessão; sendo lida e approvada a acta da sessão anterior.

O Cons. 1.° Secretario faz a leitura do seguinte expediente:

Officios, do Cons. Presidente do Tribunal de Appellação, do Dr. Intendente Municipal do municipio da capital, do Delegado Fiscal do Thesouro Federal, e do Presidente da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, agradecendo a communicação da eleição e posse da Meza Administrativa do «Instituto».

Idem, das Sociedades «Club Caixeiral» e «Bolsa de Caridade» enviando a relação das novas directorias eleitas.

Idem, do Dr. Samuel Lafone Quevedo, director do Museu de La Plata, communicando a sua nomeação, e que o Museu foi transformado em Faculdade de Sciencias Naturaes.

Idem, do Secretario do «Instituto Historico e Geographico Paranaense» communicando que em 24 de Maio ultimo ficou reorganizado o Instituto, e a sua Directoria eleita.

Carta do Sr. Trajano Candido Rodrigues, Presidente da «Associação Commercial», agradecendo os objectos que foram cedidos pelo «Instituto» para a Exposição de productos da Bahia, feita na mesma Associação.

Cartas dos socios D. Leonardo Bazzano, de Buenos-Ayres, Drs. Vivaldo Lima e José Pereira Rego Filho, agradecendo a sua eleição na classe dos correspondentes.

O Cons. Presidente dá noticia do fallecimento do socio effectivo Dr. Raymundo Nina Rodrigues, a 17 de Julho, em Pariz, emerito scientista e professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina d'esta cidade, e do socio correspondente Dr. Genes Martins Fentes, magistrado bahiano, a 23 de Junho; e, fazendo referencias aos serviços por elles prestados á sciencia e ao «Instituto», propõe que se lance na acta um voto de pezar, o que é approvado.

O Cons. 1.° Secretario procede á leitura do parecer da Commissão de Fundos e Orçamento sobre as contas do Sr. Thesoureiro, o qual é, sem debate, approvado, e do theor seguinte:

«A Commissão de Fundos e Orçamento examinando as contas da receita e despeza, prestadas pelo Sr. Thesoureiro Capitão Francisco Gomes Ferreira Braga, durante o anno findo em 31 de Dezembro de 1905, assim como a escripturação, as julga merecedoras da approvação da Assembléa Geral. No demonstrativo apresentado e extrahido da respectiva escripturação vê-se que a Receita foi de 21:203$996 réis, e a Despeza de 19:611$324 réis, passando o saldo de 1:592$672, que fica em mãos do Sr. Thesoureiro, para o novo exercicio, conforme se acha demonstrado no balanço junto apresentado pelo Sr. Thesou-

reiro. Bahia e sala das sessões, 22 de Julho de 1906.— (Assignados) *Horacio Urpia.—Manoel Francisco Gonçalves.—A. Cabussú.*

«Demontrativo apresentado em 10 de Junho de 1906, durante o anno de 1905.

RECEITA

Saldo em 31 de Dezembro de 1904 .	322$366
Joias e remissão de socios . . .	320$000
Mensalidades	1:338$500
Subvenção Federal	3:223$130
Subvenção Estadual até 1904 . .	15:000$000
Subvenção municipal de 1901 . .	1:000$000
	21:203$996

DESPEZA

Despezas Geraes	478$475
Ordenados	1:266$560
Commissões	232$500
Impressão da *Revista*	935$000
Ao «Banco Auxiliar», amortização da hypotheca	3:500$000
Juros, idem	8:961$719
Moveis e utensilios	30$000
Receita e despeza	1:000$000
Propriedades (contas de obras devidas)	3:207$060
	19:611$314
Saldo em mão do Sr. Thesoureiro .	1:592$672

Bahia, 10 de Junho de 1906. —(Assignado) O Thesoureiro *Francisco Gomes Ferreira Braga.*—Está conforme, o Guarda-livros.— *João Joaquim dos Santos Sá.*»

Em seguida procede-se á leitura de um parecer da commissão de admissão de socios, que fica sobre a meza para ser votado na sessão seguinte.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João Nepomuceno Torres.—Isaias de Carvalho Santos.*

134.ª Sessão em 30 de Setembro de 1906

Presidencia do Conselheiro Carneiro da Rocha

Aos 30 de Setembro de 1906, n'esta cidade da Bahia, á uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha e João Torres, Drs. Braz do Amaral, Satyro Dias, Isaias Santos e Francisco Alexandre de Souza, Monsenhor Manfredo de Lima, Professor Luiz Augusto, Eloy Guimarães e Ferreira Braga, abre-se a sessão.

O Dr. 2.° Secretario faz a leitura da acta da sessão anterior, que é approvada.

O Cons. 1.° Secretario faz a leitura do seguinte expediente:

Carta do socio contr'almirante Alves Camara communicando, do Rio de Janeiro, que partiu para o sul da Republica até Cuyabá, encarregado pelo almirante ministro da marinha de inspeccionar todos os estabelecimentos e dependencias de marinha, e offerecendo os seus serviços ao «Instituto» e aos seus illustres associados.

Carta do Sub-director do «Museu Nacional do Mexico» communicando o fallecimento, a 19 de Julho, de D. Manoel Urbina y Altamirano, chefe do departamento de historia natural e ex-director interino do mesmo Museu.

Officios do Presidente da «Associação Commercial», agradecendo a communicação da eleição e posse da Meza

Administrativa do «Instituto», e agradecendo a relação pedida dos objectos franqueados para a exposição de 24 de Julho na mesma Associação.

Carta do socio Desembargador Thomaz Montenegro enviando 20 interessantes brochuras que, por seu intermedio, enviara para o «Instituto» o nosso eminente consocio Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, actual Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O Cons. Presidente communica que, no dia 4 de Agosto ultimo, falleceu na cidade do Rio de Janeiro o distincto e operoso socio correspondente Comm. Henrique Raffard, que durante longos annos exerceu o logar de 1.º Secretario do *Instituto Historico Brazileiro* e de redactor da sua *Revista*, e propõe que se lance na acta um voto de sincero pezar, o que é approvado.

Em seguida, o Dr. Braz do Amaral pede a palavra e faz importante communicação a proposito da resolução do Governo do Estado em mandar desobstruir o rio *Sapão*, tributario do rio *Preto*, nos limites dos Estados da Bahia e Goyaz; lembra que em 1898 o Governador da Bahia creára o districto de sub-commissariado de policia do *Jalapão*, que mais tarde foi suppresso pelo seu successor no quatriennio seguinte, e conclue concitando o «Instituto» a interessar-se pelo assumpto, de elevado alcance commercial para a Bahia, a que elle procuraria desenvolver na imprensa e em outra sessão.

O Cons. Presidente agradece mais este serviço prestado ao «Instituto» pelo Dr. Braz do Amaral.

E' lido o parecer da commissão de admissão, votado em escrutinio secreto, sendo proclamados socios effectivos os Drs. José Hypolito de Cerqueira Lima, Edgard Tourinho e Adolpho Tourinho, e Monsenhor Philomeno Monte Coelho, residentes na capital; correspondentes General Raymundo Tello de Mendoza, residente em Caracas,

Venezuela, e Dr. Nelson de Senna, residente em Bello Horisonte, Minas-Geraes.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.— *Antonio Carneiro da Rocha.—João N. Torres.—Gonçalo de Athayde Pereira.*

135.ª Sessão em 16 de Dezembro de 1906

Presidencia do Conselheiro Carneiro da Rocha

Aos 16 de Dezembro de 1906, n'esta cidade da Bahia e salão do «Instituto», á uma hora tarde, presentes os socios Conselheiros Carneiro da Rocha e João Torres, Drs. Isaias Santos, Satyro Dias e Alfredo Cabussú, Professor Luiz Augusto, Coronel Gonçalo de Athayde, Eloy Guimarães e Capitão Ferreira Braga, é declarada aberta a sessão; sendo lida e approvada a acta da sessão anterior.

O Cons. 1.° Secretario faz a leitura do expediente.

Officios, do 1.° Secretario do «Centro Operario» enviando um exemplar do Relatorio do anno social findo; do Secretario da «Academia Real de Historia e Antiguidades de Stockolmo», requisitando numeros da *Revista*, que faltam á sua bibliotheca; do Dr. Tavares de Lyra, Ministro da Justiça e dos Negocios interiores, em resposta aos que lhe foram dirigidos, dando as razões por que deixava de autorizar a restituição de varios livros e manuscriptos referentes á historia da Bahia e ao dominio hollandez no Brazil, visto que taes livros estavam recolhidos á extincta Thesouraria de Fazenda, de onde foram retirados em Setembro de 1887, por ordem do respectivo Ministro; Idem do Dr. Presidente do «Instituto Historico Geographico Parahybano» enviando a relação

dos socios eleitos para a Directoria e Commissões durante o anno social de 1906 a 1907.

Em seguida, dá noticia de varias offertas de livros, enviados pelo Dr. Director da «Bibliotheca Nacional», pelo socio Dr. Vicente Chermont de Miranda, pelo Sr. José Luiz da Fonseca Magalhães, pelo Dr. Candido Leão, em nome da viuva do socio Dr. Cezar Zama, e pelo 2.° Secretario Dr. Isaias, de 3 cedulas de 500 réis, brazileiras, de typos diversos, em nome do socio Engenheiro Sampaio Neves.

E' lida uma proposta de socios, que vai á Commissão de admissão para dar parecer.

E' igualmente lido o parecer da mesma Commissão favoravel á admissão de varios socios residentes no estrangeiro, o qual fica sobre a meza para ser votado na sessão seguinte.

O Cons. Presidente communica o fallecimento dos seguintes socios: Dr. Aristides Cezar Spinola Zama, effectivo, n'esta capital a 20 de Outubro ultimo; do Conego Dr. Emilio Lopes Freire Lobo, na cidade de Nazareth, a 26 de Outubro; de Monsenhor Olympio de Souza Campos, senador federal por Sergipe, assassinado na cidade do Rio de Janeiro, a 9 de Novembro; e do Dr. Antonio da Cunha Barbosa, medico e distincto litterato, na cidade do Rio, a 21 de Outubro, todos socios correspondentes: faz o seu elogio e propõe que se lance na acta um voto de pezar, que é approvado.

O Sr. Presidente, depois de fallar no modo de agir para a extracção das loterias do «Instituto», deante da nova lei estadual e contracto do Governo com a Companhia de loterias, communica que uma commissão de pharmaceuticos, composta dos Srs. Olynto Nogueira, Joaquim Monteiro e Luiz Freire, em nome de seus collegas, veio offerecer ao «Instituto» um quadro de sua formatura,

como uma gratidão pelos bons auxilios que lhes prestou a bibliotheca, onde obtiveram esclarecimentos scientificos, como ficou deliberado em sessão havida entre elles; e que o mesmo Presidente havia agradecido a lembrança da offerta, principalmente por este motivo.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão, sendo proclamadas as ferias do «Instituto».—*Antonio Carneiro da Rocha.—João Nepomuceno Torres.—Alfredo Cezar Cabussú.*

OFFERTAS EM 1906

Além dos *Jornaes* do costume, foram enviados á bibliotheca do « Instituto », pelas respectivas redacções, durante o anno de 1906, as seguintes *Revistas.*

A Nova Cruzada (Bahia), n. 10, 1906.

A Justiça (orgão do Gremio Litero-Juridico) Bahia, ns. 20 a 23, 1906.

A Esquadria (orgão maçonico) Bahia, ns. 1 a 15, anno I, 1906.

Revista do Brazil (Bahia), jornal illustrado, ns. 1 a 12, 1.° anno, 1906.

Boletim Salesiano, anno 5.°, 1906.

Revista Biographica (Bahia), ns. 5 e 6, 1906.

Gazeta Medica da Bahia, vol. 38, 1906.

Ad Lucem (Bahia), ns. 20 a 23, anno III, 1906.

Boletins da Estatistica Demographo - Sanitaria da Bahia, 1906.

Boletins da Secretaria da Agricultura e Viação da Bahia, 1905 e 1906.

Revista Amazonense, Manaus, anno 1.°, ns. 1 a 8, 1906.

Revista do Museu Goeldi (Pará,) n. 4, vol. 4.°, 1906.

Revista do Instituto Historico do Ceará, 3.° e 4.° trimestres de 1905, e 1.° a 4.° de 1906.

Revista da Academia Cearense, tomos X e XI, 1905 e 1906.

Revista do Instituto Historico do Rio Grande do Norte, n 2, vol. 3.°, 1905, e ns. 1 e 2 de 1906.

Revista do Instituto Historico e Arch. Pernambucano, ns. 61 a 64, vol. XI, 1906.

A Cultura Academica, tomo 2.°, Março e Abril de 1906.

Revista Academica da Faculdade do Recife, anno XIII, 1906.

Pallium « Rev. da Sociedade Litt. e Historica Bernardo Vieira de Mello », ns. 1, 2 e 4, 1906.

Reivsta Agricola de Aracajú (Sergipe), anno 2.°, 1906.

Gazeta Medica do Rio, 1905 e 1906.

Revista do Instituto Historico Brazileiro, vol. 66, 1905, e vol. 67, 1906.

A Lavoura « Boletins da Soc. Nacional de Agricultura », ns. 7 a 12 de 1905, e ns. 1 a 7 de 1906.

O Commentario (Rio), 3.ª e 4.ª series, de 1906.

Brasilian Engineering and Mining Reviw (Rio), ns. 1 a 12, 1906.

Revista do Instituto Polythechnico Brazileiro, tomo 31, 1905.

Jornal dos Agricultores (Rio), ns. 22 a 24, 1904.

Revista Militar do Exercito, anno 8.°, 1906.

Revista Maritima Brazileira, anno 25-26, 1906.

Revista Commercial e Financeira, (Rio), anno XII, 1906.

Revista do Archivo Publico Mineiro, 3.° e 4.° Fasciculos de 1905.

Revista de Minas (Bello Horisonte), n. 1, 1906.

Revista Scientifica de S. Paulo, ns. 3 e 4, 1906.

Revista do Instituto Historico de S. Paulo, vol. X, 1905.

Annuario da Escola Polytechnica de S. Paulo, VI anno, 1906.

Boletim de Agricultura do Estado de S. Paulo, 7.ª serie, 1906.

Revista do Centro de Sciencias e Lettras de Campinas, ns. 9, 10 e 11, 1906.

Boletins do Archivo Municipal de Curytiba (Paraná), ns. 1 e 2, 1906.

O Archivo, revista historica de Cuyabá, anno 2.º, 1906.

Relatorios das Sociedades, «Beneficencia Caixeiral», do «Lyceu de Artes e Officios», e da «Sociedade 16 de Setembro.»

Anales del «Museu Nacional de Mexico», tomo XII, ns. 1 a 9 de 1906.

Idem do «Museu do Uruguay», serie 2.ª, vol. 2.º 1906.

Idem do «Museu de Buenos-Ayres», serie 3.ª, tomo 5.º, 1905.

Boletins del Ministerio de Fomento (Perú), 1905 e 1906.

Boletins del Cuerpo de Ingenieros de Minas del Perú, ns. 27 a 46, 1905 e 1906: *Memoria* apresentada pelo respectivo Director ao Ministro de Fomento (1904-1905).

Revista del Ministerio de Colonias y Agricultura (Bolivia), tomo 1.º, ns. 7 a 9, 1906.

Annual Report of the Smithsonian Institution (Washinghton), 1904.

The Journal of the Franklin Institute, Philadelphia, 1906.

Le Globe, Revista da Soc. de Geographia de Geneve, 1906.

Revista Franco-Italiana e do Mundo Latino, vol. 7.º, 1906.

Revista da Sociedade de Geographia Italiana, vol. 7.º, 1906.

Revista da «Sociedade de Geographia» de Lima, tomo 17, 1906.

Boletins das «Sociedades de Geographia» de Lisboa, de Madrid, de New York, de Washinghton, de Bruxellas, de Anvers, e de Paris, e das «Sociedades de Geographia Commercial de Bordeaux, de Marselha e do Havre (1906.)

Pela «Sociedade de Geographia de Lisboa»: Actas das Sessões do Congresso Colonial Nacional, inaugurado no dia 2 de Dezembro de 1901, e 45 publicações feitas pelo mesmo Congresso.

Pela Secretaria do Ministerio de colonias y Agricultura da Bolivia: Memoria apresentada pelo ministro ao Congresso ordinario em 1906, e Annexos, 2 volumes.

Pela Secretaria do ministerio da Justiça e Negocios Interiores (Rio): Relatorio apresentado ao Presidente da Republica pelo Dr. José Joaquim Seabra, em Março de 1906, 7 volumes.

Pelo Dr. Director da «Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro»: A medalha commemorativa do lançamento da pedra fundamental do novo edificio da bibliotheca; Annaes da Bibliotheca, volume XXVII, 1905; o Brazil na Exposição da compra da Luisiana (S. Luiz), 1904, 1 volume; Documentos relativos a Mem de Sá, governador geral do Brazil.

Pelo Dr. Director do «Archivo Publico Nacional» (Rio): Publicações do Archivo, vol. V, 1906.

Pela Bibliotheca Publica do Estado do Pará:

Annaes da Bibliotheca e Archivo, tomo IV, 1905.

Pela Directoria do Serviço Sanitario do Pará:

Boletins mensaes de estatistica da cidade de Belém, anno de 1906.

Pela Directoria do «Museu Goeldi» (Pará): Sobre as vespidas sociaes do Brazil; Relação das publicações scientificas feitas pelo Museu; Chelenios do Brazil.

Pela Sociedade Nacional de Agricultura (Rio):

Organisação agronomica, pelo Dr. Ignacio Tosta; Valorisação do Café, parecer do Dr. Silvio Rangel; Propaganda agricola.

Pela Directoria do Archivo de S. Paulo: Posição estatistica e descriptiva em homenagem ao ministro americano Sr. Elihu Root.

Pela Directoria do Museu de S. Paulo The antropology of the State of S. Paulo, Brasil.

Pela Secretaria, do «Instituto Historico Brazileiro»:

Estatutos do mesmo «Instituto» approvados em 1906; Desaggravos do Brazil e Glorias de Pernambuco, por Domingos do Loreto Couto; Documentos para a historia da conquista e colonisação da costa de léste—oeste do Brazil; Catalogo dos livros encadernados doados por D. Pedro 2.°; Relatorio do 1.° Secretario apresentado a 21 de Outubro de 1906.

Pelo Dr. Manoel Alvaro de Sá Vianna, 1°. Secretario do «Instituto da Ordem dos Advogados brazileiros»:

Actas e sessões do Congresso Juridico Americano, 2 volumes.

O retrato e a biographia do insigne jurisconsulto Dr. Augusto Teixeira de Freitas, e jornaes referentes á inauguração da estatua do mesmo.

Pelo socio major Rogociano Teixeira: Uma acção da antiga estrada de ferro D. Pedro 2.°; exemplares de 1$000 do Thesouro publico do Estado de Goyaz; O Marquez de Pombal, centenario de sua morte, Lisboa, 1885; Albumd e photographias de quadros celebres; O Brazil de hoje, por H. M., Rio, 1905; A Guerra Fatal (França e Inglaterra) pelo capitão Daurit, 3 vols; photographia da alfandega de S. Paulo, no dia de sua inauguração, a 15 de Novembro de 1895.

Pelo socio Julius Meili, de Zurich: o 2.° vol. do *Meio*

Circulante no Brazil, moedas do Brazil independente 1822 a 1890.

Por D. Candida Guilhermina Ferreira: o retrato do seu irmão o coronel Joaquim Mauricio Ferreira.

Pelo socio Dr. Egas Moniz Barreto de Aragão: *La Revue Mauve*, n. 82, Janeiro de 1906; *Brazil-Portugal*, revista, n. 167, 1906.

Pelo socio Dr. Orville A. Derby: um manuscripto sobre os primeiros descobrimentos de diamantes no Estado da Bahia; A Serra do Espinhaço.

Pelo socio coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha: Boletins mensaes de etatistica Sanitaria do Pará, ns. 1 a 12, anno 1.°, 1906; «Gazeta de Lourdes», ns. 12, a 18 1906; Annaes da Bibliotheca e Archivo do Pará, tomos 2.°, 3.° e 4.°, 1903 a 1905: A' Memoria do glorioso artista brazileiro Dr. Pedro Americo de Figueiredo: Collecção de leis estaduaes do Pará, 1901 a 1905: Mensagem do Governador Dr. Augusto Montenegro; o Instituto Gentil Bittencourt, esboço historico, por Arthur Vianna.

Pelo socio Dr. Francisco A. Pereira da Costa: Noticia biographica do Dr. Antonio de Moraes e Silva, autor do primeiro diccionario da lingua portugueza.

Pelo socio Dr. Nina Rodrigues: « A medicina legal no Brazil», 1 vol.

Pelo professor Zacharias N. da Silva Freire: Constituição maçonica, 1 vol.; Dogma e ritual, 2 vols.; Historia geral da maçonaria, 2 vols.; Constituição e regulamento do Grande Oriente do Brazil, 1 vol.

Pelo Dr. Manoel Alvaro Sá Vianna: Arbitragem internacional, pelo offertante; Relatorio sobre a Casa de Correção do Rio; «Teixeira de Freitas», traços biographicos, pelo offertante.

Pelo Sr. Daniel Garcia Acevedo: Contribucion al

estudio de la cartographia de los paises del Rio de la Plata.

Pelo socio contra-almirante Alves Camara: O manganez no Estado da Bahia, pelo offertante.

Pelo Sr. Alvaro da Silveira: Os tremores de terra, pelo offertante.

Pelo socio Dr. Alfredo de Carvalho: Castro Alves, em Pernambuco, pelo offertante; Poesias, por Maciel Monteiro; A lyrica de Maciel Monteiro, pelo Dr. Regueira Costa; Notas Dominicaes, por L. F. de Tollenare, 1 vol.; A parte das Notas relativa á Bahia, em manuscripto para a *Revista*; Phrases e Palavras, pelo offertante; Medalha commemorativa da fundação da Academia Pernambucana de Lettras.

Pelo Cons. João Torres, 1.º Secretario: Da França ao Japão, pelo Dr. Francisco Antonio de Almeida, Rio, 1879; *O Malho* de 1906, 5.º anno, ns. 173 a 224; Almanaks: «Luso Brazileiro» para 1907, de Pernambuco, 1907, e Garnier, 1903 e 1907.

Pelo socio general D. Ramon Tello de Mendoza (Caracas): Colon e su descubrimento; El Nuevo Mundo, tomos 1 a 3, 1905; Processo Franco—Venesolano; Anales de los Carceles de Caracas por Landaeta y Rosales; Complemento, pelo offertante; Los Cementerios de Caracas desde 1567 hasta 1906; Documentos del general Cipriano Castro, volume 5.º, 1906.

Pelo Sr. Romario Martins: «Curytiba, historia da sua fundação, pelo offertante.

Pelo Sr. Augusto Porto Alegre: —A fundação de Porto Alegre, pelo offertante.

Pelo socio desembargador Thomaz Montenegro: «O Art. 29 da Constituição da Bahia», discurso do offertante no Congresso Federal.

Brazil, por L. Cruls; Retratos do Barão Homem de Mello e do Tenente General Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão; Um quadro representando diversas raças de cães.

Pelo socio Dr. Vicente Chermont de Miranda: Glossario Paraense, pelo offertante.

Pelo socio Dr. Joaquim Nabuco: Um tubo contendo mappas da Bolivia, Brazil, Costa Rica, Guatemala, Mexico e Nicaragua.

Pelo Dr. Manoel Tavares Cavalcante: Memoria da fundação da Parahyba.

Pelo Sr. Francisco Farina: Almanaque de *Mercurio* para 1906.

Pelo socio Padre Raphael Galanti: Historia do Brazil, volume 4.°, 1905.

Pelo socio Dr. Joaquim Ignacio Tosta: Projecto e parecer sobre a creação do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Pelo Sr. José Luiz da Fonseca Magalhães: Germens do crime, pelo Dr. Aurelino Leal; Criminologia e Direito pelo Dr. Clovis Bevilaqua; Legislação comparada sobre o direito privado, pelo Dr. Clovis; Juristas philosophos, idem; O duelo e o infantecidio, por Phaelante da Camara; Clinica Medica, pelo Dr. Januario de Faria; O Inconfidente, romance, por Zeferino Galvão Filho, e outros opusculos.

Pelo socio Engenheiro Sampaio Neves: 3 cedulas brazileiras de 500 réis, de typos diversos.

Socios admittidos em 1903

Presidente Honorario

Cons. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque. .	2 de Agosto de 1903

Socio Benemerito

Dr. José Francisco da Silva Lima	30 de Agosto de 1903

Socios Effectivos

Dr. Augusto Flavio Gomes Villaça	11 de Janeiro de 1903
Engenheiro Lino Meirelles da Silva (Remido) . .	» » » » »
Dr. Menandro dos Reis Meirelles Filho	» » » » »
Tenente-coronel Vicente Ferreira Lins do Amaral (Remido)	» » » » »
Dr. Joaquim Celso Moreira Spinola	17 de Maio de 1903
Major Joaquim Carneiro de Campos Filho . . .	» » » » »
Coronel Manoel Gonçalves da Costa Drummond. . .	2 de Agosto de 1903
Professor Luiz Augusto Alves da Cunha. . . .	30 de Agosto de 1903

Correspondentes

Dr. Elpidio de Mesquita (Rio de Janeiro). . . .	17 de Maio de 1903
Padre Raphael Maria Galanti (Idem).	» » » » »
Coronel João Brigido dos Santos (Ceará)	30 de Agosto de 1903
Barão do Assú da Torre (Bahia).	9 de Nov. de 1903
Engenheiro Demetrio Pires de Araujo (Bahia) . .	30 de Dez. de 1903

EM 1904

Socios Honorarios

Principe Luiz de Saboya, Duque dos Abruzos (Italia) .	9 de Janeiro de 1904
Professor Antonio Alexandre Borges dos Reis . .	3 de Julho de 1904
Dr. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo	6 de Nov. de 1904

Socios Effectivos

Dr. José Gonçalves de Castro Cincurá	1.º de Maio de 1904
Dr. João Alfredo Conde .	6 de Nov. de 1904

Correspondentes

Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley e Araujo (Pernambuco)	7 de Agosto de 1904

Correspondentes extrangeiros

Dr. Goran Bjorkman (Suecia)	7 de Agosto de 1904
Conde Angelo de Gubernatis (Italia)	» » » »
Philéas Lebesgue (França)	» » » »
Xavier de Richard (França	» » » »
D. Leonardo Elliz (Chile)	» » » »
Clemente Barahona Vega (Chile)	» » » »
Dr. Pedro Escurra (Argengentina)	6 de Nov. de 1904
Julius Meilli (Suissa) .	» » » »

EM 1905

Socios Effectivos

Dr. Clodualdo de Andrade	21 de Maio de 1905
Coronel José Alves Ferreira (Remido)	» » » » »
José de Sá (Remido). .	» » » » »

Correspondentes

Dr. José Pereira Rego Filho (Rio de Janeiro) . . .	21 de Maio de 1905
Comm. Antonio Padula (Napoles)	» » » » »
Eduardo Poirier de Mezieres Toledo (Chile) . . .	» » » » »

EM 1906

Correspondentes

Dr. Vivaldo Lima. (Amazonas)	22 de Abril de 1906
Dr. Adolpho Leon Gomez (Bogotá— Est. Unidos da Colombia)	» » » » »
D. Leonardo A. Bazzano (Argentina)	» » » » »
Dr. D. Rodolpho Carranza (Argentina)	» » » » »
General Raymundo Tello de Mendoza (Caracas-Venezuela)	30 de Set. de 1905

Socios fallecidos em 1903

Honorario

Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima (Caetité). . .	18 de Dez. de 1903

Effectivos

Pharm. Alfredo Accioli do Prado.	10 de Janeiro de 1903
Dr. Manoel Adalberto de Oliveira Guimarães . . .	29 de Junho de 1903
Engenheiro Dionysio Gonçalves Martins.	2 de Julho de 1903
Dr. Joaquim Matheus dos Santos.	» » » » »
Capitão de fragata Estanislau Przevodoski . . .	25 de Agosto de 1903
Coronel Tranquilino Borburema.	9 de Set. de 1903
Comm. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque . .	30 de Dez. de 1903

Correspondentes

Dr. Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. .	24 de Março de 1903
Coronel Francisco Felix de Araujo.	16 de Abril de 1903

Cons. Dr. Francisco Maria Sodré Pereira. . . .	16 de Maio de 1903

EM 1904

Effectivos

Comm. Manoel Pinto Novaes.	14 de Fev. de 1904
Comm. Albano Pereira de Carvalho.	14 de Fev. de 1904
Comm. Laurindo Alves de Oliveira Regis	2 de Março de 1904
Dr. José Octacilio dos Santos.	15 de Maio de 1904
Capitão Ignacio Mendo Filho.	18 de Junho de 1904
Dr. Manoel Alfredo de Carvalho.	5 de Agosto de 1904

Correspondentes

Major José Domingues Codeceira	10 de Janeiro de 1904
Dr. Aristides Augusto Milton.	26 de Janeiro de 1904
Dr. Antonio Pereira de Castro.	10 de Março de 1904
Dr. José Isidoro Martins Junior.	22 de Agosto de 1904
José Joaquim Peçanha Povoa	16 de Set. de 1904

EM 1905

Honorario

Cons. Dr. Carlos Augusto de Carvalho (Rio) . . . 5 de Set. de 1905

Effectivo

Eduardo Carigé . . . 12 de Abril de 1905

Correspondente

Engenheiro Antonio de Toledo Piza. . . . . 8 de Nov. de 1905

EM 1906

Effectivos

Conego Ludgero dos Humildes Pacheco. . . . . 3 de Janeiro de 1906

Eng. Henrique Barretto Praguer . . . . . 29 de Jan. de 1906

Dr. Raymundo Nina Rodrigues. . . . . 17 de Julho de 1906

Dr. Aristides Cezar Spinola Zama. . . . . 20 de Outubro de 1906

Correspondentes

General Bartholomeu Mitre. 19 de Jan. de 1906

Visconde de Barbacena. . 28 de Maio de 1906

Conego Agrippino da Silva Borges . . . . . 2 de Junho de 1906

Dr. Genes Martins Fontes .	23 de Jun. de 1906
Comm. Henrique Raffard .	4 de Agosto de 1906
Dr. Antonio da C. Barbosa.	21 de Out. de 1906
Conego Dr. Emilio Lopes Freire Lobo.	26 de Out. de 1906
Monsenhor Olympio de Souza Campos.	9 de Nov. de 1906

SUMMARIO DO NUMERO 32

	Pags.
Limites entre Estados — pelo socio Dr. Oliveira Campos	3
Bahianos Illustres, pela Redacção:	
Dr. Ramiro Affonso Monteiro	33
Dr. Augusto França	36
Dr. Manoel Victorino Pereira	39
Dr. Augusto Victorino Sacramento Blake	46
Almirante Jeronymo Gonçalves	48
Marechal Innocencio Galvão	51
Cons. Francisco Sodré Pereira	54
Dr. Manoel Adalberto Guimarães	56
Engenheiro Dionysio Gonçalves Martins	61
Dr. Joaquim Matheus dos Santos	66
A Sabinada. Historia da Revolta da Bahia em 1837, pelo Dr. Francisco Vicente Vianna	69
Defeza da Bahia, pelo major Rego Barros	171
Cons. Joaquim Spinola. Discurso pelo Cons. Filinto Bastos	179
Actas das Sessões em 1906	189
Offertas em 1906	219
Socios admittidos de 1903 a 1906	229
Socios fallecidos de 1903 a 1906	233

MEZA ADMINISTRATIVA EM 1906

Presidente—Cons. Antonio Carneiro da Rocha.
1.º Secretario—Cons. João N. Torres.
2.º Secretario—Dr. Isaias de Carvalho Santos.
Orador—Dr. Braz do Amaral.
Thesoureiro—Capitão Francisco G. Ferreira Braga.

REDACÇÃO DA REVISTA

Cons. João Nepomuceno Torres.
Professor Francisco Torquato Bahia.
Monsenhor Manfredo Alves de Lima.

Toda a correspondencia relativa á *Revista*, bem como a remessa de livros, jornaes e quaesquer objectos de valor historico devem ser encaminhadas para a Secretaria do «Instituto», á Praça 15 de Novembro (antigo Terreiro de Jesus).

REVISTA

DO

Instituto Geographico e Historico

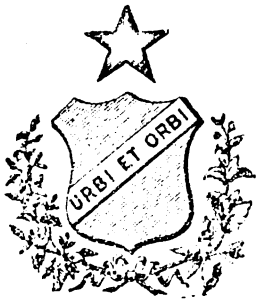
DA BAHIA

FUNDADO EM 1894, RECONHECIDO DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N. 110 DE 13 DE AGOSTO DE 1895

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti
In prœsens, validusque in veniens stimulus.

1907

ANNO XIV VOL. XIV N. 33



1908
LITHO-TYP. E ENC. REIS & C.
Rua Dr. Manoel Victorino, 23 e 25
BAHIA

REVISTA

DO

Instituto Geographico e Historico

DA BAHIA

FUNDADO EM 1894, RECONHECIDO DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N. 110 DE 13 DE AGOSTO DE 1895

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti
In præsens, validusque in veniens stimulus.

1907

ANNO XIV VOL. XIV N. 33

1908

LITHO-TYP. E ENC. REIS & C.
Rua Dr. Manoel Victorino, 23 e 25
BAHIA

REVISTA

DO

Instituto Geographico e Historico da Bahia

Anno XIV 1907 Num. 33

A Constituição do Imperio (*)

Ha dezoito annos que desappareceu a monarchia e vae-se esbatendo, cada dia mais, a lembrança dos grandes acontecimentos daquelle periodo da nossa vida nacional.

Occorreu-me, por isso, senhores, relembrar as antigas leis, que serviram de palladio e garantia dos brazileiros, e em ligeiro esboço traçar um avivamento daquelle periodo memoravel, para que se não vão perdendo na sombra, que tudo envolve e mascára, a verdade e a grandeza dos principios fundamentaes da nossa patria no imperio.

E', incontestavelmente, um dos acontecimentos de mais relevo na vida de um povo livre a obra da sua constituição, e neste caso se acha a que

(*) Memoria historica lida na sessão anniversaria de 3 de Maio de 1907 do «Instituto», pelo seu orador official Dr. Braz do Amaral.

produziu aquella que o imperador Pedro I outhorgou ao Brazil e pela qual foi governado o Brazil durante sessenta e cinco annos, e que dirigiu a nação brazileira, durante as epocas mais tormentosas da sua vida politica, o 1.º imperio, a regencia e o inicio do segundo reinado.

Tem sido, muitas vezes, o periodo colonial apresentado como um tempo de obscurantismo e ignorancia, mas, quando se reflecte que foi nesse tempo que se prepararam os brazileiros illustres que fizeram a honra da nossa patria no primeiro quarto do seculo dezenove, quando se estuda hoje, com a devida calma, já sem ciumes e sem prevenções, os acontecimentos e os homens daquella geração, fecunda em espiritos e capacidades, forçosamente se reconhece que não é justo tal conceito applicado de modo absoluto, como tem sido feito.

A constituinte, primeira assembléa com tal caracter que se reuniu no Brazil, abriu as suas sessões em 3 de Maio de 1823, mas desgraçadadamente, por pouco tempo se manteve a boa harmonia entre ella e o imperador.

Deviam ser muito exaltadas as paixões da época, são muito susceptiveis de irritações e assomos os interesses dos homens, para que se deva extranhar muito a desastroza marcha que tomavam as cousas para o fim do anno citado.

O ardor dos que haviam luctado contra a ex-metropole, o desvanecimento pelo resultado obtido, deviam crear muito enthusiasmo entre os vencedores, muito azedume entre os vencidos e seus compatriotas, que continuavam a constituir boa parte da população, para que não estalassem os incidentes, que sempre perturbam as grandes commoções politicas e sociaes, como a que transforma um grande paiz de colonia em nação independente, com riqueza e recurso, a certos respeitos, superi-

ores aos do paiz que fôra até então sua metropole.

A guerra da independencia foi, na realidade, pela sua marcha e relações de sangue e communidade de toda a especie de laços politicos e sociaes, entre brazileiros e portuguezes, propriamente uma guerra civil.

Por outro lado, as qualidades nobilissimas do principe imperador, demasiado cavalheirescas e altivas, mas destituidas de tacto diplomatico e da faculdade de dissimular, e a perniciosa influencia dos Andradas, por vezes mais ambiciosos do que patriotas, actuando sobre a soffreguidão e inexperiencia da assembléa, taes foram os principaes factores do golpe de estado de 12 de Novembro de 1823, ou dissolução da constituinte.

Para justificar o que acima ficou dito, é preciso lembrar que José Bonifacio conseguiu, bom exito, numa primeira manobra politica pela qual, tendo-se demittido do ministerio, foi nelle reposto por um pronunciamento das forças armadas e populacho, em 31 de Outubro do mesmo anno de 1823, manobra que tinha sido preparada de antemão, e que, voltando assim prestigiado, não só se serviu da auctoridade para perseguir desabridamente os seus inimigos de S. Paulo, como para condemnar ao exilio Gonçalves Ledo e José Clemente, dois dos homens que mais tinham concorrido para a independencia, e que pretendia ainda tornar-se necessario ao imperador, mantendo um systema de governo de arbitrios e vinganças pessoaes.

Não era o caracter de D. Pedro proprio para soffrer, por muito tempo, tal jugo, e por isso encontrou-o uma vez o ministro a examinar os autos do processo que havia sido instaurado contra Oyhenhausen e Costa Carvalho, dois inimigos de José Bonifacio, declarando o soberano francamente ao

ministro que não havia nos autos cousa seria para o que se estava a fazer, pelo que a perseguição devia cessar.

Sejam quaes forem as difficuldades que esmaguem a vida de um homem publico, sejam quaes forem os odios que se tenham levantado contra o primeiro chefe de estado da nação brazileira, não se pode negar que, por factos como este, o que lhe deve ficar na historia é sempre a honra de ter sido o defensor honesto da moderação e da justiça.

Dahi a retirada do ministerio que fizeram os Andradas, e a opposição que rompeu no *Tamoyo* e na *Sentinella*, celebres periodicos daquella época, pela qual, e contando com um grande numero de amigos que tinham na assembléa, parece que pretendiam voltar ao poder os Andradas, impondo-se então definitivamente ao imperador.

Envenenaram-se todos os odios, ateiaram-se as paixões de nativismo e ferveram todas as cabalas, do que resultou a lucta entre o imperador e a constituinte, lucta de que sahiu a dissolução desta.

A medida, porém, não era necessaria. O imperador, altivo como era, tendo de seu lado graves razões, mas não possuindo a educação precisa para um monarcha representativo, pois na escola do absolutismo tinha sido creado e se instruira, não precisava dissolver a constituinte.

Si, menos vehemente e insoffrido, tivesse esperado com calma os acontecimentos, melhor conhecedor dos corpos collectivos politicos do que era, notaria que, por si mesmo, por sua propria inexperiencia e excessos, se deveria gastar, mais tarde ou mais cedo, a opposição que lhe era feita; e que então com o elemento moderado da camara, onde, no espirito de um Cayrú e muitos outros de capacidade e ponderação, não tinha mais razão quem mais gritava, veria formar-se em torno do

governo um nucleo de resistencia, que afinal seria o que havia de decidir tudo, graças, não só ao reconhecimento do perigo de outras perturbações, como aos mil meios de que dispõe uma corôa auxiliada pelas pastas de um ministerio habil.

Em circumstancias identicas nem Pedro II nem Floriano teriam dissolvido á força uma camara.

E' bem digno de nota o que se passou na Bahia, ao ser conhecido o acto da dissolução, tanto pela importancia que tem o facto em si, como porque revela que conheciam os nossos avós o modo de agir no meio das tempestades politicas, e de chamar o povo os seus representantes á barra das municipalidades, instituições publicas por excellencia, afim de que elles lhes dessem contas da maneira pela qual cumpriam o seu mandato.

Demos a palavra ao Dr. Pereira da Silva:

«Ao amanhecer do dia 13 de Dezembro, amotinou-se o povo e requereu, em tumulto, que se reunisse extraordinariamente a camara e deliberasse o que cumpria fazer em tão melindrosa conjunctura.

Juntou-se logo a camara e determinou chamar á sua presença os deputados chegados do Rio de Janeiro, e inquirir delles a razão por que se haviam retirado antes da terminação do seu mandato. Confirmaram os deputados, em sessão publica, o facto da dissolução da assembléa, accrescentando todavia, que o imperador convocara outra, promettendo uma nova constituição mais liberal do que a do projecto sujeito aos debates do congresso. Depois de largas discussões, assentou a camara representar ao governo da provincia, pedindo-lhe a convocação de um grande conselho nacional, composto de todas as auctoridades e pessoas gradas, afim de lembrar as providencias necessarias para se manter a ordem e a tranquillidade publica.

Lavrou-se acta da tempestuosa sessão, com phrases injuriosas ao imperador e com ameaças de resistencia ás suas ordens.

Reuniu-se, de facto, no dia 17, o grande conselho requerido. Formou-o numerosa copia de pessoas investidas de funcções publicas civis, ecclesiasticas e militares, e de cidadãos conspicuos.

Não ousaram affrontar de todo a opinião publica revoltada, receiando-se da exasperação das massas populares. Apparentando annuir aos seus sentimentos, concordaram em expedientes proprios a acalmar os animos e atalhar os furores da multidão, approvando as deliberações seguintes:

1.° Que se declarasse irrito, nullo e de nenhum effeito o auto de vereação do dia 13, por não se compadecer com a dignidade da provincia: auto lavrado quando vozes anarchicas haviam supplantado os dictames da prudencia e quando os recem-chegados deputados tinham espalhado pela provincia falsos rumores; sendo riscado esse auto de modo a que jamais pudesse ser lido.

2.° Que se significasse mui respeitosamente a S. M. I. a profunda magua dos bahianos, vendo quebrado o mais forte vinculo que unia a grande familia brazileira, e que esperavam que não faltaria á sua palavra, antes corresponderia ao bom conceito que em geral merecia, e cumpriria as obrigações impostas por seus juramentos, fazendo medrar o systema constitucional, e apresentando, quanto antes, conforme suas promessas, o projecto de constituição duplicadamente mais liberal do que o da extincta assembléa, para que as camaras, interpondo o seu juizo, e transmittindo o seu consentimento aos deputados das respectivas provincias, fosse por estes approvado, removida assim toda desconfiança.

3.° Que esperavam que S. M. desempenharia a

sua imperial palavra em todos os pontos, e especialmente na parte que dizia respeito a nada querer de Portugal, pois a confederação com aquelle reino era impraticavel; e lhe agradeciam haver nomeado um ministerio todo composto de brazileiros, e esperavam que seguiria este proposito relativamente a todos os cargos, expulsando do imperio quantos delle se mostrassem inimigos.

4.º Que os brazileiros lhe supplicavam désse a liberdade aos deputados presos, e attendesse à sorte de Cypriano Barata, cujas immoderadas expressões eram antes filhas de um patriotismo exaltado, do que de um coração malevolo; e sustasse o effeito do decreto que mandava devassar dos ultimos acontecimentos, e do edital do intendente da policia, que admittia denuncias em segredo.

5.º Que nomeasse os empregados, tanto civis como militares, de que a provincia carecia, recahindo sempre a nomeação em subditos brazileiros.

6.º Que se fizesse embarcar para a Europa os Carmelitas descalços e os Barbadinhos da provincia, que tinham hostilisado o Brazil no campo da batalha, no pulpito, e no confissionario.

7.º Que fossem tambem mandados para a Europa os portuguezes, tanto prisioneiros de guerra, como doutra qualquer classe, excepto um pequeno numero que, por suas circumstancias, edade, etc., se não tornassem suspeitos.

8.º Que fossem proscriptos os officiaes brazileiros que haviam feito a guerra com os europeus.

9.º Que fosse o governo da provincia responsavel pelo cumprimento daquelles artigos, cuja execução delle dependia.

10.º Que sendo a liberdade de imprensa uma das preciosas garantias, por dirigir a opinião publica, illustrar os povos e ser o flagello dos máos gover-

nantes, mas cumprindo prevenir seus inconvenientes e abusos, se restabelecesse o tribunal dos jurados, como tinha sido creado em 1822, até que houvesse uma lei definitiva de imprensa.

11.º Que o governo da provincia punisse severamente os empregados, de qualquer classe ou graduação, que attrahissem sobre si a censura publica, por suas prevaricações ou quaesquer attentados.

12.º Que se estabelecesse uma embarcação de registo para vigiar nas entradas de navios e seus passageiros; e se tratasse de manter a policia, e cuidar nas fortificações e em tudo que fosse conducente a pôr a provincia fóra do alcance dos ataques do inimigo, e de qualquer surpresa.»

A junta governativa publicou em seguida uma proclamação justificando as medidas adoptadas, acalmando os espiritos, e chamando-os á conciliação.

O golpe de estado da dissolução foi a 12 de Novembro e no mesmo decreto o imperador declara convocar outra assembléa.

No dia 13 foi assignado um outro decreto, o qual teve publicidade alguns dias depois, a 17, nomeando um Conselho de estado, encarregado de elaborar um projecto de constituição, o qual devia ser submettido á consideração da futura camara.

Este Conselho de estado foi constituido pelos seis ministros da corôa Mariano Pereira da Fonseca (marquez de Maricá), João Severiano Maciel da Costa (marquez de Queluz), Luiz José de Carvalho e Mello (visconde da Cachoeira), Francisco Villela Barbosa (marquez de Paranaguá,) Clemente Ferreira França (marquez de Nazareth), João Gomes da Silveira Mendonça (marquez de Sabará), e de mais quatro cidadãos, que foram o desembargador Antonio Luiz Pereira da Cunha (marquez de Inhambupe), José Egydio Alvares de Almeida (marquez de Santo

Amaro), José Joaquim Carneiro de Campos (marquez de Caravellas), e Manuel Jacintho Nogueira da Gama (marquez de Baependy.)

Só a Bahia, como se vê, deu metade, isto é, cinco dos autores da constituição, o que prova como era basta nesta terra em tal época a seara dos competentes e preparados nos mais difficeis assumptos.

Dizem alguns que o imperador tinha estabelecido o prazo de 40 dias para o trabalho da confecção constitucional, mas o sr. Moreira de Azevedo dá o trabalho como feito em 15 dias.

Foi na casa n. 17 da antiga Praça da Acclamação que se reuniram, durante 15 dias, estes dez homens, com a presença tambem do imperador; ahi discutiram e redigiram este notavel trabalho, fructo, em parte, das suas intelligencias, em parte reproducção de um projecto que o *Correio Brasiliense* tinha publicado. A seguinte apreciação de um insuspeito, o historiador inglez, John Armitage, é digna de ser repetida:

«A constituição era, em seus principios geraes, diz o historiador inglez John Armitage, semelhante á que fôra projectada e discutida na assembléa, e de accordo com a promessa do imperador, em muitas das suas disposições, mais liberal até.

O Brazil, imperio independente e monarchico, acceitava a dynastia reinante de Bragança, reconhecia a religião do estado, permittindo, porém, o exercicio de todas as outras.

Não admittia restricções na communicação dos pensamentos, por palavras ou escripto.

Era adoptado o principio da lei do «*habeas-corpus*», da Inglaterra. A lei, egual para todos, tanto nacionaes como estrangeiros, taxava os cidadãos proporcionalmente e abolia todos os privilegios, salvo os profissionaes.

Os poderes reconhecidos pela constituição eram

o Legislativo, o Moderador, o Executivo e o Judiciario, considerados todos como delegações da Nação.

A representação nacional se compunha de uma camara de deputados, cujo mandato durava quatro annos, e de um senado, eleito pelo povo, mas perpetuo e escolhido entre tres nomes pelo imperador.

O imperador tinha, como os tribunos de Roma, um veto, mas era elle apenas suspensivo, pois si em tres sessões successivas o parlamento remettesse um projecto approvado ao imperador, elle teria dahi em deante força de lei.

As sessões legislativas ordinarias deviam durar quatro mezes.

Instituia a constituição nas provincias conselhos geraes, que deviam discutir os assumptos de interesse local, mas não tinham outros poderes, além do de propôr leis necessarias ás provincias.

As attribuições do poder moderador, chamado chave do regimen ou da organisação politica do paiz, residiam nas mãos do imperador, que, tendo ainda o titulo de defensor perpetuo do Brazil, e possuindo a regalia da inviolabilidade de sua pessoa, vinha assimilhar-se muito ao que era um dictador romano, o que parece um tanto absurdo, ao reflectir que se tratava de um paiz representativo. Este poder moderador, nos casos de urgencia, concentrava o exercicio de todos os poderes.

Além do ministerio havia um conselho de estado, cujos membros eram vitalicios e cuja missão era o estudo das questões sérias, como a paz e a guerra, negociações com as potencias estrangeiras, etc.

O poder judiciario era independente e os juizes responsaveis pelo abuso do poder. A constituição acceitava o jury.

O imperador podia suspender os juizes das suas funcções.

Os presidentes de provincia eram nomeados pelo

imperador, mas os seus privilegios, auctoridade e qualificações deviam ser estabelecidos pela assembléa.

No todo, conclue o sr. Armitage, a constituição sahiu uma obra mais acabada e principalmente mais liberal do que o caracter politico dos seus compiladores o devia fazer esperar.

No seu trabalho, para o qual o imperador lhes marcara o prazo de 40 dias, elles seguiram mais a constituição portugueza de 1822, do que a projectada pela constituinte. A idéa dos conselhos geraes de provincia parece ter sido tirada, com pequenas variações, da constituição das provincias unidas da Hollanda. A união das duas camaras, em caso de divergencia, era copiada do codigo fundamental da Noruega e diversos artigos foram transcriptos, palavra por palavra, da constituição elaborada pela assembléa franceza de 1791.

O codigo, porém, que parece ter mais constantemente inspirado os homens do conselho de estado foi a modificação proposta pelo publicista Benjamin Constant á carta que Luiz XVIII deu á França, em 1814».

A constituição de 25 de Março, para honra de seus redactores, foi uma obra magnifica de tino, prudencia e de sabedoria, que incarnou virilidade liberal nos musculos do paiz e o preparou para o grande papel que elle havia de representar no mundo, em tempos já não muito remotos.

Tal será a gloria destes homens, que a nossa mocidade deve começar a conhecer e a respeitar e cuja memoria todos os brazileiros devem amar.

Em 11 de Dezembro de 1823, foi assignado e entregue o precioso documento ao augusto chefe da nação, a cuja intemerata e altiva lealdade tanto deve ser reconhecida a nossa patria.

Foi ainda a um daquelles bahianos, que segundo a quasi totalidade dos que têm tratado deste assum-

pto, temos a reconhecer o haver sido o mais activo obreiro da nossa primeira lei fundamental.

Tanto Varnhagen, como Pereira da Silva e o conego Januario affirmam ter sido de Carneiro de Campos (1) a maior parte do labor na discussão, entranhamento de doutrinas liberaes, concatenação logica e segura no corpo do trabalho, unidade de vistas, orientação e obediencia a opiniões sérias e consciensiosamente meditadas na redacção definitiva do todo.

Aquillo, como a *Illiada*, de Homero, parece ligado e unido por um só cerebro, servido por uma só vontade.

Entre outras importantes innovações, a constituição creava os Conselhos geraes das provincias.

O projecto ficou prompto em Janeiro de 1824, porém a convocação de uma assembléa geral nacional, para o approvar, não foi levada a effeito. Cópias do documento foram, porém, enviadas ás camaras municipaes das provincias, substituindo assim o imperador, por estas instituições populares por excellencia, a assemléa dos representantes com attribuições de camara constituinte, que nunca mais foi convocada.

Opinaram quasi todas as municipalidades pela adopção da constituição, expondo, aliás, algumas, como a da Bahia, considerações sobre o conselho de estado, o senado vitalicio, etc. (2).

---

(1) Um dos descendentes do illustre estadista, o meu collega Dr. José Carneiro de Campos, affirma ter ouvido, em menino, das pessoas da familia, a declaração de que as disposições liberaes da constituição se devem não tanto a Jose Joaquim (marquez de Caravellas), mas ao irmão deste, Francisco Carneiro de Campos, espirito mais adeantado do que o do marquez.

(2) Faço daqui um appello ao meu honrado collega o Dr. intendente da capital, afim de ser procurado e cuidadosamente guardado o original deste parecer da camara da Bahia, assim como o outro documento importante, que citei ha pouco. Taes peças de valor devem ser cuidadosamente procuradas, afim de serem com todo o zelo conservadas em logares onde possam ser vistas sem que se lhes toque.

Valem bem a pena!

Recependo a resposta do imperador á representação que lhe fôra enviada, resposta politica e conciliadora, assim como um exemplar do projecto da constituição, que fôra elaborada pelo Conselho de estado, a camara da Bahia approvou, no meio de intenso jubilo, o referido projecto de constituição offerecido, submettendo, entretanto, ao principe observações moderadas a respeito da vitaliciedade dos conselheiros de estado, e do direito do governo de retirar das provincias as tropas de 2.ª linha.

Pediu a D. Pedro que mandasse executar immediatamente no imperio a constituição, deixando-se as emendas para mais tarde e occasião opportuna.

Proclamou a camara da cidade do Rio de Janeiro ao povo, convidando-o a vir subscrever em livros collocados nos seus paços, para este fim, os que quizessem fosse o projecto approvado e jurado como constituição do paiz.

E como logo mais de seis mil assignaturas encheram os livros expostos, a camara, em 9 de Janeiro, pediu que fosse, sem demora, jurada a lei fundamental.

Foi então promulgada a seguinte Carta de lei, de 25 de Janeiro de 1824:

« D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que, tendo nos requerido os *povos* deste imperio, *juntos em camaras*, que nós, *quanto antes*, jurassemos e fizessemos jurar o projecto da constituição, que haviamos offerecido ás suas observações, para serem depois presentes á nova assembléa constituinte, mostrando o grande desejo que tinham de que elle se observasse já como constituição do Imperio, por lhes merecer a mais plena approvação e delle esperam a sua individual e geral felicidade politica, nós juramos o sobredito projecto para observarmos e fazermos observar

como constituição, que d'ora em diante fica sendo deste Imperio, o qual é do teor seguinte.»

Por isso, no dia 25 de Março de 1824, ás 11 horas da manhã, na capella imperial do Rio de Janeiro, após cerimonias religiosas solemnes, entre o immenso jubilo da população da capital, o imperador disse o juramento que o alferes-mór do Imperio, barão de Itanhaem, leu em voz alta ao povo, na varanda levantada ao lado direito do atrio:

«Juro manter a religião catholica, apostolica romana, a integridade e indivisibilidade do Imperio; observar e fazer observar como constituição politica da nação brazileira o presente projecto de constituição que offereci e a mesma acceitou e pediu que fosse desde logo jurada como constituição do imperio; juro guardar e fazer guardar todas as leis do imperio e prover ao bem geral do Brazil quanto em mim couber. Rio de Janeiro, 25 de Março de 1824.—*Imperador* constitucional e defensor perpetuo do Brazil».

A imperatriz depois disse:

«Juro aos Santos Evangelhos obedecer e ser fiel á constituição politica da nação brazileira, a todas as suas leis e ao imperador constitucional e defensor perpetuo do Brazil, *Pedro I.* Rio de Janeiro, 25 de Março de 1824. — *Maria Leopoldina*, imperatriz.

Depois jurou o bispo e após os altos funccionarios e dignatarios. No dia 26, jurou o exercito.

A' frente destas tropas perfilavam-se veteranos illustres, como um Joaquim Xavier Curado, tão conhecido nos campos da Cisplatina, e um Pedro Labatut, o vencedor de Madeira na Bahia.

Foi nesta noite que se deu o incendio do theatro, o qual foi para alguns apenas um facto accidental, devido a um descuido, por ter o actor Antonio da Rocha, que fazia o papel de protogo-

nista, pulando para o palco, impellido o baldaquino de encontro a um panno pintado a agua-raz, que se encostou ás luzes; e foi para outros uma tentativa criminosa, com o fim de assassinar o imperador.

Eis como o noticia o sr. John Armitage:

«Este plano abortou, por haver o imperador, felizmente, se retirado no começo do tumulto, sem que fosse alcançado pela imminencia do perigo. O theatro ficou reduzido a cinzas, mas, ainda que algumas suspeitas se levantaram, a existencia de uma conspiração nunca transpirou subsequentemente até á sua abdicação, em 1831».

A constituição não socegara inteiramente os espiritos exaltados e carecia de aperfeiçoamento em mais de um ponto.

Os conselhos geraes de provincia tinham acção muito restricta sob certos assumptos, de modo que, si, por exemplo, a camara de Itaparica pretendia dar o titulo de *denodada* á villa, precisava isso de approvação da camara dos deputados.

E' preciso notar que Pedro I só em 1826, portanto só dois annos depois, foi que convocou em assembléa os representantes do povo, constituindo tambem nesse anno o senado com 50 senadores, nomeados de uma vez, para formar uma guarda em torno do throno e das leis existentes.

A medida era habil e de grande valor pratico,

Depois da revolução de 1831 e queda do primeiro imperador, homens de distincto saber e sinceros sentimentos monarchicos, diz o dez. Joaquim Rodrigues de Souza, reclamaram reformas nas partes mais vitaes da constituição, o poder moderador, a vitaliciedade do senado, e o conselho de estado.

O partido moderado queria-as mais ou menos, porém constitucionalmente feitas; o partido exal-

tado tinha por programma a federação logo e logo, já e já!

O senado permaneceu no *Acto Addicional* por um voto, mas o conselho de estado foi suppresso, sendo mais tarde, pela lei n. 231 de 23 de Novembro de 1841, restabelecido como elemento meramente consultivo.

A nós, hoje, á distancia em que estamos, causa especie o açodamento com que combatiam então o conselho de estado, o que nos parece resultado das paixões exaltadas da época.

O conselho de estado se nos affigura uma instituição util, muito mais necessaria do que um senado, mesmo renovavel.

Como centro de reflexão, freio de cuidado e reserva, receptaculo de experiencias e luzes, é muito melhor elemento, segundo penso, um conselho de estado do que um senado, tão susceptivel de paixões e interesses como uma camara, em que a responsabilidade se dilue como nestas, e em que os assumptos, tanto os muito especiaes e importantes, como os que os são menos, têm de vir do mesmo modo e da mesma maneira são tratados.

E, isto, admittindo-se que um senado encerrasse deveras as luzes da nação, fosse todo composto de homens moderados e competentes, e que a escolha dos que o compõem fosse feita por processos diversos dos que são empregados para constituir a camara.

Sob o regimen monarchico, quando aliás só se chegava ao senado, ordinariamente, no fim de uma vida de serviços publicos, e onde a acção dos partidos se quebrava deante da faculdade que o imperador tinha de escolher entre tres, o senado fazia, na discussão das questões graves, sempre papel inferior ao conselho de estado, que, em regra geral, os encarava com isenção admiravel, senso e sabedoria

que se não encontravam no senado, em todos os casos.

Na sessão da camara, de 6 de Maio de 1831, o sr. Miranda Ribeiro, mais tarde visconde de Uberaba, apresentou o seguinte requerimento, que foi approvado:

«Requeiro a nomeação de uma commissão especial, que se encarregue de propor, por escripto, na forma do art. 174 da constituição, a reforma dos artigos constitucionaes que ella conhecer que a merecem; e se prosiga nos mais actos que a constituição prescreve nos artigos 175, 176 e 177.»

Na sessão de 9 de Julho elegeu-se a commissão especial, que ficou composta dos srs. Miranda Ribeiro, Paula Souza e Costa Carvalho.

Da discussão vigorosa e profunda, travada nas legislaturas 1ª e 2ª, se aventou a idéa da reforma constitucional, mas sobre o principio de que não tinha a camara poderes para tanto, externaram-se muitos dos mais eminentes espiritos daquella época.

Afinal, um parecer do senado, assignado pelos tres grandes nomes de Vergueiro, marquez de Santo Amaro e marquez de Caravellas, estabeleceu claramente a questão juridica nos seguintes termos: «O poder de alterar o pacto social reside nos associados, só pode ser exercido por seus procuradores, expressamente auctorisados *ad hoc*, auctorisação que não se pode entender comprehendida na delegação do poder legislativo.»

Foi então resolvido que se convocassem os eleitores de modo especial, para que elles dessem aos seus procuradores auctorisação especial para reformar a constituição, como se vê pelo decreto seguinte:

«Art. unico—Os eleitores dos deputados para a seguinte legislatura lhes conferirão nas procura-

ções especial faculdade para reformarem os artigos da constituição, que se seguem:

O art. 49, afim de poder o senado reunir-se independente da camara, quando se converter em tribunal de justiça.

Os arts. 73 a 89, para o fim de serem os conselhos geraes convertidos em Assembléas Legislativas Provinciaes.

O art. 101, § 4º sobre a approvação das resoluções dos Conselhos Provinciaes pelo Poder Moderador.

O art. 123, para o fim de que a Regencia Permanente seja de um só membro, e quanto á forma de sua eleição.

Os arts. 137 a 144, para o fim de ser supprimido o Conselho de Estado.— *Francisco de Lima e Silva.— José da Costa Carvalho.— João Braulio Moniz.* Lei de 12 de Outubro de 1832.»

Em 1º. de Agosto de 1832, a camara approvou uma proposta de Evaristo da Veiga para que reunindo-se ao senado discutissem os dois corpos a reforma constitucional.

São notaveis e dignos de leitura muitos dos discursos pronunciados neste celebre debate, que honra a tribuna parlamentar do Brazil e a lingua portugueza; o espirito elevado e recto de Evaristo da Veiga, a maior cabeça politica da época, as exposições profundas de Rebouças, a eloquencia fogosa e habil de Montezuma, as opiniões de Araujo Lima, os conceitos de Cayrú, de Caravellas, do visconde da Pedra Branca e de Hollanda Cavalcante.

Infelizmente, não possuimos a collecção completa, pois ha uma lacuna nos *Annaes.*

Entre os discursos que nos chegaram ha tres seguidos, bem notaveis, do marquez de Barbacena

e um de Rebouças, defendendo as prerogativas do senado.

Discutida a reforma que foi codificada com o celebre nome de *Acto Addicional*, suscitaram-se algumas interessantissimas questões.

Não posso resistir ao desejo de esboçar uma dellas.

A manutenção do senado vitalicio tinha passado por um voto apenas na sessão de 27 de Setembro de 1832, á qual haviam faltado sete deputados e a que não faltou um só senador. Só votaram contra a vitaliciedade tres senadores.

Foi então apresentada a seguinte preliminar:

«Havendo sido reconhecido que os deputados, para poderem fazer a reforma constitucional, tinham precisado receber auctorisação especial, que figura na convocação dos eleitores, podiam os membros do senado que eram vitalicios e não haviam, portanto, recebido poderes especiaes, tomar parte na reforma, votal-a e promulgal-a?

Pode em direito usar das attribuições de procurador quem não recebeu procuração, ou quem a tem para assumptos geraes, mas não para um, que careceu desta determinação e auctorisação especial?»

A camara, por 70 votos contra 11, resolveu que o senado não poderia tomar parte nas reformas, as quaes seriam votadas sómente por ella, camara, e que a regencia tambem não teria que sanccionar e sim apenas mandal-as executar, cumprindo a determinação dos delegados do povo.

E' uma das mais energicas e bellas manifestações do poder da assembléa geral no Brazil!

O acto de vigor da camara não havia intimidado o senado e muitos membros deste corpo entendiam ferir uma batalha entre os dois ramos do poder legislativo.

O senador José Saturnino da Costa Pereira propoz então que a reforma fosse considerada illegal.

Foi tratado o assumpto em sessão secreta, sendo nomeada, para dar parecer, uma commissão, composta do visconde de Cayrú, padre Feijó, Paula Souza, visconde de Pedra Branca e marquez de Caravellas.

A maioria opinou que, não tendo sido officialmente communicado á camara dos senadores o resultado das deliberações da camara dos deputados, era intempestiva qualquer deliberação do senado a respeito.

Paula Souza e o Marquez de Caravellas opinaram, em voto separado, que o senado, sem entrar no exame da legalidade, e, encarando a questão somente pelo lado politico, declarasse que adheria ás reformas, logo que ellas lhe fossem officialmente communicadas, scientificando então essa sua adhesão á camara dos deputados e ao governo.

Na sessão de 20 de Agosto, o secretario leu um officio da camara dos deputados, declarando que, tendo a regencia mandado executar as reformas e addições que prevaleceram para a reforma da constituição, assim o participava ao senado, remettendo copia do respectivo autographo.

Resava assim o cabeçalho, ou preambulo, da lei:

«A regencia permanente, em nome do imperador, o sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do imperio que a camara dos deputados, competentemente auctorisada para reformar a constituição do imperio, nos termos da carta de lei de 12 de Outubro de 1832, decretou as seguintes mudanças e addições á mesma constituição.»

O senado ficou infeirado.

Tendo-se suscitado, na sessão de 22 de Agosto, duvidas sobre o destino que se devia dar ao assumpto, a requerimento de Feijó e Paula Souza, foi rejeitada a proposta que tinha levantado a questão da illegalidade e approvado que o senado communicasse á camara que reconhecia a nova lei como parte da constituição do Estado.

Assim terminou a lucta parlamentar.

O *Acto Addicional* tem a data de 12 de Agosto de 1834.

Por elle foram creadas assembléas provinciaes, em substituição aos antigos conselhos geraes. O poder moderador e a vitaliciedade do senado escaparam, mas o conselho de estado desappareceu.

A regencia, de trina que era, passou a ser exercida por um só regente, eleito pela nação, durante a menoridade do imperador. As assembléas não podiam ser dissolvidas nem adiadas.

A 1.ª Assembléa provincial que se reuniu foi em Sergipe, a 1.º de Janeiro de 1835.

Com a promulgação do *Acto Addicional* abria-se, para o paiz, um vasto cyclo de progressos, de liberdade e de luz.

A' lei magna, já tão liberal, tinham-se juntado disposições ainda mais amplas. As provincias eram quasi autonomas e assemelhavam-se muito a estados confederados, de tal modo que quando, muitos annos depois, o partido liberal inscrevia no seu programma a federação das provincias, contava fazel-a sem revolução, apenas com a execução fiel do *Acto Addicional.*

A' semelhança das colonias inglezas, ellas deviam mover-se livremente, tendo apenas presidente nomeado pelo governo central.

E, o que é digno de nota, pelos discursos pronunciados neste importante periodo da nossa vida politica, se conhece como haviam estudado os

que tem boas leis e não sabe aproveital-as, á semelhança de uma creança que carrega armas para defeza, mas não sabe servir-se dellas.

Desta situação devia, por força, sahir um desaso ou um crime.

Sahiu a lei interpretativa de 1840.

Por ella, a faculdade de crear empregos e supprimil-os, concedida ás assembléas de provincia, ficou reduzida ao numero desses empregos e a auctoridade das mesmas assembléas ficou limitada sómente aos magistrados, apenas como tribunal de justiça e por crimes de responsabilidade.

Pelo art. 7º os presidentes que eram representantes do governo central, nomeados pelo imperador, ficavam com o poder executivo e attribuições demasiado amplas, em detrimento da força das assembléas.

Annullava-se, portanto, a acção real e benefica, que deveriam ter exercido essas assembléas das provincias quasi autonomas.

E o povo, que, acudindo á voz de suas camaras, tinha precipitado e resolvido os grandes dias e as mais arrojadas reformas, reclamando alto, dentro da lei, ou pelo tumulto e pela revolução, como tantas vezes fizera, já em 1840 não soube reivindicar as preciosas regalias, que lhe iam sendo roubadas.

Cansado de revoluções, adormeceu nos braços do despotismo humano e habil, como o de Pisistrato, que o envolveu e seduziu.

Foi este o maior erro do partido conservador.

Dahi por diante, no imperio, instituiu-se o systema da hypocrisia politica mais revoltante.

As instituições, falseadas pela base, deram ensejo ao funccionar de uma machina, que sempre trabalhou defeituosa. Os partidos organisados nunca

poderam tirar o seu poder do povo, nem subir á administração do paiz pela omnipotencia do povo.

Não se conseguiu formar no seio da nação uma massa de cidadãos sensatos, instruidos e energicos, que, se aproveitando dos combates dos partidos, resolvesse nas occasiões graves os acontecimentos. Quem decidia das situações era o chamado *lapis fatidico* do imperador.

Não se fazendo a elevação e a queda pela força das idéas e dos programmas dos partidos, deixaram estes de luctar pelo real progesso, pelo engrandecimento do paiz. Das suas vantagens como aggremiações politicas é que, principalmente, se occupavam, ficando para traz, para um plano inferior, as medidas de desenvolvimento das forças reaes e da prosperidade da nação.

Isto a estiolou e a manteve num estado de inferioridade que abafava a exigencia das grandes e fecundas medidas administrativas, que impellem os povos para deante.

A politica se entendia como synonimo destas pequenas questões de interesses, de individuos e de influencias aqui e alli.

Por golpes de estado, subiam os liberaes e conservadores, pois era sempre necessario dissolver as camaras, quando subia uma situação, afim de consultar o paiz. E o paiz respondia sempre, invariavelmente, mandando ao novo governo camaras unanimes.

De posse da auctoridade, não havia impossiveis em materia eleitoral!

Esta subserviencia, geral a quem governava, a falta de capacidade do eleitorado para escolher, a manutenção das dymnastias sertanejas, tudo isso tornou impossivel constituir boas assembléas provinciaes.

As cousas de real interesse publico não mais

lograram, salvo em raras occasiões, ser objecto dos esforços dos homens publicos; donde resultava que, não havendo a riqueza, que gera a independencia, não se podiam subtrahir as pequenas localidades a influencias que nunca trataram devéras das medidas fomentadoras de um progresso material que as esbancaria logicamente pelo jogo de interesses não politicos, que fazia apparecer nesses logares, e pelo impulso que a industria, o commercio, os methodos novos de agricultura e a presença de capitaes dão por si mesmo aos povos.

Viajantes, que percorriam em 1880 o valle do S. Francisco, descreviam as suas povoações como outros as tinham descripto 30 annos antes.

Era do interesse das influencias sertanejas manter as populações num estado de meninice quasi imbecil.

Em localidade importante, não distante desta capital, e ligada a ella por via ferrea, não ha muito tempo, só existia uma escola, muito mal frequentada; e num povoado proximo, onde havia aliás fazendeiros de certa abastança, toda a população era analphabeta.

A primeira professora que para lá foi, ha cerca de 10 annos, soffreu o desgosto de ser repellida e só agora alli se começa a aprender a ler e a escrever.

Progredia-se, mas muito lentamente, e a politica, organisada como estava, corrompia cada vez mais o imperio, preparando-lhe a decadencia.

Um dos mais honestos estadistas liberaes sentiu todo este mal e pretendeu remedial-o, por uma boa e seria reforma eleitoral, para que, cortado um dos principaes vicios, se approximasse o paiz da verdade do regimen representativo.

Não occorreu, porém, ao nobre espirito do sr. Saraiva que não tinha o povo mesmo capacidade

para escolher bem e bem eleger. Além de que já era tarde!

Os partidos e os homens que os compunham, profundamente viciados pelo degenerado systema de vida politica, que todos reprehendiam na opposição e todos iam reproduzir no governo, não podiam bem cumprir a lei, com seriedade e convicções. Debalde deu o illustre patriota um grande exemplo de sincera isenção, honrando-se com a derrota eleitoral, para provar que um governo podia ser vencido, quando não fazia pressão.

Debalde foi este magnanimo esforço!!

Nem os seus proprios correligionarios, nem os seus adversarios, nem aquelles que se aproveitaram da sua digna imparcialidade possuiam mais aquelle brio cavalheiresco, que era preciso, para seguir dahi em deante tão nobre exemplo, até que a nação entrasse plenamente na consciencia e no goso da sua força, usasse della e aprendesse a bem praticar o regimen representativo.

Isto não se fez; esta grande tentativa de verdade e moral politica foi impotente para levantar o eleitorado do paiz e sustar a queda de um imperio.

Tanto o padre João Manoel como o Barão de Cotegipe viram no meio das allucinações de um mundo que desabava a bella figura nova, vestida á grega, que fulgia, baixando á terra, com o barrete sobre os cabellos soltos, o saiote curto e na dextra um gladio!

Mas, os antigos vicios ahi continuam agarrados, ao corpo politico como uma lepra maldita.

A massa da nação continúa até hoje no mesmo estado de inferioridade, de incapacidade para comprehender e praticar uma liberdade moderada, e para não se deixar engodar nem submetter ás imposições das auctoridades e dos corrilhos, que interesses ás vezes particulares formam e mantêm

unidos, como sociedade de commercio, até conseguirem o que pretendem, á custa de todo o paiz.

Dahi este mal estar que todos nós sentimos, esta especie de angustia de uma nação que, á semelhança da Inglaterra, após mais de um decennio de republica, anhelava tambem por uma cousa que a republica não lhe conseguira dar, isto é, um parlamento livre.

(*Muito bem, Muito bem*).

(Segue-se o Documento).

PORTARIA

Manda Sua Magestade, o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, remetter ao presidente da Provincia da Bahia para sua intelligencia e execução, os exemplares inclusos do Decreto de 11 do corrente, pelo qual ordenou o mesmo Augusto Senhor o Juramento da Constituição do Imperio, organisada pelo Conselho de Estado:

E ha por bem, que o referido Presidente faça distribuir pelas Camaras da Provincia os officios, que vão juntos, e se lhes dirigem pela sobre dita repartição.

Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Março de 1824.

João Severiano Maciel da Costa.

« Aos tres dias do mez de Maio, nesta cidade e Igreja do Collegio que serve de Cathedral, ahi depois de celebrada uma missa solemne pelo Rvmo. Thesoureiro Mór, ora a maior dignidade da Sé Metropolitana e vigario capitular do arcebispado, prestaram juramento a Constituição Politica do Im-

perio do Brasil o Exmo. Presidente desta Provincia, Francisco Vicente Vianna, o Illmo. Cabido, Senado da Camara, governador das armas, e geralmente todos os chefes das differentes repartições publicas, segundo o Decreto Imperial de 24 de Março deste anno, pela formula ordenada, e estabelecida para este fim; o que para constar, fiz este termo, que escrevi. E eu, Marcos Antonio de Souza, secretario do governo da Provincia o fiz no sobre dito dia tres de Maio de mil oitocentos e vinte e quatro.

Francisco Vicente Vianna, presidente.

O thesoureiro-mór, vigario-capitular José Barbosa de Oliveira.

O Cons. Felix Gonçalves de Freitas.

O Cons. José Ribeiro Soares da Rocha.

O mestre escola José Vieira de Lemos e Sampaio.

O arcediago João Corrêa de Britto.

O Cons. José Carlos de Lima Passos.

O Cons. José Francisco da Costa Nogueira.

O Cons. João José Damasceno Oliveira.

Luiz Paulo de Araujo Bastos, presidente da Camara.

Manoel José Freire de Carvalho, vereador.

José Pires de Carvalho Albuquerque, vereador.

Luiz dos Santos, procurador.

João Antonio de Almeida Seixas, secretario.

João Francisco de Souza Paraiso, almotacel actual.

Felisberto Gomes Caldeira.

Salvador Pereira da Costa, inspector do Trem Militar.

Antonio Polycarpo Cabral.

Dr. José Avelino Barbosa.

José Verissimo Seixas, procurador da Casa da Moeda.

José Joaquim da Silva Guimarães.

João Leite Pacheco.

José de Sá Bittencourt Camara.

Manoel Gonsalves da Silva, tenente-coronel.

José Bruno Antunes Guabiraba, tenente-commandante da Artilharia, 2.ª linha.

Francisco da Costa Branco, major.

Joaquim José Rodrigues, major-commandante da Brigada de Artilharia.

José Antonio da Silva Castro, major-commandante do 3.º Batalhão de 1.ª linha.

Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, major-commandante do 2.º Batalhão de 1.ª linha.

Joaquim José Velloso, sargento mór commandante da Policia da Cidade.

Antonio Lopes Bebessé Bahiense, major-commandante do Batalhão 2.º (2.ª linha.)

Manoel Francisco de Souza, capitão-commandante interino da Cavallaria.

Agostinho Paiva de Bittencourt, chanceller interino da Relação.

Antonio da Silva Telles, provedor da Alfandega.

Tristão Pio dos Santos, capitão de mar e guerra e Intendente da Marinha.

Joaquim Bento Pires de Albuquerque Camargo Thesoureiro Geral das Tropas.

Francisco Caetano de Almeida, escrivão deputado da Junta de Fazenda no impedimento do actual.

João José de Carvalho, sargento-mór commandante das Ordenanças do Sul.

João José de Freitas, sargento-mór commandante das Ordenanças do Norte.

Frei Francisco de Assis Bahiense, ministro Provincial da Provincia de Santo Antonio do Imperio do Brazil.

Frei Manoel da Conceição Neves, presidente de S. Bento.

Frei José de Santa Maria dos Anjos, pregador e guardião.

Frei Ambrosio (illegivel o resto).

Frei Joaquim de Santa Maria, presidente provincial dos Carmelitas Calçados.

Frei Manoel do Monte Carmelo Requião.

Frei Francisco das Dores, prior de Santa Theresa.

Manoel José de Mello, thesoureiro geral.

Lazaro Manoel Muniz de Medeiros, escrivão e deputado da Junta de Fazenda.

Marcos Antonio de Souza, secretario do governo da Provincia.

José Albino Pereira, official maior da secretaria do mesmo Governo.

Bernardino Luiz da Costa Carneiro, official do dito.

Manoel de Araujo e Aragão, official da Secretaria.

Jonathas Abbott, official interprete da mesma.

Julio Cezar da Silva Barauna, official da mesma.

José Maria Servulo de Sampaio, official da mesma.

Joaquim José Fernandes Ferreira Braga, escripturario da mesma.

Pedro de Souza Marques, escripturario da mesma.

Firmino Grumichama, escripturario da dita.

José Rodrigues Setuval Junior, porteiro da mesma.

Joaquim José de Vasconcellos, escripturario da dita.

(Extrahido do original que se acha na Bibliotheca Publica da Bahia).

AS NOTAS DOMINICAES

DE

L. F. de Tollenare

Em 1816, depois de uma curta estada em Portugal, L. F. de Tollenare, natural de Nantes, veio para Pernambuco negociar em algodão; aqui permaneceu até Julho de 1817, assistindo a todas as peripecias da revolução daquelle anno; passou-se então á Bahia, de onde regressou á Europa em principios de 1818.

Espirito nimiamente curioso e observador infatigavel, já antes de chegar ao Brazil, habituara-se a consignar semanalmente, aos domingos, tudo o que via de notavel ou julgava digno de noticia, e assim organisou um farto volume a que deu o titulo apropriado de *Notas Dominicaes.*

Na sua excellente obra — *Le Brésil* — o operoso e benemerito Ferdinand Denis citou frequentemente este manuscripto e delle fez numerosos extractos; mais tarde, na *Historia Geral do Brazil*, Warnhagen tambem o mencionou ao tratar da revolução pernambucana; mas, depois delles, ninguem mais examinou o curioso volume que permanecia inedito na Bibliotheca de Santa Genoveva, em Paris.

Recentemente, a instancias nossas, o *Instituto*

Archeologico e Geographico Pernambucano adquiriu uma copia deste interessante codice, da qual traduzimos as notas relativas a Pernambuco, e agora as que dizem respeito á Bahia.

« Esta ultima parte das *Notas*, disse Oliveira Lima, é dedicada á Bahia do Conde dos Arcos, cuja grandeza, formosura e abastança impressionaram favoravelmente o viajante. As distracções — sob a forma de theatro de melodramas sacros e farças dansantes, caçadas, touradas, perigosa pesca de baleias, excursões pelos lindos morros e valles verdes na vizinhança do mar azul, e até bailes de apurado gosto e tambem, a darmos credito aos seus ouvidos famintos, licenciosas intrigas de sociedade, visivelmente exaggeradas — fizeram-lhe perdoar outras feições menos attrahentes do novo meio, onde elle aliás achava que um Europeu, quer dizer um francez, podia ganhar a vida e mesmo enricar, com esforço mas com certeza, na cultura do algodão e do café em terras de sesmarias.

« A esse proposito é prodigo em informações sobre pequenas industrias florescentes na provincia, pescarias, cordoarias de croá, plantações de côcos e olarias, assim como a proposito dos divertimentos se refere ás magnificas festas do culto.

« O futuro do Brazil antolhava-se promettedor ao observador francez se fôsse possivel inocular mais estimulo na numerosa população livre e acclimada, tornal-a mais ambiciosa de meios e dispôl-a a uma mais fecunda actividade nas manufacturas, além dos labores agricolas, de forma a, sem prejudicar a exportação dos productos naturaes, cercear a importação dos productos industriaes.

« Tollenare, que tinha positivamente um fraco pelas dissertações moraes e pelos parallelos muito no

gosto literario da sua época, e que da sua raça e da sua profissão tirava o ser *raisonneur et bavard*, pretendeu esboçar uma comparação do modo diverso por que no Francez e no Brazileiro se exhibem as mesmas qualidades e os mesmos defeitos, e é força dizer que achou n'essa preoccupação uns poucos traços felizes, a par de outros que por ventura já então foram mal observados ou o tempo alterou profundamente.

« A indolencia, por exemplo, do Brazileiro já deixou de traduzir-se tanto pela inacção, para assumir futilidade que elle enxergava na do Francez; o ciume do primeiro já não é tão uniformemente tragico ; a sua vaidade já não é tão grosseira ; a educação já é incomparavelmente mais cuidada; o amor já é mais libertino; a amizade mais demonstrativa; a religião mais consciente; os prazeres mais aprimorados. E com tudo isto cresceu o tedio, que no *bon vieux temps* Tollenare accusava em França e não descobria no Brazil...

E' de acreditar-se que o tedio gera o progresso; mas este por seu turno não o cura... »

Mau grado os numerosos defeitos de composição e de estylo, que não foi possivel evitar na traducção, á leitura das suas *Notas* não fallece o attractivo de um depoimento original, e quasi sempre imparcial, sobre o estado dos costumes e dos habitos na capital da Bahia no segundo decennio do seculo XIX.

Recife, Maio de 1905.

Alfredo de Carvalho.

PARTE RELATIVA A BAHIA

I

S. Salvador da Bahia, *27 de Julho de 1817.* — Fundeamos esta tarde na Bahia de Todos os Santos, após uma viagem bastante incommoda de onze dias. Os ventos contrarios e as tormentas nos acompanharam quasi sempre; mas, o navio *l'Agréable* é bom veleiro e a sua tripolação ingleza, pouco instruida na theoria da navegação, entende tão bem da pratica da manobra que jámais tivemos de andar á capa e resistimos sempre ás correntes. Não cessava de admirar a pericia com que cinco homens apenas manobravam uma embarcação de quasi trezentas toneladas. O capitão e dous marinheiros estiveram doentes durante quasi todo o tempo da travessia; o immediato estava quasi sempre embriagado e, entretanto, cada vez que iamos tomar a altura elle nol-a predizia com uma exactidão extraordinaria.

Fui testemunha da extrema economia com que navegam os navios inglezes mercantes.

L'Agréable pertence a uma casa das mais importantes de Liverpool e entretanto a camara nada tem de luxuosa; não tem camarotes; penduram-se as rêdes de ganchos, e ha apenas uma meza. Os officiaes e os marinheiros são alimentados com biscouto e carne salgada; nada de pão, nada de vinho. De tempo em tempo um copo de aguardente constitue todo o refresco.

Felizmente o meu companheiro e eu nos tinhamos munido de algumas provisões.

Esta embarcação partiu de Liverpool, ha quinze mezes, para o Brazil; foi d'aqui á costa d'Africa; regressou a Pernambuco, e vem agora á Bahia em busca de frete, que talvez não seja para a Europa;

visitou paizes doentios; no cabo das Palmas perdeu o primitivo capitão, o immediato e dous homens, e para toda esta navegação dispunha apenas de uma miseravel pharmacia portatil, contendo uns dez medicamentos e umas instrucções impressas de quatro paginas in-12.°

Já disse que a nossa viagem foi assaz incommoda devido ao mau tempo. Eis as suas principaes peripecias.

Fizemo-nos de vela, do porto de Pernambuco, na tarde de 16, e fomos arrastados, para o Norte, pelas correntes até a altura da ilha de Itamaracá; só a 20 conseguimos alcançar o cabo de Santo Agostinho, e, a 21, pelo meio-dia não nos tinhamos ainda dobrado o sufficiente para seguirmos o rumo de S. S. O. Passamos os dias 21 a 23 bordejando afim de reconhecer a foz do bello rio de S. Francisco, afim de, d'ali por deante, seguirmos derrota de modo a evitar as perigosas voragens do Vasabarris.

Não avistamos o rio de S. Francisco senão á distancia de cinco leguas, mas, reconhecemos perfeitamente o magnifico porto de Tamandaré, com o seu recife em tudo semelhante ao de Pernambuco. A entrada é pelo lado do Norte, e atraz do recife podem fundear duzentas náus de linha; havia ali apenas duas sumacas. Toda a costa é habitada; isto é: em todas as quatro ou cinco leguas se encontram alguns pequenos povoados. A cidade de Alagôas encerra de 10 a 12.000 habitantes e, me asseguram, que a de Penedo, no rio de S. Francisco, conta 22.000. Os indios do rio de S. Francisco, que vi em Pernambuco, vinham de 50 a 60 leguas acima da embocadura deste bello rio, que tem uma cachoeira muito formosa no paiz, a... leguas acima de Penedo.

Ao Sul do rio S. Francisco, até a Bahia, a região é menos povoada e a viagem por terra é difficil. Não avistamos mais a costa até hontem á tarde; os nossos

marinheiros haviam cahido em erro. Comquanto já conhecessem a Bahia de Todos os Santos, apezar da instrucção nautica de M. Meather estar em contradicção com as suas observações, se obstinaram em tomar uma certa ponta pelo cabo de Santo Antonio e se dirigiram para ella até o anoutecer.

Foi então preciso ganhar o largo, sendo resolvido fazel-o até a meia-noute, para voltar de novo para terra ao amanhecer. Mas, os nossos marinheiros, um tanto ebrios, seguiram o rumo de E. S. E. até ás seis e meia horas da manhã, de sorte que gastamos quasi todo o dia para ganhar o verdadeiro cabo de Santo Antonio, que elles só reconheceram definitivamente quando viram o forte e a bandeira.

Entra-se na Bahia e vae-se ao ancoradouro diante da cidade sem piloto. Procurarei ulteriormente informações sobre a direcção a seguir para esta entrada; parece facil, e creio que se póde passar a 200 toezas do forte. Aliás, a prudencia exige que, até o fundeadouro, se navegue de sonda em punho.

Fomos promptamente visitados pelos empregados da saúde e da alfandega, e podemos desembarcar pelas seis horas da tarde.

Não posso me execeder em louvores com relação ao meu companheiro de viagem, o Sr. João Gonçalves da Silva, genro do Sr. Gervasio Pires Ferreira, primeiro negociante de Pernambuco, homem instruido em cuja escola se formou. E' despido de preconceitos, tem idéas muito liberaes sobre o commercio, e sabe muito bem se abster de encerral-o na esphera estreita das relações gothicas de Lisbôa a Pernambuco. Se uma meia duzia de pessoas como o Sr. João Gonçalves da Silva fossem viajar na Inglaterra, na França, na Hollanda e na Allemanha, durante dous annos, não deixariam de trazer

idéas uteis ao seu paiz. Ouvi com prazer a sua affirmativa de que a ordenação da marinha de França era a lei que regia todas as contestações nauticas de Portugal.

Vimos muitas baleias na costa e mesmo na Bahia. Uma baleia passou ao longo do nosso navio; um peixe menor, de cerca de quinze pés de comprido, a acompanhava, lançava-se fóra d'agua na altura de uns dezoito pés e recahia sobre aquella de cabeça para baixo.

Uns diziam que era um espadarte; outros que era um baleote brincando em volta da mãe.

Não sou capaz de decidir a questão.

II

Bahia. — *Domingo, 3 de Agosto de 1817.* — Ha apenas trezentos annos que um portuguez, chamado Alvarez, naufragou numa costa desconhecida.

Os seus companheiros de viagem foram devorados á sua vista pelos povos selvagens que a habitavam. O arcabuz de que estava armado e a sua presença de espirito no uso que delle fez, o salvaram de tão funesta sorte e lhe valeram tornar-se o chefe destes mesmos indios, cuja estima e respeito soube conquistar. Esta costa era a entrada da Bahia de Todos os Santos, onde me acho ha oito dias. Neste mesmo lugar, onde ha tão pouco tempo se encontravam a anthropophagia, a barbaria e os desertos, encontro uma grande e populosa cidade, habitação da opulencia, das artes, dos prazeres e da corrupção de costumes que os acompanham. E' S. Salvador da Bahia. Si os habitantes fossem os mesmos dir-se-ia que, em menos de tres seculos, assim se desenrolou a historia do homem, desde a sua partida do estado chamado de pura natureza ou primitivo até o da civilisação corrompida, de onde não pode mais declinar

para a barbaria, a menos que a sua razão não se retempere por alguns novos accidentes. Mas, não foram os antigos habitantes que povoaram o paiz; estes se retiraram para as selvas com a sua barbara innocencia; os avoengos dos brazileiros actuaes foram um punhado de aventureiros crueis, avidos e intrepidos. De semelhante origem não podia demanar uma philosophia muito sublime. Elles se corromperam sem haver passado pelo abuso das luzes, e hoje têm a possibilidade de serem reformados pela apparição destas mesmas luzes. Esta esperança é tão fundada quanto lisongeira, ao passo que na nossa Europa gasta pelas sciencias e pelos sophismas, não se pode esperar obstar o declinio da civilisação senão pelo esforço extraordinario de alguns genios tão raros quão desejaveis.

Seria curioso considerar a sorte futura da America e da Europa partindo deste ponto; que esta parece ter completado o cyclo da civilisação, emquanto que a outra não faz, por assim dizer, senão começal-o.

A vista da Bahia de Todos os Santos é uma das mais bellas que se possam contemplar; julgo-a superior á do Tejo; é tanto ou ainda mais extensa, e todavia os planos se apresentam muito mais distinctos.

A costa do continente corria quasi de N. E. para S. O.; para penetrar na bahia urge dirigir-se inteiramente para o Norte. Á direita está o Cabo de Santo Antonio, na extremidade do qual se eleva um forte e um pharol. O cabo é formado pelo flanco de montanhas escarpadas de umas 200 toezas de elevação, todo coberto de verdura e de casas de campo. A' esquerda demora a bella ilha de Itaparica, com seis leguas de comprido e duas de largo, cujo terreno montanhoso e arborisado se presta a todas as culturas; contém varios povoados e numerosos estabelecimentos agricolas. O canal que se-

para a ilha do cabo tem apenas duas leguas; d'ali o olhar abarca quasi toda a extensão da bahia, que tem pelo menos vinte leguas em volta, e na qual despejam numerosos rios, de margens pontuadas de povoados e algumas cidades importantes.

Ao N. O. se destaca da costa a ilha dos Frades e ao N. E. a de Maré. Mais proximo, e logo que se dobra o cabo, distingue-se a bonita ponta do Bomfim ou Mont-Serrate, com a sua igreja e o seu povoado, elevando-se em meio da brilhante vegetação brazileira. Entre Bomfim e o cabo de Santo Antonio rasga-se uma formosa bahia, de duas leguas de largura, no fundo da qual apparece a cidade de S. Salvador, edificada em amphitheatro sobre uma encosta muito escarpada. Varios edificios consideraveis lhe dão uma apparencia de grandeza e de magnificencia. Á beira-mar vê-se a Bolsa construida em um estylo grego bastante puro. De um flanco da montanha, amparado por muros enormes, está suspenso o antigo collegio dos jesuitas; mais acima salienta-se o theatro, mais pela sua massa do que pela elegancia; varias igrejas e algumas casas particulares bem construidas acham-se esparsas sobre esta montanha, em meio de jardins e de terraços gigantescos. Servindo cada edificio como que de envasamento a um outro, resulta d'ahi um conjuncto de grandeza que o olhar abarca mais facilmente do que si a cidade fôsse construida em uma planice. O desenvolvimento da cidade á beira-mar parece ser de quasi uma meia legua; só se percebe o que ella é quando a vista se tem successivamente transportado até o cimo da montanha.

Os navios estão fundeados a 200 ou 300 toezas em frente á cidade; não ha porto para protegêl-os e jazem sobre ferros aforquilhados; é tambem ali que cos-

forme bem se póde suppôr esta vista constitue o principal predicado das casas que a podem ter; um grande numero está neste caso e a sua situação é deliciosa, principalmente pèla manhã, porque o sol ao nascer illumina a ilha de Itaparica e o fundo da bahia. A' tarde recebem-se os raios do sol poente reflectidos pelas aguas do mar, o que é menos agradavel, pelo menos, até que o astro se occulte atraz da montanha de Itaparica. Posto o sol, o horizonte é da maxima magnificencia, si se apresenta apenas coberto por algumas nuvens douradas pelos ultimos raios do pae da luz.

III

Bahia.—*Domingo, 10 de Agosto de 1817.*—O theatro da Bahia é um nobre edificio que faria honra a uma das nossas cidades de segunda ordem em França. Tem quatro ordens de camarotes espaçosos e muito elevados para evitar os inconvenientes do calor. Numerosas e grandes janellas facilitam tão bem a circulação do ar que posso assegurar, ali fui menos incommodado do que em muitos dos nossos theatros da Europa.

Calculo que as quatro ordens de camarotes e a platéa podem conter duas mil pessoas.

A illuminação deixa a desejar; a decoração dos camarotes é muito simples e os assentos incommodos, inconvenientes que podem ser facilmente sanados.

O exterior do edificio ainda não está inteiramente acabado; mas, já produz o seu effeito.

O que resta a fazer, e são os caixilhos, é o que ha de menos importante para os espectadores em um clima como este; bem se poderia poupar a sua despeza.

O salão communica com um café, um bilhar e uma sala de jogo, e dá para um terraço de onde se avista

toda a bahia, o que é accessoriamente um dos mais bellos ornamentos.

As decorações são passaveis e resentem-se do gosto architectonico portuguez; aqui ainda são apreciados os refolhos e as volutas do seculo que precedeu ao de Luiz XIV; a pureza das linhas gregas ainda não fez fortuna aqui.

O estylo das decorações é o que supponho dever ter reinado na Italia no seculo XV; si é antiquado, pelo menos é brilhante; os ornamentos nos transportam a paizes phantasticos.

Certo, não foi precisamente a natureza que se quiz representar no theatro.

O jogo das machinas é tão completo quanto se o pode desejar fóra da nossa opera; todos os movimentos são ahi excutados, excepto o de palacios que se elevam de baixo da terra; o seu funccionamento, porém, é imperfeito: vi os anjos e os santos ficarem suspensos no ar pela machina que devia descel-os do ceu, e a parede de uma choupana ir misturar-se com as nuvens douradas do Paraiso.

Aliás, estes contratempos tambem occorrem na Europa.

Quanto aos actores quasi diria que nada valem; comtudo corre-se pequeno risco dando semelhante opinião.

Um estrangeiro é, entretanto, sempre um juiz suspeito, a menos que o seu ouvido não esteja habituado á declamação de uma lingua de que pouco entende.

Mesmo a pantomima, que é a linguagem da natureza, perde de valor aos olhos de alguem cujos ouvidos não aprehendem os discursos que acompanham.

Observei que os actores gritavam á porfia e accentuavam a expressão do seu jogo com grandes pancadas

com os pés no palco como costumam fazer nos nossos theatros dos boulevards.

A primeira actriz demonstrava intelligencia; a *graciosa*, que substitue as nossas confidentes e é encarregada dos ditos vivos e picantes, não parecia suspeitar do excellente partido que poderia tirar do seu papel.

O *gracioso* ou o bobo tinha um disfarce bastante agradavel e as suas chocarrices produziam effeito nos espectadores.

O primeiro actor representava como um possesso, e os outros como estatuas de marmore.

O guarda-roupa nada tinha de desagradavel e ao vestuario das damas apenas faltava gosto.

Representam dramas burguezes que muito me enfadaram e entremezes bastante allegres, recheiados de licenciosidades que excitam o interesse geral.

O que attrae o maior numero de espectadores é a representação de assumptos sacros, e que é tal como me figuro fossem os mysterios de outr'ora.

Eis dous que neste momento são levados á scena extraordinariamente.

O bispo habitualmente os ordena pela quaresma.

O primeiro e o mais notavel, pelo jogo das machinas e das decorações, é o de Santa Cecilia.

O auctor não pretendeu representar o triumpho da musica, a que não faz allusão, mas o de Deus sobre o demonio.

Santa Cecilia, dama romana, é christã; o imperador Maximino impõe o seu casamento com um capitão da sua guarda; mas, este é pagão; Ella o recusa e um prodigio confirma esta recusa: anjos descem do centro e proclamam que Cecilia pertence a Deus. O diabo apparece sob a forma mais odiosa e descreve todos os tormentos que experimenta; vae dar ao pagão conselhos

proprios a satisfazer a sua vingança; transforma-se em Mercurio e indica ao amante o caminho pelo qual fugiu a sua amante. Aquelle corre ao seu encalço á frente dos seus soldados e está prestes a attingir Cecilia. A joven começa a orar sobre uma montanha que se parte em duas e a separa dos seus perseguidores por um profundo abysmo. As perseguições se succedem e todas as vezes mensageiros celestes e novos prodigios a salvam. Um bello dia, os anjos a transportam a um convento de franciscanos e todos a gratificam de um osculo fraternal (rebentam as gargalhadas dos espectadores vendo os frades beijarem a donzella). Mas o diabo logrou tambem penetrar no convento, e sob o habito de um dos frades está a ponto de seduzir Cecilia. O Espirito-Santo desce sob a forma de uma pomba, desillude a santa, e o diabo reassume a sua forma infernal para experimentar todos os soffrimentos do despeito. O imperador vae casar-se no templo de Jupiter; sobrevem Cecilia para perturbar a festa e faz um bonito sermão sobre a doutrina christã; reboam trovões, desapparece a estatua de Jupiter e surge o proprio deus que não é outro senão o demonio. Este responde a Cecilia, e entre ambos trava-se uma longa controversia que não converte os pagãos. A santa recorre então aos grandes meios: começa a orar; o altar desmorona-se, transforma-se numa monstruosa cabeça de gato, de olhos flammejantes, que abre uma enorme guella ardente, que vem a ser um dos sumidouros do inferno. Vê-se nelle o diabo sob a fórma de Jupiter, debatendo-se em meio de chammas inextinguiveis que communicam o incendio a todo o templo.

Parece que nem o sermão nem o milagre conseguiram converter alguem; ao contrario o imperador condemna os frades ao martyrio; Cecilia vem ao seu encontro para com elles partilhar do triumpho; o im-

perador não consente e os frades seguem sós para o supplicio.

Ahi a Santa recomeça a prégar com tanto ardor e tamanha eloquencia que converte o seu amante, a mulher do imperador e varios officiaes; está a ponto de conseguir o mesmo effeito sobre o imperador, apezar de Mercurio que lhe murmura ao ouvido esquerdo e que, vendo a conversão prestes a operar-se, retoma a sua fórma diabolica e carrega com elle, por um alçapão, para as profundas do inferno.

Não se comprehende bem porque continue o supplicio dos frades.

A scena muda, e elles apparecem, estendidos sobre o cadafalso, entoando psalmos; accende-se uma fogueira, a chamma crepita, abre-se o fundo do palco e revela o Paraiso com todas as suas glorias; o signo de Jehovah surge no alto, as tribus celestes prosternam-se diante delle; ouve-se uma musica religiosa.

Cecilia e os quatro frades, vestidos de longos sobrepellizes e devotamente ajoelhados deixam a terra, que haviam sanctificado, e, coroados pelos anjos, se elevam para a mansão dos bemaventurados.

Todo o apparato das decorações é feito com muita pompa; os anjos são representados por mulatinhas bem polvilhadas; trazem nas cabeças capacêtes e pennachos, e nos hombros azas de plumas e de gaze; as suas tunicas são igualmente de gaze laminada e guarnecida de flores, destendidas em fórma de amplos e magestosos cestos; a sua declamação é a das felicitações de Anno Bom.

As suas entradas em scena são muito variadas e esgotam as combinações dos machinistas; apparecem, de ordinario, com o acompanhamento de bonitos trechos de musica.

O entrecho da peça seria muito susceptivel de interesse, como o é o espectaculo; é a lucta de *Oromaze et Arimane*, representada sob tantas fórmas nos nossos theatros; mas, o autor não tira della partido algum.

O todo é descozido.

Para divertir os espectadores permitte-se de pôr em scena um frade hypocrita que serve de joguête aos soldados.

Estes furtam-lhe o dinheiro que havia extorquido ás beatas, e são por isto punidos com prodigios burlescos.

O diabo tambem se diverte em prégar peças aos dous soldados bôbos, que são os *graciosos*.

O outro dramalhão pio a que assisti foi o de Santo Antonio. Como estava annunciado por pequena peça, esperava o espectaculo da tentação; mas, não foi tão alegre assim. O pae de Santo Antonio, victima de uma intriga, é condemnado á morte por um assassinato por outrem perpetrado.

Conduzem-no ao cadafalso, vestido de penitente, escoltado pelos irmãos da Misericordia, por um confessor, e com todo o apparato usado em Portugal. O condemnado pronuncia um discurso muito tocante protestando a sua innocencia; resigna-se; o carrasco vae feril-o; mas, Santo Antonio, estando a prégar a trinta leguas distante, tem a revelação do perigo em que se acha seu pae; suspende o seu sermão e corre sobre uma nuvem, para impedir a execução. Evoca o assassinado que sahe do esquife e designa o verdadeiro homicida. O santo toca o cadafalso que se transforma num bello tabernaculo, de onde o seu innocente progenitor surge, vestido de veludo e com a espada ao lado. Depois destes dous milagres, Santo Antonio serve-se do mesmo meio de transporte, para regressar ao lugar da predica, onde retoma o fio do sermão, sem que o audictorio tenha percebido a sua

ausencia. A peça é alegrada pelo criado do assassino, que se disfarça em frade, e prostitue o habito ás gargalhadas da canalha.

Os entremezes constituem o que ha de mais attrahente para os habitantes da Bahia; em breve será preciso que toda a representação seja de entremezes, como já se quiz que todas as grandes operas fossem constituidas de bailados.

Duas desengonçadas italianas, indignas de servir de figurantes nos nossos mais infimos theatros, mas, ricamente vestidas, dançam uns passos serios de modo lamentavel. Entretanto, como descobrem muitas nudezes, as suas attitudes forçadas agradam aos olhos dos amadores.

Os verdadeiros entremezes são de assumptos familiares; constam dos amores grotescos de um velho negro ciumento e de uma velha negra faceira; de um inglez ebrio estropeando o portuguez, de marinheiros portuguezes que travam rixa e saccam punhaes ou *facas*, de scenas de criados poltrões, de portadores espancados ou vilipendiados, etc., etc. O mais interessante a que assisti foi o de um velho taverneiro avarento e apaixonado por uma joven vendilhona. O velho está sempre a vacillar entre o seu amor e o seu cofre. A rapariga emprega todos os recursos da faceirice para conserval-o preso nos seus laços. O mais efficaz consiste em dançar diante delle o *lundú*. Esta dança a mais cynica que se possa imaginar, não é nada mais nem menos do que a representação a mais crua do acto do amor carnal. A dançarina excita o seu cavalheiro com movimentos os menos equivocos; este responde-lhe da mesma maneira; a bella se entrega á paixão lubrica; o demonio da volupia della se apodera; os tremores precipitados das suas cadeiras indicam o ardor do fogo que a abraza; o seu delirio tor-

na-se convulsivo, a crise do amor parece operar-se, e ella cahe desfallecida nos braços do seu par, fingindo occultar com o lenço o rubor da vergonha e do prazer.

O seu desfallecimento é o signal para os applausos de todas as partes; os olhos dos espectadores brilham de desejos por ella excitados; os seus gritos reclamam que recomece a lucta, e o que apenas se permittiria em um alcouce é repetido até tres vezes perante o publico de uma grande cidade civilisada. Ha senhoras nos camarotes e estas não coram; não se pode acusal-as de excessivo recato.

Devo, entretanto, dizer que as senhoras da primeira sociedade não vão ao theatro. Creio que uma das principaes causas disto é a exhibição do *lundú*. O *lundú* parece-se bastante com a dança dos negros; mas, aformoseado pela arte, está para esta como as figuras de Aretino, pintadas por um Annibal Carrache, estão para as grosseiras brejeirices de corpo de guarda.

Quem quizesse julgar dos costumes dos povos pelos seus theatros, teria que passar em revista as tragedias politicas dos inglezes, os dramas romanticos e exaltados dos allemães, as comedias maliciosas dos francezes e os entremezes licenciosos dos brazileiros.

Mas, não nos aventuremos a generalisar juizos sobre os costumes das nações, principalmente depois que ellas têm entre si tão frequentes communicações.

IV

Bahia.—*Domingo, 17 de Agosto de 1817.*—Um dos espectaculos mais interessantes que offerece a residencia na Bahia é o da pesca de baleias. Esta pesca se faz no proprio ancoradouro e até no meio dos navios fundeados diante da cidade. Póde-se aprecial-a das janellas de casa; mas, para melhor observal-a cumpre transpor-

tar-se á praia que separa a cidade do cabo. de Santo Antonio. E' ali, em diversas angras e do outro lado da ilha de Itaparica, que estão situados os estabelecimentos em que os animaes são desmembrados. Urge ter a boa sorte de ali chegar em occasião opportuna, e eu a tive. Todas as manhãs a bahia se guarnece de 40 a 50 chalupas, que se fazem de vela em busca dos cetaceos; estes manifestam a sua presença na bahia pelos seus jogos e pelos jactos d'agua que lançam pelas narinas.

As chalupas têm cerca de 36 pés de comprimento, são muito esquias e têm a pôpa construida igual á prôa, afim de poderem mais facilmente manobrar em todos os sentidos.

Trazem um mastro com uma véla a $^{2}/_{3}$ de verga.

A tripolação consiste em dez homens, oito dos quaes remadores, um patrão e um arpoador.

A armação compõe-se de varias chalupas, pois é preciso cercar a baleia, que evitando uma vae sahir ao alcance de outra.

Esta a persegue á vela até poder feril-a.

O arpoador está collocado de pé na prôa, tendo ao lado diversos ferros de promptidão; leva um delles em riste e lança-o com vigor á distancia de 15 a 18 braças.

Não se póde julgar da força deste movimento, senão considerando que para ferir os musculos do animal é preciso atravessar uma camada de toucinho de 12 pollegadas de espessura.

Logo que a baleia é ferida colhe-se a véla.

O arpéo desprende-se da haste e fica preso á chalupa por uma corda, que se deixa correr até a distancia de umas 20 braças; cada um dos movimentos do animal ferido e furioso arrasta a chalupa, e, visto a irregularidade destes movimentos, urge uma grande destreza para evitar que se sossobre.

O arpoador, sempre de pé na prôa, indica ao patrão todos estes movimentos e este governa de accordo; a lucta perigosa entre o poderoso monstro e a fragil embarcação dura de 30 minutos até 3 e 4 horas, e apresenta um espectaculo aterrador.

O arpoador repete os seus golpes, a baleia avermelha as aguas com o seu sangue, dá pancadas com a sua formidavel cauda, arrasta a chalupa até duas e tres leguas mar em fóra, e morre sem ter podido desembaraçar-se dos terriveis ferros que a prendem.

Assim que morre o animal uma bandeira dá o signal aos interessados que estão na praia; prendem um forte cabo á baleia, arrastam-na a reboque depois de ter içado a véla, e vão encalhal-a na bacia do estabelecimento em meio das acclamações da visinhança.

A baleia que vi pescar foi reputada pequena e como tendo apenas um anno de idade.

Tinha um pouco mais de quarenta pés de comprimento; as suas enormes mandibulas tambem mais de oito.

Infelizmente a maré enchia, e, comquanto a houvessem içado para terra com dous cabrestantes, não conseguiram pôl-a inteiramente em secco, o que me impedio de bem examinal-a toda. Tinha levado tres arpoadas; um dos ferros curvou-se de encontro a uma costella; levou quasi duas horas a morrer. Apanhei no seu corpo alguns destes molluscos chamados «piolho de baleia».

O córte principal é bastante rapido. Um negro armado de uma faca encabada numa haste de 3 a 4 pés faz um talho longitudinal da cabeça á cauda, e depois outros transversaes no sentido das costellas; levanta pedaços de toucinho de 200 a 300 libras, que outros negros retiram com croques. Todas as partes graxas pertencem ao senhor; a musculosa ou a carne é a recom-

pensa dos negros da chalupa, que acham logo compradores para ella, pois a gente pobre não desdenha como alimento. E' pouco attrahente.

Não pude assistir ao córte até o fim porque a maré subia; parece que o levam até o desossamento, porque vi carcassas de baleias anteriormente pescadas, completamente desconjunctadas sobre a praia.

Os habitantes fazem assentos das vertebras e cercas com as costellas. O ferro do arpão produz um ferimento de umas cinco pollegadas e peza quasi duas libras; é prezo á madeira da haste por meio de um simples alvado.

A preparação do azeite é muito rudimentar; corta-se a gordura em pedaços de cerca de duas libras e collocam-nos em caldeiras de ferro; a acção do fogo as faz fundir em menos de uma hora. O estabelecimento que visitei tinha 24 caldeiras da capacidade de dez tonneis; nelle póde se fundir uma baleia em menos de 24 horas. A construcção das fornalhas não é muito engenhosa; cada caldeira tem a sua fornalha e um conducto commum serve a todas para o escapamento da fumaça. Não sabem preparar aqui, nem o spermacete nem as barbas.

Demasiado occupado com a captura desta baleia o chefe do estabelecimento não póde responder com regularidade ás perguntas que lhe fiz. As informações que me deu sobre o conjuncto das operações da pesca e sobre os seus detalhes, são tão vagas e incoherentes que me dispenso de consignal-as aqui. Procurarei ulteriormente outras mais exactas e fidedignas.

No dia em que vi esta pesca haviam arpoado sete baleias na Bahia, e na vespera quatro. Foram dias muito felizes porque, mesmo durante a estação propria, passam-se semanas sem pescar uma só.

Ha oito dias que tres chalupas foram a pique, afogando-se os trinta homens que as tripolavam.

V

Bahia.—Domingo, 24 de Agosto de 1817.—As épocas são uma invenção humana, porque a natureza só conhece o movimento e não o tempo, que não passa de um composto deste mesmo movimento e do espaço. Como é pois que as épocas representam tão importante papel na historia dos nossos sentimentos? Como é que renovam n'alma recordações que nos seus intervallos parecem adormecidas? Não poder-se-á dizer que são sempre inventadas para distribuir o trabalho da memoria, porque sinto perfeitamente que, longe de assim serem de modo secundario, são hoje a causa, a causa primitiva dos movimentos interiores que experimento. A época de 24 de Agosto não volta nunca sem me trazer a idéa da minha união com a mulher que mais estimo no mundo, e esta união me apparece sempre sob as formas mais graciosas. Que influencia tem ella sobre o curso da minha vida? Que azares melhores ou peiores teria eu corrido sem ella? Apenas nisto penso. Sinto confusamente teria podido viver feliz sem esposa ou com uma outra mulher de igual merito. A imaginação que se apraz no incerto teria mesmo aqui numerosas tintas a empregar para me pintar uma carreira phantastica, aformoseada de mil felicidades. E, entretanto, si bem que eu tenha experimentado todos os revezes a que chamam de desgraças da vida, o meu coração não corre ao encalço de outra sorte; elle se entrega sem resistencia á felicidade do que existe, a de possuir uma boa esposa, uma carinhosa mãe de meus filhos, uma companheira que foi indulgente para a minha mocidade e será a amiga dos

meus dias de velhice. Oh! prestigios das paixões, porque não sois apreciaveis quando nos embriagaes? Quão cêdo o vosso brilho enganador se dissiparia á vista da tranquilla e solida felicidade que promettem a virtude e a amizade!

Para celebrar o anniversario de 24 de Agosto recolhi-me ao meu retiro da Victoria. Este aprazivel arrabalde dista tres quartos de legua ao sul da cidade. Situado na encosta da montanha, que fórma o cabo de Santo Antonio, domina a ilha de Itaparica e a bahia. Avançando-se um quarto de legua mais além, para a ponta, vê-se á direita e á esquerda os dous mares. O da direita é o ponto de que partirei; e o da esquerda me conduzirá ao meu lar, e o meu pensamento o atravessa com frequencia. Hoje, por exemplo, a vasta planice liquida não desperta em mim a idéa do infinito. Parece-me que no extremo azulado do horisonte percebo um ponto de onde descortinarei uma breve série de outros; o ultimo dos quaes seria a entrada do Loire. Acreditaria voluntariamente como uma criança, que toda a immensa bacia que se dilata aos meus olhos, só existe para receber as aguas do rio que occupa o meu pensamento.

O promontorio em que assenta o arrabalde da Victoria fórma, desde a cidade até á ponta do cabo, um triangulo quasi equilatero de uma legua de lado. Neste estreito espaço rasgam-se seis pequenos valles deliciosos; alguns delles são regados por limpidos riachos e estão animados de bellos jardins e lavanderias; outros são solitarios e profundos; uma sombra expessa os obscurece; a falsa baunilha, que tem o perfume da verdadeira, os embalsama; tudo nelles é calmo; o silencio só é interrompido pelo rumor do reptil que collêa entre as moitas. Os exaltados ouvem ali a voz solemne do deserto; eu percebo nelles a imagem do retiro mysterioso onde, sem

duvida, se eleva o palacio da meditação. Um outro destes valles vae desemboccar no lago do Dique, que cinge a cidade da Bahia como um semi-circulo e quasi que a isola do continente. Nas suas humidas cercanias a vegetação tem ainda mais vigor do que alhures; as altas plantas aquaticas vão se misturar ás moitas que cobrem a montanha; contém galhinholas e palmipedes desconhecidos na Europa; são tambem, dizem, o refugio da monstruosa serpente *Bôa,* que attingé até 25 a 30 pés de comprimento. Por entre as copas do arvoredo descobre-se a linda povoação de Nazareth. Duvido que se possa encontrar algo de mais interessante do que os valles romanticos que se avisinham da Victoria. Todas as formas, todos os tons, todos os contrastes, todas as harmonias estão ali reunidas. Sei gozal-as, mas não sei descrevel-as. Galgando-se as collinas encontra-se uma estrada soberba, devida aos cuidados do conde dos Arcos, e que liga as encantadoras casas de campo, ornadas de laranjaes, em cuja folhagem escura se destacam as suas flores roseas e alvas e os seus fructos de ouro; do seio das suas moitas ergue-se elegantemente a arvore amiga dos tropicos, o coqueiro, cujas frondes desgrenhadas se balançam mollemente nos ares. Estas enormes massas de verdura variam a paisagem e descançam a vista; são as mangueiras gigantescas, as jaqueiras de fructos monstruosos e os genipapeiros de tronco secular.

Servem de abrigo a mil habitantes brilhantes dos ares: o *soffrè,* de plummagem negra e amarella, ali suspende o seu ninho engenhoso; o *bem-te-vi* faz ouvir o seu engraçado canto e as *rolas* arrulham os seus amores. A brisa agita a sua folhagem e o ruido que produz é igual, e se confunde com o das vagas, que vem se quebrar espumando sobre os rochedos da praia.

A vista da bahia completa o interesse do quadro.

Os barcos do paiz atravessam-no em todos os sentidos; longas canôas, construidas de um só tronco de arvore e impellidas a remo, costeam as suas margens; as baleias lançam das narinas mil jactos d'agua e são perseguidas pelos intrepidos pescadores; embarcações se apparelham para partir e os amigos se dizem adeus.

Um signal se eleva sobre o forte de Santo Antonio; é repetido por todos os outros e descobre-se no horisonte um ponto apenas perceptivel. E' um navio que quer entrar; approxima-se; observa-se já a sua mastreação, depois as velas; avança magestosamente. Ao entrar nas aguas da bahia cessam os seus violentos balanços; vê-se a manobra; distinguem-se os marinheiros sobre a coberta; partilha-se da alegria que experimentam ao surgir no porto. A embarcação dobra a ponta, dispara um tiro de canhão, e desfralda o branco pavilhão francez. Logo partem botes da praia e vão ao encontro de noticias da patria. Doce momento, sem duvida, para os que chegam o de serem acolhidos por compatriotas; mais doce momento ainda para os que só vivem como exilados e que um laço eterno liga sempre ao inolvidavel lugar do seu nascimento.

A casinha humilde que occupo dá para a praça do arrabalde. Tem por traz um pequeno jardim, apenas separado do campo por uma cerca de limoeiros de meio dos quaes a delicada sensitiva projecta os seus ramos espinhosos. Está inculto, e Deus me guarde de fertilisal-o. Receiaria com a primeira enxadada começar a cavar o meu tumulo nesta terra extrangeira. Oh! meus caros filhos! não quero descer a elle sem vos ter visto ainda uma vez e apertado nos meus braços.

Deante da minha morada está situada a igreja e o seu modesto presbyterio. Nos dias de festa quinze ou vinte palanquins trazem a ella as senhoras da visi-

nhança; devem occultar-se cuidadosamente durante o transporte, mas a curiosidade ou o desejo de agradar fazem-nas muitas vezes afastar as cortinas douradas que as cobrem. As mulatas e negras, apenas vestidas de uma camisa de gaze ou de musselina clara, deslumbrante de alvura, de rendas e d'uma saia de chita de grandes ramagens, vão á missa descalças; trazem a cabeça envolta num lenço muito graciosamente disposto em turbante; algumas tem o collo e os braços carregados de cadeias de ouro e de relicarios do mesmo metal; todas trazem amuletos suspensos sobre o seio. Os homens, trajando calças e japona brancas, parecem ir á missa com indifferença. Ha, entretanto, multidão na igreja, e pode-se calcular dez ou doze pessoas negras para cada branca. Nos dias ordinarios o sachristão acende cirios na solidão; a voz monotona e compassada do celebrante resôa no espaço ermo e vem até á minha morada; apenas um menino responde-lhe gaguejando e a campa então não provoca nenhuma prosternação.

Na parede exterior da minha casa ha o nicho de uma Nossa Senhora muito mais festejada do que o Christo. Todas as noutes acendem velas em sua honra e os negros vêm cantar litanias. Estes homens timidos não ousam dirigir-se directamente ao Todo Poderoso; procuram medeiadores, e que medeiação mais tranquillisadora do que a de uma mulher, e, sobretudo, de uma mãe?

Atraz da igreja a montanha desce bruscamente para o mar. Uma vereda tortuosa e sombria conduz á praia; ali, ao pé de um rochedo a pique de cerca de 300 pés de altura, se acha a fonte d'agua dôce que abastece o arrabalde da Victoria, á razão de 12 garrafas por minuto. Vê-se, durante o dia inteiro, as mulheres conduzindo sobre a cabeça um vaso de barro de forma antiga, descer e subir a vereda. O seu vestuario muito succinto

deixa perceber toda a belleza dos seus hombros, o elegante torneado dos seus braços e a flexibilidade do seu talhe.

Quando se agrupam para conversar, em redor da fonte, formam quadros dignos do pincel de Claudo Lorrain, assim como o proprio lugar. Realmente é preciso que sejam muito graciosas para que assim façam esquecer a differença da côr da pelle. Com um pouco de imaginação e recordando que, queimadas pelo sol da Mesopotamia, Rachel e Lia deviam ser um tanto morenas, não seria difficil ver na fonte da Victoria as scenas das filhas de Laban com Jacob. Os amantes vêm ali ajudar as suas pastoras a tirar agua e tambem a carregar o pote até a meia-encosta. Param para conversar, offerecem-se flores, as moitas estão bem proximas!... Mil vezes fui testemunha destas pequenas astucias, e não podia privar-me de sorrir com interesse. Em todos os climas, sob todos os aspectos, o amor é o primeiro e o mais dominador de todos os sentimentos; e assim devia ser. Deus creando o homem para soffrer, teve que contrabalançar o tedio da vida, resultante do soffrimento, por uma energia igual do pendor que a perpetúa.

Sem esta sabia previdencia a raça humana ter-se-ia extinguido. As minhas ardentes beldades africanas entram nas moitas talvez um pouco mais cedo do que as nossas senhoras civilisadas; mas, estas tambem não acabam sempre entrando nellas? Um pouco mais ou um pouco menos de ardor, eis toda a differença. O fundo do sentimento é ainda o mesmo que o resultado da sensação.

Ao pé do rochêdo da fonte, do lado do sul, ha uma pequena angra cercada de blócos, que evidentemente rolaram do alto da montanha, porquanto a sua base é de um schisto micaceo muito compacto, e o seu cimo uma brecha imperfeita ou mesmo um *pudding*, pois nelle se

encontram muitos seixos rolados. Ora, os blócos são do mesmo material do cimo. As vagas minaram-nos pouco a pouco, destruindo o cimento do *pudding*, os calhaus desprenderam-se, foram arrastados pelas ressacas, e ficaram escavações bastante vastas recobertas por abobadas pouco espessas ameaçadas da mesma destruição. No entretanto estas abobadas formam grutas, ora seccas, ora inundadas segundo o refluxo e o fluxo. São asylos encantadores contra o calor do sol. Uma destas grutas, muito irregular, sem duvida, e mais ou menos embaraçada, tem, entretanto, 25 pés de profundidade sobre 3 a 10 de largura variante; quando o mar deixa em secco o seu sólo de areia pura, a altura é de cerca de sete a oito pés.

Aproveito o momento em que tem de 3 a 4 pés d'agua, e quando o calor é asphyxiante, para ali gozar do prazer de um banho. O mar vem bater com ruido de encontro á parede posterior da gruta, quebra-se e, por effeito do remoinho, penetra por diversas fendas neste novo palacio de Amphitrite, proporcionando ao banhista duchas tão graduadas quanto beneficas aos musculos, cuja elasticidade a transpiração incessante tende a enfraquecer.

Do fundo desta gruta, onde só se ouve o ruido das vagas, o olhar vae se perder no alto mar, depois vem encontrar a ponta de Santo Antonio da Barra, onde ha um convento fortificado que parece suspenso sobre o abysmo; percorre em seguida quasi todo o contorno da angra, e vem pousar com prazer sobre o rochêdo ao pé do qual brota a fonte.

O flanco do rochêdo acha-se alcatifado de uma verdura tanto mais fresca quanto é humedecida pelas infiltrações da fonte. Nas fendas se implantaram cactos e bromelias, retendo o humus onde vicejam mil grammineas variegadas; cipós floridos cahem em longas

grinaldas e o cimo é coroado de bananeiras e de mangueiras.

Nos lugares nús da rocha os lagartos, aqui de numerosas especies, vêm respirar o ar, lançar a sua lingua afiada e perseguir os insectos com admiravel agilidade. Vi duas cobras virem ali enlaçar-se ao sol, fazendo brilhar os seus anneis deslumbrantes de ouro e de azul. Nos seus jogos amorosos deixaram-se cahir e rolaram até o sopé da montanha; os negros mataram-nas logo; tinham tres e meio pés de comprimento, e eram cobras de coral, reputadas tão venenosas quanto a surucucú.

Não ha conchas na praia, nem stalactites nas grutas, porque estas não são calcareas. Estes dous ornamentos faltam ao seu encanto. Apenas vi ali uns caranguejos muito pequenos e tambem uma especie de bicho de conta, que vive tão bem n'agua dôce como na salgada. Em dias de borrasca a angra é frequentada por albatrozes, gaivotas e procellarias; alguns destes passaros se precipitam, de cabeça para baixo, de uma altura de 60 a 80 pés, cahem como uma pedra, mergulham, desapparecem durante 30 a 40 segundos e resurgem com a sua preza. Pode-se matal-os facilmente a tiro, mas não prestam para comer. Pesca-se ali tambem, algumas vezes, tartarugas de 70 a 90 libras. Por entre os rochêdos vê-se aqui e ali restos de baleias.

Muito perto da minha casa fica a igreja chamada de N. S. da Graça que é administrada por conegos ociosos, mas polidos; raramente os encontro com vestes ecclesiasticas; de ordinario trajam jaquetas e calças de chita como os outros habitantes. Sendo o voto de castidade, aqui considerado como mera formalidade e sem obrigação real, as suas intrigas amorosas não provocam escandalo e elles não renegam os seus filhos.

Cito a sua igreja porque é, dizem, a primeira que

foi levantada no Brazil; nada contém de notavel a não ser dous antigos quadros representando vistas da Bahia e as allianças entre os portuguezes e os indios que habitavam então as suas cercanias.

O arrabalde da Victoria é quasi que exclusivamente occupado por estrangeiros e burguezes da Bahia, e por isso não se pode ali bem apreciar os costumes brazileiros. Vivo muito retirado com um só negro que me serve de cosinheiro; occupado além disto, com negocios litigiosos e desagradaveis, experimentando pouco desejo por conhecer a sociedade. As minhas distracções consistem em recordações e devaneios, pois, quanto a projectos de ha muito que não alimento mais as suas illusões.

Meditando, pois, nos recursos que este paiz offerece a um europeu pouco abastado, que possa ou deva romper os laços que o prendem á patria, acho que pode escolher entre varios meios de vida.

Aprecia elle a indolencia e o repouso? Victoria lhe offerece um asylo encantador. Acham-se ali todas as commodidades da cidade e todas as vantagens de um campo delicioso sob o melhor clima do mundo, onde os vestidos e os moveis não passam de incommodas vaidades, onde a sobriedade é tão facil quão benefica, e é possivel conciliar a sabia economia á doce indolencia. O Brazil offerece o que a Europa recusa geralmente; quero dizer, a possibilidade de viver ocioso.

Gosta elle da sociedade e das intrigas amorosas? Sua alma e os seus sentidos são accessiveis aos encantos da volupia? Que lance a vista sobre estes grandes olhos negros, scintillantes de desejos, que da janella parecem estar espreitando homenagens; que lhes dirija um ramalhete ou um suspiro, e lhe prometto tantos gosos quantas

inquietações, ternuras e ciumes, caricias e perfidias são precisas para fazel-o lamentar a perdida tranquillidade.

Si ama a vida contemplativa, si o seu espirito se apraz na pesquiza das verdades especulativas, si a creação lhe falla pelas suas obras, em parte alguma ouvirá linguagem mais eloquente. Livre dos cuidados da vida physica sem estar sepultado no tumulo de um claustro, é no meio das flores e das maravilhas da natureza, é no seio dos mais innocentes lazeres que poderá exercitar e e aperfeiçoar os recursos da sua intelligencia, que poderá trabalhar em fazer recuar as fronteiras da philosophia.

Esta se forma na solidão, antes de se transportar á sociedade. A philosophia dispensa perfeitamente a erudição; Pascal, Mallebranche e Buffon tinham lido pouco. A influencia do clima não a affecta pois, os Sadis, os Agostinhos e Platão viveram sob os tropicos. Assim pois no isolamento da Victoria, nem a ausencia de bibliothecas, nem os raios perpendiculares do sol serão verdadeiros obstaculos ao seu progresso, porquanto, terá diante de si o bello livro da creação que fornecer-lhe-á bastantes factos e idéas.

Mas, si o amor do trabalho estimula a sua actividade? Disperta a sua industria o desejo de augmentar o seu bem estar material? A carreira abre-se diante delle tanto mais promettedora de successo quanto a indolencia dos brazileiros pouca concurrencia lhe offerece. A abundancia de talentos na Europa faz com que tal trabalho ali sustente apenas ou miseravelmente o que a elle se entrega noute e dia, emquanto a simples fiscalisação do mesmo trabalho recompensa aqui com liberalidade a quem lhe consagra alguns breves momentos. Com alguns negros, um pouco de horticultura, criação de aves e de gado, encontra-se no mercado da cidade

compradores por preços que podem satisfazer a votos modestos e solidos.

Mas nem todas as aspirações são tão limitadas. Veio-se para enriquecer; quer-se ganhar uma fortuna, realisal-a e regressar á patria, empregal-a em restaurar as ruinas do solar paterno. As contingencias do commercio maritimo são illusorias; nelle já se acham empregados grandes capitaes, accidentes ruinosos o ameaçam. Lançae, pois, intrepidamente mão da enxada; fazei o sacrificio, muito pequeno aqui, dos prazeres da sociedade, e penetrae nas florestas virgens. Gratuitamente vos concederão 3000 geiras de terra de prodigiosa fertilidade. Levae uma duzia de negros e procurae a visinhança de um rio. Ali chegando, derrubae as arvores para a construcção da vossa cabana; as suas paredes serão de barro, o seu tecto de folhas de palmeira; não tendes necessidade de um palacio. Armae a vossa rêde e estareis installado. A vossa espingarda sob o braço, caçareis no vosso vasto dominio e a vossa mesa cobrir-se-á de iguarias. Distillareis um pouco de mel em grosseiros alambiques de barro e tereis fornecido o vosso celeiro. Este celeiro atrahe os Indios, hoje innocentes e timidos, e por alguns copos de aguardente elles se incumbem de caçar para vós e mesmo ás vezes de ajudar no trabalho de desbravamento. São inconstantes, vos deixam em breve, mas o seu trabalho vos fica.

Decorrem oito mezes com as provisões que houverdes trazido; mas então tereis colhido a quantidade de mandioca necessaria para alimentar a vossa gente. As vossas clareiras se augmentarão, tereis revolvido ligeiramente o sólo, confiando-lhe sementes de algodão e de café. Desde o primeiro anno, aquelle recompensará os vossos labores; o café leva mais tempo, mas a sua producção é menos variavel. Dez negros, que vos custaram dez

mil francos e cujo sustento é quasi nullo, dar-vos-ão 60 quintaes de algodão ou 100 quintaes de café.

O seu producto será de 6000 a 8000 francos, que convertereis em novos braços; o segundo anno vos renderá 12,000 francos e esta progressão em pouco tempo fará de vós um homem abastado, porque vendendo a vossa propriedade realizareis tambem o valor dos vossos negros.

Aguardae o momento em que após dez annos de trabalho fructuoso, durante os quaes o amor da familia talvez se tenha adormecido, a vossa imaginação vos recordar a sombra do olmeiro onde brincastes na vossa infancia; preparae-vos para as mudanças que se tenham operado na vossa ausencia e voltae para junto d'aquelles que foram crianças da vossa idade. Vossa mãe achava-se enferma e na penuria; o vosso regresso retardará a sua descida ao tumulo; os vossos velhos amigos sel-o-ão ainda, porquanto não tivestes com elles questões de interesses, vossos conhecidos receber-vos-ão de braços abertos porque sereis rico.

VI

Bahia.—*Domingo, 31 de Agosto de 1817.*—Sabe-se que o rei de Portugal, cessando de considerar o Brazil como uma colonia, desde que para aqui transferio a séde do governo, elevou-o á dignidade de reino, e reunio as suas possessões da Europa e da America sob a denominação de Reino-Unido de Portugal, Brazil e Algarves. D'ahi resultou que os Portuguezes e os Brazileiros se tornaram concidadãos e se lhes recommenda que se tratem como irmãos. Como é, pois, que a administração trata os dous paizes como extranhos um ao outro? (1)

(1) Sou depois informado de que o rei nomeou uma commissão para estabelecer um codigo commercial de accordo com a união.

Que a manufactura do fumo seja um monopolio na Europa e livre aqui? Que o algodão do Brazil, tendo já pago um direito ao ser embarcado, paga ainda outro ao entrar em Lisbôa, mesmo quando não é ali consumido? Que as chitas de Portugal paguem um direito de sahida e aqui outro de entrada? Não dir-se-hia que o Brazil trata Portugal como paiz conquistado e queira cessar o commercio com elle?

Que pensar quando se vê as mercadorias inglezas admittidas no Brazil ao direito de 15 °/₀ e as da mesma qualidade importadas de Portugal pagarem 16 °/₀, sem contar que estas ultimas já haviam pago um direito de sahida antes de deixar a Europa, emquanto que as primeiras ali gozam de um *drawback?*

Porque são prohibidas em Portugal as sêdas francezas e admittidas no Brazil? A fabrica real de Lisbôa não deveria exercer o seu privilegio em todas as partes do Reino-Unido?

Eis algumas perguntas que um estrangeiro póde fazer sem indiscripção e sem nada ousar censurar.

A sua repugnancia em approvar este systema é talvez filha da ignorancia.

Confesso a minha.

A revolução de Pernambuco não teve aqui um só adepto; censura-se algumas vezes os que administram as finanças no Rio de Janeiro, mas, testemunha-se respeito ao rei; crê-se que está penetrado das melhores intenções, e é infelizmente algumas vezes enganado.

Este feitio da opinião publica é honroso para o soberano e tranquilisador para a nação.

A administração do governador Conde dos Arcos havia já excitado o reconhecimento; o successo das suas providencias por occassião da revolta de Pernambuco produzio admiração. Um e outra são fundados. Deve-se

á primeira numerosos melhoramentos, a Praça do Commercio, o Jardim Publico e bellas estradas nos arredores da cidade; existe uma só opinião quanto á imparcialidade das suas decisões e a rectidão dos seus julgamentos. Ninguem ousaria gabar-se de ter sobre elle qualquer influencia. Quanto ao negocio de Pernambuco, não ha duvida que foi tão promptamente terminado pela presteza com que elle operou o bloqueio e expedio ao suas milicias. A expedição do Rio de Janeiro só tendo apparecido no mez de Julho, ha toda razão para crêr que, durante quatro mezes de tranquillidade, os republicanos teriam tido tempo para se organizarem de modo a opporem maior resistencia. O bloqueio tornou realistas os negociantes e a tropa avançando por terra arrastou comsigo os camponios que não houvera tempo de terem sido seduzidos.

Estas duas medidas foram effeitos da providencia do Conde dos Arcos e vão valer-lhe o ser chamado para o ministerio; deixará a Bahia coberta de bençãos.

A tropa, que tinha sido enviada por terra, foi embarcada em Pernambuco no *Vasco da Gama*, navio de 74 canhões; partio onze dias antes de nós e conta já 48 dias de viagem; não apparece ainda e surgem inquietações, pois, traz a bordo 1100 a 1200 homens quasi todos da Bahia. Muitas familias estão afflictas.

O Sr. Conde dos Arcos acolhe os estrangeiros com affabilidade captivante; mostra grande benevolencia para com os Francezes, conhecendo e apreciando a sua lingua e literatura e admirando as virtudes guerreiras.

Na audiencia que teve a bondade de me conceder, em vez de um grave governador cheio de arrogancia, encontrei um cavalheiro de melhor tom, instruido e ardoroso, animando com graça todos os assumptos da conversa e aformoseando-os por meio de uma philosophia

independente e amavel. Jamais grão-senhor me inspirou, tanto quanto elle, o desejo de tornar-me seu amigo.

Offerecendo-lhe os testemunhos da minha veneração, lamentei não poder dar-lhe a conhecer os sentimentos que fazia nascer no meu coração.

VII

Bahia. — *Domingo, 7 de Setembro de 1817.* — Acabo de passar a noute em um grande baile, que os negociantes da Bahia offereceram ao Conde dos Arcos, em gratidão pelos serviços e pela protecção recebidas durante a sua administração; o motivo era louvavel e a execução foi igualmente honrosa para os promotores da festa e o illustre convidado a quem acolhiam. O seu retrato, em corpo inteiro, foi collocado no salão da Praça do Commercio onde se realisava a festa, e uma excellente gravura do mesmo retrato foi distribuida pelos convidados.

Esta ultima galantaria é delicada e merece ser renovada em outras circumstancias semelhantes. Ao prazer de render homenagem ao Conde se misturava outro um pouco menos puro. Sabia que haviam sido convidadas duzentas senhoras, e preparava-me para assistir a uma reunião grotesca, vestidos ridiculos e maneiras anteeuropeas. As amostras que tinha visto em Pernambuco, onde só se sabe dansar o *lundú*, davam-me a esperança de que a festa na Bahia fôsse ainda mais divertida, fazendo resaltar a ingenuidade dos costumes crioulos sob uma maior ostentação de adornos; sabia que a cidade inteira estava alvoroçada por este motivo.

Fui consideravelmente desenganado e mesmo duplamente surprehendido, porque não só Gabotti ou Hogart não teriam encontrado ahi um só traço de caricatura,

como ás senhoras não faltava gôsto nem mesmo certas graças.

E' verdade que em vez de 200 senhoras havia apenas 43, quasi todas de Lisbôa; certa inquietação quanto ás precedencias retivéra em casa muitas dellas, e grande numero de familias achavam-se consternadas com a demora extraordinaria do navio — *Vasco da Gama*, que ainda não apparece, após 56 dias de viagem, e transporta a flôr da mocidade bahiana.

Um navio francez, ha pouco chegado, trouxéra os objectos da moda e as toilettes, todas muito elegantes e bem talhadas. Para usar os vestidos francezes fôra preciso recorrer aos espartilhos, e o collête estabelece aqui uma distincção muito pronunciada entre as senhoras que se querem modernisar e as que se apegam aos costumes da terra. Compararia esta differença com a que existia entre as senhoras que pintavam as faces de carmim e as que o não faziam. Os diamantes offuscavam a vista; estes não vinham de França, pois, estão aqui na sua terra natal.

O numero dos cavalheiros subia a cerca de 200; os portuguezes trajavam quasi todos a casaca de sêda á franceza, bolsa e espada: era um tanto serodio. A solemnidade do dia exigia discursos e recitativos; o pobre do Conde teve que supportal-os, e foi incensado por tal fórma que, por maiores que fossem os seus meritos, não podemos deixar de lamental-o participando do seu aborrecimento. Aliás, como eram de praxe, foi preciso ouvil-os.

Um concerto de piano e outro de flauta, executados por amadores, teria talvez produzido effeito em um salão; mas, os sons perdiam-se na vastidão daquelle local. A senhora que executou ao piano fêl-o com graça verdadeiramente franceza. Em seguida dançaram uma gavota e uma *allemanda*; Mme. B. . . . a, trajando de nympha,

executou muito lindamente a gavota; a *allemanda* foi dançada por uma criança; como esta dança é uma verdadeira pantomima e como as senhoras portuguezas possuem outra da mais viva expressão, a *allemanda* deve agradar-lhes e não duvido que saberiam executal-a com primor.

Entre as 43 damas muitas eram já matronas, ou de uma corpulencia ou educação que não lhes permittia dançar; entretanto conseguio-se reunir umas 14 ou 15 para executar as danças inglezas; como é de suppôr não eram das menos gentis, dançavam com ardor e alegria, o que vale mais do que a dança compassada das nossas patricias. A ceia foi servida em um bellissimo salão, expressamente construido para este fim, com vista para o mar; foi de 400 talheres. Não havia iguarias delicadas; mas, as mezas scintillavam de vellas e de crystaes. Sentado entre duas moças portuguezas, destas que chamariamos em França de *bonnes enfants*, diverti-me immensamente; ignoro o que se passou alhures. Numerosos criados circulavam por traz das cadeiras e serviam com presteza. As saúdes foram bebidas com prazer, mas, com demasiada semcerimonia. Era o momento proprio aos discursos, porém, não houve um só.

Estes brindes não contribuiram pouco para animar a juventude de ambos os sexos ás danças que se seguiram á ceia; é difficil executal-as com mais ardor e abandono. Era tal a louca alegria que, por momentos, suppuz fossem propôr as danças creoulas; mas, o decoro a isto se oppunha.

Em resumo a festa foi tão bella e organisada com tanto cuidado como sel-o-ia em uma das nossas cidades provinciaes da França; nesta ver-se-iam somente menos diamantes e menos vestidos guarnecidos de prata e ouro.

Teria preferido um baile brazileiro a uma festa

européa; mas, não tive escolha. A frequente communicação dos povos entre si vae fazer, dentro em pouco, desapparecer as peculiaridades que os distinguem, e em breve não haverá mais Atlantico, como já não ha mais Pyreneus.

VIII

Bahia—*Domingo, 14 de Setembro de 1817.* — Vida campestre, delicioso e pacifico refugio da candura e da innocencia; é no teu seio que, longe do impuro turbilhão das cidades, encontramos o reino das tranquillas e tolerantes virtudes. Tu és o asylo dos costumes virginaes da idade de ouro, puros como o ar embalsamado que nos faz respirar. A doce benevolencia de castos amores, a piedade filial estabeleceram em ti o seu imperio. A negra inveja, o odio assassino não ousam transpôr o teu sagrado recinto; a satyra deixa cahir o seu latego sangrento e a perfidia foge á vista da terna e indulgente amizade que véla á tua porta para acolher o fraco e consolar o desventurado. Oh! poetas, como fôstes bem inspirados quando elevastes o throno da virtude sobre um plintho de musgo e de flôres campesinas! Taes eram os pensamentos que me occupavam de volta de uma reunião que, na bella povoação da Victoria, o Sr. C. nos proporciona todas as segundas-feiras.

. . . . . .

. . . . . .

IX

Bahia—*Domingo, 21 de Setembro de 1817.* —Ha aqui dous jovens naturalistas allemães de quem a Europa deve esperar o conhecimento do Brazil. Um delles, o Sr. Sellow, viaja para a Academia de Berlim; o outro, o

Sr. Freyreiss, a expensas não sei de qual côrte da Allemanha. Ambos cumprem ainda ordens e executam encommendas de alguns outros poderosos amadores. Comquanto viajantes em concurrencia unem liberalmente os seus esforços. Parece mesmo que até hoje as suas collecções tem sido quasi que em commum com o principe de Neuwied, que com elles viajou nas provincias meridionaes do Brazil e acaba de partir para a patria, levando os manuscriptos destinados á publicação da primeira parte da sua obra.

Estes tres naturalistas consagraram dous annos a visitar o Brazil desde São Paulo até aqui; os dous que ficaram, pretendem ainda empregar tres annos a explorar o paiz até o rio Amazonas.

O Sr. Sellow foi incumbido de estudar a zona littoranea, até a profundidade de 50 a 100 leguas desde o ponto de partida; o Sr. Freyreiss examinou as provincias de Minas-Geraes e Matto-Grosso e o districto Diamantino; durante este tempo o principe de Neuwied visitava as regiões intermediarias. Actualmente os dous primeiros têm o encargo de percorrer Pernambuco, as margens do rio S. Francisco, e de ir em busca dos rios Tocantis e Amazonas. Cada um delles examinará as margens de um destes rios. Quando esta obra for terminada, teremos na Europa uma noção assaz completa do Brazil, salvo as mudanças a que os seus destinos o conduzem.

Estes viajantes se occupam mais com a historia natural do que com a historia physica do paiz. Entretanto não desprezam esta inteiramente. Pareceu-me que estavam atemorisados pela maneira por que o Sr. de Humboldt tratou desta ultima na sua viagem ás colonias hespanholas, e que receiam, provavelmente com justa razão, não poderem attingir a mesma elevação, e se dedicam

á historia natural que exige um espirito methodico, paciencia e menos genio.

Cada um delles tem em sua companhia de 15 a 20 caçadores negros, cabôclos ou indios, e são recommendados pelo governo real. Em paga desta protecção devem enviar para o Rio de Janeiro uma amostra de cada um dos objectos que colleccionarem, o que dará logar a formação de um bello museu nacional na capital do Brazil.

Viveram muito tempo em meio dos selvagens, chamados Botucudos, conhecidos por Aymorés na *Historia* de Beauchamps. Estes Botucudos introduzem no labio inferior um pedaço de madeira, que o torna proeminente de duas pollegadas e lhes dá um aspecto hediondo; alongam tambem as orêlhas até fazel-as cahir sobre os hombros. O Sr. Sellow traz comsigo um destes Botucudos que falla regularmente o portuguez. São muito bons caçadores; a quarenta passos a sua flexa não erra o beija-flôr e são mais ousados do que os negros em penetrar no matto.

Os Botucudos levam vida quasi que errante; edificam choças, plantam um pouco de mandioca; mas, mudam frequentemente de acampamento porque a caça é sempre a base da sua alimentação. Não têm governo e as tribus ou familias vivem em guerras continuas. Temem e detestam os portuguezes, sem reconhecerem o seu jugo; guardam persistentes a lembrança de antigas offensas e soffrem com o desprezo que se lhes testemunha. Censura-se o governo por nada ter feito para civilisal-os; crê-se que não seria difficil conseguil-o. Não se observou entre elles nenhum systema religioso apparente; entretanto, os naturalistas allemães notaram que sempre se mostravam mysteriosos até um certo ponto e presumem que o objecto deste mysterio é um culto qualquer. Não apresentam vestigios de anthropophagia, pelo menos

negam-na sempre. As relações dos missionarios, porém, attestam a existencia deste horrivel costume entre elles ha apenas um seculo; mas, a tradição dos selvagens é tão fraca que não guardam lembrança dos trabalhos dos Jesuitas.

Os viajantes affirmam que ha tribus, residindo a 200 e 300 leguas da costa, que não foram visitadas; talvez a anthropophagia ainda ali reine; os Botucudos, porém, não lhes poderam fornecer nenhuma informação segura a respeito.

Estes selvagens acham-se espalhados pelo interior entre o Rio de Janeiro e a Bahia, sobretudo 40 leguas acima da foz do rio Belmonte. O Sr. Sellow crê que o seu numero não vai a 3 ou 4.000 almas.

A lingua dos Botucudos não tem palavra especifica para a affirmação ou a negação. E' quasi a mesma cousa como em portuguez. Pergunta-se: Chove? A resposta é: Chove. Vaes amanhã á cidade?—Vou. Com effeito poderia passar-se muito bem sem «sim» e «não»; mas, são palavras muito commodas para abreviar a oração, pois cada uma dellas encerra uma oração.

A physionomia destes selvagens é absolutamente a mesma dos indios que vi em Pernambuco. A côr é a dos mulatos, mas, os cabellos são lisos; o rosto chato e quadrado; o angulo facial mais aberto do que o dos negros; o nariz um pouco achatado; os olhos pequenos e obliquos como os dos chinezes e tartaros que vimos em Paris, mas, os labios são delgados como os dos europeus; aos membros, em geral curtos e reforçados, falta a graça dos negros.

Vivem absolutamente nús e em bandos de 40 até 50. O que me parece os distingue dos selvagens da America Septentrional, tanto quanto posso conhecer estes ultimos pelas narrativas dos viajantes, é a cultura da

mandioca, que é ou lhes prepara um primeiro passo para a civilisação, e, por outro lado, a falta de organisação politica os fará succumbir tanto mais depressa ao contacto desta civilisação.

Os selvagens Botucudos quasi que não têm communicação com a costa. O Sr. Sellow diz que, desde o Rio de Janeiro, não se anda sete ou oito leguas sem encontrar na costa algum povoado portuguez; são quasi todos bastante miseraveis e sem o menor interesse pelo commercio exterior; os seus indolentes habitantes apenas cultivam um pouco de mandioca, vivem de mariscos e caranguejos. Os mais activos têm canôas para a pesca ou espingardas para caçar macacos; alimentam-se de alguns reptis, principalmente de lagartos, que tambem figuram nas mezas bahianas. A população portugueza que vegeta no Brazil mercê da insignificante cultura da mandioca é immensa. Isto explica como tres milhões de habitantes não fornecem ao commercio mais generos do que S. Domingos. A provincia mais interessante é a de Minas, que conta um milhão de habitantes; fornece poucos generos para o commercio, mas produz muitos para o consummo interno. Fabricam ali alguns tecidos de algodão. Concebe-se que não é apenas com a extracção de 30.000 marcos de ouro que se occupa toda aquella população, e sim a pequena lavoura que, nós europeus, acostumados a não vêr nos productos da America senão assucar, café e algodão, desdenhamos.

Estes pequenos povoados têm, entretanto, magistrados e curas, cuja influencia não é mais activa do que a dos de que fallei ao descrever o districto de Ipojuca, em Pernambuco. Viajando neste paiz, seja no interior, seja mesmo na costa, é forçoso dispôr-se a passar sem pão, vinho e carne fresca. A alimentação consiste em farinha de mandioca, carne secca de vacca ou de macaco,

raramente aguardente e fructas em abundancia. A rêde armada nas arvores e coberta com couros é o alojamento habitual, e numa fogueira para afugentar os insectos consiste todo o luxo ou commodidade. O perigo de animaes ferozes ou de cobras não é grande; as narrativas e a imaginação os exaggeram.

Os citados naturalistas encontraram poucas cobras cuja mordedura seja eminentemente perigosa ou absolutamente mortal. Citam numerosos exemplos de ferimentos, mesmos de cascaveis e de *boiguiras*, que foram curados com estimulantes violentos. Os venenos vegetaes operam sobre o systema nervoso em geral; o dos animaes tem a propriedade de perturbar mais especialmente o systema sanguineo. Um remedio muito efficaz consiste em sugar a ferida feita pela cobra; pode-se fazêl-o sem perigo, porque o veneno penetrando no estomago não perturba a circulação do sangue nem excita nenhuma irritação da viscera.

As collecções destes dous naturalistas são de superior interesse. O Sr. Sellow parece mais instruido em botanica; o Sr. Freyreiss excellente em entomologia: mostrou-me uma especie de formiga de que fazem uma iguaria muito apreciada nas immediações de Villa-Rica. O principe de Neuwied occupava-se sobretudo com a zoologia. Nenhum delles me pareceu bem competente em mineralogia; mas, todos conhecem bem os differentes ramos da historia natural, de modo a nada deixarem escapar de essencial.

Queixam-se todos da inexatidão dos mappas que lhes foram fornecidos, mesmo do de Arrowsmith.

O Sr. Swainson, naturalista inglez que conheci em Pernambuco, acaba de chegar aqui; mostrou as suas collecções ao Sr. Sellow que nellas encontrou uma grande quantidade de plantas e insectos ignorados do Rio de

Janeiro até aqui. A natureza varia as suas formas ao approximar-se do Equador. O Maranhão e o Pará certamente hão de lhes offerecer especies ainda mais raras.

Estes naturalistas pesquizaram em todas as bibliothecas dos conventos; consagram a sua attenção aos habitos, os costumes e ao aspecto geologico do paiz. Si um homem genial classificar os seus immensos materiaes, em vez de uma secca e erudita nomenclatura, teremos uma bella obra cuja publicação será muito apreciada. Posso prometter que não seremos atordoados com fastidiosas ou romanticas narrativas de aventuras pessoaes. Mas, receio tambem que a parte politica e commercial venha deixar muito a desejar. Emfim, veremos.

X

Bahia *—Domingo, 28 de Setembro de 1817.* —Fiz uma excursão ao Rio Vermelho. E' um povoado de pescadores de umas 100 cabanas na fóz de um pequeno rio que se lança no mar a uma legua a Léste do cabo de Santo Antonio. Os arredores são encantadores; um forte muito arruinado contribue para o pittoresco da paisagem. Uma legua adiante, ha um estabelecimento de pesca que occupa 200 negros, e uma cordoaria que só fabrica as rêdes e cordas necessarias á pesca; d'ahi se póde julgar da sua importancia. Perto vê-se um coqueiral de 1.200 pés; dizem que o producto de cada pé sóbe a 5 francos por anno; criticando este calculo, nós o reduzimos á metade, o que ainda é uma boa renda, porquanto o trabalho exigido por semelhante plantação consiste em escolher um terreno arenoso e nelle semeiar as nozes, distantes 20 pés umas das outras; a benevola natureza faz o resto. E' de admirar que especulações tão simples não se multipliquem mais. Tem-se aqui fre-

quentemente motivos para semelhantes surprezas. Quem acreditará que 100 °/₀ a ganhar só em levar louça de barro da Bahia ao Rio de Janeiro? Mas, tal é em geral o caracter pouco emprehendedor dos brazileiros; quanto aos portuguezes da Europa estes só se dedicavam ao commercio maritimo até a vinda da familia real em 1808.

Nas proximidades do Cabo visitei uma pequena cordoaria de *coroá* (*Bromelia variegata*). Esta planta vem, sob a fórma de canhamo, das proximidades do rio S. Francisco. E' colhido sem cultura e vende-se aqui por cerca de 30 francos o quintal. As cordas feitas com ella são vendidas quasi que pelo mesmo preço das vindas da Europa, que pagam frete e direitos e cuja materia prima é mais cara; julgue-se d'ahi do lucro da sua fabricação. Um cordoeiro do Porto, que trabalha neste estabelecimento, disse-me que quando o artigo tinha grande procura, antes das importações inconsideradas, feitas ha dous annos, pouco lhe custava ganhar 30 francos por dia com um só negro para mover a roda. As cordas são tão bem feitas como as da Europa; não respondo pela sua solidez para amarras; mas, as linhas de pescar me pareceram nada deixarem a desejar.

Esta cordoaria tem uma casa de moradia que querem comprar por 30.000 francos; posso dar uma idéa do valor das propriedades ruraes perto da cidade, descrevendo esta detalhadamente.

A superficie do terreno, de outeiros e valles, é de proximamente 80 geiras. Acha-se pouco ou quasi nada cultivado; conta talvez uns 200 coqueiros, o resto é matto, com alguns cajueiros quasi sem valor. O fundo do valle é arenoso e, si bem que atravessado por um riacho, não se presta para pasto. Só os outeiros são aproveitados para o plantio de caféeiros ou algodoeiros.

A propriedade está situada á beira-mar, offerecendo lugar para uma pescaria, e ainda melhor opportunidade para o commercio de contrabando.

Possúe uma pequena casa de moradia muito bôa; contém duas salas e quatro quartos ou alcôvas; é tudo quanto aqui se requer para uma familia. A casa póde ter custado 12.000 francos. O estabelecimento da cordoaria consta apenas de um telheiro fechado de 50 pés por 30. As senzalas dos escravos não passam de miseraveis choças, feitas de barro e galhos e cobertas de folhas de coqueiro.

Eis o que se quer comprar por 30.000 francos.

O preço me parece excessivo, pois com 80 geiras apenas não é possivel emprehender uma cultura bastante extensiva, devido ao esgotamento das terras plantadas com café ou algodão, esgotamento que exige muito mais terreno para a fundação de novas plantas. Si eu tivesse 30.000 francos para empregar na agricultura, preferiria consagrar 20.000 á compra de escravos, e obter a concessão, a 20 ou 40 leguas d'aqui, de uma sesmaria de 1.300 a 1.400 geiras de matta, que nada me custaria. É lá que se póde esperar fazer fortuna.

Fazem-se muitas especulações agricolas do outro lado da bahia pelo systema dos lavradores. O especulador transporta-se com alguns negros para o terreno dependente de um engenho, planta cannas que este móe em meiação. Ha numerosos exemplos de pequenas fortunas feitas por este meio nos ultimos annos. Penso que o seu successo é devido ao preço elevado que tem tido o assucar, preço que não póde deixar de baixar. Persisto em crêr que para obter resultados da agricultura urge tomar o partido de retirar-se corajosamente ás florestas virgens, tendo o cuidado essencial de estabelecer-se proximo a um rio navegavel.

Uma instituição muito notavel da Bahia é a Bibliotheca Publica, devida á activa administração do Conde dos Arcos. Não passa ainda de uma pequena collecção de uns 4.000 volumes, mas todos de obras bem escolhidas. Ali não se veem estes medonhos infolios de colossos theologicos e mysticos que constituem o fundo das bibliothecas conventuaes.

E' assaz lisongeiro para um francez verificar que pelo menos 3.000 volumes são escriptos na sua lingua. Encontram-se ali quasi todos os nossos bons classicos, desde o seculo de Luiz XIV até os nossos dias. Uma somma de ..... é annualmente consagrada ao acrescimo da collecção, bem como o producto de algumas loterias. Censurarei apenas os directores por terem malbaratado algum dinheiro com a compra de pessimos livros de carregação, romances e obras de occasião.

Vi ali uma bella carta manuscripta das capitanias de Minas-Geraes, Goyaz, Matto-Grosso, Piauhy e Pará, isto é, da região que separa as provincias maritimas das fronteiras do Perú.

A bibliotheca possue jornaes, gazetas francezas e inglezas, mas, atrazadas e incompletas; sobre as mezas encontram-se os tres grandes jornaes portuguezes que se imprimem em Londres—*O Investigador*, *O Portuguez* e *O Correio Brasilense*. São testemunhas da tolerancia do governo e quasi que da inteira liberdade da imprensa, porquanto sabe-se que são escriptos com toda a independencia e mesmo licença, que caracterisa as gazetas inglezas. A propria nação franceza não tem tão grande facilidade em saber o que se passa no mundo politico.

XI

Bahia — *Domingo, 5 de Outubro de 1817.* — O casamento do principe real com uma archiduqueza d'Austria deu logar aqui a regosijos publicos. Não fallarei nem das illuminações, nem das salvas, nem das procissões. Estas, entretanto, bem valeriam a pena de serem descriptas; mas, limitar-me-ei a dizer a seu respeito que vi o Menino Jesus em traje de côrte, rêde nos cabellos, chapeu agaloado, espada á cinta e o bastão de castão dourado em punho. As cerimonias religiosas attrahiram menos gente do que em Pernambuco. Entrei com a multidão na sacristia de uma parochia que era rica e elegantemente adornada. As Nossas Senhoras e os santos predilectos repousavam em nichos com cortinas de sêda côr de rosa ou azul com cordões dourados; o olhar ficava deslumbrado pela quantidade e pela belleza das alfaias de prata; mas, tambem surprehendia-se bastante ao fixar bellissimas gravuras representando os generaes celebres que a França produzio durante a Revolução, o retrato de Napoleão em ornato imperial, os de Blücher, Wellington, Bernadote, Platoff e dos principaes soberanos da Europa; algumas molduras encerravam lindos assumptos eroticos, quaes a Fidelidade prudente cortando as azas ao Amôr; este na concha de uma balança que céde ao peso de uma borbolêta, etc., etc. Esta singular mistura do profano e do sagrado só era notada pelos extrangeiros.

O governador havia permittido os mascarados. Nenhum tornou-se notavel; a loucura recusava-se a agitar os seus guizos. Os mascaras passeavam silenciosos pelas ruas. Só nos faziam rir quando o acaso nos revelava negros desfarçados em brancos. A mascarada

não está perto de terminar; deve durar um anno. Todos os dias veem-se mascaras nas ruas.

O mais curioso dos espectaculos foi uma tourada no genero hespanhol, cousa inteiramente nova para mim.

O recinto reservado para este fim era assaz bello; consistia em um longo quadrado, guarnecido de palanques e camarotes, capaz de conter dez mil espectadores.

As pessoas de consideração, os proprios fidalgos não desdenhavam figurar entre os actores, o que dá a este espectaculo um realce de que necessita. Vimos um desembargador, grave magistrado maior de 60 annos, na arena dos exercicios de equitação e de lança em punho, esperar o touro. O pae do governador, o Conde dos Arcos, comprazia-se tanto nestes jogos que nelles encontrou a morte; o seu filho testemunhava o seu desprazer pelo facto da importancia da sua posição o constituir juiz e actor desta festas. Não as achei muito divertidas. Os toureiros, trajando o elegante vestuario andaluz, agitam as suas capas vermelhas ou côr de laranja, sobre as quaes o touro se precipita; evitam-no com agilidade e só a capa é attingida pelo animal que ao mesmo tempo é ferido por pequenas lanças destinadas a irrital-o. Este passo, executado com vivacidade, agrada uma ou duas vezes, mas, não offerece variedade, salvo quando o golpe falha e o homem é derrubado; então causa apenas uma inquietação penosa. Divertem o povo fazendo o animal correr sobre manequins, cravando-lhe ou fixando-lhe na pelle ganchos guarnecidos de fogos de artificio. Este ultimo processo arrefece em vez de animar o combate, porque o touro amedrontado procura fugir. Cada dia foram corridos seis touros; promettêra-se que seriam dos mais furiosos; na maioria, porém, eram bastante pacificos para serem empregados na lavoura. Nenhum delles quiz acommeter o cavalheiro. Não tivemos matador;

de sorte que não assistimos á morte do touro. Em resumo, este espectaculo, curioso para mim pela sua novidade, foi de uma frieza extrema.

As senhoras que guarneciam os camarotes davam grande realce com as suas joias; mas, a luz do dia não era favoravel á côr das suas faces. Offereciam muito mais bello golpe de vista após as representações, que terminavam ao cahir da tarde e quasi que ao sahir da lua, quando se espalhavam pelos gramado e caminhos sombrios da Victoria. O seu talhe geralmente airoso desenhava-se flexivel sob os vestidos brancos e tão leves que nenhum dos seus voluptuosos movimentos escapava aos olhares avidos; ellas bem sabiam que ardencias excitavam com o seu passo irritante, ardencias que o fogo dos seus olhares ainda mais inflammava; a confusão da festa autorisava liberdades desacostumadas e não duvido que tenha produzido bom numero de conquistas e por consequencia tambem de derrotas. Durante as solemnidades foi tambem lançada n'agua uma fragata. A operação foi bem feita. A embarcação repousava sobre o estaleiro com os costados e não com a quilha; o estaleiro inteiro desliza junto com o navio até o mar, mas, em vez de separar-se delle quando começa fluctuar, fica preso por cavilhas e tem que ser desmontado.

Um outro acontecimento animou os dias de festa. Foi a chegada de um comboyo de Lisbôa trazendo dous batalhões das bellas e boas tropas que fizeram as campanhas de Hespanha e de França. Si bem que inimigos, os vencedores de d'Orthez, tiveram direito á nossa admiração. Teria sido tambem muito agradavel ver chegar emfim o malaventurado *Vasco da Gama*, que partira de Pernambuco onze dias antes de nós. Traz a bordo 1.100 homens e o receio que tenha ido a pique adquire diariamente maior fundamento. Sabe-se que era

um navio velho, estragado e fazendo muita agua. Vindo de Pernambuco supportei muito mau tempo de que elle deve ter partilhado. É possivel que não tenha podido resistir-lhe tão bem como o excellente navio que me transportou.

Acabo de obter. nova informção sobre o valor das propriedades ruraes.

Um francez, de nome M. Hullin, compron recentemente, a 40 leguas d'aqui, na margem do rio navegavel chamado Rio Real, uma propriedade com meia legua de frente sobre o rio e uma e meia legua de fundo (seja 2.000 geiras) por 12.500 francos pagaveis em sete annos. Ha ali uma casa habitavel, um engenho de fazer assucar com quatro tachas; terreno proprio para o plantio da canna necessaria, 40 caixas de assucar; todo o terreno está desbravado. M. Hullin não tem dinheiro para comprar os 50 ou 60 escravos necessarios ao cultivo da propriedade, mas, ali não falta cabôclos ou indios semicivilisados que póde alugar por 12 soldos diarios. Eis ahi recursos que não seriam encontrados em S. Domingos, onde o peior negro é avaliado pelo menos em 300 francos por anno nos engenhos.

A propriedade de que fallo está proxima de tres pequenas cidades e póde ser alcançada em quatro dias de viagem á cavallo, seguindo ao longo da costa. Encontram-se povoados de pescadores bastante proximos onde hospedar-se; ha um outro caminho pelo interior quasi que praticavel por carros. Encontram-se a cada passo vendas onde comprar bolachas, queijo e aguardente. Por ahi se vê que esta região do Brazil está longe de ser deserta e que as difficuldades da viagem por terra de Pernambuco á Bahia não passam de um preconceito. Com effeito vae-se facilmente do Recife a Alagoas e ao rio S. Francisco; por outro lado vejo com que facilidade

se póde ir ao Rio Real, que dista apenas 15 ou 20 leguas do rio S. Francisco; calculo que o trajecto por terra póde ser feito em 10 a 12 dias. M. Renaud foi só a pé da Bahia a Poço Real em 5 dias, encontrando por toda a parte hospedagem e viveres. Comtudo não existe correio entre estas cidades tão interessantes.

E' de admirar que este littoral do Brazil, sem cultura, seja entretanto habitado, pois daqui a Pernambuco só se encontram uns vinte ou trinta engenhos e nenhuma plantação de algodão; mas, a surpreza céssa quando se observa que ha uma immensa população de brazileiros descendentes de portuguezes que sabem viver com uma libra de farinha de mandioca por dia e um pouco d'agua; aos quaes basta para habitação uma choça, para moveis uma rêde e uma espingarda, e que são felizes quando têm fumo e descanço. Ora, elles podem levar esta vida, que chamam deliciosa, arranhando a terra em volta da sua cabana quatro ou cinco dias no anno. Nós, os europeus, não fazemos idéa de semelhante negligencia.

O Brazil não fornece ao commercio tantos generos como o fazia S. Domingos, cuja população não excedia a 500.000 almas, emquanto que a do Brazil é de tres milhões; d'ahi se póde aquilatar da quantidade de individuos que vivem na ociosidade. São verdadeiramente braços que falta ao Brazil; já disse que se póde ter facilmente trabalhadores a 25 soldos diarios. Outrosim, não se pode dizer que os capitaes sejam aqui extremamente raros. O que falta é iniciativa vigorosa.

Começa-se a ver grande numero de europeus trazer a sua actividade ao desenvolvimento destes elementos de prosperidade e se entregar á agricultura. Creio que serão bem succedidos, pois, não têm que lutar com um clima hostil.

XII

Bahia — *Domingo, 12 de Outubro de 1817.* — A' medida que obtenho mais informações sobre o Brazil, vou modificando a primitiva idéa que a seu respeito trouxe da Europa. Comparava então este paiz ás Antilhas, devido a semelhança dos seus productos. Não ha tal.

Já disse que a população se eleva a tres milhões, o que, na verdade, é bem pouco por legua quadrada; mas, si fôsse possivel obter um recenseamento bem exacto do numero de brancos, indios mais ou menos civilisados, mestiços e negros livres e escravos, creio que este quadro faria logo resaltar enorme differença que eu *sinto* existe entre o Brazil e as Antilhas.

Nestas a população branca constitue apenas 1/10 da totalidade e é quasi toda laboriosa e abastada. Aqui não é impossivel que, fóra das cidades, attinja a um terço, e é toda preguiçosa e pobre. Nas cidades a proporção dos negros é maior, porque ali residem as pessoas ricas que mantêm numerosa criadagem.

No dia em que a industria despertar no Brazil, causará surpreza a quantidade de braços livres que se hão de apresentar ao trabalho. Serão estes innumeraveis moradores, de que já fallei, que hão de fornecel-os. Consomem tudo o que produzem, mas, quando tomarem gosto em produzir mais do que consomem, ou de consumir mais vêr-se-á o Brazil adquerir uma consistencia quasi européa, bem differente da das Antilhas, onde parece jámais poderão passar sem a escravidão. A apathia, a moderação de desejos que, talvez erradamente, se classifica como preguiça, não promettem para breve esta mudança; mas, si é verdade ser dever de um bom governo excitar no povo o amôr a gozos variados, afim de

assim estimular a industria, e de, por esta fórma, augmentar a riqueza nacional, não ha duvida que uma administração habil poderá produzir no Brazil a mudança de que fallo, porque elle possue todos os elementos necessarios em uma grande população aclimada.

Além da população livre que vive nos campos, a das cidades é tambem tamanha que não póde ser comparada á das outras colonias. Pernambuco tem 45.000 almas, Rio de Janeiro 100.000 a 120.000 e emfim a Bahia 120.000 (1); asseguram-me que Pencdo, da qual quasi não se falla, tem 22,000; o numero das cidades de 6 a 12.000 habitantes é consideravel. Não conheço a provincia de Minas; mas, dizem que a sua população sóbe a um milhão; ha ali cidades importantes como Villa Rica, Villa do Principe e Tijuco onde existe a extracção dos diamantes. Sinto necessidade de chamar a attenção para a população das cidades, porque é possivel que seja ella a primeira a entregar-se a occupações proveitosas.

Ao avistar a Bahia certo não se suppõe que a cidade contenha 12.000 (2) habitantes (comprehendendo os negros); mas, quando se percorre os arrabaldes e bairros retirados causa admiração ver ali o formigar de uma immensa população de brazileiros livres, aglomerados em casinhas miseraveis. Toda esta gente vive de quasi nada e anda pouco vestida. Concebe-se facilmente a possibilidade de empregar estes braços em manufacturas de trabalho pouco complicado, si se podesse crear novas necessidades. Creio que seria preferivel para a agricultura esta população quasi inutil que pesa consi-

(1) Segundo informações que me inspiram mais confiança a população da Bahia é de 70 a 75.000 almas, sendo um terço de brancos, gente de côr livre e mestiços de indios.

N. do A.

(2) 70 a 75.000.

deravelmente nas épocas de secca. Já fiz a mesma observação em Pernambuco. Chegando ao Brazil fui frequentemente consultado a respeito do estabelecimento de manufacturas; pensava que não podiam ser estabelecidas com vantagem, porque só via para serem nellas empregados os braços dos escravos sempre de preço elevado; mas, agora vejo tantos homens livres habituados a consumir pouco, e que se pode obter, por 25 soldos diarios, operarios, dispondo de vigor senão ainda de habilidade, e percebo a possibilidade de introduzir aqui as machinas que fazem a prosperidade da Europa.

Todavia preferiria ainda a agricultura, pelo menos até quando os seus productos venham a ser desvalorisados pela concurrencia.

Viajante commercial, sem luzes e sem auxilios, absorvido pelas occupações que só permittem consagrar raros momentos de lazer ás notas descosidas sobre o interessante paiz que percorro, não me lisonjeio de haver lançado um golpe de vista seguro sobre a economia politica do Brazil, sinto-me fortemente arrastado a considerações desta natureza vendo a qualidade da população deste paiz.

Resisto a este pendor por bom senso, por fraqueza e talvez tambem por preguiça. Esta ultima disposição de espirito é aqui contagiosa. Limito-me a dizer que as manufacturas, cuja introducção julgo possivel no Brazil, são — 1.° as que são uteis á conservação politica do Estado, como as das armas, equipamentos e munições de guerra, cuja falta um rompimento com a Europa tornaria funesta; 2.° as que podessem existir sem uma protecção muito onerosa para os consumidores; conto entre estas as de tecidos de algodão, de papel, cortumes, cordoarias, etc. Percebo muito bem que taes estabe-

lecimentos fariam algum mal á cultura dos generos que se exportam para a Europa, forçando a diminuição dos meios de troca; mas, os lucros da agricultura são enormes. O governo deve proteger não só estes agricultores, já muito favorecidos, mas tambem a estes numerosos cidadãos que vegetam sem utilidade alguma para o Estado.

Os philosophos dizem que desde que estes cidadãos são felizes na sua pobreza, é prestar-lhes um mau serviço excitar nelles o desejo de novos gozos. Mas, os governos não consideram senão a prospriedade do Estado em geral e não a tranquilla felicidade de alguns particulares. Devem fazer tudo para tornar a nação poderosa, isto é rica ao mesmo tempo que populosa.

Não professo a doutrina de que cada paiz deva produzir tudo o que consome; mas, si existe a menor apparencia de que possa produzir certos artigos pelo mesmo preço que os os importados do estrangeiro, penso que o governo deve fomentar esta producção. Ora o Brazil, me parece estar nestas circumstancias.

Discorrer sobre a prosperidade possivel do Brazil offerece um bello thema a commentar; a minha insuffiencia me interdiz fazel-o. Entre as difficuldades que se apresentam, ha uma que sempre me impressiona vivamente; é a da combinação desta prosperidade com a do Reino Unido de Portugal. Todas as combinações a este respeito apparecem em tal confusão, que me sinto sempre succumbir diante da tarefa necessaria para desfazel-a. Existem sem duvida principios que devem servir para levantar o edificio da união; desejaria possuir bastantes talentos e lazeres para investigal-os; mas, sou obrigado a renunciar á empreza, pelo menos agora. Seria, aliás, apenas uma gymnastica intellectual; voltemos, pois, aos nossos negocios.

XIII

Bahia — *Domingo, 19 de Outubro de 1817.*— Si pretendesse fazer, durante a minha estada no Brazil, um diario util, deveria sitiar as repartições com perguntas afim de reunir factos verdadeiros e em seguida procurar tirar delles consequencias lucidas; mas, vejo poucas pessoas instruidas e só colho informações isoladas cuja exactidão não posso verificar; não disponho de tempo para meditar e não acho conversas instructivas; seria, pois, temeridade da minha parte querer escrever seriamente sobre assumptos da alta administração. Si quizesse apenas consignar devaneios ôcos, poderia fazel-o com facilidade igual relativamente á Conchichina como ao Brazil. Assim, pois, deixemos os assumptos que não estão ao meu alcance, e limitemonos aos de mera distracção. Com effeito foi sómente para me divertir que emprehendi este memorial desalinhavado.

Um assumpto de divertimento para o estrangeiro consiste em observar a differença entre os costumes domesticos do seu paiz e daquelle que visita.

Logo ao chegar começa a notal-os, a principio para censural-os e depois para generalisal-os, procedimentos igualmente injustos, mas, que afinal divertem.

Tenho a me accusar haver por vezes assim me divertido indiscretamente no decurso destas notas, quando procurei esboçar alguns quadros de costumes. Entretanto, estou convencido que é soberanamente injusto censurar os habitos, sómente porque differem dos nossos; porquanto estes por sua vez desagradariam talvez prodigiosamente á gente que criticamos, e convenho que não é menos imprudente generalisar, por que nunca se tem examinado numero sufficiente de factos.

E', pois, sem censurar e sem generalisar, que vou notar as differenças que observei na maneira por que se manifestam aqui e em França certas paixões e certos pendores, que no fundo são communs aos homens de todos os paizes.

Chegando ao Brazil percebe-se bem vagamente que ha uma differença nos costumes; sentimo-nos inclinados a crêr que vivemos no meio de gente de uma outra natureza.

Quando procuramos verificar este pendor, o prestigio se dissipa. Reconhecemos em breve que tratamos com homens vãos ou modestos, sinceros ou falsos, indulgentes ou maus, animados de todas as mesmas paixões que nós.

São, pois, os mesmos sêres?—Sim, sem duvida; e, entretanto, sinto que não nos são para mim; o que me faz experimentar esta sensação? E' que as mesmas tendencias se manifestam por actos differentes; é que a forma de todas estas pequenas differenças produz á minha vista o effeito de um prisma através do qual os sêres meus semelhantes me apparecem sob um aspecto estranho. Não é verdadeiramente senão uma illusão optica. A nova forma sob a qual percebo objectos já conhecidos é o que vou ensaiar descrever aqui.

Assim, sem querer formular a thése de que os brazileiros sejam mais preguiçosos do que os parisienses, vejo que a preguiça, que não é a repugnancia ao contentamento do espirito, existe entre uns e outros e se manifesta differentemente.

O parisiense ocioso agita-se da manhã á noute; descura os seus negocios para deixar o espirito vagar nas futilidades da gazeta ou nas conversas de café que não lhe exigem esforço intellectual; prefére vegetar a occupar um emprego, e vegetar é para elle levantar-se

ás dez horas, dissipar os seus instantes em cuidados de vestuario, em correrias sem alvo, em ninharias, com a novidade do dia que sem querer altéra ao trasmittir. A rapidez das impressões ligeiras o dispensa da reflexão a que foge.

O brazileiro ocioso levanta-se ao nascer do sol; não tem toillete a fazer porque não despe a roupa; fica de ceroulas a fumar junto á porta que só deixa para ir embalar-se na rêde. Estende vagarosamente o braço para receber a sua magra ração de farinha de mandioca. Perguntae-lhe onde móra um seu visinho e não saberá dizel-o. Fallar, fatiga-o tanto quanto pensar.

Ambos são igualmente inuteis á familia e ao Estado. O brazileiro e o francez são ciumentos; aquelle testemunha-o, este o dissimula. O parisiense leva a esposa ás reuniões cheio de raiva; si surprehende um galanteador, provoca-o a duello e trata de divorciar-se. O brazileiro esconde a sua a todos os olhares: paga para mandar assassinar o amante e apunhalar a infiel. A franceza ciumenta faz espionar o marido e geme; a brazileira, por uma suspeita, vae pessoalmente e cheia de furor reclamar os perdidos direitos. Em ambos os paizes ha maridos enganados. Em França riem-se delles; aqui seria imprudencia aventurar o mais ligeiro gracêjo. Ali é cortezia pedir noticias da senhora com a qual se jantou; aqui é quasi uma incivilidade. Não falleis nunca a um brazileiro da sua familia.

A vaidade do francez se manifesta nas suas conversas por pretensões a espirituoso; si é rico gosta de persuadir que deve a fortuna ao seu talento, comquanto seja frequentemente filha do accaso. O seu luxo será a expressão mais ou menos feliz de bom gosto; será exigente quanto ás commodidades da vida, acompanhará as variações mais ridiculas das modas, e manifestará estima

ás Bellas-Artes. Só attrairá junto a si como aduladores os que sabem manejar a lisonja com delicadeza.

O brazileiro atacado do peccado da vaidade, cala-se e impa estupidamente. Qualquer que seja a origem da sua fortuna, nunca provoca escandalo nem elle procura dissimulal-a. Não ha torpeza quando si é rico; ha sempre inepcia em não sêl-o. O luxo é solido e barbaro.

A baixella é pesada e as joias são massiças. Em publico homens e mulheres esmeram-se no trajar. A senhora vae á missa, seguida de numerosos escravos ricamente aparamentados e, de volta á casa, senta-se numa esteira e come a farinha de mandioca com os dêdos. Habitualmente não se põe a meza; mas, nos dias de festa, as mezas regorgitam de iguarias em profusão repugnante. Respeita-se a cruz de Christo comprada e desdenha-se a que foi ganha no campo da honra. Gosta-se de ouvir louvar grosseiramente a propria riqueza, que se possue bellos engenhos e que póde, querendo, comprar commendas.

Usa-se ser tratado de vossa senhoria pelos seus commensaes.

Espalha-se por toda a parte que hontem jogou-se com o governador e se lhe ganhou duzentos luizes.

As crianças são educadas em França no respeito aos seus paes. Recebem a instrucção prescripta pela moda do momento e della aproveitam mais ou menos. Mas, em familia, evita-se falar licenciosamente diante dellas. Honestos ou não os paes lhes testemunham o amor á probidade. Sem recorrer a sermões de moral, procura-se convencel-os de que devem ser homens de bem, que os indignos são desprezados, etc.

Tudo isto germina mais ou menos no seu espirito; é raro levarem para a sociedade a impudencia

do vicio. Ha pessoas deshonestas, sem duvida; mas, suppõe-se sempre ser conveniente passar por honesto.

Aqui as crianças são entregues aos escravos, que os maltratam e não guardam o menor decôro na sua presença.

A instrucção limita-se quasi que só a ler, escrever e contar.

Nunca uma lição de moral, fingida ou verdadeira, fére os seus ouvidos. Não se observam cathecismos ou livros pios sobre as mezas das familias. Os rapazes de 13 a 14 annos têm amantes e são admittidos ás mezas de jôgo.

Nunca se ouve dizer: O Sr. Fulano é sympathico; é um homem de bem. Ha, sem duvida, gente honesta, eu o creio; mas, a honestidade não é aqui uma mascara muito util.

As intrigas amorosas têm aqui caracter mui diverso do da França.

No nosso paiz o amante afortunado é admittido a ceiar em segredo com a sua amante; é ardente, solicito e faz partilhar da sua turbulenta vivacidade. Os gracêjos e as facecias adubam a refeição. Basta-lhes um só copo O bocado que ella tocou elle o devora, mas, furtam-lhe tambem o seu com igual transporte. A reserva afastou-se com os creados e entrou a volupia animada de uma ponta de luxuria. Si a decencia é um pouco violada, o riso e os beijos a consolam.

O ligeiro rubor do pêjo e do prazer se dissipam de volta á alcôva na inspiração de novos desejos, e o amor jamais se separa da refeição.

Aqui, tenho estas informações de um joven francez, muito amado de uma viuva que goza de toda a sua liberdade, a refeição é cerimoniosa; tem lugar na presença dos escravos; observam-se gravemente as formalidades;

nenhuma caricia, nenhum gracejo é permittido. A' sobremeza são chamadas raparigas de côr que executam as danças excitantes do paiz. No entretanto prepara-se o quarto vizinho; a dama retira-se a elle; toma um banho e manda prevenir o amante que póde entrar. Lança um véo sobre o rosto.

Que differença de graça entre actos que parecem nascer do delirio e estes que só parecem o resultado de calculos vergonhosos!

A amizade apresenta differenças igualmente grandes nas suas demonstrações.

Não creio que seja muito vulgar em França a amizade pura, que faz um só de dous entes promptos a se sacrificarem um pelo outro. Não existe senão em algumas almas imprudentemente exaltadas e nos romances. Está-se demasiado habituado a ser agitado por sensações novas para que a tranquilla amizade, esta dôce complacencia na pessôa amiga, de quem esposam todas as virtudes como todos os defeitos, sobreviva ao conhecimento adquirido das mutuas qualidades. Espremenmos com delicia uma laranja e logo nos aborrecemos da casca esgotada. Tambem em geral não dispomos de sufficiente abastança para fazer grandes sacrificios ou ser amigo desinteressado. As novas necessidades, sempre renascentes na nossa maneira de viver actual, oppõem-se á expansibilidade activa; obrigados a encerrarmo-nos numa sensibilidade passiva, lamentamol-a, e as relações perdem os seus encantos. Não é tampouco da amizade heroica que quero fallar, mais desta mutua conveniencia em encontrar com quem partilhar as nossas condições, as nossas idéas e os nossos affectos; pessôas com quem, por habito ou por gôsto, nos achamos melhor do que com outras, conveniencia prompta a ser desfeita pela necessidade de soccorros poderosos, e que é mantida pela troca

de pequenos serviços de civilidade. Esta especie de amizade, que constitue um dos laços mais dôces da vida social, e que se encontra principalmente entre as familias, manifesta-se em França por demonstrações lisongeiras, por um acolhimento pressurôso, por visitas consoladôras, por attenções tocantes.

Aqui vi um amigo sair do carcere, após seis semanas de perigosa prisão. Haviam-no deixado ali sem visital-o.

No dia da sua libertação apressei-me em leval-o para bordo de um navio, onde havia reunido a sua familia e os que eu sabia elle estimava tanto quanto era por elles amado.

Alegrava-me a idéa de vêl-os se precipitarem nos braços uns dos outros. Chegado a bordo, depois de duas horas perdidas com cousas indifferentes, este amigo, que na vespera tremia pelas pessôas que lhe eram caras, permaneceu ainda um quarto de hora no convez á espera de que viessem ao seu encontro ou mandassem pedir que descesse a vêl-os; e quando, impacientado com tanta frieza, eu impellia uns ao encontro dos outros, elles se cumprimentavam como si se houvessem separado pela manhã. Entretanto, estou certo que mutuamente se consagravam muita amizade. Esta differença de demonstrações é tanto mais sensivel quanto, entre simples conhecidos e em occasiões indifferentes, os brazileiros se festejam com abraços e violentos apertos de mãos. O Brazil e a França professam a religião catholico-romana. Eis a differença que neste particular notei entre os dous paizes.

Em França falla-se pouco de religião; ha algumas almas devotas, sobretudo entre as mulheres, e muita indifferença. Os excessivos affazeres não permittem pensar em uma cousa que exige tanta meditação.

Entretanto, as pilherias são usuaes. Não ha merito na sociedade em parecer um espirito forte. Ninguem quer ser atheu; todos se dizem deistas, e na realidade não se é cousa alguma. Si se falla de religião é philosophica e moralmente. Não se discute o dogma, mas sim a utilidade politica de um culto. Me parece que, excepto entre o povo baixo, a religião tem pouca influencia sobre a moral.

Considerando que ha tambem muita ociosidade, poder-se-ia suppôr que lá se occupam muito de religião; não é assim: discutem-na tão pouco quanto a praticam. Sabe-se vagamente que ha heréges que, se suppõe, não crêm em Deus. Ignora-se tanto o que seja um deista quanto um atheu; apenas se ouvio dizer que os revolucionarios jacobinos o são. Todos se dizem, por deferencia ás leis, bons catholicos sem saberem o que os constitue.

Creio que, como em França, aqui não se é nada por falta de curiosidade, lá porque o assumpto está esgotado. No Brazil ainda seria possivel regenerar a moral por meio da religião dominante, porque esta é apenas descurada e não villipendiada; em França seria mais difficil. O governo exige a apresentação annual de bilhetes de confissão e é facil satisfazer esta imposição, como ás ordens da policia mandando varrer a frente das casas, mediante uma pequena gratificação ao padre. Muitas pessôas consideram esta lustração sufficiente, e infelizmente os padres pouco fazem por destruir este erro. Semelhante medida em França faria apenas hypocritas; aqui faz quasi que scelerados de boa fé. Jamais se trata do dogma e falla-se do culto como um espectaculo divertido, mas futil.

Outra differença muito pronunciada quanto á religião é ainda esta: Em França as perseguições, de que os sacerdotes foram victimas, os tornou respeitados pessoalmente; aqui a sua prosperidade licenciosa faz

com que se despreze o seu estado. Emfim, lá o dogma está quasi que gasto e aqui quasi que virgem. Lá, ultrapassou-se o alvo; aqui elle ainda não foi attingido. Os processos regeneradores deveriam ser muito diversos em um e outro paiz.

Não ouso me dedicar a pesquizas sobre as differenças de opiniões politicas. Dous paizes por assim dizer ainda em revolução não apresentam ainda caracteres assás geraes. Me pareceu que os francezes gosavam aqui de pouca consideração no que respeita a politica. Os partidarios da legitimidade vêm ainda em nós os rebeldes, os jacobinos, os atheus, etc.; outros julgam perdido todo o fructo da nossa revolução e nos consideram como escravos, submettidos ao jugo pelas armas estrangeiras. Muito poucos percebem os effeitos da paz para a França e os progressos que tem feito desde o estabelecimento do regimen constitucional. Quanto á opinião politica dos brazileiros com relação ao seu proprio paiz, creio que consiste em um resto de respeito religioso pela autoridade do Principe, porquanto não ha descontentes; mas, pouca sympathia pelos seus ministros e bastante odio aos portuguezes da Europa. Desdenhando este amor ás mudanças que se encontra entre todos os povos, quero assignalar uma differença no caracter politico das duas nações: no Brazil ainda ha pouco deste espirito de união nacional entre as provincias que subordina tudo a um interesse commum, emquanto que a França, neste particular, parece ter apenas um systema nervoso, por meio do qual o mais ligeiro choque em uma das extremidades se faz sentir em todo o corpo. Isto resulta, sem duvida, aqui da falta de communicação entre as partes; mas, pouco importa; é o effeito e não a causa que quero notar.

Impaciento-me por voltar sempre assim á politica,

mau grado a minha vontade. A causa disto está nesta maligna influencia do seculo que faz com que nós todos queiramos nos erigir em pequenos publicistas, sem reflectir na fraqueza das nossas luzes; tratemos de outra cousa.

Os brazileiros não seriam homens si não fossem como todos os outros dirigidos pelo amor ao prazer e o receio da dôr. A sensação do prazer é por toda a parte produzida pelas mesmas cousas.

Os prazeres que em França se procuram são, conforme as idades e os temperamentos, os bailes, as reuniões, os banquetes, os espectaculos, os passeios, a conversação, a galanteria, a equitação, a leitura, as sciencias, a musica, as bellas-artes. Aqui não ha nem bailes, nem reuniões, nem banquetes, nem espectaculos, nem passeios, nem conversações, nem leitura, nem gosto pelas sciencias e as bellas-artes. O que resta, pois? Algumas aventuras galantes, um pouco de musica, jogo forte e o doce prazer do *far-niente* geralmente silencioso.

Entretanto, em França existe o tedio, que aqui é desconhecido. Pelo menos a palavra é tão raramente usada que se é levado a suppôr que tal cousa não existe. Será por causa disto que em tudo se faz tão pouco progresso? Será exacto que o tedio é pae das invenções, a molla das forças do espirito humano? Para evitar a dôr do tedio o homem inventa, trabalha; quem não no conhece, não . . . . . .

. . . . . .

Não tive tempo para terminar este artigo no qual tinha querido passar successivamente em revista todos as nossas inclinações. Teria desejado notar em que differem aqui e na França o fatuo, o pedante, o avarento o prodigo, o ambicioso, o generoso, o franco, o astucioso, o indiscreto, o maldizente, o complascente, etc.

Estas pequenas differenças teriam constituido um

quadro de costumes comparados talvez divertido, mas, apresso-me em dizel-o, pouco fiel. Não tenho observado bastante para dar-lhe authenticidade; teria talvez tambem factos em numero sufficiente para tirar conclusões em contrario.

XIV

***Bahia**—Domingo, 26 de Outubro de 1817.*— A minha formosa bahiasinha da Victoria vae cessar por algum tempo de me offerecer os seus banhos deliciosos. Os pescadores trouxeram para lá uma soberba baleia de 70 a 80 pés de comprimento. A agua está emporcalhada com o seu sangue e o ar impestado com as exalações do seu cadaver.

Esta baleia era mãe; não quiz abandonar o baleote que os pescadores tinham morto e foi victima da sua ternura maternal. Os baleeiros sabem muito bem especular sobre esta inclinação; quando fisgam um baleote têm certeza de matar tambem a mãe.

Eis alguns dados que obtive sobre os productos desta pesca.

Uma baleia dá de 20 a 30 pipas de azeite; cada pipa contém 70 canadas.

O preço varia de 600 a 1.000 réis a canada, podendo-se calcular na média a 800 réis ou 5 francos.

A carne não é dada aos trabalhadores como pensei; é vendida aos pedaços de 4 a 10 francos. Só a carne rende algumas vezes de 500 a 600$000 (3.000 a 3.700 francos). Si uma baleia dá 2.000 arrobas de carne vem a sahir a libra por 2 a 3 soldos.

Si calculo uma baleia dando vinte e cinco pipas de azeite a 5 francos a canada, o producto deste será 8.750 francos e o da carne 3.000 francos, ao todo 11.750

francos, o que assás se approxima do valor de 4.000 cruzados ou 1.000 francos em que geralmente se calcula cada animal. O anno passado foram pescadas 230 baleias, cujo producto bruto foi por consequencia de dous milhões e trezentos mil francos. Aquelle anno foi considerado muito bom. As despezas não chegam a 10 °/₀ daquella quantia, de sorte que o lucro liquido foi de dous milhões.

Cada armação ou estabelecimento de pesca arma ordinariamente quatro chalupas.

A pesca de uma baleia cobre sobejamente todas as despezas.

As gratificações concedidas aos pescadores são muito modicas; dá-se-lhes apenas uma quarta de farinha de dez em dez dias. O baleote fisgado cuja preza conduz ao arpoamento da mãe é propriedade do arpoador.

As baleias que aqui se pescam não são da especie que fornece o espermacete.

. . . . . .

Um official portuguez teve a gentileza de me emprestar os seus cães e fomos á caça de tatús e de pacas. E' preciso ir-se para a mata antes do nascer do dia, porque então estes animaes ainda andam fóra das tocas. Os cães os descobrem e perseguem-nos; em terreno plano um homem poderia alcançal-os correndo; mas, nas mattas entrelaçadas de lianas é com difficuldades que os cães os attingem.

O animal refugia-se na sua toca e então começa o trabalho dos caçadores; cava-se com enxadas e pás, em quanto o tatú, por sua vez, vae se enterrando mais. Vimos cavar-se até a profundidade de seis pés para pegar um delles. São pegados á mão; não se defendem, sendo preciso cautela para que os cães não no façam em pedaços.

Usam latido diverso para o tatú e para a paca

As tocas das pacas têm entrada e sahida em pontos differentes e por ellas escapam frequentemente; tambem se refugiam em pantanos ou alagados onde é difficil de descobril-as; os cães com medo das cobras recusam-se a entrar no alagado. E' preciso então mandar bater por trabalhadores todo o lugar para levantar o animal.

Pegamos dous tatús e uma paca nos escapou; não nos foi possivel fazel-a deixar um lago onde se refugiára.

A carne do tatú é muito bôa; approxima-se no sabôr á lebre e á de vitella; achei-lhe quasi o mesmo gosto da de paca, que comi no engenho Salgado, em Pernambuco.

Os cães têm pouca vivacidade, mas, são muito constantes; indicam perfeitamente o animal e valem de 10 a 12.000 réis quando bem ensinados.

A caça nas mattas é muito fatigante por causa das lianas e de outros arbustos que as tornam impraticaveis sem o auxilio da fouce com que se vae abrindo o caminho. Outro inconveniente é a multidão de insectos que assaltam todas as partes do corpo.

Designam sob o nome de carrapatos os insectos que penetram sob a carne e ali se fixam; as feridas que fazem algumas especies destes carrapatos é muito venenosa por causa da violenta inflammação e febre que produz. Depois da caçada passei seis dias em um estado de irritação visinho do desespero. Tinha o corpo coberto de pustulas e de feridas inflammadas que me fizeram um pouco de febre. O incommodo, na verdade, excede ao prazer da caçada.

Entretanto, fui a outra caçada na ilha de Itaparica, situada a oéste da bahia. Um bom vento fresco nos levou lá em quatro horas; mas, na volta, tivemos que passar

a noute no mar na chalupa e gastamos mais de doze horas.

Permanecemos na ilha algumas horas occupados em caçar nos mangues, onde andamos descalços e enterrados na lama até os joelhos; lá apanhei tanto sol que pellei todo, e cerca de 30 bichos nos pés. Não é desta forma que se deve visitar a interessante ilha de Itaparica.

Já disse que esta ilha tem 6 leguas de comprido sobre duas de largura. Dizem que os inglezes tinham a intenção de ali estabelecerem-se e assim dominar a Bahia. Conta tres ou quatro engenhos, um dos quaes é movido a vapor; entretanto, possúe ainda muitas mattas virgens. Tem tres povoações. A maior, que visitei, contém pelo menos uns 300 fogos, tem um bonito caes e é protegida por um pequeno forte. Os habitantes que não vegetam (e são o menor numero) vivem de pesca da baleia; seccam tambem peixe; ha varias fabricas de azeite do lado de léste e do norte. A parte occidental, onde caçamos, é coberta de mangues e pequenas ilhas desertas; o canal que separa do continente varia em largura de meia milha até uma e meia. Só é accessivel a pequenas embarcações; dizem que póde ser transposto por grandes navios, mas o governo quer fazer crer o contrario. O facto é que não encontrei a indicação de sondagens em nenhuma das plantas da bahia, que me foram mostradas. Mostraram-me tambem em Itaparica uma immensa cordoaria de piteiro; está parada.

Na volta gastamos tres horas para dobrar uma ponta da ilha dos Frades, o que nos permittio observal-a com vagar; tem mais ou menos meia legua de comprida e parece toda coberta de mattas; não percebi nenhuma derrubada para a cultura; entretanto contámos tres casas. Da ilha dos Frades até á Bahia enjôei violentamente e muito mais do que vindo da Europa á America.

Este incommodo e a escuridão me impediram de examinar o fundo da bahia que frequentemente costeamos ao bordejar. O vento soprava do Sudoéste.

Pesquei pequenas ostras excellentes em Itaparica. Não vivem nos rochedos, mas sim sobre os troncos dos mangues alternadamente submersos e descobertos. Estes mangues apresentam ainda outra singularidade de historia natural: certo mollusco introduz-se nos seus troncos e fortes ramos, que têm mais de uma pollegada de diametro, perfuram-nos por espaço de algumas varas sem que a arvore pareça affectada. A perfuração, de fórma cylindrica, tem seis linhas de diametro; o animal a reveste de uma substancia como a dos outros molluscos, e provoca sempre surpreza encontrar, quando se fende algum ramo, no seu interior estes longos tubos calcareos. A substancia calcarea forma-se nos orgãos secretorios do animal que tira os seus elementos não se sabe donde. Resolver-se-á este problema e o dos outros molluscos, crustaceos e madrepóros, quando se descobrir como certas plantas segregam silex e outras ferro.

Encontrei dous insectos differentes que produzem o mesmo effeito dos nossos pyrilampos á noite. Um é quasi identico ao nosso lampyro, mas lança mais luz; o outro é um coleoptéro do genero da toupeira e como esta fére um golpe secco sobre o seu anus; tem dous pontos luminosos sobre a cabeça, na parte anterior dos elyctros; são talvez os olhos; quando se lhe atravessa o corpo com um alfinete, este ponto lança igualmente luz.

Desejei provar a carne de baleia; o meu negro recusou-se a preparal-a receiando me desmoralisar; fêl-a cozer fóra da casa; é um prato muito toleravel e pouco inferior á pessima carne de vacca cozida da terra. O sabor oleoso é difficil de perceber.

Os negros acabam de trazer-me um soberbo animal

do genero dos lagartos (*Lacerta*). Dão-lhe o nome de camaleão ou papavento e acho que parece muito com este; mas, é um iguano; o caracteristico especifico do camaleão é ter a cauda preensivel. O comprimento do corpo é de 11 pollegadas e a grossura a de um punho; a cauda tem mais de dous pés de longa e é guarnecida de escamas muito cortantes; é marcado transversalmente de cintas verdes e amarellas mui brilhantes. Por baixo da cabeça tem uma bolsa bastante grande que enche de ar á vontade; quando o irrito, esta bolsa torna-se vermelha como a crista dos perús; observei attentamente as mudanças do colorido do corpo: são pouco sensiveis; pareceu-me que apenas ficavam mais escuras. Abre a bocca como que para se defender, mas, não consegui fazel-o morder. A sua arma mais perigosa é a cauda, com a qual dá açoutes capazes de ferir. Acharam-no sobre uma arvore e deixou-se laçar.

XV

Bahia — *Domingo, 2 de Novembro de 1817.* — O vento do sudoéste, que outro dia retardou a nossa volta para a Bahia, me conduzio em duas horas a Maragogipe e a Cachoeira.

Esta ultima cidade é importante porque nella vem terminar a grande estrada de Minas. Quem quizer dirigir-se ao Rio de Janeiro por terra, em lugar de seguir ao longo da costa, deve acompanhar as caravanas que partem de Cachoeira para Tijuco, Villa do Conde, Villa do Principe e Villa Rica, de onde ha uma estrada de rodagem de 80 leguas que vae ter ao Rio de Janeiro. Os habitantes das provincias de Minas-Geraes e Minas-Novas presentemente vão muito pouco ao Rio de Janeiro, mais do que a Cachoeira; entretanto, esta cidade é ainda

um entreposto consideravel; a sua população é de 12.000 almas. Trazem do interior para lá algodão, couros, chifres, farinha de mandioca, café e fumo. Encontram-se tambem ali muitos contrabandistas, cuja profissão consiste em amedrontar os pobres brazileiros, que nunca viram senão as suas mattas, afim de obter delles, por baixo preço, os diamantes e o ouro em pó fraudulentamente trazido das minas. Fazem assim fortunas repentinas.

A estrada de Cachoeira a Tijuco tem 250 leguas. As caravanas que nella transitam constam ordinariamente de 64 cavallos ou mullas. Póde-se alugar um destes animaes por 10$000 mil réis (66 francos) por toda a viagem. O viajante tem que se alimentar á propria custa; faz-se de 5 a 8 leguas por dia, conforme as distancias entre os lugares em que se encontra agua; passa-se quasi que dous terços das noutes ao ar livre, debaixo de um couro de boi suspenso sobre a rêde. Quem souber contentar-se com farinha de mandioca, carne secca e aguardente, não precisa fazer provisões para mais de 4 ou 5 dias; acha sempre onde renoval-as nestes intervallos. Encontrará ás vezes bolachas e póde variar a alimentação com a caça que é muito abundante. A estrada é segura, não havendo receio de ataques de selvagens. As habitações, que se encontram, pertencem a plantadores de mandioca, cultivadores de canna para o fabrico exclusivo de aguardente, e de sertanejos criadores de gado. Nas proximidades das minas a região é mais povoada por plantadores de algodão e de café.

XVI

Bahia — *Domingo, 9 de Novembro de 1817.* — Si, quando eu voltar á Europa, esperarem de mim como viajante informações sobre o Brazil, terão e não razão; mas, antes não,

Terão razão, porque as cousas vistas nos impressionam mais do que as lidas, e porque um europeu surprehende melhor do que um nacional as differenças que interessam os europeus.

Terão razão, porque no Brazil sempre me animou um espirito de grande imparcialidade e creio que jamais me deixei dominar por quaesquer preconceitos de admiração ou de depreciação.

Terão razão, porque é permittido suppôr que durante um anno de permanencia devo ter tido occasiões de fazer perguntas ás pessôas instruidas do paiz.

Terão razão, porque dispuz de poucos lazeres para observar e de ainda menos talentos para bem fazêl-o.

Não terão razão, porque exigirão que eu falle do Brazil em geral, comquanto tenha apenas visitado alguns dos seus pontos quasi que imperceptiveis. Quererão que lhes dê conta de tudo, quasi que em uma só phrase, si bem que eu não saiba me expressar claramente por meio de abstracções.

Para satisfazer ao interrogante, de ordinario preguiçoso, seria preciso que eu podesse desenhar-lhe o aspecto com um só traço de lapis e dizer-lhe: Eis o Brazil!; traçar outro, igualmente rapido e expressivo, e dizer-lhe: Eis a Europa! Então o seu olhar, passando negligentemente de um a outro, surprehenderia algumas das differenças e elle diria: Agora sei o que é o Brazil! Assim é que muitos homens desejariam ser instruidos; comprehende-se bem quanto seria difficil satisfazel-os.

Não terião razão, porque cada um exigirá informações sobre os assumptos que mais de perto o interessam. Ora, para que as minhas respostas fossem interessantes, seria preciso que eu possuisse a respeito conhecimentos iguaes aos seus; de outra sorte seria considerado um parvo. Tudo isto é assás indifferente em essencia, mas, bastante

desagradavel na fórma. Urge renunciar á esperança de poder instruir sobre o estado de um paiz com a simples narrativa de um viajante. O meio de fazer-se delle uma idéa consiste: 1.°, na leitura de um trabalho estatistico; 2.°, de alguns quadros de costumes tirados de pontos diversos; 3.°, em uma serie de desenhos mais fieis do que pittorescos. Semelhante trabalho não póde ser feito sem autorização e auxilio da administração publica.

Entretanto, têm-se o direito de exigir de mim alguma cousa quando regressar. Si me imagino desde já alvo de perguntas, que supponho feitas com intenção maligna de me torturar, e animado do desejo de satisfazel-as, não posso evitar um embaraço vergonhoso. Em vão me reporto ás minhas notas hebdomadarias; sei que não passam de um palavrorio enfadonho, porque são demasiado pessoaes. É preciso responder sem demora, e comtudo alguma cousa. Feliz então aquelle que acha a expressão tão rapidamente quanto a idéa, que alli a um espirito esclarecido o dom necessario para advinhar, como que por inspiração, o objecto que convem expor no momento proprio e á pessoa que o espera. Feliz então o que tem conhecimentos sem pedantismo, graça sem rebusca, elocução sem pretensão, sabendo fixar a attenção sem fatigal-a.

Ha duas especies de perguntas, ás quaes cumpre estar preparado.

As das pessôas que não sabem fazêl-as e as das que as sabem muito bem fazer para tormento do viajante que, tarde demais, se apercebe que deveria ter observado o que desdenhou. A civilidade prescreve esforços para responder tanto a umas como a outras.

Classifico entre as primeiras as que são assim vagamente formuladas: Ah! meu caro senhor! O senhor esteve no Brazil! E' um bello paiz? Ha ali muitas dis-

tracções? Faz-se bons negocios? As mulheres são formosas? O que ha lá de curioso? Dizem que é uma terra de selvagens e de animaes ferozes. Os francezes são bem vistos lá? Que dizem lá sobre a nossa ultima lei financeira? etc., etc.

Procurando abreviar estas perguntas, ou pelo menos interrompel-as de modo a intercalar entre ellas as minhas respostas, concentrarei todos os meus recursos para dizer em dez palavras o que me fôra preciso expor em quarenta linhas. «Meu caro senhor, direi, é verdade, que estive no Brazil; mas, este reino dilata-se por extensão igual á distancia que vae de Cadix a S. Petersburgo e, para o interior da costa, penetra ainda de 100 a 150 leguas; tem de vinte e cinco a trinta cidades de 10 a 100.000 habitantes. De tudo isto vi apenas uma parte do tamanho do departamento da Sena e Oise, residi apenas em duas das suas grandes cidades, Pernambuco e Bahia, situadas no centro. O clima de São Paulo, no sul, deve differir do do Pará, ao norte, tanto quanto os de Napoles e de Londres. Apenas posso fallar da Bahia e de Pernambuco, que distam 150 leguas uma da outra, viagem que fiz por mar. O calor é intenso, mas, a brisa maritima o torna supportavel.

A vegetação dos tropicos torna quasi todos os lugares pittorescos aos olhos dos europeus.

Os arredores de Pernambuco são planos e os da Bahia montanhosos, de sorte que ha poucos golpes de vista. Os prazeres consistem no repouso, nas cerimonias religiosas, no jôgo e na libertinagem. Os europeus acham-lhes poucos encantos.

O trabalho é assaz remunerador para que se possa dizer que se póde fazer muito bons negocios locaes. Os externos seguem as alternativas da Europa; a influencia da Inglaterra nelles é grande. As mulheres brancas

pouco apparecem; em geral não têm carnação; as mulatas são algumas vezes bonitas e as negras bem feitas; mas, umas e outras exhalam um cheiro repugnante. O que ha de curioso é a verdura eterna, a escravidão e a singularidade dos productos do sólo.

Só se encontram selvagens a 200 leguas da costa. Em outras provincias estão mais proximos; nos povoados e cidades veem-se descendentes destes indios; são civilisados e as suas maneiras pouco differem das dos descendentes dos portuguezes. Nunca encontrei animaes ferozes; as cobras e os jacarés fugiam diante de mim; raramente se ouve fallar em accidentes produzidos por elles. Os insectos são innumeraveis e muito incommodos. O preconceito que concede aos francezes mais civilidade e affabilidade do que os outros povos tambem existe ali, e é frequentemente citado em opposição ao orgulho quasi insolente dos inglezes; em geral, porém, os estrangeiros são pouco procurados. A reputação de gentileza dos francezes excita entre as mulheres a curiosidade e o desejo de agradar e nos homens a suspeita e o ciume.

Ainda não appareceu ali um francez pentencente a classe deslumbrante. Excepto na côrte ninguem se preoccupa com o que se passa na administração interna da França. De resto, meu caro senhor, tudo o que lhe acabo de dizer está sujeito a numerosas excepções; occupei-me mais dos meus negocios do que em fazer observações.»

Com qualquer pessôa com quem tiver occasião de conversar sobre o Brazil, jamais deixarei de fazer esta ultima reserva, não por falsa modestia, nem para pôr a minha responsabilidade a coberto, mas, porque é tão verdadeira quanto necessaria. Farei sempre o meu possivel para responder ás perguntas dos que desejarem informações sobre assumptos que constituem o objecto

das suas meditações habituaes; mas, a minha insufficiencia bem desculpavel será mais frequente do que a minha bôa vontade.

Vou, portanto, figurar uma série de pessoas de condições diversas e desejosas de saber como se trata no Brazil das cousas que os occupam.

Será um bom quadro para dar conta a mim mesmo das minhas observações.

Assim, a um administrador eu poderia fornecer o esbôço seguinte:

O fundo do governo é militar. O governador tem o titulo de general, mesmo quando é magistrado.

Na administração geral elle decide arbitrariamente, e por conta propria, sem citar autoridades, desde que tenha o apoio da côrte; quando quer recusar sem se comprometter diz que se reporta a tal ou qual ministro. O governador da Bahia achava meios para fazer executar consideraveis obras de utilidade publica; não assim o de Pernambuco, que enviava para o Rio de Janeiro o producto de todos os impostos, o que não fazia o primeiro.

Ambos eram alvo de censuras.

O governador pode deportar a quem quizer; consulta o bispo em assumptos religiosos; tem um estado maior militar e repartições que correspondem aos varios ramos da administração, as quaes tem chefes e fiscaes; convoca as juntas, cujos membros escolhe, quando julga conveniente; mas, são todas meramente consultivas, excepto a das finanças.

Esta compõe-se de um chanceller, do thesoureiro, do escrivão da fazenda real, do director ou inspector da casa da moeda e do ouvidor. O governador, que a preside, tem dous votos, mas, faz o que quer, si bem que as ordenações sejam assignadas por todos os membros da

junta. O chanceller é o presidente do tribunal de appellação; o thesoureiro recebe e paga todas as sommas; o escrivão da fazenda real recebe as contas dos collectores de impostos, o ouvidor é um juiz e o director da casa da moeda é designado pelo seu titulo. Em Pernambuco o quinto membro da junta é o director das alfandegas, porque ali não ha chanceller.

A justiça é ministrada por juizes inferiores, divididos em varias categorias.

Assim, ha o juiz do civel, o juiz da alfandega, o juiz da moeda, etc., todos de primeira instancia; vem em seguida o ouvidor do civel e o ouvidor do crime, (ha processos que sobem directamente aos ouvidores), dos quaes se pode appellar para a relação, tribunal de appellação composto de cinco membros; ha apenas duas destas côrtes no Brazil, uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro.

Em certos casos vae-se da relação ao concelho do Rei.

Não ha tribunal especial do commercio; esta bella instituição é puramente franceza. O direito romano constitue a base da jurisprudencia; as leis portuguezas e francezas agrupam-se-lhe em volta; só ha escola de direito em Coimbra. Os meirinhos citam por processo verbal na rua ou em domicilio, processo verbal de que não deixam copia ao citado. São miseraveis que mal sabem escrever. Os procuradores não fazem senão rondar os cartorios para saber si a parte contraria depositou algumas peças, para introduzir outras occultamente e fazer perder as dilações. E' gente pouco estimada. Os advogados dão consultas e dirigem os processos dos seus gabinetes e nunca saem por causa dos processos que lhes são confiados. E' classe considerada. Só se litiga sobre contas escriptas, cuja communicação ás partes é

ordenada pelo juiz relator. Os prazos são muito longos, os autos interminaveis, e as custas esmagadoras. Para obrigar um homem solvavel a pagar uma letra authentica de 100.000 réis pode-se perfeitamente gastar 25 ou 30.000 réis e perder seis mezes. Assim, deixam-nas protestar sem repugnancia, sem se inquietar até que o credor chegue á execução; ainda assim nem todo o mundo póde ser executado, notadamente os proprietarios de engenhos e os concessionarios de terrenos por desbravar, estes só durante um certo prazo.

E' lamentavel dizêl-o, mas, a justiça é muito venal. Consigno isto aqui porque é a opinião geral; quero crer que ha excepções; citam-nas. E' preciso que os litigantes lisongeiem os juizes; o successo das causas depende das recommendações. O governador ordena ou impede os julgamentos; espreita-se frequentemente a sua opinião para agir de accordo com ella. Com vencimentos de 300 a 400.000 réis (2.000 a 2.400 francos), varios juizes vivem com esplendor. Não são inamoviveis. Em todos os paizes lamentam-se os processos, mas, sobretudo neste.

A maioria dos dizimos são arrendados; o governo recebe o seu producto, sem incorrer em despezas, por intermedio do escrivão da fazenda real. E' tambem a elle que o director da alfandega entrega a renda dos impostos, e ainda a elle pagam os particulares os direitos de registro, patentes e transmissão. Os contractos com o governo tambem passam por suas mãos. E' um emprego, não só porque para estes contractos não se abre concurrencia, mas, ainda porque do seu occupante depende o apressar ou demorar os pagamentos aos fornecedores e credores dos cofres publicos.

O thesoureiro guarda os fundos; a junta dá as ordens de pagamento; mas, si o thesoureiro diz ao

credor que é preciso esperar, apparece sempre um individuo obsequiador que se offerece para descontar o debito a 20 ou 30 %.

A fraude nos direitos da alfandega é consideravel, e talvez suba a 50 %. Os direitos são pagos sobre estimativa e esta póde ser diminuida mediante arranjo com os avaliadores. Isto se estende, numa escala de infidelidades, até os primeiros chefes.

Falla-se a este respeito abertamente. Os negociantes inglezes que devem pagar 16 % de direitos de entrada, só calculam 8 ou 10 %. Na exportação ha poucas fraudes; o imposto sobre assucar é diminuto; o do algodão é cobrado pelo peso; ainda não se cuidou em modifical-os.

A casa da moeda tem uma administração especial. Ha na Bahia (mas não em Pernambuco) um estado-maior consideravel para perceber o quinto do ouro, para ensaiar e fundir as barras; entretanto, não apparece uma só onça delle por anno. A casa da moeda só se occupa em comprar as piastras a 800 réis e imprimir-lhes um carimbo que eleva o seu valor a 960 réis. E' surprehendente que isto dure ha muitos annos.

No Rio as piastras já são pagas a 850 e 860 réis na casa da moeda. Nada se publica sobre as receitas e despezas publicas.

A policia está nas mãos do governador, que ou envia o delinquente ao ouvidor do crime ou decide em pessôa paternalmente. Não se acredita que haja espionagem organisada. Abrem-se as cartas quando se julga necessario. O governo pouco se occupa com dirigir ou fazer a opinião publica.

Entretanto, a gazeta da Bahia é sujeita á censura, ao passo que deixam entrar os jornaes mais extremados que se imprimem em Londres. E' verdade que estes só

circulam na classe elevada, interessada na manutenção da ordem; comtudo, a classe dos ricos agricultores exige certa vigilancia. A sua meia cultura faz com que se impacientem ao ver todos os bons empregos occupados pelos portuguezes da Europa.

São os ecclesiasticos que organisam os registros de nascimentos, casamentos e obitos.

A retribuição que os vigarios recebem pelos bilhetes de confissão annual lhes permitte fornecer com presteza informações sobre o numero de pessoas de communhão.

Não existem outros dados sobre os movimentos da população. Os padres não recebem o dizimo; o governo lhes paga diminutos emolumentos; mas, ha doações particulares e muitos eventuaes. Os frades de S. Bento e do Carmo são ricos. Todo o bando seraphico de S. Francisco, sob todas as formas, mendiga e vive passavelmente.

O governador é general do exercito; tem sob suas ordens os generaes de brigada, da artilharia, os inspectores generaes para as tropas regulares, e os capitães-móres nos districtos para as milicias. Todo o brazileiro é miliciano; os alistamentos para as tropas regulares se fazem arbitrariamente e á força.

Os réus de certos crimes são condemnados a ser soldados, em vez de irem para as galés, isto é, para os trabalhos forçados com a corrente. Além das fortalezas guarnecidas, ha muitos pequenos fortes que servem de asylo a velhos majores; mas, não ha hospicios de invalidos nem soldo de reforma.

A' Bahia e a Pernambuco faltam hospitaes correspondentes á sua importancia; existem apenas pequenas instituições pias para soccorrer os enfermos. Não se conhecem as religiosas hospitaleiras nem as damas de caridade. Trata-se de fundar recolhimentos para as crianças engeitadas.

As prisões da Bahia e de Pernambuco não são muito odiosas, comparadas com as da França. As da Bahia são até bonitas; as de Pernambuco foram entulhadas de presos devido aos ultimos acontecimentos. Como o clima não exige portas nas janellas, estes edificios me parecem bem arejados; não se ouve fallar de molestias endemicas nellas. Os presos são alimentados por instituições pias.

Certos cargos administrativos são concedidos pelo rei, a titulo de mercê, a pessoas de posição elevada, a quem é permittido arrendal-os a outras, como se fez em França, em 1811, com os entrepostos de fumo. Assim, certos cartorios, tabellionatos, inspectorias de alfandegas, etc., são occupados por procuração.

O preço do arrendamento ás vezes excede ao ordenado do cargo; d'ahi se póde aquilatar da fidelidade com que são os empregos exercidos. Certo cargo de fazenda, de 6.000 francos de ordenado, é avaliado em 40.000 francos annuaes.

Os membros do senado da camara da cidade não têm retribuição, os seus cargos são gratuitos ou antes honorificos; não ha fundos especiaes a administrar; tudo é directamente dirigido pelo governador. Supponho, entretanto, que ha fiscaes para os hospitaes, theatros, etc. Nas cerimonias estes membros do senado occupam um lugar de honra.

E' facil obter audiencia do governador ou dos chefes de repartição; mas, para a menor cousa são precisas petições e requerimentos, que são devolvidos aos impetrantes com os despachos por escripto.

Os inglezes têm, em virtude do tratado, um juiz portuguez cuja nomeação submettem ao Rei, e que conduz rapidamente os seus processos com os nacionaes; dão-lhe, sob a forma de presente, uma gratificação annual.

Os francezes desejariam bem ter instituição semelhante, mas, o seu pequeno numero não no permitte. Talvez fosse mais equitavel que o mencionado juiz servisse a todos os estrangeiros domiliciados no paiz.

De balde procurei obter dados estatisticos sobre o Brazil; mas, ouço dizer que a receita publica é de 40 milhões de cruzados (100 milhões de francos), e que o valor da exportação se eleva a 50 milhões (125 milhões de francos.)

XVII

Bahia —*Domingo, 16 de Novembro de 1817.*— Não sei o que fiz me collocando diante dos meus interrogantes a respeito do Brazil. Apenas ensaiei responder a um administrador e vi-me logo arrastado muito além das minhas forças e reconheci a immensidade do trabalho, que me propuz, sem ter a capacidade necessaria para executal-o. Sem, entretanto, mudar de plano, cumpre ser mais breve, empregando cada domingo em satisfazer um maior numero de individuos de differentes profissões.

Assim, hoje direi a um medico: Não existiam aqui molestias endemicas. Os incommodos ordinarios são constipações, isolações e febres intermitentes. Dizem que as ophthalmias e as enfermidades cutaneas foram importadas da Costa d'Africa; entretando, o ardor do sol, reflectido pelas paredes imprudentemente caiadas de branco, pode ser causa das primeiras, e quanto ás segundas observei que os negros não são affectados pela sarna.

A sobriedade é geral; bebe-se muita agua pura; os excessos de licôres fortes são raros, mas, faz-se uso immoderado da pimenta. Vê-se muitas pessôas corpulentas, talvez por falta de exercicio. As crianças não

usam cueiros e são conduzidas a cavallo sobre os quadris; poucas mulheres amamentam os filhos. As moças ficam nubeis aos dez annos e, bem como os rapazes, vivem extenuados pelo onanismo; este habito horrivel é conservado mesmo na idade a mais viril; eu o attribuo ao languor e á preguiça do espirito. Não ouvi fallar em molestias nervosas; a imaginação trabalha aqui tão pouco!

O temperamento phleugmatico parece dominar; entretanto eu o confundo frequentemente com a melancholia; não entendo grande cousa dos symptomas, mas, vejo bem que não se é sanguineo nem bilioso.

Os medicos tratam as constipações, que de ordinario dão lugar a febres intermittentes, por meio de emeticos e do quinino sob a forma de agua d'Inglaterra, que consiste em uma solução de quinino em vinho capitoso das Canarias.

As tisanas são infusões de camomilla e o caldo de gallinha. Mesmo nos mais insignificantes incommodos o doente é obrigado a guardar o leito. Apezar desta simplicidade de remedios, as pharmacias são numerosas; creio que por causa da população rural entre a qual abundam os curandeiros e ha poucos medicos.

Acredita-se na gangrena immediata, si se lavar uma ferida com agua, e por isso empregam aguardente. Prohibem-se os refrescos e limonadas, ou, pelo menos, recommenda-se que se lhes addicione um calice de aguardente.

Os intemperantes são castigados com molestias inflammatorias, como por toda a parte. As molestias venereas são communs; no seu tratamento raras vezes se provoca a salivação; aconselha-se sudorificos e, talvez com demasiada precipitação adistringentes. Vi curar ulceras venereas em menos de doze dias. O nariz é fre-

quentemente deformado por tratamentos errados ou incompletos.

Eis o que póde interessar aos senhores medicos, bem como o que adiante disser ao physico sobre a temperatura do paiz. A este direi que ella varia de 19 e 21 a 22° á sombra (*Reaumur*). Apezar do calor ha sempre muita humidade que oxyda os metaes. Em 48 horas os os meus sapatos ficavam cobertos de môfo. Os medicos fallam com louvor do methodo de Brown. Direi ainda que os medicos dos negros são considerados *como veterinarios*. Uns e outros são estimaveis.

Com o negociante entrarei em poucos detalhes, por duas razões: a primeira porque seria demasiado longo, a segunda porque as informações geraes elles as encontrão nos livros. Quanto ás informações particulares, estas são propriedade dos que as empregam. Os conhecimentos accidentaes que o negociante adquire são um segredo analogo ao dos processos empregados por um habil fabricante. Os lucros do commercio são os premios da corrida e ninguem empresta o seu cavallo a um concurrente.

Não se lhe deve tambem pôr ciladas no caminho; o melhor, pois, é calar.

XVIII

Bahia — *Domingo, 23 de Novembro de 1817.* — Os acontecimentos que me interessam pessoalmente não têm hoje importancia para serem consignados nestas notas. O que dizer de uma excursão que fiz ao rio Matuim e a Itapagipe, para avaliar a força de uma queda d'agua que se queria utilisar, senão que fui assaltado por carrapatos e que vi quão pouco aqui se entende da arte de utilisar os motores hydraulicos. Encontrei vestigios de trabalhos hollandezes muito engenhosos, outeiros

despojados de mattas para os engenhos que não souberam aproveital-as e um ensaio mallogrado de laminador para folhas de cobre.

O amigo que me acompanhou nesta excursão desejava estabelecer ali uma tecelagem de algodão. Dei-lhe por escripto as minhas idéas que não são favoraveis a este estabelecimento, a menos que se lhe junte apparelhos para a fabricação de chitas, o que exige avultados capitaes, que elle não tem, e uma paciencia e perseverança de que só o espirito patriotico e uma grande fortuna são capazes. Voltemos ao meu plano de me collocar successivamente em presença de diversas pessoas que, supponho, me pedem informações sobre o Brazil. Responderei hoje ao amador de Bellas-Artes.

O gosto pelas bellas-artes é muito insignificante em um paiz, em que se não sahe da indolencia senão para se occupar de negocios pecuniarios, onde se é demasiado insensivel ao tedio para procurar distracções delicadas, e onde o zelo não é estimulado pela presença de bons modelos. Entretanto, não se deve crêr que as bellas-artes sejam aqui completamente desdenhadas. A pompa do culto catholico valeu-lhe uma certa protecção. O architecto erigio templos, o esculptor e o pintor decoraram-lhes o interior e a musica resôa sob as suas abobadas.

O estylo architectonico é o que domina em Lisboa; não é grego nem gothico. Nada destas bellas linhas em que o olhar se apraz em repousar, mas, abundancia de recórtes, de cornijas, de contornos e de molduras bizarras.

Os templos são pequenos, de uma só nave, sem abobadas de pedra; uma obscuridade bastante solemne, quasi que tenebrosa, no sanctuario. Em vez de naves lateraes vêm-se as sacristias e os córos acima dos quaes reinam os salões guarnecidos de sacadas dando para o

interior e reservados ás pessoas gradas; são de um bello effeito. O esculptor em madeira reproduzio os ornamentos massiços dos seculos XV e XVI, columnas em espiral, florões de palmas immensas, almofadas em relevo umas sobre as outras sem necessidade e sem gosto; nada de estatuas, mas, alguns cherubins e outras pequenas figuras mesquinhas de santos tradicionaes, tudo dourado com profusão deslumbrante. A pintura não fornece quadros de preço para os altares; só se vêem miseraveis garatujas; mas, os tectos exercitam o talento do decorador que, sobre um fundo plano, representa em perspectiva planos de phantastica architectura, galerias, arcadas magnificas sobrepostas umas ás outras no genero das frontarias das casas na Italia. Por vezes os fórros têm cartuchos em que estão pintados os actos da vida do santo a que a igreja ou capella é consagrada. Na igreja dos Jesuitas ha alguns excellentes, vistos á distancia.

Não existem orgãos monumentaes; de ordinario um simples piano serve para acompanhar os córos; mas, por occasião da menor cerimonia, uma magnifica orchestra executa peças agradaveis e sempre renovadas. Isto exercita os compositores que, á força de procurarem motivos ineditos, se afastaram do caracter amplo e religioso para se approximarem do ligeiro e mundano. Os musicos isoladamente são mediocres, mas guardam bom compasso. As mulheres não cantam; quando não ha castrados são homens que executam os falsêtes, e melhor que o do lamentavel canto gregoriano soluçado nas nossas igrejas de provincia na França. Dizem que a musica da capella real no Rio de Janeiro nada deixa a desejar neste sentido.

O rei prefere para a sua capella a musica ligeira e frivola, a que os seus compositores o habituaram, ás

grandes e nobres composições feitas por Portugal e Neukomm que mandou vir da Europa.

Além dos monumentos publicos, entre os quaes não se podem contar as igrejas, o architecto é empregado na construcção de grandes casas particulares, mas, raramente com ornatos exteriores. São divididas em obediencia ás exigencias do clima; ha necessidade de correntes de ar, os aposentos são vastos e elevados; uma sala de vinte pés cubicos (*sic*) é apenas um gabinete.

Nas casas antigas cada aposento é revestido de uma cupola de madeira, o que é menos commum nas casas modernas.

Semelhantes aposentos são muito difficeis de ornamentar e mobiliar; ornam-nos repetindo symetricamente portas e janellas fingidas, com molduras douradas guarnecidas de cortinas.

As paredes não são forradas a papel por causa do clima; poderiam decoral-as com estuque, mas, em geral, pintam-nas apenas á colla com alguns mesquinhos arabescos, frequentemente renovados, o que lhes dá um aspecto alegre e asseiado. Estes italianos, decoradores em gêsso e a fresco que correm o mundo, acham occupação aqui; seria para desejar que modernisassem um pouco os seus desenhos. Os moveis consistem apenas em canapés e cadeiras de rotim; pouco se faz para adornal-os com alguns dourados, sempre mesquinhos. Fazem alguns consólos de pés dourados no genero que reinava em França ha trinta ou quarenta annos; é raro sobrepôr-se-lhes pequenos espelhos inglezes.

Quanto ao verdadeiro artista pintor este não acharia aqui o que fazer; as igrejas não no empregam; os particulares não suspeitam a magia da sua arte; poucos entre elles sabem que houve um Rubens, um Raphael, um Poussin no mundo. As pessoas ricas adornam as

paredes dos seus salões de algumas gravuras; mandam-lhes da Europa lithographias de cinco francos em molduras de cinco luizes. Não se encontram sequer estes pintores ambulantes de retratos que exploram successivamente varias cidades; seria, talvez, uma bôa experiencia a tentar por parte de alguns dos nossos jovens habeis e ociosos de Pariz.

Um amador da Bahia manifesta pela pintura um gosto pronunciado, uma paixão arrebatadora. Vi em sua casa uma cabeça de S. Jeronymo e a do celebrante copiadas *de uma gravura* da Communhão do Dominicano, sem mais auxilio para o colorido do que o dos livros. E' uma obra verdadeiramente surprehendente, porque, tanto quanto me ajuda a memoria, tem exactamente o aspecto do quadro original. Foi feita por um homem que nunca na sua vida vio um quadro de mestre, mesmo em cópias, e sabe-se quanto é difficil exprimir por palavras a variedade que se observa na côr das carnações dos nossos differentes pintores. A admiração que excita este pintor da Bahia é devido ao isolamento em que se acha para cultivar a sua arte; supponhamos que tenha estudado alguns annos na Europa, consideremos os seus retratos e teremos mais do que um garatujador de tabolêtas.

As lições dos mestres de desenho que se encontra aqui levam, quando muito, os discipulos a saber traçar alguns ornamentos para os decoradores e os moldes para os bordados de que a agulha das mulatas faz obras primas. Um francez viaja para offerecer á Europa uma série de paisagens brazileiras.

A musica de sociedade é mediocre quanto a execução. Tocam piano e arranham a guitarra de um modo lamentavel; mas, cantam toleravelmente em italiano. Os ouvidos são musicaes, percebe-se-o na harmonia

que reina nas peças de varias vozes. Ha cantigas brazileiras peculiares que são muito agradaveis; recentemente publicou-se em Londres uma collecção dellas. Chamam-nas de modinhas; as palavras são ordinariamente anacreonticas e as melodias graciosamente tocantes. Os negros têm tambem algumas melodias bonitas; a sua musica os transporta a ponto de lhes occasionar uma embriaguez delirante, e, entretanto, frequentemente, não dispõem de outro instrumento além de uma cabaça cheia de calháus.

Depois da chegada da côrte ao Rio de Janeiro fundou-se ali uma Academia de Bellas-Artes, da qual Mr. Brenton, fugitivo da França, é o director.

(O M. S. de Tollenare termina aqui; abaixo da ultima linha lê-se a seguinte phrase, escripta pelo proprio punho do autor.—*O resto perdeu-se.)*

Recife, Maio de 1905.

Alfredo de Carvalho.

A revolta dos Malês (*)

(24 para 25 de Janeiro de 1835)

ABDICADA a corôa imperial por D. Pedro I, no dia 7 de Abril de 1831, em favôr de seu filho menor de cinco annos, sessenta senadores reunidos elegeram uma regencia provisoria. Durante a menoridade de D. Pedro II, isto é, até 23 de Julho de 1840, a anarchia não cessou de envidar esforços, por toda a parte, com o fim de derrubar o throno imperial brazileiro. Tres facções degladiavam-se então encarniçadamente: os partidarios de D. Pedro I, os « moderados », que tinham o poder e os federalistas ou republicanos.

(*) Esta monographia, que é uma pagina incognita da Historia do Brazil, é devida ás investigações do Padre Ignace, professor do Seminario Archiepiscopal da Bahia. Foi publicada pela primeira vez em francez, na revista « Anthropos » (Vienna d'Austria), e vertida em portuguez, com assentimento do auctor, por A. S.

O auctor aproveita a opportunidade para, em publico, agradecer aos zelosos e intelligentes directores do Archivo Publico, o Exm. Sr. Dr. Cassiano Lopes, e da Bibliotheca Publica, o Exm. Sr. Dr. José de Oliveira Campos, que lhe facilitaram os elementos indispensaveis, pondo á sua disposição os livros e os manuscriptos concernentes ao assumpto. Confessa, outrosim, que nem mesmo nas bibliothecas da Europa se poderia encontrar melhor acolhimento; o que prova, ainda uma vez, a tradicional hospitalidade bahiana.

Os materiaes utilisados nesta monographia são:

1.°) *As fontes:* a) as fontes escriptas se acham no Archivo Publico da Bahia; tudo é manuscripto. Cf. em particular: « Officios », vol. 19; « Commandante das armas », vol. 12; « Justiça ».

b) Os dados oraes nos foram fornecidos por varias testemunhas, assim oculares como auriculares, principalmente pelo illustre Dr. Silva Lima, Monsenhor Fiusa e por outras pessoas fidedignas.

2.°) *A Bibliographia da questão:* a) Os jornaes da época: cf « Gazeta da Bahia », 29 de Janeiro de 1835; « Gazeta do Commercio », 4 de Fevereiro de 1835.

b) « Resumo chronologico e noticioso da Bahia » por J. A. A.

O periodo decorrido de 1831 até 1837 não foi mais que uma serie de revoltas e luctas fratricidas que perturbaram por longo tempo todo o paiz.

Por mais de uma vez, (1) e sem proveito, os negros sublevados tentaram recuperar a liberdade, sacudindo o pesado jugo do captiveiro.

O estado das cousas e as desintelligencias politicas lhes proporcionavam então occasião azada, e, com summa pericia, della souberam aproveitar-se.

No Maranhão, já o africano Cosme revoltara-se, a frente de 3.000 negros, na celebre « Balaiada ».

A insurreição, porém, que explodiu, na noite de 24 para 25 de Janeiro de 1835, na « leal e valerosa cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos », não apresentava tão sómente um caracter politico e social; não era um esforço para a conquista da liberdade; revestia, ao contrario, um caracter sobremaneira religioso: era,

---

(José Alves de Amaral) Bahia, 2.ª edição, p. 20-21. (Este almanaque da Bahia foi organisado por Antonio Freire, e impresso na Lithotypographia de João Gonçalves Tourinho, Arcos de S. Barbara, n. 83. A primeira edição data de 1881 e contém uma errata que não foi reproduzida na edição de 1885, que, entretanto, contém os erros apontados, e que não são poucos.

—«A Sabinada» por Henrique Praguer, Bahia, 1889, p. 27-30.

—«As insurreições dos africanos na Bahia» por José Carlos Ferreira, na «Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia», 1903, numero 29, p. 95 e sg.

c) *Bibliographia complementar.*

—Silva Lima—«A Bahia de ha 66 annos», Bahia, 1907.

—Augusto Victorino Alves Sacramento Blacke—Diccionario bibliographico brazileiro, Rio de Janeiro, 1893.

(1) Em 1694, em Pernambuco, os negros refugiados em Palmares, formaram um grupo independente que resistiu longo tempo. Em Minas Geraes (1719) tinham resolvido exterminar todos os brancos, mas, a conspiração foi descoberta e, repellidos, refugiaram-se no sertão. Na Bahia, revoltaram-se contra a escravidão em 1828; foram, porém, desbaratados em Pirajá.

Na mesma Cidade preparavam egual levantamento para o dia 30 de Abril de 1830, e, ainda uma vez, foram derrotados desde as primeiras manifestações, a 10 de Abril do mesmo anno.

cf. Historia antiga das Minas Geraes por Diogo de Vasconcellos, p. 169-170.

em uma palavra, uma guerra santa. (1) E', pelo menos, o que resalta dos documentos em arabe que a policia apprehendeu, nas casas dos Malês.

Estes papeis, até hoje considerados como verdadeiros enigmas, foram já examinados por negociantes maronitas que nada conseguiram, em razão da escriptura complicada e berberesca. Alguns foram enviados aos mais celebres orientalistas e africanistas allemães que até então não se dignaram de responder.

Foi-nos, felizmente, possivel decifrar estes documentos que nos patentearam o fim, o plano e os segredos da revolta.

I. ANTES DA REVOLTA

O fim primordial da conspiração dos Malês era acclamar uma rainha, depois do exterminio total de toda a gente branca. (2)

Para conseguil-o, porém, havia mister ser ateada a revolução por todos os engenhos circumvisinhos.

Comquanto o numero dos revoltosos não excedesse

(1) Alguns revoltosos eram fôrros; outros até abastados. Mais uma prova de que não se tratava de uma simples revolta de escravos. cf. *Levantes de pretos na Bahia*. por Eduardo A. de Caldas Britto. «Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia», 1903, n. 29, p. 69, etc.

O Chefe de Policia, Francisco G. Martins, em seu relatorio de 29 de Janeiro de 1835 dirigido ao Presidente da Provincia, notára já o movel religioso da revolta:

«O certo é que a Religião tinha sua parte na sublevação, e os chefes faziam persuadir aos miseraveis que certos papeis os livrarião da morte.

(2) «Assassinio geral em toda gente branca.» A «Justiça», Archivo Publico — Os Malês são «inimigos de Brancos», disse um negro perante os tribunaes. id. C 1.

de 1.500, (1) com o auxilio dos negros fetichistas, não tardariam em exterminar os «Impuros».

20	5	4	5
2	9	6	8
2	2	?	4
5	8	457	3
9	6	5	4
7	5	87	5
2	255	5	2
9	7	5	?

(1) Entre os papeis apprehendidos ha um pequeno quadro dividido em 32 partes, contendo differentes numeros. O auctor deste escripto enigmatico deu aos numeros direcções diversas, provavelmente para tornar a decifração mais complicada. Todo o segredo consiste em que, para evitar equivoco na leitura, deve-se voltar a fôlha, de maneira a ter sempre á direita uns tres pontinhos convencionaes. ∴ Parece ter sido uma estatistica do numero dos Malês, pertencente a algum chefe. Uma conta commercial não se escreve desta maneira; um amuléto conteria, tão somente, cifras sagradas.

Além disso, o total destes numeros perfaz 953; accrescentando-se uma média (duas vezes) pelos dois quadrinhos illegiveis, obtem-se 1011.

Ora, já sabemos que o numero dos Malês era de 1.500 approximadamente.

Desde muito tempo tramavam, ás occultas, os ardis e os preparativos da insurreição. Os chefes visitavam com frequencia os correligionarios, incitando-os á sublevação e amestrando-os no manejo da espada.

Dentre os innumeros «cabeças da insurreição», conhecem-se apenas os que compareceram diante dos tribunaes: Pedro de Lima, cognominado «Aluma», (1) Belchior, Gaspar e Pacifico, por antonomasia, o «sultão». Citam-se ainda outros taes, como Victorio, mais conhecido pelo nome malê de «Suli», Agostinho, (2) Carlos (3) e outros muitos.

Conseguiram, emfim, arrastar ao movimento sedicioso uma multidão de escravos boçaes, sedentos de sangue e abrazados em colera.

Estes ultimos eram ou cosinheiros, ou jardineiros, ou cortadores de capim.

Pretextando dansas ou festas, os conspirados reuniam-se, a miudo em diversos logares. Em Novembro de 1834, celebraram-se frequentes sessões no «casebre» de Abrahão, na Victoria. (4) Agostinho reunia os seus amigos em uma viella proxima á Egreja das Merçês; e todos os dias, de 6 a 8 horas da noite, a loja de Francisco de Lisbôa transformava-se em sala de conselho.

Por sua vez, o nagô Cornelio conferenciava com seus adeptos em uma senzala (5) situada na Barra.

O numero de adhesões augmentava de dia em dia.

Os ilotas fugiam de todas as partes (6) do Recon-

(1) Justiça. Arch. Publ. B. 13.
(2) Justiça B. 13.
(3) Justiça B. 13.
(4) Justiça Arch. Publ. B. 13.
(5) Senzala é um termo nagô.
(6) Os diarios desta época annunciavam a fuga de um escravo, dando os signaes physionomicos. Em se approximando o dia aprazado para o levantamento, o numero dos fugitivos tornou-se anormal. cf. Silva Lima. «A Bahia de ha 66 annos». pag. 32.

cavo, mormente da Comarca de Santo Amaro, aportando furtivamente á Bahia, para se aggregarem aos «quilombos».

Já eram bastante numerosos os combatentes, mas, careciam de petrechos bellicos que lhes assegurassem o bom exito da revolução.

Com immensos sacrificios conseguiram adquirir sabres, espadas, (1) facas, punhaes, bacamartes e garruchas.

Emfim, para que nada faltasse que pudesse incitar ao valor, adoptaram uma bandeira (2) que devia tremular ante a horda revoltosa e sanguinaria.

Os trajos de guerra deviam ser, para maior estimulo, os mesmos das cerimonias religiosas, isto é, um saio branco (3) apanhado por uma faixa vermelha, uma camisa igualmente vermelha (4) e os barretes azues circumdados por turbantes brancos. (5)

Convinha trajar, pelo menos, de branco, (6) e não esquecer os buzios, os coraes, as missangas e os anneis brancos. (7) Como tambem as armas espirituaes poderiam ser de grande proveito, cada qual deveria trazer ao pescoço os seus «patuás», para se tornar invulneravel.

Estes «patuás» compõem-se de orações, como o «tesbih» da tarde: Deus é clemente e misericordioso»; de passagens do Alcorão, etc. Um delles contém os sete

(1) Os sabres eram «parnahybas» (termo tupi), especie de facalhão com que se retalha carne nos açougues da Bahia; a sua forma lembra o iatagan turco.

(2) Justiça. Arch. Publ. B. 5, B. 7.

(3) «Em trajos de guerra em maneira sua», dizia o Chefe de Policia em seu relatorio. «Camisolas de Malés». Justiça. Cap. 1.—Os chefes Ussás guerreavam com os mesmos trajos.

(4) Justiça B. 8.

(5) Justiça A. 5.

(6) As calças brancas eram do systema «alçapão», peça que, segundo o uso antigo, cobria a abertura anterior das calças. O systema francez de braguilha não tinha sido ainda introduzido.

(7) Justiça. Arch. Publ., B. 7, C. 1, B. 4, C. 1.

ultimos «surates» (capitulos) do livro sagrado. Curioso, porém, é que o «surate» 108, versiculo 3, diz assim: «O que te odeia, morrerá», o que é sobremaneira *consolador* para os christãos; o 109, versiculo 6, deve ser recitado contra os infieis; «Aborreço o vosso culto»; o 112 é todo contra os christãos:

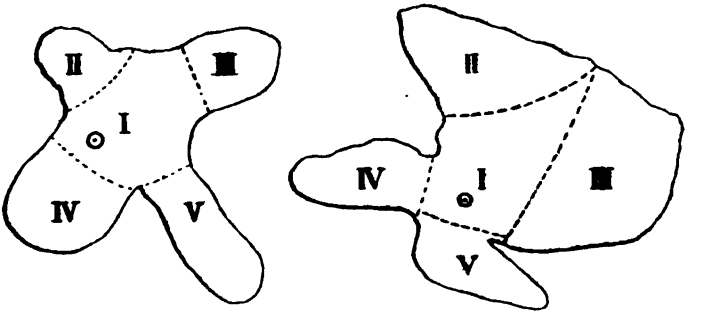
Diz: «Deus é uno,
«E' eterno.
«Nunca gerou e nunca foi gerado.
«Elle é sem egual».

Instruidos os soldados e adquiridas as armas, nada mais restava que combinar um plano e executal-o. Foi escolhida para o levantamento a noite de 24 para 25 de Janeiro, em que a população bahiana accorria, como ainda hoje, ao legendario templo do Bomfim, para a popular festa de Nossa Senhora da Guia.

Desertos estavam os lares, e nas ruas era enorme a concurrencia dos romeiros. A quasi totalidade da população se achava no Bomfim, situado num arrabalde da Cidade: tudo favorecia á premeditada carnificina. Occorre, ainda, que os caixeiros, em razão da romaria, deixavam na porta a chave das casas, de modo que os escravos podiam sahir e reunir-se, sem despertar suspeitas.

Dividiram a cidade em cinco partes, de maneira que, á noite, deviam se dividir em cinco grupos differentes.

Ha no «Archivo Publico» um desenho grotêsco que parece ter sido o plano de ataque traçado por um dos chefes.



I Centro da Cidade
II Victoria
III Conceição da Praia
IV Taboão e Pilar
V Bomfim.

Pelo que deduzimos da serie dos acontecimentos, o grupo do centro, depois de atacado o Quartel de São Bento, devia reunir-se ao que estacionava na Victoria.

Assim reforçados, se apossariam os revoltosos do Forte de São Pedro e do Quartel da Mouraria.

Descendo, em seguida e rapidamente, ao Taboão e á Conceição da Praia, onde os esperavam outros grupos revolucionados, deviam atacar o Quartel da Cavallaria — unico empecilho que lhes poderia interceptar a passagem para o Bomfim. Alli, libertados os escravos, trucidariam todos os brancos, para se reunirem depois em Cabrito, por detraz de Itapagipe. (1)

(1) Carlos Ferreira cita dois papeis que foram traduzidos por um ussá deante do tribunal. Diz o primeiro que a gente havia de vir da Victoria... matando toda a gente da terra de branco; que passaria por Agua de Meninos até se ajuntarem todos no Cabrito de Itapagipe... O segundo, que é um bilhete de um insurgido a outro, diz que «deviam sahir todos das 2 até ás 4 horas... iriam se ajuntar ao Cabrito, detraz de Itapagipe, em um buraco grande que ahi ha, com a gente do engenho que fica atraz e junto... tendo muito cuidado de fugir dos corpos das guardas».

(«Revista do Inst. Geog.» e Hist. da Bahia, p. 106.)

O plano, como é obvio, tinha sido machinado com muita astucia e habilidade; falhou, porém, em virtude das medidas urgentes e energicas tomadas pelas auctoridades locaes.

Pouco faltou para que a iniquidade se consummasse e fosse a Bahia presa do saque, da carnificina e do fogo. Bastaria o descuido de algumas horas na denuncia da conspiração, e tudo estaria irremediavelmente perdido.

II. DURANTE A REVOLTA

Pela tarde do dia 24, já começára a espalhar-se um vago rumôr de que os escravos pretendiam revoltar-se. (1) Cerca de 10 horas da noite, o Presidente da Provincia, Francisco de Souza Martins, recebeu uma denuncia grave (2). Immediatamente enviou um officio ao Chefe de Policia, Francisco Gonçalves Martins, (3) ordenando-lhe fizesse guardar todos os districtos por patrulhas dobradas, e detivesse todas as pessoas suspeitas ou que trouxessem armas. A's 11 horas e um quarto, o Presidente dirigiu um outro officio, sobre egual assumpto, aos juizes de paz dos varios districtos da Cidade. O juiz de paz da Conceição da Praia, Innocencio José Cardoso de Mattos, apenas recebeu, tomou as medidas neces-

(1) A2 Justiça.

(2) Francisco de Souza Martins era o presidente. Francisco de Souza Paraizo succedeu-lhe a 16 de Maio de 1836, e teve por successor Francisco Gonçalves Martins (1848).

(3) O Presidente, em seu officio dirigido ao Chefe de Policia, dizia: «Neste instante me he dada a denuncia, de que esta manhã mui cêdo deve haver huma insurreição de escravos, a qual parece apresentar alguns indicios de verdadeiros.» Arch. Publ. «Officios», vol. 19, pag. 384. (Gonçalves Martins († 10 de Setembro de 1872) nasceu na Bahia, fez o curso de preparatorios no Seminario de Sarnache, em Portugal; cursou na Universidade de Coimbra. Tendo seguido o partido de D. Maria II, foi obrigado a fugir para a Hespanha, viajando de lá pela França e pela Inglaterra, donde voltou ao Brazil. Nomeado Chefe de Policia, foi successivamente deputado, senador e emfim Presidente da Provincia da Bahia, de 1848 a 1852 e de 1868 até 1871.

sarias. (1) O Prefeito de Policia, por sua vez, depois de dadas algumas instrucções, dirigiu-se á Ladeira da Praça, onde encontrou os dois juizes de paz dos districtos da Sé que, seguidos de soldados e paisanos armados até os dentes, andavam na pista de 60 africanos reunidos em uma casa daquella rua, junto ao Guadelupe.

Pelas 11 horas da noite, Gonçalves Martins reforçou-os com um troço de soldados; e, confiado na força que occupava o centro da Cidade, dirigiu-se ao Bomfim, tendo o cuidado de fazer guardar por um destacamento o Palacio do Presidente, o Largo do Theatro e o Collegio.

Tendo chegado ao Quartel de Cavallaria, encontrou-o prompto para o ataque; tomou então um piquete de soldados e dirigiu-se ao Bomfim, a toda a pressa.

Os Malês, por seu turno, principiaram de movimentar-se, fugindo da casa dos « senhores », (2) armados de espadas, sabres, facas e pistolas, (3) e trajando longas camisas brancas e calças egualmente brancas, toucados todos com « filas » (barretes) azues ou vermelhos.

Os centros principaes da agitação eram a Victoria, a Baixa dos Sapateiros, a Ladeira do Carmo, o Pilar e o Taboão. (4)

Além do agrupamento acima citado na Ladeira da Praça, reuniram-se tambem elles em casa de um rico brazileiro, na Conceição da Praia, e em differentes pontos da Victoria. Os revoltosos commetteram uma grande falta, esperando pela manhã, mesmo depois de saberem que a conspiração tinha sido descoberta.

Trahia-os, outrosim, o modo exotico de trajar, visto

---

(1) Em sua resposta de 25 de Janeiro de 1835 ao Presidente, diz elle: «Immediatamente fiz todo o possivel para que o districto, de que sou juiz, fosse policiado vigilantemente».

(2) B. 7; B. 4., Justiça.

(3) B. 13. id.

(4) B. 13, B. 4, A. 4, B. 8. Justiça.

que os escravos, nessa época, sahiam á rua sem blusa, com o peito a descoberto. (1)

O trôço de soldados que se postára á porta da casa, na Ladeira da Praça, intimaram ao dono que fizesse sahir os africanos. Por fim o alferes Lazaro Ferreira do Amaral, começou a forçar a porta num forte circulo de soldados. Apenas põe elle o pé no limiar da porta, um tiro de bacamarte lança-o por terra. Passa-se então uma scena horrorosa: sessenta a oitenta Malês lançam-se na rua com horriveis vociferações, matando e ferindo todos os que encontravam na passagem.

Os soldados surpresos e aturdidos por tão inesperado ataque, e nada distinguindo na escuridão da noite, (2) dispersaram-se. (3).

Dividem-se então os revoltosos em dois grupos; o primeiro ataca o Palacio, cuja guarda se recolhe, e mata a sentinella. Dirigem-se depois, por Nossa Senhora da Ajuda, ao Largo do Theatro, onde são recebidos á bala e, não obstante o intenso fogo, conseguem ferir cinco dos oito soldados que faziam a guarda.

A horda furiosa lança-se sobre o Quartel de Permanentes de S. Bento; a guarnição recolhe-se immediatamente, e fecham-se todas as portas, como unico meio de se oppôr á invasão. Passam em seguida ao Forte de São Pedro, onde matam o sargento Tito, e ficam alli diante do Quartel de Artilharia, afim de se reunirem aos que estacionavam na Victoria.

---

(1) O regulamento de policia que prescreve a blusa é posterior. Segundo o Dr. Silva Lima, (p. 17) os escravos tinham tão somente por vestimenta uma calça de canhamaço ou uma simples tanga. «Andavam no trabalho, diz elle, semi-nús, vestindo apenas um calção curto de algodão grosso, ou de aniagem, ou simplesmente uma tanga, e com a cutis reluzente de suor». (p. 17).

(2) Nesta noite havia luar, porém, um pouco tarde, pelas 2 horas. Além disso, sabe-se que nesta época as ruas eram mal illuminadas por mesquinhas lampadas de oleo de baleia que apagavam ao menor sopro do vento.

(3) O soldado Francisco Joaquim de Castro foi assassinado.

Algumas pessoas que, nesta occasião, vinham das Mercês apenas tiveram tempo de se abrigar no Forte.

Aconteceu, porém, que não tendo sido avisado sobre o adiantamento da hora, o grupo da Victoria demorou em se reunir e preparar; pelo que foram obrigados a esperal-o no Campo Grande que era ainda um profundo vallado.

Foi esta a segunda falta na execução do plano; pois que em taes circumstancias, era demasiado precioso um só instante. As auctoridades locaes souberam aproveitar-se desse descuido, para melhor defenderem a Cidade.

O Presidente da Provincia dava sempre novas ordens.

A's 2 horas da madrugada, requisitou uma força de 30 homens, para guarnecer a Praça de Palacio; no que foi immediatamente obedecido pelo juiz de paz da Conceição da Praia, que a enviou sob o commando do tenente José Francisco Gonçalves. (1)

Por entre as ameias do Forte de São Pedro, os soldados seguiam as evoluções dos Malês. Reconheceram até alguns escravos, mormente Jacintho que, de espada em punho, chefiava um grupo de revoltosos. Nesta occasião tornaram elles a investir contra o Quartel, mas, debalde.

Comquanto perdessem um avultado numero de combatentes, (2) os Malês conseguiram ferir muitos soldados, nomeadamente Joaquim Amorim Vianna, furriel do 1.º

(1) «E recebendo, outrosim, a Portaria de V. Ex. datada de hoje pelas 2 horas da noite para que fizesse marchar uma força de 30 homens para a Praça do Palacio, em continente dei cumprimento, fazendo seguir a dita força commandada pelo tenente João F. Gonçalves».

Officio dirigido por Innocencio José Cardoso de Mattos, juiz de paz da Conceição da Praia.

(2) Vgr. Pedro, nagô, escravo de Dundas.

corpo, Marques de Oliveira, soldado do 3.° corpo e Angelo Custodio, do 8.° corpo.

Apesar do seu grande valor e coragem, os revoltosos foram obrigados a fugir, depois de passarem audaciomente a Rua Nova do Forte, sob verdadeiras avalanches de balas.

Sem parar um só instante, o bando revolucionario assaltou o Quartel dos Permanentes, na Mouraria, (1) defendido apenas por 12 homens, visto que o Chefe de Policia requisitara toda a guarnição. Houve alli uma escaramuça em que os Malês perderam dois homens além dos feridos.

Fechada a porta do Quartel, desceram á Barroquinha e, mais uma vez por Nossa Senhora da Ajuda, encaminharam-se para o Collegio. O estabelecimento era defendido por 22 praças e um sargento, sob as ordens de Francisco Ignacio dos Santos Tourinho.

Um artilheiro, que por acaso passava pelo Terreiro, cahiu logo morto.

Depois de terem praticado desordens no Collegio, lançando os bancos e outros moveis á rua, enveredaram pelo Taboão, passando por detraz da Cadeia do Terreiro; dirigiram-se em seguida ao Quartel de Cavallaria, trucidando todos os transeuntes.

Logo que o Chefe de Policia, Francisco Gonçalves Martins, chegou ao Bomfim, uma patrulha de cavallaria, a todo galope, veio trazer-lhe a infausta noticia de que a revolta acabava de arrebentar na Cidade. Recebida esta noticia, Gonçalves Martins deixou um destacamento de dezoito homens, com ordem expressa de fazer entrar

(1) Era Quartel da Policia. Até 1907 havia lá um esquadrão de Cavallaria; em 1835, a policia não tinha ainda esquadrão. Hoje este quartel está em ruinas.

na Egreja do Bomfim todos os brancos, ao menor signal, e tornou ao Quartel de Cavallaria, para dirigir a defeza.

Eram 3 horas da madrugada.

Em chegando, encontrou tudo prompto para o ataque.

As sentinellas tinham já avisado da approximação dos revoltosos, que acabavam de chegar aos Coqueiros; com effeito os barbaros se approximavam cada vez mais.

Alguns minutos depois, 60 a 100 africanos armados de espadas, lanças e pistolas defrontavam com a ultima barreira que se oppunha ao bom exito da revolta.

A lucta foi então encarniçada e horrivel.

Rechassados á bala, lançaram-se os Malês furiosos e aterradores sobre o quartel.

A infanteria fazia fogo pelas janellas e a cavallaria circulava por fóra.

Logo no primeiro embate, o capitão Francisco Telles Carvalhal, commandante da Cavallaria, foi ferido, sendo obrigado a retirar-se.

O Chefe de Policia assumiu então o commando e os repelliu em «Agua de Meninos». (1)

A força militar comprehendia um esquadrão de Cavallaria e 500 infantes, além do batalhão Artilharia que tambem acossava os Malês.

A despeito, porém, de sua inferioridade, os Malês resistiam com heroico valor. Afinal, depois de uma hora de renhido combate, começaram a recuar diante da Cavallaria, (2) que os impellia para o mar.

Embrenharam-se uns pelas mattas e montanhas

(1) Havia neste logar, ao norte da cidade, uma fonte de agua doce e abundante que derivava parallela ao mar, e formava alli uma bacia remansada, onde as creanças costumavam banhar-se. Em 1594, Aguiar Daltro obteve este terreno do Governador Thomé de Souza e estabeleceu um engenho de assucar, utilizando as aguas para mover as machinas.

(2) B. 7. Justiça.

visinhas; outros salvaram-se a nado; outros pereceram afogados; outros emfim foram mortos pelos marinheiros de um escaler da fragata «Bahiana», que alli se achava postada por ordem do Presidente da Provincia.

O Chefe de Policia, admirado de tanta coragem, rogou-lhes se rendessem. Nenhum, porém, annuiu á proposta; todos juraram morrer com as armas nas mãos.

Dentre os Malês, 50 pereceram, e grande foi o numero dos feridos e dos prisioneiros.

O combate que se travou em Agua de Meninos durou até as 4 horas da madrugada.

Os romeiros do Bomfim ainda receiavam sahir pela manhã.

Cerca de 7 horas, seis africanos fugiram da casa do rico brazileiro João Francisco de Rates, depois de incendiarem a habitação, e dirigiram-se á Agua de Meninos; mas, foram desbaratados em caminho.

Os grupos que deviam sahir pela manhã, tendo sido informados do máu exito da noite, desanimaram.

Os da Conceição da Praia não souberam da antecipação da revolta; o que é curioso, porquanto a vozeria infernal dos negros é proverbial no Brazil.

III. DEPOIS DA REVOLTA

Graças ás denuncias que chegaram ainda a tempo, a revolta abortára mais uma vez.

No dia seguinte era horrorosa a carnificina: as ruas estavam juncadas de cadaveres. (1)

Os feridos foram levados ao Hospital de Marinha e á Santa Casa de Misericordia; os prisioneiros foram

(1) Os negros tinham praticado muitos assassinios na população. B. 2. Justiça.

transportados ao Forte do Mar. (1) Muitos dos fugitivos foram capturados nas mattas circumjacentes.

Desde então a policia começou a pesquizar todos os casebres suspeitos, pois que muitos Malês tinham tido a incomprehensivel simplicidade de tornar á casa dos «Senhores», logo pela manhã. (2) Ao vêl-os entrar cobertos de pó e manchados de sangue e lama, não se descuidaram os «Senhores» de lhes mandar applicar algumas chicotadas. (3)

Os mais astutos reuniram-se immediatamente, para deliberarem acerca do novo modo de proceder.

A policia não cessava de receber novas denuncias; pelo que teve de fazer innumeras prisões dentro de poucos dias. Detinham-se todos os que tinham no fato manchas de pó e salpicos de sangue ou de lama; (4) recolhiam-se todas as armas encontradas e prendiam-se, sem outra forma de processo; todos conservavam papeis em arabe, trajos dos Malês, «taboas de orações» etc. Por esta occasião encontraram-se as insignias dos Chefes, saiotes enfeitados de plumas e guizos. Encontrou-se tambem numa casa uma corôa. (5)

Temendo a volta da insurreição, as autoridades continuavam a tomar medidas preventivas. (6) Francisco José Gomes, juiz de paz do 1.° districto do Pilar, officiou ao juiz de paz da Conceição da Praia, pedindo provisão de cartuchos.

As apprehensões, porém, não obstavam o regosijo

---

(1) Até o dia 7 de Fevereiro tinham sido presos cerca de 48 negros.
(2) Assim, B. 7 B. 2 (Cornelio, nagô, escravo de Firmino Caldeira).
(3) B. 7. Justiça.
(4) Nessa épocha as ruas da Bahia eram calçadas de um modo curioso: dois declives ou planos inclinados terminavam-se com uma pôça no meio, onde certamente, na escuridão, teriam resvalado muitos negros que corriam á tôa.
(5) Justiça. Archivo Publico. A. 4, B. 2, B. 13. «Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia» — Carlos Ferreira — p. 105.
(6) «Officios», vol. p. 3 etc.

popular; todos davam os parabens, vendo-se livres de tão imminente perigo.

Innocencio José Cardoso de Mattos, juiz de paz, publicou, no dia 25 de Janeiro, uma ordem que enaltecia o heroismo com que se houveram os soldados do seu districto, no encarniçado da luta, com especialidade o capitão Felippe Duarte Vianna.

A victoria alcançada sobre os Malês exaltou de tal sorte os soldados, que chegaram a matar negros innocentes nas ruas, sendo até necessario reprimir o furor dos indisciplinados. (1)

O unico meio de abafar inteira e completamente a revolta era castigar os cumplices.

No dia 26 de Janeiro, o juiz de paz do 1.º districto do Curato da Sé recebeu ordens de apressar os processos. (2) Outros officios sobre o mesmo assumpto foram enviados a todos os juizes de paz da Cidade e dos arrabaldes. (3)

A policia, no entanto, procedia com actividade á captura dos culpados. A 26 de Janeiro de 1835, effectuaram-se muitas prisões; dentre estas é para notar a de André, de 15 annos, escravo do inglez Sharp. No Taboão, a 24 de Março, capturaram-se muitos malfeitores, como Adão (B. 4, Justiça, Archivo Publico), e Joaquim, nagô, escravo de Antonio de Araujo (B. 8).

De toda a parte affluiam denuncias, feitas assim pelo medo, como pelo desejo de vingança.

---

(1) Archivo Publico, «Commandante das Armas», vol. 12, p. 149.

(2) Archivo Publico, «Off.» vol. 19, p. 384—385. O Presidente enviou o juiz de paz do 1.º districto á Fortaleza de S. Marcello—«Off.» p. 386.

(3) No dia 30 de Novembro de 1880, a segunda vara civil foi suppressa e os districtos assim organisados: 1.º districto; Freguezia da Sé, Rua do Passo e Conceição da Praia; 2.º districto; S. Pedro e Victoria; 3.º districto; Santo Anonio, Sant'Anna e Brotas; 4.º districto; Mares, Penha e Pilar; 5.º districto; Pirajá, Paripe, Passé, Cotegipe, Maré e Matoim.—Em 1835, havia um 1.º districto da Sé (A. 5, B. 1 Justiça), um 1.º da Victoria (B. 10, B. 9, 13, Justiça), e um 1.º de Brotas.

Paripe era um districto separado.

A boçalidade e estupidez dos negros foi-lhes fatal por varias vezes: uma negra, por nome Benta, chegou a denunciar o proprio amasio; outra na propria noite do levantamento teve a grosseira ingenuidade de pedir aos «senhores» permissão para sahir, porque deviam acclamal-a rainha!

Como acima dissemos, nem aos innocentes poupou a furia da soldadesca encolerisada. Haja vista o seguinte facto bastante jocoso, porém, pouco agradavel: Josepha, escrava de Maria Joaquina e Lopes, vendia legumes pelas ruas; passando um dia pelo Aljube, foi chamada pelos prisioneiros a quem, por certo, as verduras deviam então saber agradavelmente; o sentinella não se fez rogar muito para deixal-a entrar, porém, o que foi peor, vedou-lhe a sahida. (C. 1, Justiça, Archico Publico).

A proposito de Aljube, (1) releva notar que os prisioneiros foram distribuidos pelas principaes cadeias da Cidade: o Forte de São Marcello, o Aljube, a Fortaleza do Barbalho, o Forte de Santo Antonio e a Cadeia do Terreiro.

A principio os processos fizeram-se com muita actividade, mas, depois os juizes, já fatigados talvez dos longos interrogatorios, foram negligenciando, com geral descontentamento dos «senhores», que careciam já de braços para o trabalho.

Todos reclamavam com impaciencia, o que não obstou a que certos processos se prolongassem até 1844. (C. 1)

---

(1) Outr'ora o Aljube era a prisão dos Padres, mas, desde o dia 18 de Novembro de 1833, tinha sido arrendado ao governo da Provincia, sendo pouco depois restituido á mitra metropolitana. Deriva do arabe «al djubb»: a prisão.

Até esta data eram ainda examinadas as caussa de muitas pessoas suspeitas. (1)

Fizeram-se muitos interrogatorios e pesquizas, mas, não foi possivel desvendar o segredo; e, quanto mais os juizes se mostravam sollicitos em conhecer o sentido genuino dos documentos, tanto mais se obstinaram os africanos em seu silencio, recusando até confessar que, de facto, taes papeis lhes tivessem pertencido.

Uns traduziam como si fossem factos historicos ou lendas; (2) outros affirmavam não saberem ler.

Uma mulher de nome Maria Antonia disse ser a escripta inintelligivel, pelo que retorquiu-lhe o juiz: « Deve, pois, conhecer e saber ler. (3)

Muitos juizes nem sequer conseguiram saber a lingua em que tinham sido rabiscados os taes documentos enigmaticos; alguns não hesitaram em asseverar ser o hebreu! (4)

Quasi todos os revolucionarios foram condemnados, quer porque conservassem papeis compromettedores, quer em nome do Art. 413 do Codigo Penal que já considerava conspiração a revolta de 20 pessoas.

O Archivo Publico da Bahia possue os processos de 234 revoltosos, sendo 165 nagôs, 3 grumas, 6 gêges, 21 haússas ou ussás, 5 bornos, 6 tapas, 3 cabindas, 4 conguezes, 1 camarão, 1 barba, 3 minas, 2 calabares, 1 jabú, 1 mondubi, 1 benim, 1.ª parda (mulata) 1.ª cabra; 14 mulheres ao todo.

---

(1) Tito, nagô, foi julgado a 10 de Abril de 1835; Necis esperou até 5 de Novembro de 1836. (B. 13).

(2) B. 2, B. 4, B. 13.

(3) B. 2, B. 4, B. 13.

(4) C. 1 «Papeis escriptos em caracter que parece hebraico». «Em caracteres africanos».—C. 1 «Em uma escripturação desconhecida»—B. 4 «Letras arabicas»—B. 8, cf. A. 5 «Caracteres arabicos.—A. 3 «Em lingua extranha» B. 13, etc.

No Archivo Publico ha poucas particularidades sobre a sorte dos infelizes condemnados. Sabe-se, todavia, que muitos foram punidos com pena de morte; outros condemnados aos açoites (200, 500 até 1.000 chicotadas); outros foram transportados para as galéras e para as prisões; outros, emfim, deportados para a Africa.

Alguns succumbiram á morte no Hospital da Marinha.

Os condemnados á pena capital deviam ser enforcados no Campo da Polvora, mas, o madeiramento da forca estava completamente pôdre. Tendo sido construida uma nova forca, não se achou nas prisões uma só pessoa que quizesse servir de carrasco, nem mesmo mediante pagamento. Então, o Vice-Presidente, Manoel Antonio Galvão, ordenou que fossem fuzilados pelos soldados do corpo dos Permanentes. (1)

CONCLUSÃO

A revolta teve, como acabamos de ver, um caracter de extrema gravidade, assim pelas perturbações publicas que motivou, como pelo seu mobil religioso.

O plano fôra machinado com summa pericia.

O valor e a tenacidade com que os Malês se houveram na lucta, provam exhuberantemente que, mais disciplinados, mais bem armados e dirigidos por chefes mais habeis, teriam conseguido estabelecer na Bahia um governo musulmano.

Graças aos meios de defeza tomados a tempo, não conseguiram os Malês a consummação do seu diabolico plano de carniçaria.

O paiz, e mórmente o governo, reflectiram no perigo

(1) «Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia», 1903, numero 29, p, 115—119.

corrido; e, para evitar semelhantes aggravos á paz publica, tomaram-se medidas de segurança.

No dia 11 de Maio de 1835, a Assemblea Legislativa decretou a suppressão da Guarda Municipal Permanente e estabeleceu a Policia em cada districto.

Sanccionou, além disso, a deportação de todos os africanos suspeitos do menor movimento sedicioso; e, finalmente, no dia 28 de Agosto do mesmo anno, o Presidente publicou o « plano de segurança publica em qualquer occasião de incendio, tumulto ou insurreição de escravos ».

Bahia, 1907.

Etienne Ignace

Lente de philosophia no Seminario Archiepiscopal da Bahia.

ACTAS DAS SESSÕES EM 1907

136.ª Sessão em 10 de Março de 1907

Presidencia do Exm. Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, no salão do «Instituto», com a presença dos socios Cons. Carneiro da Rocha e João Torres, Drs. Silva Lima e Alfredo Cabussú, Padre Luiz da França, major Rogociano Teixeira, Eloy Guimarães e Ferreira Braga, abre-se a sessão, servindo de 2.º secretario o Dr. Cabussú.

E' lida e, sem debate, approvada a acta de 16 de Dezembro de 1906.

O Cons. 1.º Secretario faz a leitura do expediente, e dá noticia das offertas de livros, que serão publicadas no Appendice.

O Presidente do «Instituto Archeologico Alagoano» envia a relação da Directoria eleita para 1907.

O socio Dr. Augusto de Bittencourt de Carvalho Menezes communica a transferencia de sua residencia para a cidade do Rio de Janeiro.

O socio major Rogociano offerece ao «Instituto» um relogio do sol, de marfim, com a data de 1653, do qual se serviram os antigos bandeirantes paulistas, quando se internaram pelos sertões da Bahia, e dá explicações sobre os estudos a que sujeitou o instrumento na cidade do Rio.

O Cons. Presidente agradece a offerta e salienta os

serviços já prestados pelo illustre consocio ao «Instituto»; dá noticia do estado financeiro do «Instituto», e propõe que se lance na acta votos de pezar pelo fallecimento dos socios Conego Ananias Ferreira do Amaral, a 17 de Dezembro de 1906, na cidade do Rio de Janeiro, e do Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeïda, a 27 de Janeiro do corrente anno; o que é approvado.

O Cons. João Torres lembra a conveniencia de commemorar-se o 1.° centenario da abertura dos pórtos do Brazil, cuja Carta Regia foi lavrada n'esta capital a 28 de Janeiro de 1808, por iniciativa do Visconde de Cayrú, e que aboliu o systema colonial.

O Cons. Presidente faz a leitura do officio que dirigiu ao Rvm. D. Abbade do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro, solicitando a restituição á Bahia da urna contendo os restos mortaes do grande estadista bahiano Visconde de Cayrú.

Vota-se em escrutinio secreto o parecer da commissão de admissão, sendo proclamados socios correspondentes: Dr. Frederico Buret, Secretario da Sociedade de Medicina de Paris; Eugenio de Castro, poeta portuguez, em Coimbra; Comm. Antonio Padula, em Napoles; Drs. Arthur Orlando e Arthur Mouiz, litteratos, na cidade do Recife; Dr. Antonio Austregesilo, da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro; Paulo Brunette, redactor da «Revue Mauve», Paris; Visconde Pierre de Padirac, Paris; Dr. Luiz Feliciano Marrecas Ferreira, da Academia Real de Sciencias de Lisboa; Florian Parmentier, redactor chefe da «Revue Impulsioniste», Paris; Madame Claire Louìs Bosch, Riga, Russia, e Robert Duval, redactor do «Univers», Paris.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João N. Torres.—Isaias de Carvalho Santos.*

137.ª Sessão em 21 de Abril de 1907

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha e João Torres, Drs. Satyro Dias, Braz do Amaral, Silva Lima e Isaias Santos, Monsenhores Manfredo e Samuel de Almeida, Professores Luiz Augusto e Elias Nazareth, Coronel Athayde, Eloy Guimarães, Damasceno Vieira e Ferreira Braga, abre-se a sessão, sendo lida e approvada a acta da sessão anterior.

O Cons. 1.º Secretario passa a ler o expediente, e dá noticia das offertas recebidas.

Officio do Dr. Emilio Goeldi communicando ter passado o cargo de director do Museu do Pará ao Dr. Jacques Huber, transferindo sua residencia para Berne.

Officios da «Real Sociedade de Geographia» de Londres, do «Instituto da Ordem dos Advogados» do Rio, e do director da bibliotheca do Congresso de Washington, pedindo numeros da *Revista*. Mandou-se attender.

O Cons. Presidente dá noticia do fallecimento do illustrado socio correspondente Dr. José Alexandre Teixeira de Mello, poeta, jornalista e historiador, e autor das afamadas *Ephemerides Nacionaes*, e propõe que se lance na acta um voto de pezar. O seu fallecimento teve logar na cidade do Rio de Janeiro a 10 de Abril do corrente anno.

O Sr. Thesoureiro apresenta em meza, e é lido sendo remettido á commissão de orçamento e fazenda, o demonstrativo da receita e despeza do «Instituto» durante o anno de 1906.

São lidos pareceres da commissão de admissão favoraveis ás propostas de socios, que ficam sobre a meza para a sessão seguinte.

O Sr. Presidente communica que no dia 3 de Maio terá logar a sessão commemorativa do 13.º anniversario da fundação do «Instituto», fazendo-se os necessarios convites e avisos aos socios.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João N. Torres.—Isaias de Carvalho Santos.*

138.ª Sessão Magna de Anniversario, em 3 de Maio de 1907

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha, João Torres, Filinto Bastos e Botelho Benjamin, Drs. Thomaz Montenegro, Satyro Dias, Braz do Amaral, Barbuda, Cabussú, Isaias Santos, Fernando Kock, Barão de S. Francisco, Monsenhor Samuel, Conego Tapiranga, Padre Luiz da França, Ferreira Braga, Eloy Guimarães, Coronel Athayde, Professores Torquato Bahia, Luiz Augusto e Manoel Quirino, achando-se presentes tambem o Governador do Estado Dr. José Marcellino, o representante do Commandante do Districto, o Secretario do Governador, o Chefe de Policia, representantes do Senado e da Camara, o Intendente Municipal, representantes da imprensa e de varias associações, o Cons. Presidente declara aberta a sessão, lendo substancioso discurso.

Em seguida, o Cons. 1.º Secretario faz a leitura do seu Relatorio e de todas as occurrencias havidas no anno social.

O Dr. Braz do Amaral, orador do «Instituto», leu importante Memoria sobre a Constituição Politica de

1824, e suas reformas, o Acto Addicional e a Lei interpretativa de 1840.

Finalmente, o socio Damasceno Vieira recitou vibrantes estrophes ao grande poeta portuguez Guerra Junqueiro.

Antes de encerrar a sessão, o Sr. Presidente, agradecendo o comparecimento das pessoas presentes á festa litteraria do «Instituto», deu noticia de que se achava sobre a meza o diploma conferido ao «Instituto» em 31 de Dezembro de 1904, em commemoração da fundação do Cruzeiro do Sul, pelo Prefeito do Alto Juruá, General Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, actual Commandante do 3.° districto militar, e bem assim a medalha commemorativa da séde da Prefeitura.

Nos intervallos, e em salas contiguas, se faziam ouvir as bandas de musica do Regimento Policial e do 16.° batalhão de infanteria. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — *João N. Torres.* — *Isaias de Carvalho Santos.*

DISCURSO

DO PRESIDENTE

Conselheiro Antonio Carneiro da Rocha

Meus Senhores:

Cabe-me ainda uma vez dirigir-vos a palavra nesta modesta solemnidade, com a qual festejamos mais um anniversario da nossa existencia social.

Desejavamos dar maior realce a esta commemoração, mas continuamos abandonados por aquelles que não nos prestam o concurso que delles deviamos esperar, e por isso damos proporções minimas a este acto, que estaes honrando com as vossas presenças.

O acontecimento mais notavel do anno que expirou, não sómente para esta instituição, como para o paiz e especialmente para a America Latina, foi esse congresso americano, que se reuniu na cidade do Rio de Janeiro e ao qual concorreram os representantes de quasi todas as nações do continente, que habitamos.

Nessa magna e solemnissima reunião, que veiu estreitar os laços de cordialidade entre tantos povos, ouviu-se a palavra suave e sonora da paz e da concordia, que deve ser a estrophe de todos os hymnos das nações, que desejam estreitar-se pelos laços da mais sincera, duradoura e fecunda união.

Os votos, que se fizeram e os compromissos, que então foram tomados, hão de poliferar, e já estamos experimentando os seus beneficos effeitos.

Não podemos parar e menos retroceder; devemos, pelo contrario, avançar cada vez mais, porque temos a natureza a mais opulenta, porém precisamos de capitaes e de braços, e estes elementos só virão com o conhecimento exacto, que fizerem da nossa capacidade productora e das relações amigas e permanentes, que entretivermos com os demais povos.

A palavra, que ouvimos do centro da actividade governamental brazileira, é o povoamento do nosso territorio extenso, rico e fecundissimo, mas completamente inhabitado, e o echo desse mote civilisador e economico repercute por todo o paiz, que applaude e quer ver realisada a idéa que não é nova, de convidarmos os outros povos para vir gosar aqui do azul do nosso céo, da esmeralda das nossas montanhas, do gorgeio de nossos passaros, da amenidade do nosso clima, emfim, de nossas variadas riquezas, todas inexploradas. Mas, como havemos de conseguir esse utilissimo e importante *desideratum* sem abrir os braços a todas as nações, mesmo ás do velho continente, que foram as primeiras a entrar em convivencia comnosco, trazendo-nos a sciencia, a industria e os seus capitaes, sem levarmos a todas a palavra da paz e da união?

E' palpitante a necessidade de não considerar, como na Roma antiga ou na China, os hospedes como inimigos, ao em vez devemos chamal-os, attrahil-os á nossa communhão, dar-lhes a *hospitalidade* da *urbs eterna* e garantir-lhes os direitos; não deve haver nem gregos nem judeus, e tratar a todos como *um* em Jesus Christo, na phrase evangelica do Apostolo das Gentes.

Mas, para que possamos ter em nosso seio, nesta

communhão, como nossos irmãos, esses que nos procuram e a quem devemos fidalga hospitalidade, é preciso que os poderes publicos garantam tambem aos que cá existem em todos os seus direitos; porque a primeira cousa que indaga o que procura nossa patria é saber como vivem os nacionaes, si são felizes e quaes as garantias de que gosam.

Vemos infelizmente que a justiça, a ordem e a paz não são mantidas entre nós, como seria para desejar e do que necessitam os nossos concidadãos é o respeito aos seus direitos, cujo exercicio ainda vive dependente das conveniencias de uma politica mal entendida.

Seremos felizes no dia em que todos puderem comparecer e ser respeitados os seus direitos, quaesquer que sejam as crenças e a fé que professarem, e então teremos a verdadeira confraternisação interna e externa.

Não é admissivel que tudo se prometta e se conceda aos que convidamos para viver em nosso meio e e tudo se subtraia aos que nasceram no nosso solo.

O que desejamos é que se passe entre nós brazileiros a mesma scena que teve logar entre Falliéres, Presidente da Republica Franceza, e Paul Doumer, seu competidor. Quando este apresentava as suas homenagens pessoaes ao eleito, depois da victoria, aquelle disse-lhe: « Folgo muito, Sr. Presidente da Camara dos Deputados, em apertar-lhe a mão, porque os nossos amigos combateram vivamente, mas nesta lucta não trocamos golpes pessoaes, somos egualmente dois bons republicanos.

Poderemos continuar a presenciar que por pequenas divergencias partidarias, a bajulação, as hyperboles arrojadas, todas as virtudes se transformem de um momento para outro em apodos, injurias, malsinações e vicios?

O Brazil progredirá e attingirá aos seus altos des-

tinos, quando comprehender e realisar aquelles ensinamentos, que foram transmittidos desse Madeiro Sagrado, posto de ignominia e de soffrimentos, mas tambem de amor e de redempção, cuja *Invenção*, na base do Golgota, é solemnisada hoje pela christandade, e que deu o nome a esta parte da America, cujo descobrimento nesta data tambem solemnisamos. (*Applausos geraes.*)

Relatorio do Cons. 1.° Secretario

Exm. Sr. Cons. Presidente:

Illustres Consocios:

Recommendam os Estatutos, em seu Art. 28, § 8.°, que o 1.° Secretario apresente, na sessão magna anniversaria, um relatorio circumstanciado de todas as occurrencias que se derem durante o anno social, designando para esse fim o dia de hoje, como uma homenagem ao antigo *Instituto,* fundado em 1859.

E' com o maximo regosijo que nos achamos aqui reunidos, para commemorar o 13.° anniversario da gloriosa fundação do *Instituto Geographico e Historico da Bahia,* gremio literario, que, longe das paixões irritantes da politica, se tem devotado ao culto do passado, e, colligindo documentos, vae prestando valiosos serviços á nossa historia e geographia.

No desempenho da ardua missão de que se encarregou, tem elle procurado collaborar com o fervor de que se acha animado, para o monumento da nossa historia, sem contar com outros recursos que os que são fornecidos pelos seus associados.

Treze annos são já passados, em que temos affirmado a nossa modesta existencia, com pertinacia e perseverança, vencendo obstaculos originados de circumstancias diversas, sem que se tenha vergado o nosso animo.

O *Instituto,* durante o anno social de 1906, celebrou sete sessões ordinarias, e uma de assembléa geral, a 3 de Maio, todas assistidas pelo nosso illustrado e zeloso Presidente, Cons. Antonio Carneiro da Rocha.

Na sessão de 3 de Maio, depois de feito o discurso de abertura e da leitura do relatorio, o nosso orador, que tanto tem illustrado esta associação desde a sua installação, leu importante memoria sobre os limites da Bahia com o Estado do Espirito Santo, dando noticia de valiosos documentos que poude obter em Portugal, na sua recente viagem á Europa.

Depois, o socio e talentoso poeta, Sr. Damasceno Vieira fez a leitura de uma poesia, offerecida ao *Instituto,* sob o titulo — *Brado Pan-Americano.*

Em outras sessões foram tratados negocios administrativos, fazendo-se a eleição da meza administrativa e das commissões, sendo tomadas as contas do Sr. Thesoureiro durante o exercicio de 1905, e votado o orçamento para o novo exercicio.

Na sessão de 30 de Setembro, o Dr. Braz do Amaral, tratando da resolução do governo do estado em mandar desobstruir o rio *Sapão,* tributario do rio Preto, affluente do S. Francisco, nos limites dos estados da Bahia e Goyaz, lembrou que em 1898 o Governador da Bahia creára o districto de sub-commissariado de policia do *Jalapão,* no arraial do mesmo nome, o qual foi, mais tarde, suppresso pelo seu successor no quatriennio seguinte, por instancia, segundo se diz, do Governo de Goyaz; e, não se tendo dado publicidade a esse acto, ignoram-se os motivos que levaram o nosso Governo a assim proceder, mandando retirar o forte destacamento que alli existia e abandonando por completo as nossas legitimas pretensões a um territorio, habitado ha muitos annos por familias bahia-

nas; e concluiu, concitando o *Instituto* a interessar-se pelo assumpto, de elevado alcance commercial para a Bahia.

Na sessão de 10 de Junho, depois de haver lido o trecho do relatorio de 1898 do Dr. Director da « Bibliotheca Nacional » sobre a reclamação, feita em 27 de Maio de 1898 pelo Governador do Estado da Bahia, relativa aos livros e manuscriptos que foram retirados da nossa thesouraria de fazenda, e confiados ao chefe de secção daquella bibliotheca, para os copiar e extractar, propuz que o *Instituto,* por intermedio do Conselheiro Presidente, se dirigisse ao Sr. Ministro do Interior pedindo que désse solução á reclamação, fazendo com que esses livros voltassem á referida repartição, onde se tornam necessarios á marcha do serviço publico, e só por acto de violencia podem ser desviados.

Do relatorio do Director da « Bibliotheca Nacional », apresentado em 23 de Fevereiro de 1899, á pag. 289, dos Annaes, vol. XXI, consta o seguinte:

« Duas reclamações foram feitas á bibliotheca por esse ministerio, de que faço menção, sobretudo a primeira, pela importancia do seu assumpto e a maneira por que da nossa parte se solveram.

A primeira. Reclamação feita por intermedio do ministerio da fazenda pelo Governador da Bahia, em 27 de Maio de 1898, relativamente a varios livros e manuscriptos, referentes á historia da fundação daquelle estado e ao dominio hollandez no Brazil, existentes nesta bibliotheca, outr'ora *confiados* a Alfredo do Valle Cabral, então chefe de secção e hoje fallecido, para os *copiar e extractar.*

Nessa secretaria de estado estão todos os papeis attinentes a esta questão, de cuja solução pela autoridade superior não tivemos depois conhecimento ».

Ao officio do Cons. Presidente do *Instituto* foi dada a seguinte resposta:

«Directoria do interior, n. 2.003, 1.ª secção.—Ministerio dos negocios interiores, Rio de Janeiro, 20 de Novembro de 1906.—Sr. Presidente do *Instituto Geographico e Historico da Bahia.*

Respondendo o vosso officio n: 304 de 8 de Agosto ultimo, cabe-me dizer-vos que deixo de auctorisar a restituição de varios livros e manuscriptos referentes á historia do Estado da Bahia e ao dominio hollandez, por não pertencerem taes documentos ao referido estado, visto que, segundo informa o Director da «Bibliotheca Nacional» estavam recolhidos á *extincta Thesouraria de Fazenda,* de onde foram retirados por ordem do respectivo ministerio, constante do Aviso de 16 de Setembro de 1887 e telegramma de 12 de Outubro seguinte, dirigidos ao presidente da antiga provincia da Bahia. Saúde e fraternidade.—*Augusto Tavares de Lyra*».

Foi esta a solução dada pelo Sr. Ministro do Interior, que não pode satisfazer aos justos reclamos da Bahia, já porque não foram convenientemente estudadas as peças officiaes a que elle se refere em seu officio, e muito menos por não ser attendida a propria reclamação do Ministro da Fazenda.

No Archivo Publico do estado, encontrei apenas copia do officio que o Presidente Cons. Bandeira de Mello, em 27 de Setembro de 1887, dirigiu ao Sr. Alfredo do Valle Cabral, enviando-lhe copia do Aviso de 16 do mesmo mez, do Ministro da Fazenda, determinando que, mediante recibo, lhe fossem entregues os livros a que se referia o citado aviso.

Na Delegacia Fiscal, porém, encontra-se o officio

de 26 de Outubro de 1887, do Presidente da Provincia, dirigido ao Sr. Inspector da Thesouraria, enviando-lhe as copias do Aviso de 16 de Setembro e do telegramma de 12 de Outubro, expedidos pelo Sr. Ministro da Fazenda, e que são do teor seguinte:

«Ministerio dos negocios da fazenda, 16 de Setembro de 1887.—Sirva-se V. Ex. dar as necessarias ordens para que sejam entregues, mediante recibo, ao chefe da secção da «Bibliotheca Nacional», Alfredo do Valle Cabral, afim de serem aqui catalogados, extractados ou impressos, não só os volumes de registros, mandados fazer pelo Governador D. Fernando José de Portugal, os quaes comprehendem o periodo da fundação da cidade da Bahia até a expulsão dos hollandezes do Brazil (1549—1654); como tambem, outros documentos relativos ao mesmo periodo, que não estejam incluidos na collecção mandada fazer pelo mesmo Governador; *devendo ser-lhe entregue cada volume por sua vez, e depois de restituir o que tiver recebido anteriormente*, de modo que toda a collecção possa ser estudada. Deus guarde a V. Ex., Sr. Presidente da provincia da Bahia.—*Francisco Belizario de Souza*».

Os termos d'esse aviso e ordem não podiam satisfazer aos desejos dos que promoviam o saque e a devastação dos nossos archivos; e voltaram de novo ao ministro, que passou o seguinte telegramma ao presidente, a 12 de Outubro de 1887:

«Peço V. Ex. ver si é possivel entregar logo toda collecção empregado commissionado Bibliotheca Nacional, *tomando cautelas precisas para não dar-se extravio.—Francisco Belisario.*»

Assim, pois, foram entregues ao Sr. Valle Cabral os seguintes livros, conforme as duas relações, em duplicata, enviadas ao Ministro da Fazenda em officios

de 31 de Outubro de 1837, n. 184, e a 11 de Fevereiro de 1888, sob o n. 23:

«Livro 4.°, Rematações dos Contractos, Anno de 1668	1 vol.
Livro 2°, Registros de Cartas de S. A. ao Governador Geral, 1678	1 vol.
Livro do Registro das fés de Officios na Vedoria do Estado do Brazil, 1678 .	1 vol.
Autos e outros papeis dos seculos XVII e XVIII	1 vol.
70 folhas avulsas de Livros do Registros, seculos XVII e XVIII . . .	70 folhas

---

Tombo dos Jesuitas.	vol. 2.°
Tombo dos bens dos Jesuitas . .	Livro V
Registro Provisões Reaes . . .	10 vols.
Livro 1.° dos Registros. . . .	1 vol.
Livro 1.° Provisões Ecclesiasticas .	1 vol.
Livro 8.° do Regimento Provisões .	1 vol.
Assentos da Mesa da Fazenda (1670-1738)	1 vol.

Consequentemente, não foi cumprida a ordem dada pelo Sr. Ministro da Fazenda, perante quem o *Instituto* deverá renovar a reclamação já feita.

Cumpro ainda o dever de annunciar-vos que o *Instituto* resolveu fazer a commemoração de mais um centenario, o da abertura dos portos do Brazil ao commercio estrangeiro, a 28 de Janeiro proximo, collaborando com a digna *Associação Commercial* desta cidade nas festas projectadas.

O grande acontecimento, que o Brazil vae commemorar, que abalou todo o edificio social da colonia, e que é considerado como o primeiro passo para a sua independencia, porque, uma vez decretado, nenhum poder teria coragem de revogal-o, foi aqui escripto e assignado por D. João VI, a 28 de Janeiro de 1808, seis dias após a arribada á Bahia do principe regente, e se deve aos ingentes esforços do grande e erudito bahiano, Dr. José da Silva Lisboa, Visconde de Cayrú, que, no mesmo anno de 1808, publicou um trabalho, em 2 volumes intitulado — *Observações sobre o commercio franco do Brazil*, em que esmaga, com sua vasta erudição, os adversarios da Carta Regia, que se empenhavam pela sua revogação, sendo o primeiro a pregar entre nós as theorias inglezas sobre o commercio livre, a industria livre, e sobre a economia politica.

Ninguem no Brazil, como o sabio e venerando jurisconsulto, que falleceu a 20 de Agosto de 1835, quasi aos 80 annos de edade, recebeu em documentos publicos tão inexcediveis testemunhos de respeito e gratidão nacionaes.

A regencia, tres annos depois do seu fallecimento, concedendo ás suas filhas uma pensão (Dec. de 9 de Maio de 1838, approvado pelo poder legislativo em Dec. de 30 de Agosto do mesmo anno) expressou-se nos seguintes termos, que resumem o que se poderia dizer sobre o eminente brazileiro:

«Tomando na devida consideração os distinctos e muito importantes serviços do Visconde de Cayrú, prestados pelo longo espaço de 57 annos, não só na simples carreira de empregado publico, bem como na magistratura em alguns tribunaes, e no de muitos outros cargos e empregos, em todos quaes fez conhecer e admirar a sua vastidão de conhecimentos, que tornaram distincto

e até respeitavel o seu nome entre as nações estrangeiras; e sendo não menos attendiveis os seus serviços como escriptor publico e incansavel, em cujos trabalhos não cessou jámais de propagar as suas luminosas idéas com utilidade publica, e de propugnar, por meio da penna e da tribuna, pela dignidade e honra nacional: em consideração, pois, de tão prestantes e valiosos serviços, que constituiram ao dito Visconde um dos varões benemeritos em sublime gráo, e um dos sabios mais respeitaveis da época actual, cuja memoria será indelevel para os vindouros, concede, etc., etc.»

Antes disto, os patriotas bahianos haviam votado, na nossa assembléa provincial, a lei, que foi sanccionada sob o n. 46, de 13 de Março de 1837.

«Art. 1.° O Governo da provincia fará collocar no salão da «Bibliotheca Publica» desta cidade o retrato do Visconde de Cayrú, tendo por inscripção o seu nome e o logar do seu nascimento.

Art. 2.° A disposição do artigo anterior terá vigor, emquanto não houver um busto de metal ou de bronze.— *Francisco de Souza Paraizo,* Presidente da Provincia da Bahia.»

Pois bem, devemos lamentar que a Bahia não tenha podido, até a presente época, dar cumprimento á segunda parte da disposição desta lei.

—A morte fez desapparecer do nosso convivio, no anno passado, abrindo claros nas nossas fileiras, roubando-nos, companheiros illustres pelos seus serviços á Patria e ao *Instituto*, taes como: o Conego Ludgero dos Humildes Pacheco, a 3 de Janeiro de 1906; o Engenheiro de minas, Henrique Barretto Praguer, a 29 de Janeiro; o illustrado professor e scientista Dr. Raymundo Nina Rodrigues, a 17 de Julho; o orador parlamentar Dr. Aristides Cesar Spinola Zama, a 20 de

Outubro; o estadista e historiador argentino General D. Bartholomeu Mitre, a 19 de Janeiro; o venerando Visconde de Barbacena, a 28 de Maio; os illustrados oradores sacros Conègos, Agripino da Silva Borges e Dr. Emilio Lopes Freire Lobo, a 2 de Junho e a 26 de Outubro; o magistrado, Dr. Genes Martins Fontes, a 23 de Junho; o industrial e litterato Comm. Henrique Raffard, 1.º secretario do *Instituto Historico Brasileiro*, a 4 de Agosto; o medico illustre e litterato Dr. Antonio da Cunha Barbosa, a 21 de Outubro; o senador federal por Sergipe Monsenhor Olympio de Souza Campos, assassinado na cidade do Rio, a 9 de Novembro.

Sentidas maguas pela perda irreparavel de tão saudosos companheiros foram já prestadas nas actas das sessões, e o serão nas paginas da nossa *Revista*.

A nossa bibliotheca é diariamente aberta ao publico, que a frequenta com assiduidade, compulsando livros, jornaes e manuscriptos.

Como nos annos anteriores, foram feitas importantes offertas de livros e jornaes ao archivo e á biblotheca, mappas e medalhas devidamente escripturados em livro proprio, e cuja relação será publicada na *Revista*.

Foi largamente distribuido o n. 31, vol. XII da *Revista*, correspondente ao anno de 1905, com os socios e associações que comnosco permutam suas publicações, e vae adeantada a impressão do n. 32 do anno passado.

São conhecidas as causas da demora e atrazo da impressão, para que esteja a repisar sobre esse assumpto.

Pelo balancete apresentado, na ultima sessão, pelo nosso zeloso Thesoureiro, verifica-se que a receita, no anno proximo findo, importou em 4:584$262, e a despeza em 4:452$688, com um saldo que passou para o corrente anno.

Da subvenção federal recebeu-se apenas 1:873$590,

que foram applicados ao pagamento dos juros e amortisação da hypotheca do predio ao «Banco Auxiliar».

As mensalidades dos socios importaram em 1:118$000, sendo o *Instituto* indulgente e tolerante para com os dignos membros, que, pela deficiencia de recursos, não podem pagar as suas mensalidades.

E' este um dos pontos mais serios da vida economica do *Instituto*. O estado já não presta o auxilio a que era obrigado pela lei de 10 de Agosto de 1895, que reconheceu de *utilidade publica* a nossa associação, dando-nos a obrigação da publicação dos documentos historicos do archivo publico.

Senhores! Todos os povos fazem o cultivo da sua historia, os seus governos concedem ás sociedades geographicas e institutos scientificos os meios sufficientes para que possam promover expedições que façam as correcções dos seus mappas, e divulgar os conhecimentos das sciencias naturaes e da historia; os congressos scientificos reunem-se, quasi que mensalmente, sendo convidados os governos das nações e associações a se fazerem representar.

E' necessario, pois, que aos nossos consocios, representantes na assembléa geral do estado e no congresso federal, façamos sentir a necessidade de ser o *Instituto* dotado no orçamento de uma subvenção, paga directamente pelo thesouro.

Taes são, Srs. membros do *Instituto*, as informações que a secretaria entendeu dignas de trazer ao vosso conhecimento.

Bahia, 3 de Maio de 1907.

João Nepomuceno Torres.

— — —

A GUERRA JUNQUEIRO

A tempestade trôa,
Rugindo passa em Portugal o vento
Da revolta que aos timidos aterra,
E nas serras ibericas echôa.
O rebramir cyclopico, violento,
A' voz do poeta Guerra, clama: «guerra»!

«Guerra á eppressão, á tyrannia estulta,
«Que intenta, á força, derribar a Imprensa,
«Quebrar-lhe a autonomia!»
E o povo, ante os pregões da nova crença,
Ao som da voz do genio, mais avulta,
Em guerra a Monarchia.

E o missionario poeta,
A' frente da legião republicana,
A pregar o Evangelho da Verdade,
Assume altivo porte de propheta:
Concita a heroica gente lusitana
A batalhar em prol da Liberdade.

Prestigiosa doutrina!
Bem como em negra noite de procella
Um tufão predomina,
E arroja ao longe as nuvens conglobadas,
Assim a idéa democratica estrélla
D'astros as altas amplidões nubladas.

Cercados de janizaros inscientes,
A Lei, tendo na dextra uma mordaça,
De criminoso atira-lhe o labéo!
Baldado afan! Accusações vehementes
Vêm se quebrar na rutilla couraça
Do invulneravel réo!

Quer o poder calcar-lhe a resistencia,
Suffocar-lhe o transporte,
Acorrentar-lhe os pulsos de Titan;

Porém o vate não receia a morte,
E seu banco de réo tem a eminencia
Do monte em que Moysés viu Chanaan,

Dalli vê a nação transfigurada
Qual em novo Thabor,
Culta, liberta, emfim dos preconceitos,
Entrelaçada de fraterno amor,
Pelos anglo-saxões mais respeitada
E firme em seus direitos.

Cabeça hugoana em febre,
Quer dar a Portugal novo destino
Em que a santa Egualdade se celebre!
E elevado de idéas luminosas,
Contempla em sonho o solio bragantino
A boiar sobre as vagas revoltosas!

Eis abrazada aspiração, o crime
Do democrata e crente,
O attentado de lesa-majestade!
Assim tambem no Oriente
Um redemptor sublime
Deu-se ao martyrio em bem da humanidade.

O' mystico idealista sempre bello!
Tu que a todas as almas electrizas,
Ou no verso ou na prosa illuminada
— No idyllio ou no libello —
E a fogo os vicios patrios cauterizas
Em phrase mais cortante que uma espada;

Cantor dos SIMPLES, o republicano,
Perseguido e endeosado,
Em galardão da civica victoria,
De longe escuta um brado;
Recebe do Brasil, por sobre o Oceano,
Mais um trophéo erguido á tua gloria!

Bahia, 3 de Maio de 1907.

Damasceno Vieira.

139.ª Sessão em 12 de Maio de 1907

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha e João Torres, Drs. Satyro Dias, Francisco Calmon, Vital Soares e Cabussú, Monsenhores Manfredo e Samuel, Professores Torquato Bahia e Luiz Augusto, Coronel Athayde, Damasceno Vieira, Ferreira Braga, Eloy Guimarães e Isaias Santos, é declarada aberta a sessão, sendo lidas e approvadas as actas das sessões anteriores.

O Cons. 1.º Secretario procede á leitura do expediente.

Officios dos Secretarios de varias associações d'esta capital enviando as relações das novas directorias eleitas.

Telegramma do Cons. Salvador Pires, enviando saudações pelo 13.º anniversario do «Instituto».

Officios do mesmo Cons. Salvador Pires e do Secretario do Sr. D. Abbade do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro, dando noticia de que não fôra possivel satisfazer aos desejos d'este «Instituto», de recolher a urna dos restos mortaes do preclaro Visconde de Cayrú, por ter sido a mesma reclamada por descendentes seus, conforme documento authentico apresentado pelo Dr. José Carlos Rodrigues, presidente da associação do «Centenario da Liberdade do Commercio no Brazil».

E' lido o projecto de orçamento da receita e despeza do «Instituto» para 1907, o qual fica sobre a meza para ser votado na sessão seguinte.

São igualmente lidos os pareceres da Commissão de admissão; e procedendo-se á votação em escrutinio secreto, são proclamados socios effectivos: Cons. Amancio José de Souza, Dr. Jayme Richards, engenheiro de minas,

General Dr. Thaumaturgo de Azevedo, commandante do 3.° districto militar, Professor Roberto Correia, Dr. Bernardino José de Souza, Dr. Manoel Pimentel de Barros Bittencourt e Professor Guilherme Mello: socio correspondente, Conego Manoel Leoncio Galrão, senador do Estado.

Fica adiada a votação de outro parecer, hoje apresentado.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João N. Torres.—Isaias de Carvalho Santos.*

140.ª Sessão em 20 de Maio de 1907

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha e João Torres, Drs. Satyro Dias, Cabussú e Pimenta Bastos, Professores Torquato Bahia e Luiz Augusto, Coronel Athayde, Damasceno Vieira, Manoel Querino, Eloy Guimarães, Ferreira Braga e Horacio Urpia, é aberta a sessão, servindo de 2.° Secretario o Coronel Athayde.

E' lido o expediente pelo Cons. 1.° Secretario, que tambem dá noticia das offertas recebidas.

O Cons. Presidente propõe que se lance na acta um voto de pezar pelo fallecimento do socio correspondente fundador, Engenheiro Vicente Chermont de Miranda, a 9 de Maio corrente, na capital do Estado do Pará; e annuncia que, de accordo com os Estatutos, se vai proceder á eleição da Mesa Administrativa e das Commissões para o exercicio de 1907 a 1908.

São recebidas 13 cedulas, que, sendo apuradas, dão o seguinte resultado:

Presidente — Cons. Antonio Carneiro da Rocha.
1.° Vice-Presidente — Dr. Satyro de Oliveira Dias.
2.° Vice-Presidente — Engenheiro Miguel Calmon du Pin e Almeida.

1.° Secretario — Cons. João Nepomuceno Torres.
2.° Secretario — Dr. Isaias de Carvalho Santos.
Supplentes — Major Aloysio de Carvalho e Dr. Joaquim dos Reis Magalhães.

Thesoureiro — Capitão Francisco G. Ferreira Braga.
Orador — Dr. Braz H. do Amaral.
Supplente — Cons. Filinto J. Ferreira Bastos.

COMMISSÕES

De admissão de socios

Eloy Guimarães.
Coronel Gonçalo de Athayde.
Dr. Vital Soares.

Fundos e orçamento

Dr. Alfredo Cabussú.
Horacio Urpia Junior.
Coronel Manoel Francisco Gonçalves.

Estatutos e redacção da « Revista »

Cons. João Torres.
Professor Torquato Bahia.
Monsenhor Manfredo Lima.

Manuscriptos e documentos

Cons. Filinto Bastos.
Coronel Aloysio de Carvalho.
Engenheiro Silio Boccanera.

Geographia, Historia e Ethnographia

Dr. Francisco Marques de Góes Calmon.
Professor Alexandre Borges dos Reis.
Pharmaceutico Luiz Filgueiras.

Estatistica e demographia

Dr. A. Pacifico Pereira.
Dr. Egas Moniz Barreto de Aragão.
Professor Elias Nazareth.

Topographia e Archeologia

Dr. José Carlos Junqueira Ayres.
Engenheiro J. Pimenta Bastos.
Engenheiro Affonso Maciel.

Philatelia, Numismatica e Ceramica

Francisco Ferraro.
Dr. Julio Barbuda.
Professor Manoel Querino.

Mappas, retratos e cartas geographicas

Dr. Octaviano M. Barretto.
Dr. Joaquim Pires Muniz de Carvalho.
Professor João Joaquim dos Santos Sá.

Biographias

Dr. Manoel Joaquim de Souza Brito.
Dr. Guilherme Pereira Rebello.
Damasceno Vieira.

Terminada a eleição, o Sr. Presidente, agradecendo a sua reeleição, declarou empossados os socios presentes eleitos, e mandou publicar a relação pela imprensa, fazendo-se as devidas communicações.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João N. Torres.—Isaias de Carvalho Santos.*

141.ª Sessão em 23 de Junho de 1907

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha e João Torres, Drs. Isaias Santos, Satyro Dias, Vivaldo Lima e Vital Soares, Eloy Guimarães, Damasceno Vieira e Ferreira Braga, abre-se a sessão, sendo lidas e approvadas as actas dos dias 12 e 20 de Maio.

No expediente é lido um telegramma do Dr. João Pinheiro da Silva, presidente do Estado de Minas, communicando a fundação do «Instituto Historico de Minas» na cidade de Bello Horisonte, a 16 do corrente. Mandou-se responder por officio, fazendo votos pela prosperidade do «Instituto».

O Cons. Presidente faz apresentação do socio Dr. Vivaldo Lima, socio correspondente, que transferiu sua residencia para esta cidade.

E' lido, e approvado em escrutinio secreto, o parecer da commissão de admissão, sendo proclamados socios effectivos os Drs. Methodio Coelho, Antonio Muniz Ferrão de Aragão, Antonio Muniz Sodré de Aragão e engenheiro Frederico Ferreira Pontes.

Submette-se á votação, e é approvado sem debate, o projecto de orçamento, organizado pela respectiva Commissão para o corrente anno de 1907.

A receita é orçada em 10:450$454, a saber:

Saldo do anno de 1906 — 131$574 réis; subvenção federal de 1906 — 3:450$880; dita do anno de 1907 — 5:000$000; subvenção municipal (1905 e 1906) — 500$000; dita de 1907 — 250$000; mensalidades de socios — 1:118$000.

A despeza é orçada em 11:263$660, a saber:

Para pagamento de amortisação e juros da hypotheca ao «Banco Auxiliar» correspondente a 1906 — 2:786$160; amortisação do anno de 1907 — 2:300$; juros de 10 °/₀ sobre o capital de 23 contos da hypotheca — 2:300$000; publicação das *Revistas* ns. 31 e 32 (1905 — 1906), — 1:500$000; Secretaria e asseio da casa — 350$000; agua — 144$000; seguro do predio — 115$800; ordenado do porteiro e gratificação pela cobrança (15 °/₀) 767$700; gratificação ao amanuense (1906 — 1907) a 500$000 — 1:000$000.

E' igualmente lido, e approvado, o parecer da Commissão de Fazenda sobre as contas do Sr. Thesoureiro no exercicio de 1906, tendo verificado a Commissão que a receita importou em 4:584$262 réis, e a despeza em 4:452$688 réis, a saber:

Receita: Saldo do anno de 1905 — 1:592$672; mensalidades de socios — 1:118$000; subvenção federal do 2.° semestre de 1905 — 1:873$590.

Despeza: Ordenado do porteiro — 600$000; porcentagem do cobrador — 167$700; Secretaria e asseio da casa — 320$600; agua — 125$600; gratificação ao amanuense (Julho a Dezembro de 1905) — 200$000; publicação da *Revista* n. 30, — 900$000; contas pagas — 81$000; ao «Banco Auxiliar», juros da hypotheca até 31 de Dezembro de 1905 — 1:241$940; amortisação da hypotheca — 600$000; seguro de predio — 115$.

Total — 4:452$688, com um saldo que passa para 1907 de 131$574 réis.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão. — *Antonio Carneiro da Rocha. — João N. Torres. — Gonçalo de Athayde Pereira.*

142.ª Sessão em 21 de Julho de 1907

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha e João Torres, Drs. Satyro Dias, Reis Magalhães, Braz do Amaral, Julio de Calasans, Julio da Gama e Lindolpho Rocha, Monsenhor Manfredo, Engenheiro Maciel, Professores Torquato Bahia e Luiz Augusto, Damasceno Vieira, Eloy Guimarães, Coronel Athayde, Manoel Querino e Ferreira Braga, representantes da imprensa e outras pessoas; abre-se a sessão.

E' lida e, sem debate, approvada a acta da sessão anterior.

O Cons. 1.º Secretario faz a leitura do expediente: Cartas dos socios estrangeiros Antonio Padula e Luiz Feliciano Marrecas Ferreira agradecendo a sua eleição; offerta do socio Eloy Guimarães de uma apolice de

200$000 para o estabelecimento do theatro S. João, em 1808, nesta Capital.

O Cons. Presidente, dando noticia do fallecimento do socio fundador Dr. João Tillemont Fontes, a 17 de Julho, e distincto professor da Faculdade de Medicina, propõe que se lance na acta um voto de pezar, o que é approvado.

Em seguida, pede a palavra o socio Dr. Lindolpho Rocha, e por mais de uma hora occupou a attenção do « Instituto », estudando a grande facha de territorio do Estado, desconhecida e não explorada, a que denomina— zona do *Gongogy*, entre os municipios de Conquista, Poções e Ilhéos, habitada por tribus diversas de indios, e onde se suppõe a existencia da antiga feitoria ou tapéra velha, de que dão noticia os nossos escriptores; e conclue demonstrando a necessidade de ser, quanto antes, explorada essa região por iniciativa do governo do Estado.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.— *Antonio Carneiro da Rocha.— Isaias de Carvalho Santos.— Alfredo Octaviano Soledade.*

143.ª Sessão em 28 de Julho de 1907

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, presentes os socios Cons. Carneiro da Rocha, Drs. Reis Magalhães, Demetrio Urpia, Isaias Santos, Lindolpho Rocha, engenheiros Theodoro Sampaio, Affonso Maciel e Silva Lima, Conego Elpidio Tapyranga, professores Torquato Bahia, Elias Nazareth, Luiz Augusto e Roberto Correia, Alfredo

Soledade, Horacio Urpia, Ferreira Braga, Eloy Guimarães e Damasceno Vieira, é declarada aberta a sessão, servindo de 2.° secretario o socio Alfredo Soledade.

E' lida e approvada a acta da sessão anterior.

Pede a palavra o socio Lindolpho Rocha, e occupa-se do assumpto da sua 2.ª conferencia: « Os bandeirantes, sua origem, influencia na civilisação ou na educação e costumes dos brazileiros »; sendo ao terminar felicitado pelo Sr. Presidente, e abraçado pelas pessoas presentes.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João N. Torres.—Isaias de Carvalho Santos.*

144.ª Sessão em 15 de Setembro de 1907

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, presentes os socios Cons.os Carneiro da Rocha e João Torres, Drs. Satyro Dias e Isaias Santos, coronel Gonçalo de Athayde, professor Luiz Augusto, Eloy Guimarães e Ferreira Braga, é declarada aberta a sessão, sendo approvada a acta da sessão anterior.

Lê-se no expediente os officios dos secretarios do « Gremio Litterario da Bahia », da « Beneficencia Caixeiral », e do « Gremio Beneficente da Faculdade de Direito », enviando as relações das novas directorias eleitas para o anno social de 1907 a 1908.

O Cons. Presidente declarou que havia comparecido, representando o « Instituto », na ceremonia commemorativa da nossa independencia, celebrada no

Quartel Genèral do 3.º districto, sendo inaugurados os retratos do Cons.º João José de Oliveira Junqueira, dos Drs. Affonso Penna, Rodrigues Alves e Manoel Victorino; e que, a convite do Dr. Secretario do Governo do Estado, compareceu em palacio na sessão da entrega das medalhas da Exposição de S. Luiz, e recebeu a medalha de ouro e o diploma, que foram conferidos ao «Instituto», mandando preparar um quadro, onde elles se acham no salão nobre do «Instituto».

O Cons. Presidente propõe que, tendo fallecido a 14 de Agosto ultimo, na cidade do Rio de Janeiro, o nosso socio correspondente e fundador Dr. Joaquim Pires Machado Portella, ex-director do «Archivo Publico», e que foi Presidente da Bahia em 1872, se lançasse na acta um voto de sincero pezar; o que é approvado.

Finalmente, propõe o Cons. Presidente, depois de enaltecer os serviços prestados ao Brazil e á America Latina na grande Assembléa das Nações, reunida em Haya, pelo nosso distincto consocio Dr. Ruy Barboza, embaixador do Brazil, se lançasse na acta um voto de applausos á sua brilhante e patriotica attitude na Conferencia de Haya; o que foi approvado, deliberando-se que essa proposta fosse communicada por telegramma ao mesmo Dr. Ruy Barboza.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.*—*João N. Torres.*—Dr. *Vivaldo Palma Lima.*

145.ª Sessão em 17 de Novembro de 1908

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, com a presença dos socios Cons.os Carneiro da Rocha e João Torres, Desembargador Manoel Jeronymo, Dr. Vivaldo Lima, Eloy

Guimarães, Capitão Ferreira Braga e Professor Luiz Augusto, é declarada aberta a sessão, sendo lida e approvada a acta da sessão anterior.

Serviu de 2.º Secretario o Dr. Vivaldo Lima.

E' lido pelo 1.º Secretario o seguinte expediente: Officio do Intendente Municipal da cidade de Cachoeira, communicando a fundação da «Bibliotheca Municipal»; officios, do Director da «Bibliotheca e Archivo do Pará», e do 1.º Secretario do «Instituto dos Advogados Brazileiros», pedindo a remessa de numeros da *Revista*, que faltavam ás collecções. Mandou-se satisfazer os pedidos.

Carta do socio Cons. Botelho Benjamin, enviando um folheto da poesia *Le Verger*, com as assignaturas autographas do auctor Edmond Rostand, e do actor francez C. Coquelin, que a recitou na noite de 13 de Setembro, quando passou por esta cidade. Mandou-se agradecer.

Carta do socio General Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, enviando a Ordem do Dia, de 7 de Setembro, sobre a inauguração dos retratos no Quartel-General e a photographia das Senhoras que tomaram parte no mesmo cerimonial.

As offertas lidas constam do Appendice.

E' lida e enviada á Commissão de admissão uma proposta para socios effectivos e correspondentes.

O Cons. Presidente declarou que o «Instituto» recebeu com grande pezar a noticia do fallecimento do distincto socio correspondente e notavel numismata Dr. Julius Meili, a 26 de Setembro, com a idade de 69 annos, na Cidade de Zurich, onde residia, o qual, sendo

commerciante no Brazil alguns annos, deixou importantes trabalhos impressos sobre as moedas e medalhas do Brazil-Colonia, Imperio e Republica; pelo que propunha que se lançasse na acta um voto de sincero pezar, o que é approvado.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João N. Torres.—Eloy de Oliveira Guimarães.*

OFFERTAS EM 1907

Além dos jornaes enviados á Bibliotheca pelas respectivas redacções, recebeu o «Instituto» durante o anno de 1907 as seguintes publicações:

A Justiça (Bahia), ns. 24 a 35, 1907, anno IV.

Revista do Brazil, illustrada (Bahia), anno 2.°, 1907.

A Esquadria (orgão maçonico), Bahia, ns. 16 a 22, 1907.

Boletim Salesiano, ns. 1 a 12, 1907, anno VI.

Gazeta Medica da Bahia, vol. 39, 1907.

Boletins da Directoria de Agricultura e Viação (Bahia), Novembro de 1906 a Agosto de 1907.

Revista do Instituto Historico do Ceará, 1.° a 4.° trimestres de 1907, tomo XXI.

Revista do Instituto Historico do Rio Grande do Norte, ns. 1 e 2, vol. V, 1907.

Revista do Instituto Historico Alagoano, n. 2, vol. 4.°, 1907.

Boletins da Directoria de Agricultura do Estado de S. Paulo, Dezembro de 1906 a Dezembro de 1907, 8.ª serie.

Revista do Instituto Historico Brazileiro (Rio), vol. 68, 1907.

Revista do Instituto Historico de S. Paulo, vol. XI, 1906.

Revista do Archivo Publico Mineiro (Bello Horisonte), 1.° a 4.° fascs., 1906.

Revista Scientifica de S. Paulo, vol. 2.°, 1907.

Revista Academica da Faculdade do Recife, 1906, anno XIV.

Revista Polytechnica de S. Paulo, Setembro de 1906 a Maio de 1907.

Revista Commercial e Financeira (Rio), anno XIV, 1907.

Revista Militar do Exercito (Rio), Janeiro a Setembro de 1907, anno IX.

Revista Maritima Brazileira (Rio), Janeiro a Novembro de 1907, tomo 27.

A Lavoura, (Boletins da Sociedade Nacional de Agricultura), Rio, Agosto de 1906 a Setembro de 1907, anno XI.

Revista do Centro de Sciencias, Lettras e Artes de Campinas, ns. 12 a 16 (1906 e 1907).

Revista do Club de Engenharia (Rio), ns. 15 e 16 1906 e 1907.

Boletins do Archivo Municipal de Curitiba (Paraná), vols. 3.° e 4.°, 1907.

Boletins mensaes do Observatorio do Rio de Janeiro, Julho a Setembro de 1907.

Boletins da Estatistica Sanitaria da Cidade de Belém, Dezembro de 1906 a Dezembro de 1907, anno III.

Verdade e Luz (Ceará), Janeiro de 1907.

Fortaleza (Ceará), n. 12, Outubro de 1907.

Estatutos do «Centro Pharmaceutico de Minas-Geraes»; Estatutos da «União dos Trabalhadores da Viação Terrestre da Bahia»; Relatorios: da «Secretaria de Agricultura de S. Paulo», em 1905; da «Sociedade Portugueza de Beneficencia» (1905—1906); do «Lyceu de Artes e Officios da Bahia» (1905—1906);

da «Escola Commercial da Bahia»; da «Associação dos Empregados no Commercio da Bahia», 1907; da «Associação Commercial» 1907; dos «Tribunaes de Appellação e Revista da Bahia», em 1907; da «Santa Casa de Misericordia da Bahia», 1905 e 1906; da «Beneficencia Caixeiral», em 1907; Regulamento do «Serviço Sanitario da Bahia», (1907); Relatorio do Ministerio da «Viação e Industria» em 1906.

Annaes: do «Museu Nacional do Mexico», tomos 3.º e 4.º, (1906 e 1907); do «Museu Nacional de Buenos Ayres», tomos 6 a 8, serie 3.ª (1906 a 1907); do «Museu Nacional do Uruguay», tomo 3.º, 1907; do «Museu Nacional dos Estados-Unidos», 1905 e 1906.

Boletim do «Ministerio de Fomento de Lima» (Perú), Agosto de 1906 a Setembro de 1907; Boletim do «Corpo de Engenheiros de Lima», ns. 48 a 54 de 1907.

Registro Official das «Obras Publicas e Irrigação de Lima», Maio a Setembro de 1907.

«Revista del Ministerio de Colonisação e Agricultura de La Paz (Bolivia), Janeiro a Setembro de 1907, ns. 22 a 30; Documentos para a historia geographica da Bolivia; Memoria do Ministro ao Congresso.

«Annaes da Academia de Antiguidades da Suecia», 1903 a 1906.

«Revista da Associação de Educação Nacional do Chile», Março a Dezembro de 1907, anno III.

Instituto Paraguayo, ns. 51 e 52, anno VI, 1907.

Revista Nacional de Buenos-Ayres, Janeiro a Setembro de 1907, anno 22, vol. 2.º.

Revista da Sociedade de Geographia de Lima, tomo 19, Anno 16, 1907.

The Journal of the Franklin Institute (Philadephia), Dezembro de 1906 a Novembro de 1907.

«Boletins das Sociedades de Geographia» de Washington e de New-York, Novembro de 1906 a Novembro de 1907.

«Boletins das Sociedades de Geographia» de Lisboa e de Paris, Italiana, (Roma), de Genebra (Le Globe), e de Madrid, Janeiro a Novembro de 1907.

Idem das «Sociedades de Geographia Commercial» de Paris, Bordeaux e do Havre, 1906 a 1907.

Idem da «Sociedade de Geographia» de Antuerpia (Belgica), tomos 30 a 32, (1906 e 1907).

Idem da «Sociedade de Geographia» de Neuchatel (Suissa), tomos 16 e 17 (1906 e 1907).

Archives Diplomatiques, vol. 2.°, 1905.

Revista Economica Internacional (Paris), vol. 1.°, n. 2, Fevereiro de 1907.

Pelo Director da Bibliotheca e Archivo do Pará: o 5.° vol. dos Annaes da Bibliotheca.

Pelo Director do «Museu Paulista»: «Notas preliminares»—Fasc. 1.°, vol. 1.°, 1907; «Catalogo da Fauna Brazileira»; «As Aves do Brazil», pelo Dr. Von Ihering.

Pelo Director do «Archivo Publico Nacional»: Publicações do «Archivo Publico», vol. 6.°, 1907.

Pelo Director da Faculdade de Medicina da Bahia: «Revista dos Cursos da Faculdade», vol. 4.°, 1906; Discurso no acto do gráo dos doutorandos de 1906.

Pelas Secretarias da Camara dos Deputados da Bahia e do Senado: Mensagens do Governador Dr. José Marcellino de Souza em 1906 e 1907; Annaes do Senado e da Camara de 1904 a 1907.

Pela «Bibliotheca Publica Pelotense»: Annaes da mesma bibliotheca, vol. 2.°, 1905.

Pelas bibliothecas do «Gremio Litterario da Bahia,

e do «Centro de Sciencias e Lettras de Campinas»: Catalogos geraes das mesmas bibliothecas.

Pela «Sociedade de Geographia de Lisboa»: No Centenario de Bento de Góes.

Pela Commissão de Direitos Territoriaes do Piauhy: Limites entre os Estados do Piauhy e do Maranhão, e Documentos.

Pela Directoria do «Lyceu Salesiano da Bahia»: «O Rio de S. Francisco» e a «Chapada Diamantina», pelo Engenheiro Theodoro Sampaio.

Pelo socio Engenheiro Dr. Miguel Calmon: Relatorio do Ministerio da Industria e Viação em 1907, 2 vols.; Producção e commercio da borracha; Relatorio da Inspectoria Geral das Estradas de Ferro, 1893.

Pelo Dr. José Carlos Rodrigues: «Bibliotheca Braziliense»—Catalogo annotado dos livros sobre o Brazil, pertencentes ao mesmo. Parte 1.ª, (1492—1822), Rio, 1907.

Pelo socio Dr. Alfredo de Carvalho: «Estudos Pernambucanos», e «Horas de leitura», pelo mesmo.

Pelo socio Coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha (Pará): «Album da festa das crianças»; As epidemias do Pará, por Arthur Vianna; Annaes da bibliotheca e archivo, vols. 5.º e 6.º; Boletins mensaes da «Estatistica Demographica», 1906 e 1907; A «Gazeta de Lourdes», 1907; Patrimonios dos Conselhos municipaes do Pará; Registros de terras do Pará; Dr. Augusto Montenegro, sua vida e seu governo, por E. Mattoso; Elogio funebre de Frei Caetano Brandão; Mensagens do Syndicato agricola e industrial ao Dr. Governador; Mensagem do Dr. A. Montenegro ao Congresso, em 1907; Voyage aux «Campos» de l'Ariramba.

Pelo socio Major Rogociano Teixeira: Um relogio

do sol, de marfim, de 1653, de que se serviram os bandeirantes paulistas nos sertões da Bahia.

Pelo socio Dr. J. F. da Silva Lima: Exposição de José Pinto de Carvalho, residente em Sergipe, sobre acontecimentos da Independencia.

Pelo sócio Damasceno Vieira: A «Critica na Litteratura», pelo mesmo.

Pelo Sr. Augusto Porto Alegre: A «Fundação de Porto-Alegre», pelo mesmo.

Pelo socio General Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo: O diploma e medalha, conferidos em 31 de Dezembro ao «Instituto», em commemoração da fundação do Cruzeiro do Sul, séde do Alto Juruá.

Pelo socio Coronel Gonçalo de Athayde: «Memoria Historica do Municipio de São João do Paraguassú», (Bahia).

Pelo socio Eloy Guimarães: Uma apolice de 200$000 para o estabelecimento de um theatro n'esta capital, em 1808.

Pelo socio General Dr. Gregorio Thaumaturgo: Segundo Relatorio da Prefeitura do Juruá ao Ministro Dr. Joaquim Seabra; e o Relatorio do 1.° semestre de 1906, ao Ministro Dr. Felix Gaspar.

Pelo cidadão João Herculano de Moura: Inscripções Indianas em Cintra, pelo offertante.

Pelo Coronel Ernesto Senna: José Clemente Pereira, «Notas de um reporter».

Pelo Dr. Lemos Brito: «Guerra do Paraguay», Narrativa historica dos prisioneiros do vapor «Marquez de Olinda»; Através do Brazil; «Cartas do Norte», pelo offertante.

Pelo socio almirante Alves Camara: «A Construcção Naval do Brazil e seus Progressos», pelo offertante.

Pelo socio Dr. Nelson de Senna: «Baccia do Rio

Doce», (Minas-Geraes, 1906); Notas e Chronicas, 1907; «Annuario de Minas-Geraes», 2.º vol.; «Paginas da Historia Religiosa do Brazil».

Pelo Dr. João Coelho Gomes Ribeiro: «A Capital Federal e a Constituição da Republica»; «Estudos Contemporaneos», S. Paulo, 1907, pelo offertante.

Pelo socio Dr. Pacifico Pereira: «As Molestias Infectuosas na Bahia e a sua Profilaxia Official», pelo offertante.

Pelo socio Monsenhor Manfredo de Lima: «Homenagem ao Padre Francisco Gomes de Souza» (Bahia), 1907; Primeira conferencia realisada pelo «Circulo Catholico».

Pelo socio Dr. Landaeta y Rosales: «Una Calle Historica de Caracas»; «Estatuas e Pilas antiguas»; «Ephemerides Venezolanas».

Pelo Engenheiro João de Palma Muniz: «Patrimonios dos Conselhos Municipaes do Estado do Pará».

Pelo socio Dr. João C. Branner: «Geologia Elementar».

Pelo socio Dr. Manoel J. de Souza Brito: «Lições de Litteratura», pelo offertante.

Pela socia Exm.ª viscondessa de Cavalcanti: «Les Hollandais au Bresil», por Netscher.

Pelo socio Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa: «João Fernandes Vieira á luz da historia e da critica».

Pelo Dr. Herculano da Cunha: «Diccionario Encyclopedico de Saint Laurent»; Relatorio da Santa Casa de Misericordia do Recife, 1904 a 1905; Trabalhos da 2.ª Conferencia Assucareira, Recife, 1905.

Pelo Engenheiro Gunardo Lange: «Estudo sobre o rio Pilcomayo», (Paraguay), com os respectivos mappas.

Pelo Sr. Athayde Marcondes: «Pindamonhangaba»,

apontamentos historicos e biographicos, 1680—1906, pelo offertante.

Pelo Dr. F. Benet (Paris): Documentos do XIII seculo relativos a syphilis.

Pelo socio Dr. Antonio Padula: «Il Portogallo nella storia della civilitá», pelo offertante.

Pelo socio João Baptista Perdigão: Almanak do Ceará para 1907; Mensagens ao Congresso do Ceará pelo Governador Dr. Nogueira Accioli em 1907; Constituição reformada do Estado; Julgados e Decisões do Tribunal da Relação em 1906.

Pelo Desembargador Antonio F. de Souza Pitanga: Organisação penitenciaria dos paizes latino-americanos, no Congresso Latino-Americano.

Pelo socio Engenheiro Silio Boccanera: «Oração Civica», na sessão de 2 de Julho de 1907; «Oração Funebre á memoria do poeta Alexandre Fernandes».

Pelo General Rafael Uribe-Uribe: Colombia, Conferencia na «Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro».

Pelo socio Alfredo F. Rodrigues: «Almanak Litterario do Rio Grande» para 1908.

Pelo socio Cons. João Torres, 1.º Secretario: «Installação Hydro-Electrica», de Guinle & Comp. para os rios Piabanha e Fagundes; *O Malho*, do Rio, anno VI, ns. 225 a 276 de 1907; Almanaks de Pernambuco, «Luso Brasileiro», do «Malho», «Garnier» e de Pelotas para 1908.

Socios admittidos em 1907

Socios Effectivos

Dr. Adolpho Frederico Tourinho	27 de Maio de 1907
Dr. Edgard Frederico Tourinho	» » » » »
General Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo .	3 de Junho de 1907
Professor Roberto Correia	5 de Junho de 1907
Engenheiro Jayme Richards	12 de Junho de 1907
Dr. José Hypolito de Cerqueira Lima. . . .	10 de Out.ro de 1907
Dr. Manoel Thaumaturgo de Miranda . . .	» » » » »

Socios Correspondentes

Dr. Frederico Buret (França)	10 de Março de 1907
Paulo Brunette (França)	» » » » »
Visconde Pierre de Padirac (França)	» » » » »
Florian Parmentier (França)	» » » » »
Robert Duval (França)	» » » » »
M.me Claire Louis Bosch (Riga)	» » » » »

Comm. Antonio Padula (Napoles)	10 de Março de 1907
Eugenio de Castro (Coimbra)	» » » » »
Dr. Luiz Feliciano Marrecas Ferreira (Lisboa) . .	» » » » »
Dr. Manoel de Oliveira Lima (Belgica)	24 de Julho de 1907
Conego Manoel Leoncio Galrão (Areia)	» » » » »
Professor Aguello Bittencourt (Manaus) . . .	26 de Dez.ro de 1907

Socios fallecidos em 1907

Effectivo

Dr. João Tillemont Fontes	17 de Julho de 1907

Correspondentes

Conego Ananias Pereira do Amaral (Rio)	17 de Dez.ro de 1906
Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeida (Rio)	27 de Jan.ro de 1907
Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo (S. Paulo) . .	12 de Março de 1907
Dr. José Alexandre Teixeira de Mello (Rio) . . .	11 de Abril de 1907
Engenheiro Vicente Chermont de Miranda (Pará) . .	9 de Maio de 1907
Dr. Joaquim Pires Machado Portella (Rio) . . .	14 de Agosto de 1907
Dr. Julio Meili (Zurich-Suissa)	26 de Set.ro de 1907

SUMMARIO DO NUMERO 33

PAGS.

A Constituição do Imperio, memoria historica lida pelo Dr. Braz do Amaral . . . 3
As Notas Dominicaes de L. F. de Tollenare: parte relativa á Bahia 35
A Revolta dos Malês, (24 para 25 de Janeiro de 1835), pelo Padre Etienne Ignace . 129
Actas das Sessões em 1907 151
Discurso do Presidente na sessão anniversaria. 157
Relatorio do 1.º Secretario. 161
Offertas em 1907. 185
Socios admittidos em 1907 193
Socios fallecidos em 1907 195

MESA ADMINISTRATIVA EM 1908

Presidente—Cons. Antonio Carneiro da Rocha.
1.º Secretario—Cons. João N. Torres.
2.º Secretario—Dr. Isaias de Carvalho Santos.
Orador—Dr. Braz do Amaral.
Thesoureiro—Capitão Francisco G. Ferreira Braga.

REDACÇÃO DA REVISTA

Cons. João Nepomuceno Torres.
Professor Francisco Torquato Bahia.
Monsenhor Manfredo Alves de Lima.

Toda a correspondencia relativa á *Revista*, bem como a remessa de livros, jornaes e quaesquer objectos de valor historico devem ser encaminhadas para a Secretaria do «Instituto» á Praça 15 de Novembro (antigo Terreiro de Jesus).

REVISTA

DO

Instituto Geographico e Historico

DA BAHIA

FUNDADO EM 1894, RECONHECIDO DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N. 110 DE 13 DE AGOSTO DE 1895

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti
In prœsens, validusque in veniens stimulus.

1908

ANNO XV VOL. XV N. 34

1909

LITHO-TYP. E ENC. REIS & C.
Rua Dr. Manoel Victorino, 23 e 25
BAHIA

REVISTA

DO

Instituto Geographico e Historico

DA BAHIA

FUNDADO EM 1894, RECONHECIDO DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N. 110 DE 13 DE AGOSTO DE 1895

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti
In prœsens, validusque in veniens stimulus.

1908

ANNO XV VOL. XV N. 34

1909

LITHO-TYP. E ENC. REIS & C.
Rua Dr. Manoel Victorino, 23 e 25
BAHIA

REVISTA

DO

Instituto Geographico e Historico da Bahia

Anno XV 1908 Num. 34

O CENTENARIO

DA

Abertura dos Portos do Brazil

Passou sem festas officiaes, na Bahia, a commemoração do primeiro centenario da abertura dos pórtos do Brazil ao commercio de todas as nações amigas, por Decreto de 28 de Janeiro do 1808, assignado na Bahia pelo Principe Regente D. João, quando de passagem para o Rio de Janeiro, a conselhos do Governador Conde da Ponte e do sabio economista brazileiro José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cayrú.

« Foi a Bahia, na feliz expressão do Almirante Bacellar, que viu a primeira aurora da independencia »

O Instituto, pois, não podia deixar em esquecimento a grande data nacional, rendendo as homenagens devi-

das á memoria do rei D. João VI, que tão relevantes serviços prestou ao Brazil, e do benemerito Visconde de Cayrú.

Os seus bons intuitos, porém, soffreram os invenciveis embaraços de suas condições financeiras, e viu-se desta sorte privado de cumprir tão patriotico dever.

O poder publico, ou porque estivesse seriamente preoccupado com a eleição de Governador, que se effectuou nesse dia, ou por qualquer outra razão de ordem particular que se não conhece, não quiz ou não poude auxiliar o Instituto, como aliás se procedeu na commemoração do centenario do descobrimento do Brazil.

A illustre *Associação Commercial da Bahia*, entretanto, resolveu fazer a commemoração do grande acontecimento historico, celebrando uma sessão solemne, no salão nobre do seu edificio, onde foram inaugurados os retratos, em ponto grande, do rei D. João VI e do Visconde de Cayrú, fazendo o seu elogio historico o nosso consocio Dr. Alfredo Cezar Cabussú, que salientou a influencia do decreto de 28 de Janeiro nos nossos destinos como nação independente, a nossa cultura intellectual, o augmento de nossas riquezas e o desenvolvimento do nosso commercio maritimo.

Passaria tambem despercebida no Brazil data tão memoravel, si o Governo Federal, graças aos esforços e actividade do illustre bahiano Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro da viação e industria, não houvesse promovido uma Exposição Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, «commemorativa do primeiro centenario da abertura dos pórtos do Brazil ao commercio internacional», constando das seguintes secções; agricultura, industria pastoril, varias industrias e artes liberaes.

Designado o dia 14 de Julho para a sua abertura, esta sómente realisou-se a 11 de Agosto, patente-

ando aos olhos dos visitantes os productos de sua actividade no commercio, na agricultura, na industria, nas lettras e nas artes.

Não foi apenas esse o acontecimento rememorado no anno que passou. Muitos outros centenarios foram solemnisados, taes como: o da emancipação industrial, pela permissão do estabelecimento de fabricas e manufacturas (Alvará de 1.° de Abril de 1808); a emancipação da sua justiça, pela creação dos Tribunaes (Alvarás de 22 de Abril e 10 de Maio); a creação da imprensa, (Alvará de 13 de Maio); a fundação do Ensino Medico no Brazil; a creação do primeiro Banco do Brazil; do Thesouro Publico; das Escolas de Marinha e de Bellas Artes, etc.

Fossem quaes fossem as razões e as circumstancias que actuaram sobre D. João, abrindo os pórtos do Brazil e decretando outras reformas liberaes, houvesse ou não de sua parte a reserva mental de, passada a contingencia da invasão franceza em Portugal, fazer voltar as cousas ao estado anterior, o que não ha duvida é que não houve até hoje acto mais significativo para a vida nacional que a Carta Regia de 28 de Janeiro de 1808. Por si só ella continha uma revolução, por acabar com o systema colonial e fazer a Independencia do Brazil, como diz um escriptor.

« Dado, entretanto, que assim fosse, accrescenta elle, os calculos do Principe estavam errados. Não se pode impunemente permittir que o escravo usufrúa a liberdade durante largo periodo, pretendendo mais tarde obrigal-o a sujeitar-se de novo á escravidão ».

Diz ainda o Dr. Joaquim Manuel de Macedo: «Nesse dia o Brazil deixou de ser colonia. Não havia poder humano que conseguisse fechar as suas portas commerciaes depois d'esse dia ».

O Dr. Inglez de Souza, no discurso com que

abriu o 2.º Congresso Juridico, que se reuniu na Capital Federal, disse o seguinte:

«Segundo o Senador Candido Mendes, na sua optima e bem documentada Introducção das Obras do Visconde de Cayrú, o movimento da exportação e importação fez-se logo sentir, após 1808, extraordinariamente em 1809 e 1810, e ainda mais em 1812. As estatisticas publicadas pelo *Correio Brasiliense*, em Londres, embora imperfeitas, são testemunhas desse progresso chrematistico, resultante da abertura dos nossos portos ao commercio mundial; mas não se limitaram a isso os effeitos da famosa carta dirigida por D. João ao Conde da Ponte, pois que, na opinião do historiador Pereira da Silva, ella teve um alcance superior a qualquer providencia politica, ainda da mais subida importancia, e aos desejos e intenções dos seus proprios autores, importando em verdadeira revolução, que abalou todo o edificio social da Colonia. Mudou-lhe os costumes, alterando-lhe os habitos, transformou-lhe a vida, creando tendencias novas e aspirações mais elevadas. A liberdade commercial, diz ainda o historiador, o direito de relacionar-se com povos extrangeiros, a facilidade e o giro do trato, as communicações mercantis e pessoaes que se abriram e que tenderiam naturalmente a crescer, progredir, e desenvolver-se, acarretaram consequencias politicas e sociaes não previstas *pelo Regente nem pelos seus Conselheiros.*

Separaram-se por ella os interesses e necessidades do Brazil e de Portugal. Desligou-se inteiramente a Colonia da dependencia e sujeição á metropole. Em respeito da sua condição de provisoria, firmava-se a sua emancipação commercial, e seria sua consequencia natural, legitima e forçada a emancipação politica dos Estados Americanos, pelas fundas raizes que no sólo e

nos espiritos creavam os novos interesses e idéas proclamadas.»

A *Revista*, em homenagem e reconhecimento á memoria do eminente bahiano Visconde de Cayrú, sabio economista, jurisconsulto e estadista, publicará, em seguida, a Carta Regia, que elle inspirou e defendeu dos ataques dos que pretendiam revogal-a, a sua biographia, e o artigo que o nosso socio e Orador Dr. Braz do Amaral estampou no *Jornal de Noticias*.

A Redacção.

Carta Regia de 28 de Janeiro de 1808

Conde da Ponte, do Meu Conselho, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, Amigo : Eu o Principe Regente vos Envio muito saudar, como aquelle que Amo. Attendendo á representação que fizestes subir á Minha Real presença, sobre se achar interrompido e suspenso o Commercio desta Capitania, com grave prejuizo dos meus Vassallos e da minha Real Fazenda, em razão das criticas e publicas circumstancias da Europa, e querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta, e capaz de melhorar o progresso de taes damnos, Sou Servido Ordenar, interina e provisoriamente, em quanto não Consolido hum Systema geral, que effectivamente regule similhantes materias, o seguinte, Primo: Que sejão admissiveis nas Alfandegas do Brazil todos e quaesquer Generos, Fazendas e Mercadorias transportadas, ou em Navios Estrangeiros das Potencias, que se conservão em Paz e Harmonia com a Minha Real Corôa, ou em Navios dos meus Vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento, a saber: vinte de direitos

grossos, quatro de Donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes Direitos pelas pautas, ou aforamentos, por que até o presente se regulão cada huma das ditas Alfandegas, ficando os vinhos, e Aguas Ardentes, e Azeites doces, que se denominão Molhados, pagando o dobro dos Direitos, que até agora nellas satisfazião; Segundo: Que não só os meus Vassallos, mas tambem os sobreditos Estrangeiros, possão exportar para os Portos quelhes parecer, a beneficio do Commercio, e Agricultura, que tanto desejo promover, todos, e quaesquer generos, e producções coloniaes, a excepção do Páo Brazil, ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos Direitos já estabelecidos nas respectivas Capitanias, ficando entretanto como em suspenso, e sem vigor, todas as Leis, Cartas Regias, ou outras ordens, que até aqui prohibião neste Estado do Brazil o reciproco Commercio, e Navegação entre os meus Vassallos, e Estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo e actividade que de vós Espero. Escripta na Bahia, aos 28 de Janeiro de 1808. — PRINCIPE — Para o Conde da Ponte.

(Impressa na «Impressão Regia» do Rio de Janeiro.

1808 — 1823

O decreto, cujo centenario hoje se commemora e que abriu os portos do Brazil ao commercio do mundo e á civilisação de todas as nações, é quasi o decreto da independencia do Brazil!

Dahi em diante ella se tornara um acontecimento inevitavel e fatal, porque, uma vez feita tão grande brecha no systema absolutista e colonial, não seria mais possivel voltar atraz e tão poderosos iam ser os interesses ligados ao povo brazileiro que este não podia mais perder a vantagem ganha.

Infelizmente, o original do decreto memoravel não existe no Archivo Publico da Bahia, com os outros daquelles dias datados desta cidade. (*)

Numa destas ceifas em que se tem despojado a Bahia das suas terras, do seu dinheiro, das suas obras de arte e documentos de valor, lá se foi tambem este preciosissimo papel.

Peço daqui, nesta data celebre, ao governo do Estado que syndique do logar em que se acha o original e o

(*) O original da Carta Régia, mandando franquear os portos do Brazil, foi exposta em um mostrador pela Bibliotheca Nacional no palacio da Exposição Nacional, no Rio de Janeiro.

Diz a referida nota, do proprio punho do ministro de D. João VI, que a expedição do decreto de 28 de Janeiro foi suggerida a D. Fernando José de Portugal por José da Silva Lisboa.

NOTA DA REDACÇÃO.

faça restituir a esta terra, onde foi escripto e á qual deve pertencer.

Não se pense, porém, ingenuamente que fosse só pela munificencia generosa do governo, que se asylava na sua grande colonia ou por profissão de fé a principios liberaes, que o principe regente dava ao Brazil este decreto, mais libertador do que aquelle que o elevou á categoria de reino.

Ou seja por exigencias da alimentação, ou por necessidade de dinheiro, é sempre por motivos de ordem economica que se realizam as grandes mudanças na vida dos povos.

Aqui foi principalmente por necessidade de dinheiro.

Facto semelhante se reproduziu em outros paizes, que se achavam sujeitos a um regimen politico e economico, como o que sobre nós pesava.

Foram os mesmos motivos que levaram D. Balthazar Hidalgo de Cisneros a abrir os portos do vice-reinado do Prata aos inglezes, do que resultou tambem fatalmente a independencia da Republica Argentina.

Os recursos pecuniarios do governo da colonia nunca foram muito largos. Numerosos documentos provam que muitas vezes luctaram os governadores com exigencias proximas da miseria.

O ouro das minas ia e não voltava. Parece mesmo ter sido sempre um flagello que persegue a Bahia ser ella uma terra de onde se escôa o dinheiro para outras partes.

Não escapava á comprehensão do principe regente e dos seus conselheiros que a nova installação da côrte no Brazil ia ser causa de consideraveis despezas, e que para ellas não deviam bastar os recursos ordinarios da colonia até ahi.

A guerra geral impedia a expansão e aproveitamento desses mesmos recursos ordinarios. Era preciso não só crear fontes de receita no Brazil, como levar os seus productos onde pudessem ser vendidos, de modo a produzirem renda para a real fazenda.

O abastecimento do Brazil, por outro lado, já não era possivel por intermedio de Portugal, transformado em possessão franceza.

Dahi em deante este abastecimento não podia deixar de fazer-se por contrabando a menos que a côrte mudasse todo o systema commercial.

Como se vê, a abertura dos portos do Brazil se impunha como uma necessidade inadiavel e urgente, pois era o unico remedio applicavel ao mal presente e aos que se anteviam.

Repare-se nos motivos que fundamentam o decreto e nos que vão bem claramente expressos no officio que o governador da Bahia expediu no dia 29 ao provedor da alfandega.

Eil-o, parecendo-me que é a primeira vez que se publica:

« *Para o Provedor da Alfandega desta Cidade.*

Remetto a Vmcê. por copia a Carta Regia que o Principe Regente nosso Senhor Houve por bem dirigir-me para que na intelligencia das Disposições Beneficas que nella se encontram, Vmcê. proceda nessa repartição, tanto na entrada como na sahida e despacho dos generos importados, e exportados, conforme ao que na dita carta se determina, dando as necessarias providencias, para que desta Saudavel Determinação, produzindo os desejados e uteis effeitos á Lavoira e ao Commercio se

sigão egualmente os devidos e necessarios interesses aos Rendimentos Reaes.

Deus Guarde a Vmcê. Bahia, 29 de Janeiro de 1808.— *Conde da Ponte* ».

E' bem provavel que o grande ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho já tivesse apontado ao principe a abertura dos portos do Brazil, como o meio unico de prover ás necessidades de dinheiro do governo e de impedir o contrabando inevitavel, á vista da nullidade da marinha e do commercio de Portugal.

Uma resolução daquellas, tomada assim scis dias depois da chegada do Principe á America, não estava nos habitos da administração portugueza.

E' de suppôr tambem que os inglezes, que tão poderoso ascendente exerciam sobre os conselhos do governo da metropole, tivessem preparado o principe para o grande acto, que nos abriu com chave de ouro o seculo XIX.

E quando a medida esteve em via de acceitação, não é possivel que deixassem elles de apoial-a e com todas as forças, pelo lucro immenso que della iriam tirar como tiraram, pois os decretos de abertura dos portos, tanto do Brazil como de toda a America Hespanhola, constituiram, para a Inglaterra, fortuna a explorar e de que somente elles mesmos, graças á sua marinha eram os unicos que podiam aproveitar.

Foi, porém, a José da Silva Lisboa que se devem o conselho e acção definitiva para o grande acto do principe regente D. João.

Este illustre bahiano fez aqui o que o Dr. Moreno fez em Buenos-Aires, em circumstancia um tanto identica. Tornou clara, evidente, lucida a questão juridica

de que os povos têm incontestavel direito de traficar com quem melhor lhes parece e lhes convém; e depois a questão logica de abastecimento pelos contrabandos, que era a mais desastrosa das ruinas para o povo e para a fazenda real.

O seu grande, o seu immenso merito é ter feito exposição tão segura, luminosa e eloquente, que arrastou immediatamente o governo a uma solução, que foi a melhor, a que mais serviu ao governo e a que mais util foi á sua patria.

E que elle representou este eminente papel, e que o seu merecimento se impoz, é facto indubitavel; pois dahi em diante, foi o preclaro economista indispensavel ao principe, e uma das capacidades que o governo precisava ter junto a si, como o provam, de modo exhuberante, os dois documentos seguintes, que tambem me parecem ineditos:

«Illm. e Exm. Sr.—Incluso achará V. Ex. o decreto da data de hoje, pelo qual o Principe Regente Nosso Senhor foi servido mandar crear na capital do Rio de Janeiro hua cadeira de Economia Politica, destinando para esse fim a José da Silva Lisboa que se acha exercendo o emprego de secretario da Mesa de Inspecção desta cidade, na forma que dá a ver o mesmo Decreto, ficando V. Ex. na intelligencia que se não deve por hora prover o emprego de secretario e substituindo a sua falta pelo Escrivão com quem antes se servia aquella Mesa, o que V. Ex. fará participar nas Estações aonde convir.

Deus guarde a V. Ex. Bahia, 23 de Fevereiro de 1808.—Ao Exm. Sr. Conde da Ponte.—*D. Fernando José de Portugal*».

Illm. e Exm. Sr.—Sendo absolutamente necessario o estudo da sciencia Economica na presente conjunctura em que o Brazil offerece a melhor ocazião de se porem em pratica muitos dos seus principios, para que os Meus Vassallos, sendo melhor instruidos nelles, Me possam servir com mais vantagem: e por Me constar que José da Silva Lisboa, deputado e secretario da Mesa de Inspecção da Agricultura e Commercio da cidade da Bahia, tem dado todas as provas de ser muito habil para o ensino daquella sciencia, sem a qual se caminha ás cegas, e com passos muito lentos, e ás vezes contrarios nas materias do Governo, lhe faço Mercê da Propriedade e Regencia de uma cadeira e Aula Publica, que por este mesmo Decreto Sou Servido crear no Rio de Janeiro, com o ordenado de quatrocentos mil réis, para ahi exercitar, conservando os ordenados dos dois Logares, que até agora tem occupado na Bahia. As Juntas da Fazenda de uma e outra Capitania a tenham assim entendido, e fação executar.

Bahia, 23 de Fevereiro de 1808. Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor—*D. Fernando José de Portugal*».

Quanto ao que acima dissemos sobre o interesse dos inglezes, se prova com a circumstancia que se verificou.

Logo que se abriram os portos, navios e navios enviados por capitalistas e simples negociantes e armadores abarrotam os mercados do Brazil de mercadorias, que até ahi raramente se viam, e sempre por alto preço, graças ao monopolio portuguez.

Este desembarque facil e franco produziu, até ao fim de pouco tempo, uma baixa consideravel, crise

commercial de que os annaes do tempo conservam a lembrança.

O que é digno de reparo, apesar de ser muitissimas vezes reproduzido na historia, como prova da fatalidade do progresso, é que este homem que o Decreto de 28 de Janeiro de 1808 elevou ao logar de primeiro dos nossos economistas, foi quem, apesar do seu espirito, ferrenhamente conservador, resolveu a difficuldade urgente do governo com uma solução, que, além de medida financeira importantissima, era ao mesmo tempo a mais radicalmente revolucionaria que se podia imaginar.

Tambem pedem reflexão o terem-se dado na Bahia dois acontecimentos que formam o inicio e o epilogo da nossa grande transformação politica.

Foi aqui, e pela sciencia, pelo esforço de um bahiano que se fez o grande decreto libertador, que é o primeiro acto dessa grande época.

Foi na Bahia, com o martyrio da sua população, com as suas coleras e revoltas, com o seu sacrificio, o seu soffrimento e o seu valor, que se fez depois a guerra da independencia.

Entre 28 de Janeiro de 1808 e 2 de Julho de 1823 se desenrolou o grande drama politico e historico, de que devia sahir constituida uma grande nacionalidade livre e prospera, nobre e poderosa pela sua união e pelas suas qualidades de resistencia: *A nacionalidade brazileira!*

Bahia, 28 de Janeiro de 1908.

B. Amaral.

(Extrahido do *Jornal de Noticias*).

ESTADISTAS BAHIANOS

José da Silva Lisboa

VISCONDE DE CAYRU

ERA Silva Lisboa um dos espiritos mais cultos e um dos mais profundos pensadores do seu tempo.

Filho de Henrique da Silva Lisboa, portuguez, architecto de profissão, e de D. Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia, José da Silva Lisboa nasceu na cidade do Salvador da Bahia, a 16 de Julho de 1756, durante a administração illustrada do Conde dos Arcos.

Com ardente amor ás letras, aos oito annos de edade começou o estudo de latim, e depois cursou a aula de philosophia racional e moral, no Convento dos Carmelitas, e ao mesmo tempo aprendeu musica e a tocar piano; partiu para Lisboa, completou os estudos de preparatorios e seguiu em 1774 para a Universidade de Coimbra, na qual se matriculou nos cursos juridico e philosophico.

Querendo melhor e profundamente conhecer as sagradas letras, estudou com tanto ardor o grego e o hebraico, que, no anno de 1778, em resultado de concurso publico em que entrou, foi nomeado, por carta academica, substituto das cadeiras daquellas linguas Em 1779 tomou o gráo de bacharel formado em direito canonico e em philosophia, contando apenas 23 annos.

Quiz logo seguir a magistratura, mas, tendo de voltar para sua patria, obteve, em resolução da consulta da Real Mesa Censoria, ser provido na cadeira de philosophia racional e moral da cidade da Bahia, onde creou tambem a cadeira da lingua grega, que ensinou por cinco annos, com o titulo de substituto, até chegar o professor proprietario.

Tendo ensinado durante vinte annos, tornou á Lisboa e foi jubilado em 1797; o Principe Regente, depois D. João VI, o nomeou deputado e secretario da Mesa da Inspecção da cidade da Bahia, emprego em que Silva Lisboa prestou importantes serviços á agricultura e ao commercio da então capitania até 1808.

Em 1798 encetou a serie numerosa e brilhante de suas obras, publicando em Lisboa *Principios de direito mercantil e leis da marinha*, em oito tratados elementares, livro que teve reimpressão na mesma cidade, e uma em Londres, e é considerado monumento extraordinario de sabedoria juridica e philosophica. Enthusiasmado pela celebrada obra de Adam Smith, escreveu e publicou em Lisboa, no anno de 1804, os *Principios de Economia Politica*, recebidos com geral applauso. (*)

Já tinha firmado a sua reputação de abalisado literato, jurisconsulto e economista politico, quando, ao arribar á Bahia o navio em que vinha para o Brazil o Regente D. João, aproveitou-se José da Silva Lisboa das relações que, com D. Fernando José de Portugal, depois Marquez de Aguiar, entretinha, para propror e aconselhar a abertura dos portos do Brazil ao commercio de todas as nações, medida transcendente, que foi logo realisada pela Carta Regia de 28 de Janeiro de 1808, dirigida ao Conde da Ponte, governador da Bahia.

(*) A relação completa das obras de José da Silva Lisboa está publicada na sua biographia por Alfredo do Valle Cabral, Rio, 1881.

Acompanhando o Principe Regente ao Rio de Janeiro, a seu convite, e nomeado professor de Economia Politica, Silva Lisboa, defendendo energicamente aquella providencia, contra a qual se empenhavam muitos negociantes portuguezes e pessoas influentes, deu ao prelo, no mesmo anno, e naquella cidade, as suas *Observações sobre o commercio franco no Brazil, partes I* e *II*, nas quaes confundiu os apologistas do monopolio colonial.

Creado o Tribunal da Junta do commercio, agricultura, fabricas e navegação do Brazil, teve Silva Lisboa a nomeação de deputado, sendo incumbido das mais difficeis commissões, como entre outras, a de organisar o regimento para os consules e um projecto de codigo de commercio, trabalho que muito adeantou, mas não concluiu; sendo, ainda em 1808, nomeado Desembargador da Meza do Desembargo do Paço, e da Relação da Bahia, tomando posse, mas, vencendo antiguidade como deputado daquella Junta.

Em 1815 foi nomeado censor do Desembargo do Paço e encarregado do exame de todas as obras destinadas á imprensa, e depois d'isso varios cargos honrosissimos desempenhou ainda.

A 6 de Fevereiro de 1818, dia em que foi celebrada a coroação e acclamação do Rei D. João VI, foi Silva Lisboa nomeado Desembargador da Casa de Supplicação do Reino do Brazil.

Em 1821 foi nomeado inspector dos estabelecimentos litterarios; escreveu o *Conciliador do Reino Unido*, periodico que pregava a concordia e harmonia do Brazil e Portugal; mas, desde o pronunciamento do Principe D. Pedro, a 9 de Janeiro, o dia do *Fico*, Silva Lisboa trabalhou pela causa da independencia da patria, e, entre outros escriptos, publicou as suas *Reclamações*, que produziram maior effeito, dirigindo varios perio-

dicos no intuito de encaminhar o espirito publico em favor da causa da independencia.

Proclamada a independencia do Brazil, José da Silva Lisboa foi pela sua provincia eleito deputado da constituinte, e nessa augusta assembléa distinguiu-se por sua sabedoria e vastissimos conhecimentos, sendo certo que desde logo, e com a franqueza de suas idéas politicas desagradou aos liberaes mais adeantados. Era adversario do ministerio de José Bonifacio de Andrada e Silva.

Por despacho de 12 de Outubro de 1825 foi agraciado com o titulo de Barão de Cayrú, e em Outubro de 1826 elevado a Visconde do mesmo titulo.

Senador do imperio pela Bahia, desde 1826, foi sempre fiel nos seus principios monarchicos, e dedicado a D. Pedro I: o partido liberal o teve em conta de absolutista, e hostilisou-o fortemente.

De 1831 em deante, o visconde de Cayrú, firme no seu posto, sustentou sempre suas antigas doutrinas, fez por vezes no Senado censuras ao governo das regencias, e no *Diario do Rio de Janeiro* escreveu artigos de opposição, durante algum tempo, e foi tido em conta de campeão do partido restaurador.

Aos setenta e nove annos de edade, ainda robusto, e na plenitude de sua extraordinaria intelligencia e maravilhosa memoria, falleceu a 20 de Agosto de 1835.

José da Silva Lisboa, visconde de Cayrú, commendador da Ordem de Christo e official do Cruzeiro, desembargador aposentado no supremo tribunal de justiça e senador no imperio, o mais sabio e um dos mais energicos sustentadores do primeiro reinado, nunca foi ministro, e nem membro do Conselho do Estado!...

Honraram-se de inscrever o seu nome illustre no quadro de seus membros as sociedades da Industria

Nacional do Rio de Janeiro, da Agricultura da Bahia, a Philosophica de Philadelphia, a de Agricultura de Munich, a da Propagação das Sciencias Industriaes e do Instituto Historico da França e do Instituto Real para a Propagação das Sciencias Naturaes de Napoles.

Foi um sabio: a Allemanha, a França e a Inglaterra se desvaneceriam de contal-o entre os seus grandes homens de sciencia.

Na patria o visconde de Cayrú era venerado como eximio publicista, e como varão de profundos e vastos conhecimentos; nas lides politicas, porém,.o visconde de Cayrú teve fama de adverso aos principios liberaes, e, todavia, foi em seus escriptos de economista-politico o brazileiro talvez mais liberal de seu tempo.

Morreu pobre.

Morto, honraram-lhe a memoria. (Macedo, *Anno Biographico*, vol. 2.°).

« Apezar de ser dotado de uma constituição robusta, comtudo, continuando estudo e trabalho, principiaram a debilitar as suas forças, e depois de uma prolongada molestia de tres mezes, falleceu a 20 de Agosto de 1835, deixando a seus filhos o exemplo de um homem justo e religioso, e aos seus concidadãos o de um magistrado probo e patriota genuino ».

(Barão de Cayrú, *Bento da Silva Lisboa, Rev. do Inst. Hist. Braz.*, vol. I, pag. 238).

«Deve José da Silva Lisboa seus titulos mais recommendaveis de gloria ás obras que escreveu acerca do direito mercantil, e da economia politica, e até hoje ainda é tido como o nosso melhor commercialista.

Desejando D. Pedro I perpetuar a memoria dos successos do Brazil, a contar de 1821, encarregou a Silva Lisboa de escrever a *Historia dos principaes successos politicos do imperio do Brazil*, a 7 de Janeiro de

1825, por n'elle concorrerem o talento, as copiosas luzes e todas as qualidades, que constituem um verdadeiro historiador, sendo-lhe fornecidos os documentos extrahidos de todos os archivos nacionaes, devendo ser ajudado n'esta laboriosa tarefa por Frei Francisco de Sampaio e pelo benemerito bahiano Domingos Alves Branco Moniz Barreto.

A sua *Historia* ficou incompleta, pois apenas foram publicadas a primeira e a ultima partes, é consultada com proveito pelos documentos authenticos que n'ella se encontram, e ignora-se si ficou concluida.

Desde 1808 fazia Silva Lisboa parte da Junta Directora da Impressão Regia ou Imprensa Nacional, da qual foi presidente, servindo até 1826, quando foi nomeado senador, e onde concorreu durante 18 annos poderosamente para o engrandecimento da arte typographica entre nós.

Em 1831, por occasião dos levantes e motins politicos do Rio de Janeiro, e como tomasse parte activa n'estes successos como amigo de D. Pedro I, apedrejaram-lhe a casa, e mais de uma vez os exaltados *chimangos* tentaram matal-o. Silva Lisboa era *caramurú* ou conservador, e foi obrigado a recolher-se á casa do Nuncio á instancia dos amigos. (Alfredo do Valle Cabral, *Vida e Escriptos* de José da Silva Lisboa, Rio, 1881).

«Talento robustissimo, actividade inexcedivel, tanto na tribuna, como no gabinete; orador que, na phrase do Marquez de Abrantes «sabia alliar (o que é bem raro) o saber de Cicero á constancia de Socrates, o talento de Seneca á virtude de Catão», poucos momentos depois de tomar assento na Assembléa Constituinte, como representante da Bahia, pronunciou-se com applauso acerca da liberdade religiosa, então em discussão, e poucos momentos antes de ser presente o decreto de dissolução

se pronunciava ácerca da gravidade da situação. No Senado sempre occupou-se dos assumptos da mais alta importancia.

Versado em linguas da Europa e até da Asia, conhecedor de sua litteratura, profundo em varias sciencias, um sabio emfim, seus proprios desaffectos o reverenciavam.

Um delles, o grande Monte Alverne, no dia do seu passamento, chegada a hora da licção de philosophia no Seminario de S. José, exclamou que não dava aula porque havia morrido *um grande homem*... e depois declarou na Sociedade philosophica, que só um homem tinha encontrado que o fizera calar: *José da Silva Lisboa.*

(*Dr. Sacramento Blake, Dicc. Bib.*, vol. 5.°).

Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois Marquez de Abrantes, no discurso recitado na reunião da Assembléa da Sociedade de Agricultura, Commercio e Industria da Bahia, no dia 31 de Janeiro de 1836, e publicado no *Jornal* da mesma Sociedade, dando noticia do passamento do Visconde de Cayrú, assim se expressa:

«A morte inexoravel cortou o fio, já adelgaçado pelos annos, que prendia á vida esse Nestor da nossa gente erudita, esse brazileiro Smith, a quem devemos as primeiras idéas economico-politicas, esse legislador do commercio e impavido orador, que, na tribuna parlamentar soube alliar (o que é bem raro) o saber de Cicero á constancia de Socrates e o talento de Seneca á virtude de Catão. Na fria lousa, que cobre os seus restos mortaes, a nossa mocidade achará representadas, como em lucido espelho, as imagens do saber, da lealdade e da honra. Honremos igualmente o tumulo d'este illustre bahiano». (Valle Cabral, op. cit.)

Ninguem no Brazil, como o sabio e venerando

jurisconsulto, recebeu em documentos publicos tão inexcediveis testemunhos de respeito e gratidão nacionaes.

A Regencia, tres annos depois do seu fallecimento, concedendo ás suas tres filhas a pensão annual de um conto de réis (Dec. de 9 de Maio de 1838, approvado pelo poder legislativo em Dec. de 30 de Agosto do mesmo anno), expressou-se nos seguintes termos, que resumem o que se poderia dizer sobre o eminente brazileiro:

«Tomando na devida consideração os distinctos e muito importantes serviços do Visconde de Cayrú, prestados pelo longo espaço de 57 annos, não só na simples carreira do empregado publico, bem como na magistratura em alguns tribunaes, e no de muitos outros cargos e empregos, em todos os quaes fez conhecer e admirar a sua vastidão de conhecimentos, que tornaram distincto e até respeitavel o seu nome entre as nações estrangeiras; e sendo não menos attendiveis os seus serviços como escriptor publico e incansavel, em cujos trabalhos não cessou jamais de propagar as suas luminosas idéas com utilidade publica, e de propugnar, por meio da penna e da tribuna, pela dignidade e honra nacional: em consideração, pois, de tão prestantes e valiosos serviços, que constituiram ao dito Visconde um dos varões benemeritos em sublime gráo, e um dos sabios mais respeitaveis da época actual, cuja memoria será indelevel para os vindouros, concede, etc., etc.».

Este Dec. de 1838, tão honroso, quanto justo e bem merecido, é assignado pelo Regente Pedro de Araujo Lima, depois Marquez de Olinda, e por Bernardo Pereira de Vasconcellos, então Ministro da Justiça e interinamente do Imperio.

A Assembléa Provincial da Bahia, por muito louvavel resolução, que foi sanccionada pelo Presidente da Provincia, sob o n. 46 de 13 de Março de 1837, mandou

que fosse collocado no salão de honra da Bibliotheca Publica o retrato do Visconde de Cayrú, tendo por inscripção o seu nome e o logar do seu nascimento, até que ali se erigisse o seu busto de metal ou de bronze.

O retrato foi ali collocado em Setembro de 1840.

Mas, a memoria do Visconde de Cayrú ficou ainda mais indelevelmente perpetuada no monumento que a si proprio levantou em numerosas obras, cujos titulos bastariam para encher algumas paginas—*Monumentum ære perennius.*

O Sr. Ernesto Senna publicou o seguinte, no *Almanach* do *O Malho* de 1906:

«Na visita, que fiz ás catacumbas subterraneas do Mosteiro de S. Bento, encontrei em completo abandono uma riqueza, uma urna de madeira, contendo os ossos de José da Silva Lisboa, Visconde de Cayrú, fallecido em 20 de Agosto de 1835, na idade de 79 annos.

Limpando o pó, que envolvia a urna em grossas camadas, copiei de uma chapa de metal a ella adaptada a seguinte inscripção em lettras vasadas no metal:

JOSEPH A SILVA LISBOA
VICECOMES CAYRUCENCIS DIVINIS
HUMANISQUE LITTERIS PERITISSIMUS
RELIGIONIS MONARCHIÆ CONSTITUTIONIS
PATRIÆ SCRIPTIS CONCIONIBUS STRENUUS
PROPUGNATOR
HIC DORMIT.
NATUS SOTEROPOLI BAHIEN XVII KAL
AUG. ANNO CH. MDCCXLVI
FLUMINIS JANUARII CURSUM
CONSUMAVIT OCTOGENARIUS
XIII KAL SEPTEMBRIS
MDCCCXXXV

A traducção litteral se vê na *Vida e Escriptos*, por Valle Cabral, pag. 48, e é a seguinte:

«Aqui jaz José da Silva Lisboa, Visconde de Cayrú, muito versado nas lettras divinas e humanas, extrenuo propugnador da religião, da monarchia, da Constituição e da patria, não só nos seus escriptos, mas tambem nas assembléas. Nasceu na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, a 16 de Julho de 1746 (aliás 1756) e falleceu aos 80 annos de idade a 20 de Outubro de 1835.

Bahia, 1908.

A Redacção.

D. JOÃO VI

(Sua estada na Bahia, de 22 de Janeiro a 26 de Fevereiro de 1808)

I

Não era muito segura a posição do reino de Portugal, deante da politica interna da Europa, nos dois primeiros lustros do seculo passado.

Por Decreto de 25 de Outubro de 1807, havia D. João VI adherido ao bloqueio continental, ordenado por Napoleão Bonaparte, o que provocou uma demonstração armada do governo inglez, com o bloqueio do Tejo, pedindo, immediatamente, o ministro da Grã-Bretanha, em Lisboa, os seus passaportes.

A França e a Hespanha celebraram um tratado, tendo por fim a divisão de Portugal, e as tropas napoleonicas, sob o commando de Junot, invadiram o reino.

D. João VI, reatando as relações diplomaticas com a Grã-Bretanha e aconselhado pelo plenipotenciario inglez, partiu com a sua côrte para o Brazil, a 29 de Novembro do referido anno de 1807, chegando parte da frota portugueza á Bahia, na sexta-feira, 22 de Janeiro de 1808.

Os expositores desse acontecimento divergem sobre essa data; preferimos, porém, seguir a Mello Moraes (*Chorographia do Brazil*, vol. I), que assignala aquella data.

Além disso, restabelece a verdade historica o officio, já hoje divulgado, do governador da Bahia, conde da Ponte, dirigido ao visconde de Anadia, a 8 de Março do referido anno.

Diz o governador:... «e obedecendo ao que V. Ex. me determina, lhe participo que, no dia 22 de Janeiro deste anno, pelas duas horas da madrugada, me foi dada a noticia de se terem avistado embarcações grandes na costa do norte, no dia 21 pelas quatro horas da tarde; redobrei as vigias ordinarias e successivamente se me communicou apparecerem tres náos, uma galera e dois bergantins, dando por certo serem embarcações inglezas; nesta certeza me conservei até ao meio dia (de 22), em que, differençando-se as bandeiras, se reconheceu o pavilhão real; mandei logo tirar balas ás peças das baterias, para se darem as devidas salvas, e me dirigi pessoalmente a bordo da náo *Principe Real*, a receber as ordens do Principe, nosso senhor, que, cheio de alvoroço e consolação, achei em perfeita saude, com toda mais real familia, e fundearam pelas quatro horas da tarde as náos *Principe Real*, *Affonso de Albuquerque* e a ingleza *Bendford*, a fragata *Urania*, o bergantim *Tres Corações* e uma escuna americana».

No dia seguinte, 23, desembarcou o Principe Regente, para assistir a um *Te-Deum* solemne na Sé, como consta do seguinte documento:

«Illm. e Revm. Senhor. Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor que tem determinado desembarcar no dia de hoje pelas quatro horas da tarde, vai directamente a Sé-Cathedral, render as graças devidas pela

feliz viagem que Deus Nosso Senhor lhe permittiu; devendo eu, portanto, rogar a V. Ex. que este *Te-Deum* seja desempenhado com a maior solemnidade, e que V. Ex. o faça cantar nas demais Igrejas parochiaes desta Cidade.

Deus guarde à V. Ex. Bahia, 23 de Janeiro de 1808—*Conde da Ponte.* Exm. e Revm. Sr. Arcebispo desta Diocese, D. Frei José de Santa Escolastica».

Findo o *Te-Deum,* sua alteza tornou para bordo, onde havia ficado a rainha D. Maria I, (1) que não desembarcou em virtude do sol ardentissimo da estação reinante.

Somente no domingo, 24, realisou-se o desembarque da familia real, installando-se ella no palacio do governo.

Entretanto, um documento anonymo sobre a chegada de D. João VI, e que parece escripto por testemunha ocular, informa que no dia 24 de Janeiro desembarcaram o principe, sua mulher, filhos e a rainha-mãe seguindo todos para a Sé, onde assistiram a novo *Te-Deum,* depois do que voltaram para bordo, até que se preparassem o palacio e casas para familia real e comitiva.

Naturalmente ha equivoco nessa narração, pois no proprio officio citado ao visconde de Anadia escrevia o conde da Ponte:

«O desembarque da familia real e sua comitiva realisou-se no dia 24 pelas cinco horas da tarde, que o principe, nosso senhor, fixou, para não soffrer o ardente sol.»

Ainda a respeito, o governador expediu os seguintes officios, que desfazem qualquer duvida sobre o desembarque da familia real:

---

(1) Em 20 de Março de 1816 falleceu no Rio de Janeiro a rainha D. Maria I, sendo D. João VI acclamado rei a 6 de Fevereiro de 1818.

de Portugal, que servia de secretario de estado e residia na casa nobre de Nicoláo Carneiro.

Todos os dias o principe sahia a passeio: assim foi duas vezes jantar ao Bomfim, na casa de Hermenegildo Netto da Silva; visitou os engenhos *S. João*, defronte da Penha, e da *Conceição* (hoje penitenciaria), de Antonio Vaz de Carvalho, e em ambos assistiu á moagem; duas vezes foi a Itapoan, hospedando-se na armação da finada D. Ignacia, então propriedade do seu afilhado Manuel Ignacio; visitou a ilha de Itaparica e lá pernoitou em casa de Antonio José de Araujo Mendes e visitou as casas de contracto de baleias; esteve em Brotas, Nazareth e Soledade; visitou os conventos dos religiosos sendo que o de S. Francisco tres vezes, não indo aos de religiosas.

O principe assistiu, no forte de S. Pedro, aos exercicios dos regimentos de linha e dos quatro regimentos de milicia.

Nos regimentos de linha houve promoções geraes.

Durante a sua permanencia nesta capital D. João VI distribuiu mais de quinhentas mercês honorificas, entre senhores de engenho, conegos da Sé, vigarios collados e medicos, cabendo aos militares, habitos de Aviz.

Os commerciantes Manuel José Machado, João Barbosa Madureira e Hermenegildo Netto da Silva obtiveram o habito de Christo.

Tendo fallecido o morgado Jeronymo Pereira Sodré escrivão da camara, coube o logar ao filho deste, Luiz Pereira Sodré.

O principe deu o beija-mão a quanto official de patente e senhores de engenho, vindos do reconcavo, e recebeu muitos mimos de fructas.

Durante o tempo em que aqui esteve, a familia real portugueza nada soffreu em sua saude; apenas fal-

leceu o duque de Cadaval, D. Miguel Caetano Alvares Pereira, no dia 14 de Março, o qual chegou a esta cidade, muito doente, sendo sepultado em carneiro do convento de S. Francisco, no dia seguinte.

Laboram ainda em equivoco os historiadores patrios, quando referem que o principe real se retirou para o Rio de Janeiro em 24 de Fevereiro.

Entretanto, consta do citado officio do conde da Ponte, ao visconde de Anadia, que no referido dia o principe resolvera continuar a sua viagem, «porém, embarcando pelo meio dia, offereceram-se certos inconvenientes, que obstaram a sahida nessa tarde, e no dia 25, apparecendo o horizonte bastantemente carregado, e o vento pouco favoravel, determinou o principe regente, nosso senhor, largar no dia seguinte, 26; o que effectuou pelas quatro horas da tarde, com excellente vento e maré, deixando-nos na esperança de entrar no porto dessa capital com seis ou sete dias de feliz viagem.»

Ainda em outro officio transmittido ao conde dos Arcos, em data de 8 de Março de 1808, informava o governador da Bahia:

«... podendo, em resposta ao importante objecto, a que elle se refere, segurar a v. ex. que no dia 22 de Janeiro fundearam neste porto as náos *Principe Real, Affonso de Albuquerque, Bendford* e a fragata *Urania*, conduzindo Sua Majestade a rainha, nossa senhora, S. A. R. o principe Regente, nosso senhor, sua augusta esposa e mais real familia, com todas as pessoas de seu serviço que as acompanharam desde o porto de Lisboa; e desembarcando nesta cidade se demoraram até 26 de Fevereiro, em que sahiram desta Bahia com vento favoravel, com destino dessa capital, etc.»:

Aqui damos por finda esta noticia, que apenas exprime uma homenagem á memoria do principe D. João VI, que tanto contribuiu para o progresso e desenvolvimento do Brazil.

Bahia—Janeiro—1908.

Cesario Suetonio.

(Extrahido do *Jornal de Noticias*).

DISCURSO

DO

Cons. Filinto Bastos

NA SESSÃO ANNIVERSARIA

Exm. Cons. Presidente:

Exm. Sr. Dr. Governador:

Meus Senhores:

UANDO, em 1894, ficou resolvida a fundação deste *Instituto*, não faltaram vozes que agourassem de vã tentativa o grandioso projecto, ou que lhe vaticinassem existencia penosa e ephemera, si levado a effeito. Falharam, felizmente, os tristes presagios; e o *Instituto Geographico e Historico da Bahia*, sem embargo dos obices que se lhe têm anteposto aos passos, vae seu caminho, trabalhando por seu ideal sem ostentação e ruido, mas com toda serenidade e firmeza. E, por isso, estamos aqui, reunidos ainda uma vez, commemorando, jubilosos, mais um ditoso anniversario.

E' que não se illudiam os corajosos fundadores sobre a utilidade do patriotico emprehendimento; e esperavam que justiça lhes seria feita, quando se concretisasse o seu programma em productiva realidade,

Nem tudo está ao alcance de cada individuo; e, não raro, de parcellas insignificantes se forma um todo sumptuoso.

Mais opulenta podia ser, na verdade, a messe e mais attrahente a situação do nosso *Instituto*: era, porém, mister que á faina se devotassem mais numerosos trabalhadores e que o campo não se mostrasse de tão difficil amanho. Não se poderá, entretanto, dizer que sua existencia tem sido inutil e que as privações, que experimenta, lhe esgotarão as energias.

Muitas memorias e chronicas; trabalhos de alta monta para o que respeita a nossa chorographia e historia; muitas monographias e valiosos documentos, não teriam neste Estado uma pousada segura, si não encontrassem os archivos deste *Instituto*; e pelo que concerne a assumptos de nossa contemporanea vida politica, difficilmente se encontrará entre nós tão vasto e rico repertorio.

Não receio contestação ao meu asserto; e nisto se acha firmada a importancia da nossa associação, ainda mal comprehendida pelos particulares e pelos publicos poderes.

Qual de vós, meus senhores, não se recorda, pesaroso e attonito, daquelle terrivel incendio, que em tão poucas horas destruiu quasi todo o grandioso edificio de nossa Faculdade de Medicina? Sabeis todos que não escapou á furia das chammas devoradoras a notavel bibliotheca daquella escola, onde se encontravam obras rarissimas e do mais subido valor; a qual, ainda que não possa rehaver todas as preciosidades que possuia, terá, entretanto, a gratissima compensação de as substituir por outras de auctores laureados, trabalhos de folego e actualidade, em que se alentará e illuminará o talento da mocidade estudiosa.

Mas, ali desappareceu tambem por completo uma «joia architectonica do seculo XVI», joia, que, uma vez perdida, não pode, por suas condições peculiares, ser restituida á corôa artistica da cidade do Salvador: refiro-me á antiga capella dos Jesuitas.

O altar, o «ornamentado sacrario, tudo de ouro», as cornijas, os altos relevos, os magnificos e bem trabalhados escudos em azulejo, o bellissimo tecto, os majestosos quadros pintados a côres finas, as pias de pedra vermelha, tudo desappareceu, deixando em quem conhecera tal preciosidade uma viva lembrança; e tudo ficaria reduzido á saudade desta geração, si a nossa *Revista* não tivesse archivado em suas paginas a brilhante memoria lida em sessão deste *Instituto* pelo nosso eloquente orador, que com o pranteado consocio Dr. Innocencio Munhoz de Araujo Góes, visitou e examinou detalhadamente a maravilhosa capella, onde é de presumir, no dizer do escriptor, que repousassem os ossos do grande padre Anchieta. Ora, como este, outros exemplos poderia exhibir da proficuidade do *Instituto*, que, com a publicação de sua *Revista*, tem em muitos assumptos continuado a nobilissima tarefa do auctor das *Memorias da Provincia da Bahia*, o benemerito Accioly.

*
* *

Não nos passou despercebida, meus senhores, a data de 28 de Janeiro deste anno—, que assignalou o primeiro centenario do decreto assignado pelo principe regente, mais tarde el-rei D. João VI, nesta cidade, abrindo os portos do Brazil ao commercio do mundo.

Nem centenario de tanta relevancia para a historia brazileira podia ser esquecido, lançando em criminoso abandono a memoria do mesmo principe regente e

a do benemerito estadista José da Silva Lisboa, visconde de Cayrú, que inspirou o notavel decreto.

Não somos dos que, apreciando á luz do exame e da critica o vulto de D. João VI, querem descortinar em sua pessoa um extraordinario talento e um amor intenso ao Brazil, e tão grande como o devotado ao reino do Occidente, a que um de seus grandes poetas chamou — «Jardim da Europa á beiramar plantado»; não participamos tambem a opinião daquelles que, lhe medindo a capacidade craneana, examinando as commissuras dos labios e proeminencia do mento, pretendem taral-o de quasi cretino, de irritabilidade extrema e amigo dos prazeres da mesa. E' nossa convicção que sua passagem em terras do Brazil, a começar por esta cidade, foi do maior proveito, até para a nossa emancipação politica, iniciada pela elevação do Brazil á categoria de reino.

Quando, porém, nenhum outro marco de valor assignalasse em nossa historia a acção bemfazeja de D. João VI, seria sufficiente relembrar o decreto que, em 28 de Janeiro de 1808, foi nesta cidade escripto, assignado e dirigido ao conde da Ponte, governador e capitão-general da capitania da Bahia, para que fossem admissiveis nas alfandegas do Brazil todos e quaesquer generos, fazendas e mercadorias transportados ou em navios estrangeiros ou dos vassallos, mediante o pagamento de vinte e quatro por cento por entrada, como tambem permittindo que os vassallos e os estrangeiros exportassem para os portos que lhes parecesse todos e quaesquer generos e producções coloniaes, á excepção do páo-brazil ou outros notoriamente estancados, revogando assim todas as leis, cartas regias ou outras ordens que até então prohibiam no Estado do Brazil o reciproco commercio e navegação entre os vassallos e estrangeiros.

Como a illustre *Associação Commercial da Bahia* resolveu commemorar o magno acontecimento com uma sessão solemne, no salão nobre do seu edificio, dando assim brilhante prova de um reconhecimento a D. João VI e ao visconde de Cayrú, cujos retratos foram alli collocados naquelle dia, não se julgou o *Instituto* obrigado a uma solemnidade especial.

Os esforços da *Associação Commercial* foram coroados de feliz successo, incumbindo-se o nosso illustrado consocio Dr. Alfredo Cezar Cabussú do elogio historico em que ficaram, em esplendido destaque, as figuras do principe e do estadista como tambem a influencia decisiva do decreto de 28 de Janeiro de 1808 sobre o alargamento de nossos recursos financeiros, o augmento de nossas riquezas, e, mais ainda, sobre o nosso progresso como nação civilisada.

E' que a inspiração do genio cahindo sobre um animo de boa vontade faz verdadeiros milagres; e assim, a sabedoria de José da Silva Lisboa — reflexo de sua experiencia e de seus estudos — irmanando-se com a alma bemfazeja do principe D. João, revolucionou o Brazil para as conquistas do progresso, sem derramar uma gota de sangue.

Agora, que o arduo problema do povoamento do solo tanto preoccupa o governo da União, parece, meus senhores, que não será descabido tocar, de leve, num assumpto, para cujo estudo o *Instituto Geographico e Historico da Bahia* deve voltar suas vistas, prestando patriotico auxilio a seu desenvolvimento e impulso.

Como sabeis, meus senhores, existe na parte meridional deste estado uma zona extensa, ainda mal conhecida, occupada por indios, que se intitulam Marões e que, si não mais praticam anthropophagia, vivem ainda nús; polygamos, entregues aos primitivos habitos da vida sel-

vagem. Nada se tem feito por sua aggremiação aos centros civilisados. Armados de arco e flexa, causam pavor aos que os encontram e dahi constantes scenas de sangue em que succumbem muitos dos nossos infelizes indigenas; e quando é mister fazel-os recuar para o interior das mattas, não falta quem se lembre de pôr em pratica o processo summarissimo de um proprietario em *Santa Maria do Corte*, hoje fazenda do *Corte-Grande*, o qual, seguindo informação do Dr. Braz do Amaral, em sua excellente memoria «Explorações no Municipio do Prado» —, mandou depositar as roupas de um varioloso nas bordas de uma lagôa, que ainda existe com o nome de Lagôa do Corte, e que é o unico deposito d'agua no chapadão em um raio de 4 leguas no tempo secco. Esses objectos logo apanhados pelos indios, transmittiram aos desgraçados a tremenda epidemia. A tribu foi exterminada e onde chegou entre outros tapuios a noticia deste facto, as bandeiras levantaram-se do terreno e fugiram para os montes, levadas pelo vento do terror, que aquella molestia produz entre elles.» Eis um quadro que nos lembra as miserias do trafico africano, em que a ambição dos colonisadores, auxiliada «pela fome, a canicula, a infecção, a peste, o açoite e a tortura», de mil victimas, segundo o trabalho notavel de *Buxton, The african slave-trade and its remedies*, sentia que apenas trezentos sobreviviam para os serviços da fortuna agricola. (1)

Porque não representará este *Instituto* ao governo sobre a neccessidade inadiavel de chamar á vida civilisada tantos selvicolas, brazileiros como nós e genuinos representantes da raça americana? E porque não será logo indicado um meio seguro de exito feliz a tão grandiosa empreza?

---

(1) *Apud* Ruy Barbosa—*Direito*—Volume 44.

Ha entre nós, em paragens longinquas e sem conforto de Goyaz e Matto-Grosso, como no adeantado e rico Estado de Minas-Geraes, missionarios dominicanos, cujo empenho evangelico é attrahir á civilisação, pela religião, os indios do Araguaya, de Formosa, de Porto Nacional e de muitos outros logares, sacrificando todos os interesses mundanos e a propria saude na realisação da sua propaganda christã, propaganda que ja roubou a vida a fr. Gil Villa-Nova, fr. Vicente Lacoste, a fr. Guilherme Vignaud e a muitissimos outros religiosos, sendo que ha cinco mezes succumbiu em Goyaz o visitador fr. Estevam Gallais, homem de talento superior, elevada cultura e virtudes provadas.

Si insisto, meus senhores, em indicar-vos alguns nomes dos missionarios que, em plagas brazileiras, têm cedido ao peso do cansaço e da peregrinação pela catechese, é para mostrar-vos que ha entre nós homens de acção, capazes de executar o plano que lhes for dado para christianisar e levar ao convivio da familia brazileira os nossos infelizes conterraneos, os indios esparsos como tribus errantes e espingardeados como feras, no sul do nosso Estado.

*
* *

Dispõe o Art. 64, § 2.° dos nossos Estatutos que, na celebração da sessão anniversaria de 3 de Maio, o orador recitará o elogio dos membros fallecidos, indicando seus serviços mais importantes em favor do *Instituto*.

Tendo de substituir, nesta solemnidade, o illustrado orador, que tantas vezes tem captivado o nosso auditorio com sua palavra finamente burilada, tempo não me sobrou á pesquiza dos dados biographicos dos consocios colhidos, neste ultimo anno, pela mão da morte para as

estancias da eternidade. Muitos foram elles; e mesmo nos dois mezes ultimos vimos no itinerario de além-tumulo, em 13 de Março, o Dr. Candido Job de Carvalho, soterrado vivo nos escombros de um predio destruido por medonha explosão de materias inflammaveis; em 20 de Abril, o major Francisco Pires de Carvalho e em 23 desse mesmo mez o Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, presidente do Supremo Tribunal Federal.

O major Francisco Pires de Carvalho era um homem animado dos mais nobres sentimentos, inquebrantavel em suas convicções e sabendo alliar á palavra factos que de sobejo a comprovassem: que o rememore a campanha abolicionista nesta capital, em que foi um dos mais abnegados campeões. Foi «um dos fundadores da benemerita *Sociedade Libertadora Bahiana*, o mais valente baluarte de propaganda na Bahia. Ao terminar a campanha recebeu uma das medalhas—*Honra ao Merito*, que a mesma sociedade distribuiu aos seus melhores batalhadores». (2)

Convencido monarchista, recusou sempre adherir á Republica, sem embargo de haver applaudido o programma do gabinete de 6 de Junho de 1889, que levantava a bandeira da federação das provincias.

Foi inhumado no cemiterio da Quinta dos Lazaros, em 21 de Abril proximo findo.

O Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, oriundo de nobres fidalgos hespanhóes, que, ha seculos, se estabeleceram na provincia, hoje Estado de S. Paulo, nasceu a 19 de Outubro de 1842, em Capivary, nesse mesmo Estado, do feliz consorcio do abastado lavrador José de Toledo Piza e Almeida e D. Maria Leite de Carvalho.

Matriculando-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, alli recebeu o gráo de bacharel, em 17 de No-

(2) *Jornal de Noticias* da Bahia, n. de 21 de Abril de 1908.

vembro de 1866, e dedicou-se á carreira da magistratura. Foi promotor de Taubaté, juiz municipal de Sorocaba, juiz substituto na capital de seu estado, juiz de direito de S. Matheus, no Espirito Santo, chefe de policia em S. Paulo, juiz de direito da comarca de Piracicaba, donde foi removido para a de Sorocaba e ahi recebeu a nomeação de ministro do Supremo Tribunal Federal, cuja presidencia honrou desde 18 de Agosto do anno passado até o dia em que foi victima de cruel syncope cardiaca.

Talhado para a magistratura, não o seduziu a carreira politica, e assim rejeitou a presidencia da provincia, que lhe foi offerecida em 1879, e, abolicionista fervoroso, não só alforriou todos os seus escravos, em 1880, mas, como juiz, considerou livres os africanos importados depois da Lei de 7 de Novembro de 1831, quando tinha de julgar os inventarios em que os mesmos eram dados á avaliação.

«A verdade deve provir da consciencia em harmonia com a lei sem exclusão da rijeza nem da bondade. Piza e Almeida foi um juiz desse feitio. Elle tinha comsigo mesmo o melhor dos codigos e o melhor dos tribunaes: uma intelligencia lucida e sã e um caracter sempre egual, sem tibieza, mas tambem sem desconchavos. Era como a propria justiça e personificava-a dignamente com uma elevação moral, perfeita e tranquilla, em que se não via falha nem demasia. (3)

Vivamente interessado pelo nosso *Instituto,* de que era socio correspondente, não só procurava ler suas publicações, como tambem, por mais de uma vez, lhe offereceu muitos volumes preciosos para a sua bibliotheca, sempre empenhado por seu progresso e desenvolvimento.

(3) *Jornal do Commercio* do Rio, n. de 24 de Abril de 1908.

E o grande magistrado e patriota, amante da liberdade e da sciencia, desceu ao tumulo, sempre envolto na consideração e estima de todos os brazileiros; e (cousa rara!) o sol do seu renome não teve eclipses nem encontrou abyssinios que o apedrejassem, quando estava a sumir-se na voragem do cemiterio!

O Dr. Candido Job de Carvalho, o bondoso professor e medico humanitario; o homem que, nos revezes da vida, jámais abandonou os sonhos da poesia; que pensava as feridas do enfermo com o mesmo carinho com que lia os versos de Virgilio; o illustre e inesquecivel consocio fundador, que escreveu para a nossa *Revista* o distico:

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti
In præsens, validusque in veniens stimulus

o prezado amigo e companheiro cahiu «varado pela flecha do destino», em dia pavoroso para esta cidade, quando consideravel parte do seu bairro commercial foi devorada por nefando incendio, que só se extinguiu ao ter quasi consummado sua obra de atroz destruição.

Foi um dia negro para esta capital que o regista como uma calamidade: de um lado, labaredas famintas engoliam edificios e carbonisavam os cadaveres das victimas; de outro, a população, sequiosa, via faltar-lhe o liquido precioso, indispensavel á extincção do incendio. E quando as testemunhas do heroismo do maritimo Rufino da Conceição tinham o coração em sobresalto pela salvação de uma pobre velha e de uma creança, o espanto, a duvida, o desassocego e a magua transmittiram-se de individuo a individuo por se suspeitar que morrera em seu consultorio o Dr. Job de Carvalho.

Mais tarde a duvida oppressora cedeu á triste realidade!

O nosso illustre consocio nasceu nesta cidade, a 14 de Setembro de 1843, filho legitimo de Job Candido de Carvalho e D. Maria Joaquina de Jesus Carvalho. (4)

«Destinado á carreira ecclesiastica matriculou-se no Seminario donde se retirou algum tempo depois, dedicando-se logo ao ensino da lingua latina em collegios e casas particulares. Desejando conquistar um diploma scientifico matriculou-se na Faculdade de Medicina, formando-se em pharmacia e depois fez o curso de medicina, recebendo o gráo em 1879.

Depois de formado dedicou-se á clinica, abrindo consultorio nesta cidade, retirando-se mais tarde para o sertão, onde se consorciou com a Exma. Sra. D. Anna Cotrim de Carvalho, dignissima professora em disponibilidade do «Instituto Normal».

Recolhendo-se a esta capital, continuou a clinica e a leccionar latim, até que entrou em concurso para a cadeira dessa disciplina no «Gymnasio da Bahia», tendo por competidor o Revm. padre Manuel José Rodrigues; mas o concurso foi annullado.

Tempo depois, foi nomeado lente interino de latim do «Instituto Normal», e por occasião da reforma desse estabelecimento, no governo do Dr. Rodrigues Lima, foi aproveitado como lente effectivo.

Posto em disponibilidade, na ultima reforma do ensino, como sua inconsolavel viuva, o Dr. Job de Carvalho abriu consultorio na rua dos Droguistas e nesse posto de trabalho colheu-o a morte, tão desastradamente».

Apesar das difficuldades da vida de funccionario publico em disponibilidade e tendo, na sua maioria, como clientes, pobres, que mal podiam pagar-lhe as consultas,

(4) Vide *Jornal de Noticias*, Bahia, n. de 20 de Março de 1908.

sempre o sorriso lhe pairava nos labios, nuncio de uma boa consciencia e de um generoso coração.

*
* *

Que a memoria abençoada dos companheiros que se foram, que seu exemplo de amor á dignidade e ao trabalho sejam como um sacro vexillo para as hostes que estão na lida quotidiana pelas conquistas do verdadeiro progresso, o unico que, firmando-se no bem e na justiça, merece os louros da immortalidade. (*Applausos geraes*).

Bahia, 3 de Maio de 1908.

Filinto Bastos.

O CENTENARIO

DO

Ensino Medico no Brazil

Em 18 de Fevereiro de 1808, ha, portanto, 99 annos baixou a carta regia auctorisando o cirurgião-mór do reino, Dr. José Correia Picanço, a escolher quem com elle ensinasse a Cirurgia, especialmente a Anatomia e Obstetricia no Real Hospital desta cidade.

E' nos seguintes termos o diploma da creação desta Escola, a primeira instituição de ensino medico do Brazil, pois que a do Rio de Janeiro foi posterior, visto ter a data de 18 de Março de 1813:

«Illm. e Exm. Sr.—O Principe Regente, nosso senhor, annuindo á proposta que lhe fez o Dr. José Correia Picanço (1), Cirurgião-mór do Reino e do seu Conselho, sobre a necessidade que havia de uma escola de cirurgia no hospital real desta cidade, para instrucção dos que se destinam ao exercicio desta arte, tem commettido ao sobredito cirurgião-mór a escolha dos professores, que não só ensinem a cirurgia propriamente dita, mas a anatomia como base essencial della, e a arte obstetrica, tão util como necessaria.

(1) Era brazileiro, natural de Pernambuco e lente de Anatomia e Cirurgia da Universidade de Coimbra.

O que participo a V. Ex., por ordem do mesmo Senhor para que assim o tenha entendido e contribua para tudo o que fôr promover este importante estabelecimento. Deus guarde a V. Ex. Bahia, 18 de Fevereiro de 1808.—Illm. e Exm. Sr. Conde da Ponte. — *D. Fernando José de Portugal.*»

Devemos, portanto, a fundação da Escola de Medicina ou, antes, o inicio do ensino medico no Brazil, á vinda de D. João VI a esta cidade da Bahia.

Todos sabem que esta visita tambem nos deu a abertura dos portos ao commercio estrangeiro, do qual foi corollario logico a independencia do Brazil, que pouco depois veiu a fazer-se.

E' para notar a influencia decisiva de dois brazileiros nesses dois acontecimentos de alta relevancia: a creação do ensino medico, devida aos conselhos do pernambucano Dr. José Correia Picanço, e a abertura dos portos ao bahiano José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cayrú.

Os que primeiro ajudaram o Dr. Picanço na ardua commissão, que se ia realisar, foram os seus collegas, cirurgiões do referido hospital, José Soares de Castro e Manuel José Estrella.

Apesar de tão modestamente iniciado o *Collegio de Cirurgia*, elle só poude funccionar oito annos depois, isto é, em Maio de 1816.

Em 29 de Dezembro de 1815, e por outra Carta regia, foi creado um curso de cirurgia mais regular, com 5 cadeiras, e que devia ser feito em 5 annos.

O instituto foi então denominado *Collegio Medico-Cirurgico*, e começou a funccionar no edificio contiguo á Cathedral, no Terreiro de Jesus, junto ao hospital da Santa Casa de Misericordia. Ainda hoje ali se acha, e parece que d'ali não mais sahirá.

Em 1817 foi creada a cadeira de Chimica; em 1824 a de Pharmacia; e em 1825 a de Pathologia interna.

Em 3 de Outubro de 1832 então promulgou-se a lei que reformou os estudos medicos, os quaes foram divididos em seis annos, como ainda perdura, sendo o ensino dado em 14 cadeiras. Desta data em deante passou o instituto a denominar-se *Escola de Medicina.*

Tambem deste periodo datam os gabinetes de Chimica, Pharmacia e Anatomia, assim como o curso de Pharmacia.

A Bibliotheca merece menção especial, e della tratarei particularmente em outro ensejo.

Em 1854 desappareceu a *Escola de Medicina* para dar logar á *Faculdade de Medicina,* pelo Decreto de 28 de Abril desse anno. Os Estatutos, que então vigoravam, consignavam a existencia de 18 cadeiras.

O ensino medico soffreu depois longa paralysia, até 1882, quando se fez uma grande reforma, fundida em moldes liberaes.

E, dahi em deante, as reformas pullularam, em sua maioria mal ponderadas e evidentemente falhas de elementos de permanencia, de modo que se constituiu quasi um costume dos ministerios, que se succediam, *reformar as reformas anteriores.*

Estes tempos, os ultimos annos do regimen imperial, foram tempos agros para a faculdade. Graças ao ciume da sua congenere do Rio, muito favorecida pelo governo, e em consequencia de fraquezas e culpas de alguns dos seus membros, cahiu de tal modo o prestigio da instituição, que graves affrontas se faziam ao nome, ao criterio e á justiça dos seus julgamentos.

Houve uma época em que a propria existencia da Faculdade pareceu perigar.

Nos ultimos 15 annos, porém, ella vae seguindo marcha progressiva e ascendente.

Muitissimo resta a fazer ainda, sem duvida, e especialmente no que diz respeito á disciplina escolar, tão deploravelmente cahída em todos os institutos superiores do Brazil, sem excepção; no que diz respeito á constituição de um bom museu com peças colhidas nas proprias clinicas e gabinetes anatomicos da Faculdade, pelo menos em parte; assim como no que entende com os multiplos e delicados assumptos dependentes de uma boa organisação do ensino, e ainda quanto á mudança de certos habitos perniciosos, uns administrativos, outros dos proprios professores e alumnos.

Já existem 13 laboratorios annexos a outras tantas cadeiras e 10 clinicas, das quaes 5 especiaes; mas, ainda serão precisos muitos esforços e uma lei judiciosamente feita, para que os professores e auxiliares do ensino, tanto dos laboratorios como das clinicas, podendo viver exclusivamente da profissão do magisterio, passem a maior parte da vida nas suas salas de trabalho, investigando, estudando, experimentando, tirando provas, constituindo, emfim, a fonte de pesquizas *originaes*, de que hão de sahir algum dia uma literatura medica brazileira e uma sciencia medica brazileira.

Sente-se que marchamos para lá, e lá chegaremos, talvez até antes de outras escolas congeneres do paiz.

Incendiada em Março de 1905, a Faculdade se levanta agora, melhor apparelhada do que antes para esse objectivo glorioso e brilhante, que é o pharol para o qual nos encaminhamos.

Oxalá que, vencidos uns ultimos tropeços, dominadas algumas difficuldades sérias, com que ainda lucta, possa, de hoje a um anno, a Faculdade resurgida festejar o seu centenario com a inauguração completa dos

seus laboratorios montados e das suas clinicas reformadas, officinas fecundas, que hão de dar á patria, como diziamos linhas acima, uma literatura medica brazileira, uma sciencia medica brazileira.

Emancipemo-nos tambem neste ponto.

Bahia, 18 de Fevereiro de 1907.

B. do Amaral.

DISCURSO

DO

Dr. Braz do Amaral

Na Faculdade de Medicina

O que hoje aqui nos reune é um grande acto de reconhecimento; é um modo severo, eloquente e perduravel de se manifestar a gratidão; a gratidão de um povo que, constituido em nacionalidade já digna de nota no mundo, precisa commemorar os acontecimentos importantes de sua existencia, como parando para deter a sua reflexão sobre os dias ditosos ou máos, demorando-se pelo pensamento naquella especie de devaneio que envolve, numa como suave melancholia, a lembrança das crises corajosamente soffridas; e que marcha depois para deante, para outros dias que ainda vão chegar, cheios de incertezas, prenhes talvez de outras crises, mas conscia da sua vitalidade e da sua força, tendo a fé viva e energica daquelles antigos latinos, que sabiam avançar com a sua patria para a immortalidade, para a grandeza e para a gloria.

Estamos num edificio que se acha ligado á vida e á historia do Brazil, e quasi tão velho como a civilisação neste paiz; que viu desillusões, soffreu com as derrotas, exultou com as victorias e cujas paredes poderiam contar, como aquellas pedras de Roma que falam, as inquietações, os pesares e as alegrias que agitaram o peito da patria no periodo da sua formação.

Os que o construiram e primeiro o habitaram foram os paladinos e os combatentes de uma elevada e santa causa, a mais memoravel, que se agitou sob o céo do Brazil por quasi duzentos annos.

Nesta mesma sala entre as paredes em que resôa agora a vóz dos professores, espancando as trevas da ignorancia, clareando as intelligencias, experimentando, consultando a natureza nos seus arcanos, resoava noutro tempo a voz do chefe da provincia, que ordenava as catecheses, tomava as medidas para aquellas expedições heroicas, em que os homens resolutos e desarmados iam arrostar a ferocidade torva, a brutalidade sinistra dos selvagens.

Nos corredores, onde ainda ha pouco cantava alegre o riso da mocidade, repercutiu o som do passo grave daquelles soldados do christianismo, estudando a lingua dos aborigenes, meditando sobre os embaraços das luctas em que andavam envolvidos, sobre as chicanas dos especuladores e dos ricos da colonia, amargurando as decepções dos alvarás que entregavam a carne dos selvicolas á ganancia dos que enriqueciam com o sangue que corria della, exultando quando o papa e o rei estendiam até esses desgraçados o direito das gentes e a piedade que pelo menos não se nega aos animaes, cobrindo-os com o manto da misericordia, que o suppliciado da montanha da Judéa promettia, agoni-

sando, a todos os seres humanos e que se negava então aos naturaes do mundo descoberto por Colombo.

Reivindiquemos neste dia de civilisação a justiça que cabe áquelles jesuitas, que levantaram estes muros e que abrigaram sob estes tectos os pensamentos nobres e as generosas idéas que foram as mais liberaes e as mais honestas que a raça conquistadora mostrou na terra conquistada.

Medindo o perigo, mas sem lhes entibiar o animo as consequencias delle, daqui partíram as sotainas negras, que foram, na America latina, os porta-estandartes do christianismo e da civilisação, para os sertões adustos, para se opporem á antropophagia dos indios, e á avidez dos brancos, com o intrepido altruismo daquelle convencional, a quem perguntaram uma vez:—Fizesteis acaso algum pacto com a victoria?

—Não, respondeu; fizemol-o com a morte!

E que offereciam ao seu Deus o sacrificio da vida, que a civilisação devia aproveitar, com a sublime abnegação que formularam na phrase, divisa e epitaphio da sua admiravel disciplina:

Ad majorem Dei gloriam!

Os valentes! mais fortes que gladiadores, mais bravos que legionarios!

Por uma feliz coincidencia, esta casa, senhores, tem sido, desde a sua fundação, um fóco de onde têm irradiado a verdade e a luz, luz do christianismo, e luz da sciencia, e, dentro destas paredes augustas, ha trezentos annos que se trabalha pela instrucção dos que nascem neste paiz do occidente.

A phalange de operarios que hoje aqui amolda, para o conhecimento das cousas, a mais elevada das philosophias, o conhecimento de si mesmo, o espirito dos Brazileiros, é apenas a continuadora daquellas

outras que nesta casa trabalharam pelo direito, pelo aperfeiçoamento moral de uma grande raça opprimida!

Si me fosse permittido pediria ao governo do Brazil, na qualidade de professor de historia, e de christão, que fosse gravado no frontespicio desta parte antiga do edificio, naquella justamente em que estamos, as palavras seguintes, como se prega ao peito de um glorioso soldado uma condecoração:

«*No tempo em que os filhos da America eram escravisados e opprimidos, aqui se trabalhava pela sua educação, pela sua elevação moral e pela sua liberdade!*»

Parece que o discipulo de Santo Ignacio que ideou e traçou o plano deste recinto imprimiu ao edificio, que se ia levantar, o cunho daquellas idéas, daquella grandeza, que caracterisava as pretenções da ordem. Numa posição de triumpho, plantado na crista da montanha, deante do formoso mar, em face do archipelago fronteiro, escreveu-lhe nas pedras dos alicerces—Dominarás os tempos pela intelligencia e guiarás os filhos desta terra como um pharol pela instrucção que has de espalhar!

E foi por isso que fizemos inscrever numa pedra esta lembrança, para que ella permaneça na opinião dos posteres, viva e forte.

Por este tempo, durante tres seculos, só se ouviu no Brazil, pela bocca da historia, um longo gemido. São os naturaes, os gentios vencidos e trucidados nas entradas desapiedadas desde a de Luiz de Britto e Almeida ao Rio Real, até os morticinios dos bandeirantes nas missões do sul.

São depois os colonos, sedentos de direitos, e de justiça, esmagados pelas fintas e as iniquidades desses monopolios, que, desde aquelle tempo, sob a forma de companhias commerciaes, acompanham e devoram esta nação, produzindo já, desde tão remotas eras, males e

ruina, e provocando, mais ainda do que agora, dos colonos altivos, revoltas que se puniam com forcas e supplicios.

E mais outras desgraças, outras dôres que se misturam com estas, as precedem e as preparam.

São os assaltos, os incendios, o mar coalhado dos destroços das frotas, Olinda queimada, o Recife queimado, e, no reconcavo da Bahia, até onde a vista pode alcançar do alto dos morros, o fumo que sobe dos casaes dos engenhos e das plantações, erguendo-se para o céo, como braços que se elevassem para Deus, pedindo misericordia ou vingança.

A raiva do hespanhol e do hollandez, em Itaparica, em Mont-Serrate, nas moitas do Barbalho, como nas areias de Guascenduba.

Duas religiões e duas ganancias commerciaes batendo-se pela posse de um mundo, entre as arvores verdes, no meio de uma natureza exhuberante e feliz, sobre os abysmos do mar, no esmeraldino das ondas que beijam as praias alvas.

E depois, á semelhança daquelle canto plangente, que ao começar da noite subia dos ergastulos de Carthago, só se percebe a melopéa, a um tempo selvagem e triste, que entoam os miseros africanos trabalhando sob os golpes dos feitores, sob os golpes da injustiça da sorte e da iniquidade dos homens!

De instrucção nunca se havia cuidado.

Produzia ouro a colonia para as necessidades dispendiosas do governo, e fazia-se com isto quite a vontade dos governadores.

Quem podia aprender ia a Coimbra.

Além desse caminho não havia outro para a in-

strucção superior e, como se comprehende bem, isto só a um numero muito restricto era possivel.

Em materia de instrucção moral só se admittia a que se dava nos conventos.

Quanto ás sciencias pensava-se a respeito da diffusão dellas, entre o povo, como hoje comprehendem o ensino do desenho, na sua maioria, as administrações que supprimem as escolas de Artes, levando-as assim á conta de cousa dispensavel, com a qual não vale a pena perder alguns contos de réis.

Os trabalhos da profissão medica eram, em grande parte, mal exercidos por curandeiros, quando muito, por enfermeiros vindos do reino.

As necessidades da tropa faziam tambem de lá vir cirurgiões militares.

Os dois primeiros professores que teve este instituto pertenciam a esta classe.

O apparecimento do principe D. João, no Brazil, é que vem fazer substituir as preoccupações acanhadas da colonia, pelas grandes idéas, pelo levantamento das grandes questões no paiz, cuja nacionalidade se ia constituindo assim tão laboriosamente.

Surge, como a claridade de um sol que se levanta, a educação nacional!

Aos acontecimentos da guerra peninsular se devem os factos historicos de que resultaram a independencia e a instrucção publica no Brazil.

Soprou para a America o vento que se levantara em 89, feliz como aquelle vento protestante que se levantou de repente para enfunar as velas sahidas de Hollanda, que levaram á Inglaterra um governo honesto e livre nas bandeiras de Guilherme 3.º!

Com os seus desastres e horrores, as guerras da revolução, á semelhança da tempestade, que entre relampagos e trovões espalha pela terra a chuva fecundante, vinham espalhando sementes de liberdade e de bens.

Era como a vara de Sudra arrombando a caverna negra de onde sae a luz, o oxygenio tonificante que faz o ar mais livre, mais forte, e saborosa a vida, após os bategos abundantes e os trovões aterradores e estrepitosos.

O soldado coroado, que expulsou os reis portuguezes e hespanhoes da séde secular de sua dynastia, solveu, realisou, sem o querer, um grande problema politico, e imprimiu o mais vigoroso e decidido impulso na independencia das colonias latinas da America, empurrando a estas, transformadas em nações livres, para esperanças e um futuro que até ahi nem siquer haviam podido aspirar.

Ponto de formação e de partida de uma nacionalidade, que a expansão da raça portugueza amalgamava ha tres seculos, devia raiar na Bahia a aurora da emancipação da patria, e com ella iniciar-se a instrucção nacional.

Os dois decretos da abertura dos portos, do qual deveria, como o de Buenos-Aires, resultar, infallivelmente, a independencia do Brazil e a creação do curso de cirurgia, que foi o principio da instrucção publica superior, têm apenas alguns dias de differença, e são ambos datados da Bahia.

Quatro homens, dos quaes dois portuguezes e dois brazileiros, tiveram a gloria de se prender na historia á vida da nova instituição e, portánto, ao nascimento da educação superior dos nossos patricios.

O Dr. José Correia Picanço era natural da então villa, hoje cidade, de Goyana, em Pernambuco.

Formou-se em medicina em Montpellier, aperfeiçoou seus estudos em Pariz e foi nomeado, pelo conde de Villa-Flor, cirurgião do corpo de ordenanças avulsas em Portugal; passou depois para o logar de demonstrador de anatomia da Universidade de Coimbra, cargo para o qual foi nomeado, pelo marquez de Pombal, em 3 de Outubro de 1772.

Foi quem primeiro fez em Coimbra dissecções em cadaveres humanos, pois até alli se faziam as demonstrações em animaes.

Tendo substituido o professor italiano Luiz Cichi na cadeira de Anatomia, veiu a ser provido definitivamente nella e ahi serviu de 1776 até 1790.

Nomeado cirurgião-mór e medico da real camara, acompanhou a familia real ao Brazil em 1808.

Chegando aqui por arribada dos navios, aconselhou o principe a crear um collegio de Cirurgia, attendendo á necessidade que havia de cirurgiões capazes na Colonia, e que veiu a ser o primeiro instituto superior de ensino medico no Brazil.

E' aquella a carta de creação, (1) na qual ficará gravada, em letras de ouro, a declaração do soberano de que tinha sido por conselho do illustre pernambucano que havia fundado o collegio.

Neste ponto paga em parte hoje a Faculdade da Bahia a divida que tem para com o seu creador.

Tornou-se mais tarde, no Rio de Janeiro, um dos opposicionistas ás reformas de Manuel Luiz Alvares de Carvalho e foi agraciado com a escrivania vitalicia de Jacobina, tendo depois o titulo de barão de Goyana.

Foi elle quem escolheu, para o collegio da Bahia, do qual fôra a sua intelligencia a cellula Mater, os dois

(1) Referia-se ao diploma da creação, que estava collocado no salão nobre da Faculdade.

primeiros professores que elle teve, um portuguez, José Soares de Castro, e o outro brazileiro, Manuel José Estrella.

O barão de Goyana morreu grande do imperio em 1825.

Assignava o documento immortal da creação, dirigido ao conde da Ponte, o ministro do principe regente, D. Fernando José de Portugal.

Já tinha sido governador da Bahia, foi quem transferiu para esta casa o hospital militar em 1798, e quem veiu ainda a referendar, em 1815, os estatutos ou plano de estudos, que deu a esta instituição muito maior desenvolvimento e amplitude, dividindo o curso em 5 annos, e pondo este collegio em pé de egualdade com o do Rio de Janeiro, acto que foi o motivo da sua existencia até agora.

Personagem dos mais influentes na época memoravel em que viveu, a sua acção se sente a cada passo, em cada pagina da historia politica, economica e administrativa, a cada dia no organismo da nacionalidade adolescente.

Basta lembrar que foi por intermedio delle, de quem já era amigo, que José da Silva Lisboa conseguiu levar aos ouvidos do Principe Regente a idéa genial de abrir os portos do Brazil ao commercio do mundo, e que foi elle quem approximou do soberano a Silva Lisboa, e lhe facilitou a tarefa de conquistar a acquisição do principe para o grandioso pensamento que tinha em vista o eminente bahiano.

Ao ler o que delle dizem os contemporaneos parece estar a se ouvir Polybio falando dos Scipiões.

Sempre lhano, affavel e conciliador, mais occupado com os deveres do magisterio do que com os da milicia, este illustre filho da casa dos marquezes de Valença

mostrava tanta benignidade, tanta doçura, tanta fineza de trato, que bem indicava como se tinha affeito a mimosear os primores da litteratura antiga e moderna.

Tal foi D. Fernando José de Portugal, governador e capitão-general da capitania da Bahia, vice-rei do Brazil, ministro do Reino e do Erario, conde e depois marquez de Aguiar!

Tem-se supposto que a modesta instituição houvesse sido uma obra feita em papel e nelle se conservado mais do que uma entidade viva, funccionando regular e seguramente, e o erudito Dr. Malaquias Alvares dos Santos não deixa de seguir em parte a opinião dos que assim pensam.

Os documentos, porém, existentes no Archivo Publico mostram que o collegio viveu vida util e que nelle se ensinou e nelle se aprendeu.

Eram honestos os tempos e severo o modo pelo qual se entendia o serviço publico e as obrigações contrahidas.

Não só os dois primeiros professores não faziam daquillo uma perambulação, como até reclamavam com energia pela severidade do ensino, conforme se vê dos officios dirigidos ao governador sobre os estudantes que faltavam, por Soares de Castro, e nas reclamações energicas ácerca da retirada precipitada que faziam, algumas vezes, dos cadaveres que eram precisos para as dissecções anatomicas.

Num destes documentos diz o professor *que não admittia que podesse servir sem ter consciencia de ser util no trabalho que prestava ao Estado e ao rei.*

Phrase que, generosa e altiva, é o molde de um caracter e poderia servir para glorioso epitaphio ao nosso velho e honrado predecessor nesta casa.

O Dr. Manoel Luiz Alvares de Carvalho vae fazel-a entrar em horisontes muito mais largos e amplos.

Seu nome é até agora pouco conhecido na Bahia, permaneceu olvidado na poeira dos velhos livros, roidos pelos vermes; e da memoria dos bahianos ingratos se varreu a lembrança deste varão illustre, deste insigne patriota, mais altruista, mais despretencioso, mais merecedor de ser estimado pelos seus patricios, do que muitos outros, que ahi estão na memoria do povo.

Nesta terra, que lhe foi berço, nós não sabemos siquer onde elle tem o tumulo.

O que, entretanto, é certo é que muito a estremeceu, que a amou sincera e utilmente.

Foi num livro velho, arrancado ao fogo, que eu fui encontrar as provas da glorificação deste digno bahiano, e a menção do que lhe devemos.

Não parece que tenha sido um homem politico, e isso é talvez o que explica o desprezo em que lhe deixaram cahir a memoria.

Nascido na Bahia, formou-se em Coimbra, foi medico da Real Camara e acompanhou a familia real em 1808, sendo nomeado depois director dos estudos da Côrte e Estado do Brazil.

Apresentou um Plano de Estudos de Cirurgia, que foi approvado pelo governo, por Decreto de 1.° de Abril de 1813, assim como os Estatutos do Collegio Medico Cirurgico da Bahia, approvados pela carta regia de 29 de Dezembro de 1815.

Era de caracter probo, nobre e altivo e nunca recebeu honorarios dos cargos publicos que exerceu.

Escreveu Alvares de Carvalho tres trabalhos, entre os quaes, um intitulado *Repertorio, diagnostico dos remedios que a experiencia clinica tem confirmado.* Foi offerecido em original á bibliotheca publica da Bahia.

Naquella repartição, porém, actualmente tão degradada, que ainda ha pouco commovia o espirito scientifico de um nobre visitante, o illustre geologo J. Carlos Branner, de modo a occorrer-lhe o pensamento de alliviar tanta miseria com a munificencia do millionario americano Andrew Carneggie, afim de que ella tenha o que os bahianos ainda não lhe deram, um abrigo e uma installação decente, parece que o infortunio é um patrimonio. A bibliotheca da Bahia não possue mais esses preciosos originaes.

Foram roubados, ou passaram, como acredita o seu actual e esforçado director, para a Bibliotheca Nacional, vendidos, com outros mais de uma collecção particular, por 18 contos de réis.

E còmo estas peças, outras de alto valor têm sido subtrahidas da Bahia.

Ha entre estas algumas cartas que o director da Bibliotheca Nacional declara entregar, no dia em que o governo da Bahia as requisite.

A falta de um simples officio, porém, vae deixando lá ficar preciosos exemplares, do pouco em que podemos nos regosijar de possuir cousas de algum merecimento.

E' o que refere um homem de alta honorabilidade e respeito, o antigo professor, o antigo deputado federal, desembargador Thomaz Garcez Paranhos Montenegro.

O Dr. Manuel Luiz Alvares de Carvalho prestou á sua terra e a este instituto o mais assignalado serviço.

Sem ter pela Bahia esta desdenhosa superioridade, com que tem sido muitas vezes ella condemnada pelos filhos, que não poucas vezes tem elevado ao fastigio do poder e das honras, elle não se serviu da Bahia, como um estribo, para despresal-a depois.

Tendo sido promulgado o decreto da creação do Collegio de Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1813, com

um curso de 5 annos, e amplitude muito maior do que o da Bahia, elle fez, dois annos depois, estender ao desta cidade o mesmo beneficio e as mesmas vantagens.

E foi a isto, a esta equiparação legal, talvez impossivel de alcançar na republica, que a Bahia deve ter ainda esta instituição de ensino superior, a ennobrecel-a e honral-a.

Sem isso, nem durante o imperio, nem na republica de hoje, deixaria de ter a Faculdade succumbido aos furiosos assaltos que temos soffrido, especialmente nos ultimos annos do imperio.

Creador e fundador do nosso instituto, chamam-o em 1816, os professores nossos collegas, sob a impressão viva do beneficio recebido, no primeiro livro e numa das mais antigas actas das sessões da nossa congregação.

E quem o proclamou desta fórma foram homens da estatura de José Soares de Castro, de José Avelino Barbosa, de Antonio Ferreira França e de José Alvares do Amaral!

Destinando a perpetuar-lhe a lembrança e o benefico impulso, colloca hoje a Faculdade de Medicina da Bahia uma pedra com a justiça que levou noventa e dois annos a se fazer, para saldar esta divida de honra.

Resta o principe D. João.

Numerosas tem sido as versões, que hão corrido sobre o seu papel na vida; e nos dias em que, tanto em Portugal como no Brazil, a paixão tem sobrelevado a razão, hão sido lançadas como maculas á sua memoria numerosas faltas; a satyra e a calumnia em côro têm acompanhado a lembrança do monarcha, a quem mais deveu o Brazil, nos quatro primeiros lustros do seculo 19, que guiou este paiz pela mão, preparou a sua independencia e nada regateou, do que se lhe apresentava como preciso á sua prosperidade e grandeza.

Commemorando os actos mais importantes da vida do periodo preparatorio da grande nacionalidade brazileira, ninguem pode deixar de se curvar perante o vulto do homem que, em 1808, aportara á Bahia, pelos acasos do vento e do mar.

Si é uma desgraça inherente ás monarchias, como diz Mommsen, serem elevados a adoração individuos, muitas vezes abaixo do ordinario, e não faltam essas adorações a quem exerce o poder, não é menos certo que alguns revoltados, outros levianos, outros irritados, em não raras occasiões, perseguem com lategos e vociferações, tão indevidos e injustos como os louvores dos panegyristas, a memoria de homens de Estado e de soberanos, que não merecem taes fustigações.

A amavel escoria humana, que tem sempre as mãos erguidas para implorar e applaudir, é susceptivel desta especie de suggestão de vingança, da propria subserviencia que tem produzido estupendos phenomenos de psychologia.

A posteridade, porém, como a historia, é imparcial e fria, severa mas serena.

E é um dever de justiça raspar das convicções do povo prejuizos e malquerenças que cahiram, como pragas, sobre D. João VI.

Commetteu um acto de abandono censuravel, sob mais de um aspecto, deixando seu paiz e seu povo sob o sabre do invasor, mas os interesses da politica já tinham aconselhado o mesmo expediente ao governo hollandez, quando elle esteve a ponto de mudar a sua séde para Batavia, tambem deante de uma invasão.

Elle transferiu o seu governo, não para paiz estrangeiro, nem para se pôr a coberto do perigo, sob outra bandeira, mas para a nova patria, que a sua raça havia fundado na terra virgem e livre da America.

O exemplo do que se deu na Hespanha, a familia real cahida nas mãos do imperador dos francezes, sem governo nacional, bem mostra que a medida tomada pela côrte portugueza foi muito mais pratica e proveitosa, para a dignidade do paiz, que não abdicou a sua soberania, como se deu no reino visinho, e se poz em condições de continuar a guerra nacional.

Deprimente considerado o caso como uma fuga, elle, entretanto, se approxima dos principios da politica moderna, que procura attingir sobretudo o util.

Considerando a questão sob o ponto de vista do interesse brazileiro, a vinda do principe foi o acontecimento mais importante da nossa historia, até o tempo em que elle cedeu, o que preparou a grandeza e prosperidade da nossa patria, e da qual o corollario logico foi a sua independencia da metropole, dentro de quatro annos.

Chegando ao Brazil, D. João faz começar, para este paiz, uma vida nova, muitissimo mais importante.

Foi elle quem fez pulsar neste vasto territorio o coração de um povo, quem lhe despertou interesses, necessidades, ambições que não tinha e lhe deu a consciencia de um vigor que elle mesmo não conhecia.

Sente-se que pulsa no seio do novo imperio, que elle promettera á Europa crear e que realmente creou, o sangue de uma nacionalidade a accrescentar na geographia do mundo.

Desleixado, muitas vezes, do corpo, nimiamente infeliz, perseguido pelas discordias domesticas, e humilhado pela posição de protegido por estrangeiros, o seu coração sempre se revelou aberto ás boas obras, magnanimo e bemfazejo.

Nunca o viram inclinar-se para a violencia, nem para a crueldade, nem para o egoismo revoltante, no meio dos muitos dissabores da sua attribulada existencia.

Teve sempre a intuição feliz e a grandeza na alma precisas para acceitar as inspirações generosas, que nunca chegaram a commover, por exemplo, o coração empedernido de Fernando 7°.

Foi por isso que teve a gloria de abrir os portos do Brazil ao commercio do mundo, servindo ás inspirações largas da politica ingleza e aos conselhos de Silva Lisboa e Avelino Barbosa, que ouviu a proposta de Correia Picanço, abrindo á instrucção do Brazil uma immensa éra, e que mandou Pedro Holstein, conde de Palmella, a Vienna, assignar com Roberto Stewart, lord Castlercagli, ministro de Jorge 3.° de Inglaterra, o tratado de 1815, que estipulou a prohibição do commercio de escravos ao norte do Equador.

Foi o primeiro grande golpe legal que soffreu o trafico dos negros!

Nada mais se pode dizer em sua honra!

Não são muitos os soberanos felizes, na historia dos quaes se possam contar no seu activo tantos actos de relevo e de grandes consequencias para o futuro!

Não são muitos os que podem ser citados, 100 annos depois da vida, com um tão grande numero de medidas, tanto de alcance politico, como de valor social!

Particularisando no que diz respeito á nossa instituição, alli fizemos gravar naquella taboa de marmore, como os hebreus as palavras de Jehovah, o decreto, que foi uma ordem do principe e o registo do nascimento do ensino publico brazileiro.

E ainda em 1815 acompanha com a sua solici-

tude esta terra, tão grata ao seu coração, onde confessava que sentira se dilatar a alma, com a vista de um céo bellissimo e de uma natureza ridente, tão bellá, como a liberdade que sentia na terra virgem, que o seduzira com um indefinivel encanto, que surgira do mar aos seus olhos, como o refugio procurado, amoravel e brilhante e a que elle pagou nobremente o asylo que abrira ao espirito e ao corpo do desditoso soberano.

Têm a assignatura de D. Fernando José de Portugal os estatutos que irmanam o collegio da Bahia remodelado em mais amplos horisontes, pela Carta Regia seguinte:

«A vós, Conde dos Arcos, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia. Amigo. Eu o Principe Regente vos Envio muito saudar como aquelle que Amo. Sendo-Me presente o quanto são limitados os Principios de Cirurgia que se adquirem pelas lições das materias proprias das duas cadeiras estabelecidas nessa cidade, para que dellas se possam esperar habeis e consummados Professores, que pelos seus conhecimentos theoricos e praticos mereção o conceito publico e se empreguem utilmente no restabelecimento da saude do Povo, que não pode deixar de fazer parte dos objectos do Meu Real e Paternal desvelo, para promover a cultura e progresso de tão importantes Estudos: Hei por bem crear hum curso completo de Cirurgia nessa cidade, á semelhança do que se acha estabelecido por Decreto de primeiro de Abril de mil oitocentos e treze, nesta capital, segundo o Plano que Mandei formar por Manoel Luiz Alvares de Carvalho, do Meu Conselho, Medico da Minha Real Camara e Director dos Estudos de Medicina e Cirurgia nesta Côrte e reino do Brazil, e que com esta vos envio assignado pelo Marquez de Aguiar, do Meu

Conselho do Estado e Ministro e Secretario do Estado dos Negocios do Brazil, para servir interinamente de Estatutos do referido Curso, emquanto se não publicão outros mais amplos, cujas lições se darão no Hospital da Santa Casa da Misericordia, por concorrerem ahi para as experiencias e Operações Enfermos e Cadaveres de ambos os sexos e de todas as edades, transferindo-se as aulas que estiverem no Hospital Militar, as quaes fareis collocar em casas sufficientes com os precisos arranjos que escolhereis de accordo com o Provedor da mesma Santa Casa da Misericordia, sendo encarregado da limpeza dellas hum porteiro que nomeareis e que tambem servirá de continuo e apontará as faltas dos Estudantes, vencendo de ordenado duzentos e cincoenta mil reis, alem de trezentos e vinte reis que poderá levar a titulo de Emolumentos dos Estudantes por cada certidão de frequencia que lhes passar. O que assim cumprireis com o zelo e intelligencia que costumais empregar no Meu Real Serviço.

Escripta no Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Dezembro de mil oitocentos e quinze.— *Principe* ».

Era ainda bem pobre a nossa instituição. Passando a funccionar na Santa Casa de Misericordia as reuniões dos seus professores, na sala da mesa da irmandade, foram as aulas para tres pequenas salas, uma das quaes servia de corredor e, além destas, um quarto baixo e escuro, onde se faziam as dissecções.

Como material, possuia apenas pouco mais ou menos o que têm hoje essas pobres escolas primarias, que podem contar algumas dellas os tempos pelos despejos judiciaes que têm soffrido.

Achavam-se, porém, lançadas as bases do seu futuro desenvolvimento.

E não são assim, lentamente desenvolvidos, os organismos robustos, os que têm longa vida?

Hoje possuimos um palacio, o melhor edificio do Estado da Bahia talvez, e o mais capaz como installação das escolas de medicina do Brazil, o que não quer dizer que tenhamos attingido áquelle gráo de perfeição, de prosperidade e de grandeza dos institutos congeneres dos paizes adeantados do mundo, em que se honra a sciencia e o ensino della.

Ha, porém, pelo menos onde trabalhar.

O resto cabe agora, em grande parte, aos que têm a responsabilidade moral da instrucção dos brazileiros, aos corpos docentes, aos professores em primeiro logar e aos auxiliares do ensino depois.

Si ainda muito falta e vae faltar ainda no tocante ao custeio e elementos todos de estudo, não se pode negar que a administração federal dotou o nosso Instituto com os abrigos e o material de trabalho de que ha muito carecia.

Trata-se de aproveital-o com tenacidade, com gosto, com estimulo, com dedicação, com a firme vontade de constituir uma sciencia nacional.

Estas tres lapides, aqui postas hoje, exprimem um levantado sentimento e querem dizer uma esperança.

Constituem o reconhecimento gravado no marmore e no ouro, forte e rico, duradouro e brilhante como a justiça da historia illuminando com intenso brilho a D. João, principe regente, a José Correia Picanço, a Manuel Luiz Alvares de Carvalho e ao ministro que referendou os dois decretos, o da fundação do mais

antigo instituto para o estudo das sciencias medicas e o que o refundiu, ampliou e preparou para longa e vigorosa existencia.

Ellas deverão dizer ás futuras gerações, quando outros homens, consciencias animadas por sentimentos e idéaes differentes dos de hoje, habitarem este logar, que a Bahia foi a progenitora da instrucção publica superior do Brazil em tão importante ramo dos conhecimentos humanos, como foi a progenitora do seu governo constituido, o nucleo da sua organisação e indivisibilidade politica, assim como o campo da sua grande guerra nacional.

Ahi ficarão, como um exemplo e um estimulo, como provas indeleveis de que não é baldado o esforço, mesmo quando mal comprehendido e recompensado pelos contemporaneos, porque chega tarde ou cedo o dia da rehabilitação, o preito de justiça que o ser humano, emquanto tiver honestidade na alma, ha de render ao trabalho, iniciador e fecundo, ao movimento dos bons e dos generosos.

E' a confissão da posteridade deslumbrante e augusta, como o triumpho da verdade e do bem!

Nas velhas terras do Latium, senhores, no berço desta raça a que pertencemos, quando se ia proceder a qualquer commettimento, antes de emprehender uma expedição, ao voltar de uma victoria, sahindo para um triumpho, fazia-se uma invocação aos maiores, aos antepassados, cujos manes se tornavam os deuses tutelares da familia, cuja prosperidade e cuja honra eram, no conjuncto, o ennobrecimento e a grandeza da patria.

A' semelhança dos romanos, permitti, senhores, que eu invoque a lembrança augusta dos deuses lares,

dos illustres mortos cujos espiritos illuminaram esta casa, como as constellações que fulguram no céo.

No humbral do grande cyclo historico que acaba de percorrer o nosso glorioso instituto, ao começar um outro que se abre aos nossos olhos, devo pedir a vós homens de sciencia, homens de disciplina, homens de patriotismo, a José Soares de Castro e a Manuel Estrella, a José Avelino Barbosa e Lino Coutinho, a Jonathas Abott e a Mariano Bomfim, a Antonio Ferreira França e Manoel Victorino, descei, deuses lares, dos vossos pedestaes, para incutir nos que hoje labutam e mourejam aqui o estimulo de vossa acção, a virilidade de vossa energia, a reflexão fecunda do vosso pensamento.

Incuti nos professores aquella resistencia sem violencia, aquella inquebrantavel equidade, aquella intuição juridica que são os caracteristicos mais eminentes do professorado, como sentimento da união e solidariedade, que são essenciaes para vencer as crises e luctas que ainda hão de vir.

Revelae á alma dos moços, primaveras sagradas da nossa bella e fecunda terra, brilhantes como essas alvoradas dos tropicos em que nasceram, imprimi nessas cabeças exaltadas como o enthusiasmo, mas luminosas e boas como a esperança, que ainda não praticaram as dores e as desillusões da vida, ridentes como a saúde e a juventude que encarnam, que não ha ordem, grandeza e vigor numa nação, sem a obediencia e a disciplina, partindo das escolas, para que se possa accentuar nos exercitos; vinde tambem convencer com a majestade das vossas intelligencias e a eloquencia do vosso glorioso passado, espiritos de escol, vinde tambem dizer a estas gerações novas de brazileiros que se abrem para o porvir, que nos passam pelas mãos, que não se pode con-

stituir a dignidade de um povo, sem o respeito aos seus mestres e um religioso amor ás instituições veneraveis e nobres como esta, á sombra das quaes tem crescido e se avigorado a raça, sem o sagrado reconhecimento da moral, do justo e do injusto, do merito e do demerito, sem o qual não é possivel a emulação em que se alicerçarão a competencia dos profissionaes e a inteireza de caracter dos homens, bases da energia civica, da força e do prestigio futuro desta grande Patria! *(Applausos geraes)*.

Bahia, 3 de Outubro de 1908.

Dr. Braz do Amaral.

O Primeiro Jornal Bahiano

PPROXIMANDO-SE a data do centenario do inicio do jornalismo brazileiro, quadra inquerir quaes foram os seus primeiros orgãos nas diversas provincias, pois a este respeito, existem ainda não poucas duvidas a aclarar.

E' assas provavel que, como em Pernambuco (1706) e no Rio de Janeiro (1747), tambem na Bahia o primeiro e ephemero estabelecimento da arte typographica tenha occorrido já no seculo XVIII: todavia o facto da sua instituição definitiva na antiga Capital do Brazil, em principios do passado, subsistirá ainda quando se venha a descobrir provas capazes de converter em realidade aquella conjectura.

Até então a imprensa era do numero das prerogativas ciosamente vedadas á colonia americana, e os raros ensaios clandestinos para implantal-a no sólo brazileiro foram sem tardança abolidos, receiando a metropole podessem concorrer para a propagação de idéas contrarias aos interesses do Estado.

Esta prohibição só cessou quando, foragida da Europa e compellida a buscar azylo na opulenta possessão extramarina, a côrte portugueza veio inaugurar, entre nós, uma éra de civilisação e de progresso, e dentre as providencias beneficas então realisadas avulta, de certo, a introducção da imprensa.

Installada solemnemente no Rio de Janeiro, a 13 de Maio de 1808, a *Impressão Regia* foi por espaço de quasi tres annos a unica typographia do Brazil.

A 30 de Outubro de 1810, porém, assumiu o cargo de governador e Capitão-General da Bahia o conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Britto, bello exemplo de administrador zeloso e probo, illustrado e magnanimo.

O seu genio emprehendedor logo imprimiu fecunda direcção aos negocios publicos, promovendo importantes melhoramentos materiaes e dando grande incremento ao commercio, á industria e ás artes.

Espirito culto e amigo das lettras, esmerou-se em favorecer a instrucção publica, creando escolas e uma bibliotheca; cuidou igualmente em dotar a capitania de uma instituição destinada a divulgar o pensamento.

Neste designio animou o negociante Manoel Antonio da Silva Serva a montar uma officina typographica, cujo funccionamento foi permittido pela carta regia de 5 de Janeiro de 1811.

A 13 de Maio do mesmo anno dava a imprensa bahiana á luz os seus primeiros productos, que foram a *Oração Gratulatoria a S. A. R.*, recitada em Palacio pelo padre Ignacio José de Macedo, o *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos*, com a lista dos respectivos subscriptores, e o prospecto da gazeta *Idade d'Ouro do Brazil.*

O numero inaugural deste primeiro jornal bahiano, e segundo que se publicou em todo o Brazil, appareceu no dia seguinte, 14 de Maio de 1811.

Em começo, de formato in-4.° e depois in-folio pequeno, o periodico trazia, entre as duas primeiras

palavras do titulo, as armas reaes, e mais abaixo, os versos de Sá de Miranda:

Fallai em tudo verdades
A quem em tudo as deveis.

Redigido pelo bacharel Diogo Soares da Silva Bivar e o padre Ignacio José de Macedo, a *Idade d'Ouro do Brazil* sahia duas vezes por semana, ás terças e sextas-feiras, ao preço de 60 réis o numero; a assignatura annual era de 8$000.

A exemplo da *Gazeta do Rio de Janeiro* era uma especie de orgão official, preenchendo as suas columnas exclusivamente com os actos officiaes do governo, noticias dos acontecimentos mais notaveis do paiz e do extrangeiro, annuncios particulares e avisos; contava principalmente com a collaboração do publico, conforme demonstra o seguinte *Aviso*, inserto no numero inicial:

«O Redactor implora a todas as Pessoas, especialmente aos Senhores Commerciantes, cujas relações com outras Praças, assim Nacionaes como Extrangeiras, são mais amplas, a bondade de lhe communicar todos os artigos que nas suas Cartas acharem dignos de merecer a menção do Publico, ou sejão tendentes ao melhoramento das Artes e Sciencias, ou uteis ao Commercio, e que possam servir de symptomas do estado actual dos Negocios politicos de todo o mundo..

Os desejos do Redactor de que a nossa folha *Idade d'Ouro do Brazil* mereça conceito e approvação geral, e os vivos esforços para que o seu contexto corresponda ao brilhante titulo, serão baldados, se o mesmo Publico não coadjuvar huns e outros subministrando alguns elementos para a instrucção geral.»

A typographia de Silva Serva estava localizada em Santa Barbara.

A publicação da *Idade d'Ouro do Brazil* prolongou-se até 24 de Junho de 1823, e, nos ultimos tres annos, o periodico tomou parte activa nas luctas politicas da época, degladiando-se com o *Diario Constitucional*, orgão nacionalista nascido da iniciativa de Francisco José Côrte Real (mais tarde Côrte Imperial) e redigido, com brilho e denodo, por elle e por Francisco Gomes Brandão Montezuma (depois Francisco Gê Acayaba Montezuma e Visconde de Jequitinhonha), José Avelino Barbosa e Euzebio Vanerio.

As colleções da *Idade d'Ouro do Brazil* são hoje rarissimas: o «Instituto Historico Brazileiro» possue a dos annos de 1811 e 1812 e a «Bibliotheca Publica» da Bahia de 1812 a 1823.

Foi ainda na Bahia que surgiu o terceiro jornal brazileiro e o primeiro de feição literaria apparecida no paiz.

Delle fez menção o Dr. Mello Moraes, na sua *Corographia Historica* (tom. I, part. 2ª, pag. 123), com o titulo errado de *Jornal de Variedades*, motivo, talvez, porque a sua existencia tem sido contestada.

Mas, na *Idade d'Ouro do Brazil*, de 7 de Fevereiro de 1812, lê-se o seguinte annuncio:

« Até 10 do corrente ha de sahir do prélo e pôr-se em venda ao Publico o primeiro folheto, pertencente ao mez de Janeiro, do Periódico denominado *As Variedades, ou Ensaios de Literatura*. As pessoas que quizerem subscrever a sua compra podem dirigir-se á Loja da Gazeta ».

A 11 de Fevereiro a citada gazeta annunciava:

« Sahiu á Luz o 1.° folheto do periodico pertencente ao mez de Janeiro, que se denomina *As Variedades ou Ensaios de Literatura*. Vende-se na Loja da Gazeta pelo preço de 500 réis. »

De um outro annuncio se verifica que o conteúdo deste 1° fasciculo constava de « discursos sobre a felicidade domestica, da navegação entre os antigos, costumes e usos do Mexico, extracto de Mr. Fleury, instrucção militar, Brioso desafio, anecdotas e bons ditos».

A revista devia apparecer mensalmente, porém, já na *Idade d'Ouro do Brazil* de 6 de Março de 1812, vinha o seguinte aviso:

« O Redactor do Periodico denominado — *As Variedades, ou Ensaios de Literatura* — previne o Respeitavel Publico desta Cidade, e em especial os Senhores Assignantes, que benignamente se tem prestado para a compra do mesmo Periodico, que tendo sido atacado de grave enfermidade, que por ora o colhe da menor applicação e cuidado literario, ha de por tal soffrer alguma demora a publicação dos Folhetos pertencentes aos mezes de Fevereiro e Março, que com tudo se achão redigidos e acabados.

No entretanto que o Redactor se restabeleça completamente, espera elle que o numero das assignaturas, até aqui muito limitado, se augmentará consideravelmente, afim de que se indemnize, pelo menos, das despezas de impressão, unico meio de assegurar a publicação regular de escriptos desta natureza. O Redactor previne outrosim os Senhores Assignantes actuaes, e os que de novo concorrerem, que se pela continuação do seu impedimento actual, ou por effeito de outro qualquer que possa sobrevir, for obrigado a sobreestar na publicação do Periodico, ou a abrir mão da sua empreza, elle fará restituir aos Senhores Assignantes o que exactamente lhes fôr devido pelas assignaturas que têm adiantado na conformidade do Prospecto da Obra, e do Aviso inserido no Folheto de Janeiro».

Só a 28 de Julho de 1812 annunciou a *Idade d'Ouro do Brazil* o apparecimento simultaneo dos fasciculos de Fevereiro e Março do periodico denominado *As Variedades, ou Ensaios de Literatura*, ao preço de 1$120.

E' de crer que a publicação terminasse com este duplo fasciculo, pois nenhuma referencia posterior se encontra a respeito na citada gazeta.

A revista *As Variedades* foi, pois, a primeira publicação periodica de caracter literario apparecida no Brazil, porquanto, precedeu de quasi um anno a *O Patriota*, jornal literario, politico e mercantil do Rio de Janeiro, ao qual se tem arrogado este titulo, mas que só começou a sair em Janeiro de 1813.

Quem seria o redactor d'*As Variedades?*

Aos Drs. Junqueira Ayres e Lemos de Brito, occupados na organisação do *Album da Imprensa Bahiana* destinado á Exposição do Centenario da Imprensa, compete a resposta.

Alfredo de Carvalho.

(Extrahido do *Jornal do Commercio* do Rio, de 22 de Abril de 1908).

CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTORIA DAS ARTES NA BAHIA

José Joaquim da Rocha

(SUA NATURALIDADE)

É fóra de duvida que artistas e obras d'arte nunca lograram, em nosso meio, a consideração devida, salvo trazendo do extrangeiro a recommendação e o apreço, caso em que ha um simulacro de importancia, admittindo, ainda assim, excepções, talvez porque factos de maior *relevancia* absorvem o tempo dos que prestariam assignalados serviços, occupando-se de assumptos relativos á grandeza da arte. Em geral, o facto é este: admira-se a um bom trabalho artistico; dispensa-se ao seu autor os maiores elogios e louvores, e isso não passa de uma circumstancia toda occasional.

Depois, o artista e sua obra passam despercebidos.

O illustre Dr. Mello Moraes, pae, não inquiriu, como seria mister, os diversos factos que trouxe ao conhecimento publico, no *Brazil Social e Politico,* editado, em 1866. Limitou-se a copiar os documentos que encontrou, e, na falta de outros, reproduziu informações verbaes sem o trabalho meticuloso da investigação e da critica.

E assim, sem dados positivos, affirmou que o artista José Joaquim da Rocha, fundador e mestre da escola de pintura da Bahia, era mineiro. Dahi por deante, essa opinião generalisou-se, e todos quantos se têm occupado do assumpto, sem o mais leve exame, dão-na como exacta.

José Rodrigues Nunes, nascido em 1800, terceiro professor da cadeira publica de desenho desta capital, discipulo de Franco Velasco, que fôra alumno do artista Rocha, em publicação inserta no *Musaico*, em 1845, informa o seguinte a respeito da naturalidade do dito Rocha:

«Quanto ao logar de seu nascimento não se sabe ao certo; porque emquanto uns tem-n'o como natural de Minas-Geraes, outros dizem que nascera no Rio de Janeiro ou na Bahia».

Salvo o caso de força maior, outra circumstancia, a meu ver, não obrigaria o artista Rocha, depois de concluidos os seus estudos de pintura, na Europa, a não se dirigir de preferencia, á terra de seu berço.

E porque José Joaquim da Rocha, deixando o velho mundo veio directamente para a Bahia e não se encaminhou para o Rio de Janeiro ou Minas-Geraes?

Por esse tempo, a Bahia não era mais a capital do Brazil; o ouro regorgitava em Minas, e o Rio de Janeiro gosava não só de mais importancia, como offerecia campo mais vasto á ambição de glorias de um artista de merito como era José Joaquim da Rocha.

Quem se afasta da patria querida leva comsigo a saudade e conserva o desejo ardente de voltar ao seio da familia, ao conchego dos amigos; e por isso de modo

inimitavel descreveu o saudoso poeta Gonçalves Dias, distante do carinhoso torrão natal, o seguinte:

«Quanto é grato em terra estranha,
Sob um céo menos querido,
Entre feições estrangeiras
Ver um rosto conhecido;
Ouvir a patria linguagem
Do berço balbuciada,
Recordar sabidos casos,
Saudosos da terra amada.»

Si o facto de ver um rosto conhecido fóra dos patrios lares é motivo de extrema satisfação, que não será o vehemente desejo de abrigar-se á terra natal, coberto de virentes louros, para, regosijado, depol-os aos pés da patria e receber desta o justo premio de admiração?

Quem se furtará a essas demonstrações legitimas de carinhosa effusão da alma brazileira?

Assim, pois, o artista Rocha, vindo directamente da Europa para a Bahia, aqui fundou a primeira escola de pintura e depois mandou aperfeiçoar no velho mundo, a espensas suas, a José Theophilo de Jesus, seu discipulo e natural da Bahia, com o intuito nobre de continuar a obra meritoria de propagar o ensino das bellas-artes, aproveitando as vocações da mocidade: essa dedicação, essa preferencia se me afiguram o desejo, todo natural, de contribuir, admiravelmente, com o seu saber e com os recursos de que dispunha, para o progresso da cultura artistica, na terra de seu berço.

Os chronistas que se têm referido ao grande artista, inclusive o erudito autor das *Ephemerides Mineiras*, trabalho de inestimavel valor historico, todos se aproveitaram das informações do Dr. Mello Moraes; e, por conseguinte, até hoje, ninguem demonstrou, firmado em

documento incontroverso, que o artista tivesse nascido em Minas-Geraes.

Procurando elucidar esse ponto cheguei ao seguinte resultado: houve, é exato, um José Joaquim da Rocha, natural de Minas-Geraes, Engenheiro Militar, tido como autor de uma interessante *Memoria Historica da Capitania de Minas*, a quem o Tiradentes fez referencia em seu depoimento sobre a Inconfidencia. Assim como, é tambem verdadeira a existencia de outro José Joaquim da Rocha, capitão-mór, nascido em 19 de Outubro de 1777, na cidade de Marianna, e fallecido em 1848, o qual, no imperio, representou eminente papel politico na constituinte e na diplomacia, como ministro brazileiro junto á Santa Sé. Essas duas personagens e o artista seu homonymo estiveram na Europa, e foram contemporaneos. Dahi, a meu ver, a confusão dos individuos pela egualdade de nomes, circumstancia facil de occorrer, em um meio pouco escrupuloso, na indagação da verdade historica, e isso provavelmente deu logar ao facto que impugno, como não provado de modo indiscutivel. Cabe-me declarar, pois, que a questão subsiste de pé: o erudito Dr. Mello Moraes, pae, affirmou que José Joaquim da Rocha, era natural de Minas-Geraes; eu contesto e continúo a reverenciar a memoria do artista, como filho da Bahia. Nutrirei essa convicção até que documento serio e irrespondivel venha provar o contrario. E então, piamente, acatarei a irrefutavel sancção da verdade historica.

Cidade do Salvador, Novembro de 1908.

Manoel Querino.

Bahia e Espirito-Santo

USTENTEI na *Memoria Historica* apresentada ao «Instituto Geographico e Historico da Bahia» em 3 de Maio de 1906, que os limites meridionaes do Estado da Bahia eram pelo *rio Doce* e não riacho Doce, como erradamente se pensava, e que todo o territorio de que se acha indevidamente empossado o Estado do Espirito-Santo até aquelle citado rio Doce, na sua margem septentrional, é territorio bahiano, como parte que sempre foi da Capitania, depois comarca de Porto-Seguro.

Os documentos que compulsei em Lisbôa não me deixaram duvidas a respeito desta importante questão. Trago hoje novas e importantes provas em apoio deste asserto, e são as seguintes:

Tendo as Côrtes de Portugal, após a celebre revolução de 1820, promulgado um decreto pelo qual deviam ser convocados os delegados de todas as parochias, afim de ser por esta junta eleitoral escolhida a Junta provisoria do governo da Bahia, reuniram-se estes delegados na Camara desta capital em 1.° de Fevereiro de 1822.

Lavrou-se um auto de installação da junta, que existe felizmente no livro de *Posse e Juramentos* (Archivo da Camara Municipal, 1820 a 1829), o qual accusa a assignatura e comparecimento de 264 eleitores.

Foi esta junta eleitoral que escolheu para governar

a Bahia Francisco Vicente Vianna, presidente, e Francisco Carneiro de Campos, secretario e mais 3 membros.

Pois, como de direito, figura entre as parochias da Bahia a freguezia da Villa de S. Matheos, que lá está representada pelo seu vigario, Joaquim José de Azevedo.

Na descripção que do estado da Capitania da Bahia faz em 1801 o seu governo, se lê o seguinte sobre Porto-Seguro.

« A comarca de Porto-Seguro tem poucas villas notaveis e apenas merecem alguma attenção as de Caravellas e *S. Matheos*, que ficam muito ao sul da cabeça da comarca.

« Qualquer dellas pouco mais tem de 2 mil habitantes. O seu commercio é fraco por falta de braços e pela perseguição que soffrem os póvos *da mesma Villa de Porto-Seguro até os Campos de Goytacazes* pelas invasões do gentio barbaro e anthropophago.

« O Ouvidor interino da comarca se lembra com preferencia da Villa de S. Matheos para residencia de um Juiz de Fóra, porém o que parece mais indispensavel he que S. A. Real ordene que o ouvidor nomeado para aquella comarca, que he Francisco Carneiro de Campos, actualmente empregado nesta cidade no exercicio da cadeira de Filosofia, se recolha em termo breve á sua comarca, tendo-se por vago o logar, quando assim não cumpra, para ser provido em pessoa que bem o vá servir e se evitarem os graves inconvenientes que aquelles Póvos ha tantos annos teem soffrido por falta de um ministro que lhes administre justiça, e deliberar-se depois com mais conhecimento de causa sobre a criação de hum Juiz de Fóra para alguma villa desta comarca.»

O officio tem a data de 8 de Outubro de 1801, é dirigido ao Conde de Aguiar, ministro do principe

regente D. João, e está assignado por Frei José, Arcebispo, Antonio Luiz Pereira da Cunha e João Baptista Vieira Godinho.

Outro documento de importancia é o seguinte :

Illm. e Exm. Sr.

Levo á presença de V. Ex. o *Diario da Viagem* a que por ordem deste Governo procedeo o Desembargador Juiz Conservador das Mattas de Ilhéos, Balthazar da Silva Lisbôa, e os mappas que de passagem fez levantar para melhor intelligencia da *Memoria e Exposição* desta diligencia, podendo segurar a V. Ex., que por officio que recebi do mesmo Desembargador em 6 do presente mez, referindo-se a outro que se dirigira da comarca de Porto-Seguro, as suas providencias se acham executadas em todo o districto daquella mesma comarca, *comprehendida entre o rio Belmonte e o rio Doce*, e que na comarca de Ilhéos nada se tem feito pela inaudita temeridade do ouvidor Domingos Ferreira Maciel, animando-se não só a não auxiliar e promover este objecto, mas ainda mais a oppôr-se, prendendo um official da Conservatoria, que hia em diligencia mandando-lhe tirar a vara e com outros procedimentos de que amargamente se queixa o Desembargador Juiz Conservador, os quaes tenho extranhado, corroborando as primeiras com segundas ordens, porém, nada basta, nem pode ser vergonhoso a um homem que tem o habitual vicio da ebridade, que he publico e notorio.

Sendo do agrado de S. A. Real que se estabeleçam correios por terra e que se façam habitaveis certos logares que se devem povoar para conservação da Estrada e commodidade dos viandantes, será conveniente ser eu autorizado para esse fim e de modo que me seja facul-

tado conferir certas honras e isempções e algumas ajudas de ferramentas, polvora e chumbo.

S. A. Real mandará tudo o que fôr servido.

Bahia, 18 de Janeiro de 1809. Ao Illm. e Exm. Sr. D. Fernando José de Portugal. — *Conde da Ponte.*

Tanto nos mappas dos rendimentos das villas das comarcas da Bahia, como nos dos professores e escolas referentes aos annos de 1795, 1796 e 1797, lê-se na comarca de Porto-Seguro as villas de Santa Cruz, Caravellas, *S. Matheos*, Belmonte, Portalegre, Alcobaça, Prado e Trancoso.

Leia-se ainda o seguinte :

Illm. e Exm. Sr.

O Principe Regente Nosso Senhor foi Servido conceder a Antonio de Araujo de Azevedo, do Conselho de Estado, licença para mandar á sua custa abrir uma estrada do *rio Mucury na costa da comarca de Porto-Seguro*, para o centro da Capitania de Minas-Geraes, com um ramo della dirigido a terra de Pocayós em Minas Novas.

O que participo a V. Ex. para sua intelligencia. Deus Guarde a V. Ex.

Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Maio de 1812. Ao Sr. Conde dos Arcos.— *Conde de Aguiar.*

Senhor.

Diz Domingos Gomes Morim, capitão-mór das ordenanças da villa de S. Matheos, *da Capitania da Bahia,* que a elle supplicante se lhe faz preciso vir a esta Côrte beijar a mão de V. A. Real e juntamente

tratar de certos particulares do interesse de sua casa, e como não o pode fazer sem licença, por isso pede V. A. R. seja servido conceder-lha por tempo de um anno. — E. R. Mcê.

Este requerimento e o officio do Marquez de Aguiar ao Conde dos Arcos, para que informasse, trazem a data de 1814.

Em 1813 o conde das Galvêas ordena ao Conde dos Arcos que informe o requerimento de Bernardino Gonçalves da Rocha, cirurgião ajudante da Legião de caçadores, em que pede o mandem vaccinar os povos *dessa capitania da comarca de Sergipe del rey até a villa de S. Matheos.*

Senhor.

Esta comarca de Porto-Seguro por, sua prioridade, posição e fertilidade, se torna digna dos Paternaes Auspicios de V. A. Real e pede a Graça de Mandar por Especial Decreto dirigido ao Exm. Governador e Capitão Geral *da Bahia isentar esta comarca* temporariamente de todo e qualquer recrutamento para as tropas de Linha. *S. Matheos*, 24 de Fevereiro de 1812. O Ouvidor de Porto-Seguro.—*José Marcellino da Cunha.*

Relativamente a questões de jurisdicção e finanças tem relevo o que se verifica dos papeis abaixo.

Sr. Desembargador Ouvidor Geral.

Recebemos a carta que junta a esta enviamos a Vmc. e fazendo convocar as pessoas da governança e com a presença dellas lhe declaramos o contheudo nella, foram todos de uniforme voto que como na correição passada que Vmc. fez a esta villa todos protestavam a

Vmc. que estavam pagando para as casas da Camera desta mesma villa, e que só sendo em cousa tenue poderiam cooperar para a factura das (ha um espaço illegivel) capital com vinte mil réis unicamente, sem contribuirem mais em tempo algum com mais ajuda, e pois vai em seis annos (outro espaço illegivel á margem do papel) em cada um delles pagão vinte mil réis de finta para a factura desta casa, que lhes parecião tão cedo não se veriam desonerados da referida finta e quasi todos pagando fôro das terras do patrimonio do Conselho e outros tributos que Vmc. deixou em posturas e com licença do vigario pelo não haver ao lado e para reparação da Igreja que quasi está vindo abaixo como tambem (ha outro espaço illegivel). E assim que não podião contribuir senão com os vinte mil réis, para o que todos se assignão nesta. Em Camera, 18 de Março de 1770. *S. Matheos. Adam Rodrigues de Souza, Francisco da Costa Soares* (seguindo-se outras assignaturas).

O que explica o que acima lê-se é o officio junto.

«Pela Meza do Desembargo do Paço da cidade da Bahia me manda Sua Magestade fazer arbitramento por Carta de 5 de Dezembro da quantidade de dinheiro com que cada huma das villas desta capitania pode contribuir para a obra das Cadeias e Casa da Camera desta capital de Porto-Seguro e que sobre ella (espaço illegivel) por escripto as camaras dellas para o que o faço na forma seguinte:

Pagará esta de Porto-Seguro, além (espaço illegivel) com alguns carretos cento e quarenta mil réis.

A de Belmonte, sessenta e cinco mil réis.
Villa Verde, trinta e cinco mil réis.
Trancoso, quarenta e cinco mil réis.
Prado, cincoenta mil réis.

Caravellas, cento e vinte mil réis.
Villa Viçosa, quarenta e cinco mil réis.
Porto-Alegre, trinta mil réis.
S. Matheus, setenta mil réis.

Somma a finta seiscentos mil réis, advertindo que para ficar mais suave se ha de pagar em dois annos, metade em hum, metade em outro, e que supposto este dinheiro não chegue para as obras, com tudo pelo tempo adiante cesse, o deva hir levantando pelos rendimentos do Concelho desta capital e nalguma parte mais que admitta demora.

E á vista deste arbitramento Vmc.ce logo reunão as pessoas da governança e lhes leam esta carta fazendo-as porém responder por escripto e este bem regulado.

Porto-Seguro, 12 de Fevereiro de 1770. — *José Xavier Machado Monteiro.*»

*
* *

O Doutor Coitinho, commissionado pelo governo do Espirito-Santo referiu-se a um accordo, que acreditava haver sido celebrado pelos donatarios de Porto-Seguro e Espirito-Santo.

Já em outro logar, na Memoria que apresentei ao *Instituto* em 1906, me referi a isto.

Parece que houve engano na informação do facto a que allude o governo do Espirito-Santo. Mesmo que tal accordo tivesse existido, todo o valor teria perdido sem a approvação regia e não a teve, ou foi ella abrogada, desde que o rei, senhor das duas capitanias, estabeleceu n'ellas as autoridades que entendeu e dividiu o territorio como quiz.

Tal accordo, si existiu, foi insubsistente desde 1580 quando as aldeias de indios domesticados de Santo André e S. Matheus eram classificados, segundo todos os historiadores e documentos, na Capitania de Porto-Seguro.

Referiu-se ainda o commissario do Espirito-Santo a um Bando do governador Madaio, o que tambem só pode provar contra a jurisdicção que normalmente as autoridades do Espirito-Santo não exerciam, nem podiam exercer ao norte do rio Doce. Documentos, porém, existentes no *Archivo Publico* revelam que em algumas circumstancias as autoridades de uma comarca exerciam jurisdicção em territorio de outras, por abuso ou ignorancia, nos tempos coloniaes, principalmente quando se tratava de zonas extensas, pouco povoadas e de capturar criminosos.

Ainda ha pouco tempo encontrei um documento d'esta ordem, pelo que não se pode entender pelo Bando de Madaio que o territorio ao norte do rio Doce pertence ao Espirito-Santo.

Os documentos e provas do mais rigoroso valor historico provam que a occupação do municipio de S. Matheus pelo Estado do Espirito-Santo é uma usurpação e um abuso, que não deve ser por mais tempo tolerado.

Possue ainda o Archivo dois documentos do mais subido valor, um dos quaes é a prova de que os correios da Bahia sempre transitaram de Caravellas, passando por S. Matheus e por uma estrada que d'ahi fôra aberta para o limite da capitania de Porto-Seguro, na margem septentrional do rio Doce; e o outro é um officio que trata da descoberta de minas de ouro nas proximidades da lagôa *Japaranan, no districto de S. Matheus, da Capitania de Porto-Seguro, na margem de cima do rio Doce, que faz parte do territorio da Bahia.* A precisão dos termos

e o rigor dos detalhes não estabelecem discussão sobre o facto.

Estes documentos serão publicados na integra em occasião opportuna.

Faltavam os autos da creação da villa de S. Matheus.

Felizmente o Sr. Plinio, empregado do Archivo, já encontrou parte destes preciosos papeis, e cadernos outros do mesmo documento, de que faltam ainda algumas paginas para ficar completo.

O que, porém, temos em mãos não deixa mais a menor duvida sobre a questão essencial, de modo que não ha Juiz, como já eu dizia em 1906, que seja capaz de negar o direito da Bahia sobre o territorio de S. Matheus, povoado e desbravado por bahianos, onde o principal estabelecimento e séde do municipio, a villa de S. Matheus, foi fundada pelo Ouvidor da Comarca de Porto-Seguro, Thomé Couceiro de Abreu.

A Bahia pode e deve integralizar o seu territorio, pois, indigno de respeito é toda e qualquer entidade que não procura defender o que legitimamente sempre fez parte do seu patrimonio.

Bahia, 1908.

Dr. Braz do Amaral.

A BAHIA DE HA 66 ANNOS

(REMINISCENCIAS DE UM CONTEMPORANEO)

Não é facil tarefa recordar factos, usos e costumes de uma época já bastante afastada, e comparal-os com os da actualidade. A memoria é fallivel, e no quadro que tentarei desenhar da vida commercial, economica e social desta cidade, ha mais de meio seculo, em confronto com a de hoje, ao qual o progresso inevitavel da civilisação imprimiu alterações e contrastes que lhe mudaram completamente o aspecto, faltarão, naturalmente, alguns retoques e feições que a vista retrospectiva atravez de um passado, que já vae longe, não poude descortinar na bruma que envolve os acontecimentos remotos.

Aos velhos de hoje pouco, ou mesmo nada, pode interessar a perspectiva longinqua de uma sociedade já morta. Esses assistiram, no todo ou em parte, á evolução lenta, que nos trouxe, sem abalos nem intermittencias, os progressos de que agora estamos de posse.

E' ás gerações novas, que entraram no goso desses progressos lentamente adquiridos, que eu me aventuro a esboçar, ainda que pallidamente, o transumpto da vida pratica dos seus antepassados, nas luctas pela existencia, em um meio social totalmente diverso do de hoje.

Inhabil chronista, embora, tentarei, todavia, satis-

fazer, como puder, as reiteradas solicitações de um dos principaes directores do *Jornal de Noticias*.

*
* *

O aspecto exterior da cidade da montanha, vista do mar, ha sessenta e alguns annos, era mais ou menos como hoje, pela belleza de perspectiva, a admiração e o encanto do forasteiro, que a visitava; no interior, porém, era certa a desillusão do visitante. Viam-se ainda predios em ruinas, incendiados por occasião da recente revolução da *Sabinada*; ruas estreitas, escurecidas, na cidade baixa, por altos edificios, alguns dos quaes ainda tinham nos andares superiores largas varandas, cercadas de rotulas de madeira e bastante espaçosas para permittirem a armação de rêdes para descanço, de dia, e para dormir, nas noites calmosas, e tambem para terem no devido recato, contra as vistas indiscretas, o elemento feminino da familia.

As ruas eram calçadas em planos inclinados convergentes para o centro, por onde corriam as aguas pluviaes, cahindo as das telhas sobre os passeios e os transeuntes.

O bairro commercial era mais circumscripto do que hoje: faltavam a rua das Princezas e praça do Ouro, cujos locaes eram occupados pelo mar, que dava accesso aos barcos que iam descarregar nos trapiches proximos. As lojas eram de aspecto pouco attrahente, sem decorações vistosas, salvo algumas poucas de modas, ou de capellista, como então se dizia, e que tinham em taboletas, pintados sobre as portas, bustos de mulheres com chapéos (chapellinhas se dizia) enfeitados de fitas, flores, etc.; as de fazendas tinham por amostra ás portas, sobre bancos toscos, peças de aniagem, rôlos de algodão grosso chamado da fabrica e rôlos de baêta de côres; as

de miudezas tinham por distinctivo, na hombreira das portas, uma flecha, de onde pendiam um lapis de páo, outro de pedra, um mólho de pennas de ganso, e um par de suspensorios, ou vulgarmente *alças;* as tendas de barbeiro, servidas geralmente por africanos, tinham pendurados á porta, uma bacia de latão, com uma cava na margem para se adaptar ao pescoço do freguez, e um frasquinho com algumas sanguesugas. O trabalho destes mestres barbeiros era barato: um córte de cabello, quatro vintens; barbear, outro tanto; applicação de sanguesugas, a meia pataca (hoje cada uma custa mais do que o preço de duas gallinhas); sangrias, que eram privilegio delles, quatro patacas. A barba não lhes dava grandes lucros, porque os cidadãos geralmente escanhoavam-se a si proprios, em casa, uma ou duas vezes por semana.

O commercio de importação de fazendas por grosso era quasi exclusivamente inglez: rarissimas eram as casas suissas ou francezas. Os allemães só vieram em 1850, quando começou a navegação regular pelos vapores transatlanticos.

O lojista ia aos escriptorios escolher as mercadorias que desejava. O inglez ia aos sabbados visitar as lojas dos seus devedores, e estes, consultando a gaveta, davam-lhe por conta o que podiam, ou emprazavam-n'o para o sabbado seguinte.

O inglez trazia, de ordinario, comsigo um saquitel para as moedas de ouro e patacões, que ainda não tinham nesse tempo emigrado, ninguem sabe para onde. Verdade é que não havia bancos, a não ser a caixa filial do *Banco do Brazil.* As caixas e bancos vieram pouco depois, aos pares, e trouxeram-nos, por fim, felicidade que sabemos...

O lojista vivia sobriamente, sem luxo nem osten-

tação. No seu trabalho vestia jaqueta de brim pardo ou de riscadinho, que lhe dava pela cintura; calça tambem de brim pardo ou de ganga amarella da India, e de alçapão na frente. A braguilha, invenção franceza, ainda não era de uso geral; gravata, só nos dias de festa, ou em actos solemnes.

A gravata era um covado e terça de seda, ou sarja preta, dobrada em diagonal, com uns quatro dedos de largura; dava duas voltas á roda do pescoço, fazendo-se o laço na frente; chegava até ás orelhas, occultando o collarinho, ou deixando ver apenas a ponta, e difficultando, ás vezes, o movimento da cabeça para os lados. Só algum ricaço vestia sobrecasaca de côr e chapéo alto. A casaca preta era só para enterros e casamentos.

Os caixeiros vestiam singelamente, como os patrões, e só com especial permissão, em dias festivos, punham gravata e collete; aos novatos não era permittido usar de *pimpão* de cabello comprido na frente, *gafurina*, como diziam os patrões; o cabello era aparado rente, para não parecer indicio de chança ou vaidade.

Bigode! isso era um grave attentado á decencia e até á moral; ninguem se lembrava de deixar crescer taes appendices pelludos por baixo do nariz; isso era só para marinheiros e soldados. As suissas eram permittidas: ou em costelleta, ou unidos os dois lados por baixo do queixo, *passa-piolho*, como lhe chamavam.

Essa disciplina tutelar, que os patrões exerciam sobre os caixeiros, não se limitava ao physico somente, mas tambem á moral e á religião; habitavam com elles, faziam parte de sua familia, si a tinham, ou a constituiam; eram fiscalisados os seus actos para prevenir que os pervertessem as más companhias; iam cedo ouvir missa, nos domingos e dias santos, na extincta capella de Santa Barbara, e pela quaresma iam á *desobriga*

alli, onde officiava o padre João, que era surdo, ou a S. Francisco, trazendo como documento o competente bilhete de confissão, que custava cinco tostões, quando lh'o não davam gratis os confessores.

Nos dias santificados, ou de grande gala, fechavam-se as lojas ás 2 horas, e os caixeiros jantavam com o patrão; e sómente, a cada um por sua vez, era permittido á tarde um passeio, com a condição de estar em casa á hora do recolher, sob pena de ser despedido o infractor.

Outra concessão, mas esta especial, e só permittida aos caixeiros mais graduados, era irem ao theatro, á *casa da opera*, como então se dizia. Mas isto era excepcional, e os patrões mais austeros tinham o theatro na conta de um logar de perdição para a mocidade.

Era geral nesse tempo o uso do rapé, e raro o negociante que não tomasse a sua pitada, com maior ou menor estrondo nasal.

Os narizes dessa época, e da anterior e subsequentes, fizeram a fortuna de mais de uma geração de Meurons e Paulos Cordeiros. Era um vicio tão barato como pouco asseiado. Só havia luxo nas bocetas, que, de chumbo, estanho, buxo, tartaruga, passaram a ser de prata, ouro, e até de ouro cravejadas de brilhantes, para os ricos. Muitas matronas de boa sociedade fungavam tambem a sua pitada de rapé, simonte ou pó; mas em reserva, de portas a dentro, em familia, para que não fosse visto em publico o pingo pendente do nariz.

Aos caixeiros não era defeso o uso do rapé; porém fumar!... isso era tambem, como o bigode, um grave attentado á decencia e á moral, só permittido aos marinheiros e aos soldados!

A peor de todas as informações que se podiam dar de um caixeiro era dizer, em voz baixa e ao ouvido

como synthese de todos os seus defeitos: *e dizem que até fuma!...* E estava perdido no conceito geral o delinquente de tão horrendo vicio.

O caixeiro mais velho, quasi sempre aspirante a socio, e não raro a genro do patrão, fiscalisava o procedimento de seus subalternos, que venciam salarios insignificantes, sendo o delle no maximo, quatrocentos mil réis por anno, o que já era um invejavel ordenado.

Alguns patrões, mais orthodoxos e rigoristas, não permittiam aos seus caixeiros a leitura indifferente de quaesquer livros. Tinham em grande aversão as doutrinas perniciosas dos jacobinos e dos pedreiros-livres, assim como as novellas de moralidade duvidosa, traduzidas do francez. Podiam ler, entretanto, sem perigo de se perverterem, a *Cartilha do padre Ignacio*, o *Carlos Magno*, a *Princeza Magalona*, a *Donzella Theodora*, o *Lunario Perpetuo* e outros livros, egualmente instructivos e innocentes.

Um lojista conheci eu, quasi analphabeto, que, surprehendendo uma noite o seu caixeiro a ler o *Manual Encyclopedico*, arrancou-o das suas mãos, dizendo que não queria em casa ninguem mais sabio do que elle.

Depois da hora do recolher, o aspecto da cidade baixa era triste e soturno; era illuminada (é um modo de dizer) por lampeões com azeite de baleia, que eram apagados ao menor reflexo da lua; reinava um silencio tumular, só interrompido pelos pios agourentos das corujas, que transitavam das torres do Collegio para as mangueiras, que existiam na encosta da montanha, e pelas declamações delirantes dos loucos, que a Misericordia engaiolava em cubiculos, por baixo do terraço do seu hospital.

Os lojistas habitavam, em geral, os andares superiores das casas em que tinham o seu negocio, ou em

alguma nas proximidades. Quando algum mudava a sua residencia para a cidade alta, era arguido de querer figurar de fidalgo ou aristocrata.

Além dos caixeiros, o lojista hospedava tambem com elles os seus freguezes do interior da provincia e das de Piauhy e de Minas, que vinham a compras; não havia hospedarias ou estalagens; quanto a hoteis, havia ao todo um, o *Figueiredo*, no largo do Theatro, e quasi só procurado por viajantes extrangeiros.

Não era raro ver nas ruas do commercio grupos de matutos trajando jaquetão e chapéo de couro, caminhando a um de fundo nos calcanhares uns dos outros.

Os mineiros traziam o precioso ouro em pó, que era joeirado sobre os balcões e depurado das particulas de ferro por meio de um iman.

Botequins, ou cafés, como hoje se diz, havia dois apenas, o da Fonte do Pereira e do Avintes, onde os caixeiros, antes de abrir as lojas, iam tomar a sua chicara de café com leite e uma fatia de *pão-de-lot*, ou um *pancake* (panqueque lhe chamavam), tudo por cem réis. Casas de pasto, hoje *restaurants*, muito poucas, sendo a mais procurada a do insigne cosinheiro João de Deus, onde iam os inglezes fazer o seu *lunch*.

*
* *

No bairro commercial tão raros eram os incendios quanto eram raras as companhias de seguros; com a multiplicação destas cresceram tambem os sinistros por fogo; na verdade, o fogo é um grande purificador, e já Hippocrates tinha dito, ha mais de dois mil annos, que as mazellas, que o fogo e o ferro não curarem, são incuraveis.

Fallencias eram rarissimas no commercio; presidia a todos os negocios a antiga boa fé; palavra dada era honra empenhada, e firma assignada era a consciencia ligada ao cumprimento do dever. E, a este proposito, lembro-me de um caso, que ao tempo, deu muito que falar:

Um negociante, achando-se em más condições financeiras, chamou os credores e entregou-lhes tudo quanto possuia, obtendo o quite dos seus debitos, ficando sem real; alguns amigos arranjaram-lhe um pequeno sortimento de mercadorias, proprias para o commercio da Africa, e o fallido para lá foi negociar. Alguns annos depois voltou com uma modesta fortuna; pagou aos amigos e convocou os seus antigos credores. Estes admirados, perguntaram-lhe o que queria:

— O que eu quero, respondeu elle, é pagar-lhes o que lhes devo.

— Mas, o senhor não nos deve nada; não lhe demos quitação?

— Não lhes devo nada perante a lei civil; mas, perante a lei de minha consciencia, sou devedor e quero pagar.

Deante da sua insistencia, os credores viram-se obrigados a acceitar as quotas que completavam os antigos debitos.

Ora, imagine-se a possibilidade de apparecer hoje um fallido como este, e digam, deante das praxes modernas, aperfeiçoadas, como seria elle qualificado? Não apparece, de certo; a raça de homens dessa tempera extinguiu-se com elle.

Contribuiu, em grande parte, para attenuar a tristeza, a monotonia e o silencio habitual da cidade baixa, durante a noite, o gosto que se desenvolveu pela musica. Fundou-se uma philarmonica de orchestra, sob a habil

direcção de um notavel maestro portuguez, Moura, que conseguiu, em pouco tempo, reunir mais de quarenta figuras, sem contar os socios não concertantes.

Occupava o segundo andar do predio em que funcciona hoje o hotel *Alliança*. Os membros desta associação eram quasi todos negociantes ou empregados de graduação, alguns dos quaes já eram amadores, e ella prosperou de tal modo, que nas noites de ensaio geral, ou de festa, enchia-se de povo a praça do Commercio, onde affluiam muitas familias da cidade alta. Floresceu por alguns annos e extinguiu-se afinal, por ter sido affectado de cegueira o mestre, e não disporem de eguaes talentos e de rigor de disciplina os que lhe succederam no cargo.

Aportou tambem aqui uma companhia lyrica italiana, que funccionou no theatro de S. João. Era uma grande novidade para a Bahia, e na primeira recita, com a *Lucrecia Borgia*, si bem me lembro, houve uma enchente completa.

A opera foi bem cantada, mas ouvida em silencio, com raros applausos dos conhecedores da arte. Sahindo os espectadores em grupos pelas ruas, ouviam-se commentarios pouco favoraveis á companhia. Os mais descontentes diziam: — não volto mais cá; não entendi uma só palavra do que elles disseram.

E pensando muitos outros do mesmo modo, a concurrencia foi diminuindo, a ponto de ser preciso que um tal Ronzi traduzisse os librettos com o italiano de um lado e portuguez do outro: vendiam-se os folhetos á porta, e em tal quantidade que, durante a representação, a platéa tinha o aspecto de uma escola primaria, de sorte que os olhos suppriam os ouvidos; mas, em pouco tempo, apurou-se o gosto, educou-se o espectador, crearam-se partidos e a companhia prosperou por alguns annos,

sendo, com certeza, uma das melhores que se tem ouvido naquelle theatro.

*
* *

O entrudo era o que pode haver de brutal, abominavel e insensato. Principiava este intitulado divertimento de oito dias antes da terça-feira gorda, em que terminava. Ninguem se arriscava a sahir á rua sinão pela força da necessidade ou do dever; era forçoso que os transeuntes se munissem de chapéos de chuva, para evitarem ser alagados pela agua, nem sempre limpa que por toda a parte se despejava das janellas, o que nem sempre conseguiam. Nos ultimos dias enchiam-se gamellas de agua em algumas ruas, para mergulhar o infeliz que ousasse por alli passar; fosse elle quem fosse, era agarrado para aquelle banho intempestivo.

Os proprios africanos entravam na folia, e pintavam-se uns aos outros com tintas brancas, vermelhas e verdes, transformando-se em grotescas e horrendas figuras. Todos os annos havia conflictos; assaltavam-se e escalavam-se as janellas pelos quintaes das familias que fechavam as portas. Os visinhos atiravam uns aos outros laranjinhas de cêra, cheias de agua perfumada, que as pretas, com taboleiros á cabeça, apregoavam pelas ruas, para quem quizesse, gritavam ellas, *entrudar o seu amor.*

Uma vez um morador da rua dos Droguistas quiz da janella despejar um pote de agua sobre um preto, que passava; o pote escapou-lhe das mãos e matou o pobre preto. A pena que teve aquelle individuo foi pagar o valor do escravo ao senhor, e ficou tudo em paz. Era divertimento!

Com tal perturbação no movimento habitual da

cidade, suspirava-se pela quarta-feira de cinza, como um dia de redempção.

Por occasião da epidemia do cholera foi prohibido o entrudo, que, desde então, foi decahindo até se sumir nas paginas que a historia reserva ás loucuras humanas.

*
* *

Das bebidas alcoolicas, que se usavam naquelle tempo, as mais communs eram o vinho, a aguardente do reino e a genebra, para as classes superior e média; as inferiores preferiam a cachaça, principalmente os negros africanos. Cerveja quasi que só os inglezes a usavam habitualmente, assim como a aguardente de França (*brandy*), hoje Cognac. Muitas das variedades do alcool, que arruinam a saude e a bolsa das gerações novas, ainda não tinham sido inventadas pelos industriaes da alchimia distillatoria moderna.

A alimentação era frugal e barata. Si não havia grandes fortunas, como ha hoje, tambem as despezas eram moderadas. Quem possuisse cem contos de réis era já um ricaço. As fortunas eram mais solidas, não sujeitas a rapidas oscillações de cambio, e dos titulos de companhias e de bancos, e ás aventuras do jogo da bolsa. Os mais cautelosos guardavam o ouro nas burras, temendo confial-o a administrações alheias.

Uma familia até dez pessoas não gastava no passadio diario mais de dois mil réis, ou sete patacas. A carne fresca não custava mais de meia a uma pataca a libra, no maximo, e o mesmo a libra de manteiga ingleza de barril; um queijo flamengo duas patacas, e tudo o mais á proporção. A pipa de vinho commum Lisboa custava cem mil réis, ou cento e vinte, ou 160 a 200 réis a garrafa; e era vinho antes de apparecer o *Oidium*

tuckeri e a *philoxera;* hoje não se sabe bem o que se bebe com o nome de vinho, mas bebe-se, que é o que importa aos industriaes que fornecem.

*
* *

A locomoção, quer em terra quer no porto, era feita exclusivamente por pretos africanos. Pelas ruas do bairro do commercio viam-se fileiras de pretos carregando saccos de cobre á cabeça. Eram elles que moviam tudo: caixas, fardos, pipas, barricas, moveis, materiaes de construcção. Alguns até levavam ás cavalleiras os *senhores moços* á escola, para não maguarem os pés nas calçadas.

Os grandes volumes pesados iam, a pau e corda, carregados aos hombros, com acompanhamento de uma ruidosa cantarola monotona, e com um rythmo que lhe servia para acertar o passo.

Andavam no trabalho semi-nús, vestindo apenas um calção curto de algodão grosso, ou de aniagem, ou simplesmente uma tanga, e com a cutis reluzente de suor.

Mais tarde a policia obrigou-os a vestir alguma cousa parecida com uma camisola, ou blusa de algodão grosso. Para uma pipa, ou uma caixa de assucar, eram precisos oito ou dez carregadores. Em alguns delles viam-se nos hombros grandes inchaços callosos, como os do cachaço de bois de carga, produzidos pela pressão dos varaes.

Uma pipa que fosse para inauguração de venda nova, na cidade alta, era enfeitada de folhas de pitangueira e de flores.

Os escravos eram geralmente maltratados pelos senhores. Os que não tinham occupação no serviço domestico eram *ganhadores*, isto é, pagavam por dia de trabalho uma pataca, ou mais, conforme as suas apti-

dões. Não trazendo á noite a pataca, ou seis patacas no sabbado, havia em casa uma sessão de palmatoadas com um final de chicote. Na rua ouviam-se as lamentações e gritos dos suppliciados; mas isto, por habitual, não causava extranheza a ninguem. (*)

Abstenho-me de mencionar aqui os barbaros castigos do *tronco*, na cidade, e do *carro* e *vira-mundo*, nos engenhos e fazendas, com que eram cruelmente punidos os escravos, poupando a mim o desgosto de referir, e ao leitor moderno a repugnancia de conhecer os horrores da escravidão, que tão profundamente aviltou o trabalho, corrompeu os costumes e a moral nas familias, e até a propria linguagem, deixando na nossa historia uma nodoa negra que jamais apagarão a esponja do tempo e a rehabilitação social no presente seculo e nos que se lhe seguirem. Afastemos da nossa vista esse quadro sombrio de iniquidades, de miserias, e de crimes de lesa-humanidade.

A vehiculação publica era feita em cadeiras de aluguel, aos hombros de africanos. Não havia em terra outro modo de transporte de passageiros. Por occasião de casamentos ricos, os noivos iam para sua casa em cadeiras de cortinas de côr, fartamente douradas; e os carregadores vestiam fardetas de côr, com galões, e chapéos de oleado. O prestito era, ás vezes, composto de dezenas de cadeiras, conduzindo os convidados. Nas festas da Boa Viagem e do Bomfim não havia outro meio de locomoção por terra. Raros particulares tinham carros seus, e de aluguel não havia nenhum.

(*) Os africanos ganhadores reuniam-se em determinados pontos, constituindo os *cantos de pretos*, sob o mando de um chefe, que era o *capitão do canto*.

NOTA DA REDACÇÃO.

As senhôras bahianas não transitavam pela cidade baixa, a não ser em cadeira, e para embarcar; só extrangeiras, desembarcadas dos paquetes inglezes á vela, que faziam viagens rapidas mensaes, eram vistas nas ruas, e os caixeiros, ás vezes, saltavam o balcão, para verem da porta essas raridades. Até para uma visita na mesma rua, ou na visinhança, iam em cadeira, e as mais recatadas uniam as cortinas, ou pregavam-n'as por dentro, com alfinetes, para não serem vistas.

*
* *

A sociedade civil dessa época offerecia tambem notaveis differenças e contrastes, comparada com a de hoje. As familias, particularmente as da classe média, viviam concentradas nos seus lares, com poucas relações, além das de parentes proximos. Tambem os divertimentos publicos eram raros; além do theatro de S. João, e de alguns theatrinhos particulares, onde os rapazes bonitos e imberbes se vestiam de damas, nada mais havia que as attrahisse. O Passeio Publico era tão frequentado como hoje, isto é, quasi sempre deserto. Havia ainda as festas religiosas na cidade e nos suburbios, que eram muito concorridas.

Barra, Itapagipe e Rio Vermelho ainda se resentiam do antigo aspecto de praias de pescadores, apesar de novas edificações, ainda pouco numerosas. A Calçada, que, por signal, não era calçada sinão de Roma ao Bomfim, atravez dos mangues, era o logar preferido para *passar a festa.* Além de pouco mais de meia duzia de sobrados, as casas eram terreas.

Fóra das portas, ao ar livre, assentavam-se, á noite, os moradores, a ouvir modinhas, acompanhadas pelo tradicional violão.

Eram muito de moda as patuscadas, hoje chrismadas *pic-nics*, nas roças, á sombra dos arvoredos, sobre esteiras, estendidas na relva. Nos grandes jantares collectivos viam-se na mesa montanhas de iguarias. Ao *toste*, não ao *champagne*, que ainda não estava em voga, mas com o *Lisboa* e o *Porto* velho, eram saudadas individualmente, sem escapar uma só, as pessoas presentes, e esgotada a lista vinha a dos ausentes.

As saudes mais enthusiastas eram *de virar*, isto é, de beber todo o conteúdo do copo, e obrigatorias, sob pena de offensa ao saudado; dahi resultava que alguns convivas ficavam realmente *virados*.

Nas reuniões de familias, em noites festivas, hoje *soiréés*, cantava-se, jogavam-se prendas e dançava-se.

As danças então mais em voga eram: a *gavota*, de um só par, a dama a segurar a frente do vestido, com dois dedos de cada mão, ao som de uma musica especial, a fazer marchas e contra-marchas, no meio da sala, acompanhadas de mesuras, cortezias e uns saltinhos graciosos; o *reel*, ou dança collectiva, de origem escosseza e de bonito effeito; o *solo inglez*, de difficil execução, de passes e saltos, em que só um individuo, adestrado, leve de corpo, e agil de movimentos, podia com applauso exhibir-se; tinha tambem a sua musica privativa.

Vieram por esse tempo as valsas polacas, *polka* e *mazurka*, hoje esquecidas; ainda se fallava em *miudinho* e *minuete*, já pouco usados; vieram tambem as *quadrilhas francezas*, que um professor, chamado Marqueton, ensinava nos collegios e nas salas de dança, ao som de uma rabequinha em miniatura, que elle trazia no bolso interior do casaco. Á toada desse minusculo e magico instrumento, que parecia a de uma cigarra, Marqueton fez pular e revolutear, por alguns annos, toda a mocidade dessa época, e ainda hoje existem

muitas avós e algumas bisavós, que foram discipulas suas.

Apesar da acceitação que tiveram as quadrilhas e valsas francezas, não as viam, a principio, com bons olhos, os mais severos paes de familia.

Que queria dizer, pensavam elles, vir ahi um marmanjo qualquer, um desconhecido, e, sem mais nem menos, levar pelo braço uma moça para o meio da sala, passear com ella, passar-lhe a mão pela cintura e fazel-a andar em um corrupio, até a estafar? Isto é uma indecencia, uma immoralidade!. . . Porém a moda, como sempre, venceu, e esses puritanos tiveram de se conformar com ella: não havia outro remedio.

*
* *

Os figurinos francezes já então dominavam o penteado e o vestuario das senhôras. Aos altos penteados antigos, com enormes pentes de tartaruga rendilhados, de um palmo de altura (*trepa-moleques*) e que excluiam o uso dos chapéos ou toucados, succederam outros mais modestos, de muito menor elevação, que se accommodavam na chapellinha, que estava em uso.

Esta chapellinha, além de uma copa do lado posterior, para accommodar o cabello, tinha na frente um grande arco, ou abobada, em forma de capuz, que excedia e occultava o rosto, de modo que este só de frente podia ser visto; do lado, nem a ponta do nariz apparecia, por avantajado que elle fosse. Estes adornos, com profusão de rendas, fitas e flores, eram feitos aqui, na terra, por artistas especiaes, sobresahindo entre elles um que primava pelo apurado gosto, e que por isso era conhecido por *João das chapellinhas.*

Eram estas chapellinhas que figuravam nos bustos de mulheres, pintados nas taboletas, sobre as portas das lojas de capellistas.

Sêdas, velludos, fitas, cambraias, rendas e mão de obra, pelo seu modico preço, estavam ao alcance das mais modestas fortunas. Não falando nas joias, uma senhôra, ou uma noiva, podia preparar-se, com gosto e elegancia, com 60 a 100 mil réis.

Os vestidos eram de grande roda, sobre anaguas engommadas, farfalhantes, com pregas na cintura e mangas compridas e estreitas. Estes vestidos não se accommodavam bem nas cadeirinhas, e projectavam-se, em fórma de azas, por entre as cortinas. (*)

Os elegantes desse tempo, *petit-maitres*, como os chamavam, vestiam casaca de panno azul, ou verde, com botões dourados, collete branco ou de côr, com bordados ; camisa com folhos na frente ; chapéo alto de castor ; calça branca, ou de côr clara, com *puxadeiras*, ou polainas. A puxadeira era uma tira do mesmo panno da calça ou de couro, que, presa por botões, passava de um lado para o outro, por baixo do calçado. A polaina era um prolongamento da perna da calça, que deixava de fóra somente o tacão e a ponta do botim. No vestir a calça, este entrava primeiro, e, no despir, sahia com ella, puxados ambos por braços vigorosos. Durou pouco esta moda franceza, por incommoda que era, e nunca mais voltou, nem voltará.

O calçado das senhôras eram sapatos, com ou sem fivellas, e fitas para os fixar á perna. O dos homens eram

(*) Usavam tambem as senhôras os celebres *balões*, especie de anagoa, circulada de barbatanas de baleia, e as *caponas*, das beatas, compridas capas de fazenda preta, com uma sobre capa, trazendo na cabeça um lenço branco bordado.

NOTA DA REDACÇÃO.

sapatos de orelha, que custavam oito ou dez patacas, ou botins de cano até meia perna, que custavam cinco ou seis mil réis. Calçado extrangeiro não havia outro sinão tamancos e chinellos de ourelo, importados de Portugal.

Usavam os rapazes o cabello *á nazarena*, comprido, a cahir sobre a gola da casaca, muito penteado e untado de banha de cheiro, ou de perolas e oleo de Macassá; quando o cabello rebelde teimava em cahir para a frente era puxado para traz das orelhas, ou sacudido e afastado, por meneios bruscos da cabeça.

Os empregados publicos mais graduados trajavam, invariavelmente, casaca preta, ou de côr; a jaqueta era para os continuos, serventes ou porteiros.

O funccionalismo era muito limitado em numero: um vigesimo, ou menos talvez do que hoje, e os vencimentos muito diminutos. Raros eram os empregados que venciam um conto de réis por anno; o presidente da provincia tinha quatro contos de subsidio, e o mesmo, si tanto, recebia de congrua o Arcebispo.

A diaria dos deputados provinciaes era de cinco mil réis. O orçamento da receita provincial não chegava, ás vezes, a mil contos, e muito menor ainda era o municipal. Os impostos, além dos aduaneiros, e os da siza, eram muito limitados e modicos, como eram limitadas as despezas publicas. Os *deficits* eram desconhecidos, e a rêde tributaria de arrasto não tinha ainda, como hoje, apertado as suas malhas, a que nada escapa.

*
* *

As inhumações ainda continuavam a ser feitas nas egrejas, apesar da lei que deu a uma empreza particular o privilegio dos enterramentos nos seus cemiterios,

com excepção dos prelados diocesanos, das religiosas professas e das recolhidas. Para os cemiterios só iam os cadaveres dos pobres e dos escravos; os dos ricos e dos irmãos de confrarias iam para os carneiros das egrejas, até que, pela epidemia do cholera, foram definitivamente prohibidos.

Os enterros eram feitos á noite, e á mão; não havia carros funebres nem de acompanhamento. Os convidados precediam e seguiam o feretro, com grandes tochas accesas, guarnecidas de um cartucho de papel, para não se apagarem com o vento. O cadaver era encerrado em um carneiro, dos que a maior parte das egrejas possuiam. Ainda não estavam em uso as missas do 7.° ou 30.° dia, nem tão pouco o supplicio dos abraços aos parentes do morto, depois dos suffragios.

Os funeraes eram muito pouco dispendiosos; pagavam-se o caixão, o consumo da cêra, os officios dos padres e pouco mais. Os dobres dos sinos eram tão prolongados e atroadores, que foi preciso a auctoridade limitar-lhes a duração e o numero, em beneficio dos vivos. Ainda não existia o costume de celebrar um acto de summa tristeza com flores, corôas e capellas mortuarias, que agora se dedicam aos que partem, para consolação dos que ficam.

A medicina daquelles tempos era terrivelmente sanguinaria. Era raro o doente que escapava de ser sangrado, com lanceta ou sanguesugas. Estas eram applicadas ás duzias, e o hospital da Misericordia tinha um funccionario especial para esse fim que ia todos os dias alli satisfazer as indicações dos clinicos, que então eram apenas dois.

A sangria na veia era executada por barbeiros; o medico que se presava não descia a tão baixo mistér; ordenava o numero de onças ou chicaras de sangue, que

devia ser extrahido, e si a sangria tinha ou não de ser *aventada* no dia seguinte, isto é, si levantado o apparelho deveria ser irritada a cesura e repetida a emissão sanguinea.

As senhôras, no seu estado interessante, faziam-se sangrar no pé, ao oitavo mez, para assegurarem um feliz successo.

Reinava ainda na pratica medica a doutrina de Broussais: sangrias, diluentes, debilitantes, depletivos, em opposição á de Brown, seguida por poucos, que recommendava os excitantes, os tonicos, os reconstituintes, os cordiaes, etc.

Parece que ambos os systemas curavam, si é que a madre Natureza não se interpunha aos campos oppostos, em favor dos pacientes, que não morriam todos.

Os medicos mais afamados andavam em cadeirinha, ou a traziam atraz de si, carregada por uma *parelha* de alentados africanos, e, ás vezes, seguida de outra, de promptidão, para o caso de cansar a primeira. Vestiam com elegancia, andavam perfumados, usavam sinetes e *berloques* na cadeia do relogio, e a classica bengala de canna da India com castão dourado, e borlas de retroz preto, pendentes aos lados. Os honorarios mais caros não excediam de quatro patacas em prata, por visita.

A velha rixa secular entre medicos e cirurgiões ministrantes tinha quasi desapparecido, poucos facultativos restavam das velhas escolas cirurgicas, e a recente creação das Faculdades de Medicina tinha uniformisado os gráos academicos.

Dessa medicina espoliativa eu mesmo experimentei os effeitos: um medico muito em voga, formado em Bolonha, na Italia, entendeu mandar-me sangrar e sanguesugar, deixando-me extenuado. Parece que ainda

hoje sinto a falta desse precioso *pabulum vitæ*, que foi sepultado no quintal.

Mais tarde, por occasião da febre amarella, as sangrias ficaram desacreditadas; nesta molestia, doente sangrado era doente morto; as proprias sanguesugas quasi todas morriam, e nas cesuras que deixavam era muito difficil estancar o sangue.

Quando ellas tardavam de mais a largar a presa, os barbeiros chegavam-lhes um fragmento de cebolla e davam-lhes um banho de cinza, onde ellas vomitavam todo o sangue ingerido, e quando não as expremiam entre os dedos. As que escapavam destes dois processos ainda podiam ser de novo applicadas.

Esse despreso ou abandono das sangrias, em absoluto, não parece justificado, no pensar de alguns medicos, que entendem que ellas têm a sua opportunidade em casos de especial indicação, onde não ha outro recurso de mais prompta e equivalente efficacia. Elles, porém, lá se entendem, si é que se entendem; é o caso de dizer com o poeta: *When doctors desagree, who can decide?*

Os barbeiros, além das suas funcções capillares, de sangradores e de bicheiros (de bichas, e não de bichos, como os de hoje), accumulavam as de dentistas, ou, mais propriamente, de anti-dentistas, pois se limitavam a arrancar, com um só instrumento, o formidavel boticão, os dentes dos freguezes, desconhecendo os processos de conservação e de substituição. Alguns tinham um pequeno rosario de dentes (alheios), pendurado á porta, como um attestado da sua pericia em desdentar a humanidade. Dahi o proloquio popular: — a quem doe o dente vá ao barbeiro.

Tambem cultivavam a musica, de orelha, nas horas vagas, e formavam uma charanga, cujas gaitadas rouquenhas e o bombo atroavam os ares, ás portas das

egrejas, nas festas e novenas, e em cujo repertorio entravam, ás vezes, o lundú e algumas chulas populares.

*
* *

As boticas, hoje pharmacias, que é nome grego e mais bonito, eram poucas e modestas.

Ainda não tinha vindo o diluvio de drogas e remedios, para todos e para tudo, que inundam as paginas dos jornaes e enchem as prateleiras e armarios dos pharmaceuticos e os estomagos dos doentes. Pouco ou quasi nada havia que annunciar. O boticario era realmente um pharmacopóla, que manipulava e vendia as suas tizanas, cosimentos, pilulas, unguentos e zaragatóas e não um intermediario entre o industrial e o comprador. Com todo o seu trabalho na officina, ainda lhe restava tempo para, nas horas vagas, jogar o gamão. Eram poucas as especialidades pharmaceuticas em voga por esse tempo, como o *Leroy francez*, o *Rob anti-syphilitico de Laffecteur*, que custava a bagatella de 16$000 a garrafa, e que deixou de curar depois que Dorvault lhe vulgarisou a formula, que tinha para cima de trinta ingredientes vegetaes; as afamadas *Pilulas de Familia*, que vinham do Porto; a celeberrima *Agua de Inglaterra*, vinda de Lisboa, onde já então ninguem se lembrava de que ella tivesse existido, e outros mais preparados e panacéas, que não valem a pena mencionar.

As pharmacopéas em uso eram ainda a ponderosa Tubulense e a Geral, portuguezas, que vigoraram, sem força de lei, até ser decretado que o *Codex Medicamentarius*, francez, fosse o padrão official dos preparados pharmaceuticos officinaes no Brazil. A promettida pharmacopéa brazileira, assim como o codigo civil, ainda estão, a primeira em germen, e o segundo em prolon-

gada gestação, e é possivel que até o fim do presente seculo, o mais tardar, chegue para ambos a hora auspiciosa do bom successo.

*
* *

A cidade alta era habitada pela burguezia, pela nobreza e pelos empregados publicos.

Os negociantes inglezes residiam no bairro da Victoria, não só por ser pittoresco e aprazivel, mas, talvez, porque recordava o nome da sua joven rainha. Vinham a cavallo para os seus escriptorios, e os seus caixeiros *pede calcante.*

A extensa rua não era calçada; era de difficil transito em dias de chuva, que a convertia em um extenso lamaçal.

O Campo Grande, que tinha sido um profundo valle continuo com o que dahi vae á povoação da Barra, fôra recentemente entulhado e nivelado, convertendo-se em um prado coberto de ervas rasteiras e flores silvestres, excavado de regos pelas aguas pluviaes.

A praça da Piedade e a do Terreiro eram tambem prados verdejantes, cobertos de relva, que os quadrupedes soltos tosavam nas horas vagas, com bom appetite.

Na Piedade, lembro-me de ter visto dois viçosos pés de abobora, nascidos em um monticulo de lixo. Não chegavam a dar fructo, por lhes cortarem a seiva e a vida impiedosas pisadas de alimarias famintas.

O Campo da Polvora, celebre pelas execuções da alta justiça de El-Rei, era uma vasta floresta de mamoneiras e de algumas arvores de pequeno porte, no meio das quaes se viam ainda as ruinas da antiga Casa da Polvora, que lhe deu o antigo nome, hoje acertadamente substituido pelo de Campo dos Martyres.

O Campo do Barbalho, que recorda o nome glorioso de um valente cabo de guerra nas luctas contra o dominio hollandez, e que, felizmente, não foi ainda substituido, como se tentou, pelo de uma figura qualquer da actualidade, tinha, talvez, melhor aspecto do que hoje, depois que o municipio, pretendendo, com grande e inutil dispendio, nivelal-o, deixou-o escavado de fossos, que servem de deposito ás aguas pluviaes, e para fornecer barro ás construcções urbanas.

*
* *

O jornalismo pode-se dizer que, comparado com o de hoje era rudimentar, em numero de orgãos de publicidade e em importancia politica ou social. Lembro-me de um diario, *Correio Mercantil,* que publicava os actos officiaes, expedientes das repartições publicas e dava noticias da Europa, com 40 ou 60 dias de atrazo; era mais commercial do que politico. Os annuncios dos assignantes eram gratis até certo numero de linhas. Eram frequentes os annuncios de escravos fugidos. Nas typographias havia, para este fim, *clichés* representando um negro com uma trouxa ás costas.

A's vezes appareciam annuncios extravagantes ou divertidos. Entre estes, lembro-me de um que dizia:

« Fugiu o meu escravo Manuel, que tanta falta me faz », etc. E este outro: « F. de tal vende o resto do seu toucinho. »

Existiam outros pequenos orgãos de publicidade, não quotidianos, e de pouca importancia. De 1845, em deante, appareceram successivamente outros de politica partidaria geral e local, em que as discussões eram frequentemente apaixonadas e violentas.

O progresso da civilisação na época a que me tenho

referido, comparado com o do começo do ultimo seculo, foi devido a um acto que partiu desta capital, — a abertura dos portos do Brazil ao commercio de todas as nações amigas, decretada aqui, em 1808, pelo principe regente, depois D. João VI, a conselho do eminente estadista bahiano José da Silva Lisboa, depois visconde de Cayrú.

O estado da civilisação actual é, em grande parte, devido á outra abertura dos portos, não decretada, mas imposta pela força irresistivel da lei do progresso — a communicação rapida a vapor pelas linhas de transatlanticos, e pouco depois pelos telegraphos, que multiplicaram e estreitaram as nossas relações com os centros cultos do mundo civilisado, por mais de meio seculo. O que será ella daqui a 66 annos, comparada com a de hoje?

Que o diga algum futuro chronista, mais habil do que eu, em 1972, e que, com conhecimento da actualidade, possa chegar até lá.

O que ahi fica escripto é devido a um esforço da memoria, com o proposito de apreciações justas. Lacunas e defeitos não lhe faltarão; corrija-os quem melhor puder e souber, e eu ficarei satisfeito, pois não tive nem tenho outro intuito, sinão os da verdade historica e do juizo criterioso dos factos narrados.

Bahia, 4 de Dezembro de 1906.

Senex.

(Pseudonymo do Dr. José Francisco da Silva Lima.)

Sobre o assumpto, o nosso distincto consocio Dr. José de Oliveira Campos, director da «Bibliotheca Publica», publicou, no *Jornal de Noticias* de 27 de Fevereiro de 1907,

as seguintes considerações e esclarecimentos, sob o pseudonymo de *Juvenis:*

Escrevem-nos:

«Ill.mo Exm.º Sr. redactor do *Jornal de Noticias.* Tive a honra de ler a serie de artigos insertos nesse orgão de publicidade, em que seu illustre e illustrado auctor descreve diversos habitos e costumes da Bahia, ha 66 annos passados; e o trecho relativo á imprensa leva-me a fazer as seguintes considerações, não para emendar ou contestar, mas como um addendo áquelle trabalho:

Diz *Senex* que o jornalismo, comparado com o de hoje, era *rudimentar*, que os annuncios de escravos fugidos eram frequentes.

Não era realmente o jornalismo muito desenvolvido, como tambem não estava tão rudimentar, pois em 1845, além do *Correio Mercantil,* de que fala *Senex,* existiam aqui na capital da Bahia os seguintes orgãos:

A Gazeta Commercial da Bahia e a *Escola Domingueira,* impressas na typographia de Manuel Antonio da Silva Serva, por cima dos arcos de Santa Barbara.

O Guaycurú e a *Sentinella do Theatro*, publicados na typographia de Epiphanio José Pedrosa, á rua do Pão-de-Ló.

O Commercio, impresso na typographia de L. Alves Portella & C., na travessa da rua das Campellas.

O Cabalista, na typographia de Galdino José Bezerra & C., á rua do Saldanha.

De 1840 a 1850 houve nesta cidade da Bahia 74 orgãos de publicidade, cujos nomes poderemos publicar, si formos contestados, ou quem quizer saber pode consultar e verificar no volume 21 da *Revista do Isntituto Historico da Bahia.*

Havia em 1845 8 typographias, 6 casas de encadernação, 4 lojas de livros, entre estas a do Martin, á rua Direita da Misericordia e a de Carlos Poggeti, á rua Nova do Commercio.

Tinha mais esta cidade da Bahia, 27 typographos, 4 distribuidores, 11 impressores, 3 officiaes de estamparia e uma lithographia, de Bento José Rufino Capinam, na ladeira de Santa Theresa, dos que sei os nomes; é possivel que houvesse maior numero de pessoas que se dedicavam ao trabalho da imprensa.

Domingos Guedes Cabral, natural do Rio Grande do Sul, professor primario da cadeira do Rio-Vermelho, redigiu o *Democrata*, que tinha por divisa: « Liberdade ou morte »; depois redigiu o *Guaycurú*, de 1842 a 1859, que tinha a seguinte epigraphe: « Os principios são tudo, os homens pouco »; publicando depois o *Interesse Publico*.

Havia, então, jornaes mui bem redigidos, como o *Mosaico* de Malaquias Alvares dos Santos, onde escreviam Abilio Cesar Borges, João Barbosa e outros; o *Seculo*, em 1848, creado pelo Dr. Japi-Assú e escripto por pessoas de valor.

Ainda eram recebidos muitos periodicos publicados em Lisboa, que tinham aqui os seus agentes, como o *Panorama*, o *Muzêo Pittoresco*, e, entre estes agentes, pode ser lembrado Agostinho Dias Lima, mui conhecido de *Senex*, e que era correspondente da *Revista Lisbonense* e do *Universo Pittoresco*.

Tudo isto prova exhuberantemente que o jornalismo não era naquella época tão rudimentar, quanto se affirmou, e seja-nos permittido accrescentar que havia liberdade de imprensa e muito influia esta na politica, como nos costumes, tendo contribuido ella para o gráo de prosperidade em que estamos.

Factor poderoso do progresso, a imprensa tem agido incessantemente para o seu desenvolvimento; como tem refreiado os agentes do poder publico em seus impetos de arbitrariedade e violencia.

E' conhecida esta interrogativa de Pedro II, quando alguem lhe fallara sobre o *Guaycurú* e sobre Domingos Guedes Cabral: —que não teria feito na Bahia o Andréa, si não existisse o *Guaycurú*?

No entretanto, era este orgão francamente republicano.

Quanto ao facto de serem publicados annuncios sobre escravos fugidos, era natural que assim acontecesse, pois a escravidão, infelizmente, estava em nossas instituições, era legalmente admittida e até havia negociantes que tinham casas commerciaes para tratar deste misero negocio, pagando imposto á Fazenda, como si negociassem muito licitamente.

E, si a imprensa reflecte o gráo de civilisação do povo, era natural que ella publicasse annuncios de escravos fugidos; porém, que força neste paiz mais contribuiu para a extincção do elemento escravo e para sua completa e radical abolição, do que a imprensa?

Concluindo, devemos de novo affirmar que o nosso fim é mostrar que a imprensa, na Bahia, ha 66 annos passados, não estava tão rudimentar e tinha algum desenvolvimento, e que ella assás concorre para o gráo de adeantamento a que temos attingido.

Juvenis.

O illustre funccionario José Teixeira de Barros, sob o pseudonymo de *Cesario Suetonio,* publicou sobre o assumpto no *Jornal de Noticias,* umas *Notas a Margem*, em que disse o seguinte:

Concluindo as suas interessantes reminiscencias

sobre *A Bahia de ha 66 annos*, escreveu o criterioso e ponderado *Senex*: «Lacunas e defeitos não lhe faltarão; corrija-os quem melhor puder e souber...»

A tanto nos não propomos, pois, em um trabalho, todo de memoria e escripto *currente calamo*, é natural uma ou outra omissão, e o illustrado chronista perfeitamente conceituou — *a memoria é fallivel.*

Assim, cingimo-nos a algumas notulas ao texto e só conservamos a contrariedade de não haver *Senex* traçado um esboço da Bahia primitiva, mais uma pagina animada sobre os antecedentes da *A Bahia de ha 66 annos.*»

Depois de algumas annotações, accrescenta:

« Diz Senex:

« Ás vezes, appareciam (no jornalismo) annuncios extravagantes ou divertidos.» Não vem fóra de villa e termo lembrar que, antes do annuncio pelo jornal, havia a profissão de *pregoeiro*, que excellentes serviços prestava ao governo e ao commercio.

Ao som de cornetas e tambores se reuniam os povos, e o commercio enviava o pregoeiro a annunciar (gritar) nas esquinas das ruas a manteiga barata, o pão de quatro e a vella de dois.

Nesta capital, um outro pregoeiro era o sino da camara: ao toque de rebate enchia-se de povo a Praça de Palacio.

Tempo houve em que eram moda os annuncios, em verso. Todos se recordam do bello cometa que, em 1882, e durante muitas noites, foi observado nesta capital, acompanhado da supersticiosa crendice do fim do mundo.

Consultando-se a collecção desse anno do *Jornal de*

Noticias, deparará o leitor, entre outros muitos, um annuncio, que assim concluia:

Quem quizer, pois, noutro mundo
Apresentar-se galante,
Perfumado, bem vestido,
Com o chiquismo do *chibante*,
E' só vir em Santa Barbara,
Na loja do *Barateiro*
Adquirir bons artigos,
Isto com pouco dinheiro.

Naquelles tempos, o espirito religioso era mais entranhado; os paes de familia, ao voltarem das egrejas reproduziam aos filhos, á hora do almoço grande, as predicas dos vigarios nas missas conventuaes. Ás sextas-feiras, resava-se o officio de Nossa Senhora, deante dos oratorios ou nichos, encravados nas paredes exteriores dos predios, terminando pelo *Senhor Deus*.

A rua da Agonia é assim chamada em virtude de um nicho, que havia na esquina do Jogo do Carneiro, consagrado ao Senhor Bom Jesus da Agonia.

Nas segundas-feiras, á meia noite, resava-se officio das Almas no Cruzeiro de S. Francisco. Ainda hoje se fazem estas praticas, nas sextas-feiras, na antiga capella de S. Miguel.

Em Pernambuco, havia a mesma cerimonia religiosa.»

E conclue:

«Stereotypando uma das phases de civilisação da sociedade bahiana, *Senex* deixou de recordar uns tantos homens, que conquistaram uma certa aura popular, e outras tantas usanças hoje quasi decahidas: referimo-nos a um pianista como Amado; a João Bispo, eximio tocador de cornetim (piston); ao alferes João da Veiga

Murici, inexcedivel na viola; ao cançonetista Francisco de Magalhães Cardoso, em inimitaveis modinhas, que elle proprio compunha; aos presepes de fala e de sombra; ás dengosas mulatas e creoulas requebradas, que, antes do Natal, vendiam figuras de barro para presepes, ao som de pandeiros, enfeitados de fitas.

E os ranchos de Reis, com a dansa das fitas, presas ao alto de uma haste de madeira?

Onde estão as faceirices do mulato Milidéas, os bailes pastoris do padre Sant'Anna, do *Chico Canario*, do professor Olympio Deodato Pitanga?

« Aos velhos de hoje pouco, ou mesmo nada, pode interessar a perspectiva longinqua de uma sociedade já morta.»

Não, illustrado *Senex*, já o disseram: *recordar é viver outra vez.*

Pelo menos, errou o padre Pereira, quando inseriu em sua *Artinha*, este exemplo syntactico: *Senectus est morbus.*»

Bahia — Fevereiro — 1907.

Cesario Suetonio.

NOTAS SCIENTIFICAS

O Brazil e sua approximação com os Estados Unidos

Sobre a debatida approximação das duas maiores republicas americanas, publicamos o seguinte interessante subsidio historico, fornecido pelo illustrado investigador Dr. Braz do Amaral, o qual prova não ser nova esta idéa.

Na sessão de 18 de Agosto da Camara dos Deputados do Brazil em 1834, o representante bahiano Dr. Cornelio Ferreira França pediu urgencia para se discutir o seguinte projecto, que apresentou:

Art. 1.º O Brazil e os Estados-Unidos Norte-Americanos serão federados para mutuamente se defenderem contra pretenções externas e se auxiliarem no desenvolvimento da propriedade interna de ambas as nações.

Art. 2.º As duas nações se defenderão com todas as suas forças, determinando-se annualmente para esse fim as necessarias contribuições pecuniarias.

Art. 3.º Cada uma das nações terá representantes na assembléa nacional da outra.

Art. 4.º Os productos de cada uma serão recebidos na outra da mesma maneira que os proprios, isentos de qualquer imposto.

Art. 5.º As duas nações prestar-se-hão mutuo auxilio para que as instituições, misteres e producções de uma se naturalizem na outra.

Art. 6.° Os cidadãos de cada uma das duas nações gosarão na outra de todos os beneficios dos naturaes desta.

Art. 7.° As causas entre os subditos das duas nações serão decididas, ou por conciliação, ou por arbitros nomeados pelas partes, ou por jury composto por jurados com nacionaes dellas em numero egual.

Art. 8.° As duas nações obrigar-se-hão a se ajudarem mutuamente na conservação e perfeição da fórma nacional de governo, em todas as calamidades que se opponham a seu desenvolvimento physico ou moral.

Art. 9.° O governo do Brazil procurará realizar este tratado de alliança que será indefinido.

Art. 10 Este tratado depois de concluido será presente á assembléa geral para ser definitivamente approvado.

Art. 11 São revogadas as disposições em contrario.

Paço da Camara dos Deputados, em 18 de Agosto de 1834. — *Cornelio Ferreira França — Antonio Ferreira França — Ernesto Ferreira França — Antonio Fernandes da Silveira — João Barbosa Cordeiro — João Ribeiro de Vasconcellos Pessoa — José Maria — Ildefonso Jocome da Veiga Pessoa — Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque*, com algumas restricções.

O projecto cahiu logo por depender de acceitação de outra nação, cujas opiniões a assembléa brazileira não conhecia.

A Commissão Austriaca na Bahia

Por uma carta do Dr. Franz Steindachner, Director do Museu de Vienna e chefe da commissão scientifica austriaca, dirigida ao Dr. Secretario da Agricultura da

Bahia em 1907, vê-se que não foram sem resultado as investigações a que procedeu, no interior deste Estado.

A commissão deseccou 900 aves, conservando tambem os respectivos ninhos e ovos; peixes, 200; reptis e amphibios 200 exemplares, de 37 qualidades diversas, entre os quaes dous cascaveis.

Com respeito á sua commissão, diz o Dr. Steindachner:

«Não deixamos passar nenhuma occasião, sem completar, de uma maneira extensa, as nossas collecções e observações, que já tinham começado na Bahia, Alagoinhas, no rio de S. Francisco, no rio Preto e durante a nossa viagem da Barra a Santa Ritta.

Esperamos estar em condições de poder offerecer ao governo da Bahia, e principalmente a v. ex., um trabalho, logo que seja publicado, sobre a «avifauna» e curiosidades da fauna dos peixes, dos logares da Bahia menos explorados e das margens do rio S. Francisco.

O Dr. Penther colleccionou, durante a noite, uma grande quantidade de «microlepidopteros», que esperamos ter grande importancia scientifica, visto ainda não ter havido no Estado da Bahia nenhuma grande publicação sobre este interessante grupo de borboletas.

E' bem provavel que a maior parte das borboletas colleccionadas ainda não seja conhecida pela sciencia.»

Sertum Palmarum

Ao compulsarmos os dous grossos volumes do *Sertum Palmarum Brasiliensium* do Dr. J. Barbosa Rodrigues, causou-nos a mesma impressão experimentada quando, pela primeira vez, divisamos a *Flora Brasiliensis* de Martius, e temos orgulho, como brazileiros, de collocar uma obra ao lado da outra.

No que diz respeito á descoberta de novas especies de palmeiras, a sciencia deve mais ao botanico brazileiro do que ao sueco, pois este enriqueceu-a de 98 especies, ao passo que aquelle a dotou com 179.

O *Sertum Palmarum* foi impresso em Bruxellas, depois que o Dr. Barbosa Rodrigues se convenceu de que lhe seria impossivel imprimil-a no Brazil, por ter a *Imprensa Nacional* informado de que seria mister *trinta annos* para terminal-a.

Com o *Sertum Palmarum* ia-se reproduzir o que acontecera com a «Iconographia das Orchidéas», pois o seu auctor já estava disposto a envial-a a um professor da Allemanha, quando, em boa hora, o deputado por S. Paulo, Dr. Augusto Cezar de Miranda Azevedo, salvou o Brazil de mais essa vergonha, apresentando na legislatura de 1900 um projecto relativo á impressão da obra.

O projecto foi tambem assignado pelo deputado Eduardo Ramos, da Bahia, sendo acceito, tornando-se em lei n. 746, de 29 Dezembro de 1900.

O Dr. Barbosa Rodrigues permaneceu na Belgica durante todo tempo da impressão da sua obra, que sahiu um primor quanto á feitura material.

Os dous volumes estão ricamente encadernados em marroquim do Levante, tendo gravada em ouro bellissima allegoria.

Ao abrir-se o 1.° volume depara-se com o retrato, em photogravura, do autor, e logo após a reproducção, em manuscripto, com autographos, da homenagem prestada ao Dr. Barbosa Rodrigues, pela secção de sciencias physicas do 2.° Congresso Latino-Americano, reunido em Montevidéo, em 30 de Março de 1901.

Vem depois o prologo; o esboço geographico com as diversas zonas organizadas pelo autor: 1.ª, zona

Amazonica; 2.ª, zona Montana-campezina; 3.ª, zona Marina; 4.ª, zona Granadina; 5.ª, zona Platina, e 6.ª, zona Andina.

No 2.º volume nota-se o indice geral de todos os generos e especies conhecidas de palmeiras; a explicação das estampas; o quadro das especies e variedades das palmeiras do Brazil.

E' este um quadro interessantissimo: por elle se vê que o Dr. Barbosa Rodrigues descobriu 179 especies, seguindo-se Martius, que descobriu 98 e o ultimo, o professor Hart, uma.

As especies de palmeiras conhecidas elevam-se ao total de 427.

A edição da obra é de 1.000 exemplares, sendo entregues pelo autor 250 exemplares ao ministerio da industria, que as distribuiu por diversas instituições e pessoas.

Nota curiosa: um desses exemplares, que são vendidos a 750$000 cada um, foi dado á repartição da policia.

Essa regia offerta foi naquella repartição por tal modo mal empregada, que pouco depois viam-se as bellas estampas pregadas nas sujas paredes do corpo da guarda!

(Extr. do *Jornal do Brasil*, do Rio).

Archeologia da Bahia

Lê-se na *Revista do Museu Paulista*, vol. VI, pags. 550 a 557, a noticia que o Dr. Von Ihering, nosso consocio, publicou sobre a collecção de objectos archeologicos, que o fallecido Christovão Barretto lá foi vender, alguns do nephrite e do jadeite, provenientes especial-

mente da região de Amargosa, e que elle considera de alto valor scientifico.

« A archeologia do Estado da Bahia ficou, até hoje, quasi desconhecida, especialmente a do interior do Estado.

Deve-se ligar, por conseguinte, grande valor ás explorações e collecções que nesse Estado emprehendeu o Sr. Christovão Barretto, de quem o Museu Paulista adquiriu, no anno passado, uma interessante e instructiva collecção de machados, tembetás e outros utensilios pre-historicos.

Pretendendo occupar-me, em seguida, desta collecção, vou, em primeiro logar, expor as condições nas quaes foram obtidos estes objectos, segundo as informações dadas pelo Sr. Christovão Barretto.

Este incansavel explorador tem se dedicado, desde 20 annos, ao estudo da antiga cultura dos indigenas da Bahia, especialmente no municipio de Amargosa, onde tinha fixado seu domicilio, nos ultimos annos.

A zona de Amargosa é occupada por extensa matta, que se estende até á costa, mas, já na distancia de duas leguas de Amargosa, começa a zona dos campos, ou « taboleiros ». Nesta ultima zona ha serras, nas quaes se encontram ruinas de antigas aldeias e de fortificações construidas de blocos de pedra, que o Sr. Christovão Barretto compára ás construcções dos cliff-dwellers.

Seria de grande interesse proceder a um exame minucioso dessas construcções antigas, que os moradores denominam « casas fortes ». Na visinhança da Feira de Sant'Anna, depara-se com ruinas semelhantes, cujo material, entretanto, consiste em blocos de barro cosido.

Todas estas construcções são, até agora, incompletamente conhecidas, e isto vale tambem para a afamada « cidade petrificada », no Estado do Piauhy, descripta

por Tristão de Alencar Araripe (*), e cuja descripção é tão vaga e pallida que custa acreditar na sua authenticidade.

No municipio de Amargosa encontram-se, tanto nas zonas dos mattos como nas dos campos, tumulos funerarios, dos quaes alguns foram explorados pelo Sr. Christovão Barretto. Estes tumulos são artificiaes, dispostos ás vezes em grupos maiores e menores, ás vezes formando uma linha recta, sendo ás vezes irregularmente reunidos. Em um dos arrabaldes de Amargosa nota-se um grupo de 18 destes tumulos, que se tornam pouco apreciaveis para os moradores, em consequencia da esterilidade quasi absoluta de seu solo. Em geral, os tumulos, denominados «murundús» pelos habitantes, têm a altura de 5-6 m. e 1 diametro maior de 20-30 m., sendo a sua forma conica e a base redonda ou oval.

Os tumulos foram levantados sobre a sepultura, parecendo que, para este fim, raras vezes eram aproveitadas as «igaçabas». E' nelles que se encontram os machados de nephrite e outros objectos, representados em nossa collecção.

Outro grupo de localidades, recommendaveis para excavações, são açudes, tanques e outros logares, para onde a chuva costuma carregar objectos de pouco peso, enterrando-os no lodo. Em localidades desta ordem as excavações costumão fornecer tembetás.

E' preciso, afinal, mencionar ainda que, nas serras da região dos campos, não raras vezes são encontradas cavernas, que, tanto por fóra como por dentro, principalmente na abobada, contém petroglyphos ou pictographias, desenhos feitos em diversas côres e dos quaes

(*) Tristão de Araripe. Cidades petrificadas e inscripções lapidares. *Rev. do Inst. Hist.* do Rio, vol. L., 1887, pag. 231.

o Sr. Christovão Barretto mandou copiar alguns, que, em geral, se assemelham aos que são figurados no estudo mencionado de Alencar Araripe.

A significação destes desenhos é, em geral, desconhecida, mas parece certo que nada tem que ver com os hieroglyphos egypcios ou outras pictographias do velho mundo. Os objectos que recebemos do Sr. Christovão Barretto, e provenientes do Estado da Bahia, são quasi todos originarios do municipio de Amargosa, seja dos arredores dessa cidade, seja das povoações pouco distantes de Baetinga e Cavaco.

Os *tembetás*, figura 37-40, que vão figurados na estampa XXIII, consistem de uma pedra azul, que é amazonite no primeiro (o mais comprido), beryllo dos outros dois. O da figura 38 tem o comprimento de 52 mm., e um diametro de 10 mm., na parte inferior cylindrica.

A parte superior e transversal é incompleta, devendo ter tido, quando completa, a largura de 15—16 mm. O exemplar da figura 37 tem o comprimento de 29 mm., e o diametro, na parte cylindrica, de 9 mm.

O terceiro exemplar (fig. 39) é mais curto e grosso, tendo no comprimento de 15 mm. e o diametro na parte cylindrica, de 19 mm., sendo a largura da parte transversal de 22 mm.

Um apito de steatite, achado em areia, tem 48 mm. de comprimento, 37 mm. de largura e 27 mm. de altura.

A pedra é lisa, aplanada na face inferior e convexa na superficie superior, que contém no centro, um buraco de 9 mm. de diametro e 9 mm. de profundidade, destinado evidentemente para assoviar. O Sr. Christovão Barretto possue um segundo apito semelhante.

Cachimbos de barro. — Dos dois que recebi do

Sr. Barretto, tem o primeiro (fig. 36) o comprimento de 105 mm. na base, que é plana; o segundo (fig. 41) é de 73 mm. A forma é em ambos a mesma, elevando-se da base achatada, em angulo obtuso ou quasi sempre recto, uma larga chaminé, cujo diametro é de 47 mm. no primeiro e de 24 mm. no segundo exemplar. A grossura da parede é de 7—8 mm. Ao fim da base abre-se o canal por um buraco de 4—5 mm. de diametro. Parece que a base deprimida era destinada a ser introduzida directamente na bocca. Considerando que, no maior destes cachimbos, o recipiente tem uma profundidade de 63 mm. e um diametro de 33 mm., nota-se bem que se trata de um exemplar de grandes dimensões.

Um dos exemplares do Sr. Barretto consiste de um barro, misturado de tal modo com graphite, que ao primeiro aspecto parece ser feito deste material.

Um outro cachimbo desta collecção é feito, segundo o typo occorrente na collonia de São Lourenço, Rio Grande do Sul, no qual o eixo do tubo e do recipiente se acham na mesma linha recta.

Molde para ornamentação de urnas, (fig. 35) — E' esta uma chapa de barro cosido, de 17 mm. de comprimento, que é munida de sulcos profundos, destinados a produzir a ornamentação de urnas por occasião de seu fabrico. Estes sulcos são simplesmente ondulados em um lado, formando no outro um desenho regular em forma de W, como a nossa (fig. 35) o indica. E', ao que saiba, a primeira vez que fôra achado um destes moldes, sem os quaes a ornamentação regular de certas igaçabas não poderia ter sido executada. Entre os utencilios de pedra notamos apenas dois *machados* de diorite, sendo a materia prima de todos os outros nephrite ou jadeite (figs. 32 e 34). As dimensões dos machados figurados são: fig. 32 com 151×46 mm., e 32 mm., de

grossura, tendo o da fig. 34 as seguintes medidas: 87×57 mm., e 26 mm. de grossura.

A côr destes objectos, quasi todos machados polidos de tamanho e formatos diversos, varia desde branco cinzento e branco azulado por verde claro e escuro até pardo escuro, quasi preto.

O maior dos machados figurados, que tem o comprimento do 151 millimetros, pesa 395 grammas; mas vi em poder do Sr. Barretto dois maiores de côr verde claro e de peso de 1.600 grammas um, e 2.200 grammas o outro.

Todos estes objectos são bem elaborados, mas a conservação, em parte, deixa a desejar, em vista da decomposição das particulas quartzosas. Segundo a informação do Sr. Barretto, é esta uma particularidade da região de Amargosa, que não se observa em outros municipios.

De *mãos de pilão,* que o Sr. Barretto denomina «bastão de commando», vi na sua collecção um exemplar collossal de 1 m. e 38 cm. de comprimento e 10 a 14 cm. de circumferencia, achado na Feira, em uma excavação de 6 m. de profundidade. O exemplar maior, que destes objectos tem o Museu Paulista, é do comprimente de 62 cm. Mencionamos afinal dois *polidores* partidos, pedaços de pedra nephritica, e que na superficie superior, que é plana, lisa e polida, mostram um sulco profundo (vid. fig. 33) de paredes planas e lisas de 6 resp. 11 mm. de profundidade e de 8 resp. de 12 largura. O exemplar figurado (fig. 33) mede 134 millimetros de largura e 43 mm. de altura. Evidentemente estes sulcos serviam para afiar os machados.

Sulcos desta ordem muitas vezes são encontrados nos proprios machados, particularmente no lado estreito marginal.

O Sr. Christovão Barretto possue um machado em

que dois sulcos dos lados oppostos se tinham encontrado no meio, partindo a pedra em 2 pedaços. Além de diversos blocos com uma superficie polida e providos de um sulco, occorrem no municipio de Amargosa blocos de nephrite sem signal de trabalho. De um destes o Sr. Christovão Barretto me fez presente e, segundo elle relata, destes blocos se encontram até na calçada das ruas de Amargosa.

Este facto é de summa importancia, pois não deixa duvidas de que no mesmo municipio de Amargosa se devem encontrar jazidas de nephrite. Esta nossa opinião de que os machados de nephrite, tão numerosos no municipio de Amargosa, sejam originarios do mesmo municipio, fica confirmada por uma interessante observação do Sr. Christovão Barretto.

Disse-me elle que machados de nephrite, tão communs no municipio de Amargosa, são raros ou auzentes em outros municipios do Estado da Bahia. Assim, por exemplo, a relação de machados de nephrite para outros de materiaes differentes seria em Feira de Sant'Anna como 1.1000 e em Amargosa como 950.1000.

Si Ladisláo Netto (N. 36, pag. 205) diz que objectos de nephrite são communs na America, desde Alaska até ao Rio da Prata, não posso concordar com esta opinião, segundo as minhas proprias experiencias. Nem eu nem outros investigadores temos encontrado machados de nephrite no Rio-Grande do Sul e tão pouco nos Estados de Santa Catharina, Paraná e São Paulo. A questão da origem do nephrite e do jadeite tem sido muito discutida. Até ha pouco não se conheciam outras jazidas dessas pedras senão na Asia, na Nova Zelandia e na Nova Caledonia.

Foi esta a base da theoria do professor Fischer e de outros anthropologos, segundo a qual todos os objectos trabalhados neste material, e encontrados na Europa e

na America, teriam sido importados da Asia. Entre nós foi Barbosa Rodrigues quem, adoptando a theoria de Fischer, explicou a concurrencia de objectos de nephrite por importação prehistorica da Asia.

Todo o aspecto desta questão foi radicalmente mudado, quando em 1884, o mineralogo allemão H. Traube, perto de Jordansmuehl, na Silesia, descobriu jazidas naturaes de nephrite. E' verdade que ha, segundo o peso especifico e a composição chimica, muitas variedades de nephrite e jadeite e que a de Jordansmuehl não corresponde exactamente aos machados encontrados na Suissa e outros pontos da Europa Central; mas, depois desta primeira descoberta de jazidas naturaes de nephrite, a que já succedeu em 1886 outra em Reichenstein, ninguem mais podia duvidar de que existem, ainda em outros logares da Europa, jazidas naturaes de nephrite e jadeite. Esta supposição ficou plenamente confirmada por descobertas ulteriores, das quaes largamente trata o artigo publicado em 1903 pelo Dr. A. B. Meyer (Abhandlugen und Berichte des Koeniglichen Zoologischen und Anthropologisch—Ethnographischen Museums zu Dresden Bd. X, Berlim, 1903) e do qual, na bibliographia deste volume, se encontra um ligeiro resumo.

Nestas circumstancias é de grande importancia a descoberta do Sr. Christovão Barretto, da occurrencia, não só de machados e polidores, mas tambem de blocos de nephrite em bruto no municipio de Amargosa. Si bem que só uma exploração, effectuada por especialistas competentes, possa esclarecer as condições geologicas da occurrencia do nephrite no municipio de Amargosa, já não é mais possivel duvidar da occurrencia natural do nephrite n'aquelle municipio. Si porventura todos estes machados polidos fossem importados da Asia, não é de certo possivel admittir que os immigrantes trouxessem

comsigo, além de nutrimentos, utensilios, etc., ainda pesados polidores e até blocos em bruto de nephrite. Neste sentido a valiosa collecção archeologica, adquirida do Sr. Christovão Barretto, é de grande interesse, não só para este museu, mas para a archeologia do Brazil em geral.

Estão justificadas deste modo as contestações criticas que, contra a theoria de Barbosa Rodrigues, no Brazil foram levantadas por Ladisláo Netto (36) e Sylvio Romero (42, pag. 65).

Sobre a composição mineralogica e chimica do nephrite de Amargosa e Baetinga no mesmo municipio, temos uma publicação do Dr. E. Hussak (Annalen des k. k. Naturhist. Hof-musseum Wien Bd. XIX—1904 p. 89—93). O peso especifico do nephrite é 293 grammas, segundo me communicou o Dr. Hussak.

No anno corrente recebi do Sr. Eustaquio Blesa, dedicado amigo do museu, residente em Machado Portella, no Estado da Bahia, um tembetá de quartzite verde, encontrado naquelle municipio, que á est. XXIII, fig. 40, representei. Este objecto tem o comprimento de 50 mm. e a largura na parte superior de 36 mm. e na parte inferior, que é cilyndrica, de 21 mm. Este tembetá assemelha-se, na sua forma, aos que conhecemos do Rio-Grande do Sul e de São Paulo, sendo entretanto no material, de que é feito, egual aos do typo ordinario da Bahia. »

Os Barcos da Bahia

O Paiz, tratando dos diversos typos de embarcações, que figuraram na Exposição Nacional de 1908, assim descreve os barcos da Bahia:

« Dentre os typos de embarcações usadas no Estado

da Bahia é o barco, o que mais se distingue, pela originalidade da mastreação, que não se vê em parte alguma do mundo, e pela particularidade de sua construcção, e combinação de peças em seu todo. Pode-se até consideral-o o mais nacional.

A época do principio de sua construcção, bem como as transformações por que passaram é por nós desconhecida; entretanto, encontra-se na *Noticia do Brasil*, escripta em 1589, o seguinte trecho que parece confirmar a existencia dessas embarcações nessa data, quer pelo nome, que as qualifica, quer pelas dimenções exaradas:

« Todas as vezes que cumprir ao serviço de sua alteza se ajuntarão na Bahia mil e quatrocentas embarcações, convem a saber: de quarenta e cinco para setenta palmos de quilha, cem embarcações mui fortes, em cada uma das quaes pode juntar dois falcões por prôa, e dois berços por banda; e de quarenta e quatro palmos de quilha até trinta e cinco se juntarem oitocentas embarcações, nas quaes póde jogar pelo menos um berço por prôa; e se cumprir ajuntarem-se as mais pequenas embarcações, ajuntar-se-ão tresentos barcos de trinta e quatro palmos de quilha para baixo e mais de duzentas canôas, e todas estas embarcações mui bem remadas. E são tantas as embarcações na Bahia, por que se servem todas as fazendas por mar, e não ha pessôa que não tenha seu barço, ou canôa pelo menos, e não ha engenho, que não tenha de quatro embarcações para cima, e ainda com ellas não são bem servidos, que desculpados ficamos na brevidade. »

Naturalmente ha alguma coisa de origem hollandeza, pois que em uma estampa da obra de Barlæus, referente á Bahia de Todos os Santos, sob o titulo *Incendia molarum*, vem representada uma embarcação de tres mastros, em que o de prôa é armado com uma vela

semelhante aos traquetes dos barcos, o qual, tambem usado em algumas canôas da Bahia, parece ser uma transformação das *cevadeiras*; porém as outras duas são triangulares, e os mastros são aguentados por enxarcias. ou cabos fixos em fuzis.

Em gravuras portuguezas antigas representando o panorama da cidade da Bahia, tambem se encontra o barco com as velas assim; porém com a configuração actual dos barcos.

O uso dos mastros sem brandaes, apesar da grandeza das velas, é naturalmente devido á qualidade das madeiras muito elasticas e apropriadas para isso, e que é tão abundante na Bahia, com particularidade a *beriba*, como tambem á consequente vantagem de dispensar uma parte do pessoal, que seria empregado, si não fossem elles feitos dessa madeira. O motivo disto é não ser preciso folgar as escotas e arriar os piques das velas, a menos que não seja em circumstancias muito especiaes, por causa das fortes rajadas que costumam soprar por cima das colinas e suas quebradas perto da cidade da Bahia, as quaes augmentam a força do vento, e mudam ás vezes até de tres quartas a sua direcção, bem como pelos *pirajás* tão frequentes na costa, cujo effeito é semelhante.

Tal systema de mastros nelles substitue automaticamente o emprego dessas manobras. Curvam-se elles á medida que o vento sopra com mais intensidade, e assim diminuem o seu effeito pela apparente diminuição de superficie velica.

Personificando-os, póde-se dizer que são dos que quebram, mas não cedem; cedem, mas não quebram; resistem, luctam e vencem.

A prôa resente-se um pouco da fórma das construcções antigas dos seculos XII a XVII.

A quilha é feita o mais geralmente em tres secções, ou talões, e em duas nos pequenos, ligadas entre si por meio de duas ou tres cavilhas de ferro e escarvas. A do centro chama-se propriamente quilha, a de prôa denominam *couce de prôa*, e a de ré *couce de ré*. Aquella termina na róda de prôa, e esta no cadaste.

A róda de prôa é uma peça de madeira curva, que liga-se com o *couce de prôa*, tambem com escarva e cavilha, sendo reforçada a curva de róda por uma outra peça chamada *coral*, como acontece na construcção naval em geral, differindo em nella ser empregada para róda de prôa curva natural de madeira com angulo na extremidade da quilha.

O cadaste é collocado da mesma maneira que a róda de prôa, com coral.

ZONA DESCONHECIDA

NO INTERIOR DA BAHIA (*)

O conferencista, depois de agradecer a honrosa referencia que lhe foi feita pelo Snr. Presidente do Instituto, disse que o seu principal objecto, realisando a conferencia noticiada, sobre uma grande região desconhecida no centro do Estado da Bahia, e com isso occupando a attenção de um auditorio, senão numeroso, mas em verdade muito selecto, era o sentimento de amor patrio que o anima, como anima os seus illustres consocios, e não sobre sua humilde individualidade chamar a attenção publica, por que tem já bastante experiencia para avaliar o goso ephemero de ligeiros ruidos de notoriedade.

Snr. Presidente:

QUANDO na capital da União Brazileira, homens de grande valor intellectual, proceres das letras, a proposito de uma reforma ortographica, se congregam para discutirem o emprego do S e do Z, não será para extranhar, nem se poderá levar a mal, que na Bahia, a velha Athenas Brazileira, um dos mais obscuros socios do *Instituto Geographico e Historico* discuta ou propugne a urgencia da rectificação da carta geographica do Estado.

Sem estar, aliás, preparado para esta conferencia, que a minha tribuna foi sempre a imprensa, vou fazel-a por insistencia de amigos, como o Dr. João Torres e Aloysio de Carvalho, que sabem quanto me tenho interessado pelo estudo e exploração dessa grande faixa do territorio

(*) Conferencia do Dr. Lindolpho Rocha no *Instituto Historico da Bahia*, na sessão de 21 de Julho de 1907.

do Estado, que jáz ainda desconhecida e inexplorada; e, apesar de não ter aqui na capital todos os dados e apontamentos em que tenho de basear minhas considerações, em todo caso vou tratar do assumpto sob este quadruplo aspecto: *geographico*, *geologico*, *historico e economico.*

Por sua vastidão implicita, o thema exige mais de uma conferencia; procurarei, porém, resumir quanto me for possivel, não demorar-me em detalhes, para poder tocar em todos os pontos necessarios, sem fatigar a attenção do illustre auditorio.

O interesse da exploração e do conhecimento real da zona extensa, que denominarei zona do Gongugy, inculta e apenas habitada por varias tribus indigenas, corridos de todos os pontos do territorio bahiano, impõe-se de si mesmo, como necessidade publica, não somente para a alludida rectificação da carta geographica do Estado, mas igualmente, para a expansão de sua vida economica, e para que se povoem as terras uberrimas, de que, segundo informações e deducções procedentes, se constitue aquella zona.

E quanto ao povoamento, si falhasse outra ideia, bastaria attender-se á necessidade de desafogar se a população pobre, e adensada, desta capital e do littoral, que peza aos poderes publicos, que peza ao bolso particular, á caridade publica em fim, exigindo colonias agricolas, orphanologicas, correccionaes, campos de experiencia, para a agricultura racional, de que mais precisamos.

Devo declarar, entretanto, por honra da actual geração de sertanejos bahianos, que esse interesse é alli vivamente sentido, e, não fallando em quaesquer tentativas de exploração em meiados do seculo findo para traz, registrarei as tentativas seguintes e mais recentes, de 1860 em diante.

Em primeiro logar temos a de Antonio Mariano Homem d'Elrei, membro da familia Sá Bittencourt, proprietario, morador na fazenda *Sobrado*, abaixo de Jequié uma legua, á margem do Rio de Contas, e fundada, como estabelecimento de plantação de algodão, em 1799, pelo mineiro, bacharel em sciencias naturaes, José de Sá Bittencourt Accioli, (1) um dos inconfidentes fugidos para a Bahia, após a denuncia de Joaquim Silverio.

Eis o que motivou essa primeira tentativa de exploração.

Alguns caçadores do Rio de Contas costumavam e costumam se internar nas mattas, durante dias e semanas, matando antas, onças, veados, porcos, caça grossa, em fim, como elles chamam, e que, moqueada, trazem para vender, ou comer.

Um desses arrojados caçadores, de cujo nome não me recordo, ou não m'o declinaram, perdeu-se durante 3 dias, isto é, desorientou-se, porque andam sempre *cortando rumo*, e trepando a uma arvore alta, que é o modo pelo qual se orientam de novo, em terreno extranho, nada poude avistar que o orientasse, no rumo do Rio de Contas, porque o terreno era plano, *baixio*, como elles dizem, mas viu de um lado uma *serra*. Para a serra se dirigiu, galgou-a, mas, com grande espanto, viu apenas uma *Tapéra sem gente*. Dizem que teve medo, e entendendo que o Rio de Contas estaria em rumo opposto, desceu, acertando afinal com terrenos de matta conhecida, e assim poude chegar á sua morada.

Referindo o caso ao Sr. Antonio Mariano, com a circumstancia, muito notavel, de terem sido vistos *veados brancos*, organizou aquelle fazendeiro uma pequena expe-

(1) Vid. o periodico *A Razão*, publicada na Bahia, edic. de 24 de Maio de 1850.

dição; tomou como guia o mesmo caçador, e partiu para as mattas, onde perdeu muitos dias, em marchas e contra-marchas, sem acertar com a *Tapéra*, ficando assim frustados o seu esforço e bôa vontade.

E aqui, antes de referir outras tentativas de exploração dessa região, hoje desconhecida, e que foi certamente conhecida de particulares nos primitivos tempos coloniaes, vem a proposito algumas ponderações, em torno desta pergunta: — Em regra geral, os caçadores mentem muito: teria mentido o caçador conhecido de Antonio Mariano Homem d'El-Rei, principalmente asseverando ter visto *veados brancos?*

Eis para mim o ponto essencial, por mais secundario que pareça, e do qual depende a veracidade da *Tapéra sem gente*, o que significa ruinas de casas, morada antiga, que pertenceu á gente rica.

Existem veados brancos no Brazil?

Eis a questão.

O primeiro e unico documento, hoje considerado historico, em que li referencia a veados brancos, inteiramente extranhos á nossa fauna, foi na *Memoria* ou *Roteiro*, de um mestre de campo, desconhecido, que denunciou a existencia de ruinas de uma povoação ou cidade abandonada no sertão da Bahia, escripto em 1753, e publicado pela *Revista do Instituto Historico*, do Rio, em 1839. (2)

E foi exactamente essa referencia que me fez duvidar, por muito tempo da veracidade desse Roteiro, como ha tempos affirmei pela imprensa, como duvidei da historia do caçador, referida a Antonio Mariano.

De facto, vivendo desde criança no sertão da Bahia, conhecendo, por ter muito viajado, a sua maior parte,

---

(2) Vid. *Estudos do A. sobre a Cidade Abandonada*, e Conego Benigno.

tendo mesmo inquirido, a respeito, de quanto caçador e vaqueiro tive á falla, essa historia de *veado branco*, parecia-me, no Roteiro, uma especie de reminiscencia de leitura de Ariosto, ou de contos arabes, e na historia do caçador, uma tradição desse Roteiro e nada mais.

Accresce que, tendo me dedicado ao estudo da lingua *tapuia* (3) no intuito de escrever uma obra sobre os verdadeiros e não *imaginados* costumes indigenas do Brazil, nunca se me depararam as palavras ou denominações de *çuaçú-tinga*, e *cariuaçuaçú*, unicas denominações cabiveis a veado branco, dado o rigor de nomes ou expressão com que os tapuias designavam os seres da natureza, principalmente os animaes. E o exemplo disto temos em *çuaçuarana* (*sussuarana* hoje) que significa, *similhante a veado*, pela côr avermelhada ou alaranjada, e *çuaçú apára*, que significa *o grande veado*.

Portanto, somente diante de prova irrefutavel poderia eu dar credito á referencia a veados brancos, vistos pelo caçador, e acreditar que Antonio Mariano, a quem conheci, annos depois, emprehendeu uma exploração consciente.

Essa prova tive-a, ha poucos annos. Existem veados brancos na região do Gongugy, e a pelle de um esteve em exposição no escriptorio commercial de conhecida casa desta capital, enviada ou offerecida pelo capitão Manoel Joaquim Ribeiro. Outros veados brancos, posto que raros, têm sido caçados nas mattas do Riachão da Preguiça, da mesma região, e não ha mais duvidas sobre isso. Donde procedem, porém, taes veados? Dada a possibilidade do cruzamento de cabras com veados *mateiros*, já não é absurdo suppor que alguem abandonára caprinos, de côr branca, nas mattas dessa região.

(3) Vid. Notas do romance *Iacina*.

Ora, isso levou-me a crêr, consequentemente, na veracidade do caçador, em relação á *Tapéra sem gente*, que, não duvido, será a mesma do Roteiro, que, tambem considerei veridico, esforçando-me, portanto, para adquirir melhores informações sobre essa região.

Realizaram-se ainda algumas explorações ligeiras que não merecem menção; e algumas merecendo-a apenas para se reprovarem os seus intuitos, como os duma de 1881, que teve por fim destruir barbaramente uma aldeia na margem esquerda do Gongugy, onde os exploradores commetteram actos de selvageria que só não repugnariam aos proprios selvagens.

Um sertanejo, Benedicto Vianna e mais alguns outros effectuaram, entretanto, uma excursão, de Bôa Nova ao baixo Gongugy, que, si não deu resultado de conhecer-se a zona a que me tenho referido, na sua melhor parte, ao menos poude-se conhecer um grande trecho, do que resultou abrir-se uma picada que serve de caminho para cargas e exportação de mantimentos das roças, que alguns desses exploradores plantaram depois, na margem desse rio, ou de Bôa Nova para a Barra do Rio de Contas.

Sendo, entretanto, segundo ouvi a outros, que o intuito de Benedicto Vianna fôra atravessar essa região, sahindo em Ilhéos ou mais ao sul, creio que a varia indole dos selvicolas obrigou-o a ladear.

Realmente, os indigenas habitantes da margem esquerda do Gongugy são desconversaveis, mas não são crueis; ao passo que os da margem direita, para além, são crueis e desconversaveis. Pelas *tabas* destes não passaria a pequena turma de exploradores, apezar dos presentes de fitas, pannos vermelhos, e outros objectos, que elles cobiçam; pelo territorio daquelles passou duas vezes, ida e volta, e nenhum mal lhe succedeu; antes os

indigenas, um pouco agradecidos aos presentes que os exploradores deixavam amarrados nas arvores do caminho ou picada a facão, tiveram certa vez de guial-os, ainda que ás escondidas, no verdadeiro caminho, prendendo flechas ás arvores, indicando o rumo que tinham perdido, tal como se praticam nos mappas geographicos.

Isso significa bem que os exploradores eram acompanhados, e vigiados pelos indigenas, que apenas não queriam approximação de presença.

Em relação a estes indigenas, da esquerda do alto Gongugy, tentei uma catechese, que falhou, por não ligarem grande importancia as pessoas ás quaes pedi o obsequio de se entenderem com um velho de nome Manoel Severino, de alcunha *Cambiriba*. Este homem vivia em 1885, e creio que ainda vive, em harmonia com esse gentio. Havia mesmo entre um e outro certa permuta de mantimentos de roça e caça moqueada.

Os indigenas, de dias em dias, vinham á roça de Cambiriba, em cujas cercas encontravam aipim, mandioca, milho e do mais que havia; em recompensa, levando o que encontravam, deixavam caça moqueada.

Sabendo eu disto, mandei offerecer ao lavrador certos generos mais necessarios, e que os indigenas muito presam, para que por tal meio os obrigasse a chegarem á falla. Assim seria encaminhada uma catechese de que resultaria informações sobre a zona desconhecida e o que nella existe, podendo obter dados bem positivos, (pois o indigena é eminentemente observador), para possivel ou approximada rectificação dos meus conhecimentos chorographicos da Bahia.

Falhou o meu plano cuja realização redundaria em beneficio da geographia e da chorographia provincial e do Estado, e não por minha culpa; culpa antes do governo da então provincia, cuja attenção invoquei por

varias vezes, pela imprensa; notando que, em 1887, continuando o orçamento provincial a consignar uma verba para a catechese de indigenas, eu indiquei o meio pratico de catechisar pelo menos os da esquerda do Gongugy, por intermedio de Manoel Cambiriba.

Após a proclamação da Republica houve nova incursão, ou correria, que de exploração não merece o nome, no Gongugy, em que foram praticados actos de crueldade, similhantes aos de 1881 e 1885, que me foram communicados pelo advogado Elyseu Meira Campos, residente em Poções, e a quem *brindaram* posteriormente com uma criança indigena, que elle fez baptisar pelo nome de Pericles, porém que falleceu pouco depois.

Afóra esses actos, e censura que mereceu, pela intenção criminosa de alguns dos excurcionistas, foi a excursão que melhores resultados deu, pois que pela descoberta de um rio caudaloso, (ao qual eu denominei, Rio Novo, por se me ter pedido opinião sobre o nome a dar-lhe), ficou patenteada a importancia dessa região tão extensa, e cuja exploração perfeita ha de modificar sensivelmente a carta geographica do Estado, na parte que lhe respeita. E' neste sentido que avulta o interesse da sciencia com a exploração da zona desconhecida.

Eu mesmo estive a ponto de dirigir, da villa de Bôa Nova, uma turma de exploradores, postos á minha disposição pelo coronel Coelho de Sá.

Nessa occasião, vindo a esta capital, entendi-me com o Governador de então, Exmo. Snr. Dr. Severino Vieira, afim de pedir-lhe o seu consentimento para essa exploração; e, justiça seja feita, é do meu dever declarar que S. Exa. se promptificou, sem vacillações, a auxiliar esse emprehendimento, offerecendo-me o cargo

de delegado regional para dirigir a exploração, visto ter de prover sobre possiveis conflictos.

Por escrupulos de consciencia, a fim de não se suppor que eu trabalhava nisso por interesse de obter um cargo remunerador, recusei a nomeação, não porque estivesse desconvencido do quanto de verdade ha em muitas informações escriptas sobre a referida zona, e das vantagens da exploração.

Sinto, e hoje estou arrependido, de não ter acceitado o cargo, por escrupulo ou egoismo, porque, certamente, não estaria ainda desconhecida, essa região de cerca de 1.200 leguas quadradas.

Quando voltei da capital para o Jequié, onde era Juiz, levei uma pequena bussola, que remetti ao Coronel Coelho de Sá; e em nome do Instituto Geographico e Historico prometti o premio de um conto de réis a quem naquelle anno, me desse noticia certa de ruinas naquella região.

Entretanto os meus deveres de Juiz foram me impedindo de ir á Bôa Nova orientar a expedição, porque cartas não eram como a presença, e o resultado é que sobreveiu a estação de grandes chuvaradas, e *resfriou-se* o enthusiasmo daquelles que deviam marchar.

Em todo o caso, não foram nem têm sido baldados totalmente os meus esforços em prol do conhecimento dessa região do Gongugy. Pelo menos tenho consignado por meio da imprensa as observações de homens ignorantes, porém verdadeiros, em relação á dita zona. Assim não somente trouxe á publicidade o descobrimento de novos rios, que ainda não figuram em mappa algum, e isso por ter tido communicação immediata, em virtude do meu interesse demonstrado, desde 1885, como esta acção persistente infundiu um certo interesse nos proprios caçadores, de modo que um Alexandre Cachoeira, por

exemplo, internou-se um pouco mais nas mattas, a leste de Bôa Nova, onde descobriu, em plena matta secular, grandes *jaqueiras* e signaes de trabalhos de mineração, e, do cimo de uma serra, *grandes capoeiras*, de que dei noticia a este Instituto, immediatamente.

Segundo os mappas existentes, e o melhor de todos, actualmente, é o do Dr. Teive e Argollo, é insignificante essa região; porém, todos estão errados neste particular, e isso porque os seus auctores não levaram em conta observações anteriores, dignas de todo credito, por sua origem.

Já em 1888, o inolvidavel fundador e primeiro Presidente deste Instituto, Dr. Tranquilino Torres, descrevendo o municipio da Victoria, a convite do Dr. Alfredo Moreira Pinto, a fim de figurar no *Diccionario Geographico e Historico do Brazil*, nomeou e indicou a direcção de rios que não figuram em mappas posteriores. Além disso, dá ao rio *Gongugy* (4) 70 leguas de curso, e entretanto, a calcular pelos mappas, elle não tem essa extensão, que é pouco mais ou menos exacta. Para demonstrar a extensão da Serra do Gongugy, e a da zona referida, eis aqui o numero de rios já consignados pelo Dr. Tranquilino Torres: o rio *Cachoeira*, que nasce na serra do Gongugy, com 60 leguas de curso; o rio *Salgado*, que nasce na mesma serra, com 40 leguas de curso; o *Catulé Grande*, com 40 leguas de curso; o *Catulésinho*, com 20 leguas de curso; o *Duas Barras*, affluente do *Catulé Grande*, com 20 leguas de curso; o *Corrego da Onça*, com 20 leguas de curso; todos esses affluentes do rio Pardo ao sul e leste da Conquista.

Agóra para o norte temos o Gongugy, com 70 leguas de curso, e nasce na serra ou labyrintho de serras

(4) O conferencista foi o primeiro a rectificar a orthographia da palavra *Grugugy*, significando rio similhante a *gongo*, ou *rio gongo*.

a que dão o nome de Gongugy; o *Cachoeirinha*, com 20 leguas; o *Uruba*, com 30 leguas; afóra os pequenos affluentes do Gongugy.

Temos ainda o rio caudaloso, que tem o nome de *Riachão da Preguiça*, affluente do Rio de Contas, cujas nascentes estão na zona desconhecida, que, segundo os mappas, está comprehendida entre 2 a 3 gráos de longitude oriental, do meridiano do Rio de Janeiro, 14 a 15 gráos de latitude meridional. Porém os mappas estão evidentemente errados. (Apontando um.) Ora, por exemplo: Conquista, está completamente deslocada. O seu logar para os que têm viajado por ahi não é este. E assim por diante, em relação a Poções e outros logares. E é indispensavel rectificar tudo isso, para que mereça fé.

O systema hydrographico da região, como vimos, é muito outro, pela Memoria do Dr. Tranquilino Torres, em relação aos dos mappas existentes, que estão incompletos, e errados até na direcção dos rios que mencionam como se vê desse *croquis*, desenhado, segundo minhas indicações, pelo habil empregado da Directoria da Agricultura do Estado, Snr. Manoel Weyll, cuja solicitude e gentileza agradeço.

A esse systema deve-se addicionar ainda os dois rios, de que já fallei, e aos quaes denominarei em vez de Rio Novo, *Rio Gusmão*, nome do obscuro sertanejo que primeiro, no seculo passado, noticiou sua existencia, e *Rio Alexandre* ao ultimamente descoberto, pelo caçador desse nome. (*O conferencista, durante essas explanações, ia indicando, no pequeno mappa desenhado, a direcção dos cursos dos rios.*)

Tratemos agóra da região, do ponto de vista geologico e orologico.

Ainda aqui, a se dar credito aos mappas, o aspecto geologico será constituido de terrenos alpestres, e o oro-

logico por um systema confuso, uma especie de labyrintho, que não é um systema isolado, nem pertencente aos systemas observados e geographicamente descriptos e mais ou menos encadeados.

Entretanto, não só os proprios mappas são contradictorios, indicando tres rios de longo curso, para direcções diversas, o Gongugy para o noroeste, o Cachoeira para o sul, o Itaype ou Almada para leste, correndo assim no meio de um labyrintho de montanhas, — como pelos rios que particularmente mencionei, comprehende-se bem que em vez desse labyrintho, o que existe, em verdade, é um vasto *plateau*, de consideravel altitude, em meio da região do Gongugy. Somente com a existencia delle se póde explicar as extensas bacias do Cachoeira e do Gongugy, e a menor e quasi toda conhecida do Itaype ou Almada, quer esteja isolado, quer seja considerado, como é mais provavel, pertencer á serra da Chapada ou das Almas.

As proprias observações visuaes de Alexandre Cachoeira, me induzem a crer na existencia desse *plateau*, cuja extensão só se póde calcular approximadamente, como disse, pelo curso dos dois maiores rios.

Seja como for, a região é habitada por tribus selvagens e é o que tem impedido a sua exploração, porque elles defendem-na ferozmente, como si tivessem consciencia de que, uma vez conhecida, será invadida e dominada immediatamente pelos homens *baptisados*, em busca de riquezas existentes, os quaes os escorraçariam para outras paragens.

Não me abalanço a classificar essas tribus, alli dominantes, que julgo foragidas de diversos pontos da Bahia e Minas; mas, de accordo com informações colhidas de pessôas de idade avançada, moradoras em Jequié, Bôa Nova e Poções, essas tribus são differentes, e até

inimigas umas das outras. Uma principalmente, ou individuos della, indicam cruzamento com raça branca, ainda que remoto. Assim, na barra de *Riachão da Preguiça*, abaixo do Jequié (quando este era apenas uma fazenda e pouso de tropas), foram vistos indigenas de cabellos ruivos.

O que é facto é que são bravios e crueis, apezar de entenderem já algumas palavras do portuguez.

Provo esta asserção com o facto de responderem, depois de atravessado o Gongugy, aos lavradores da correria de 1881, que lhes iam no escalço, quando os chingavam ladrões.

—*Ladrão, elle!*—respondiam do outro lado do rio.

Ainda ha pouco tempo, Manuel Cambiriba, que morava á margem esquerda do Gongugy, a 22 leguas do Jequié, observava aos raros caçadores que tinham coragem de ir á sua morada, que não denominassem aos indios—*caboclos*, e sim—*compadres*, quando tivessem de se referir a elles, no rancho ou no matto, em conversação com outros caçadores. A inobservancia do aviso seria morte certa, pois têm como injuriosa a denominação *caboclos*.

Ainda na margem do Gongugy foi uma pobre velha tentar conversar com indigenas, de longe, estando elles do lado opposto, e o resultado é que foi morta a flechas, rompendo elles numa estrondosa cuquiada, quando viram a velha cahir ferida.

Consideremos agóra o lado historico do assumpto. Mas a historia patria é quasi muda em relação á zona do Gongugy. Somente o que se sabe é que, de 1723 a 1724 foi ella cortada por uma estrada regia, que, partindo naturalmente da capitania de Ilhéos ia ter ás Minas do Rio de Contas, descobertas em 1718, ou pouco

antes, pelos paulistas. Essa estrada, porém, foi abandonada, e desappareceu deixando raros vestigios.

Mas não se poderá tentar, ao menos, investigar a epocha de sua primeira exploração, porque estou certo, que foi uma das primeiras partes exploradas! A attender-se á definição de Luiz Bornê, por exemplo, segundo a qual, a historia deve ser apenas o registro do verificado, e transmittido por documentos ou tradição veridica e comprovada, tal tentativa é absurda e reprovavel.

E por isso os nossos historiadores são puros historiographos, meros compiladores, de chronicas. O proprio Sr. Varnhagen, tão justamente bem reputado, entra muitas vezes n'esse rol, por deixar na obscuridade muitos factos da historia do Brazil, cuja evidencia ou realidade resalta de um simples processo de inducção ou deducção.

Outras vezes, nossos historiadores, demasiadamente meticulosos ou sabios, desprezam tradições, ou chronicas, lançando-as á conta de phantasia, quando um demorado ou breve raciocinio explica-as satisfactoriamente. Uma prova disto está na opinião de historiadores circumspectos que affirmaram ser pura lenda ou phantasia a existencia do Caramurú, ou ao menos a aventura de que foi protagonista. Entretanto, para quem conhece um pouco a lingua tapuia, e queira meditar um pouco sobre a verdadeira significação das duas palavras que formaram o nome *caramurú*, ou sejam *cariua amurú*, conclue facilmente que a aventura foi verdadeira. Esse nome exprimiu, em principio, a chacota cannibalesca dos tupinambás, que depois de devorarem os primeiros portuguezes que lhes vieram ás mãos, os compararam ás moreias brancas, continuando a apellidar de *Caramurú* a Diogo Alvares.

Ora, tendo tido o Brazil a rara fortuna de possuir

um historiador ou chronista consciencioso no mesmo dia do seu descobrimento, conforme a justa observação de Ferdinand Denis, não sei porque tem deixado de ser «esse auto de nascimento», que é a carta de Pero Vaz Caminha ao rei D. Manoel, o ponto de partida para faceis inducções e deducções que hão de preencher as linhas vagas, por onde deve começar a Historia patria, propriamente dita.

E' o que tenho feito; é o que pretendo communicar, ainda que abreviadamente hoje, em relação ao conhecimento da zona do Gongugy por alguns dos primeiros degredados que ficaram na terra descoberta pela armada de Pedro Alvares Cabral.

Lendo-se com attenção a carta de Caminha, e rememorando-se que poucos annos depois, de 1503 a 1506, correu noticia em Portugal ou na Europa, que a terra de Vera Cruz possuia ouro, prata e pedras preciosas, percebe-se que alguns dos degredados mais intelligentes que ahi ficaram, aproveitaram bem a indicação do tupiniquim chefe, que, apontando para o collar do almirante e o castiçal de prata, e fazendo-o para as terras do interior, affirmava implicitamente a existencia desses metaes, em abundancia.

Ora, dentre os degredados, um principalmente, que foi escudeiro de D. João Tello (o que era um cargo de fidalgos em tempos mais recentes), não podia, por sua presumivel intelligencia e iniciativa, deixar de tomar em consideração, mais tarde, essa indicação do tupiniquim.

De facto, Affonso Ribeiro, ficando em Porto-Seguro, dahi desappareceu, sem que nenhum historiador dê noticias delle, nem de dois grumetes que desertaram ás vesperas da partida da armada.

De um degredado apenas se faz menção e que foi

encontrado, no mesmo logar, ainda em 1530, mais ou menos, e esse estava só, sem os primitivos companheiros.

Que destino tomaria Affonso Ribeiro, tão digno de menção que o chronista o menciona tres vezes ao Rei? Onde estava, quando se fundou a ephemera colonia de Porto-Seguro, cujos colonos desappareceram tambem?

Para mim é de fé que Affonso Ribeiro, intelligente e intrepido, internou-se em rumo do Norte, e assim praticando, naturalmente em numerosa companhia de hospitaleiros tupiniquins, o seu caminho ou seu rumo devia ser fatalmente pela zona, hoje desconhecida, do Gongugy. Por ahi, pois, começou a vida historica dos primeiros tempos do Brazil.

E signaes espaçados, porém bem claros, demonstram que essa região foi explorada ou habitada nos primeiros tempos da descoberta de Cabral.

Assim, existe em uma lapa do Rio Gongugy, na parte explorada, uma inscripção antiga gravada na pedra.

Nas mattas do Riachão da Preguiça têm se descoberto vestigios de exploração antiga. Em 1789, ao ser construido o Sobrado, que deu nome ao estabelecimento do bacharel Bittencourt Accioli, foram encontrados fragmentos de louça finissima, e, mais do que isso, uma espada de copos de prata, tão grande que um homem vulgar mal poderia manejal-a, sendo que a prata pesou 2 libras. Tudo isso no mesmo rumo norte-sul dessa região. Ainda no mesmo rumo existe um trecho de terreno na matta, que parece ter sido um poço circular entulhado de pedras, quando pedras não existem na visinhança.

Ora, estudando-se o Roteiro de 1753, que dá conta de moradas antigas, em parte destruidas, a descripção dos terrenos, ou topographica, e outras referencias, con-

cordam muito com o que se sabe da região do Gongugy, principalmente em referencia aos rios Para-o-assú e Una, que julgo tratarem-se do Cachoeira e Rio Pardo.

Além disso, apparece-nos ainda em 1590, na historia, um Roberio Dias, que se diz descendente de Catharina Alvares, nessa data já senhor de grandes riquezas, possuindo baixellas de prata, e offerecendo ao Rei de Hespanha e Portugal, a troco de um titulo de Marquez, minas mais ricas de prata do que de ferro as de Bilbáo?

Onde estão essas minas tão ricas, pois que todo o territorio da Bahia está hoje conhecido, inclusive o que possue minerio de prata?

Ora aqui temos a notar que Ribeiro e Roberio, se confundem; creio mesmo que Affonso *Riberio* seja progenitor de Roberio Dias, e não é licito duvidar que essa familia, tornada poderosa, tivesse sua principal morada ahi na região do Gongugy, e que, para sua abastança e poderio concorresse o commercio de contrabandistas bretões e francezes, assiduos frequentadores do littoral bahiano, pouco depois da descoberta da Vera Cruz.

Creio, pois, que o periodo de nossa historia, que vae de 1500 a 1530, e do qual não ha noticia, está preso a Affonso Ribeiro, e aos dois grumetes, conforme se póde deduzir da carta de Caminha.

Foram elles certamente que primeiro occuparam essa região; ahi fizeram sua villa; ahi se desenvolveu primeiro a mineração de prata e ouro, que vem longe tambem a tradição de minas antigas, nessa região, sendo corrente a existencia de uma *tapéra* que, será a mesma do caçador de Antonio Mariano.

Em Conquista morreu um velho que asseverava ter visto essa tapéra, e somente por sua enfermidade ficou impedido de ir mostral-a.

Narrava o facto assim: Tendo, certa vez, voltado de Ilhéos para a Conquista, pela antiga estrada, succedeu que o boi da carga quebrasse a corda, á noite, perto do pouso, e seguisse pela matta a dentro. No dia seguinte, cedo, apanhou a pista do boi e seguiu. Não sei que tempo levou, mas foi encontrar o animal na praça de uma povoação velha, no meio da matta, cuja entrada fez por baixo de arcarias, sendo o sólo calçado de pedras. Disse que viu na praça uma estatua de homem. O medo não deixou examinar muito mais e voltou com o animal, seguindo pela mesma pista.

Eis o que refere o Dr. Tranquilino Torres, por sua vez, na Memoria citada: « Conta-se que na aldeia da Mangerona, hoje extincta, habitada pelos Patachós, em uma cata, que alli se procedeu, descobriu-se 72 oitavas de ouro, sendo este metal de facil acquisição, tanto que para alli, nos primeiros tempos desta cidade (Conquista), affluiram alguns habitantes de Ilhéos, conseguindo tirar cabedaes. Na antiquissima e extincta Aldeia do Fogo, sita entre o rio da Posse e o Mangerona, porém, desconhecida aos nacionaes, por haverem os indios propositalmente extincto os unicos vestigios, tal era a grande quantidade de ouro que, dizem, tinham os indios as trempes deste metal. Fallecendo de febre neste local o unico aventureiro que alli conseguiu ir ter, ficou completamente elle até hoje ignorado. Existe ainda (em 1888) uma velha india botucuda que diz: « Si me carregarem numa rêde, irei mostrar-lhes que riqueza! »

Eis ahi, em essencia, uma força de tradição que tem por força um fundo de verdade, em relação á zona, hoje desconhecida.

Deixando, porém, de lado quaesquer vantagens, do ponto de vista historico, essa região, pelo que se sabe é de todo interessante sob o ponto de vista economico.

Quando nossos lavradores se queixam de terras *cançadas*, quando grande parte das populações da capital e de outras cidades bahianas faz avultar o pauperismo, é de todo interesse a exploração do Gongugy.

A uberdade desses terrenos, onde se levantam frondosas mattas, com as cachoeiras de seus rios, que podem ser aproveitadas, hoje, pela electricidade, e movimentação de machinas auxiliares da industria moderna; com os seus campos ferteis para a applicação da actividade dos nossos conterraneos, obrigados a emigrarem para outros Estados, constitue motivo bastante, e mais que outros sufficiente, para despertar e estimular os governos (que quasi nada têm feito pelo sertão), a não deixarem, por mais tempo, inexplorada essa importante região.

Confio que o *Instituto*, reconhecendo a utilidade do emprehendimento, envide esforços junto ao Governo Estadual ou Federal, para a realisação desse objectivo.

Com vigor e coragem preencha o *Instituto Geographico e Historico* os seus fins, demonstrando praticamente aos mais discrentes da sua utilidade, que, a cada progresso da Sciencia, dá-se uma repercussão no campo da actividade economica.

E pedindo agóra desculpas do tempo tomado ao illustre auditorio, agradeço-lhe a attenção com que se dignou me ouvir. (*Applausos geraes*).

Bahia, Julho de 1907.

Lindolpho Rocha.

BAHIANOS ILLUSTRES

APONTAMENTOS BIOGRAPHICOS

Estanisláo Przewodowski

OMEÇAREMOS a nova serie de bahianos illustres, ultimamente fallecidos, pelo distincto capitão de fragata engenheiro Estanisláo Przewodowski, que deixou um nome estimadissimo no Rio Grande do Sul, e cuja fé de officio constitue um dos mais brilhantes capitulos da nossa marinha de guerra.

Estanisláo Przewodowski falleceu nesta capital a 25 de Agosto de 1903, na edade de 59 annos.

Eis os seus principaes dados biographicos.

Nasceu nesta capital, a 22 de Outubro de 1843, sendo seu pae o engenheiro civil André Przewodowski.

Concluindo o curso de humanidades, dedicou-se á carreira militar, assentando praça na armada nacional, como aspirante, em 23 de Fevereiro de 1858.

Confirmado guarda-marinha, realisou as viagens de instrucção á Europa e aos Estados-Unidos. Foi promovido a 2.° tenente em 2 de Dezembro de 1862, a 1.° em 20 de Julho de 1864 e a capitão-tenente em 2 de Dezembro de 1869.

Fez parte da expedição do Amazonas na questão com os peruanos.

Achou-se no bombardeio de Paysandú, na tomada

de Corrientes, no combate de Riachuelo e nas passagens de Cuevas e Mercedes. Fez toda a campanha do Paraguay, no principio como official da corveta *Beberibe* e depois como commandante do vapor *Greenhalg*, para cruzar o rio Paraná, onde praticou muitos actos de bravura.

Como official da corveta *Beberibe*, destruiu as primeiras fortificações de Curupaty.

Pela conclusão da guerra do Paraguay, foi nomeado commandante da flotilha do Alto Uruguay, na occasião em que as relações do Brazil com a Republica Argentina se achavam em estremecimento.

Ahi se occupou o bravo e denodado militar em levantar a planta do rio Uruguay e da passagem do Salto-Grande, pelo que foi elogiado pelo ministro respectivo e pela imprensa do Rio da Prata, Rio de Janeiro, Bahia e de outras provincias.

Era condecorado com os habitos do Cruzeiro, de Christo, de Aviz, da Rosa e de campanha, e muito estimado e considerado por seus superiores, companheiros e subordinados, e fez sua carreira em virtude dos seus bons serviços e merito real:

Entre outras commissões, occupou o cargo de engenheiro-chefe da commissão de demarcação e colonisação dos valles dos rios Pardo e Jequitinhonha, ao sul da Bahia, e de gerente da *Navegação Bahiana*, de 1894 a 1900, onde prestou relevantes e valiosos serviços, fazendo a acquisição de alguns vapores e outros melhoramentos.

Com relacão ainda ao interesse que esse digno funccionario ligava ao progresso e melhoramento da navegação, sob sua direcção, exprimiu-se o illustrado Sr. Dr. Rodrigo Brandão, em discurso proferido na camara dos deputados, em sessão de 12 de Julho de 1895 (*Correio*

de Noticias, n. 944 de 15 de Julho de 1895), nos seguintes conceitos, aliás, honrosissimos:

« . . . . . .

« Quem se encarrega de responder (ao Dr. Baggi), não é o orador, mas o gerente da *Companhia Bahiana.*

O Sr. capitão de fragata Estanisláo Przewodowski tem os melhores titulos á estima e consideração publica, como um dos membros mais illustres da communidade brazileira. Foi este brioso marinheiro quem primeiro concitou as energias do nosso patriotismo para o desaggravo contra as affrontas feitas aos brios nacionaes, pelo despota do Paraguay. Foi elle quem, como commandante da flotilha do alto Uruguay, soube vingar a injuria feita ao distincto cirurgião da armada, nosso compatriota, Dr. Pamphilo Freire de Carvalho, por imprudentes estrangeiros ao serviço da ousada campanha movida contra o Brazil. Demittido pelo governo imperial e sujeito a conselho, justificou-se e defendeu-se tão bem do que o governo classificara de acto de imprudencia, para reconhecer mais tarde como um acto de hombridade e civismo, que foi de novo chamado ao serviço da armada com promessas de accessos, graças ou mercês. A recusa mais formal ao convite e instigações para voltar ao effectivo da marinha foi a resposta deste distincto brazileiro á tardia reparação da injustiça, que lhe tinha sido infligida. E tão nobre foi o seu procedimento, tão applaudida a sua conducta, como chefe daquella flotilha e mais tarde como funccionario destituido, que o commercio do Rio de Janeiro lhe offereceu uma espada de ouro, que será o mais precioso brazão da sua gloriosa vida de marinheiro.»

Para complemento desta noticia transcrevemos, o que publicou *O Paiz*, em 30 de Agosto de 1903:

« Em 1874, sendo capitão-tenente, commandava a flotilha do Alto Uruguay e estava com o seu navio capi-

tanea, a canhoneira a vapor *Vidal de Negreiros*, ancorada no porto de Itaqui.

Um intitulado medico italiano, que dahi fôra corrido pelas auctoridades policiaes, refugiando-se na povoação fronteira do Alvear, mandou chamar o medico da flotilha para examinar e receitar para um doente, pessoa muito conhecida nas duas povoações.

Com permissão do commandante Przewodowski, lá foi o medico, ignorando ser o chamado uma cilada. Alli chegando, o *medico* italiano e mais dois individuos Benati e Logato esbordoaram-no a valer, e a auctoridade policial argentina não quiz tomar conhecimento do facto.

Veio o medico a Itaqui, onde se queixou ao seu chefe, mostrando os ferimentos recebidos.

Immediatamente, o commandante Przewodowski officiou ao juiz de paz de Alvear, exigindo a entrega dos culpados. Veio logo uma resposta negativa.

Replicou o commandante da flotilha, exigindo os culpados ou bombardearia Alvear.

A uma nova e prompta negativa seguiu-se o bombardeio, que destruiu ou damnificou diversos edificios. Cessou, quando a autoridade argentina hasteou uma bandeira branca.

Veio então uma commissão de negociantes do Alvear, que, unida a alguns collegas de Itaqui, fez ver a impossibilidade da entrega dos culpados, por terem todos fugido do logar, a cavallos, em direcção ao povo de Libres.

Dentro em dois mezes, si tanto, o governo demittia aquelle commandante e submettia-o a conselho de guerra.

Foi absolvido, mas nunca mais empregado, até que lhe foi concedida a reforma, no posto de capitão de fragata.

Assim, cortou-se a carreira de um homem, que,

excellente marinheiro e excellente soldado, tanto sobresahira na guerra do Paraguay.»

Em 12 de Junho de 1895 contrahiu casamento no Rio Grande do Sul, com a Exm.ª Sr.ª D. Felicidade Cardoso Pereira de Mello, filha do coronel do exercito o Sr. Antonio Cardoso Pereira de Mello e sobrinha do Sr. almirante Barão de São Marcos, tendo de seu consorcio cinco filhos.

Procurando garantir o futuro da familia, requereu ao Congresso Nacional a sua reversão ao serviço activo da nossa armada, juntando informações favoraveis do Ministro da Marinha contr'almirante Alves Barbosa.

Votada a Lei n. 172, que lhe concedia nova reforma, foi vetada pelo Presidente Rodrigues Alves.

Possuido de profundo desgosto, sentiu-se moral e physicamente abalado, vendo frustados todos os seus sacrificios e esgotados os seus pequenos recursos, e retirou-se para o seio de sua familia, onde os seus padecimentos se aggravaram, e tiveram o fatal desenlace.

Estanisláo Przewodowski era socio effectivo fundador do *Instituto Geographico e Historico da Bahia.*

Marechal Francisco de Aguiar

O marechal graduado Dr. Francisco Pereira de Aguiar, bahiano de notavel probidade, correcção e inteireza de caracter, falleceu nesta capital na noite de 8 de Setembro de 1903, na idade de 83 annos.

Filho legitimo do Sr. Domingos Pereira de Aguiar e D. Maria Jacintha de Aguiar, nasceu neste Estado a 26 de Julho de 1820.

Tendo assentado praça no exercito a 11 de Março de 1841, fez o curso de mathematicas na antiga Escola

Militar do Brazil, onde sustentou these e recebeu o gráo, em 19 de Maio de 1846.

Serviu no corpo de engenheiros, sendo nomeado nesse mesmo anno engenheiro das obras militares da Bahia, cargo que exerceu até 1878, concertando e reformando arsenaes e fortalezas, exercendo tambem o de director das obras publicas da provincia, em cujas funcções deu as mais exhuberantes provas de sua honradez e zelo pelo serviço publico, attestados pelos Presidentes em suas Falas á Assembléa Provincial.

No cargo de director das obras publicas superintendeu a construcção da ladeira da Montanha, fez aterrar e nivelar o então Campo Grande, abriu a rua da Valla; em fim esteve a frente de muitos outros trabalhos emprehendidos para a conservação e segurança da cidade alta, melhorando as ladeiras da Conceição e Misericordia, muralha da montanha do Pilar, praça e caes em frente da egreja da Conceição da Praia, além dos reparos nos edificios provinciaes.

Em 1848 collaborou no nunca esquecido jornal de Guedes Cabral, *O Guaycurú.*

Por occasião da guerra do Paraguay foi incumbido de fortificar Tabatinga, fronteira amazonense.

Escreveu uma memoria sobre a muralha na montanha do Pilar, sob a casa do Sr. Justino Sento Sé, Bahia, 1846. O original se acha no archivo militar: escreveu mais varios relatorios e algumas plantas, que estão no mesmo Archivo, e Projectos de melhoramentos para a ladeira da Conceição, de uma praça e caes em frente a matriz do mesmo nome, etc.

Em attenção ás altas funcções militares, que exerceu, foi merecidamente distinguido pelo governo imperial com diversas condecorações, e reformado pelo governo da Republica com a graduação de marechal de campo.

O Conselho municipal approvou unanimemente a seguinte moção de pezar:

«O conselho municipal, em extremo penalisado pelo infausto passamento do marechal Dr. Francisco Pereira de Aguiar, e considerando que até o Estado, assim como o paiz inteiro, deve ao finado gratidão pelos inolvidaveis serviços prestados em mais de uma emergencia, resolve inserir na acta um voto de profundo pezar, nomear uma commissão para acompanhar o enterro e dar pezames á familia, e em seguida suspender a sessão.

Em sessão, 9 de Setembro de 1903.»

Luiz Tarquinio

O operoso industrial bahiano Luiz Tarquinio, cuja morte, entre lagrimas dos operarios, que felicitara, e as bençams da sociedade que dignificara pelo trabalho e pela intelligencia, a Bahia registou a 7 de Outubro de 1903, nasceu nesta capital em 24 de Julho de 1844.

A obscuridade de seu nascimento, allumiada pela sollicitude carinhosa de uma mãe exemplarissima, de cuja alma heroica hauriu as energias masculas de seu espirito, foi-lhe talvez a força poderosa que o impulsou em todo o transcurso de sua fecunda e proveitosa existencia.

Com a só instrucção elementar que obteve na escola primaria, foi aos 10 annos de idade empregado na casa commercial do negociante Lino Porphirio da Silva.

Dedicado ao estudo, dando pasto ás instigações de sua intelligencia, avida de instrucção, foi com os proprios recursos que seu trabalho lhe dava, os quaes ainda

repartia com a extremosa mãe que Deus lhe dera por anjo tutelar, que, estudando linguas e sciencias, começou de se apparelhar para a lucta da vida em que tantas e tão nobres conquistas ceifou.

Por intermedio de um devotado amigo, o Sr. Polydoro Bittencourt, cuja estima cultivou sempre com affeição carinhosa, teve entrada mais tarde na casa commercial de nossa praça, que gyrava sob a razão social de Freres Bruderer.

Ahi, onde as suas habilitações, dedicação ao trabalho e exemplar probidade lhe grangearam a estima e a confiança dos negociantes patrões, viu rasgarem-se-lhe os horisontes que a sua actividade deveria perlustrar.

Commissionado pelos chefes daquella casa commercial, foi repetidas vezes aos centros industriaes europeus a tratar directamente com os grandes fabricantes de tecidos, conseguindo em pouco tempo, com os esclarecidos conselhos, ampliar com o melhor exito e actividade os negocios da casa Bruderer, que, em recompensa aos valiosos serviços de Luiz Tarquinio, o convidou a fazer parte da firma, que se reconstituiu sob a razão de Bruderer & C.ª, cabendo-lhe inteira a responsabilidade da gerencia.

A esse tempo já era bastante saliente o valor de sua individualidade no commercio da Bahia, e applaudido o seu nome, em substanciosos trabalhos, que publicava sobre importantes questões financeiras, objecto de seus predilectos e assiduos estudos.

Não se contentou seu espirito emprehendedor com a lisongeira posição, já então alcançada no commercio.

Conhecendo com a segurança e firmeza que a sua capacidade, solidamente disciplinada pelo estudo e pela pratica, lhe dava, poz em execução o notavel commettimento, que o concretizou na fundação do *Emporio In-*

dustrial do Norte e da *Villa Operaria*, que são o maior monumento, que não solução do tremendo problema — a harmonia completa do capital e do trabalho — póde edificar a intelligencia do homem.

A realização desta obra gigantesca e os seus resultados praticos, quer relativamente á producção da industria, quer com relação á feição edificativa dos habitos do operariado, quer referentemente á assistencia organizada em beneficio do operario e seus filhos, desde a hygiene até o conforto, desde a escola até a creche, deram-lhe justo renome.

A fabrica de tecidos da Bôa-Viagem é considerada o primeiro estabelecimento, no seu genero, da America do Sul.

Com a extincção das camaras municipaes, sob o governo provisorio, foi pelo Dr. Manuel Victorino Pereira, então governador do Estado, nomeado intendente do municipio da capital, cargo em que prestou bons serviços e projectava importantes melhoramentos materiaes, e do qual se afastou com a renuncia daquelle governador.

Sob o regimen constitucional, foi eleito conselheiro municipal, cargo que renunciou.

A sua competencia em assumptos financeiros, de que entre outros deixou prova no seu opusculo — *A solução da crise* — foi notoria como os seus creditos de industrial.

O seu trato era ameno e captivante; a sua physionomia accusava um caracter franco e austero.

Solicito e previdente, a sua actividade era incomparavel. Amava o trabalho, e nada lhe era mais agradavel que obedecer ás suggestões do dever, a que nunca fugira.

Na gerencia do Emporio e na administração da

grande fabrica, que, depois de ser a visão acariciadora de seu pensamento, lhe foi o cuidado desvellado de todas as horas, a sua acção era prompta, immediata, nunca se fez esperar.

Foi um trabalhador tenaz e perseverante, para o qual, parece, não havia canseiras. Uma perfeita organisação de administrador.

A sua morte produziu geral e profunda consternação, sendo eloquentes e innumeros os testemunhos de pezar expressados pela imprensa, que lhe realçou, unanime, os predicados como commerciante, industrial e financista, pela Intendencia Municipal, pela Associação Commercial e varias outras associações, corporações scientificas, e especialmente pelos operarios do *Emporio*, que compareceram todos ao saimento.

De seu consorcio com a Exm.ª Sr.ª D. Adelaide de Figueiredo Tarquinio teve 14 filhos, dos quaes 6 do sexo feminino e 8 do sexo masculino.

O « Instituto Geographico e Historico da Bahia » bemdiz a sua memoria sagrada, publicando o preito de sua veneração.

Dr. Amphilophio do Carvalho

Falleceu na cidade do Rio de Janeiro o Dr. Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, no dia 15 de Novembro de 1903, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, e illustrado advogado.

O illustre brazileiro, como juiz, foi de uma integridade impolluta, e um dedicado servidor dos interesses da communhão nacional.

A *Revista* rende devido preito á sua honrada memoria, transcrevendo os seus dados biographicos.

O Dr. Amphilophio nasceu n'esta capital, na rua Chile, em 16 de Julho de 1850.

«Era de união legitima do negociante Pamphilo Manuel Freire de Carvalho e D. Josepha Botelho Freire de Carvalho.

Tendo perdido seus paes, ainda em tenra idade, foi educado pelo seu tutor e tio Dr. Pedro Antonio de Oliveira Botelho.

Estudou no *Collegio 2 de Julho*, de propriedade de seu tio o Dr. Joaquim Antonio de Oliveira Botelho, lente da Faculdade Medicina, e concluiu o seu curso de humanidades no *Collegio Sebrão*, nesta capital, seguindo para Pernambuco, em 1864, matriculando-se na Faculdade de Direito do Recife, tendo apenas 16 annos incompletos.

Ahi, desde o inicio de seu tirocinio, salientou-se pela sua intelligencia e amor ao estudo, ao qual consagrou o maior interesse.

Em companhia de outros collegas, fundou *O Futuro*, orgão de publicidade destinado a advogar os principios democraticos, e em cujas columnas deixou em bons artigos as primicias do que seria a sua vida publica.

Em 1869 formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife, regressando á Bahia.

Era presidente desta provincia o benemerito visconde de S. Lourenço, de saudosa memoria, que o nomeou logo inspector litterario.

Após essa nomeação foi o jovem bacharel nomeado promotor publico da comarca de Santo Amaro, em cujo cargo se portou dignamente, sendo dahi removido para o logar de juiz municipal e de orphãos na Feira de Santa Anna.

Nomeado juiz de direito da comarca de Chique-

Chique, para onde os governos da monarchia escolhiam especialmente os magistrados mais confiantes, foi elle depois removido para Monte-Santo, após para a de Areias, em São Paulo, e dahi para a de S. João da Barra, no Rio de Janeiro.

Em qualquer dellas mostrou-se o illustre extincto, um juiz modelo e digno do apreço que todos os seus jurisdiccionados lhe dispensavam.

Eleito deputado provincial em 1873, como um dos proceres do partido conservador, o Dr. Amphilophio Botelho Freire de Carvalho honrou o seu mandato e occupando por vezes com brilho a tribuna parlamentar, defendeu importantes assumptos da publica administração e apresentou varios projectos de alto valor moral, como o da creação de bibliothecas populares, jardins infantis e outros sobre instrucção publica.

Em 1877 foi chefe de policia, inexcedivel em zelo e energia, pois pessoalmente fez diversas diligencias no interior do estado, em busca de moedeiros falsos e cumplices de outros crimes.

Nomeado presidente da então provincia de Alagôas, conseguiu deixar alli laureado o seu nome, tão honrada e patriotica foi a sua administração.

Desfraldava-se desde 1881, na Bahia, a bandeira da abolição dos escravos, quando em 1885 ou 1886, foi elle nomeado juiz de direito nesta capital.

A propaganda ia no seu auge, quando perante aquelle magistrado, subiu uma questão importante.

O abolicionista Eduardo Carigé, um dos mais heroicos propugnadores da liberdade dos captivos, baseado na lei de 7 de Novembro de 1831, requereu ao juiz Amphilophio que considerasse livres os africanos que com a execução respeitosa daquella lei estavam indevidamente escravisados.

Aquelle magistrado, depois de estudar bem o texto da lei, pouco se importando que as victimas pertencessem a senhorios no poder ou fóra delle, que fossem de potentados ou não, de adversarios ou correligionarios, lançou centenas de despachos, considerando livres em nome da lei, a que elle servia sem senhores, a todos os africanos importados depois da lei de 1831.

O odio escravista que a execução dessa lei provocou é facil de avaliar-se, mas o juiz abolicionista, tendo a consciencia pura, deferia para deante as petições que nesse sentido lhe eram apresentadas documentadamente, e só de uma vez deu liberdade a 266 victimas da exploração infame contra a liberdade humana.

Veio a Republica e os seus serviços foram ainda aproveitados.

A' vida forense, onde o Dr. Amphilophio se impunha pela correcção, estudo e altivez, fazendo-se respeitado, foi buscal-o a constituinte republicana, da qual elle fez parte, honrando a primeira representação da Bahia.

O que foi a sua passagem na camara dos deputados da União, digam os *Discursos parlamentares,* obra que corre mundo como o attestado do valor moral de quem a escreveu, proferindo-os em meio da admiração dos doutos e dos competentes.

Nomeado membro do supremo tribunal federal, tão familiar lhe era o convivio desse ramo de serviço publico, que elle não deslustrou o seu nome, antes o egualou ao dos mais distinctos dos seus pares.

Ultimamente retirado da vida publica advogava no Rio de Janeiro, onde era muito consultado.»

A Redacção.

ACTAS DAS SESSÕES EM 1908

146.ª Sessão em 8 de Março de 1908

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

Aos 8 de Marco de 1908, n'esta cidade da Bahia e salão do *Instituto Historico*, á uma hora da tarde, presentes os socios Cons.os Carneiro da Rocha e João Torres, Drs. Satyro Dias e Isaias Santos, contr'almirante Alves Camara, Padre Luiz da França, Eloy Guimarães, Damasceno Vieira, Professor Luiz Augusto, e Ferreira Braga, abre-se a sessão.

O Dr. 2.º Secretario faz a leitura da acta da sessão anterior, que é approvada sem debate.

O Cons. 1.º Secretario faz a leitura do expediente, dando noticia das offertas recebidas.

Officios dos secretarios dos Institutos Historicos, Brazileiro e Alagoano, e da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro communicando as novas directorias eleitas.

Carta do socio Clemente Barahona Vega, de Santiago do Chile, enviando varias obras do Dr. Frederico Puga Borne.

E' lido um parecer favoravel a admissão de socios, que fica sobre a mesa para ser votado na sessão seguinte.

O Cons. Presidente dá noticia do fallecimento do socio correspondente Dr. Casemiro de Souza, a 26 de Janeiro ultimo, na cidade do Serro, em Minas-Geraes,

onde era medico humanitario, tendo prestado grandes serviços nos hospitaes de Monte Santo e Queimadas, nas luctas de *Canudos;* e propõe que se lance na acta um voto de sincero pezar, o que é approvado.

Posto em discussão o pedido feito pela Commissão Central para o emprestimo de objectos artisticos e os do museu para a Exposição Nacional de 1908, na cidade do Rio de Janeiro, resolveu-se, de accordo com os Estatutos, indeferir-se o pedido.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João Nepomuceno Torres.—Isaias de Carvalho Santos.*

147.ª Sessão em 26 de Abril de 1908

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

Aos 26 de Abril de 1908, no salão do costume, presentes os socios Cons.os Carneiro da Rocha, João Torres, Braulio Xavier e Filinto Bastos, Desembargadores Thomaz Montenegro e Jeronymo Gonçalves, Drs. Satyro Dias, Freire de Carvalho, Alexandre de Souza, Vivaldo Lima e Isaias Santos, Monsenhor Manfredo e Padre Luiz da França, Engenheiro Pimenta Bastos, Horacio Urpia, Eloy Guimarães, Damasceno Vieira, Professor Luiz Augusto, e Ferreira Braga, abre-se a sessão, sendo lida e approvada a acta da sessão anterior.

O Cons. 1.º Secretario faz a leitura do expediente e dá noticia das offertas recebidas, que serão publicadas em Appendice.

Officios dos Secretarios do Instituto Archeologico Pernambucano e das Associações Commerciaes do Ma-

ranhão e d'esta capital, communicando a eleição dos novos funccionarios.

Cartas de Joaquim Ramos Soledade (Santos), e do socio Desembargador Manoel Maria do Amaral, enviando offertas.

São lidos, o demonstrativo da receita e despeza do *Instituto*, durante o anno de 1907, o qual é enviado á commissão de Fazenda, e o projecto do orçamento para o corrente anno de 1908, apresentado pela respectiva commissão, o qual fica sobre a meza para ser votado na sessão seguinte.

Lança-se na acta um voto de pezar pelo fallecimento do socio effectivo fundador, major Francisco Pires de Carvalho, nesta capital, a 20 de Abril corrente.

O Desembargador Montenegro, pedindo a palavra, propõe tambem que se lance na acta um voto de sincero pezar pelo fallecimento do distincto socio correspondente, Dr. Joaquim de Toledo Pisa e Almeida, integro magistrado e presidente do Supremo Tribunal Federal, a 23 de Abril, e tambem notavel cultor da historia do Brazil, o que é approvado.

Vota-se, em escrutinio secreto, o parecer da commissão de socios, sendo reconhecidos e proclamados socios effectivos os Drs. João Ferreira de Araujo Pinho Filho, Argeu Antonio de Freitas, Juvenal Alves da Silva e Conego Ildefonso Nunes de Oliveira.

Nada mais havendo, o Sr. Presidente levanta a sessão, declarando que a 3 de Maio terá logar a sessão magna de anniversario. — *Antonio Carneiro da Rocha.* —*João Nepomuceno Torres.*—*Isaias de Carvalho Santos.*

148.ª Sessão Magna de Anniversario em 3 de Maio de 1908

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, no salão nobre do *Instituto*, presentes os socios Cons.os Carneiro da Rocha, João Torres, Filinto Bastos e Braulio Xavier, Drs. Satyro Dias, Junqueira Ayres, Freire de Carvalho, Barão de S. Francisco, Vivaldo Lima e Vital Soares, Engenheiros José A. da Costa e Pimenta Bastos, Ferreira Braga, Monsenhores Manfredo e Samuel de Almeida, Conegos Tapyranga e Ildefonso de Oliveira, Padre Luiz da França, Commendador Sant'Anna, Eloy Guimarães, Coronel Athayde, Professores Santos Sá e Luiz Augusto, e Damasceno Vieira, achando-se tambem presentes o Governador do Estado Dr. José Marcellino de Souza, o Coronel Osorio de Paiva, Commandante do Districto, o Capitão de Corveta Franciseo de Mattos, Capitão do Porto, representantes de varias associações e da imprensa, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão commemorativa do 14.° anniversario da fundação do *Instituto Historico da Bahia*, lendo substancioso discurso, que foi geralmente applaudido.

Depois o Cons. 1.° Secretario leu, de accordo com os Estatutos, o relatorio das occurrencias havidas durante o anno social, dando noticia do estado financeiro do *Instituto*.

Seguiu-se com a palavra o supplente de Orador, Cons. Filinto Bastos, que leu importante discurso, no qual fez referencias ao centenario da abertura dos pórtos do Brazil, e aos socios fallecidos Dr. Candido Job de

Carvalho e Dr. Joaquim Piza e Almeida, sendo muito applaudido ao terminar a sua oração. (*)

Finalmente o socio Damasceno Vieira, orador do *Gremio Litterario*, saudou o *Instituto* em nome desta associação, recitando versos geralmente applaudidos.

Nada mais havendo, o Sr. Presidente agradeceu a todos o seu comparecimento e levantou a sessão.

Nos intervallos, e em sala contigua se fez ouvir a banda do 1.° Corpo do Regimento Policial, tendo tocado no inicio da sessão o hymno dedicado ao Cons. Affonso Penna, Presidente da Republica, pelo musico bahiano João Sacerdote. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — *João Nepomuceno Torres.* — *Isaias de Carvalho Santos.*

(*) O discurso está publicado á pag. 35 d'esta *Revista*.

DISCURSO

DO PRESIDENTE

Cons. Antonio Carneiro da Rocha

Meus Senhores:

Sejam as palavras, que ides ouvir e que outros lerão, a manifestação de uma queixa e a expressão de uma supplica.

Não pode o *Instituto Geographico e Historico da Bahia* exultar de prazer e cobrir-se de maiores galas, como desejava, neste dia, em que commemora a data de seu apparecimento social, porque continúa desalentado e precisando de auxilio para cumprir a proficua e utilissima missão para que foi installado.

Sem a protecção desse poder, que, nas sociedades

sem iniciativa e habituadas á tutela, é uma força essencial e poderosa para a vida das aggremiações, o *Instituto Geographico e Historico da Bahia* tem vivido, de certo tempo, quasi sómente da constante cooperação dos poucos dos seus associados.

Posso dizer-vos, ainda que com alguma magua, que somos mais considerados e apreciados pelos institutos congeneres estrangeiros, do que no meio em que funccionamos. Todos os dias recebemos communicações e provas de sympathias dessas sociedades, trocamos com ellas correspondencias, o que me obriga a dirigir-lhes daqui os nossos agradecimentos.

A subvenção, que ainda recebemos dos cofres federaes, cada anno se reduz de modo que os nossos recursos são escassos e provenientes da contribuição de alguns socios, que entendem que esta instituição deve existir.

Em virtude deste abandono em que vivemos, deixamos de commemorar a data, jamais esquecida para o nosso paiz e para a Bahia, da abertura dos portos do Brazil ás nações estrangeiras.

Projectamos festejar, com as honras devidas, a Carta Regia de 28 de Janeiro de 1808, inspirada pelo illustre publicista José da Silva Lisbôa, depois visconde de Cayrú, a qual veio derrubar aos oceanos as barreiras que se oppunham ao livre accesso dos nossos portos, consagrando dest'arte que as aguas não têm nacionalidade e podem ser navegadas por todas as bandeiras.

Como bahiano, como iniciador da nossa independencia politica, como escriptor aprimorado da lingua nacional, como jurisconsulto emerito, como estadista e patriota, José da Silva Lisbôa, o auctor do *Direito Mercantil* e de outras obras de elevado merito, principalmente pela época em que foram publicadas e com as quaes enriqueceu a sciencia e a litteratura, tinha direito incon-

testavel a receber as homenagens sinceras e as manifestações mais festivas do *Instituto Geographico e Historico* de sua terra natal.

Não podemos cumprir esse gratissimo dever, mas tivemos a satisfação de vêr que a patriotica e benemerita *Associação Commercial*, a cujos intuitos José da Silva Lisbôa prestou os mais notaveis ensinamentos, substituiu-se a nós, commemorando aquellla data excelsa de modo imponente e enthusiasta.

Não era para chorar a perda de um varão de fama mundial que tinhamos de nos reunir, porque, como disse um escriptor, o officio da posteridade não é o de carpir, sinão o de exalçar os que bem mereceram da sociedade: a gloria corôa, mas não chora; seria, porém, para fazer a solemne e justissima commemoração de uma data feliz para o Brazil e a glorificação do *Patriarcha da nossa independencia e da Jurisprudencia Commercial*, como chama a José da Silva Lisbôa um dos seus mais illustrados biographos.

Si fora outro o nosso estado financeiro, solemnisariamos com mais pompa a presente data, que rememora tambem o grande commettimento de Pedro Alves Cabral, fazendo surgir das ondas este colosso, que se denominou Brazil.

Diante desta situação incommoda em que se arrasta este *Instituto*, que mal tem podido publicar a sua *Revista*, cabe supplicar aos poderes publicos, a todos os senhores socios e ao publico em geral que venham em auxilio nosso.

A nossa missão social é das mais importantes e fecundas, ainda mesmo que só tivessemos por funcção a perpetuidade das datas historicas e dos homens illustres, porque o prolongamento do ser entre os seus descendentes,

por suas idéas e por seus actos, é a immortalidade verdadeiramente positiva na expressão de Gener.

Perguntavam um dia a Schopenhauer:

Onde estão os mortos? respondeu elle: Aqui, entre nós, porque, apesar da morte, a despeito da putrefacção, elles e nós vivemos reunidos pela immortalidade.

Feitas a queixa e a supplica, que deixamos formuladas, confia e conta o *Instituto Geographico e Historico da Bahia* que dias melhores e mais felizes virão, para que nesta data possa elle festejar o seu anniversario com todos os jubilos e maior imponencia. (*Applausos geraes*).

Relatorio do Cons. 1.º Secretario

Sr. Presidente:

Srs. Consocios:

É com o maior jubilo que hoje aqui reunem-se os socios do *Instituto Geographico e Historico da Bahia*, em modesta festa litteraria, para celebrar o 14.º anniversario de sua fundação, cumprindo o rigoroso dever de dar contas da espinhosa missão, que lhes foi confiada, e dando ao mesmo tempo o testemunho solemne de que o *Instituto* ainda vive.

Essa solemnidade não é só uma festa de familia, é tambem uma festa civica.

Associação fundada em 1894 por homens de lettras e patriotas, luctando com toda a sorte de embaraços e difficuldades, privada actualmente dos recursos que o poder publico em todos os paizes civilisados subvenciona largamente aos institutos e sociedades geographicas nas

viagens e explorações scientificas, tem, não obstante, procurado executar o programma traçado nos seus Estatutos, e que consiste principalmente em colligir e publicar documentos e estudos, que hão de servir um dia para grandes trabalhos sobre a geographia e a historia do Brazil, e de ensinamento ás gerações futuras.

O *Instituto*, de facto, já teve dias gloriosos, já fez festas commemorativas que écoaram fóra dos limites do Estado, concorreu e foi premiado na Exposição de S. Luiz, nos Estados-Unidos; e os 13 volumes, já publicados, da nossa *Revista* asseguram que não temos tido vida ingloria e improficua, não só com a publicação de documentos ineditos, biographias de bahianos illustres que honraram o paiz por suas lettras e serviços, como inestimaveis memorias de nossos illustrados consocios.

Os jornaes, as revistas, e os ineditos que o *Instituto* dia a dia vae conseguindo archivar são elemento precioso e necessario para a documentação da historia.

Agora mesmo, lendo a *Bibliotheca Braziliense* ou *Catalogo dos livros sobre o Brazil*, do Dr. José Carlos Rodrigues, deparei sob o n. 2.544 com a noticia de um precioso manuscripto em 4 vols. — «Recopilação de Noticias Soteropolitanas, em 20 cartas, escriptas da cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, em 1802, pelo professor de lingua grega da mesma cidade, Luiz dos Santos Vilhena, a um seu amigo da cidade de Lisboa, noticiando-o do estado da cidade e da capitania.»

A obra é ornada de plantas geographicas e estampas, com uma planta hydrographica da Bahia, e pertenceu á bibliotheca de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, sendo posteriormente comprada pelo Dr. Rodrigues, por 100 libras.

Nas 15 primeiras cartas o professor Vilhena occupa-se de assumptos interessantes e inteiramente

ineditos, e, ao que parece, desconhecidos por Ignacio Accioli, descrevendo a capitania desde a arribada de Pedro Alvares Cabral, chegada do primeiro donatario e luctas com os indigenas, a edificação da cidade, erro na escolha do sitio para fundação da mesma, sua fortificação, habitantes e commercio, antiguidades ineditas, irmandade de Misericordia, lista das cadeiras e escolas da capitania com os ordenados competentes, antes e depois da extincção dos jesuitas, creação, extincção e restauração do Tribunal de Relação com o catalogo de todos os Desembargadores, Regedores, Chancelleres e officios de justiça, catalogo de todos os Governadores e vice-Reis e factos mais notaveis do tempo de cada um, governo ecclesiastico, fundação de todos os mosteiros e conventos, com o catalogo de todos os bispos, arcebispos e mappa das freguezias, portos da costa da Bahia, receita e despeza publica, etc.

Como se vê, é uma obra importante, e neste momento faço um appello ao Exm. Conselheiro Presidente para envidar esforços no sentido de conseguir uma copia authentica, para ser dada a publicidade em nossa *Revista.*

*
* *

Cabe ao 1.° Secretario, pelos nossos Estatutos, summariar todos os factos, todos os nossos trabalhos havidos durante o anno social.

Antes de dar-vos noticias desses esclarecimentos, devo dizer que o *Instituto* não poude fazer, a 28 de Janeiro ultimo, a commemoração do 1.° centenario da abertura dos portos do Brazil ao commercio do mundo, por estar em férias e ter n'esse dia se realisado a eleição de Governador do Estado.

O grande facto historico foi lavrado nesta cidade a 28 de Janeiro de 1808, 6 dias depois da chegada inesperada do principe regente, depois D. João VI, permittindo franca importação e exportação de quaesquer generos e producções coloniaes em navios portuguezes e estrangeiros, graças aos esforços e conselhos do eminente economista e jurisconsulto bahiano José da Silva Lisbôa, visconde de Cayrú, junto ao seu grande amigo Conde da Ponte, governador da Bahia.

Infelizmente, o original desse decreto não existe no nosso Archivo Publico, tendo sido violentamente arrancado do livro, onde se acham os demais daquella época memoravel para a nossa historia.

Este facto de grande transcedencia e que foi o golpe de morte do systema colonial e absolutista, foi felizmente commemorado pela digna Associação Commercial desta cidade, com uma sessão solemne, sendo inaugurados os retratos do rei D. João VI e do sabio estadista visconde de Cayrú. Comquanto o Regente houvesse adoptado essa medida, «como providencia indispensavel do momento e das circumstancias, reservando-se o direito de, mais tarde, a derogar ou modificar segundo lhe parecesse opportuno, diz o padre Raphael Galanti, não previu elle que, uma vez aberta semelhante porta, ficava impossivel, ou pelo menos, summamente difficil tornar a fechal-a. Póde-se com franqueza affirmar ter sido ella uma das causas que mais contribuiram para a independencia do Brazil.»

Outro facto, que assignalou a passagem da familia real pelo Brazil, e que vai ser commemorado a 13 de Maio, na capital da Republica, com uma exposição commemorativa do seu primeiro centenario, foi a creação da Imprensa do Brazil.

Durante o anno que passou, celebrou o «Instituto» 10 sessões ordinarias e uma de assembléa geral, regularmente frequentadas e todas presididas pelo nosso illustrado e solicito presidente, conselheiro Antonio Carneiro da Rocha.

A Directoria foi ainda uma vez reeleita, e tomou posse na sessão de 13 de Maio, sendo tomadas as contas ao Sr. Thesoureiro, e votado o novo orçamento para o corrente exercicio.

Na sessão de 3 de Maio o orador do «Instituto», Dr. Braz do Amaral, leu importante Memoria sobre a Constituição Politica de 1824 e suas reformas, fazendo a devida critica historica com o criterio e erudição com que tem servido á associação desde a sua installação.

Na sessão de 21 de Julho o illustrado consocio e jornalista Dr. Lindolpho Rocha, estudando a grande facha do territorio do Estado, desconhecida e não explorada, a que denominou zona do *Gongugy*, entre Conquista, Poções e Ilhéos, habitada por tribus diversas de indios, e onde se suppõe a existencia de antiga — feitoria ou tapéra, estuda o assumpto sob o aspecto geologico, historico e economico, e mostra a necessidade de ser rectificada a nossa carta geographica, e de ser quanto antes explorada essa região por iniciativa do governo do Estado.

A 28 de Julho fez 2.ª conferencia — Bandeirantes, sua origem, e influencia na civilisação ou educação social dos brazileiros.

O interesse que despertam assumptos d'esta natureza trouxe ás conferencias grande numero de socios e litteratos, que dispensaram ao Dr. Lindolpho os mais justos encomios e applausos pelo serviço prestado ás lettras patrias e ao «Instituto».

O « Instituto » fez-ze representar nas sessões litterarias e solemnidades para as quaes foi convidado.

Neste anno deixaram-nos para sempre os seguintes consocios:

Conego Ananias Ferreira do Amaral, a 17 de Dezembro de 1906; Dr. Felix de Barros e Almeida, a 27 de Janeiro de 1907; Dr. José Alexandre Teixeira de Mello, a 10 de Abril; Dr. João Tillemont Fontes, a 17 de Julho; Dr. Joaquim Pires Machado Portella, a 14 de Agosto; e Dr. Julius Meilli, o grande numismata, a 26 de Setembro, em Zurick.

Nas actas foram lançados votos de sincero pezar pela falta de tão estimados companheiros.

Foram proclamados 8 socios estrangeiros, residentes na Europa; e, dos socios effectivos, pagaram suas joias, o Dr. Jayme Richards, engenheiro de minas, o general Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, professor Roberto Correia, conego Manoel Leoncio Galrão, senador estadual, Dr. Manoel Thaumaturgo de Miranda, Dr. José Hypolito de Cerqueira Lima, Dr. Edgard Tourinho e Dr. Adolpho Tourinho.

O «Instituto» continuou a ser honrado com importantes offertas de livros, jornaes e revistas nacionaes e estrangeiras, mappas e medalhas, que se acham convenientemente escripturadas.

O socio major Rogociano Teixeira fez a offerta de um relogio do sol ou bussola, de marfim, com escalas, e com a data de 1653, de que se serviram antigos bandeirantes paulistas, quando se internaram pelos sertões da Bahia.

O «Instituto» foi honrado com 2 diplomas, um com a medalha de ouro, conferido pela Exposição Universal de S. Luiz, nos Estados-Unidos, e o outro pelo prefeito do Juruá, general Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, com a medalha commemorativa do Cruzeiro do Sul, séde da Prefeitura.

Fez-se a distribuição do vol. XIII da *Revista*, correspondente ao anno de 1906, com 236 paginas, achando-se já no prélo o vol. de 1907, n. 33.

Pelo demonstrativo da receita e despeza do anno de 1907, verifica-se que a receita importou em 6:837$000, e a despeza em 6:824$000, sendo applicada a pequena subvenção federal, proveniente de loterias, na amortisação da hypotheca do predio, que ainda está em 22:530$000.

O «Instituto» já teve uma subvenção de 6 contos de réis, de que ficou privado, teve loterias, que ficaram suspensas por outra lei, a subvenção municipal não se recebe ha 3 annos, uma subvenção federal de 5 contos, que foi votada na Camara dos Deputados, cahiu, com as demais, no Senado Federal.

Sendo 144 os socios effectivos, apenas 85 se acham em dia com a suas mensalidades, que importaram em 1:193$000, havendo 15 socios remidos.

Poucos embora, os que concorrem para a manutenção desta instituição, procurando honrar a memoria dos seus benemeritos fundadores, estão convictos de que estão cumprindo um dever patriotico, sem preoccupar-se com as contrariedades que possam sobrevir.

Continuemos, pois, a luctar e tenhamos fé no futuro.

Bahia, 1908.

João Torres.

Saudação do Sr. Damasceno Vieira

Illustre auditorio:

O *Gremio Litterario da Bahia* vem, por intermedio de seu orador, acceder ao convite de tomar parte na festa commemorativa do 14° anniversario deste *Instituto Geographico e Historico.*

Sabemos bem, senhores, dos sacrificios de toda a ordem por que tem passado esta instituição benemerita, no decorrer de sua utilissima existencia. Como uma tenue compensação a tantas difficuldades, heroicamente vencidas, é bem que todas as associações de sciencias e lettras lhe tragam hoje os seus applausos, que são estimulos, para que mais forte continúe a gloriosa jornada.

Todos os espiritos cultivados que dão realce intellectual a esta terra, devem-se congregar, para que o *Instituto* adquira, de anno em anno, maior desenvolvimento, vendo enriquecida a sua preciosa bibliotheca e avolumado o seu incipiente museu.

Si a minha voz tivesse o poder de repercurtir por todos os angulos da capital bahiana, ella iria concitar a todos quantos prezam a historia patria para contribuir com seus esforços para o brilhantismo desta associação, considerada um tabernaculo de nossas mais caras tradições, um dos mais eruditos patrimonios que a Bahia póde legar ás gerações futuras.

Quando vemos sem frequentadores a «Bibliotheca Municipal», sem frequentadores a «Bibliotheca Publica», desprovida de estantes, com os livos amontoados em bancos, como si por alli houvesse passado um terremoto; quando a mocidade ávida de aprender, de se educar, de se

instruir, procura um estabelecimento publico em que sacie a sua infinita sêde, bem haja o *Instituto Historico*, bem haja o *Gremio Litterario*, que abrem francamente as suas portas aos que amam o estudo, como si lhes bradasse:

Entrae! Aqui flori toda a Esperança!
Vêde! Lá fóra brame a tempestade!
Em paixões más se agita a sociedade,
Mordida pela serpe da Vingança!

O monstro da Discordia, que não cança,
Torna mais negra a intensa escuridade,
Quando o povo só quer a claridade,
E ver nos céos o Arco da Alliança!

Vinde aqui, transviados peregrinos,
Que vagaes em deserto, em noite escura,
Sem saber quaes vão ser vossos destinos!

Em troca da afflictissima provança,
Tereis a Chanaan, risonha e pura!
Entrae! Aqui flori toda a esperança!

Damasceno Vieira.

149.ª Sessão em 24 de Maio de 1908

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

Aos 24 de Maio de 1908, no salão do costume, presentes os socios Cons.os Carneiro da Rocha e João Torres, Dez.or Jeronymo Gonçalves, Drs. Satyro Dias, Isaias Santos, Vivaldo Lima e Pimenta Bastos, Monsenhores Samuel e Manfredo, Conego Ildefonso, Coronel

Manoel Gonçalves, Eloy Guimarães, Damasceno Vieira, Ferreira Braga, Professores Torquato Bahia, Luiz Augusto e Roberto Correia, e Octaviano Soledade, é declarada aberta a sessão, sendo lidas e approvadas as actas de 26 de Abril e 3 de Maio.

O Cons. 1.° Secretario faz a leitura do expediente, e dá noticia das offertas recebidas.

Telegramma do 1.° Secretario do *Instituto Historico Brazileiro*, pedindo o catalogo impresso dos jornaes da Bahia, organisado pelo socio Dr. Alfredo de Carvalho. Foi satisfeito o pedido, declarando o 1.° Secretario que ia remetter tambem a relação dos jornaes de 1900 a 1908, por elle organisada.

O Cons. Presidente declarou que a presente sessão tinha por fim a eleição da Mesa e das Commissões, e não havendo numero legal de socios, ficava adiada para a sessão seguinte.

E' lido, e approvado em escrutinio secreto, o parecer da Commissão de admissão de socios, reconhecendo socio correspondente o Dr. D. Frederico Puga Borne, diplomata residente no Chile, e autor de varias obras scientificas.

E' igualmente lido e approvado, sem discusão, o projecto de orçamento para 1908, nos seguintes termos:

A Receita do *Instituto* para o anno de 1908 é orçada em 8:303$200 réis:

Subvenção federal (2.° semestre de 1907)	2:219$200
Idem, do corrente anno de 1908. .	3:934$000
Idem, municipal de 1905 a 1908 .	1:000$000
Mensalidades de socios	1:150$000

A despeza é orçada em 8:127$120:

Amortisação da hypotheca ao «Banco Auxiliar das Classes» . . .	2:253$000
Juros da mesma	2:253$000
Publicação da *Revista* n. 33. . .	700$000
Expediente da Secretaria . . .	418$000
Ordenado do porteiro	600$000
Agua e luz	147$000
Seguro do predio	115$800
Gratificação ao amanuense (1906 e 1907).	750$000
Idem de 1908	500$000
Porcentagem ao cobrador . . .	178$000
Deficit do anno anterior	12$260
Eventuaes	200$000
Total.	8:127$120

(Assignado pela Commissão de Orçamento).

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João Nepomuceno Torres.—Gonçalo de Athayde Pereira.*

150.ª Sessão em 7 de Junho de 1908

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

Aos 7 de Junho de 1908, no salão do costume, á uma hora da tarde, presentes os socios Cons.os Carneiro da Rocha, João Torres e Filinto Bastos, Drs. Satyro Dias, Pimenta Bastos e Alexandre de Sousa, Professores Torquato Bahia, Nazareth, Luiz Alves e Roberto Correia, Coronel Athayde, Pharm.co Filgueiras, Ferreira Braga, Eloy Guimarães e Octaviano Soledade, abre-se a sessão, servindo de 2.º Secretario o Coronel Athayde.

Lê-se, e é approvada a acta da sessão anterior.

O Cons. 1.° Secretario faz a leitura de duas cartas dos Drs. Otto da Silva e Manoel Pereira Reis, prestando informações sobre o relogio solar, existente no *Instituto*, e que elles consideram um «quadrante solar equatorial portatil»; e de um parecer sobre admissão de socios, que fica sobre a meza para ser votado na sessão seguinte.

Procede-se a eleição, e são recebidas 15 cedulas, que sendo apuradas dão o seguinte resultado:

Presidente, Cons. Antonio Carneiro da Rocha; 1.° vice-Presidente, Dr. Satyro Dias; 2.° vice-Presidente, Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida; 1.° Secretario, Cons. Dr. João Nepomuceno Torres; 2.° Secretario, Dr. Isaias de Carvalho Santos; 1.° supplente, major Aloysio; 2.° Supplente, Dr. Vivaldo Lima; Thesoureiro, Capitão Francisco Gomes Ferreira Braga; Orador, Dr. Braz do Amaral; supplente, Cons. Dr. Filinto Bastos.

Commissões: *de admissão de socios;* cirurgião-dentista Eloy de Oliveira Guimarães, Coronel Gonçalo de Athayde Pereira e Dr. Vital Soares.

Fundos e orçamento: Dr. Alfredo Cabussú, Horacio Urpia Junior e Coronel Manoel Francisco Gonçalves.

Redacção da Revista e estatutos: Cons. Dr. João N. Torres, Prof. Francisco Torquato Bahia da Silva Araujo e Mons. Manfredo Alves de Lima.

Manuscriptos e documentos: Cons. Dr. Filinto Bastos, Mons. Dr. Samuel Elpidio de Almeida e Conego Ildefonso Nunes de Oliveira.

Geographia, historia e ethnographia: Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, Prof. Antonio A. Borges dos Reis e pharmaceutico Luiz Antonio Filgueiras.

Estatistica e demographia: Dr. Antonio Pacifico

Pereira, Prof. Elias de Figueiredo Nazareth e Dr. Hyppolito de Cerqueira Lima.

Topographia e archeologia: Dr. José Carlos Junqueira Ayres de Almeida, Engenheiros Pimenta Bastos e Affonso Glycerio da Cunha Maciel.

Philatelia, numismatica e ceramica: Francisco Ferraro, Dr. Pedro Julio Barbuda e Professor Manoel Raymundo Quirino.

Mappas, retratos e cartas geographicas: Dr. Octaviano Moniz Barretto, Dr. Methodio Coelho e Professor João Joaquim dos Santos Sá.

Biographias: Dr. Manoel Joaquim de Souza Brito, Dr. Guilherme Pereira Rebello e Damasceno Vieira.

Finda a eleição, o Cons. Carneiro da Rocha levou ao conhecimento da assembléa o resultado da mesma, empossando os novos eleitos e declarando não poder continuar no cargo, para o qual, mais uma vez, tinha sido distinguido pelos seus companheiros, o que muito agradecia, pelos muitos affazeres do cargo de Intendente do Municipio, para o qual havia sido eleito.

Posto em discussão o pedido, falou o Sr. Pharmaceutico Luiz Filgueiras, que, em nome do *Instituto*, o recusou, fazendo honrosas referencias ao Cons. Carneiro da Rocha, pelos relevantes serviços prestados á mesma associação, como seu presidente.

S. Ex. retirou então o pedido, agradecendo as manifestações de confiança, que acabava de receber da assembléa.

Nada mais havendo a tratar, foi levantada a sessão. —*Antonio Carneiro da Rocha.*—*João Nepomuceno Torres.* —*Isaias de Carvalho Santos.*

151.ª Sessão em 9 de Agosto de 1908

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

A' uma hora da tarde, presentes os socios Cons.os Carneiro da Rocha e João Torres, Dr. Isaias Santos, Conego Ildefonso, Coronel Athayde, Ferreira Braga, Octaviano Soledade, Professor Luiz Augusto, Horacio Urpia e Eloy Guimarães, é aberta a sessão, sendo lida e approvada a acta da sessão anterior.

O Cons. 1.º Secretario faz a leitura do seguinte expediente, dando noticia das offertas recebidas.

Officios, do Dr. Augusto Vianna communicando haver tomado posse do cargo de director da Faculdade de Medicina, e do General Dr. José de Siqueira Menezes de haver tomado posse do cargo de commandante do 3.º districto militar.

Officios, do Governador do Arcebispado, do Dr. Secretario do Estado, e varias autoridades, agradecendo a communicação da eleição e posse da Mesa Administrativa do *Instituto*.

Officio do engenheiro A. J. Sousa Carneiro, chefe da propaganda para a «Exposição Nacional», enviando para o *Instituto* um grande tóro de madeira silificada, que viera do sertão do Estado, juntamente com o *Bendegó*, em 1888, e que se achava em uma casa arruinada á rua da *Preguiça*. O Cons. Secretario informou que desde a administração do nosso consocio Dr. Paula Guimarães, como intendente, essa offerta estava feita ao *Instituto*.

O Cons. Presidente e Dr. Isaias Santos fazem a offerta de duas vitrinas para moedas, medalhas e papel moeda, fazendo ainda o Dr. Isaias a offerta de 25 moedas de nickel dos Estados-Unidos e outros paizes.

O Cons. Presidente propõe que se lance na acta

votos de pezar pelo fallecimento dos socios correspondentes Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca, a 15 de Junho na cidade de Fortaleza, e do Cons. Tristão de Alencar Araripe, a 3 de Julho, na cidade do Rio de Janeiro, os quaes como historiadores e juristas prestaram relevantes serviços ás lettras patrias, o que é approvado.

Vota-se, e é approvado, em escrutinio secreto o parecer da commissão de admissão, reconhecendo socios effectivos os Coroneis Deraldo Dias e João de Azevedo Fernandes e Dr. Manoel Francisco Gonçalves Junior, e socio correspondente o capitalista Luiz José Fernandes, residente em Lisboa, nosso patricio.

Submette-se á votação, e é approvado, o parecer da commissão de orçamento sobre as contas de Sr. Thesoureiro durante o anno de 1907, verificando-se ser a receita de 6:824$894 e a despeza 6:838$222, com um saldo da quantia de 13$328, a favor do Sr. Thesoureiro.

RECEITA

Subvenção federal	5:176$320
Mensalidades	1:193$000
Joias de socios	270$000
Venda da *Revista*	54$000
Saldo do anno de 1906	131$574
Total	6:824$894

DESPEZA

«Banco Auxiliar», amortisação e juros	4:262$100
Ordenado do porteiro	600$000
Agua, Novembro de 1906 a Outubro de 1907	144$000
Seguro do predio	115$000

Transporte	5:121$100
Gratificação ao amanuense (Janeiro a Junho de 1906)	250$000
Illuminação	2$172
Secretaria	417$300
Impressão da *Revista*, n. 31 . . .	675$000
Porcentagem ao cobrador . . .	178$950
Contas pagas	191$900
Total.	6:836$422

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João Nepomuceno Torres.—Luiz Antonio Filgueiras.*

152.ª Sessão em 20 de Setembro de 1908

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

Aos 20 de Setembro de 1908, no salão do costume, á uma hora da tarde, presentes os socios Cons.os Carneiro da Rocha e João Torres, Des.or Thomaz Montenegro, Drs. Satyro Dias e Julio Barbuda, Ferreira Braga, Luiz Filgueiras, Eloy Guimarães, Damasceno Vieira e Professor Roberto Correia, é aberta a sessão, servindo de 2.° Secretario o Pharm.co Luiz Filgueiras.

E' lida e, sem debate, approvada a acta da sessão anterior.

O Cons. 1.° Secretario faz a leitura do expediente, e dá noticia das offertas recebidas, declarando que já se achavam inaugurados os dois mostruarios na Secretaria, para a exposição de moedas e medalhas, offerecidos pelos Cons. Presidente e Dr. Isaias Santos 2.° Secretario; e

que além das moedas e medalhas existentes, tinha recebido varias outras do Professor Laurindo Pontes e dos socios Dr. Thaumaturgo de Miranda e do Engenheiro Affonso Pires de Carvalho e Albuquerque, que acabava de trazer do Oriente moedas de prata da China, do Japão, de Sião, da Indo-China e Colonias Inglezas.

O socio Damasceno propõe, que se consignasse um voto de louvor aos socios que acabavam de enriquecer, de modo notavel, a collecção numismatica do mesmo *Instituto;* e um voto de louvor e reconhecimento ao abastado capitalista bahiano, nosso socio Commendador Luiz José Fernandes, pela offerta que fez á «Bibliotheca Publica» da Bahia de 711 volumes, quasi todos ricamente encadernados, livros preciosos de litteratura, historia, geographia e sciencias, e cujos intuitos patrioticos todos nós deviamos applaudir. E' approvada a proposta com assentimento geral.

Procede-se a votação do parecer da commissão de admissão, em escrutinio secreto, e é unanimemente approvado, sendo reconhecidos socios effectivos: Engenheiro Francisco Gomes de Oliveira e Bacharel Mario Torres, residentes na capital; socios correspondentes Dr. Alcides Torres, residente em S. Paulo, Max-Fleius, Secretario perpetuo do *Instituto Historico Brazileiro*, na cidade do Rio, Engenheiro João de Palma Muniz, na cidade de Belém, do Pará, e Dr. S. de Yohng Ricardo, consul do Equador, em Caracas.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão.—*Antonio Carneiro da Rocha.—João Nepomuceno Torres.— Gonçalo de Athayde Pereira.*

153.ª Sessão em 8 de Novembro de 1908

Presidencia do Cons. Carneiro da Rocha

Aos 8 de Novembro de 1908, no salão de costume, á uma hora da tarde, achando-se presentes os socios Cons.os Carneiro da Rocha, João Torres e Filinto Bastos, Drs. Satyro Dias, Cabussú e Isaias Santos, Professores Torquato Bahia e Luiz Augusto, Coronel Athayde, Damasceno Vieira, Eloy Guimarães, Ferreira Braga, Monsenhor Manfredo Lima, e Professor Roberto Correia, abre-se a sessão, sendo lida e approvada a acta da sessão anterior.

O Cons. 1.º Secretario faz a leitura do seguinte expediente:

Carta do chefe da Commissão Geologica de S. Paulo enviando a Carta Geral do Estado; Carta do socio Dr. Oliveira Lima, ministro brazileiro em Bruxellas, declarando não poder representar o *Instituto* no Congresso de Geographia de Genebra, por ter recebido o officio depois de encerrado o mesmo Congresso.

O Cons. Presidente declara, que no dia 20 de Outubro o *Instituto* perdeu um prestimoso consocio, o Comm. Manoel Francisco Gonçalves, socio fundador, e que servia na commissão de orçamento, ha muitos annos, pelo que propunha que se lançasse na acta um voto de sincero pezar, o que é approvado.

O Cons. João Torres propõe, que se lance na acta tambem outro voto de pezar pelo fallecimento do Dr. João Pinheiro da Silva, presidente do *Instituto Historico de Minas-Geraes*, o que é approvado.

Nada mais havendo, levanta-se a sessão. Approvada em Março de 1909. — *João Nepomuceno Torres.* — *Manoel Raymundo Quirino.* — *Roberto José Correia.*

Offertas em 1908

Além dos jornaes que são enviados á bibliotheca, recebeu o *Instituto* as seguintes publicações nacionaes e estrangeiras durante o anno de 1908:

A Objectiva (Bahia), ns. 1 a 6, Março a Outubro de 1908.

A Justiça (Bahia), ns. 36 a 40, 1908, anno IV.

Revista do Brazil, illustrada, (Bahia), Dezembro de 1907 a Novembro de 1908, anno 3.°.

A Fagulha (Escola Commercial da Bahia), ns. 1 a 5, Junho a Setembro de 1908.

Revista Juridica da Bahia, vols. 1.° e 2.°, Maio a Setembro de 1908.

Revista Biographica (Bahia), n. 10, 1908.

Brazil-Valença (Bahia), Fevereiro de 1908, n. 28.

Gazeta Medica da Bahia, Dezembro de 1907 a Março de 1908, vol. 40.

O Jacaracy (Bahia), ns. 1 a 29, Julho de 1907 a Setembro de 1908.

O Aprendiz Marinheiro (Bahia), ns. 12 a 21, Fevereiro a Outubro de 1908.

Revista Ecclesiastica da Bahia, n. 1, Novembro de 1908.

Boletins da Directoria de Agricultura da Bahia, Setembro de 1907 a Setembro de 1908, vols. X a XII.

O Grito (Bahia), n. 1, Setembro de 1908.

Revista Civica (Bahia), ns. 1 e 2, Setembro e Novembro de 1908.

O Sport (Bahia), n. 4, anno 2.°, 1908.

O Irará (Bahia), ns. 1 a 6, 4 de Setembro a Outubro de 1908.

O Itabuna (Bahia), ns. 1 a 6, Novembro a Dezembro de 1908.

A Voz do Operario (Bahia), numero especial, Dezembro de 1908.

Jornal das Senhoras (Bahia), ns. 1 e 2, Dezembro de 1908.

A Propaganda (Bahia), ns. 1 e 2, Dezembro de 1908.

Boletins da Estatistica Demographica da Bahia, Janeiro a Julho de 1908.

Boletins Mensaes da Estatistica Sanitaria de Belém (Pará), Janeiro a Agosto de 1908.

A Lavoura Paraense, ns. 2 a 5, Março a Novembro de 1908.

Revista do Museu Goeldi (Pará), vol. V, 1908.

Terra da Luz, revista do Ceará, n. 5, 1908.

Revista da Academia Cearense, vol. XIII, 1908.

Revista do Instituto Historico do Ceará, 1.° e 2.° trimestres de 1908, vol. 22.

Revista da Associação Commercial do Maranhão, ns. 1 a 8, Abril a Novembro de 1908.

Pax, revista do Rio Grande do Norte, ns. 2 a 10.

Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, vol. XII, 1906, ns. 65 a 70.

Gazeta Medica do Rio, Julho a Dezembro de 1908.

Boletim Policial do Rio, n. 4, Agosto de 1908.

A Lavoura (Sociedade Nacional de Agricultura, Outubro de 1907 a Julho de 1908.

Revista Symiatrica (Rio), ns. 5 a 8, Março a Junho de 1908.

Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, vols. 69 (1906), 2 vols., e 70 (1907), 2 vols.

Revista Commemorativa do Centenario da Imprensa no Brazil, vol. 1.°, 1908.

O Brazil Moderno (Rio), ns. 9 e 10, Março e Abril de 1908.

Revista do Club de Engenharia (Rio), n. 17, 1907.

Revista Commercial e Financeira (Rio), anno XV, 1908.

Revista Maritima Brazileira, Janeiro a Novembro de 1908, tomo 28.

Publicações do Archivo Publico Nacional (Rio), vol. VIII, 1908.

Annaes da Bibliotheca Nacional (Rio), vol. 28, 1906.

Jornal dos Agricultores (Rio), Março a Outubro de 1908.

Boletins de Agricultura de S. Paulo, Janeiro a Outubro de 1908.

O Immigrante no Estado de S. Paulo, revista de propaganda, 1908.

Revista do Instituto Historico de S. Paulo, vol. XII, 1907.

Revista do Museu Paulista, vol. VIII, 1907.

Revista da Sociedade Scientifica de S. Paulo, ns. 1 a 7, vol. 3.°, 1908.

Revista do Centro de Sciencias, Lettras e Artes de Campinas (S. Paulo), ns. 17 e 18, Março e Julho de 1908.

Boletim do Archivo Municipal de Curytiba (Paraná), vol. V, 1908.

Revista do Archivo Publico Mineiro, anno XII, 1907.

Boletim Salesiano (Turim), Janeiro a Novembro de 1908, anno VII.

Revista Nacional (Buenos-Ayres), Dezembro de 1907 a Agosto de 1908, anno 23.

Annual Report of Smithsonian Institution (Washinghton), 1905 e 1906, 2 vols.

Annaes do Museu de Washinghton, 1907, 1 vol.

Annaes do Museu Nacional do Uruguay, Flora Uruguaya, tomo III, 1908.

Annaes do Museu Nacional do Mexico, ns. 1 a 8 do tomo V, 1908.

Revista do Instituto Geographico Argentino: tomos 16 a 22 (1895 a 1906).

Boletim da Sociedade de «Geographia de Neuchatel» (Suissa): tomo 18, 1907.

Boletim do «Instituto Geologico de Upsala» (Suecia): (1906 a 1907, 2 vols).

Boletins da «Sociedade de Geographia de Lima» (Perú): 4.° trim. de 1906, tomo 19; 2.° e 3.° trims. de 1907, tomo 21.

Boletim da «Sociedade de Geographia de Quebec» (Canadá): Janeiro de 1908.

Boletins do «Ministerio de Fomento de Lima»: Dezembro de 1907 a Fevereiro de 1908.

Boletins da «Direcção de Obras e Irrigação» (Perú): Outubro de 1907 a Abril de 1908.

Boletins do «Corpo de Engenheiros de Minas» do Perú: ns. 50, 56 e 57 (1907), e 59 a 62 (1908).

Boletins das «Sociedades de Geographia» de Lisboa, de Madrid, de Paris, Italiana, de Genebra (Le Globe), de Washinghton, de New-York, de Bordeaux, do Havre, e do «Instituto Franklin», Dezembro de 1907 a Novembro de 1908.

Relatorios dos Ministerios da «Justiça» e «Fazenda», em Março de 1908, 4 vols.; Relatorio do Prefeito de S. Paulo, 1908; Relatorio dos «Tribunaes de Appellação e Revista da Bahia», em Fevereiro de 1908; Relatorio da «Associação Commercial da Bahia», em 1908; Relatorio

do «Gabinete Portuguez de Leitura», do «Lyceu de Artes e Officios», do «Banco Commercial», da «Caixa Economica Federal», da «União dos Varejistas», e das Sociedades «Beneficencia Caixeiral» e «Empregados no Commercio», em 1908.

Estatutos do «Instituto Historico Parahybano», 1908.

Pelo Ministerio da «Viação e Industria» (Rio): «O Estado Moderno e a Agricultura», por A. Gomes do Carmo, Rio, 1908; «Il Brasile Attuale», por Arthur Dias; «The Brasilian Yar Book», por J. P. Wileman.

Relatorio do Ministerio da «Viação e Industria», em 1908, 3 vols.; «Estatistica das Estradas de Ferro da União», em 1906: «Centro Industrial» (Le Brezil), riquezas naturaes e industriaes, Rio, 1908, 2 vols.

Pelo Director da «Bibliotheca Nacional» (Rio): Synopse dos Neologismos admissiveis no seculo XX, por I. J. Fonseca, 1901; Reorganisação naval, idem, 1884; Timon — Estadistas Parlamentares, 3.ª serie, 1885; Viticultura, Relatorio do Dr. Campos da Paz; Relatorio da Bibliotheca em 1905; Informação Geral da Capitania de Pernambuco (1749); Estampas gravadas por Guilherme Francisco Lourenço Debrie.

Pelo Director da «Escola de Minas de Ouro-Preto» (Minas): Annaes ns. 2, 5, 7 e 9 (1883 a 1907).

Pelo Chefe da Commissão «Geologica e Geographica de S. Paulo»: Relatorios das explorações dos rios do Peixe, Feio, Aguapehy, Tieté e Rio Paraná (1905 a 1907); Relatorio apresentado pelo Chefe da Commissão ao Dr. C. Botelho, em 1906.

Pelo Director da «Bibliotheca» e «Archivo do Pará»: Annaes da Bibliotheca, vol. 6.º, 1907; Catalogo dos Jornaes Paraenses, (1822-1908).

Pelo Director do «Archivo Publico Nacional»:

Publicações do Archivo, e «Memoria Historica do Archivo», em 1908.

Pela Repartição de Estatistica de S. Paulo: «Annuario Estatistico do Estado», 1905, 2 vols.

Pela Directoria do «Instituto Pasteur», de S. Paulo: 4.° relatorio, em Fevereiro de 1908.

Pela Secretaria do «Instituto Historico Brazileiro» (Rio): *A Renascença* n.° 45, de Novembro de 1907, com uma noticia sobre o mesmo «Instituto»; Actas das sessões, da posse a 30 de Janeiro de 1908, e de 11 de Junho de 1908.

Pela «Sociedade Nacional de Agricultura» (Rio): Plantas productoras de borracha; Praga de gafanhotos no Districto Federal, 1908; Molestias de animaes.

Pela Secretaria da «Faculdade de Direito da Bahia»: Memoria Historica de 1907, pelo Dr. Antonio Moniz Sodré de Aragão.

Pela Secretaria da «Faculdade de Medicina da Bahia: Memoria Historica de 1905, pelo Dr. Carneiro de Campos; Revista dos Cursos, tomo V, 1907; A Medicina Brazileira, suas falhas e aspirações, pelo Dr. Alfredo Brito; Centenario da fundação do ensino medico, Bahia, 1908.

Pelo Director do «Museu do Mexico»: Los Calendarios Mexicanos, por Marianno Fernandez, 1907, 2 vols; Homenaje a Christobal Colon-Anteguidades Mexicanas, no 4.° Centenario do descobrimento da America, Texto e Laminas, 1892.

Pela «Sociedade de Geographia de Lisboa»: O Marquez de Pombal e o seu centenario, por Brito Aranha.

Pela «Sociedade de Geographia de Geneve»: Coup d'œil sobre a mesma sociedade por Arthur de Claparède, 1908.

Pela «Inspectoria Geral da Instrução Primaria de

Montevidéo»: Memoria correspondente ao anno de 1907, 2 vols.

Pelo socio Dr. Frederico Puga Borne (Chile): Farmacopéa Chilena, 1905; Compendio de Medicina Legal, pelo offertante, 1900; Diccionario Geographico do Chile; Codigo Medico Chileno; Elementos de Hygiene, 2 vols.; Los Tratados de Chile—Colonia e Independencia (1903-1904), 2 vols.

Pelo Dr. João Gomes Ribeiro: «Estudos Contemporaneos» (Philosophia, Historia e Politica).

Pelo Sr. Eugenio Egas: «Braz Cubas», fundador e povoador de Santos (S. Paulo).

Pelo socio Cons. Carneiro da Rocha: «Galeries Historiques du Palais de Versailles» (1839-1846), 8 vols.

Pelo socio João Baptista Perdigão de Oliveira: «Leis do Estado do Ceará» (1906-1907), vols. 16 e 17; Almanak do Ceará para 1908; Relatorios dos Secretarios do Interior e da Justiça em 1907; Julgados e Decisões da Relação do Ceará, em 1907.

Pelo socio Clemente Barahona Vega (Chile): «Progresso economico e social da Republica do Chile», a Mr. Elihu Root, 1905; «Estudo historico sobre o descobrimento e conquista da Patagonia e Terra do Fogo, por Carlos Vicuna, 1903.

Pelo socio Coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha: «Registro das terras do Estado do Pará», 1907; A Lavoura Paraense; «Annaes da Bibliotheca do Pará», vol. VI, 1907; «Catalogo dos Jornaes Paraenses»; Instituto Santo Antonio do Prata», por Palma Muniz; Carta da zona da estrada de ferro de Bragança (Pará); «Boletins da Estatista Sanitaria»; Mensagem do governador Dr. A. Montenegro, em Setembro de 1908; «Boletim Medico-Legal do Pará», n. 1, Setembro de 1908;

«Memoria historica da Faculdade de Direito do Pará, (1902 a 1907), 1908.

Pelo socio Cons. João Torres: «Diccionario maritimo Brazileiro», pelo barão de Angra, Rio, 1874; «A Grande Patria», por João Kopke, Rio, 1900; «Almanak de Pernambuco» para 1909, anno XI; «Almanak Luso-Brazileiro» para 1909; «Sermões do Padre Antonio Vieira, Edição de 1907 e 1908, Porto, vols. 1.° a 10; «O Malho», Rio, ns. 277 a 328, 1908, anno VII.

Pelo socio Dr. Alfredo de Carvalho: «Noticia historica sobre o Diario de Pernambuco», o decano da imprensa latino-americana (1825-1908), Recife; «Annaes da imprensa pernambucana», (1821-1908), Recife; «O Tupy na Chorographia Pernambucana», 1907; «Memoria historica da Faculdade do Recife», em 1903, pelo Dr. Phaelante da Camara.

Pelo socio Capitão Manuel Quirino: «O Amphion», revista musical, annos X a XII, 1896 a 1898, Lisboa.

Pelo socio Professor João Casper Branner: «A Geologia de Sergipe e Alagôas».

Pelo socio Professor Agnello Bittencourt (Amazonas): «These de concurso a cadeira de geographia e chorographia do Brazil»; Album do Amazonas, 1901-1902; O valle do Rio Branco, pelo engenheiro Jacques Ouriquè, 1906; Compendio de Musica por Adelelmo do Nascimento para o Gymnasio do Amazonas; «O Amazonas», esboço historico; «O Rio Acre», por Serzedello Corrêa; «Climatologia medica do Amazonas», pelo Dr. Lopes Campos.

Obras de Bento Tenreiro Aranha, 2.ª Ed., Lisboa, 1899; Relatorios da Presidencia da Provincia do Amazonas até a proclamação da Republica (1852-1870), 4 vols.; Relatorio do «Archivo» e «Bibliotheca» em 1900; Mensagens dos Governadores ao Congresso

(1901-1907); Digesto do Municipio de Manáos (Leis organicas e orçamentarias (1853-1906), 2 vols.; «Leis do Estado» de 1898 a 1905; Relatorios e Mensagens do Intendente Municipal; «Leis Municipaes» de 1890 a 1900; Relatorios da «Santa Casa de Misericordia» de Manáos, em 1906 e 1907; «Archivo do Amazonas», revista, ns. 1 a 8, 1906 a 1908; «Voyage au Caminá», por O. Coudreau, 1906; «A cidade de Manáos e sua historia», por B. M. (1700-1852); Mappa cartonado do Amazonas, por Ermano Stradelli.

Pelo socio Rogociano Teixeira: «Através do Carcere», Rio, por Ernesto Senna, 1908; «Centro Industrial do Brazil», Rio, 1907, pelo Dr. Vieira Souto; «Catalogo da Secção Portugueza na Exposição de 1908»; Actas e Discursos do Cons. Ruy Barbosa na «Conferencia da Paz» em Haya, 1907.

Pelo socio Desembargador Thomaz Montenegro: «O Substitutivo» Urbano de Mendonça ao projecto sobre fallencias.

Pelo socio Dr. Goran Bjorkman (Suecia): «Staten São-Paulo» (Brazilien).

Pelo socio engenheiro Silio Boccanera: «Um artista brazileiro» (José Pedro de Sant'Anna Gomes).

Pelo socio Damasceno Vieira: «O Descobrimento da America», homenagem a Ruy Barbosa, Bahia, 1908; «Albatrózes», poesias, Bahia, 1908.

Pelo socio Dr. Pedro Barbuda: Lingua Portugueza», Estilistica, Bahia, 1907.

Pelo socio Dr. Francisco Calmon: *O Paiz* e *Diario do Commercio*, 1908; 1.° e 2.° «Relatorios da Prefeitura do Alto Juruá», em 1906; O Acre na Camara dos Deputados-Departamento do Alto Juruá; «Illustração Portugueza», Lisboa, ns. 109 a 140, Março a Outubro de 1908; «Riqueza do Brazil» em madeiras de con-

strucção, pelo Cons. Balthazar da Silva Lisboa; «Guia Official da Exposição de 1908», Rio; Noticia sobre as festas dadas em Paris em 1907, em honra do Dr. Rodrigues Alves; «A Caravana», n. 1, Agosto de 1908, Rio; *O Mundo Elegante*, illustração de Paris; «Mappa dos Estados-Unidos do Brazil», organisado pela Secretaria de Viação em 1908.

Pelo General Souza Aguiar, prefeito do Districto Federal: *Recenceamento*, em 20 de Setembro de 1906.

Pelo socio Dr. Elpidio de Mesquita: O problema do povoamento, discurso em 1908.

Pelo socio General Raymundo Tello de Mendoza: Documentos para los Anales de Venezuela, pelos Drs. Rosas Paul e Andueza Palacio, 11 vols.

Pelo socio Barão de Studart: «Ineditos do Padre Antonio Vieira», 1908, Ceará.

Pelo Sr. Luiz Fernandes: A Imprensa Periodica no Rio Grande do Norte (1832-1908).

Pelo socio Cons. Braulio Xavier: A bandeira que serviu na revolta dos *Farrapos* em 1837, no Rio-Grande do Sul.

Pelo socio Desembargador Manoel Maria do Amaral: Jornaes antigos da Bahia, moedas de cobre antigas, e 2 idolos africanos; «Album de assignaturas de brazileiros illustres do antigo regimen».

Pelo socio Coronel Gonçalo de Athayde: Polyanthéa — «Ave Bahia», 1908.

Pelo socio Alfredo Ferreira Rodrigues: «Almanak do Rio-Grande do Sul» para 1909.

Pelo socio Luiz José Fernandes (Lisboa): Cultura dos Campos, do Dr. Assis Brazil, 2.ª edic., Paris, 3 vols.; «Relatorio da Sociedade Brazileira» para animação da agricultura, em Paris.

Pelo socio Cons. Filinto Bastos: Medalha commemorativa da «Exposição de 1908», no Rio de Janeiro; «Catalogo geral de S. Paulo na Exposição»; O Pavilhão da Bahia na Exposição; Leitão & Irmão, joalheiros da Corôa; A Exposição de Paris, em 1900 — «A Encyclopedia do Seculo», 3 vols. encadernados.

Pelo Engenheiro Edmund Krug: «A Ribeira de Iguape», S. Paulo; Os Caboclos de São Gonçalo.

Pelo Dr. Eduardo Espinola: «Systema do Direito Civil Brazileiro», vol. 1.°, Bahia, 1908.

Pelo socio Candido Costa: «Collectaneas da Legislação Federal, Manáos, 1908.

Pelo socio Dr. Joaquim Pires M. de Carvalho: «Medalha da Exposição Nacional de 1908».

Pelo socio Dr. Mario Torres: «O Album da Imprensa da Bahia», em 1908.

Pelo Dr. Francisco Braulio Pereira: Nota Biographica do Sr. D. Pedro V, de Portugal; Discursos no «Gymnasio Bahiano», pelo Dr. Abilio Cesar Borges; «O Vice-Presidente da Republica», pelo Dr. Virgilio de Lemos, Bahia, 1898; «Revista dos Cursos», tomo III, 1905, IV, 1906, tomo V, 1907; «Congresso Latino-Americano», Rio de Janeiro, 1905; «A Bahia de Todos os Santos», por Alves Camara, Rio, 1890; «A Questão Rodrigues Lima», Bahia, 1885; «O Centenario da India», Bahia, 1898; «Memoria Historica da Faculdade de Medicina da Bahia», pelo Dr. Alfredo Britto, 1904; «O Segredo Medico e sua concepção evolutiva», por Dias de Barros, Rio, 1905; Entrada da esquadra legal no Rio de Janeiro em 23 de Junho de 1894; Relatorios dos Ministerios da Guerra e Marinha, em 1904; Varias theses de medicina.

Pelo Senador Antonio José de Lemos: O Municipio de Belém, em 1906, Relatorio, V vol.

Pelo Sr. João Baptista de Faria e Sousa: A Imprensa no Amazonas (1851-1908), Manáos.

Pelo Engenheiro Antonio Joaquim de S. Carneiro: «Mamiferos do Estado da Bahia»; «Riquezas mineraes da Bahia».

Pelo socio Dr. Alcides Torres: Album de vistas dos diversos serviços sanitarios do Rio de Janeiro; Divisão administrativa e judiciaria da Republica do Brazil (Promptuario alphabetico), Rio, 1905.

Pelo socio General Manoel Landaeta Rosales: Espadas historicas e venezolanos notables (Caracas).

Pelos socios Cons. Presidente e 2° Secretario, Drs. Carneiro da Rocha e Isaias Santos: duas vitrinas para moedas, medalhas e papel moeda.

Pelo Dr. Isaias Santos: 25 moedas de nickel dos Estados-Unidos, da Suissa, da Belgica e da Argentina.

Pelo Dr. Tristão Rodrigues Nunes: Um retrato do ex-imperador D. Pedro II, pintado em 1877, pelo pae do offertante, Professor Francisco Rodrigues Nunes, professor de desenho no Lyceu.

Pelo socio Coronel João Brigido, (Ceará): Uma photographia de Domingos José Martins, chefe da revolta pernambucana de 1817, reproduzida de uma télla, encontrada na Bahia, em poder de um neto do heroe suppliciado.

Pelo Dr. Guilherme Marback: A exposição feita pelo almirante Cokrane, Marquez do Maranhão, a 2 de Julho de 1856, á Camara dos Deputados do Brazil, repellindo as desfavoraveis imputações feitas aos seus serviços no tempo da independencia.

Pelo Dr. Thomé Moura: Um blóco de mica (Bahia).

Pelo Dr. Adolpho Santos Silva: *O Pharol*, (Santo Amaro), annos 1.° e 2.°, 5 de Junho de 1902 a 27 de Outubro de 1903; *O Monitor de Santo Amaro*, 1902.

Pelo socio Dr. Pedro de Queiroz Ferreira: *Fortaleza*, revista do Ceará, ns. 1 a 14 (1906-1907).

Pelo Sr. Joaquim Ramos Soledade (Santos-S. Paulo): Medalha commemorativa do 4.° centenario de Braz Cubas, fundador de Santos, Subsidios para a biographia, e 2 postaes da estatua de Braz Cubas, mandada erigir pela Camara Municipal.

Socios admittidos em 1908

Socios effectivos

Dr. João Ferreira de Araujo Pinho Filho. . .	26 de Abril de 1908
Monsenhor Ildefonso de Oliveira	» » » » »
Dr. José Marcellino de Souza (Remido). . . .	» » » » »
Coronel Deraldo Dias .	9 de Agosto » »
Coronel João de Azevedo Fernandes. . . .	» » » » »

Socios correspondentes

Dr. D. Frederico Puga Borne (Chile)	24 de Maio de 1908
Comm. Luiz José Fernandes (Lisboa) . . .	9 de Agosto » »
Dr. Alcides Torres (S. Paulo)	20 de Set.ro » »
Max-Fleiuss (Rio). .	» » » » »
Engenheiro João de Palma Muniz (Pará) . . .	» » » » »
Dr. S. de Johng Ricardo (Caracas)	» » » » »

Socios fallecidos

Socios effectivos

Dr. Candido Job de Carvalho	13 de Março de 1908
Major Francisco Pires de Carvalho.	20 de Abril » »
Coronel Manoel Francisco Gonçalves. . . .	20 de Out.ro » »

Socios correspondentes

Dr. Casemiro de Souza (Minas-Geraes) . . .	26 de Jan.ro de 1908
Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida (Rio) . .	23 de Abril » »
Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca (Ceará)	15 de Junho » »
Cons. Tristão de Alencar Araripe (Rio)	3 de Julho » »

SUMMARIO DO NUMERO 34

PAGS.

O Centenario da abertura dos pórtos do Brazil, pela Redacção 3
Carta Regia de 28 de Janeiro 1808. 7
1808-1823, pelo Dr. Braz do Amaral 9
Estadistas Bahianos — José da Silva Lisbôa (Visconde de Cayrú) 17
D. João VI, sua estada na Bahia, por Cesario Suetonio 27
Discurso do Cons. Filinto Bastos, na sessão anniversaria de 3 de Maio do 1908. 35
O Centenario do Ensino medico no Brazil, pelo Dr. Braz do Amaral. 47
O primeiro Jornal Bahiano, pelo socio Dr. Alfredo de Carvalho 73
Contribuição para a historia das artes na Bahia. José Joaquim da Rocha (sua naturalidade), pelo socio Professor Manoel Quirino. . . 79
Bahia e Espirito-Santo, pelo Dr. Braz do Amaral 83
A Bahia de ha 66 annos (Reminiscencias de um contemporaneo), por Senex 93
Notas Scientificas: O Sertum Palmarum — Archeologia da Bahia — *Os Barcos da Bahia* 125
Zona desconhecida no interior da Bahia, pelo socio Dr. Lindolpho Rocha 141
Bahianos Illustres:
Estanisláo Przewodowski. 161
Marechal Francisco de Aguiar 165
Luiz Tarquinio 167
Dr. Amphilophio de Carvalho 170
Actas das Sessões em 1908 175
Offertas de livros, jornaes e revistas em 1908 . 200
Socios admittidos e socios fallecidos em 1908. . 212